



MEDIEVALISTA

JANEIRO - JUNHO 2022 - N. 31

ISSN 1646-740X



Director | Chief Editor

Luís Filipe Oliveira – UAlg e IEM / NOVA FCSH

Subdirector | Co-Editor in Chief

João Luís Inglês Fontes – IEM / NOVA FCSH e CEHR-UCP

Redacção | Associate Editors

Adelaide Millán da Costa – UAb e IEM / NOVA FCSH

Adelaide Miranda – IEM / NOVA FCSH

Bernardo de Vasconcelos e Sousa – IEM / NOVA FCSH

Isabel Cristina Fernandes – IEM / NOVA FCSH e GEsOS / C. M. Palmela

Isabel Barros Dias – UAb, IELT | IEM / NOVA FCSH

Maria Coutinho – CITAR-EA / UCP Porto

Pedro Chambel – IEM / NOVA FCSH

Consultora técnica / Technical advisor

Paula Ochôa – CHAM / NOVA FCSH

Assistente Editorial | Editorial Assistant

Ana Celeste Glória – IHA / NOVA FCSH

Publicação | Publisher

IEM / NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Concepção gráfica e paginação / Graphic design and layout

Ana Celeste Glória – IHA / NOVA FCSH

Carlos Moreira – IEM / NOVA FCSH

A propriedade intelectual dos conteúdos pertence aos respectivos autores e os direitos de edição e publicação à *Medievalista*. Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade científica e ética dos seus autores, bem como os critérios ortográficos adoptados.

Avaliação por *double blind peer review*.

The intellectual property of the journal's contents belongs to the authors and the editing and publishing rights belongs to the *Medievalista*. The contents of the articles are those of the scientific and ethical responsibility of their authors, as well as the spelling criteria adopted.

Evaluation by double blind peer review.



Esta revista é financiada por fundos nacionais através dos Financiamentos Base, com a referência UIDB/00749/2020 e Programático, com a referência UIDP/00749/2020, do Instituto de Estudos Medievais.

This journal is funded by national funds: Base funding, with reference UIDB/00749/2020, and Programmatic funding, UIDP/00749/2020, from the Institute for Medieval Studies.



ÍNDICE

Contents

Editorial | *Editorial*

Fazer e comunicar ciência: O campo dos Estudos Medievais

Making and Communicating Science: The Field of Medieval Studies

Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes

7

DESTAQUE | *HIGHLIGHT*

José Mattoso ou a contemplação como exaltação

José Mattoso or contemplation as exaltation

Hermenegildo Fernandes

15

DOSSIER TEMÁTICO | *THEMATIC DOSSIER*

“Intercâmbios Peninsulares”

“Peninsular Exchanges”

Apresentação do Dossier Temático “Intercâmbios Peninsulares”

Thematic Dossier “Peninsular Exchanges” presentation

Isabel Beceiro Pita, César Olivera Serrano, Isabel Barros Dias

35

Fidalgos e freires-cavaleiros. Vidas sem fronteiras na Hispânia medieval

Fidalgos and miles Christi. Borderless lives in medieval Hispania

José Augusto de Sottomayor- Pizarro, Paula Pinto Costa

45

Intercambios artísticos en una diócesis transfronteriza: posibles semejanzas entre las catedrales de Tui y Braga

Artistic exchanges in a cross-border diocese: possible similarities between the cathedrals of Tui and Braga

Marta Cendón Fernández

73

Monges e mosteiros galegos em Portugal (séculos XII-XV)
Galician Monks and Monasteries in Portugal (12th – 15th Centuries)
Francisco Javier Pérez Rodríguez 121

El conde D. Enrique Manuel (c.1343-1414) y las relaciones cortesanas luso-castellanas en tiempos de crisis dinásticas
Count D. Enrique Manuel (c.1343-1414) and Portuguese-Castilian court relations in times of dynastic crisis
César Olivera Serrano 151

Escitia y Escancia (o Escandia), el fabuloso pasado nórdico del neogoticismo cuatrocentista hispánico
Escitia and Escancia (or Escandia), the fabulous northern past of the hispanic neogoticism of the fifteenth century
Óscar Perea Rodríguez 185

ARTIGOS | ARTICLES

El golpe de Estado de Focas (602): sus orígenes sociales
Phocas's coup d'état (602): its social origins
Carlos Martínez Carrasco 217

Delving into the Magdalene's vase: the ointment jar from the Middle Ages to Early Modernity
Investigando o Vaso de Madalena: A evolução do vaso da unção desde a Idade Média aos inícios dos tempos modernos
Vicki-Marie Petrick 235

Las nominaciones de Dios en el argumento del *Proslogion*: Identidad entre ser y verdad
God's nominations in the Proslogion argument: Identity between being and truth
José Luis Gaona Carrillo 291

“Uma peça muito preciosa de significado ainda desconhecido”: Decifrar o termo *gibanete*
*“A very precious piece of yet unknown meaning”: Deciphering the term *gibanete**
António Conduto Oliveira 317

RECENSÕES | *BOOK REVIEWS*

TORRES PRIETO, Susana - *Los Antiguos Eslavos*. Madrid: Editorial Síntesis, 2020 (213 pp.).

Paulo Catarino Lopes 353

WHITAKER, Cord J. - *Black Metaphors. How Modern Racism Emerged from Medieval Race-Thinking*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019 (247 pp.)

Cynthia Maciel Regalado 363

APRESENTAÇÕES DE TESES | *DISSEMINATION OF ACADEMIC THESIS*

A Guerra cristã na formação de Portugal, 1128-1249. Tese de doutoramento em História, especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Julho de 2021. Orientação da Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade e do Professor Doutor Miguel Gomes Martins

Carlos Filipe Afonso 373

Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média. Tese de doutoramento em História apresentada em regime de cotutela entre a Universidade do Porto e a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, em 25 de junho de 2021. Orientação do Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro e do Professor Doutor Joseph Morsel

Miguel Aguiar 385

Modos à mesa e maneiras de vestir em Castela e Portugal (séculos XIV e XV). Tese de doutorado em História, apresentada à Universidade Estadual Paulista, em Abril de 2021. Orientação da Professora Doutora Susani Silveira Lemos França

Thiago Henrique Alvarado 393

A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495). Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Porto, em Junho de 2021. Orientação do Professor Doutor Luís Miguel Duarte (Universidade do Porto) e coorientação do Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem e do Professor Doutor Stéphane Péquignot

Diogo Faria 401

Carta <i>Por se assim é ...</i> breves notas <i>Letter Por se assim é ... short notes</i> Maria José Mexia	413
Cistercian Worlds. Conferência Internacional <i>Cistercian Worlds. International Conference</i> Catarina Fernandes Barreira	425
GEsOS – Curso das Ordens, Congresso Associação Ibérica de História Militar, Caminhos de Santiago <i>Scientific Activity of GEsOS in 2021</i> Isabel Cristina Fernandes	435
Em ano de peste muito ficou por renovar <i>In a year of plague, much remained to Renew</i> Luís Urbano Afonso	445



**Editorial – *Fazer e comunicar ciência: O campo dos Estudos
Medievais***

**Editorial – *Making and Communicating Science: The Field of
Medieval Studies***

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5054>

Traz esta *Medievalista* em destaque um ensaio de Hermenegildo Fernandes sobre a *História Contemplativa* de José Mattoso. A distinção justifica-se por inteiro e a vários títulos. Desde logo, porque nele se recenseia o mais recente livro de um professor e de um investigador com um papel central na renovação da historiografia portuguesa e na formação das gerações mais novas, e que foi, também, director da *Medievalista* ao longo de muitos anos. Mas aquele livro, e, sobretudo, o ensaio que lhe deu o nome, é mais do que um testemunho da prática historiográfica de José Mattoso, na sequência das reflexões que este já publicara sobre a escrita da história. Apesar de uma linguagem mais poética, que insiste na dimensão contemplativa da disciplina e na forma como esta desvela o passado, o discurso do autor apresenta-se neste ensaio com uma maior dose de abstracção, facto pouco comum na sua produção anterior. Situa-se, assim, de forma evidente, no campo da teoria do conhecimento histórico, com observações importantes sobre a natureza do objecto conhecido e sobre as operações intelectuais necessárias para o circunscrever e para o captar, num diálogo crítico e informado com as tendências actuais da investigação. Tudo excelentes motivos, portanto, para que o ensaio tenha o destaque merecido nas páginas desta revista.

O desafio lançado pela *Medievalista* e aceite por Hermenegildo Fernandes fica agora à disposição dos leitores. O resultado apresenta-se como uma sentida homenagem a José Mattoso, feita por um dos seus antigos alunos e concretizada da melhor forma, através de um conjunto de glosas, como ele próprio as designa, que comentam e avaliam as reflexões originais, mas que as ampliam, também, em múltiplos sentidos. Sobretudo no que respeita às relações entre as diferentes escalas de observação e à impossibilidade de analisar o concreto e o individual fora de quadros interpretativos mais globais, sob pena de cair na tirania do efémero e do circunstancial. Ou ainda no que toca, mas já noutra plano, às ameaças que hoje se acumulam sobre a prática dos historiadores, em resultado dos paradigmas impostos por outras ciências e que reforçam o peso crescente da técnica, do imediato e da utilidade, tanto no financiamento da investigação, como na produção e na comunicação de saberes sobre o passado. Importa sublinhar, por isso, que ambos os autores, seja o comentador, seja o comentado, adoptaram um género textual hoje pouco comum, o ensaio. Sem notas e com escassas referências bibliográficas, mas ricos em leituras e em remissões, os dois textos afastam-se dos cânones com que se procura formatar, e em parte deformar, toda a actual comunicação em ciência. Esta tendência já foi certamente caracterizada como a *ideologia do paper*, privilegiando a publicação imediata e de tema circunscrito, com dados com um recorte técnico cada vez mais acentuado e de preferência em revistas de maior renome, mas de circulação restrita e que cobram taxas de processamento demasiado altas. Tudo isto prejudica o diálogo e a partilha, e, em particular, a síntese e a explicação, quer dizer, a construção de quadros interpretativos mais gerais, necessários para apontar as lacunas e para abrir novos caminhos à investigação. Os géneros mais bem adaptados a estas funções, por permitirem reflexões mais longas e mais articuladas, como o livro e o ensaio, são objecto de um descrédito crescente, quando não são substituídos por outras modalidades mais expeditas, como o malfadado “estado da arte”, que ora preenche com menor proveito o serviço prestado pelos velhos balanços historiográficos. Abrir a *Medievalista* ao ensaio de Hermenegildo Fernandes sobre a *História Contemplativa* de José Mattoso é outra forma de marcar presença neste combate e de resistir a estas tendências.

De um modo ou de outro, as restantes peças do presente número não são alheias a estas preocupações. Integra ele, de novo, outro dossier temático, coordenado por dois editores externos, Isabel Beceiro Pita e César Olivera Serrano, e por outro interno, Isabel Barros Dias, e dedicado à recuperação e à análise dos intercâmbios entre os vários reinos da Hispânia, com o objectivo de interrogar as formas de manutenção, ou de ruptura, de uma identidade colectiva peninsular. Sem prejuízo da apresentação feita pelos coordenadores, importa notar a multiplicidade de temas e de perspectivas disciplinares, congregando os olhares da História, da História da Arte e da Literatura. A par de fenómenos mais conhecidos, como a circulação de fidalgos e de cavaleiros, ou o papel que os senhorios fronteiriços tinham nessas andanças, aí se revalorizaram as formas da mobilidade religiosa e as permutas de modelos artísticos e culturais que tinham lugar apesar das fronteiras dos reinos.

Aos cinco artigos do dossier temático, juntam-se outros quatro, todos reveladores da abertura da *Medievalista* ao diálogo e à partilha entre áreas disciplinares diferentes. Um deles é o estudo que Carlos Martínez Carrasco dedicou a um levantamento político e social na Bizâncio do século VII, uma geografia e uma cronologia com escassa presença nas páginas da revista. Os restantes abordam fenómenos com uma cronologia mais tardia e mais habitual. É o caso do trabalho em que José Luis Gaona Carrillo analisou os nomes de Deus no *Proslogion* de Santo Anselmo, para discutir as relações da fé com a razão e do ser com a verdade, sugerindo, a partir daí, uma identidade entre aquela obra e o *De Veritate* do mesmo autor. O vaso da unção que identifica Maria Madalena na pintura medieval italiana foi o objecto explorado por Vicki-Marie Petrick. Conjugando textos e imagens, analisam-se em detalhe a forma, os materiais e as funções daquele vaso, alvitrandose a capacidade de ele significar a essência da condição feminina e até o papel da conversão das mulheres na história da redenção. Por fim, António Conduto Oliveira recupera o sentido perdido de uma antiga protecção do corpo, o gibanete, num texto que é, além do mais, um estimulante exercício de história comparada.

As apresentações de teses dão testemunho de recentes investigações académicas. Duas delas defendidas na Universidade do Porto. A de Miguel Aguiar, que tem o mérito de se afastar dos estudos de casos particulares e de procurar esclarecer a

lógica e a coerência do funcionamento da aristocracia cortesã, a partir da análise dos mecanismos sociais da herança, da sucessão e da aliança. E a de Diogo Faria, que recuperou as práticas, os rituais e os agentes da diplomacia dos reis de Portugal durante boa parte do século XV, mas com observações importantes para os séculos anteriores, trazendo dados decisivos sobre a existência de uma cultura diplomática comum no Ocidente, e, também, sobre a crescente especialização dos agentes diplomáticos. Procede da Universidade Estadual de S. Paulo, o trabalho de Thiago Henrique Alvarado sobre a ordenação social da alimentação e do vestuário nos reinos de Castela e de Portugal dos séculos XIV e XV, estudados a partir de um vasto leque de fontes e que mostram a circulação de rituais e de modelos de conduta entre os dois reinos. Por fim, Carlos Filipe Afonso defendeu na Universidade Nova de Lisboa os resultados de uma investigação panorâmica sobre as operações militares entre 1128 e 1249, com dados novos sobre a coerência dos sistemas de defesa do território, sobre a diversidade militar da cavalaria-vilã, ou sobre as formas de tratamento dos vencidos, um tema corrente entre os juristas do Islão peninsular.

Nas resenhas, ora mais escassas, Cynthia Maciel Regalado apresenta e comenta um livro sobre as raízes medievais da noção de raça e do moderno racismo, que recupera a importância das implicações morais que na Idade Média se atribuíam ao contraste entre o branco e o negro. Por outro lado, Paulo Catarino Lopes recenseia um livro sobre os primeiros séculos da história dos eslavos, quando estes abandonaram as planícies asiáticas e se instalaram na Europa Central e Oriental, processo ainda hoje pouco ou nada conhecido, sobretudo no Ocidente, mas com consequências determinantes para a história da Europa e para a relação desta com o continente asiático.

A *Varia* integra, por fim, um conjunto de notas mais breves, ora sobre investigações em curso, ora sobre os resultados que foram recentemente apresentados em colóquios e em outras realizações científicas. No trabalho que se publica, Maria José Mexia valoriza uma tipologia documental frequente e há muito conhecida – a carta de graça ou de doação condicional –, mas à qual não se prestou a melhor atenção, embora ela viesse a ser incorporada nas *Ordenações Manuelinas*. Por seu lado, Isabel Cristina Fernandes apresenta um conjunto de três encontros organizados pelo

Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, do Município de Palmela, que reuniram um número significativo de investigadores nacionais e estrangeiros, ao passo que Catarina Fernandes Barreira dá conta das intervenções da meia centena de investigadores que se juntaram durante os dois dias de trabalho dos *Cistercian Worlds*, uma iniciativa de dois jovens investigadores do Centre for Medieval Studies, da Universidade de York. A secção encerra com uma estimulante reflexão de Luís Urbano Afonso sobre os méritos e as lacunas da exposição sobre a Arte em tempos de Manuel I, que esteve patente no Museu Nacional de Arte Antiga, até finais de Setembro de 2021.

No conjunto, esta *Medievalista* dá a conhecer um número muito significativo de textos, de iniciativas e de investigações em curso, com as mais distintas proveniências, que são outros tantos testemunhos dos diferentes modos de fazer e de comunicar ciência no campo dos estudos medievais. Espera-se que, com eles, a revista se consolide como um espaço de difusão, de debate e de partilha de saberes, de dúvidas e de interrogações, de acesso livre e aberto à participação de todos, sem custos de qualquer tipo, nem para os leitores, nem para os investigadores. Como sempre se fez na *Medievalista* e se fará no futuro.

Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís – “Editorial – Fazer e comunicar ciência: O campo dos Estudos Medievais”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 7-11. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

DESTAQUE

HIGHLIGHT



MEDIEVALISTA

N.º 31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

José Mattoso ou a contemplação como exaltação

José Mattoso or contemplation as exaltation

Hermenegildo Fernandes

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História
1600-214 Lisboa, Portugal

hermenegildo.f@letras.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0003-0760-2429>

Data recepção do artigo / Received for publication: 6 de Dezembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5064>



Este texto vem do Ensaio “A História Contemplativa”, que abre a mais recente colectânea de estudos de José Mattoso. Vem ainda, indirectamente, de um convívio de décadas com a sua obra e também do privilégio especial que decorre de uma experiência insubstituível, a de ter sido seu aluno. No caso, isso significou estar lá no ano anterior ao da publicação da *Identificação de um País*, nas aulas de História de Portugal, nesse ano lectivo de 1983-1984, organizadas informalmente em semestres, o primeiro a cargo de José Mattoso, o segundo de Iria Gonçalves. Estou bastante seguro do impacto dessa experiência, e de outras simultâneas, na decisão que tomei pouco depois de me tornar medievalista. Antes disso, no entanto, decidira já que queria ser historiador. As glosas que se seguem são mais do ponto de vista da História *lato sensu* que da medievística. E constituem tanto uma homenagem, muito curta e insuficiente, ao autor do artigo que as origina, como uma tentativa de pensar as operações oficinais identificadas na “História Contemplativa”, à luz da crise contemporânea do trabalho do historiador. Porque são glosas, seguirei muito de perto a exposição de José Mattoso e abster-me-ei de notas ou referências. Os números dizem respeito às páginas do texto original.

I

“A História Contemplativa” é, mais do que qualquer outro texto prévio de José Mattoso, o fio de Ariadne através do qual o autor se orientou no labirinto da sua própria obra enquanto indivíduo e, por extensão, da História-escrita enquanto actividade de um colectivo. Com isso quero dizer que resulta de uma reflexão *a posteriori* feita no termo de um longo exercício na condição de historiador activo, em busca de chaves interpretativas que expliquem um posicionamento e uma prática. É, pois, de um mergulho vertical na própria actividade enquanto historiador que advém a definição de uma metodologia e, fundamentalmente, de uma visão do ofício. Por isso e porque o processo é reconstrutivo a partir do seu próprio caso, o autor começa por considerar o seu posicionamento num momento historiográfico que vai da afirmação da Escola dos *Annales* às “controvérsias do fim do milénio”, anunciando desde logo o método da explicitação, assente na utilização de símbolos e metáforas e em particular da metáfora da construção enquanto representação da

acção de historiar. Está aqui um primeiro *leit-motiv* ao qual haveremos de voltar mais tarde, dado tratar-se de um elemento-chave para perceber a relação proposta entre a realidade e representação, ou entre História vivida e História escrita.

Por ora interessaria reter a posição de José Mattoso face aos debates historiográficos do último quartel do século XX e dos inícios do novo milénio, o que tem não só um valor por assim dizer biográfico, mas nos remete ao mesmo tempo para o que ele entende ser o que faz, o que deve fazer, um historiador. Tendo em vista o que se conhece sobre a ligação do Autor à Escola dos *Annales*, já por ter trabalhado com L. Gênicot em Louvaina (ainda que este tenha tido um percurso algo marginal face ao *main-stream* da historiografia francesa do pós-guerra), já pela constante referência, notória por exemplo na ligação dos “Ricos Homens Infanções e Cavaleiros” aos “Guerreiros e Camponeses”, a Georges Duby, várias vezes assumida em entrevistas, não deixa de ser revelador o distanciamento crítico que aqui se evidencia, particularmente em relação à “segunda geração” da Escola: “A este pujante conjunto de tendências e de experiências sem metodologia própria, sem objectivos definidos, e de valor científico muito desigual, com estudos inovadores ao lado de verdadeiras mistificações [...] chamou-se a *Nova História*” (pp. 13-14). De passagem havia-se sublinhado a mutação resultante da eclosão dos novos objectos (ou talvez antes a sua ascensão a estrelas no campo historiográfico, visto muitos deles não serem verdadeiramente novos), à qual, anote-se à margem, o próprio José Mattoso não deixou de ser episodicamente sensível. Ou ainda o triunfo de uma abordagem estruturalista que se considera aqui menos no seu impacto metodológico do que nas consequências sobre a periodização clássica. A este respeito, aliás, reconhecendo-se o carácter artificial de qualquer periodização (uma periodização, diria, é um artefacto classificatório que nos serve para inteligir e por essa razão só pode ser construído, como todos os instrumentos ordenadores), sublinha-se o seu valor pedagógico, ficando uma reticência implícita acerca da “nova forma de marcação das épocas” (p. 13) contraditória com aquela que o Iluminismo havia decidido. A esse respeito refere-se o problema da confusa e incipiente recepção das transformações da historiografia no ensino da História, tomando justamente como exemplo a resiliência da periodização em épocas, capaz de sobreviver a todas as mutações no campo (p. 15), resultante diria, quer da sua utilidade pedagógica, quer da própria

estruturação académica e funcional do campo historiográfico, quer da resistência de uma espécie de meta discurso capaz de atravessar gerações (daí resultando aliás a sua eficácia social) e de se constituir como uma narrativa socialmente reconhecida por todos, capaz de explicar a totalidade do passado. Anotaria, ainda, como a eficácia dessa narrativa fica demonstrada pela procura da sua extensão a passados não europeus. Penso por exemplo no artifício da identificação de Idades Médias globais. Aliás o grande desafio de uma História Global contemporânea estará precisamente em subtrair-se a essa tentação.

De tudo isto decorreria, por fim, a ambição da “História Total”, cujas derivas *nihilistas* aqui se debatem, sem, no entanto, podermos deixar de a pensar como uma decorrência da percepção da “conexão entre os vários campos do agir humano” (p. 12) e uma superação aos modelos historicistas responsáveis por uma compartimentação artificiosa de campos. A hesitação, acrescentaria, está entre a necessidade de separar o objecto em tranches manuseáveis para o ensinar e para o estudar, e o imperativo de o considerar no todo, operação necessária para a restituição da inteligibilidade que cada historiador procura.

II

Na observação da *Nova História* enquanto deriva está, creio, um dos pontos mais interessantes da argumentação inicial do Autor, o da articulação entre essa Escola e a instalação de uma pós-modernidade historiográfica. É na revisão radical da ideia de progresso que orientara as concepções iluministas da História (lembramos sobretudo o *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano* de Condorcet) mas que sobrevive nos caminhos diversos da historiografia romântica e pós-romântica (por exemplo nas metáforas vitalistas spenglerianas, sob a forma de reversão do progresso, ou ainda, claro, nas várias formas do materialismo dialéctico), é nessa revisão radical da ideia de progresso, que José Mattoso encontra as matrizes de uma erosão *nihilista* que esvazia o sentido e conduz ao cepticismo. A “amalgama a que se chamou pós-modernidade” (p. 14) é assim uma espécie de resultante, *nihilista* e esvaziadora de sentido da própria *Nova História* que a teria engendrado tal como o *Aufklaerung*, diria, gerou o *Sturm und drang*. A reacção, que imediatamente se segue, surge através do neo-positivismo, que aliás nunca havia

abandonado completamente as fileiras do medievalismo, porque o estudo das vanguardas historiográficas apresenta muitas semelhanças com o das artísticas, tomando-se amiúde a excepcionalidade das correntes dominantes ou da moda, com a prática comum (quase) universal; surge também através dos estudos de caso (as “monografias de âmbito reduzido”) que podem ser uma decorrência do neopositivismo e uma opção voluntária pela consideração do particular resultante quer de uma opção de fundo pela intangibilidade do real global, quer, mais chãmente, de uma incapacidade de ver mais além da árvore, ou visto de outra forma, uma opção metodológica para chegar por outros caminhos ao mesmo global; revela-se, ainda, na utilização crescente das “técnicas laboratoriais das ciências exactas” (p. 14), isto é, numa crescente procura de legitimidade social e metodológica fora do campo historiográfico, procura essa tornada obsessiva nos últimos anos.

III

Retomarei alguns desses fins condutores nas glosas finais. Por ora interessar-me-ia reter um aspecto particular da argumentação, o da crítica aos estudos de caso: “As sínteses foram desvalorizadas ou até proscritas. Multiplicaram-se as monografias de validade epistemológica limitada. Reduziram-se os objectos de estudo. Praticou-se a *micro-história*” (p. 14). A crítica ao programa monográfico é, parece-me, muito certa. Não porque as monografias não tenham um papel essencial na produção historiográfica, mas porque esse papel deverá estar condicionado pela capacidade de a observação local responder a questões globais. Julgo que aqui José Mattoso visava, no entanto, mais longe e mais alto do que a redução, de resto bastante conservadora e tradicionalista, do objecto à esfera local. Em causa está antes uma renúncia à síntese e à explicação, substituída nalgumas abordagens pós-modernas por uma observação analítica e descritiva de situações, por isso sempre ao nível micro, que se entende falarem por si, da mesma forma que a história crítica de matriz oitocentista entendia poderem falar sozinhas as compilações documentais a que dedicaram (e bem) um tão grande afã publicista. Vista desta perspectiva de redução não só dos objectos de estudo, mas da própria intenção interpretativa, entende-se a crítica de uma racionalidade micro-histórica empreendida aqui pelo Autor.

Parece-me possível, no entanto, resgatar a operação, talvez aquela saída da oficina da pós-modernidade com mais potencial de operacionalidade metodológica e conceptual. Primeiro, porque a micro-história deve partir de problemas gerais para no particular responder a eles e através dessa operação voltar ao global. Nesse sentido não me parece possível qualquer interrogação de situações concretas fora de um quadro interpretativo e conceptual global e das perguntas precisas que ele suscita. Fora disso, estamos perante uma narrativa ou uma sequência de narrativas sem intenção explicativa e por isso, do ponto de vista deste outro autor, fora da esfera histórica propriamente dita. Essa premissa não pode ser confundida, creio, com a rejeição da situação e do fragmento enquanto local de exercício da operação histórica, por razões que se podem esclarecer numa segunda linha de observações. De facto, e em segundo lugar, se a micro-história pode resultar de uma recusa das sínteses, também pode bem servir de lugar de observação, isto é, de desvelação, no sentido que mais adiante José Mattoso dá ao termo. Quero com isto dizer que a observação de situações precisas constitui uma forma de restituir a totalidade tão ambicionada pelos *Annales* e que constitui o principal desiderato das operações propostas pelo Autor na segunda parte do artigo, porque permite ver e compreender, as duas operações aparentemente tão simples que estão por detrás da acção de historiar. Pelo que, ao invés da renúncia à explicação que tão apressadamente alguns seguidores fizeram derivar da micro-História, o método conduz à explicação e à reconstrução de uma visão integral, isto é, da síntese.

Essa mesma aproximação poderá resolver os riscos de fragmentação disciplinar a que o Autor alude (p. 15). Esta, é verdade, mergulha as suas raízes na própria tradição da História académica e antecede em muito por isso a pós-modernidade, que dificilmente será apontada como causadora de uma visão da realidade às fatias. Creio, nesse sentido, que não se pode confundir uma segmentação do campo historiográfico por áreas disciplinares, que embora prática sempre impediu de ver o todo, com a renúncia à explicação ou, pior, a reconstrução da explicação a partir de áreas precisas parcelares, falsamente autonomizáveis (penso por exemplo em tentações a partir do domínio da História Económica). No caso preciso da micro-História, pelo contrário, pode cumprir-se o programa proposto por José Mattoso quando fala da “perspectiva totalizante da visão contemplativa” enquanto forma de

“ver a realidade de um ponto fixo a partir do qual pudesse abranger todo o passado” (p. 16). Dito de outra forma, do meu ponto de vista, o estudo de caso é esse ponto fixo cuja reiterada observação constitui o lugar de manifestação da visão contemplativa que leva à compreensão e à explicação, o particular sendo o ponto de “desvelação” do total. Assim, da mesma forma que, segundo o Autor a pós-modernidade emerge da Nova História, também aquela contém em si, talvez de forma inesperada para os seus praticantes, contradições capazes de suscitar uma outra construção.

IV

O distanciamento em relação às consequências da pós-modernidade em José Mattoso, bem demonstrado pela rejeição de um mau exemplo desta última, as observações proféticas de F. Fukuyama sobre o fim da História, fica a dever-se aos princípios (p. 17) que o Autor reconhece como centrais à prática do historiador.

É, no entanto, revelador que se inicie esta parte da exposição por um reconhecimento da veracidade das críticas pós-modernas à projecção de conceitos contemporâneos sobre o passado. Um dos pontos fulcrais será a necessidade de estar atento às variações semânticas e a consequente extensão do significado de crítica histórica. Parece-me este um dos pontos mais importantes a reter no conjunto de observações de José Mattoso sobre as transformações da historiografia nas últimas décadas: compreender implica não retroprojetar mecanicamente conceitos contemporâneos do observador sobre os do tempo do objecto (o advérbio é aqui essencial, porque qualquer esforço de inteligibilidade pressupõe a aplicação de conceitos provenientes do observador); isso por sua vez implica complexas operações de restituição de sentido, isto é, de reconstrução das variações semânticas que um mesmo nome sofre no decurso cronológico da sua utilização. Foi esse o caminho escolhido pela História Conceptual, numa abordagem que me parece ainda escassamente recebida pelo medievalismo. Creio, porém, que a recusa da aplicação acrítica de conceitos do lado do observador, visível já desde o debate dos anos sessenta em torno da dicotomia ordens/classes, (e lançada em Portugal com tantos frutos por António Manuel Hespanha através de uma operação que conduz da desconstrução marxista dos conceitos enquanto ideologia a uma pós-

modernidade em que se pode correr o risco de só haver representação), não pode dar lugar à tentação de buscar uma reconstrução total operada do lado do objecto. Isto não só porque se trata de uma operação irrealizável, à imagem do mapa na escala 1/1 de que fala Jorge Luís Borges, mas também porque a operação de restituição da semântica conceptual do lado do objecto revela a imensa complexidade de visões que resultam da reflexão de uma sociedade sobre si própria e o carácter ideológico de muitas delas, como mostrou Georges Duby no livro seminal sobre o impacto da ideia das ordens no imaginário do feudalismo. É aliás evidente no texto de José Mattoso a relevância do exemplo das categorizações sociais (às quais dedicou uma parte importante da sua obra, ao estudar a génese da nobreza medieval portuguesa), para pensar as relações entre o objecto e as suas representações, elas próprias, acrescentaríamos, objecto (p. 19).

V

A História será sempre por isso representação. E dessa consciência resulta a distinção entre História-escrita e História-vivida que vai buscar a Paul Ricoeur. Assim, tal como recorremos a metáforas para representar o social, José Mattoso propõe a noção de maquete como forma de representar a relação entre realidade e réplica (p. 20). Porque esta metáfora é essencial e muito reveladora do percurso do autor, a sua aptidão pelo desenho e as artes plásticas estando-lhe na origem, e porque ela representa ao mesmo tempo o reconhecimento da impossibilidade do mapa 1/1 de que falava há pouco, valerá a pena identificar as suas componentes e modo de construção.

O ponto de partida está na observação da “História enquanto objecto plástico”, feito de materiais concretos que formam a maquete, tempo e espaço, harmonizados funcionalmente. Essas são as coordenadas de leitura que permitem ao historiador/observador movimentar-se dentro da construção, mas esta faz-se a partir de indícios: marcas físicas, sempre discursos unilaterais porque não os podemos interrogar directamente (p. 21). A perspectiva aqui é claramente a de um medievalista, anotaríamos, e poderia ser contestada pela crescente falange de seguidores da História do tempo presente. Poderemos, porém, perguntar se a condição do historiador, assim como a sua prática, não implica uma certa distância

em relação ao objecto, também cronológica, coisa que o separa do sociólogo ou do antropólogo, seus primos mais jovens.

Esses indícios são interrogados através de algumas operações (como há muito tempo ensinou José Mattoso a um grupo de jovens aprendizes de historiador) bastante simples na sua essência: seriação, medida. A mensurabilidade é aliás o essencial, já na construção de tabelas cronológicas, já na produção de dados quantitativos (p. 22). A distinção, também feita por Jacques Le Goff entre documentos e monumentos (p. 23) é aqui essencial, porque separa as fontes que fornecem os indícios da construção resultante da submissão delas às operações de exegese. E é nesse sentido que os factos se distinguem dos indícios, resultando aqueles depois da submissão destes a um conjunto de procedimentos heurísticos, semióticos e semânticos que implicam a verificação das lacunas, a formulação de deduções e de hipóteses e, finalmente, a demonstração (p. 23). Estas fases conduzem à construção material da maquete e é essa função material que acaba por lhe dar um destino (p. 24). Toda a maquete concorre assim, desde os alicerces, para uma finalidade, a interpretação, que implica a hipótese, a síntese formulada através de uma narrativa. A simplicidade e ao mesmo tempo o rigor implícito nesta racionalização da operação em História parecem-me características de sempre da historiografia de José Mattoso, ainda mesmo antes de serem formuladas por escrito. Não podemos ter dúvidas que estiveram sempre lá antes deste momento de reflexão *a posteriori*.

VI

O aparente conforto do sistema é, no entanto, abalado por uma demonstração prática, à escala do social, do princípio da incerteza de Heisenberg: a maquete, que está ao mesmo tempo próxima e distante da História Crítica com raízes em Seiscentos, é flexível e move-se sem deixar de ser maquete, como a máquina de habitar de Le Corbusier era ainda uma casa ao mesmo tempo que estilhaçava o paradigma clássico das regras de habitar oitocentistas. Aliás, o que melhor caracteriza a maquete é a sua mobilidade em “direcção a destinos imprevisíveis” (p. 25), isto é, a impossibilidade de determinações lineares e, no limite, da previsão. A crítica a Fukuyama e às filosofias da História, mesmo que mais plausíveis porque

não cortando radicalmente com a inevitabilidade da mudança e o carácter incontrolável dela, vem daqui, desta assunção radical da imprevisibilidade como parte da História que a deve separar em método e expectativas, diria, das outras ciências que buscam o previsível e por isso a lei (pp. 25 e 26).

Creio ser este um dos pontos mais robustos da argumentação, no que contém de rejeição às armadilhas da submissão da História às ideologias que congelam a maquete, apertando-a em sistemas interpretativos rígidos e pré-definidos, perigos que a deriva da pós-modernidade acentua, através do *nihilismo* do “tudo é ideologia”; e também no que implica de reconhecimento de que enquanto máquina de representação, a “História escrita” tem entre mãos um objecto volátil que é melhor descrito como uma maquete em movimento aberto. E é justamente esse carácter aberto que nos deve prevenir contra as armadilhas do “fascínio da totalidade” (p. 26), tema que já tinha aparecido a propósito da História total dos *Annales*, e que neste momento pode servir de aproximação aos limites de uma história global, entendida como totalidade radical em espaços/tempos que escapavam ao conceito da universalidade oitocentista.

E justamente no domínio dos espaços/tempo reflecte-se também o tópico da imprevisibilidade, do não automatismo e da complexidade. Em primeiro lugar, de novo a propósito da periodização tradicional e das suas vantagens pedagógicas, resultantes da necessidade de “aquisição da noção de tempo real” (p. 27), ao mesmo tempo que se reconhece esta enquanto artefacto. De igual forma no que respeita ao espaço, sublinhando-se que “a distinção geográfica enriquece a noção de época” (p. 27) e, acrescentaríamos, não só a enriquece como a desdobra, permitindo substituir a uma linearidade focada numa área regional (por exemplo o mundo romano ou a “Europa medieval”), múltiplos espaço-temporais potencialmente conectados, mas não necessariamente síncronos nem passíveis de serem submetidos a um único sistema explicativo. Ao artefacto contrapõe-se assim a fluidez e a variedade histórica que José Mattoso aproxima aos caprichos da orografia, picos mais altos, vales e rios (p. 28) servindo de metáfora (mais uma) à diversidade e imprevisibilidade do objecto que a maquete deve acomodar.

VII

Chegamos aqui ao momento fulcral do sistema, isto é, ao que fazer com a maquete, ou, dito de outra forma, às condições e possibilidades da sua operação. O Autor distingue a esse propósito duas aproximações diferentes, resumíveis na dicotomia *technê versus poiesis* (arte) (pp. 28-29). Poderíamos dizer que a oposição é matricial à formação do próprio conceito de História enquanto investigação e, por essa razão, narrativa que se distingue da épica pela procura da verificação e a referência das fontes. Uma vez codificadas essas regras, o que acontece em temporalidades diversas, na Grécia Clássica, no Islão Medieval, na Europa Humanista ou Iluminista, assume-se que a *poiesis* deve ser apoiada numa *technê*, mesmo se no mundo clássico como na latinidade medieval, a História é ensinada a propósito das artes do discurso, a Gramática e a Retórica. Os riscos contemporâneos, mutuamente contraditórios, de separação entre *technê* e *poiesis*, decorrem, por um lado de uma pós-modernidade radical disposta a transformar tudo em discursos, por isso mesmo sem relação necessária com um objecto real e, por outro, da submissão à operação quantitativa/métrica proveniente das ciências “exactas”. No primeiro caso tudo fica reduzido a uma *poiesis* esterilizante. No segundo a uma *technê* autoexplicativa que dispensa, no fundo, todo o imenso trabalho preliminar de construção da maquete e, mais ainda, a interpretação que nela se apoia.

Nesse sentido creio que o domínio sobre o conjunto de técnicas a que os antigos chamavam “Artes” (*technê*) enquanto “*invenzione*” (*poiesis*) é o que no fim de contas distingue o bom historiador do mau. As operações preliminares enquanto “Arte” podem e devem aprender-se, mas os mecanismos dos quais depende a “*invenzione*” (correlações de variáveis, associação de factos, comparações e capacidade retórica, do ponto de vista narrativo ou enunciativo) resultam amiúde da livre associação que se manifesta no decurso da formulação discursiva, seja ela oral ou escrita. Pode assim pensar-se na analogia entre o exercício histórico diante de um público (oral) e a necessária fluidez para o manter vivo na versão escrita. Em ambos os casos, trata-se de um processo imersivo e de alheamento de todo o real fora daquele que instantaneamente se historia. Só a imersão garante o necessário estado de alteração de consciência necessário para mobilizar grandes massas de informação para a

construção de uma explicação que as organize e lhes possa garantir um sentido. Tudo isto só se aprende, ou não, fazendo. E fazendo durante muito tempo.

O ponto que José Mattoso aqui faz não é centralmente sobre a *technê*, ainda que esta lhe mereça algumas considerações relevantes, motivadas pela retoma da metáfora do detective que acumula indícios e provas através de técnicas específicas (p. 29). Muitas delas já são utilizadas pela História Crítica, com fundamentos que vão de Valla a Mabillon. Juntam-se aqui alguns sublinhados. Refiro-me às dificuldades suplementares introduzidas pela evolução da história do pensamento e dos sistemas de representação (p. 30), e às armadilhas que colocam a quem procura centrar-se no objecto; aos perigos de um abandono radical da maquete pré-existente (p. 31) que derivam dessa evolução e da reinterpretação permanente (diria eu) das relações entre *technê* e *poiesis*. Daí o vincar da importância das cadeias de transmissão (no sentido em que as toma o Islão medieval, de *Isnad*) no lugar da rápida substituição de sistemas, com a finalidade de vincar o triunfo efémero de cada geração historiográfica sobre as anteriores. Ainda a um aspecto que o Autor reputa central na *technê*: “a escrita clara e simples” (p. 32), que é sem dúvida marca de água na sua historiografia. Mais uma indicação de que no fundo da *technê* está o estilo. Entendido não enquanto forma, mas como processo de inteligibilidade do objecto. Finalmente, o pressuposto básico de que a História escrita é narrativa e narrativa de mutação, do que muda, ou, como diria outro grande historiador, Jorge Borges de Macedo, do que vai mudando. Isso implica um reconhecimento de que os instrumentos conceptuais, como as estruturas, “não são seres reais mas criações” dos historiadores para introduzir ordem e sentido (p. 34). E, portanto, produtos da *technê*. O mesmo se poderia dizer dos instrumentos de medida criados para poder reduzir ao número o real (como o PIB, por exemplo). Porém, das leis históricas do historicismo às regularidades (as “secretas linhas de força” do estruturalismo), encontramos-nos também no limiar da *poiesis*, porque ao perceber a História viva como “organismo vital” encetamos uma busca do sentido das coisas (p. 33) que só ela pode resolver.

VIII

Chegamos aqui, por fim, ao ponto nevrálgico da concepção da actividade do historiador que dá título ao artigo e conexão aos diferentes pontos de observação que marcam a obra de José Mattoso. Creio, no entanto, que o argumento é tão largo que amplamente a transcende. Se a História é consciência de si colectiva (*selbstbewusstsein*), essa tomada de consciência provoca uma busca irreprimível de sentido. A atitude de quem busca esse sentido é a contemplação enquanto percepção do “sentido último do Ser” (p. 34). O argumento bebe aqui reconhecidamente nas concepções de História enquanto *poiêsis* de Paul Ricoeur e Martin Heidegger (p. 35), mas convoca ainda Sophia de Mello Breyner e Alberto Caeiro, de forma que é tudo menos ornamental. No fundo não explícito da imagem vislumbram-se as duas décadas beneditinas do Autor, ou talvez mais precisamente a busca da contemplação que o levou lá e que se terá mantido sempre nele, mesmo no século. A operação, porém, está fundada numa sólida argumentação epistemológica.

Parte do reconhecimento de que a memória está sempre limitada pela fragmentaridade, só a contemplação podendo restituir a unidade (“unicidade”) que é o destino último e o lugar da compreensão e da inteligibilidade (p. 35). Anotaria, pelo meu lado, que talvez se possa encontrar o sentido precisamente nessa fragmentaridade, restos de restos de restos, que o tempo, como os ladrões de Schiller (*Die Raueber*) vistos pelo filme de O. Iosseliani (*Os Favoritos da Lua*), nos deixa apreender enquanto reminiscência, e no quadro que conseguimos reconstituir com esses fragmentos. Assim, em vez da busca da unicidade, teríamos a da legibilidade e a intuição do real que a contemplação consente.

Dois conceitos chave são evocados por José Mattoso a propósito da contemplação: desvelação e exaltação. Juntos constituem a chave de acesso à forma como o autor entende o exercício contemplativo. O primeiro toma-o a Heidegger, sendo a desvelação a fruição do belo (p. 36). O sentido não é pois estritamente histórico, mas poderá ser capitalizado se pensarmos a desvelação enquanto acesso à totalidade que é a contemplação da beleza última. Irresistível lembrar a propósito o poema de Álvaro de Campos, “O Teorema de Pitágoras é tão belo como a Vénus de Milo”. Os cépticos objectarão que estamos no domínio da Metafísica, sendo a

História do domínio da Física ou, dito de outra forma, que o Ser é um universal e a História se ocupa dos particulares, ao contrário da Teologia e da Filosofia. Creio, no entanto, que as observações do Autor merecem ser consideradas no que têm de acesso a uma operação fulcral no exercício do historiador, ou aliás, no de qualquer outro cientista. De forma prosaica poderíamos chamar a esse momento “intuição”, conceito que, contudo, está longe de esgotar todas as possibilidades do momento (ou da sucessão de pequenos momentos) de acesso à evidência. A história da ciência está de resto cheia de relatos mais ou menos anedóticos desses momentos, podendo de entre eles a maçã de Newton servir por todos. Mas o processo nada tem de irrelevante. É o momento em que todas as variáveis, sequências acumuladas, referências múltiplas, uma complexa estratigrafia em que todo o conhecimento sedimentado é mobilizado para esclarecer um problema determinado. É o momento em que se sabe, isto é, para seguir a formulação do Autor, a totalidade nos atinge enquanto clarão e evidência. É Caeiro e a espantosa realidade das coisas, ou “a percepção do fulgor poético captado graças à inserção do instante na totalidade” (pp. 37- 38).

Neste sentido Sophia (de Mello Breyner) prefigura no texto de José Mattoso, a *busca de SOPHIA*: a descoberta da realidade enquanto exaltação. Desvelar surge assim enquanto comunicação da exaltação, do momento em que o belo se revela na totalidade (pp. 38-39). Trabalhando sem a rede do original da maquete (p. 40) o historiador produz um conhecimento, a História escrita, “fruto de uma dedicação sustentada pela *poiêsis*, [que] pode desembocar na contemplação da realidade das coisas.” A boa História revela-se assim na “capacidade para evocar” a espantosa realidade das coisas: “um olhar atento, global, pacífico, não interventivo”. Essa é a matriz da História escrita enquanto contemplação (pp. 41-42).

IX

Nesta última frase programática, que é também o resumo de um legado, espreita no subtexto a recusa da aceitação voluntária do filtro das ideologias. Nela está talvez uma pista de resposta aos desafios maiores que se colocam à História hoje. Anoto-os, para terminar, de forma telegráfica (a eles voltarei noutra lugar). Como muitas

das coisas que se dizem nestas glosas são da minha estrita responsabilidade e não do Autor que aqui se comenta.

Em primeiro lugar colocaria precisamente a renúncia *nihilista* a um olhar distanciado das ideologias (tudo é ideologia *ergo* a história é ideologia). A recusa desta posição perpassa quase subliminarmente neste texto de José Mattoso sobre a História Contemplativa. É hoje mais actual do que nunca, a cartilha das ideologias nacionalistas e das suas oposições marxistas tendo sido substituída pela dos Estudos pós-coloniais, pela agenda descolonizadora e pela valorização *acharné* dos estudos sobre grupos minoritários ou pseudo-minoritários. Nem as velhas agendas nem as novas contribuem para ver melhor. Nenhuma desvelação aqui, apenas obscurecimento.

Em segundo lugar, anota-se a emergência de uma armadilha recente, a da intermutabilidade entre a *technê* própria da História e a das ciências exactas, que submete aquela a esta, diluindo o campo e, no limite, o próprio objecto de estudo e o sistema de interpretação. A opção é aqui mais uma vez eminentemente política e implica deixar de pensar historicamente para pensar tecnicamente. O triunfo das Ciências do Património é muitas vezes o lugar onde esta obliteração deliberada, alimentada pelas regras que valorizam um tipo determinado de produção e difusão do conhecimento, se concretiza.

Em terceiro lugar, a diluição dos limites disciplinares, que não pode ser confundida com a interdisciplinaridade e que pelo contrário a impede, por não haver interdisciplinaridade se não houver disciplinas. Ela decorre parcialmente da operação anterior (a segunda), expondo a História à ofensiva das ciências exactas (sobretudo experimentais) e não aos seus benefícios, o inverso não se verificando. É, pois, neste caso, uma operação unilateral. Mas decorre também de um comércio cada vez mais difuso e pastoso com outras ciências sociais, que encontram na versão contemporânea da pós-modernidade um campo ilimitado de expressão. Essa ausência de limites tende a canibalizar o campo histórico e, o que é mais grave, a esvaziar o questionário da variável espaço/tempo, ou dizendo ainda de outra maneira, da *technê* e da *poiesis* próprias da História.

Finalmente, em quarto lugar, está em curso um estreitamento míope da cronologia que compromete a compreensão (a exaltação), pela redução da espessura cronológica e a preferência pelo contemporâneo, lido aqui não como uma referência às tradicionais divisões cronológicas que regravam o trabalho do historiador, mas enquanto vocação para o imediato ou para a História do tempo presente, o que mais acentua a diluição de limites do campo com o das outras ciências sociais. A redução da espessura cronológica é em si já bastante ameaçadora, não porque se estudem mais umas épocas do que as outras, mas porque ver apenas na curta duração, um dos registos possíveis para um historiador, é amputar o campo de visão e comprometer por isso a exaltação que advém da consideração dos múltiplos temporais em que as sociedades se movimentam.

Por todas estas razões a “História Contemplativa” partilha caminhos intergeracionais que devem ser tanto mais considerados quanto, neste momento, como o João Carlos no início do *Cavaleiro Andante* de Almeida Faria, a “História escrita” não sabe sequer se tem futuro.

Referências bibliográficas

DUBY, Georges – *Guerreiros e Camponeses – Os primórdios do crescimento económico europeu, séc. VII-XII*. Lisboa: Estampa, 1980.

DUBY, Georges – *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

FUKUYAMA, Francis – *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva, 1992.

LE GOFF, Jacques – “Documento / Monumento”. In *Enciclopédia Einaudi*. Vol. I. *Memória-História*. Lisboa: INCM, 1984, pp. 95-106.

MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa – A família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1981.

MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros – A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães Editora, 1982.

MATTOSO, José – *Identificação de um país - Ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325*, 2 vols. Lisboa: Estampa, 1985-1986.

MATTOSO, José – “A História Contemplativa – Ensaio”. In MATTOSO, José – *A História Contemplativa – Ensaio*. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2020, pp. 9-42.

RICOEUR, Paul – *Temps et Récit*. 3 vols. Paris: Seuil, 1983-1985.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FERNANDES, Hermenegildo – “José Mattoso ou a contemplação como exaltação”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 15-31. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

DOSSIER TEMÁTICO

“Intercâmbios Peninsulares”

THEMATIC DOSSIER

“Peninsular Exchanges”



Apresentação do Dossier Temático “Intercâmbios Peninsulares”

Thematic Dossier “Peninsular Exchanges” presentation

(a) *Isabel Beceiro Pita*, (b) *César Olivera Serrano*, (c) *Isabel Barros Dias*

(a) (b) Instituto de Historia (CSIC), Departamento de Historia Medieval
Calle Albasanz 26-28
28037 Madrid, España

(a) isabel.beceiro@cchs.csic.es

<https://orcid.org/0000-0003-1076-2335>

(b) cesar.olivera@cchs.csic.es

<https://orcid.org/0000-0001-9971-6647>

(c) Universidade Aberta
1250-100 Lisboa, Portugal

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos de Literatura e Tradição; Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

Isabel.Dias@uab.pt

<https://orcid.org/0000-0003-3479-6660>

Data recepção do artigo / Received for publication: 14 de Setembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5075>



O dossier temático “Intercâmbios Peninsulares” constitui um dos resultados do projeto “Transferencias humanas, culturales e ideológicas entre los reinos ibéricos (siglos XIII-XV)” (Ref. HAR2017-89398-P). Financiado pelo Ministerio de Economía, Industria y Competitividad, de Espanha, o projeto desenrolou-se entre 1 de janeiro de 2018 e 30 de junho de 2021, tendo tido dois Investigadores Principais: inicialmente, Isabel Beceiro Pita, do Instituto de História do CSIC, Madrid, foi a promotora da sua apresentação; seguidamente, em virtude da aposentação da primeira IR, em 2020, César Olivera Serrano, do mesmo Instituto, foi responsável por levar este barco a bom porto.

O objetivo primordial deste projeto de investigação consistiu na análise e estudo de deslocções humanas e de interações culturais e ideológicas no seio da unidade e, simultaneamente, da diversidade constituída pelos reinos ibéricos da Baixa Idade Média. No que se refere às transferências humanas, foram estudados três tipos de problemáticas: fluxos migratórios de linhagens nobres entre Castela, Aragão, Navarra e Portugal, os seus vínculos clientelares e mecanismos de integração, relacionando-os com a conjuntura política. Uma particular atenção foi dada às zonas fronteiriças, com destaque para os casos em que as zonas delimitadas pelos poderes régios não coincidiam com os limites senhoriais. Foram também investigadas atividades diplomáticas entre os reinos peninsulares. O estudo dos relacionamentos culturais incidiu sobre a circulação de objetos e manuscritos, a receção de obras e de autores, o uso das diferentes línguas peninsulares, a criação artística, os emblemas iconográficos e o patronato régio e senhorial..., tendo sido destacados temas e influências mútuas ocorridas durante o período em apreço. As relações ideológicas abordadas centraram-se na influência que as deslocções de pessoas e os intercâmbios culturais, já referidos, tiveram na conceptualização do poder régio e das elites. A partir destas linhas de força foram examinados fenómenos e situações indicadores de especificidade ou de unidade, estabelecidas as suas modalidades cronológicas e espaciais, bem como a sua relação com conjunturas políticas, linhas de expansão territorial, instauração de novas dinastias e de alianças interpeninsulares. A finalidade última do projeto foi, portanto, demonstrar que a

afirmação dos distintos reinos ibéricos não implicou uma ruptura relativamente à identidade coletiva peninsular. Pelo contrário, a circulação de linhagens e oficiais de corte e as inter-relações culturais e ideológicas constituíram fatores decisivos para uma reformulação de perspetivas, de modo a conjugar a identidade específica de cada reino com a identidade peninsular coletiva. É precisamente a convergência desta unidade e diversidade o que ressalta dos artigos que compõem o presente dossier e que se caracterizam, na sua maioria, por considerar interações que incluem Portugal.

O dossier temático que agora se publica está intimamente ligado a uma atividade específica do projeto, o colóquio “Os intercâmbios peninsulares na Baixa Idade Média: as elites e a cultura” que decorreu entre 16 e 18 de outubro de 2019 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A organização do evento foi da responsabilidade do projeto e da FLUP, cabendo a sua coordenação a Isabel Beceiro Pita (IH-CSIC), Paula Pinto Costa (FLUP) e José Augusto de Sottomayor Pizarro (FLUP). Na ocasião foram apresentados 16 trabalhos por 18 investigadores, distribuídos por cinco sessões, tendo sido abordadas questões diversificadas, ainda que sintonizadas no que se refere ao tema axial do colóquio, as relações peninsulares. Os estudos então apresentados debruçaram-se sobre linhagens oriundas de um reino que se fixaram noutra, movimentações ocorridas no quadro de confrontos bélicos, deslocações de embaixadores, de exilados e de artistas... foi dada particular atenção ao facto de as múltiplas deslocações físicas identificadas, tanto de leigos, como de eclesiásticos, terem sido, muito frequentemente, acompanhadas por intercâmbios culturais e artísticos.

Os cinco textos que constituem o presente dossier são, na sua maior parte, fruto de investigações apresentadas no colóquio acima referido, agora em versões reformuladas e amadurecidas graças às reflexões que tiveram lugar no encontro, à evolução das pesquisas dos seus autores e ao diálogo construtivo e salutar que o processo de arbitragem cega proporciona. Aos quatro estudos elaborados por José Augusto de Sottomayor-Pizarro e Paula Pinto Costa, Marta Cendón Fernández, César Olivera Serrano e Óscar Perea Rodríguez, inicialmente previstos, veio juntar-se, por feliz acaso, o trabalho de Francisco Javier Pérez Rodríguez, oportunamente proposto

à revista *Medievalista* e cuja integração no dossier foi considerada da maior pertinência.

Pretende-se que os estudos agora publicados sejam representativos da multidisciplinaridade que caracterizou o projeto de investigação “Transferencias humanas, culturales e ideológicas entre los reinos ibéricos (siglos XIII-XV)”. Com efeito, os trabalhos perspetivam a questão das relações peninsulares na Baixa Idade Média a partir de diferentes áreas disciplinares (História, História da Arte, Literatura) e incidem sobre temas e objetos díspares: monges, fidalgos e freires-cavaleiros; as relações bélicas fronteiriças e o ultrapassar dessas mesmas fronteiras por pontes artísticas, culturais e religiosas; entendimentos e desentendimentos entre indivíduos e reinos; sem esquecer o imaginário que se cristaliza enquanto projeção, tanto de medos, como de anseios e de ideais.

O artigo que abre o dossier foi elaborado por Augusto de Sottomayor-Pizarro e Paula Pinto Costa (ambos da FLUP) intitulando-se “Fidalgos e freires-cavaleiros. Vidas sem fronteiras na Hispânia medieval”. O estudo destaca os comportamentos a-fronteiriços de múltiplos elementos da aristocracia portuguesa, desde a formação deste reino, no século XII, até à segunda metade do século XIV. No que aos fidalgos laicos se refere, são considerados três grandes grupos: membros da Família Real que casam ou que se exilam no reino vizinho (caso do Infante D. Pedro, filho de Sancho I, ou de Afonso Sanches e Pedro Afonso, bastardos de D. Dinis); figuras da alta nobreza que se deslocam por motivos políticos; e elementos de linhagens cujas estratégias de poder passam pelo estabelecimento de laços transfronteiriços. No que se refere aos fidalgos eclesiásticos, apesar de existirem Ordens Militares especificamente ibéricas ou portuguesas e de as Ordens mais amplas se subdividirem em ramos regionais, a pertença a uma destas organizações implicava a adoção de uma perspetiva a-fronteiriça, que ultrapassava as divisões políticas entre reinos. Esta diluição acentua-se ainda pelo facto de muitos destes freires-cavaleiros pertencerem a famílias cuja teia de relações se estendia por vários reinos. Assim, e com base nas pesquisas desenvolvidas, os autores do artigo sublinham que o entendimento da fronteira luso-castelhana pelas elites

portuguesas se caracterizava pela fluidez, o que decorria e também estimulava a frequência dos contactos transfronteiriços.

Seguidamente, o artigo de Marta Cendón Fernández, da Universidade de Santiago de Compostela, “Intercambios artísticos en una diócesis transfronteriza: posibles semejanzas entre las catedrales de Tui y Braga”, aborda também a questão do ultrapassar de fronteiras, se bem que agora em contexto artístico e religioso. Assumindo a predominância das relações diocesanas sobre as fronteiras políticas existentes, a autora propõe que, para além dos pontos de contacto com outras edificações, como a catedral de Santiago ou Santa Fé de Conques, tenham existido semelhanças marcantes entre os projetos arquitetónicos, primeiro da igreja metropolitana de Braga e, seguidamente, do que se supõe que terá sido a catedral medieval de Tui (iniciada cerca de 1125). Com este intuito são, por um lado, apresentadas as estreitas relações entre as duas dioceses, que remontam ao período romano e se prolongam pela Idade Média e, pelo outro lado, considerados vários elementos arquitetónicos que já foram objeto de estudos e de questionamentos, tanto relativamente à catedral tudense, como à de Braga, caso da configuração primitiva das plantas, as cabeceiras, a quantidade e forma das absides... Este modelo terá ainda sido replicado por outras catedrais sufragâneas de Braga, como Ourense e Lamego (para além de Tui), o que comprova o dinamismo das relações artístico-culturais transfronteiriças existentes no período e região em apreço.

Incidindo sobre mosteiros da mesma área geográfica, se bem que trabalhando com fontes diferentes e adotando uma perspetiva disciplinar distinta, temos o estudo de Francisco Javier Pérez Rodríguez, da Universidade de Vigo, “Monges e mosteiros galegos em Portugal (séculos XII-XV)”. Com efeito, o estudo debruça-se sobre a atividade económica de um conjunto de mosteiros da Galiza meridional com domínio sobre territórios situados no reino português, maioritariamente entre os rios Minho e Lima. Os dados compulsados permitem o mapeamento destes bens e a identificação dos seus doadores no quadro das políticas gerais seguidas pelos reis portugueses, que interagem com os cenóbios galegos do mesmo modo que com os portugueses, até ao conflito que opôs Afonso IV de Portugal a Afonso XI de Castela, momento em que se opera uma viragem, tendo-se verificado confiscações. O autor

considera ainda várias dinâmicas relacionais. Por um lado, o facto de Braga ter sido metropolitana de um conjunto de sedes galegas implicou frequentes deslocações de monges, para tratar de assuntos eclesiásticos, nomeadamente questões de justiça, da alçada do tribunal metropolitano. Por outro lado, três abades galegos realizaram missões em Portugal, por encomenda papal, e o mosteiro português de Pitões das Júnias foi afiliado a Santa Maria de Oseira. Retrata-se assim uma rede de intercâmbios e de influências transfronteiriças que, sendo primordialmente de carácter eclesiástico, também terão tido uma vertente cultural.

O contributo de César Olivera Serrano (Instituto de História - CSIC) intitulado “El conde D. Enrique Manuel (c.1343-1414) y las relaciones cortesanas luso-castellanas en tiempos de crisis dinásticas”, consiste num estudo bastante específico, sobre a biografia e linhagem do conde Enrique Manuel, filho bastardo do famoso D. Juan Manuel, descendente do filho mais novo de Fernando III de Castela e Leão. Elemento de uma poderosa linhagem, Enrique Manuel circulou entre Portugal, onde foi conde de Seia (sob Fernando I de Portugal) e Castela, onde foi conde de Montealegre (sob Juan I, Enrique III e Juan II). Com base neste percurso, o autor do artigo perspetiva os contextos históricos, políticos e culturais da época, que se caracterizaram pela instabilidade provocada pelas crises sucessórias ocorridas, primeiro em Castela (com os Trastâmara) seguidamente em Portugal (com os Avis). O protagonismo político de Enrique Manuel em Portugal é enquadrado na linha do prestígio e da presença da sua linhagem nesta corte, com destaque para os casamentos de familiares suas com elementos da casa real portuguesa (Violante Manuel e o infante D. Afonso, irmão de D. Dinis; Constança Manuel e D. Pedro). Tendo também casado em Portugal e sendo parente e próximo dos reis D. Fernando e Leonor Teles, Enrique Manuel teve uma participação ativa na cena política bilateral, nomeadamente no quadro de negociações de paz e relativas a projetos de casamento da infanta herdeira de Portugal, D. Beatriz. A crise dinástica portuguesa veio abalar a posição de Enrique Manuel, que deixou de ser referido pelas fontes portuguesas, nomeadamente por Fernão Lopes. Reaparece em território castelhano, fixando-se numa região onde se concentraram vários exilados portugueses, comunidade com a qual a sua família manteve e fortaleceu laços. O percurso de Enrique Manuel e da

sua família atravessou reinos e guerras cristalizando-se assim como um exemplo de flexibilidade e adaptação face às instabilidades da época.

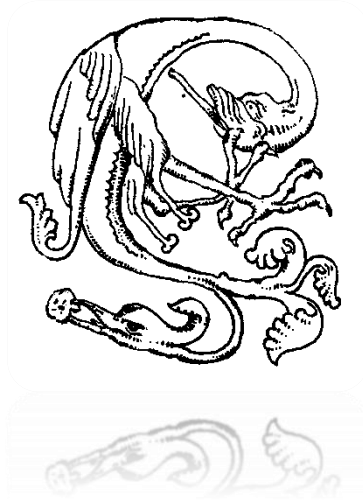
O dossier termina com o estudo de Óscar Perea Rodríguez, da Universidade de São Francisco, intitulado “Escitia y Escancia (o Escandia), el fabuloso pasado nórdico del neogoticismo cuatrocentista hispánico”. O artigo debruça-se sobre o tópico do “neogoticismo”, elemento fundamental do imaginário histórico medieval ibérico. Remontando o seu início ao *Laus Spaniae* de Santo Isidoro e à *Crónica moçárabe de 754*, esta cosmovisão que unia o reino das Astúrias e a subsequente Reconquista ao anterior reino visigodo foi veiculada por diversas crónicas até se fixar, no seu estágio mais completo, no século XIII, com as obras dos bispos Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada. Após um período de relativa dormência, o tópico ressurgiu nos séculos XV e XVI, articulado com a valorização dos topónimos Escitia e Escancia que, independentemente de algumas confusões, são valorizados como locais de origem da epopeia dos visigodos. Se as primeiras utilizações destes tópicos tiveram lugar no quadro da propaganda política cristã, que procurava fomentar a coesão dos reinos das Astúrias e de Leão face à ocupação muçulmana, a sua recuperação também se encontra marcada pela propaganda política, mas agora em articulação com as construções ideológicas e os projetos políticos dos soberanos da dinastia Trastâmara em Castela e Aragão. Um destaque especial é dado à obra de Alfonso de Cartagena e aos laços que tece para apresentar a monarquia como “fundamento espiritual y trascendente de la unidad territorial hispánica”, articulando paralelos entre Roma e Espanha com base no binómio decadência/recuperação. Esta dinâmica também se estende à lírica, sendo apresentados e analisados diversos poemas de cancionero, panegíricos, alguns com apontamentos messiânicos, que se referem às origens godas dos Reis Católicos, entroncando a dinastia Trastâmara na monarquia visigoda.

O conjunto de artigos agora publicado contribui para demonstrar que os estudos desenvolvidos no quadro do projeto “Transferencias humanas, culturales e ideológicas entre los reinos ibéricos (siglos XIII-XV)” atingiram os objetivos previstos, nomeadamente a reformulação de alguns pressupostos, como o ponto de vista das pesquisas que se centram nas coroas de Castela ou de Aragão para, a partir

daí, observarem o conjunto peninsular. Exemplo disso é precisamente a importância dada a Portugal, um reino relativamente pouco abordado pela historiografia espanhola. A consciência da necessidade de transcender fronteiras levou à adoção de um ponto de vista que contraria as balizas mais usuais da historiografia atual, que se foca em âmbito regional ou se fragmenta ainda mais em estudos de caráter local. O facto de assumir uma perspetiva interdisciplinar, conjugando a História com a Literatura e a Arte, possibilitou centrar o projeto no âmbito da História Cultural, fomentando o diálogo, não só entre distintas disciplinas, mas também a aplicação de ferramentas e perspetivas diversas sobre múltiplas fontes (textos literários, fontes diplomáticas, testemunhos das artes plásticas). Foi assim possível desenvolver pesquisas que, sem descuidar as especificidades inerentes a cada reino, privilegiaram o estudo da identidade hispânica global. Deste modo, o trabalho desenvolvido procurou abrir novas possibilidades de aproximação à complexidade do medievalismo hispânico, tal como espelhado no conjunto de artigos agora publicado.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BECEIRO PITA, Isabel; OLIVERA SERRANO, César; DIAS, Isabel Barros – “Apresentação do Dossier Temático ‘Intercâmbios Peninsulares’”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 35-43. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Fidalgos e freires-cavaleiros. Vidas sem fronteiras na Hispania medieval¹

Fidalgos and miles Christi. Borderless lives in medieval Hispania

(a) ***José Augusto de Sottomayor- Pizarro***, (b) ***Paula Pinto Costa***

(a) Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História e de Estudos
Políticos e Internacionais
CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
4150-564 Porto, Portugal

Academia das Ciências de Lisboa
1249-122 Lisboa, Portugal

Real Academia de la Historia
28014 Madrid, Espanha

(b) Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História e de Estudos
Políticos e Internacionais
CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
4150-564 Porto, Portugal

(a) pizarro@letras.up.pt
<http://orcid.org/0000-0002-6016-6024>

(b) ppinto@letras.up.pt
<http://orcid.org/0000-0002-1926-2276>

Data recepção do artigo / Received for publication: 1 de Junho de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 18 de Março de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5087>

¹ Este artigo insere-se no projeto de investigação *Transferencias humanas, culturales e ideológicas entre los reinos ibéricos (siglos XIII-XV)*, financiado pelo Ministerio de Economía, Industria y Competitividad (HAR2017-89398-P), e coordenado pela Doutora Isabel Beceiro Pita (Instituto de Historia-CSIC).

RESUMO

Partindo da importância da fronteira luso-castelhana no quadro da Hispânia medieval e da sua complexidade enquanto construção política, o objetivo desta reflexão é fazer a avaliação do seu impacto ao nível dos grupos senhoriais, laicos ou eclesiásticos. O modo como estes grupos senhoriais interpretavam a fronteira é uma questão central para este estudo. A fidalguia e os freires das Ordens Religioso-Militares, designados de um modo simplista como freires-cavaleiros, decalcavam tendências semelhantes por razões compreensíveis. Os fidalgos e os freires-cavaleiros integraram as elites medievais que dinamizaram os intercâmbios peninsulares, desenvolvendo inúmeras trajetórias sem fronteiras na Hispânia medieval. A aristocracia e os membros das Ordens Militares, em particular os das internacionais, tinham uma concepção muito fluida da fronteira, à qual se sobrepunham os interesses familiares e institucionais. Os fidalgos encontraram na transposição fronteiriça um mecanismo natural para contornar problemas de natureza política, decorrentes dos conflitos com os monarcas, ou para materializar estratégias de poder de linhagens com patrimónios constituídos muito antes da criação do reino de Portugal. Por sua vez, os freires das Ordens Militares eram, por vezes, membros de famílias imbuídas de comportamentos a-fronteiriços, os quais eram reforçados quando professavam em instituições multinacionais, não sobreponíveis com as delimitações fronteiriças de natureza político-diplomática.

Palavras-chave: Nobreza; Ordens Militares; Idade Média; Fronteira; Hispania.

ABSTRACT

Based on the importance of the Luso-Castilian border in the context of medieval Hispania and its complexity as a political construction, the objective of this reflection is to assess its impact at the level of manorial groups, either secular or ecclesiastical. The way how these social groups had interpreted the frontier is a central issue for this study. *Fidalgos* and *miles Christi*, usually called knights in simple terms, had traced similar tendencies for understandable reasons. *Fidalgos* and *miles Christi* were part of the medieval elites that boosted the peninsular exchanges, developing frequent trajectories over borders in medieval Hispania. The aristocracy and the friars of the Military Orders, in particular, those from the international Orders, had a very fluid conception of the frontier, to which family and institutional interests were superimposed. The noblemen found in the border crossing a natural mechanism to circumvent some political problems, arising from conflicts with monarchs, or to materialize strategies of power of some lineages with patrimonies constituted long before the creation of the kingdom of Portugal itself. In turn, the friars of the Military Orders were sometimes members of these families, imbued with non-border behaviors, which were reinforced when they professed in multinational institutions, not overlapping with the delimitations of the political and diplomatic border.

Keywords: Nobility; Military Orders; Medieval Ages; Border; Hispania.



1. Os grupos senhoriais face à fronteira política

Sem qualquer pretensão de analisar o fenómeno da fronteira no contexto da Idade Média peninsular, tópico da maior complexidade e de há muito dissecado pelas historiografias ibéricas, torna-se fundamental, para o nosso propósito, equacionar a importância dessas construções políticas para os grupos senhoriais, sejam laicos ou sejam eclesiásticos.

Como facilmente se compreenderá, a abundância de dados relativa à circulação transfronteiriça por parte dos membros do grupo aristocrático e das instituições eclesiásticas, seculares como regulares, nomeadamente das Ordens Religioso-Militares, é de tal forma abrangente que nos obriga a fazer uma selecção, tanto ao nível das tipologias como dos seus intervenientes concretos, tendo em vista a sistematização dos casos mais ilustrativos.

Tema de há muito trabalhado através de inúmeros estudos de caso², no quadro das diferentes monarquias peninsulares, a facilidade de circulação de nobres entre elas era uma das práticas mais comuns, em virtude de circunstâncias familiares e patrimoniais, para além das mais evidentes de natureza política. Do mesmo modo, também os freires das ordens militares encontravam uma variedade ampla de circunstâncias que, da mesma forma, estimulavam a sua mobilidade no quadro da Península. Se, em algumas situações, a sua origem aristocrática pode ter sido a circunstância determinante para explicar a sua mobilidade, noutros casos foi a própria natureza e dimensão da instituição em que professaram que deu origem à necessidade de frequentes viagens, ou mesmo à fixação em reinos distintos do da sua origem, para garantir práticas de gestão no âmbito de instituições de grande dimensão e abrangência geográfica transfronteiriça. Mas, como bem se sabe, estas

² Um extenso elenco bibliográfico sobre esta temática em SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)”. *Anuario de Estudios Medievales* 40/2 (julio-diciembre de 2010), pp. 889-924.

milícias foram ao mesmo tempo as instituições que mais colaboraram na definição da linha da fronteira, desenvolvida com o patrocínio régio³.

Todavia, estas práticas estavam muito longe de se confinarem a grupos específicos, podendo também ser identificados noutros âmbitos, sociais como “profissionais”. Para o efeito, bastaria recordar a circulação dos trovadores, tão significativos no contexto peninsular como verdadeiros agentes da difusão das tradições culturais e literárias de distintas proveniências europeias, ou ainda a dos mestres responsáveis pela concepção arquitectónica e artística de inúmeros edifícios religiosos e monásticos espalhados pelos dois lados das diferentes fronteiras peninsulares. Neste último caso, recordem-se os templos românicos que bordejam as duas margens do rio Minho⁴.

De resto, e sem abandonar a região minhota, ali se vai encontrar um dos exemplos mais notáveis, se não mesmo o mais representativo a nível Hispânico, de uma realidade eclesiástica completamente alheia à existência de uma fronteira política, materializada pela diocese de Tuy, que se estendeu para dentro do território português até ao final do século XIV, sem que nenhum dos monarcas a vissem como um obstáculo para a afirmação dos respectivos poderes régios português ou castelhano⁵. Numa outra perspectiva, e agora no interior transmontano, permeabilidades semelhantes são detectadas na zona de Bragança, onde o mosteiro de Castro de Avelãs mimetiza uma linguagem arquitectónica e artística claramente

³ COSTA, Paula Pinto – “De la frontière a la consolidation du territoire: la contribution des Ordres militaires au processus de territorialisation aux XII^e-XIII^e siècles”. In BOISSELLIER, Stéphane; FERNANDES, Isabel Cristina (eds.) – *Entre Islam et Chrétienté. La territorialisation des frontières, XI^e-XVI^e siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015, pp. 141-169. Mais recentemente, esta perspetiva sobre as ordens militares foi reforçada do ponto de vista da centralização do poder régio – cfr. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “As Ordens Militares e a Centralização Régia Portuguesa (Sécs. XII-XV) – algumas reflexões”. In *VIII Encontro sobre Ordens Militares. Ordens Militares, Identidade e Mudança (Palmela, 12 a 16 de Junho de 2019)*. Actas (no prelo).

⁴ ROSAS, Lúcia – “A Lição dos Mosteiros nas Margens do Rio Minho. A perspectiva portuguesa”. In FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza. Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, pp. 279-281.

⁵ FERREIRA, João Paulo Martins – “Organização Diocesana. A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tuy e a Génese de Portugal”. In FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza. Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, pp. 189-194.

inspirada pelo mosteiro cisterciense de Moreruela, um e outro situados na área de influência primordial dos Braganções⁶.

Não se pense, porém, que é a proximidade à linha da fronteira que suscita este tipo de relações e de influências, uma vez que em espaços bem afastados dela se encontram fenómenos com algumas semelhanças. Recorde-se, a título de exemplo, a transferência de monjas clarissas de Zamora para o recentemente fundado convento de Santa Clara de Entre-os-Rios, por iniciativa de Dona Châmoa Gomes de Tougues e do seu marido D. Rodrigo Forjaz de Leão, em meados do século XIII⁷.

Finalmente, e agora no âmbito régio, o último testamento de Afonso X é surpreendente pela forma como aliena alguns territórios de tradicional soberania castelhana, em benefício dos responsáveis máximos das ordens do Hospital e do Templo em Portugal. Isto mesmo se deduz pelo facto de a sua filha Dona Beatriz, poucos meses depois da morte do *Rei Sábio*, ter doado o castelo de Moura, tal como o tinham tido os Hospitalários, a D. Vasco Martins Serrão, filho do Mestre de Calatrava, D. Martim Rodrigues, e irmão do Mestre de Santiago, D. Pedro Martins, pelos muitos serviços que dele recebera⁸. Cedência ainda mais notável, se pensarmos que este foi o mesmo monarca que cerca de vinte anos antes tinha negociado um tratado fronteiriço com Portugal, o Tratado de Badajoz (1267), com condições bem restrictivas quanto à integração plena do reino do Algarve na coroa portuguesa.

Em boa verdade, todas estas circunstâncias, sejam as de natureza política ou sejam as de perfil social e institucional, decorrem muitas vezes em espaços que sempre ficaram unidos, independentemente do maior ou menor vigor da separação político-diplomática, por factores muito mais profundos e antigos, como sejam a língua ou as

⁶ FONSECA, Luís Adão; *et al.* – “Bragança na Idade Média”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Bragança. Das Origens à Revolução Liberal de 1820*. Vol. I. Bragança: Município de Bragança, CEPESE, 2019, pp. 187-380.

⁷ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – “«Pela Morte se Conhece um Pouco da Vida». A propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios”. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*. Vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 219-233.

⁸ VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (eds.) – *Chancelaria de D. Afonso III*. Livro I. Vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, pp. 259-260.

tradições culturais, partilhadas de forma natural até à actualidade pelas populações que vivem de um e do outro lado dessa linha artificial. A dimensão simbólica do galego-português, ou do leonês na zona transmontana e da de Riba-Côa, é por demais evidente dessas pervivências⁹.

Definidas, assim, as linhas principais do enquadramento da variedade das realidades transfronteiriças, vamos analisar de forma mais concreta uma série de casos, que do nosso ponto de vista ilustram a diversidade e a riqueza de matizes com que a fronteira era vivida por parte da aristocracia e pelos freires-cavaleiros das ordens militares, situando-nos entre os séculos XII e XIV, desde a criação do reino português até às convulsões políticas que afectaram as duas coroas na segunda metade de *Trezentos*.

2. A circulação de nobres

O fenómeno da circulação de nobres através das fronteiras entre os distintos reinos peninsulares, como por certo entre as diferentes monarquias da Cristandade medieval, assenta numa série de circunstâncias as quais, conjugadas ou não, favoreciam a deslocação dos indivíduos por períodos muito variados de tempo, desde um par de meses ou mesmo de anos, até ao afastamento definitivo do reino de origem, em moldes que nem sempre configuravam um exílio, ruptura que aqui apenas se tomará no quadro das relações políticas¹⁰.

Por outro lado, e como já tivemos a ocasião de sublinhar anteriormente, este fenómeno era transversal a toda a hierarquia do grupo nobiliárquico, muito embora, e como sempre acontece, sejam os membros da corte ou das principais linhagens que deixaram memória mais visível dessas movimentações.

Por último, deve-se sublinhar de forma muito expressiva o facto de as saídas dos reinos, pelo menos no que toca a Portugal e ao nível das causas de natureza política,

⁹ MOREIRA, Filipe Alves – “O Papel da Língua e do Bilinguismo”. In FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza. Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPSE e Fronteira do Caos, 2014, pp. 381-383.

¹⁰ Para um enquadramento geral, cfr. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)”, pp. 898-909.

terem consequências que vão evoluir ao longo da cronologia enunciada, como já tivemos a oportunidade de sublinhar num outro estudo:

“A facilidade com que os nobres dos dois reinos circulam de um lado para o outro da fronteira mantém-se sem grandes alterações praticamente até ao final do século XIV, se bem que a partir dos meados desta centúria, e pela coincidência de dois monarcas particularmente violentos no trono de Castela e de Portugal, os exílios não garantam a segurança.

A alteração mais evidente, porém, e directamente articulada com a questão anterior, prende-se sobretudo com a confiscação de bens. Com efeito, e até esta altura, um rico-homem servia um monarca durante uma série de anos, como tenente de uma terra e mesmo como alferes ou mordomo, e depois, por desavenças ou outros motivos, partia para o reino vizinho, onde era recebido com as honras devidas ao seu estatuto, não raro com as mesmas funções áulicas. Meses ou poucos anos depois voltava ao reino de origem, e repetia-se a mesma situação sem que os seus bens fossem alvo de qualquer confiscação. Os casos durante os séculos XII a XIV são suficientemente abundantes para se perceber a sua aceitação pela sociedade cortesã e, sobretudo, pelos monarcas, sendo exemplar a esse título o comportamento dos Bragançons, dos Limas ou dos Teles. A partir de agora, as represálias pelo desserviço e a quebra da fidelidade ao senhor natural pagavam-se com a vida, no pior dos casos, ou com o confisco do património; o que gerava situações complicadas em caso de retorno à graça régia”¹¹.

Vejamos então alguns casos, muitos deles bem conhecidos, que nos permitam tipificar as situações que mais frequentemente levaram a fidalguia portuguesa a cruzar a fronteira leonesa-castelhana em busca de refúgio e protecção, de desagravo ou a fortuna, ou simplesmente para viver o apelo da aventura e do desconhecido, que infelizmente, do nosso ponto de vista, nos marca o destino desde há séculos.

*

O primeiro grupo integra alguns membros da Família Real, que configuram situações diversificadas, desde as saídas naturais por casamento até aos exílios prolongados ou mesmo definitivos por motivação política. Nem todos, porém, tiveram uma repercussão semelhante. No século XIII destaca-se a figura do Infante D. Pedro, filho de D. Sancho I e de Dulce de Aragão. Desavindo com o seu irmão D. Afonso II, logo desde o início do reinado deste, em 1211, saiu do reino pondo-se ao

¹¹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)”, pp. 921-922.

serviço do seu cunhado e primo, Afonso IX de Leão, de quem foi mordomo-mor; ainda passou por Marrocos, ao serviço do Miramolim, de onde enviou para Portugal as relíquias dos Cinco Mártires franciscanos que ali tinham pregado e sofrido o martírio. Depois de outra temporada em Leão acabou por ir para a corte de Aragão, onde o seu primo Jaime I o casou com a condessa de Urgel. Após a morte desta, em 1231, colaborou com o monarca aragonês na consolidação da conquista das Baleares. Conquistador de Ibiza e grande beneficiário no *repartimiento* de Maiorca, acabou por trocar aquele condado pelo senhorio das Ilhas Baleares, que deteve até à sua morte em 1258.

Pelo final de Duzentos ganha relevo a figura do Infante D. Afonso, filho de D. Afonso III e de Beatriz de Castela. Também em conflito constante com o seu irmão, o rei D. Dinis, acabou por se refugiar na corte do avô de ambos, Afonso X, o Sábio, que o casou com a sua sobrinha Isabel, filha do Infante D. Manuel. Detentor de importantes senhorios, quer junto da fronteira com Aragão por via matrimonial, quer em Portugal, por doação paterna, junto da fronteira com Castela, fez guerra a seu irmão a partir destes, tal como ali deu guarida a inimigos de Sancho IV. As suas filhas, casadas com Molinas, Haros, Laras e Castros exprimem bem a influência política deste Infante, que por várias temporadas viveu exilado em Castela¹².

O caso de duas Infantas portuguesas, que por razões diversas foram viver para Castela, é um bom exemplo do diferente impacto que a trajectória de duas pessoas com a mesma origem poderia ter depois de abandonar o reino de origem; e, todavia, poderia pensar-se que uma, sendo rainha, se sobreporia à outra, apenas senhora de um mosteiro. Dona Constança, filha do rei D. Dinis de Portugal e mulher de Fernando IV de Castela, porém, foi porventura uma das figuras de rainha mais apagada e triste, subjugada pelos interesses e protagonismo político do pai e da sogra, a rainha Maria Molina. Pelo contrário, a sua tia Dona Branca, irmã do seu pai, foi uma das mulheres mais poderosas de Castela:

¹² SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. I. Porto: CEGHHF, 1999, pp. 171-173.

“(…) nascida a 28 de Fevereiro de 1259, foi senhora das vilas de Montemor-o-Velho, de Campo Maior e de Montalvão (por troca com a anterior), e ainda do mosteiro de Lorvão. É, porém, no património e no prestígio que alcançou no reino castelhano que reside a principal singularidade biográfica desta Infanta. Com efeito, tendo acompanhado a sua mãe até Sevilha, para junto de Afonso X, este deixou-lhe, em testamento, 100.000 marcos para casamento. Provavelmente, com essa quantia adquiriu a Sancho IV o senhorio do mosteiro das Huelgas de Burgos, à frente do qual a encontraremos a partir de 15 de Abril de 1295 até à sua morte, ocorrida em Abril de 1321. Ao longo desses dezasseis anos são inúmeros os documentos que permitem acompanhar a sua actuação, quer a nível individual quer como senhora do mosteiro, e ainda a sua intervenção directa na política entre os dois reinos. Destacando-se, também, as doações feitas à Infanta por Sancho IV e por Fernando IV e, mais do que outro qualquer, o seu testamento, onde se torna evidente a sua fortuna. Está sepultada nas Huelgas, num belíssimo túmulo armoriado”¹³.

Por fim, e já para o termo do período escolhido, o caso de dois bastardos régios é bem exemplificativo da importância e impacto que algumas trajectórias tiveram além-fronteiras. Afonso Sanches, bastardo do rei D. Dinis, foi um dos mais poderosos senhores da corte paterna, quer pelo património quer pelo cargo de mordomo-mor que ocupou entre 1312 e 1323. Sendo uma das causas principais do enfrentamento entre o seu pai e o Infante herdeiro do trono, depois D. Afonso IV, acabou por ter que se exilar em Castela, onde foi vassalo do sobrinho, Afonso XI. Senhor de Albuquerque, por herança e por casamento, atacou Portugal desde esse domínio fronteiriço, quando os seus bens foram confiscados pelo meio-irmão. Foi pai do célebre D. João Afonso, o do Ataúde, alferes-mor de Afonso XI e mordomo-mor de Pedro I de Castela, e senhor de Meneses pelo casamento.

Mas foi o seu irmão, o célebre D. Pedro Afonso, que melhor personificou a componente cultural das relações transfronteiriças: 3º Conde de Barcelos e Alferes-mor desde 1314, viveu exilado em Castela na corte do seu sobrinho Afonso XI, entre 1317 e 1322, também arrastado pela guerra que opôs o seu pai ao seu meio-irmão; foi por certo nesse período que frequentou os principais arquivos régios castelhanos, aí recolhendo os materiais com que depois, para além da sua produção poética, elaborou a *Crónica Geral de Espanha de 1344* e o célebre *Livro de Linhagens*,

¹³ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. I, p. 171.

obras que para sempre o perpetuaram como uma das figuras cimeiras da cultura medieval peninsular¹⁴.

*

Um outro tipo de indivíduos, ainda dos níveis superiores da hierarquia nobiliárquica e também muito característicos, tiveram trajectórias bastante dinâmicas entre vários reinos, regressando embora a Portugal. O que torna interessantes estes casos é a facilidade com que mudam de Corte e de senhor Rei, nada parecendo afectar a sua posição prévia, como acima referimos.

Poderíamos citar vários exemplos – muitos deles, de resto, analisados com toda a profundidade por Inés Calderón Medina e João Paulo Martins Ferreira, quer individualmente quer em conjunto¹⁵ –, protagonizados por membros de várias famílias de ricos-homens, como os da Maia, de Soverosa ou de Lima, mas o exemplo dos Braganções parece-nos a todos os títulos ilustrativo. Senhores de um vasto território que assentava em Trás-os-Montes e Zamora, ocuparam cargos da primeira ordem desde o tempo do Imperador Afonso VI de Leão e Castela:

“D. Fernão Mendes de Bragança I, documentado como tenente de Chaves entre 1072 e 1109, terá acompanhado o monarca na conquista de Toledo em 1085, servindo depois o conde D. Henrique até à morte deste em 1112, e depois a rainha Dona Urraca até 1118 como tenente de Zamora e de Toro. Casado com uma filha dos Condes de Carrión, o seu filho mais velho, D. Mem Fernandes, confirmou alguns documentos do Imperador entre 1097 e 1103, deteve a tenência de Bragança em nome do pai e viria a falecer em vida

¹⁴ Uma biografia mais alargada destes dois bastardos régios, em SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. I, pp. 187-196.

¹⁵ CALDERÓN MEDINA, Inés - *Cum magnatibus regni mei. La nobleza y la monarquía leonesas durante los reinados de Fernando II y Alfonso IX de León (1157-1230)*. Madrid: CSIC, 2011; CALDERÓN MEDINA, Inés - *Los Soverosa: una parentela nobiliaria entre tres reinos. Poder y parentesco en la Edad Media Hispana (ss. XI-XIII)*. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018; CALDERÓN MEDINA, Inés; FERREIRA, João Paulo Martins – “Os senhores de Cabreira e Ribeira. Um estudo sobre a sua origem e transcendência peninsular. Séculos XII- XIV”. *Revista Portuguesa de História* 44 (2013), pp. 123-152; CALDERÓN MEDINA, Inés; FERREIRA, João Paulo Martins – “Beyond the Border: The Aristocratic mobility between the kingdoms of Portugal and León (1157-1230)”. *e-JPH* [online] 12/1 (2014), pp. 1-48. [Consultado a 3 Maio 2020]. Disponível em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue23/html/v12n1a01.html; CALDERÓN MEDINA, Inés – “Reyes, nobles y frontera. Entre la violencia y el parentesco en el espacio fronterizo galaico portugués (siglos XII-XIII)”. *Cuadernos de Estudios Gallegos* 64/130 (2017), pp. 91-117. FERREIRA, João Paulo Martins – *Entre a Consanguinidade e a Naturalidade: A Movimentação da Nobreza Portuguesa entre os Reinos de Portugal e Leão (1157-1230)*. Porto: Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado. FERREIRA, João Paulo Martins – *A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)*. Santiago de Compostela: CSIC, 2019.

deste, mas foi através da sua descendência que os Braganções se afirmaram definitivamente no território que depois integraria Portugal. Quanto ao mais novo, D. Fernão Fernandes, foi o segundo marido da Infanta Dona Elvira, desde 1117, irmã inteira da nossa Rainha Dona Teresa, servindo do mesmo modo que o pai ao conde D. Henrique (1108 e 1112) e depois à Rainha Dona Urraca até ao ano da morte de ambos, em 1126.

Mas a figura que verdadeiramente se destaca nesta geração é a de D. Fernão Mendes de Bragança II, o *Braganção*, primogénito de D. Mendo Fernandes, e que poderá ter tido, juntamente com os seus irmãos, um papel destacado para a agregação dos territórios que dominavam ao projecto de independência de Portugal, pois de há muito se aceita o seu papel decisivo para a integração de toda a região que os Braganções senhoreavam no território português, e que do ponto de vista eclesiástico também levantou problemas e rivalidades entre as dioceses de Braga e de Astorga. Casado primeiro com uma senhora dos da Maia, casou em segundas núpcias com uma irmã de D. Afonso Henriques, o que sublinha bem a proximidade desta estirpe às famílias reais leonesa e portuguesa.

O seu filho mais velho, D. Pedro Fernandes de Bragança I, casado com uma filha dos Condes de Celanova, foi mordomo-mor entre 1169 e 1175 e tenente de Bragança entre 1165 e 1192, mas em 1190 e entre 1192 e 1194 foi tenente da Estremadura ao serviço de Afonso IX de Leão.

Deste ponto de vista, porém, ninguém melhor do que o seu neto e sucessor, D. Fernando Fernandes de Bragança II, rico-homem na corte portuguesa entre 1191 e 1232, mordomo-mor de D. Afonso II (1219-1222), tenente de Bragança (1191-1204 e 1218-1232), e de outras terras (Baião, 1197, Penaguião, 1197-1202 e, Panóias, 1195-1202, 1218 e 1226-1229); todavia, desde 1204, Fernão Fernandes desaparece da corte portuguesa, surgindo a partir de então junto de Afonso IX de Leão, quer como tenente (1204-1205 e 1206-1222), quer como alferes-mor, em 1211, quer mesmo como mordomo-mor, entre 1219 e 1222. Acompanhou o monarca leonês em diversas ocasiões, sendo de destacar a sua participação na campanha conjunta castelhana-leonesa de 1213 contra os almóadas, no rescaldo da fulgurante vitória cristã do ano anterior, nas Navas de Tolosa, por cujos serviços foi recompensado por Afonso IX, que em Janeiro de 1214 lhe fez uma importante doação, *pro bono et grato servicio quod mihi fecistis in terra serracenorum et aliis multis locis*. A partida para o Reino de Leão, porém, nunca significou um exílio definitivo de Fernão Fernandes. Com efeito, o que se passou foi uma permanente entrada e saída do Reino, servindo ora o monarca leonês ora o monarca português, obtendo assim vantagens de um e do outro lado da fronteira. Tendo regressado a Portugal em 1218, já com D. Afonso II, foi alferes-mor de D. Sancho II,

conservando o governo das terras de Bragança até à sua morte, que terá ocorrido depois de 1232”¹⁶.

Como é evidente, exemplos semelhantes poderiam ser referidos no sentido oposto, ou seja, o de fidalgos leoneses e castelhanos que por temporadas serviram os reis portugueses, como aconteceu com os Nóvoa, os Teles ou os Castro¹⁷.

*

Um último grupo, finalmente, o das linhagens que em determinados momentos se deslocaram para o reino vizinho, dando origem a ramos bem sedimentados em diferentes partes de Leão ou de Castela. A transposição da fronteira pode ter tido razões de natureza política, e a mais das vezes assim foi, mas as circunstâncias podem ter sido outras. Foi o caso dos de Portocarreiro:

“Em linhas muito gerais, o primeiro membro da linhagem referenciado em Castela é D. Fernão Anes, deão de Braga, e cujo nome está associado à fundação, por Fernando III, do estudo geral de Salamanca, em 1243. Capelão do Papa, conselheiro de D. Afonso III e privado de Afonso X, o Sábio, deve ter influenciado a passagem a Castela de um seu sobrinho, Martim Pires de Portocarreiro, privado de Sancho IV, e pai e avô de privados e vassallos de Fernando IV e de Afonso XI, com bens em San Felices de los Gallegos, junto da fronteira portuguesa. Um sobrinho-neto de Fernão Anes, Martim Fernandes de Portocarreiro, foi o fundador da linha mais afortunada. Radicado em Castela desde 1300, foi adiantado-mor de Leão e Astúrias e privado de Fernando IV. O seu filho homónimo recebeu de Afonso XI o senhorio de Villanueva del Fresno e casou com a herdeira do senhorio de Moguer (Huelva), senhorios mantidos na sua descendência, Marqueses de Villanueva del Fresno, Condes de Puebla e Condes de Medellín. Durante a crise dinástica do final do século XIV, mais um de Portocarreiro passou a Castela, agora um descendente de outro sobrinho do deão de Braga, João Rodrigues de Portocarreiro, mordomo-mor de Dona Beatriz, que acompanhou a Rainha de Portugal e Castela no seu longo exílio de Toro, cidade onde fundou um novo ramo desta linhagem, verdadeiramente peninsular”¹⁸.

¹⁶ Uma análise recente e aprofundada desta linhagem, em SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “A Aristocracia no Território de Bragança (Séculos XI-XV). O Tempo dos Bragançãos (Sécs. XI-XIII)”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Bragança. Das Origens à Revolução Liberal de 1820*. Vol. I. Bragança: Município de Bragança, CEPESE, 2019, pp. 192-208.

¹⁷ Nesta perspectiva, cfr. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)”, pp. 915-920.

¹⁸ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)”, pp. 911-912.

Um outro caso singular de emigração, mas cuja saída radica em questões políticas, é protagonizado por um conhecido trovador, Pero Gomes Barroso:

“Presente nas campanhas de Múrcia e de Sevilha, e beneficiado pelo *repartimiento* de Orihuela, acabou por se fixar em Toledo, onde casou com a filha de um anterior emigrado, Fernão Pires de Azevedo. Ali deu origem a uma ilustre linhagem toledana, muito ligada a um ramo dos de Sotomayor, sendo os ascendentes maternos do célebre cronista Pedro López de Ayala, sobrinho-neto materno do arcebispo de Cartagena e cardeal D. Pero Gomes Barroso, em tempos de Afonso XI de Castela. É curioso sublinhar que, num texto genealógico da autoria do pai do cronista, é altamente valorizada a prosápia dos Azevedo-Barroso”¹⁹.

Nenhum emigrado português, porém, terá ficado tão conhecido nos anais peninsulares de *Duzentos* como o célebre Mestre de Santiago, D. Paio Pires Correia. A sua trajectória a partir de 1243 é bem conhecida, tanto pelo seu papel em várias campanhas de reconquista, como Múrcia ou Sevilha, como pela sua incondicional lealdade para com Afonso X de Castela. Mas também, e este aspecto é relevante, porque terá sido um elemento aglutinador de muitos dos seus familiares, directos ou colaterais, que se exilaram em Castela com D. Sancho II, nos finais de 1247:

“Entre eles destacam-se os seus primos co-irmãos Gonçalo Anes e Martim Anes do Vinhal, presentes na conquista de Múrcia e de Sevilha. Enquanto o segundo acabou por regressar a Portugal, sendo rico-homem de D. Afonso III e ainda de D. Dinis, o primeiro, conhecido trovador, ficou em Castela, onde recebeu várias doações régias, entre as quais a vila e castelo de Polei; alterando o topónimo para Aguiar – o seu apelido materno – é a origem da actual Aguiar de la Frontera. Sepultado na capela real de San Clemente, que Afonso X lhe deu na Mesquita-Catedral de Córdoba, foi o fundador da Casa de Aguiar, uma das mais importantes do entorno cordovês”²⁰.

A saída de nobres portugueses para Castela sofrerá um acentuado incremento no final do século XIV e durante o século XV, envolvendo famílias que ali tiveram o maior protagonismo, como aconteceu com os Pimentéis, os da Cunha, os Pachecos ou os da Fonseca, num tempo que em muito ultrapassa os limites deste trabalho.

¹⁹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)”, p. 911.

²⁰ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)”, pp. 910-911.

Mas, pelos meados de Trezentos, é inevitável a referência aos *petristas* exilados em Portugal, depois do regicídio e fratricídio de Montiel. Quase todos galegos, seguiram D. Fernando Rodrigues de Castro, *toda la lealtad de España*, mordomo, alferes e adiantado-mor de Pedro I de Castela, e o último dos seus partidários. Note-se, contudo, que a grande maioria foi obrigada a sair de Portugal em 1373, no quadro do Tratado de Santarém, assinado entre D. Fernando I e Henrique II. Dos que ficaram, muitos eram membros da pequena nobreza, como Liras, Camões, Queiroz, Pinheiros ou Seabras, mas outros representavam linhagens bem mais antigas. Foi o caso de D. Nuno Freire de Andrade, Mestre da Ordem de Cristo e progenitor da maioria dos membros desta família, que ao longo do século XV manteve um estatuto prestigiado. Com este exemplo abre-se o caminho para a segunda vertente desta análise, ou seja, a realidade transfronteiriça vivida pelos freires das ordens militares.

3. Os freires-cavaleiros

De uma maneira geral, os freires das Ordens Religioso-Militares, designados de um modo simplista como freires-cavaleiros, decalcavam as tendências já identificadas para a fidalguia por razões compreensíveis. Se, por um lado, eram freires professores de instituições multinacionais, nas palavras de hoje em dia, que não se compaginavam com as delimitações fronteiriças de natureza político-diplomática, por outro lado, alguns deles eram, em simultâneo, membros de famílias imbuídas de comportamentos a-fronteiriços, como ficou demonstrado no ponto anterior deste texto.

As primeiras Ordens Militares presentes no Portugal medieval foram o Hospital e o Templo, ambas disseminadas pelo espaço europeu na sequência da origem que tiveram na distante Terra Santa. Esta imagem de marca, sempre bastante valorizada no plano simbólico, foi ao longo do tempo interpretada como um elemento de prestígio e uma mais-valia no processo de afirmação de Portugal²¹. A projeção deste horizonte em Portugal foi constante ao longo do tempo. Homens como D. Paio, dado como procurador do Hospital de Jerusalém, ou como D. Raimundo, apontado como procurador dos Santos Pobres da Santa Cidade de Jerusalém, deixam transparecer a

²¹ MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, pp. 58-66, onde o autor se reporta ao fascínio que Jerusalém exercia.

relevância deste tipo de enquadramentos na década de 1140. Outro modo interessantíssimo de expressar esta realidade deteta-se ao nível da toponímia, domínio em que não faltam exemplos que nos remetem para espaços tão simbólicos como a Terra Santa²².

Ao lado destas duas Ordens, em solo ibérico, foram instituídas as Ordens de Calatrava e de Santiago. Fruto de um movimento de expansão que ambas fizeram, em parte estimulado pelas próprias monarquias peninsulares, acabaram por se instalar em Portugal já na década de 1170, com o estatuto de ramos não autónomos dessas casas religiosas sediadas no reino castelhano-leonês (em Calatrava e em Uclés, respetivamente). Esta circunstância marcaria uma boa parte do seu percurso histórico em Portugal e constituiu uma variável que condicionou a sua relação com a coroa. Ou seja, se, por um lado, eram fundamentais ao nível da execução de ações centrais na política régia, muito focada na guerra e na ocupação de novos territórios, por outro, eram braços de instituições dependentes de outros monarcas. O paradoxo é inquestionável.

O modelo organizativo das Ordens Militares, como é natural, previa na hierarquia governativa a existência de alguns cargos transfronteiriços, para dar resposta ao necessário desempenho de funções relacionadas com territórios amplos. Se o mestre era a figura máxima e tutelava a instituição no seu todo a partir do convento central, havia outros oficiais que tinham jurisdição sobre o conjunto das terras peninsulares ou sobre uma parte delas, como era o caso do grão-comendador, um cargo claramente ibérico. Não raras vezes, a Península parece emergir com uma unidade bastante acentuada nas lógicas administrativas das diversas Ordens Militares.

A demonstração do que acabamos de afirmar leva-nos a evocar alguns exemplos paradigmáticos. Com efeito, o Hospitalário D. Aires era apontado como prior de

²² COSTA, Paula Pinto – “História da Comenda. Comenda e território. A dimensão imaterial da comenda de Marmelar”. In FONSECA, Luís Adão da (coord.) - *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*, Coleção *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. XVII. Porto: CEPSE e Fronteira do Caos, 2013, pp. 207-234.

Portugal e da Galiza, no ano de 1140²³. Uma associação que não é totalmente surpreendente, na medida em que, nessa cronologia, Portugal não existia enquanto tal e que a matriz do noroeste peninsular continuava presente e a justificar a agregação das duas referidas células que tinham em Santiago de Compostela um dos mais notáveis polos aglutinadores. A influência exercida por este centro religioso deteta-se também no território portugalense, onde, em Aboim (Braga), viria a ficar documentada a atuação precoce de um comendador no ano de 1145²⁴. O fluxo de peregrinos em direção a Santiago de Compostela foi, quase de certeza, o pretexto para que a Ordem do Hospital criasse em Aboim um centro de gestão e de apoio.

Como dissemos há pouco, o grão-comendador expressava no quadro da Ordem um poder que não se compatibilizava com as fronteiras políticas. Gonçalo Pires Pereira, homem da prestigiada família dos Pereira, na sua génese oriunda de Vermoim (Famalicão) e com ascendente nos de Trastâmara, foi um deles²⁵. Foi também, pelo menos em outubro de 1280, comendador de Limia, Toroño (ambas na Galiza), Távora (Tabuaço) e Faia (Cabeceiras de Basto), o que o fez assumir a gestão de propriedades de um e do outro lado do rio Minho em prol da instituição em que tinha professado²⁶. Como ele, outros freires-cavaleiros foram grão-comendadores nos cinco reinos de Espanha, como ficou plasmado em vários documentos escritos por essa altura.

Fr. Garcia Martins foi, igualmente, comendador nos cinco reinos de Espanha da Ordem do Hospital, como ficou gravado na sua epígrafe tumular que se encontra na igreja de Leça do Balio. Tudo indica que começou a ser envolvido em assuntos transfronteiriços ainda no final do século XIII, altura em que era procurador de Fr. Fernão Pires, dito Mosego, grão-comendador nos cinco reinos de Espanha, para tratar de uma contenda com o rei D. Dinis sobre diversas aldeias. Depois de ter sido prior do Hospital em Portugal, em 18 de agosto de 1305, ficaria documentado

²³ Lisboa, Torre do Tombo, *Gaveta VI*, mç. único, nº 29; Lisboa, Torre do Tombo, *L.N., Guadiana*, lv. 1, fols. 123v-124. Publicado em *Livro dos forais, escripturas, doações, privilégios e inquirições*. Vol. III. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1946-48, pp. 28-29.

²⁴ MARQUES, José – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Reedição melhorada e ampliada. Tomo II. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016, doc. 826, pp. 1109-1110.

²⁵ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, pp. 293-296.

²⁶ Lisboa, Torre do Tombo, *L.N., Extras*, fols. 194 e segs.

efetivamente na qualidade de grão-comendador dessa mesma Ordem em Espanha²⁷. Com certeza que o prestígio que foi alcançando, a par da sua experiência de gestão, foram determinantes para que ocupasse um cargo de expressão ibérica, tornando-se um interlocutor junto da corte régia. A sua intervenção em assuntos desta envergadura estendia-se a outras pessoas escolhidas para o efeito sempre que se justificasse. Martim Rodrigues é um exemplo do que acabamos de referir, sendo representante do grão-comendador em questão, função que acumulou com o cargo que à data desempenhava, isto é, o de comendador de Santa Marta²⁸. Por vezes, a distância física entre todos os territórios onde a Ordem exercia jurisdição impunha a escolha de alguns freires para assumirem este tipo de representação externa, como demonstra o exemplo de Fr. Martim Fagundes, comendador de Leça e que foi lugar-tenente no reino de Portugal do grão-comendador nos cinco reinos de Espanha²⁹.

A par dos altos oficiais a que fizemos referência, havia outros homens seus dependentes na escala administrativa da Ordem, cuja atuação não era limitada pela existência de uma fronteira política. Alguns comendadores estrangeiros tiveram intervenção, direta ou por interpostas pessoas, no território português. Afonso Raimundo, comendador de Leão em meados de Duzentos, ombreou com João Garcia, comendador de Portugal, no ato de confirmação de um escambo entre a Ordem e o mosteiro de S. João de Pendorada³⁰. O inverso também ficou registado, ou seja, comendadores portugueses com intervenção externa e que, não raras vezes, desempenhavam papéis do foro diplomático. Assim aconteceu com Fr. Egas Pires e com Fr. João “Ovezi” que, em nome do rei de Portugal, entregaram na Santa Sé o valor de 504 morabitanos por conta do censo anual de quatro onças de ouro que a bula *Manifestis probatum* havia estipulado³¹. Outro exemplo, completamente distinto, é protagonizado por Fr. Álvaro Gonçalves Pereira, o homem carismático

²⁷ Lisboa, Torre do Tombo, *Gaveta XII*, m. 1, n.º 4.

²⁸ Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, cx. 7, m.º 2, n.º 40 (doc. de 1305).

²⁹ AZEVEDO, Pedro A. de; FREIRE, A. Braamcamp – *Livro de D. João de Portel*, edição fac-simile. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Portel, 2003, doc. 50, p. 54.

³⁰ Ano de 1245, fac-simile. COSTA, Avelino de Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática*. 4.ª ed.. Coimbra: Instituto de Paleografia e Diplomática - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, doc. 84.

³¹ 1198.12.09 – COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Bulário português de Inocêncio III (1198-1216)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, doc. 34, pp. 44-45.

que liderou as forças militares portuguesas que se deslocaram a território castelhano para travar a batalha do Salado em 1340³².

A situação, já de si bastante significativa, que acabamos de traçar para a Ordem do Hospital não esgota, de modo algum, as trajetórias sem fronteiras que alguns freires-cavaleiros faziam no âmbito da Hispânia Medieval. Pela semelhança do seu perfil e dimensão territorial, a Ordem do Templo também oferece provas de desempenhos muito sobreponíveis aos identificados em relação à de S. João de Jerusalém. Desde logo, são conhecidos não só alguns mestres Templários estrangeiros que exerceram atividade em Portugal, como também certos mestres que tiveram jurisdição conjunta em Portugal, Leão e Castela. Entre os estrangeiros que governaram a província portuguesa estiveram aqueles que nos primórdios da instalação neste extremo ocidental da Península Ibérica vinham de paragens longínquas por representarem a instituição que se interpretava a si mesma como una, esbatendo o conjunto de frações de natureza *nacional* e delimitadas por fronteiras político-diplomáticas. Só a partir de Gualdim Pais, documentado como mestre dos Templários em Portugal entre 1156 e 1195, é que os freires que aqui exerceram esta alta dignidade passaram a ser originários do reino. Alguns desses Templários eram tão só mestres de Portugal, embora outros fossem, em simultâneo, mestres em Portugal, Leão e Castela, ou mestres das partes de Espanha ou, ainda, mestres nos três reinos de Espanha³³. Entre os altos dignitários do Templo há um ou outro, português ou estrangeiro, que é apontado, ora como mestre, ora como representante da cúpula da Ordem, sendo comendador-mor, procurador e/ou lugar-tenente do mestre em Portugal, ora como representante do mestre do ultramar.

A localização dos grandes territórios de senhorio Templário é mais um dado útil para esta reflexão. A Ordem do Templo, e mais tarde a de Cristo, possuía uma larga extensão de terras junto à fronteira leste, nomeadamente, entre Longroiva, na margem esquerda do Douro, integrada no Templo em 1145, e Vila Velha de Rodão,

³² COSTA, Paula Pinto – “Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar”. *População e Sociedade* 23 (Junho 2015), pp. 45-71. [Consultado a 3 Maio 2020]. Disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade-n-o-23>.

³³ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de Religião e de Guerra*. Lisboa: Manuscrito, 2019.

sobre o Tejo. O senhorio da Ordem do Templo em Portugal, sobretudo na Beira Baixa, vizinhava com as propriedades Templárias da Alta Estremadura Leonesa, situadas na outra margem do rio Erges. No contexto destas permeabilidades fronteiriças é, pois, sintomático que, em 1271, Paio Gomes Barreto seja comendador em simultâneo de Jerez e de Castelo Branco³⁴. A própria atividade agro-pastoril desenvolvida pelos freires de Avis acentuava a sua atuação transfronteira³⁵.

Em Portugal houve outras duas Ordens Militares de inspiração beneditina – a de Avis e a de Cristo – que também contribuem para problematizar o papel de certas elites nos intercâmbios peninsulares. De resto, a Ordem de Avis é um ramo da de Calatrava e, nos primórdios da sua instalação em Portugal, os freires eram identificados exatamente por essa designação, que advinha da localização do convento central da instituição em Calatrava, ou pela localização da sua primeira casa em Évora. Só a partir do momento em que os freires de Calatrava ou de Évora receberam, em 1211, a localidade de Avis, situada a norte de Évora, é que a instituição assumiu a designação de Ordem de Avis³⁶. Como é natural, o ramo português manteve sempre uma ligação, ou mesmo uma dependência institucional, ao convento calatravenho, consubstanciada na realização de visitas, mais ou menos regulares. A eleição do mestre era também um processo sensível nos equilíbrios ibéricos, nomeadamente pelo impacto que tinha ao nível da monarquia. O rei D. Dinis empenhou-se bastante na interrupção da ligação de Avis a Calatrava, criando as condições que possibilitariam, pela primeira vez, a confirmação de um Mestre por parte do Arcebispo de Braga, cuja autorização papal tem data de 10 de junho de 1330, e não por representantes castelhanos³⁷.

³⁴ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Frontera Castellano-Portuguesa y Órdenes Militares. Problemas de jurisdicción (ss. XII-XIII)”. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente (ed.) – *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 51-92.

³⁵ COSTA, Paula Pinto – “De la frontiere a la consolidation du territoire: la contribution des Ordres militaires au processus de territorialisation aux XII^e-XIII^e siècles”, pp. 141-169.

³⁶ CUNHA, Maria Cristina Almeida – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, p. 118.

³⁷ Há provas documentais da existência de visitas de Calatrava a Avis nos anos de 1215, 1221, 1223, 1224, 1225, 1238, 1342 e 1346. CUNHA, Maria Cristina Almeida e – “A eleição do Mestre de Avis nos séculos XIII-XV”. *Revista da Faculdade de Letras – História XIII* (1996), pp. 103-109. Veja-se também CUNHA, Maria Cristina Almeida e – “A filiação da Ordem de Avis em Calatrava. Algumas notas a propósito da visita de 1346”. In *As Ordens Militares e de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental - Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 317-326.

Ao contrário de todas as outras, a Ordem de Cristo foi instituída em 1319 já com um marcado perfil português³⁸. Há, no entanto, duas *nuances* que não podem passar despercebidas. O primeiro mestre que lhe foi atribuído foi D. Gil Martins, até à data, mestre da Ordem de Avis. O seu currículo enquanto homem de religião professo da Ordem de Avis, na sua essência ligada à espiritualidade cisterciense e a Calatrava, tal como a de Cristo, a par da confiança que o rei depositaria na sua pessoa, terão sido determinantes. A outra circunstância que não podemos deixar de valorizar, é a opção que o rei D. Pedro I faria ao entregar o infante João, futuro D. João I, à Ordem de Avis para ali ser criado. Como é sabido, a nova dinastia portuguesa, instituída em 1385, vai buscar a esta Ordem *ibérica* a designação com que se identifica. Ou seja, as ordens de Cristo e de Avis foram instrumentos fundamentais da estratégia de centralização política levada a cabo pelos monarcas portugueses desde meados do século XIII.

Para o fim deixamos talvez o caso mais emblemático e que decorre em torno da Ordem de Santiago. Instalados em Portugal, os freires espatários estavam sob a tutela do convento central situado em Uclés. A análise do processo de independência face a Uclés revela muito bem a importância que este tipo de ligações que caracterizavam as Ordens Militares tinham no plano político. As ações tomadas por grande parte daqueles que protagonizaram a afirmação da separação dos Espatários portugueses em relação ao convento central são conhecidas³⁹.

Paio Peres Correia, na sequência do que já foi referido, foi um dos mais paradigmáticos. Basta recordar que foi comendador de Alcácer (1235-1241), comendador de Uclés (1241-1242) e mestre (1242-1275), e que em 1242, o infante Afonso (futuro Afonso X) entregou à sua Ordem o filho varão – Fernando de Lacerda

³⁸ SILVA, Luísa Morgado de Sousa e – “A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)”. In *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. I. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, 1997, pp. 5-126. COSTA, Paula Pinto – “Reflexos em Portugal de um ‘mundo’ em mudança: a origem da ordem de Cristo no século XIV”. In GUINOT, Enric; ANDRÉS, Fernando; CERDÁ, Josep; PARDO, Juan F. (eds.) – *Santa María de Montesa. La Orden Militar del Reino de Valencia. Siglos XIV-XIX*. Valencia: P.U.V., 2019, pp. 73-87.

³⁹ CUNHA, Mário Raul – *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*. Porto: Universidade do Porto, 1989. Dissertação de Mestrado.

– para educar⁴⁰. Os compromissos institucionais deste homem faziam-no transpor a fronteira permanentemente e ser uma das figuras de proa da política ibérica, a ponto de a sua fidelidade para com o rei de Castela ameaçar a integridade do território português, nomeadamente aquando da conquista definitiva do Algarve⁴¹.

A partir de 1290, o capítulo espatário português elegeu mestre provincial próprio, embora o processo de tutela jurisdicional por parte de Uclés se mantivesse em aberto. Entre estes mestres provinciais portugueses esteve D. João Osório (1293-1310)⁴², que muito se empenhou na causa, e que foi mordomo-mor de Fernando IV de Castela⁴³. O culminar e a consolidação do processo de separação deveu-se à tenacidade de D. Pedro Escacho, que promulgou os Estabelecimentos no ano de 1327⁴⁴. Neste documento, pela primeira vez, foi estabelecida a lista de comendas em Portugal, o que traduz um grande esforço de reorganização e de gestão interna.

4. Conclusões

Os fidalgos e freires-cavaleiros integraram as elites medievais que dinamizaram os intercâmbios peninsulares, desenvolvendo inúmeras trajetórias sem fronteiras na Hispânia medieval. Os exemplos documentados revelam, na perspetiva da aristocracia e das Ordens Militares e, em particular, das internacionais, uma concepção muito fluida da fronteira, à qual se sobrepõem os interesses familiares e institucionais.

Como se viu no ponto segundo deste texto, os fidalgos portugueses, independentemente da sua posição na hierarquia nobiliárquica, encontraram na transposição fronteiriça um mecanismo perfeitamente natural para contornar problemas de natureza política, como quando entravam em conflito com os

⁴⁰ CUNHA, Mário Raul – *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*, pp. 69-107. LÓPEZ FERNÁNDEZ, M. – *Pelay Pérez Correa: Historia y Leyenda de un maestre santiaguista*. Badajoz: Diputación de Badajoz, 2010.

⁴¹ MARQUES, José – “Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III”. *Caminiana* 13 (Dezembro de 1986), pp. 9-32.

⁴² CUNHA, Mário Raul – *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*, pp. 136-148.

⁴³ No exercício daqueles dois importantes cargos, é referido em 1298 e 1299 (cfr. Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, lv. 3, fols. 5v^o (Mérida, 2 de Novembro de 1298) e Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 1, mç. 2, n^o 6 (Lisboa, 18 de Janeiro de 1299).

⁴⁴ CUNHA, Mário Raul – *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*, pp. 163-169.

monarcas, ou simplesmente para materializar estratégias de poder de linhagens com patrimónios constituídos muito antes da criação do reino de Portugal. Também esta era uma das explicações para que a fronteira não tivesse uma expressão real nas suas concepções de um espaço que não conhecia barreiras.

Ainda assim, convirá sublinhar que no conjunto das situações conhecidas se podem reconhecer algumas tipologias mais frequentes, como se apontou no início. O caso dos Infantes, pela sua própria natureza, é um dos exemplos mais significativos, devido ao protagonismo político que inevitavelmente assumiam em qualquer lado da fronteira em função dos fortíssimos laços de parentesco que uniam as famílias reais peninsulares. Mas a outros níveis esse protagonismo também foi relevante, sobretudo quando se tratava de linhagens implantadas junto das fronteiras políticas, como ficou bem patente com os Braganções. Finalmente, não se podem descartar as trajectórias individuais, que são totalmente concordantes com as tendências já apontadas, e que muitas vezes originaram a criação de um ramo familiar do outro lado da fronteira.

Por sua vez, e no que respeita às Ordens Militares, a integração de Portugal numa estrutura internacional, a sua gradual autonomização em relação à mesma e a necessária vigilância exercida pelos órgãos de governo central, transparecem nos exemplos que foram aduzidos ao longo do texto.

Reflexo destes enquadramentos é o conjunto de freires que tinham uma função administrativa mais transversal e aplicável a todo o território português. A existência de comendas da mesma Ordem de um e de outro lado da fronteira, constituía um elemento diluidor da divisão política entre reinos e estimulava contactos frequentes. Todavia, todas as Ordens Militares procuraram acentuar a autonomia dos seus ramos portugueses, mais forçadas pelos interesses centralizadores da Coroa do que por iniciativa própria. Cabe, então, questionar se os freires-cavaleiros eram um suporte diplomático da Coroa (ou mesmo do Papado?) ou uma ameaça da identidade portuguesa e da integridade da fronteira do reino? A contradição encerrada nesta questão terá sido, por diversas vezes, motivo de discussão acesa nos meandros do poder.

Poder que, da parte dos monarcas, se pretendia claramente confinado no espaço. Desse ponto de vista, o reinado de D. Dinis assume-se como decisivo: por um lado, através da definição da linha de fronteira, o que conseguiu pelo Tratado de Alcañices (1297); e, por outro, controlando ao máximo as Ordens Militares dentro do âmbito geográfico do Reino: interferindo na eleição dos Mestres de Avis, transferindo os bens do Templo para uma nova ordem de criação régia, a Ordem de Cristo, promovendo a separação do controle sobre as comendas portuguesas da Ordem de Santiago, e fiscalizando a acção da Ordem do Hospital.

Finalmente, convém sublinhar que este fenómeno da transposição das fronteiras não se esgota nesta cronologia mais antiga; antes pelo contrário, prolonga-se, se não mesmo intensifica-se, ao longo da Idade Média tardia, com bastante expressão, em grande medida como consequência das convulsões dinásticas que marcaram a realidade da Hispânia medieval.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, lv. 3.

Lisboa, Torre do Tombo, *Gaveta VI*, mç. único, nº 29.

Lisboa, Torre do Tombo, *Gaveta XII*, mç. 1, nº 4.

Lisboa, Torre do Tombo, *L.N., Extras*.

Lisboa, Torre do Tombo, *L.N., Guadiana*, lv. 1.

Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, cx. 7, mç. 2, nº 40.

Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 1, mç. 2, nº 6.

Fontes impressas

AZEVEDO, Pedro A. de; FREIRE, A. Braamcamp – *Livro de D. João de Portel*, edição fac-simile coordenada por Hermenegildo Fernandes. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Portel, 2003.

COSTA, Avelino de Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática*. 4ª ed. Coimbra: Instituto de Paleografia e Diplomática - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983.

COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Bulário português de Inocêncio III (1198-1216)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

Livro dos forais, escripturas, doações, privilégios e inquirições, com um estudo de José Mendes da Cunha Saraiva, Subsídios para a História da Ordem de Malta, II-IV, 3 vols., separata de “Ocidente”, vols. 25-28. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1946-48.

MARQUES, José – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Reedição melhorada e ampliada, 2 tomos. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016.

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (eds.) – *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I. Vol. 2. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.

Estudos

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Frontera Castellano-Portuguesa y Órdenes Militares. Problemas de jurisdicción (ss. XII-XIII)”. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente (ed.), *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 51-92.

CALDERÓN MEDINA, Inés – *Cum magnatibus regni mei. La nobleza y la monarquía leonesas durante los reinados de Fernando II y Alfonso IX de León (1157-1230)*. Madrid: CSIC, 2011.

CALDERÓN MEDINA, Inés – “Reyes, nobles y frontera. Entre la violencia y el parentesco en el espacio fronterizo galaico portugués (siglos XII-XIII)”. *Cuadernos de Estudios Gallegos* 64/130 (2017), pp. 91-117.

CALDERÓN MEDINA, Inés – *Los Soverosa: una parentela nobiliaria entre tres reinos. Poder y parentesco en la Edad Media Hispana (ss. XI-XIII)*. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018.

CALDERÓN MEDINA, Inés; FERREIRA, João Paulo Martins – “Os senhores de Cabreira e Ribeira. Um estudo sobre a sua origem e transcendência peninsular. Séculos XII- XIV”. *Revista Portuguesa de História* 44 (2013), pp. 123-152.

CALDERÓN MEDINA, Inés; FERREIRA, João Paulo Martins – “Beyond the Border: The Aristocratic mobility between the kingdoms of Portugal and León (1157-1230)”. *e-JPH* [online] 12/1 (2014), pp.1-48. [Consultado a 3 Maio 2020]. Disponível em [https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/iissue23/html/v12n1a01.html](https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue23/html/v12n1a01.html).

COSTA, Paula Pinto – “História da Comenda. Comenda e território. A dimensão imaterial da comenda de Marmelar”. In FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Coleção *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. XVII. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2013, pp. 207-234.

COSTA, Paula Pinto – “Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar”. *População e Sociedade* 23 (Junho 2015), pp. 45-71. [Consultado a 3 Maio 2020]. Disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade-n-o-23>.

COSTA, Paula Pinto – “De la frontière a la consolidation du territoire: la contribution des Ordres militaires au processus de territorialisation aux XII^e-XIII^e siècles”. In BOISSELLIER, Stéphane; FERNANDES, Isabel Cristina (eds.) – *Entre Islam et Chrétienté. La territorialisation des frontières, XI^e-XVI^e siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015, pp. 141-169.

COSTA, Paula Pinto – “Reflexos em Portugal de um ‘mundo’ em mudança: a origem da ordem de Cristo no século XIV”. In GUINOT, Enric; ANDRÉS, Fernando; CERDÁ, Josep; PARDO, Juan F. (eds.) – *Santa María de Montesa. La Orden Militar del Reino de Valencia. Siglos XIV-XIX*. Valencia: P.U.V., 2019, pp. 73-87.

COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de Religião e de Guerra*. Lisboa: Manuscrito, 2019.

CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*. Porto: Universidade do Porto, 1989. Dissertação de Mestrado.

CUNHA, Maria Cristina Almeida e – “A eleição do Mestre de Avis nos séculos XIII-XV”. *Revista da Faculdade de Letras – História* XIII (1996), pp. 103-109.

CUNHA, Maria Cristina Almeida e – “A filiação da Ordem de Avis em Calatrava. Algumas notas a propósito da visita de 1346”. In *As Ordens Militares e de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental - Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 317-326.

CUNHA, Mário Raul – *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*. Porto: Universidade do Porto, 1991. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, João Paulo Martins – *Entre a Consanguinidade e a Naturalidade: A Movimentação da Nobreza Portuguesa entre os Reinos de Portugal e Leão (1157-1230)*. Porto: Universidade do Porto, 2010. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, João Paulo Martins – “Organização Diocesana. A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tuy e a Génese de Portugal”. In FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza. Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, pp. 189-194.

FERREIRA, João Paulo Martins – *A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)*. Santiago de Compostela: CSIC, 2019.

FONSECA, Luís Adão; *et al.* – “Bragança na Idade Média”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Bragança. Das Origens à Revolução Liberal de 1820*. Vol. I. Bragança: Município de Bragança, CEPESE, 2019, pp. 187-380.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, M. – *Pelay Pérez Correa: Historia y Leyenda de un maestro santiaguista*. Badajoz: Diputación de Badajoz, 2010.

MARQUES, José – “Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III”. *Caminiana* 13 (Dezembro de 1986), pp. 9-32.

MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MOREIRA, Filipe Alves – “O Papel da Língua e do Bilinguismo”. In FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza. Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, pp. 381-383.

ROSAS, Lúcia – “A Lição dos Mosteiros nas Margens do Rio Minho. A perspectiva portuguesa”. In FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza. Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, pp. 279-281.

SILVA, Luísa Morgado de Sousa e – “A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)”. In *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. I. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, 1997, pp. 5-126.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 volumes. Porto: CEGHHF, 1999.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – “«Pela Morte se Conhece um Pouco da Vida». A propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios”. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*. Vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 219-233.

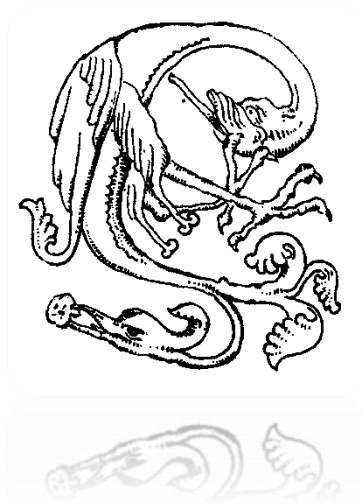
SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)”. *Anuario de Estudios Medievales* 40/2 (julio-diciembre de 2010), pp. 889-924.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “A Aristocracia no Território de Bragança (Séculos XI-XV). O Tempo dos Braganços (Sécs. XI-XIII)”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Bragança. Das Origens à Revolução Liberal de 1820*. Vol. I. Bragança: Município de Bragança, CEPESE, 2019, pp. 192-208.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “As Ordens Militares e a Centralização Régia Portuguesa (Sécs. XII-XV) – algumas reflexões”. In *VIII Encontro sobre Ordens Militares. Ordens Militares, Identidade e Mudança (Palmela, 12 a 16 de Junho de 2019)*. Actas (no prelo).

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SOTTOMAYOR- PIZARRO, José Augusto de; COSTA, Paula Pinto – “Fidalgos e freires-cavaleiros. Vidas sem fronteiras na Hispânia medieval”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 47-71. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt> .



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Intercambios artísticos en una diócesis transfronteriza:
posibles semejanzas entre las catedrales de Tui y Braga¹**

**Artistic exchanges in a cross-border diocese: possible similarities
between the cathedrals of Tui and Braga**

Marta Cendón Fernández

Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia, Departamento
de Historia da Arte
15782 Santiago de Compostela, España

marta.cendon@usc.es

<https://orcid.org/0000-0002-5975-4910>

Data recepción do artigo / Received for publication: 31 de Janeiro de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 12 de Novembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5095>

¹ Este artículo se enmarca en el proyecto de investigación *Transferencias humanas, culturales e ideológicas entre los reinos ibéricos (siglos XIII-XV)*, financiado por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad (HAR2017-89398-P) y dirigido por la Dra. Isabel Beceiro Pita (Instituto de Historia-CSIC).

RESUMEN

La sede tudense surge en un espacio que, con el devenir del tiempo, pertenecerá a dos países; los ríos Miño y Limia marcan los límites de esa parte de una diócesis, cuya capital, Tui, poseyó un papel relevante ya desde época romana, con una vinculación fundamental con Braga. Ambas viven los avatares históricos de la Alta Edad Media, y sus sedes episcopales son restauradas casi por las mismas fechas. Tras ello intentan reconstruir sus edificios catedralicios: primero Braga, con un proyecto inicial en buena medida destruido hacia 1110 y después Tui tras un período de reubicación en el monasterio de San Bartolomé. La multiplicación de donaciones permite pensar que la nueva catedral de Tui se inicia hacia 1125, con un transepto de tres naves, similar al de la catedral de Santiago y a la inicial de Braga, así como una cabecera de cinco ábsides semejante a la que plantea el nuevo proyecto bracarense. Estos poseen paralelos en otras catedrales sufragáneas de Braga: además de Tui, Ourense y Lamego. Junto a todo ello existen numerosos intercambios artísticos transfronterizos ya que la diócesis tudense irradia sus modelos a lo largo de sus límites diocesanos, limítrofes con los de Braga.

Palabras clave: Catedral; Tui; Braga; intercambios artísticos; transfronterizo.

ABSTRACT

The Tudense bishopric arises in a space that, with the passing of time, will belong to two countries. The rivers Miño and Limia mark the limits of a diocese whose capital, Tui, had an important role since Roman times, with a fundamental link with Braga. Both, live the historical vicissitudes of the High Middle Ages, and their episcopal sees are restored around the same dates. After that, they tried to rebuild their cathedral buildings: first Braga, with an initial project largely destroyed around 1110 and then Tui after a period of relocation in the monastery of San Bartolomé. The multiplication of donations allows us to think that the new cathedral of Tui began around 1125, with a transept of three naves, similar to that of the cathedral of Santiago and the initial one in Braga, as well as a five-apse chevet, similar to the one proposed by the new bracarense project. These have parallels in other suffragan cathedrals of Braga: in addition to Tui, Ourense and Lamego. Along with all this, there are numerous cross-border artistic exchanges since the diocese of Tui radiates its models throughout its diocesan limits, bordering those of Braga.

Keywords: Cathedral; Tui; Braga; artistic exchanges; cross border.



Una sede transfronteriza

La sede tudense surge en un espacio que, con el devenir del tiempo, pertenecerá a dos países: los ríos Miño y Limia van a marcar los límites de esa parte de una diócesis, cuya capital, Tui, poseyó un papel relevante ya en época romana². Ubicada en la vía XIX del itinerario de Antonino, que unía Braga con Astorga -con hitos relevantes en *Bracara Augusta* (Braga), *Limia* (Ponte de Lima), *Tude* (Tui), *Turoqua* (Pontevedra), *Aquis Celenis* (Caldas de Reyes), *Iria, Lucus Augusti* (Lugo) y *Asturica Augusta* (Astorga)- la *mansio* de Tui facilitará los contactos entre dichos enclaves³.

Sobre ese espacio geográfico se superpone el cristianismo, cuyos orígenes son verdaderamente complejos dada la carencia de testimonios que permitan diferenciar restos romanos y los que se corresponden con la nueva religión, cuya variación se produce más en el significado que en la forma. A lo largo de la Alta Edad Media lo que conocemos mejor es aquello que se refiere a los asentamientos suevos, de los cuales cabe destacar los procedentes de las zonas urbanas del triángulo Tui-Braga-Oporto⁴, con la capital en Braga⁵. En la segunda mitad del siglo VI es cuando cristaliza la estructura diocesana. En lo que hoy es Galicia, hay que hablar de cinco sedes: Lugo, Iria, Tui, Bretoña y Ourense⁶ y en el actual Portugal, Braga, Dumio, Oporto, Viseu, Coimbra, Lamego e Idanha⁷. En el *Parroquial Suevo o Divisio*

² PERLES FONTAO, Juan J. - "Tui dende a arqueoloxía". In CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta; GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia (coords.) - *Tui: pasado, presente y futuro*. Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra, 2004, pp. 15-33. PERLES FONTAO, Juan J. - "Castellum Tyde ou a existencia dun xacemento castrexo no conxunto histórico da cidade de Tui: elementos de valoración". *Castellum Tyde* 1 (2007), pp. 21-39. GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia - "Arqueología de Tui: el papel del enclave Tude en la Antigüedad". In CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta; GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia (coords.) - *Tui: pasado, presente y futuro*. Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra, 2004, pp. 35-56.

³ GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia - *O Tui antigo: una aproximación histórica-arqueolóxica*. Noia: Toxosoutos, 2007, pp. 76-129.

⁴ SÁNCHEZ PARDO, José - "Iglesias y dinámicas sociopolíticas en el paisaje gallego de los siglos V-VIII". *Hispania* LXXIII/ 243 (enero-abril 2013), pp. 11-50, p. 19.

⁵ AMARAL, Luís Carlos - *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da reconquista (século X-1137)*. Porto: Universidade do Porto, 2007. Dissertação de Doutoramento.

⁶ SÁNCHEZ PARDO, José - "Iglesias y dinámicas sociopolíticas en el paisaje gallego de los siglos V-VIII", p. 22.

⁷ MARQUES, José - "Las diócesis portuguesas hasta 1150". In LÓPEZ ALSINA, Fernando (ed.) - *El Papado, la Iglesia Leonesa y la Basílica de Santiago a finales del siglo XI*. Santiago: Consorcio de Santiago, 1999, pp. 177-214; pp. 194-198. MARQUES, José - "As dioceses portuguesas até 1150". *Biblos* 78 (2002), pp. 7-59.

Theodomiri (570-580), Tui cuenta con 17 iglesias en un área relativamente pequeña, de las cuales 13 se hallarían al norte del Miño y 4 al sur.

Por lo que respecta a la sede tudense el primer obispo perfectamente documentado es Anila, quien regía la sede en el 572, cuando participa, con los restantes obispos del convento lucense, en el II concilio de Braga⁸. En realidad, la iglesia metropolitana era Braga si bien se había dividido en dos conventos o concilios (Lugo y Braga). Al primero pertenecen las sedes galaicas y Astorga, algo curioso pues Tui había estado siempre estrechamente vinculada a Braga⁹.

La integración en el Reino Visigodo, a finales del siglo VI, tampoco parece especialmente traumática y *Gallaecia* no sufrirá cambios político-administrativos importantes hasta mediados del VII¹⁰. Sin embargo, desde el punto de vista de la organización religiosa Braga se refuerza como metrópoli e incluso se incorporan a ella sedes que habían dependido de Mérida. Por otro lado, Leovigildo amplía las sedes arrianas. Así en las actas del III Concilio de Toledo (589), en Tui conviven un obispo arriano – Gardingo – y uno católico – Neufila –, el primero tal vez en San Bartolomé y el segundo bajo la actual catedral¹¹.

Tras la llegada de los musulmanes se produce una desarticulación de la organización episcopal, de tal modo que la reorganización posterior implicará una serie de cambios¹². Es cierto que en la mitad sur de Galicia la desarticulación fue más profunda; de hecho, los obispos tudenses se instalan en Iria, en las comarcas de Faro, Bergantiños, Nendos y Soneira (tabla 1) donde permanecen hasta el 914 según la mayoría de los autores¹³, si bien los datos son confusos.

⁸ DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C.; VILARIÑO PINTOS, Daría – “La diócesis de Tuy hasta 1100”. In GARCÍA ORO, José (coord.) – *Historia de las diócesis españolas. Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*. Madrid: BAC, 2002, p. 541.

⁹ DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C.; VILARIÑO PINTOS, Daría – “La diócesis de Tuy hasta 1100”, p. 541.

¹⁰ SÁNCHEZ PARDO, José – “Iglesias y dinámicas sociopolíticas en el paisaje gallego de los siglos V-VIII”, p. 20.

¹¹ LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La cristalización de Tui como espacio de poder señorial entre 1095 y 1157”. In CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta; GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia (coords.) – *Tui: Pasado, presente y futuro. I Congreso de Historia de Tui*. Pontevedra: Diputación Provincial, 2004, pp. 57-95, p. 66.

¹² SÁNCHEZ PARDO, José – “Iglesias y dinámicas sociopolíticas en el paisaje gallego de los siglos V-VIII”, p. 34.

¹³ DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C.; VILARIÑO PINTOS, Daría – “La diócesis de Tuy hasta 1100”, p. 544.

TUI	IRIA/SANTIAGO	BRAGA	LUGO	OURENSE
San Epitacio (hacia 57) *		San Pedro de Rates (45-60) *	San Capitón	
San Evasio (hacia 82) * Ceponio (440-450) *		Paterno II (400-405) ¹⁴ , Paulo (400-415?) Balconio (415-447) ¹⁵ Profuturo II (537-538)	Agrestio (desde 433)	
Anila (mencionado en 572) Primero documentado.	Andrés (firma las actas del I Concilio de Braga en 561 y del II Concilio de Braga en 572)	Lucrecio (561-562) San Martín de Braga (572-579)	Nitigio, Nitigis, Nitigisio o Nitigesio (ca. 562 - después de 589)	Witimiro (ca. 570)
Neufila (mencionado en 589, católico) Gardingo (antes de 633, arriano)	Dominicus (firma las actas del III Concilio de Toledo en 589)	Pantardo (580-589) Benigno (589-612) *	Becila (arriano entre 585-589, convertido al catolicismo)	Lupato (en 589)
Anastasio (mencionado entre 633 y 638)	Samuel (firma las actas del IV Concilio de Toledo en 633)	Tolobeu (612-633) *		Teodoro (en 610)
Adimiro (mencionado en 646, en el VII Concilio de Toledo en 646)	Gotomarus (firma las actas del VI Concilio de Toledo en 638, y las del VII Concilio de Toledo en 646)	Julián II (633-653)	Vasconio (desde 633 a 646)	David (entre 633 y 638)
Beato (mencionado en 653, en las actas del VIII Concilio de Toledo)	Vincibilis (firma las actas del VIII Concilio de Toledo en 653)	Potamio (653-656) San Fructuoso de Dume y Braga (656-660) Manucino (660-661) *	Ermefredo (desde 653 a 656)	Gaudisteo (entre 646 y 650) Somna (entre 653 y 655) ^b Alario o
Genitivo (firma en 675, en el III Concilio de Braga, detrás del metropolitano de Braga y llega al XII Concilio de Toledo de 681) Oppas (mencionado en 683, en el XIII Concilio de Toledo)	Ildulfus-Félix (firma las actas del III Concilio de Braga en 675, del XII Concilio de Toledo en 681, del XIII Concilio de Toledo en 683 y del XV Concilio de Toledo en 688)	Pancracio (661-675) * Leodegisio Julián (675-678) Liuva (678-681) Quirico (681-687) *	Rectógenes (desde 657) Eufrasio (desde 681 a 688)	Hilario (entre 675 y 683)
San Adelfio (mencionado)	Selva (durante el reinado de Witiza)	Faustino (688-693)	Potencio (desde 695)	Fructuosus (activo)

¹⁴ Primer obispo históricamente referenciado.

¹⁵ MARQUES, José – “Las diócesis portuguesas hasta 1150”, p. 197.

entre 688, XV Concilio de Toledo y 693, XVI Concilio de Toledo)				entre 688 y 693)
REFUGIADOS EN SANTIAGO (?)	Teodesindo (mencionado en 709)	Félix (693-734), último obispo residente en Braga		
REFUGIADOS EN SANTIAGO (?) En Faro, Bergantiños, Nendos y Soneira ¹⁶ Restauración de Tui (850-866) ¹⁷	Emila (durante el reinado de Don Pelayo) Román (durante el reinado de Fruela I) Agustín (durante el reinado de Fruela I) Honorato (durante el reinado de Fruela I) Vincele (durante el reinado de Aurelio) Cresconio I (durante el reinado de Silo) Vaula (durante el reinado de Mauregato) Quendulfo I (durante el reinado de Bermudo I) Teodomiro (818-847) (Durante su pontificado, en 830 se descubrió la tumba del Apóstol Santiago en Compostela) Ataúlfo I (c. 847-851) Ataúlfo II (c.851-c.867)	ESTABLECIDOS EN LUGO Santiago de Braga (734-736) Erónio (736-737) * Hermenegildo (737-738) * Jacobo (738-740) * Odoario (740-786) ¹⁸ Ascárico (780-811) * Argimundo (821-832) * Nostiano (832) * Ataúlfo (832-840) Ferdizendo (840-842) * Dulcídio (842-850) * Gladila (850-867) Engomado (867-875) *	Odoario (ca. 750-ca. 780) Adulfo (desde 832) Gladilano (842/850-desde 861) Froilán (desde 875-883)	Maydo (-802) Adulfo (en 820)
No hay nombrado obispo (881) Existe la sede (878-886)	Sisnando I (879-919).	Flaviano (875-881) Flaiano (881-889) *	Flaviano o Flayano (883-desde 885)	Sebastián (877-881) Genserico (en 884)

¹⁶ DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C.; VILARIÑO PINTOS, Daría – “La diócesis de Tuy hasta 1100”, p. 544. Soneira habría sido usufructuada por los obispos de Tui hasta 915, según por COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*. 2ª ed.. Vol. I. Braga: Ed. da Irmandade de São Bento da Porta Aberta, 1997, p. 203.

¹⁷ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – “Episcopologio tudense, de 911 a 1024”. *Tui. Museo y Archivo Histórico Diocesano IX* (2001), pp. 99-127.

¹⁸ Fecha del fallecimiento indicada por COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional- Actas*. Vol. 1, Braga: Universidade Católica Portuguesa/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 379-434, p. 390.

Diego (882-900) ¹⁹ Hermogio (911- hacia 920)		Argimiro (889- 910) * Recaredo (después de 922)	Recaredo (desde 885-923/4).	Sumna (886-890) Egila (en 900) Esteban (en 905)
Branderico (antes de 922-933) ²⁰	Gundesindo Aloitez (activo en 923), hermano del conde Hermenegildo Aloitez	Teodomiro (910- 924) *	Ero (924-941)	Ansurio (909-922)
Naustio (hacia 926-hacia 932) ²¹	Hermenegildo (924-951)	Héroe/ Hero (924- 930)		Martín (923/924)
Oveco o Eneco (hacia 932-936)		Silvatano (930- 942) *		Diego I (938-954)
Vimara (936- hacia 948)		Gonçalo/ Gundisalvo (942- 950)	Gonzalo/Gudesteo (942-950)	
Baltario (hacia 948-951)	Sisnando Menéndez, Sisnando II (951- 968)	Hermenegildo (951-985)	Hermenegildo II. (951-985)	Fredulfo (956-963)
Viliulfo (952- 1003)	San Rosendo (Administrador apostólico entre 970-977) Pelayo/Payo Rodríguez (977- 985), renunció	Pelagio o Paio (986-1003) ²²	Pelayo (985- ca.1000)	Diego II (967-977) Gonzalo (982-985) Vilulfo de Tui (986- 1003)
Naustio? (post 1003) Pelayo (inicios del siglo XI)	San Pedro de Mezonzo (985- 1003)	Diego (1003- 1004)	Diego (desde 1017)	
Alfonso (antes de 1022) ²³	Sisnando Díaz (activo en 1007) Vimara Díaz (activo en 1011)	Flaviano (1004- 1017)		
Suario Bermúdez, de Lugo (1022- 1024) Sede unida a Iria Flavia (1024- 1069)	Vistruario (1016- 1032) Servando (?) Cresconio II (1048-1066) Gudesteo (1067- 1069)	Suario (1022) Pedro (1022- 1058) Maurelo (1058- 1060) Sigfredo (1060)	Suario (desde 1022) Pedro (1022- 1058) Maurelo (1058- 1060)	Suario de Lugo (1022) Vimara (1042- 1045)

¹⁹ Cronología tomada de COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro*, vol. I, p. 202, indica que fue quien suscribió el acta de deposición de reliquias en la iglesia de Santiago.

²⁰ Según el orden propuesto en CARRIEDO TEJEDO, Manuel – “Episcopologio tudense, de 911 a 1024”, p. 99. Otros autores los sitúan en orden inverso, COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro*, vol. I, p. 203.

²¹ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – “Episcopologio tudense, de 911 a 1024”, p. 99. Según este autor posterior a 1003.

²² En el episcopologio de Lugo desaparecen las menciones a Braga, COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”, p. 391.

²³ Consagró San Román de Neiva (Viana do Castelo) antes de 1022. Véase COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro*, vol. I, p. 203.

Jorge (1068-1072) ²⁴	Diego Peláez (o Diego Páez) (1075-1088)	Vistrario (1060-1070)	Vistrario (1060-1086)	Edoronio (1071-1088)
Auderico (ca.1072-hacia 1098)	Pedro II (1088-1090) Dalmacio (1094-1095)	Pedro (I) de Braga (1070/1 - 1091)	Amor (1088-1096)	Pedro (1088-1096)
Alfonso II (hacia 1098-1130)	Diego Gelmírez (Administrador Apostólico de 1096-1100. Obispo de 1100-1120. Primer arzobispo de 1120-1140)	San Gerardo de Moissac (1096 - 1108) Mauricio Burdino (1109 - 1118) Paio Mendes (1118 - 1137)	Pedro II (1098-1113) Pedro III (1114-1133)	Diego III (1100-1132)
Pelayo Meléndez (1130-1156)	Berenguel o Berengario (1140-1142) Pedro Helías (1143-1149) Bernardo I (1151-1152)	Juan (I) Peculiar (1139 - 1175)	Guido (1134-1152)	Martín (1132-1156)

Tabla 1 – Sedes episcopales de Tui, Iría/Santiago, Braga, Lugo y Ourense hasta mediados del siglo XII (elaboración propia).

Flórez considera que el obispo Nausto se retiró al monasterio de San Cristóbal de Labruja (Ponte de Lima)²⁵, habiendo ocupado la sede tudense hacia 925, por lo que el rey Alfonso al que se refiere el documento sería Alfonso IV. Sin embargo, Carriedo concluye que ocuparía la sede después de 1003, siendo rey Alfonso V (999-1028), pues los ataques normandos serían posteriores a 968 y los musulmanes serían los de Almanzor (997)²⁶. Por su parte López Alsina indica que es probable que se tratase del obispo de Coimbra – fallecido en 912 e inhumado en el monasterio de San Andrés de Trobe²⁷ – que hubiese administrado también el obispado tudense-, lo cual parece

²⁴ En agosto de 1068 fijó el censo que el monasterio de San Salvador de la Torre (Viana de Castelo) debía de pagar a la sede de Tui, COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro*, vol. I, p. 203.

²⁵ En un documento de 1112 se señala: “... *Tuda Civitas Episcopalis, fluvium, quod Sarraceni & Normanni frequetious solebant intrare, & Civitatem Tudensem multis praelis undique impugnare. Qua propter venerabilis Naustius, Dei gratia urbis Tudensis Episcopus, Sarracenorum & Normannorum impugnationis de clinans ad Monasterium Labrugia diffudium fecit*”, FLÓREZ, Henrique – *España Sagrada*. Madrid: Antonio Marín, tomo XXII, 1767. Ed. facs. Lugo: Alvarellos, 1992, doc.II, pp .250-251.

²⁶ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – “Obispos de Ourense, Obispos de Tui y Obispos de Lugo (982-1071)”. *Diversarum Rerum* 12 (2017), pp. 13-52, p. 21.

²⁷ En el interior de la iglesia está la lápida sepulcral de Nausto, obispo de Coimbra: BOUZA BREY, Fermín – “Lauda sepulcral de Nausto, obispo de Coimbra”. In *Estudios sobre la Monarquía Asturiana*, XI centenario de Alfonso II el Casto (1942). Oviedo: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Estudios Asturianos, 1950 (2ª ed. 1971), pp. 275-286, p. 275; SOARES, Torquato de Sousa – “A inscrição tumular do bispo Nausto de Coimbra (867-912)”. *Revista Portuguesa de História* 1

corroborar el hecho de que en la *Crónica Albeldense* entre los obispos de época de Alfonso III no se menciona a ningún obispo de Tui, así como la consagración por parte de Nausto²⁸ de la iglesia de Santiago de Castelo de Neiva, próxima a Labruja ubicada al sur del Limia, límite de la diócesis de Tui.

En noviembre de 985 desaparecen los obispos de Lugo y Ourense. Esta última sede se vincula a Tui, y pasa a ser gobernada por el obispo Viliulfo que ocupaba la sede tudense desde 951²⁹, quien sufre algunos de los ataques más crudos tanto por parte de musulmanes como normandos. Su episcopado se prolonga hasta 1003 (tabla 1). Según Mansilla se habría retirado a San Esteban de Ribas de Sil³⁰.

Los ataques de los normandos –que habrían tenido lugar entre 1008 y 1016- fueron tan crudos que, a pesar del intento de reorganización llevado a cabo en 1022, Tui es anexionada a la sede de Santiago por parte de Alfonso V, el 24 de octubre de 1024³¹. En dicho documento de agregación se hablaba de la iglesia fundada en la ciudad de Tui bajo la advocación de san Bartolomé³², la cual, según López Alsina, no sería la catedral ubicada en *Tude*, que estaría destruida, sino la iglesia principal situada en Rebordáns³³.

(1940), pp. 144-148. Según la transcripción de NÚÑEZ RODRÍGUEZ, Manuel – “Inscripciones de la Galicia Altomedieval”. *Revista de Guimarães* LXXXIX (1979), pp. 293-320, p. 319, la lápida dice así: “HIC QVIE/ TVS RECV/ BAT FELICIS/ CORTE NA/VSTIA EPI/SACERDOS QUE LETVS/ CELIS MEN/TE INTVLIT/ ALMA FI/DES DE/GENS CVL/MINE PON/TIFICALI/ CONIM/BRIENSE SEDIS PER/ANNIS XLV RE/QVIES/CENS IN/ HOC TV/MVLO DIE/X CHA/L(EN)D(AS) DEC(EM)BR(I)S ERA DCCCC/L”, que él traduce: “Aquí descansa tranquilo el obispo Naustia de feliz suerte, sacerdote, a quien la fe alimentadora llevo a los cielos ... yaciendo en este sepulcro el día 22 de noviembre del año 912”.

²⁸ LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La cristalización de Tui como espacio de poder señorial entre 1095 y 1157”, pp. 58-61.

²⁹ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – “Obispos de Ourense, Obispos de Tui y Obispos de Lugo (982-1071)”, p. 17.

³⁰ MANSILLA, Demetrio – “Restauración de las sufragáneas de Braga a través de la reconquista”. *Revista Portuguesa de História* 6 (1955), pp. 117-148, p. 132.

³¹ “*Post non longum uero tempus, crescentibus hominum peccatis, gens Leodemanorum pars maritima est dissipata et, quoniam Tudensis sedis ultima pre omnibus sedibus et infima erat, eius episcopus qui ibi morabatur cum omnibus suis ab ipsis inimicis captiuus ductus est; et alios occiderunt, alios uendiderunt necnon et/ ipsam ciuitatem ad nichilum reduxerunt, que plurimis annis uidua atque lugubris permansit*”, LUCAS ÁLVAREZ, Manuel – *Tumbo A de la catedral de Santiago*. Sada, A Coruña: Ediciós do Castro, 1998, pp. 152-153. LÓPEZ ALSINA, Fernando “La cristalización de Tui como espacio de poder señorial entre 1095 y 1157”, p. 63.

³² “*...ipsam locum et civitatem Tudensem cum ecclesia ibi fundata in nomine Sancti Bartholomaei Apostoli*”, LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la S.A.M.I. de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Imp. y enc. del Seminario Conciliar Central, t. II, 1899, p. 340.

³³ LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La cristalización de Tui como espacio de poder señorial entre 1095 y 1157”, p. 65.

En 1068 el rey García restaura la sede de Tui en la persona del obispo don Jorge³⁴, el cual viviría en San Bartolomé³⁵. No se conserva el documento, pero debe de ser similar al del 1 de febrero de 1071, cuando García dona al obispo Jorge una basílica, bajo las advocaciones de Apóstol Bartolomé y la Virgen María; los mártires Sixto – obispo-, Lorenzo –arcediano- y el duque Hipólito; el mártir Jorge; el obispo y confesor Martín y san Juan Bautista³⁶. Entre ellas se recogerían las advocaciones de las dos antiguas sedes. El documento de febrero de 1071 sería el último emanado de la cancillería de García, quien en mayo de este mismo año se vio privado de su reino, como recogió Andrade³⁷.

El 13 de junio de 1071, Urraca, hermana de García y de Alfonso VI, efectúa una donación a la iglesia tudense³⁸, que fue considerada la verdadera restauración de la sede³⁹, en la que insiste en que, tras las diversas invasiones, se encontraba “*muy pobre, y acabada*”. Comparando este diploma con el de 1024, López Alsina considera que existían muchas similitudes, que tal vez estarían presentes en el perdido diploma de 1068⁴⁰. Como se ha indicado, la sede habría sido restaurada por García, y quizá no se

³⁴ IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto; MÉNDEZ CRUCES, Plácido – *Evocación histórica de la ciudad de Tuy y sus antiguas rúas*. Tui: Xuvia, 1990, p. 28, consideraban que había sido en 1070, en la persona del obispo Gregorio.

³⁵ LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La cristalización de Tui como espacio de poder señorial entre 1095 y 1157”, p. 66.

³⁶ LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La cristalización de Tui como espacio de poder señorial entre 1095 y 1157”, p. 70.

³⁷ ANDRADE CERNADAS, JOSÉ M. – “Fuentes documentales para el estudio del Rey García de Galicia”, *Minus VI* (1997), pp. 41-49, p. 47.

³⁸ FLÓREZ, Henríque – *España Sagrada*, tomo XXII, p. 246.

³⁹ FLÓREZ, Henríque – *España Sagrada*, tomo XXII, p. 65. ÁVILA Y LA CUEVA, Francisco – *Historia civil y eclesiástica de la ciudad de Tuy y su obispado*. Tomo I. Archivo de la Catedral de Tui, 1852. Ed. facs. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1995, p. 97. RODRÍGUEZ BLANCO, José – *Apuntes históricos de la Santa Iglesia catedral, ciudad y antigua diócesis de Tuy*. Santiago: Imprenta de El Boletín Eclesiástico, 1879, pp. 127-131. MARTÍNEZ MURGUÍA, Manuel – *Galicia*. Ed. facs. Barcelona: El Albir, 1981, pp. 776-778 se refieren al mes de enero. Ya García Álvarez corrigió la mala lectura ofrecida por los autores que habían seguido a Flórez, y que suponían un desajuste con la cronología del final del reinado de don García, de tal modo que había que dificultades para la comprensión del inicio del episcopado de algunos prelados galleos, así como de la restauración de la sede de Braga, GARCÍA ÁLVAREZ, Rubén – “El diploma de restauración de la sede de Tuy por la infanta Urraca”, *Cuadernos de Estudios Gallegos* 17/52 (1962), pp. 275-292. Sin embargo en COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”, pp. 379-434, p. 410, todavía se indica enero. Ya en los últimos años el mes que figura es junio VÁZQUEZ CORBAL, Margarita – *El arte románico en la antigua diócesis de Tui*. Santiago: Universidad de Santiago de Compostela, 2015. Tesis Doctoral, p. 264.

⁴⁰ LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La cristalización de Tui como espacio de poder señorial entre 1095 y 1157”, p. 72.

podrá considerar la verdadera restauración hasta el momento en el que se reconstruya la iglesia de Santa María, es decir el traslado desde San Bartolomé.

Precisamente en torno a ese año se produjo la restauración de la sede de Braga. Su fecha ha sido objeto de numerosas controversias, debido a que hay documentos interpolados donde aparece el nombre de don Pedro, que será en quien recaiga en primer lugar dicha sede tras el período de incorporación a la sede lucense (tabla 1). Lo que se puede afirmar es que se trata de uno de los firmantes de la donación de Urraca a la sede tudense, de ahí la importancia de fijar con claridad el mes en el que tal diploma fue emitido. Siguiendo el análisis documental efectuado por Avelino de Jesus da Costa, los primeros documentos de Braga en los que interviene este obispo, recogidos en el *Liber Fidei*⁴¹, datarían del 19 de febrero y el 27 de marzo de 1071⁴². Sin embargo, él mismo es consciente de que la alusión a “*Petrus episcopus et canonici Bracarenses*” demostraban una organización muy evolucionada de la sede, lo que hacía retrotraer su elección al año anterior (1070) y es consciente de que son documentos de data posterior a abril de 1073⁴³. Su nombramiento en 1071 estaría confirmado por la donación a Tui en junio de 1071, pues otros documentos que él firma son las donaciones de la princesa doña Elvira a las sedes de Lugo y Ourense, que datan respectivamente del 29 y 31 de julio de 1071⁴⁴.

Otra de las tradicionales discusiones a la hora de valorar la restauración de la sede bracarense se establece en torno a qué rey la propició, lo cual está vinculado con la fecha de su designación, pues García es depuesto por Sancho en abril, cuando lo apresa en Santarém. En febrero de 1071 se produjo la victoria de García frente a las tropas portuguesas acaudilladas por el conde Nuño Menéndez, en Pedroso, cerca de Braga⁴⁵, lo que hace pensar que poseía problemas con sus súbditos del otro lado del Miño. La restauración de la metrópoli bracarense fue considerada iniciativa de García, según un documento recogido en el *Liber Fidei*⁴⁶ conocido como *Crónica de Braga*, de fiabilidad

⁴¹ COSTA, Avelino de Jesus da – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Vol. I Braga: Junta Distrital de Braga, 1965, doc. 61, 62, pp. 84-86.

⁴² COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”, p. 410.

⁴³ COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro*, p. 219.

⁴⁴ COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”, p. 413.

⁴⁵ GARCÍA ÁLVAREZ, Rubén – GARCÍA ÁLVAREZ, Rubén – “El diploma de restauración de la sede de Tuy por la infanta Urraca”, pp. 277-278.

⁴⁶ COSTA, Avelino de Jesus da – *Liber Fidei*, doc. 20, pp. 40-42.

problemática⁴⁷. Sin embargo lo más probable es que hubiese sido una iniciativa de Sancho II durante su breve período de control de Galicia⁴⁸. En este sentido Avelino de Jesus da Costa concluye: “Como Sancho II aprisionou e destronou o irmão D. Garcia, entre o fim de Março e o 10 de Maio de 1071, a restauração da diocese e a eleição do bispo D. Pedro deviam ser em Maio deste ano, porque D. García já as tinha prometido”⁴⁹. Sin embargo, como habría ocurrido en el caso tudense, en el que don García restaura la sede, sin una dote notable, que es la que se debe a la infanta Urraca, don Sancho restauraría la sede de Braga y elegiría al obispo don Pedro sin una aportación económica⁵⁰.

El final del episcopado de don Pedro fue brusco: su insistencia en la recuperación de la dignidad metropolitana le llevó a su destitución y reclusión en monasterio a finales de 1091⁵¹. Ciertamente Alfonso VI había nombrado a don Bernardo, abad del monasterio de Sahagún, como obispo de Toledo, siendo elevado el 15 de octubre de 1088 como primado de toda la península⁵². Curiosamente don Pedro no había asistido al Concilio de Husillos donde se había depuesto a Diego Peláez⁵³, iniciador de la catedral compostelana. En marzo de 1090 se reuniría en León un concilio bajo la presidencia del legado apostólico Rainério de San Clemente. Sin embargo, sus deseos de recuperar el arzobispado para Braga se encuentran con el rechazo del legado y de Alfonso VI, considerándole continuador del rito hispano y no impulsor del romano. Por ello recurre al antipapa Clemente III, quien le habría concedido la condición de arzobispo metropolitano a inicios de 1091⁵⁴. Sin embargo, de poco le sirvió ya que los restantes

⁴⁷ ANDRADE CERNADAS, JOSÉ M. – “Fuentes documentales para el estudio del Rey García de Galicia”, p. 47.

⁴⁸ ANDRADE CERNADAS, JOSÉ M. – “Fuentes documentales para el estudio del Rey García de Galicia”, p. 48: “Me parece más discutible la afirmación de la *Crónica de Braga* en cuanto a que la restauración bracarense fue auspiciada y promovida por los obispos Vistruario de Lugo y Cresconio de Compostela, aunque fuera finalmente completada por García y Sancho II: “*Ad quem accedentes Vistrarius episcopus Lucensis et Cresconius Yriensis cum ali is religiosis hominibus et terre militibus rogaverunt eum ut Ecclesiam Bracarensem juberet restaurari et episcopum in ea ordinari [...]*”. El hipotético deseo restaurador del titular lucense Vistruario, aún sin poder negar esta posibilidad, parece algo extraño ya que ello supone el ver menoscabados parte de sus privilegios”.

⁴⁹ COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro*, vol. I, p. 223.

⁵⁰ Así lo señala la *Crónica de Braga*, en la que se indica: “*Rex deinde Sanctius fecit ordinari Petrum Bracarensem episcopum sed nihil ei contulit neque de suis neque de iam frater eius Garcia dederat*”, COSTA, Avelino de Jesus da – *Liber Fidei*, doc. 20, p.40.

⁵¹ MARQUES, José – “Las diócesis portuguesas hasta 1150”, p. 206.

⁵² COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”, pp. 396-397.

⁵³ COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”, p. 398.

⁵⁴ COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”, p. 399.

obispos se mantuvieron fieles a la Santa Sede, por lo que no tenía sufragáneos que le obedeciesen. Se suele considerar que el papa Urbano II habría enviado una bula para su deposición entre noviembre y diciembre de 1091⁵⁵. La sede bracarense se encontró en un largo período de vacante hasta 1099 cuando don Bernardo, que había traído a Geraldo de Moissac, ocho años antes, lo promovería al episcopado de Braga⁵⁶. En 1101 Geraldo obtendría por parte de Pascual II el palio arzobispal. Esto facilitaría la cohesión del Condado Portucalense, en manos de don Enrique, yerno de Alfonso VI, al otorgar como sufragáneas: Astorga, Lugo, Mondoñedo, Tui y Ourense en el lado español, Porto, Coimbra, Viseu y Lamego entre las portuguesas, que anteriormente se habían encontrado en la diócesis de la Lusitania⁵⁷. A la muerte de Geraldo, en 1108, Mauricio Burdino fue trasladado de Coimbra a Braga⁵⁸.

Asimismo se había intentado la restauración de otras sedes episcopales: Fernando I, tras la conquista de Coimbra en 1064, intenta restaurarla. Sin embargo, los conflictos entre sus hijos impiden que llegue el obispo Paterno hasta 1080, permaneciendo allí hasta su muerte en 1088⁵⁹. Su sucesor será Cresconio, abad del monasterio de San Bartolomé de Tui⁶⁰, a quien se pretendía encomendar la implantación del rito romano. Pero el gobernador de la ciudad, el mozárabe Sisnado se opone, promoviendo a Martín al episcopado -también mozárabe-, lo que retrasó la toma de posesión de Cresconio hasta el 23 de mayo 1092, prolongándose su mandato hasta 1098. En ese año es elegido el francés Mauricio Burdino⁶¹. En junio de 1071 se restaura la sede de Lamego con el nombramiento del obispo don Pedro, pero fue dependiente de Coimbra y no contó con su independencia hasta 1147⁶².

La sede de Iria, tras su traslado a Compostela, se hallaba libre de la autoridad de Braga. Desde 1100, con Diego Gelmírez como obispo, intenta reforzarse frente a Braga, en la

⁵⁵ COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”, pp. 402-403.

⁵⁶ MARQUES, José – “Las diócesis portuguesas hasta 1150”, p. 207.

⁵⁷ MARQUES, José – “Las diócesis portuguesas hasta 1150”, p. 208.

⁵⁸ MARQUES, José – “Las diócesis portuguesas hasta 1150”, p. 208.

⁵⁹ MARQUES, José – “Las diócesis portuguesas hasta 1150”, p. 207.

⁶⁰ MARQUES, José – “Las diócesis portuguesas hasta 1150”, p. 207.

⁶¹ MARQUES, José – “Las diócesis portuguesas hasta 1150”, p. 207.

⁶² MARQUES, José – “Las diócesis portuguesas hasta 1150”, p. 206.

que lleva a cabo el conocido como “Pio Latrocino”, en aras de aumentar sus reliquias, con el objeto de consolidarse como el mayor centro de peregrinación de occidente⁶³.

Por su parte, la frontera con lo que será un nuevo reino, será objeto de numerosas controversias que tienen en Tui uno de los principales centros de enfrentamientos⁶⁴.

La construcción de las catedrales de Braga y Tui

En esta investigación se tiene en cuenta un tipo de análisis metodológico, basado en la circulación de artistas, obras y modelos como propuso Recht⁶⁵, quien indicó que cabe tener en cuenta diversos aspectos: se puede producir la circulación de las obras o de los hombres, pues no solo se movían los artistas, sino también las obras y los modelos⁶⁶; puede haber contactos estrechos o no con el medio local; la actividad puede extenderse dentro de un área geográfica incluso teniendo en cuenta el encargo de obras; puede existir un taller itinerante, con numerosos o pocos obreros; se debe de

⁶³ MARQUES, Maria Alegria F. – “A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela”. In *2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 5. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, 1996, pp. 49-84.

⁶⁴ SOARES, Torquato de Sousa – “O governo de Portugal pelo Conde Henrique de Borgonha: suas relações com as monarquias Leonesa-Castelhana e Aragonesa”. *Revista Portuguesa de História* 14/3 (1974), pp. 365-397. MATTOSO, José – “O Condado Portucalense”. In SARAIVA, José Hermano (dir.) – *História de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 1983, pp. 3-52. MATTOSO, José – “A formação de Portugal e a Península Ibérica nos séculos XII e XIII”. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Vol. I. Porto: Instituto Nacional de Investigação científica, 1987, pp. 13-37. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Vol. II. Lisboa: Estampa, 1993. ANDRADE, Amélia Aguiar – *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1994. Dissertação de Doutoramento. BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”. *Medievalismo*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales 4 (1994), pp. 27-39. ANDRADE, Amélia Aguiar – “Entre Lima e Minho e Galiza na Idade Média: uma relação de amor e odio”. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida In Memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 77-91. MARQUES, José – “A Fronteira do Minho. Espaço de Convivência Galaico-Minhota, na Idade Média”. In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 697-712. OLIVEIRA, António Resende de – “Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)”. *Revista de História das Ideias* 28 (2007), pp.17-37. MATTOSO, José – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. 2 vols. Lisboa: Estampa, 2008. FERREIRA, João Paulo Martins – “A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381). Teoria e metodologia”. In MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; FARIA, Diogo (coords.) – *Incipit 2: Workshops de Estudos Medievais da Universidade de Porto 2011-2012*. Porto: Universidade de Porto, 2012, pp. 41-50. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “O nascimento do reino de Portugal: uma perspectiva nobiliárquica (1096-1157/1300)”. *Revista Portuguesa de História* 44 (2013), pp. 29-58. FLÓREZ DÍAZ, Javier – *En busca de una frontera entre Galicia y Portugal: Las tierras miñotas en los siglos XI-XII*. Santander: Universidad de Cantabria, 2016-2017.

⁶⁵ RECHT, Roland – “La circulation des artistes, des oeuvres, des modèles dans l’Europe médiévale”. *Revue de l’Art* 120 (1998), pp. 5-10.

⁶⁶ RECHT, Roland – “La circulation des artistes, des oeuvres, des modèles dans l’Europe médiévale”, p. 8.

valorar la duración y naturaleza de la influencia ejercida entre diversos talleres⁶⁷. Todo ello sin olvidar que los artistas medievales no inventan, en el sentido moderno que se da a este término, sino que se apropian de un repertorio que transforman y transmiten a su vez, lo que no les impide ser creadores⁶⁸. Por su parte Guillouët profundiza en el análisis de hasta qué punto las transferencias artísticas siguen siendo una herramienta útil para la historia del arte medieval⁶⁹. La identificación de los movimientos y circulación de artistas no puede obviar sus modalidades ni las condiciones de la disponibilidad de los artistas dentro de las redes de la sociedad. La permeabilidad del saber hacer y su análisis a través de la historia cultural, lleva a adoptar la noción de transferencias culturales, lo que permite cambiar los términos de la cuestión: abordarlo dentro del ámbito de los estudios históricos, puede arrojar luz sobre cuestiones como la recepción o difusión. Artistas, obras o modelos son los que constituyen el objeto de la investigación realizada en términos de transferencias artísticas, teniendo en cuenta el papel de estos actores y la forma en que participan en la reconfiguración de un determinado medio artístico; ello constituye un enfoque diferente, incluso en su sintaxis, una forma de ampliar la reflexión evocada por Recht. Es también una forma de sumar las aportaciones procedentes de otras disciplinas y otros horizontes historiográficos. El cambio léxico que Guillouët propone entre circulación y transferencia refleja expectativas historiográficas precisas, pues hablar de transferencias artísticas no equivale a identificar y describir la circulación de artistas, obras o modelos -aunque estas dos cuestiones, por supuesto, se superponen- si no que permite analizar la forma en la que estos movimientos de artistas, obras o modelos pueden reconfigurar los medios artísticos que les acogen o de quienes proceden⁷⁰. A través de la noción de transferencias artísticas, se pasa de una problemática de recepción e influencia, al papel de los mediadores en los mecanismos de estas circulaciones y sus efectos, alcanzando más

⁶⁷ RECHT, Roland – “La circulation des artistes, des oeuvres, des modèles dans l’Europe médiévale”, pp. 6-7.

⁶⁸ RECHT, Roland – “La circulation des artistes, des oeuvres, des modèles dans l’Europe médiévale”, p. 7.

⁶⁹ GUILLOUËT, Jean-Marie – “Les transferts artistiques : un outil opératoire pour l’histoire de l’art médiéval?”. *Histoire de l’art: bulletin d’information de l’Institut national d’histoire de l’art publié en collaboration avec l’Association des professeurs d’archéologie et d’histoire de l’art des universités* 64 (avril 2009), pp. 17-25.

⁷⁰ GUILLOUËT, Jean-Marie – “Les transferts artistiques : un outil opératoire pour l’histoire de l’art médiéval?”, pp. 17-18.

allá de las consideraciones vinculadas a la circulación y movimiento de artistas⁷¹. La historia del arte medieval revela la necesidad de estudiarla dentro de una globalidad, y, precisamente, hacerlo en términos de transferencias artísticas, circulaciones de vectores y, sobre todo, de las reconfiguraciones a las que conducen estos movimientos, más que en términos de difusión e influencia. Por ello Guillouët concluye que el método de las transferencias culturales parece especialmente operativo para comprender las circulaciones artísticas en la Europa de la Edad Media, las modalidades según las cuales operan y, en última instancia, los significados que se les pueden atribuir⁷².

En nuestro caso se ha llevado a cabo un recorrido por la evolución y restauración de las sedes tudense y bracarense que tiene por objeto cotejar los paralelismos existentes entre ambas, que puedan explicar la hipótesis que en este trabajo se pretende plantear: las posibles similitudes entre el primer proyecto constructivo de la catedral de Braga⁷³ y el que consideramos que fue el de la catedral medieval de Tui⁷⁴.

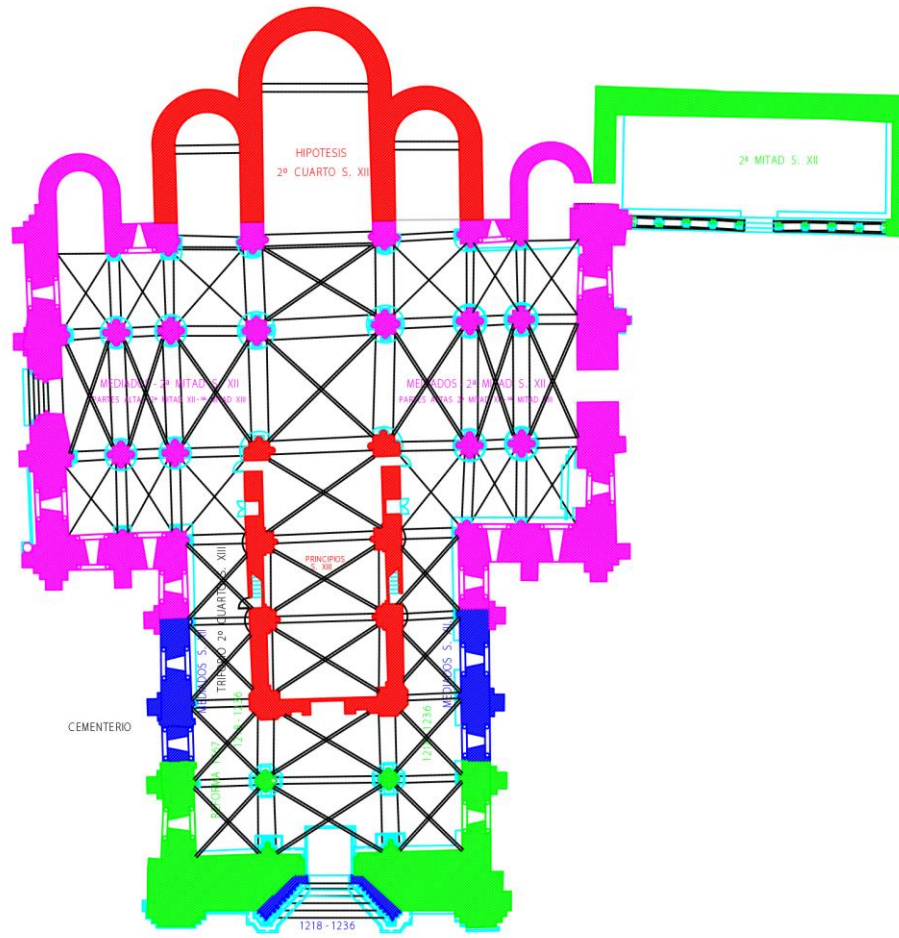
Uno de los interrogantes que se plantean tanto sobre la catedral tudense como sobre la de Braga, se refiere a la configuración primitiva de sus plantas.

⁷¹ GUILLOUËT, Jean-Marie – “Les transferts artistiques : un outil opératoire pour l’histoire de l’art médiéval?”, p. 18.

⁷² GUILLOUËT, Jean-Marie – “Les transferts artistiques : un outil opératoire pour l’histoire de l’art médiéval?”, p.23.

⁷³ Como aproximaciones muy generales destacan OLIVEIRA, Eduardo Pires de – “Bibliografía artística sobre a Sé Catedral de Braga”. *Theologica* 45/1 (2010), pp. 113-126. OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Guia da Sé de Braga*. Vila Nova de Famalicão: Centroatlântico, 2016.

⁷⁴ Este aspecto ha sido analizado en CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Hipótesis sobre la planta medieval de la catedral de Tuy”. *El Museo de Pontevedra* XLVII (1993), pp. 101-122; CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – *La catedral de Tui en época medieval*. Pontevedra: Fundación Cultural Rutas del Románico, 1995, pp. 33-45; CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “El conjunto catedralicio en la Edad Media”. In SEARA MORALES, Iago (coord.) – *La catedral de Tui desde su plan director*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2015, pp. 77-95. En el CD anexo a dicha obra, el capítulo CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Memoria histórico artística. La Catedral Medieval”, en concreto pp. 47-57.



1230

Fig. 1 - Reconstrucción de la planta de la catedral de la medieval de Tui, ca. 1230. Plan director de la catedral de Tui 2001, Iago Seara Morales.

En el caso de la tudense (Fig. 1) se trata de una planta de cruz latina: el brazo mayor, muy corto, se divide en tres naves -la central más ancha-, y estas a su vez en cuatro tramos; su construcción pertenece al gótico, a un taller que Moralejo sitúa entre 1218-1236⁷⁵, teniendo en cuenta el inicio del episcopado de don Esteban Egea en 1218. El brazo menor está igualmente dividido en tres naves, aun cuando en este caso los

⁷⁵ MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín - *Escultura gótica en Galicia (1200-1350)*, Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1975. Tesis doctoral, pp. 100-103; resumen de la tesis doctoral, p. 15.

tramos serán tres y más estrechos. Tradicionalmente se consideró que la catedral compostelana, por su amplio transepto, sería el modelo para Tui.

Sin embargo, algunos historiadores del arte que analizaron el proceso constructivo de la catedral de Braga consideraron que esta también contó con un transepto de tres naves. Es el caso de Aarão de Lacerda⁷⁶, quien considera la catedral de Braga como uno de los primeros grandes edificios levantados en románico, proponiendo un trazado primitivo de enormes proporciones con cinco naves y transepto de tres naves, siguiendo el trazado conjetural de Rogério de Azevedo (Fig. 2).

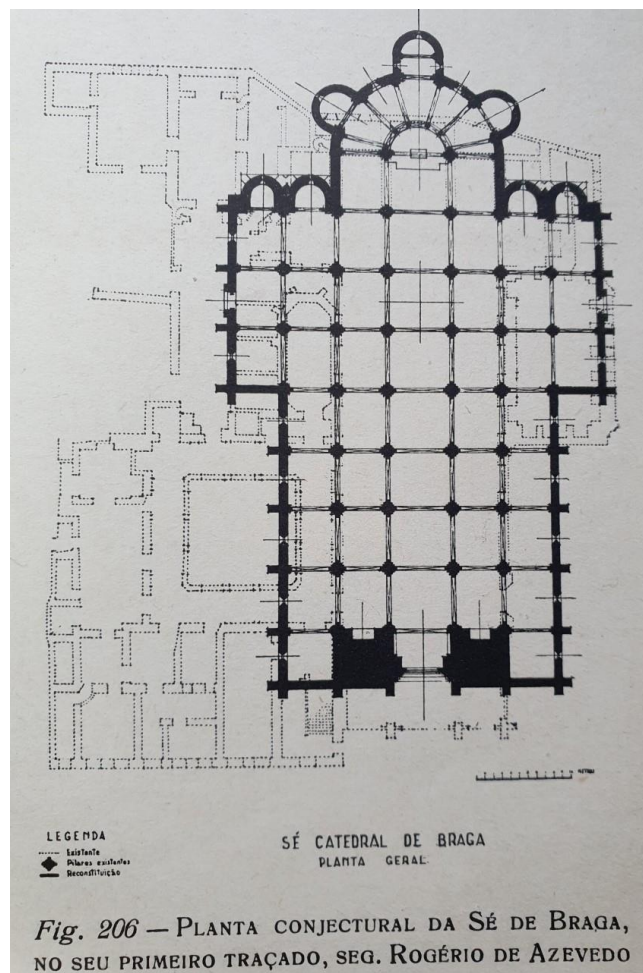


Fig. 2 - Posible planta de la primitiva catedral del Braga.
 Fuente: LACERDA, Aarão de - *História da Arte em Portugal*, vol. I, figura 206.

⁷⁶ LACERDA, Aarão de - *História da Arte em Portugal*. Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, pp. 185-190, en especial figura 206, p. 181.

Por su parte Real considera que el obispo don Pedro fue el fundador de la nueva catedral y su proyecto era mucho más ambicioso que el actual, “de envergadura europeia”, hasta el punto de que colocaba a Braga “numa posição de relevo no processo que condiziu à definição do modelo seguido nos mais célebres santuários de peregrinação”⁷⁷. Sin embargo, desmiente que tal proyecto contase con un brazo mayor de cinco naves⁷⁸, pero concuerda – basándose en restos rastreables en diversos pilares⁷⁹ así como datos del *Memorial* del canónigo Tristão Luís, con respecto a las obras del episcopado de don Diogo de Sousa (1505-1532) –, con el hecho de que la basílica contaba con un transepto de tres naves⁸⁰ (Fig. 3).

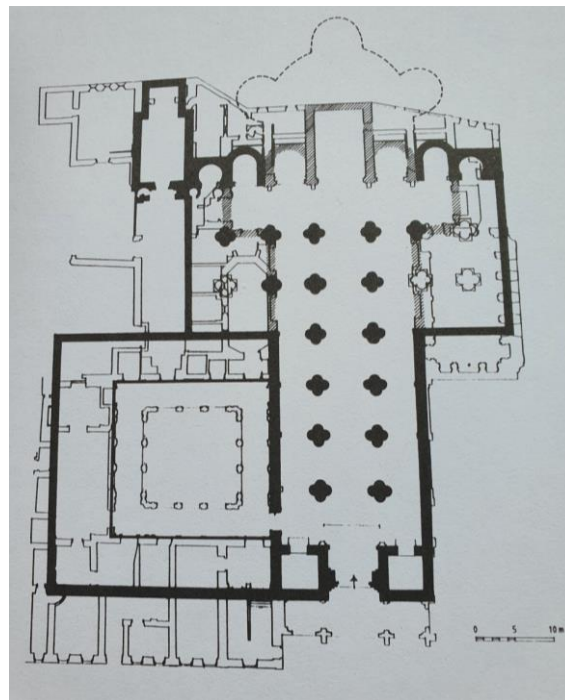


Fig. 3 – Hipótesis de la planta de Braga según REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, fig. 30, p. 504.

⁷⁷ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional- Actas*. Vol. 1, Braga: Universidade Católica Portuguesa / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 435-512, p. 455.

⁷⁸ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, pp.455-456.

⁷⁹ Sobre excavaciones en la zona: RODRIGUES, Miguel Carlos L. B. Areosa; ALFENIM, Rafael A. E.; LEBRE, Anabela Gomes – “Escavação arqueológica de emergencia no cruzeiro do transepto da Sé de Braga, notícia preliminar”. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional- Actas*. Vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 173-188.

⁸⁰ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, pp. 456-457.

La opinión de Real es seguida por Miranda y Vieira da Silva⁸¹ y corroborada por Vieira da Silva y Afonso⁸², quienes, si bien discrepan con respecto al mencionado autor en la consideración de dicho proyecto como un centro de peregrinación en competencia directa con Compostela, coinciden con el hecho de que el proyecto inicial fue desarrollado por el obispo don Pedro y tendría un transepto de tres naves⁸³ (Fig. 4).

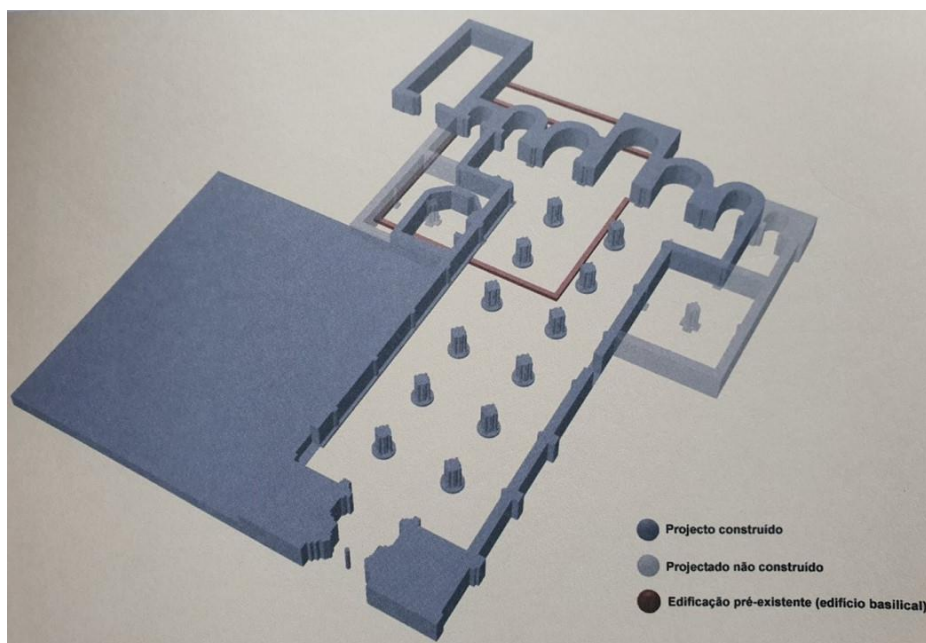


Fig. 4 - Reconstrucción de los primeros proyectos de la catedral de Braga.

Fonte: SILVA, José Custódio Vieira da; AFONSO, Luís Urbano - "A arquitectura e a produção artística", estampa 2, p.34.

Por el contrario, no se puede ocultar que otros autores discrepan de este planteamiento. Es el caso de Ferreira de Almeida, quien ya en su tesis doctoral había considerado inaceptables las propuestas de Lacerda que pretendían una planta con cinco naves y siete capillas en la cabecera⁸⁴; posteriormente señala que no hay ninguna razón válida para defender esta posición, ni desde el punto de vista arqueológico ni

⁸¹ MIRANDA, Maria Adelaide; SILVA, José Custódio Vieira da Silva - *História da Arte Portuguesa. Época medieval*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 57.

⁸² SILVA, José Custódio Vieira da; AFONSO, Luís Urbano - "A arquitectura e a produção artística". In RODRIGUES, Ana Maria; FERREIRA, Manuel Pedro - *A catedral de Braga: Arte, liturgia e música dos fins do século XI à época tridentina*. Lisboa: Aredasmusas / CESEM, 2002, pp. 27-67.

⁸³ SILVA, José Custódio Vieira da; AFONSO, Luís Urbano - "A arquitectura e a produção artística", pp. 48-49.

⁸⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Arquitectura românica de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. I. Porto: Universidade do Porto, 1978. Tese de Doutoramento, p. 201.

histórico⁸⁵. Botelho⁸⁶ concuerda con un inicio en época de don Pedro, como demostraría la inscripción existente en parte de un dintel, que reza: *Huius E(cclesie) (?)*⁸⁷. Sin embargo, atribuye erróneamente el gran proyecto a Paio Mendes (1118-1138), siguiendo las opiniones de Lacerda y Real, pues ella misma se contradice al indicar: “Este proyecto do século XI contemplaria uma igreja basilical de cinco naves e com transepto formado por três, sobre o qual assentaria uma tribuna”⁸⁸; no obstante, indica que no se puede pasar de una mera conjetura⁸⁹.

Otro aspecto destacado, y que ha planteado hipótesis divergentes tanto en Braga como, sobre todo, en Tui, es la cabecera. En el caso de la catedral de Tui, como ya se ha señalado en otras ocasiones⁹⁰, consideramos que la cabecera no parece haber tenido girola, debido a la falta de espacio, opinión ya expresada por Bango⁹¹, y que Vila refuta⁹², pero también por la falta de recursos con los que contaba la sede para una empresa de tal envergadura y la comparación con otros ejemplos de la época. Pese a que la opinión más generalizada consideraba la existencia de tres ábsides⁹³, dedicados

⁸⁵ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, pp. 108-109: “Como já fizera Rogério Azevedo, M. Real defendeu que o projecto inicial da Sé de Braga seria do tipo de grande igreja de peregrinação, com transepto de três naves iguais e uma ampla cabeceira que se estenderia para além do actual espaço da catedral. E este projecto, depois drasticamente reduzido, seria já o de D. Pedro. Suponho que não há nenhuma razão válida para defender esta posição. Não tem apoio arqueológico, nem histórico e a base do ângulo do topo da nave sul com o transepto nunca foi concebida para ser pilar autónomo. A coluna adossada do lado sul, hoje encoberta por parede, arranca um metro acima do solo e é, muito provavelmente, um contraforte exterior, bem semelhante a outros que encontramos, também exteriormente, na parede da nave norte. Neste caso, a actual solução do transepto saliente, seria mais uma mudança-acrescento ao segundo plano. Seja como tenha sido, só escavações sistemáticas permitirão superar muitas das dúvidas que esta construção nos coloca”.

⁸⁶ BOTELHO, Maria Leonor – “Sé de Braga”. In PÉREZ GONZÁLEZ, José María (dir.) – *Arte Românica em Portugal*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2010, pp. 41-52.

⁸⁷ BOTELHO, Maria Leonor – “Sé de Braga”, p. 41.

⁸⁸ BOTELHO, Maria Leonor – “Sé de Braga”, p. 42.

⁸⁹ BOTELHO, Maria Leonor – “Sé de Braga”, p. 44.

⁹⁰ CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Hipótesis sobre la planta medieval de la catedral de Tuy”, pp. 101-122; CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – *La catedral de Tui en época medieval*, pp. 33-45; CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Tui. La catedral en el Románico”. In *Enciclopedia del Románico en España. Pontevedra*. Vol. II. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, Centro de Estudios del Románico, 2012, pp. 1143-1161. CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Memoria histórico artística. La Catedral Medieval”, pp. 47-57.

⁹¹ BANGO TORVISO, Isidro G. – *Arquitectura románica en Pontevedra*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1979, p. 245.

⁹² VILA PÉREZ, Suso – *A cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*. Noia: Toxosoutos, 2009, pp. 228-234.

⁹³ BANGO TORVISO, Isidro G. – *Arquitectura românica*, p. 245. Su opinión es seguida por YZQUIERDO PERRÍN, Ramón – *Galicia Arte. Arte medieval (I)*. A Coruña: Hércules de Ediciones, 1993, vol. X, pp. 104-105. Recientemente fue de nuevo planteada la existencia de tres ábsides en MANSO PORTO,

a santa María, Santiago y san Pedro, advocaciones que se conservan en la actualidad, la posibilidad de cinco, hipótesis apuntada ya por Chamoso⁹⁴ e Iglesias Almeida⁹⁵, está avalada por la documentación conservada en el archivo catedralicio y la propia arquitectura. Entre la primera está el testamento otorgado en 1264 por Fernán Yáñez, arcediano de Tui, en donde se indica: “*Iten mandat ad cooperiendum ousiam sancte Marie virginis et sancti Petri et sancti Iacobi de petra CL morabetinos [...] Iten mandat ad vitrandas fenestras de ousia sancte Marie et sancti Iacobi et sancti Petri et sancti Vincentii ecclesie tudense C morabetinos*”⁹⁶. Se puede comprobar que se refiere a un ábside dedicado san Vicente. Asimismo, en 1385, en las últimas disposiciones de Johan Mouro, *pedreyro* natural de Valença, que se manda enterrar en la sepultura que le otorgó el cabildo en el cementerio de Santa María de la sede de Tui, se señala: “Yten mando aas cofrarias de San Pedro et de San Viçente a cada una dez maravedís et que me veñan fazer honrra e no enterramento como seu confrade et aja parte delas como confrade”⁹⁷; asimismo dona el dinero de la venta de determinados bienes para la obras de la Iglesia de Tui⁹⁸. No creemos casual que los titulares de dichas cofradías se puedan corresponder con los de dos capillas absidales. Por otro lado, en relación con el carácter transfronterizo de esta ciudad⁹⁹, durante buena parte del siglo XII los talleres tudenses irradiaron al norte y sur del Miño, por lo que era normal que un pedrero natural de un lugar tan próximo, aunque por entonces ya se encontraba en otro país,

Carmen – “Reflexiones sobre la catedral románica y gótica de Santa María de Tui”. *Abrente: Boletín de la Real Academia Gallega de Bellas Artes de Nuestra Señora del Rosario* (2012), pp. 75-126, p. 91.

⁹⁴ CHAMOSO LAMAS, Manuel – *Galicia románica*. Madrid: Encuentro, 1979, p. 545.

⁹⁵ IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto – “Los signos lapidarios de la catedral de Tui en los siglos XII y XIII”, *Tuy. Museo y archivo histórico diocesano II* (1976), pp. 135-146, pp. 138-139; IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto; MÉNDEZ CRUCES, Plácido – *Evocación histórica*, p. 128.

⁹⁶ Tui, Archivo Catedral de Tui, *Testamento del arcediano de Tui Fernandus Johannis*, Becerro I, fol. 131v.-132r.; ap. doc. n.º I, 20 del Mayo del 1264.

⁹⁷ Tui, Archivo Catedral de Tui, *Testamento de Johan Mouro, pedrero, natural de Valença*, Becerro I, fols. 58v.-59r, 5 del Octubre del 1385.

⁹⁸ “... nque se vendan os ditos beens que lle mando et se de o que por elles deren por amor de Deus por la miña alma para as obras da dita Iglesia de Tuy et do dito mosteyro”, Tui, Archivo Catedral de Tui, *Testamento de Johan Mouro*, fols. 58v.-59r.

⁹⁹ CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “El arte medieval en Tui: la catedral como foco receptor y difusor del románico y del gótico”. In CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta; GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia (coords.) – *Tui: Pasado, presente y futuro. I Congreso de Historia de Tui*. Pontevedra: Diputación Provincial, 2004, pp. 121-155. CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “La catedral de Tui entre Galicia y Portugal”. In *Actas II Congresso Internacional de História da Arte*. Coimbra: Almedina, 2005, pp. 727-745. CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Una catedral de frontera. Tui y Portugal: afinidades y peculiaridades”. In BECEIRO PITA, Isabel (coord.) – *La espiritualidad y la configuración de los Reinos Ibéricos (siglos XII-XV)*. Madrid: Dykinson, 2018, pp. 91-147.

se entierre en el cementerio de su sede episcopal, en la que quizá hubiese trabajado como pedrero.

La noticia de una quinta capilla la proporciona un documento del notario Alonso Fernández emitido en 1461, sobre la sepultura de Álvaro de Porto; en él se concede permiso para pintar y reparar la capilla de Santa Eufemia, así como cubrir de madera y teja su torre, antes de que empeoren las ya malas condiciones en que se encuentra su tejado¹⁰⁰. Dado que el documento señala que la capilla de Santa Eufemia posee un tejado, podemos pensar que no se situaría en el interior de la catedral, sino que sobresaldría, resultando muy probable que se tratase de una capilla absidal; asimismo el mal estado en el que se encontraba puede indicar que se trata de una construcción antigua.

Por lo que respecta a los restos que todavía se conservan en una estructura que ha sufrido numerosas modificaciones, se pueden apreciar, en primer lugar, en la configuración de los tramos del transepto que puede confirmar la posibilidad de la existencia de cinco ábsides (Fig. 1): desde el crucero, que posee la amplitud de la nave mayor, existen tres tramos hacia el norte y otros tantos hacia el sur; el primero es la continuación de las naves laterales, constituyendo casi un cuadrado, mientras que el segundo posee menor amplitud, dando lugar a un espacio rectangular; finalmente, el último tramo vuelve a resultar más amplio, sin llegar a la longitud del primero. Ello

¹⁰⁰ “que pintara a capella de Santa Eufemea da dita iglesia et lavrara de madeira et tiina en voontade de a procurar et reparar o mellor que podese et Deus lle dese en graçia lles aprouvese de lle dar en lugar a que a fizese dentro della sua sepultura taa su terra en que seu corpo fose sepultado quando o Deus levase desta vida presente e llo aberia en muyta graçia et merçed et os ditos señores dean e cabido vendo que sua demanda era boa et honesta et a reparaçion e corregimento feito ena dita capela de Santa Eufemea et por ser persona auta e habile para o que demandaba otorgoulle sua petiçon [...] et que dea logo cen maravedis vellos Alvaro Vasques canonigo procurador da Hobra da Santa Iglesia para ajuda de cobrir de madeira et tella [...] a torre de dita capella de Santa Oufemia que abre por mingoa do dito tellado e o dito Alvaro de Porto quedou dellos dar logo. Os ditos señores dean et cabido veendo como se espide o tempo de veraao en que a obra da Santa Iglesia a de se reparar espeçialmente de cal por lo estio et tellado en madeira et do presente non abia hi dineiros para os mesteiraas ataa que non reçebesen contas dos procuradores que foron da dita hobra et de os haber doutras partes donde jasia rogaron a Alvaro Vasques canonigo procurador que ora he da dita obra que lles fizese tanta graçia que logo catase mesteiraas et con a madeira que ias enno dito cabido et tella por onde a podese aber cobrise aquella capella de Santa Oufemia ante que mais dampno se lles segise ...”. Tui, Archivo Catedral de Tui, *El cabildo de Tui concede permiso a Alvaro de Porto para que arregle la capilla de Santa Eufemia y haga allí su sepultura*. Protocolo del notario Alonso Fernández, 19 del junio del 1461.

obliga a peraltar considerablemente los arcos de medio punto, tal como se puede observar claramente en el interior (Fig. 5).



Fig. 5 - Interior del transepto la catedral de Tui. Fuente: foto del autor.

En segundo lugar, si se observa detenidamente el muro oriental de acceso a los ábsides, se puede apreciar, comenzando por el extremo noreste: en el primer tramo un gran arco tapiado sobre el que, con posterioridad, se abrió una ventana, hoy también tapiada; en el tramo siguiente del transepto norte se abre una ventana que todavía se conserva en buen estado (Fig. 6); a continuación, se halla el acceso al ábside de Santiago, cuyos arcos de ingreso corresponden a la fábrica románica.

En el brazo sur, simétricamente, se encuentra el acceso al ábside de San Pedro; en el tramo siguiente habría habido otra ventana, como dejan entrever los restos de dovelas en el muro; finalmente, el arco de acceso a la actual capilla de San Telmo (Fig. 7) se correspondería con el de la quinta capilla.



Fig. 6 - Restos de cabecera románica de la catedral de Tui. Brazo norte.
Fuente: foto del autor.

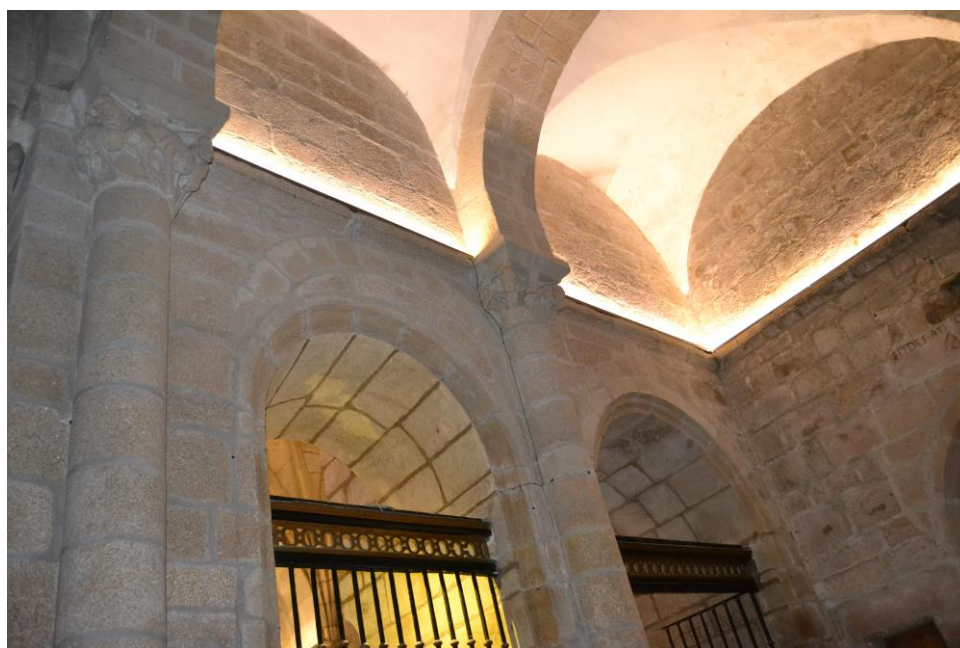


Fig. 7 - Restos de cabecera románica de la catedral de Tui. Brazo sur.
Fuente: foto del autor.

Junto a ello, la estructura absidal propuesta podría verse corroborada por un contrafuerte existente entre los arcos de ingreso a la citada capilla, visible desde su interior, testigo de la separación entre el paño mural con la ventana y el último ábside (Fig. 8).

Otra cuestión de difícil resolución sin el recurso a excavaciones es la forma de los ábsides. Para algunos autores serían rectos¹⁰¹, mientras que otros, apoyándose en el cambio que se quiso dar a la iglesia de San Bartolomé de Rebordáns (Tui) consideran que debieron ser semicirculares¹⁰². Es probable que se tratase de esta última solución, dada su similitud con otros ejemplos que se abordarán posteriormente.

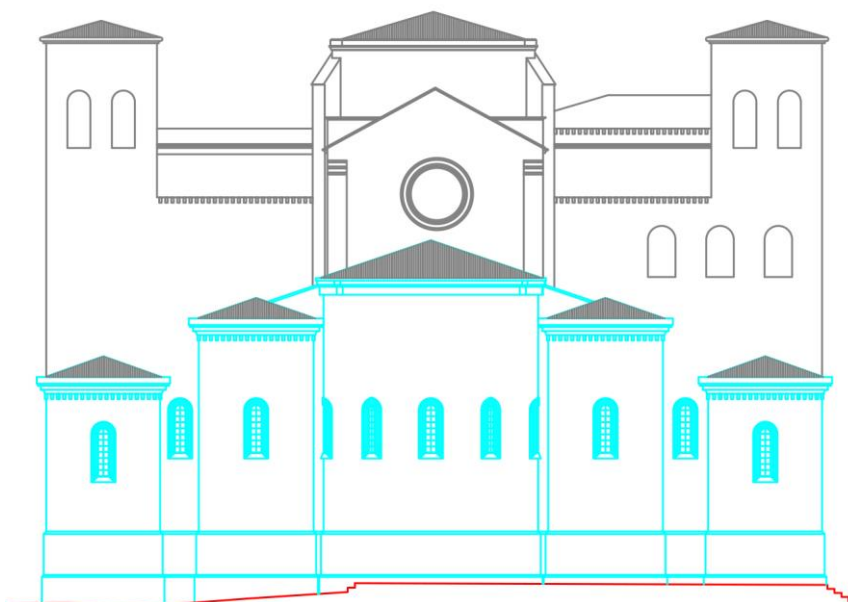


Fig. 8 - Reconstrucción de la cabecera exterior de la catedral medieval de Tui. Plan director de la catedral de Tui 200, Iago Seara Morales.

¹⁰¹ CARRO GARCIA, Jesús – *Las catedrales gallegas*. Buenos Aires: Ediciones Galicia del Centro Gallego de Buenos Aires, 1950, p. 40. SA BRAVO, Hipólito de – *Rutas del románico en la provincia de Pontevedra*. Pontevedra: Caja Rural, 1978, p. 213. ANÓNIMO – “Catedrales. La catedral de Tui”. In OTERO PEDRAYO, Ramón (dir.) – *Gran enciclopedia gallega*. Tomo VI. Vitoria: Silverio Cañada, 1974, p.44. CHAMOSO LAMAS, Manuel – *Tuy*. León: Everest, 1981, p. 47.

¹⁰² CASTILLO, Ángel del – “La arquitectura en Galicia”. In *Geografía General del Reino de Galicia. Generalidades*. Vol. II. La Coruña: Ed. Gallega S.A., 1980, p. 898. LAMPÉREZ Y ROMEA, Vicente – *Historia de la arquitectura cristiana española en la Edad Media*. Madrid: Espasa Calpe, 1930, p. 174, lo apunta entre interrogaciones. BANGO TORVISO, Isidro G. – *Arquitectura románica*, p. 245. MANSO PORTO, Carmen – “Reflexiones sobre la catedral románica y gótica de Santa María de Tui”, p. 98 donde se recoge su planteamiento hipotético. VILA PÉREZ, Suso – *A cidade de Tui*, p. 232 e imagen de la p. 229, hace una propuesta de capillas semicirculares incluidas en la girola.

Un paso más sería la ubicación de ambos absidiolos. Iglesias Almeida supone que el dedicado a san Vicente se encontraría en el lugar de la actual sacristía, en el lado de la Epístola, mientras que, por simetría, el de Santa Eufemia se correspondería con la posterior capilla de las Reliquias¹⁰³. Por lo que respecta a las advocaciones de las capillas de la cabecera, la central, de santa María, se dedica a la patrona de la catedral, mientras que las contiguas, de Santiago y san Pedro, hacia el norte y sur respectivamente, se consagran a dos apóstoles. Finalmente, las de san Vicente y santa Eufemia, poseen advocaciones de mártires, ambos muy vinculados al área tudense. Realmente, fueron advocaciones muy repetidas en toda la diócesis y siguen una disposición frecuente en otras catedrales. La ubicación de Santiago en el lado del Evangelio no resulta extraña teniendo en cuenta la posición de Tui en el camino “portugués” de peregrinación a Compostela, cuestión relevante a la hora de la comparación con Braga.

En lo que atañe a la catedral de Braga, la reconstrucción de la cabecera inicial también es fruto de diversas hipótesis. Según Aarão de Lacerda (Fig. 3), se abrirían absidiolos al transepto y girola, siguiendo un trazado benedictino que no llegó a completarse pues fue modificado y disminuido; entre sus vestigios estaría una capilla de planta de arco peraltado que vincula con el mundo cluniacense¹⁰⁴. Ferreira de Almeida, por su parte, considera que la primera catedral de Braga que consagró don Pedro estaría más próxima al primer románico, pues cree que dicho obispo todavía estaría vinculado al llamado rito “mozárabe”, así como ese primer proyecto lo estaría a la tradición artística altomedieval¹⁰⁵. Sin embargo, cree que el ábside de planta en herradura, que hoy está en el exterior de la catedral, pertenecería al primitivo proyecto románico que don Soeiro Mendes (sic) habría iniciado ca.1128 cuando don Alfonso Henríquez le concedió licencia para acuñar moneda¹⁰⁶. En su opinión la iglesia que don Pedro había consagrado sería protorrománica y tendría un ábside cuadrangular – de raigambre astur –, como demostraría la donación de un frontal de 5,24 metros de altura en 1088

¹⁰³ IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto; MÉNDEZ CRUCES, Plácido – *Evocación histórica*, p. 128.

¹⁰⁴ LACERDA, Aarão de – *História da Arte*, p. 188.

¹⁰⁵ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica*, vol. II, p.71.

¹⁰⁶ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica*, vol. II, p.81. Suponemos que se refiere a Paio Mendes.

por parte de doña Guntroda Núñez, para cubrir la pared del fondo¹⁰⁷. Por su parte Real considera que el cuerpo central tendría tres naves, que se prolongan en cuatro tramos, habiéndose rematado la nave central por un quinto tramo, mientras las laterales serían dos torres. En consonancia con ello y dado el momento en el que surge la obra, el proyecto se había concebido como una basílica con deambulatorio y capillas radiales¹⁰⁸, siguiendo, en su opinión, un modelo típico de las iglesias de peregrinación¹⁰⁹. En el lado norte, en el exterior de la basílica actual, existe un absidiolo románico de factura antigua¹¹⁰, que en la Baja Edad Media se dedicó a Nuestra Señora de Loreto¹¹¹. Posee dos características destacables: el remate exterior es recto, mientras la planta es en herradura, lo que le confiere un aspecto primitivo. Por lo que respecta a su alzado, el arco es de medio punto, peraltado, en correspondencia con las grandes catedrales del último tercio del siglo XI, y cuya cronología temprana se vería confirmada por la decoración de los frisos y la tipología de los capiteles y las basas¹¹². De hecho, en su opinión, la consagración del altar mayor el 28 de agosto de 1089 revelaría que en esa fecha la obra estaría ya avanzada¹¹³. Sin embargo, este autor matiza cuál sería la función del frontal donado por doña Guntroda Nunes, que no se dispondría en el fondo del ábside central, sino que se colocaría en el arco triunfal, como remate digno para el momento de la consagración del altar¹¹⁴. La opinión de Vieira da Silva y Afonso sigue, en buena medida la de Real, considerando que se trata de una iglesia plenamente integrada en la cultura artística europea de la época, tanto por el formulario arquitectónico como por la escala proyectada, aun cuando existirían algunos arcaísmos ibéricos: con tres naves estructuradas en cuatro tramos, un

¹⁰⁷ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica*, vol. II, p. 82.

¹⁰⁸ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, p. 462.

¹⁰⁹ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, p. 455.

¹¹⁰ A él se refiere BARREIROS, Manuel Aguiar – *A catedral de Santa Maria de Braga*. Porto: Marques de Abreu, 1922 (ed. facs. 1999), pp. 96-97.

¹¹¹ CHICÓ, Mário Tavares – *A arquitectura gótica em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte, 1981, p. 45, fig. 5. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal*. Vol. III. *O Românico*. Lisboa: Alfa, 1986, p. 70. GRAF, Gerhard N. – *Europa românica. Portugal/2*. Vol. XIV. Madrid: Encuentro, 1988, p. 215. RODRIGUES, Jorge – “O Mundo Românico”. In PEREIRA, Paulo, dir. – *História da Arte Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Temas e Debates, p. 231.

¹¹² REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, p. 456.

¹¹³ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, pp. 464-465.

¹¹⁴ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, p. 473.

transepto saliente de tres naves distribuidas en siete tramos y una cabecera con un ábside semicircular, seguida por un deambulatorio con capillas radiantes¹¹⁵. Sin embargo, en la planta que proporciona esta obra (Fig. 3), se omite la girola y se presenta una cabecera con siete ábsides, el central y los absidiolos de los extremos de estructura recta en el exterior¹¹⁶, considerando el gran transepto como proyecto no construido.

Si consideramos aceptable que el proyecto de don Pedro contaba con un transepto de tres naves, lo que se ha observado a través de la bibliografía es que no existe un acuerdo con respecto a cuál es la causa, si bien entre las corrientes de opinión Santiago de Compostela desempeña un papel relevante. Real considera que el ambicioso proyecto para Braga tenía la intención de crear un importante centro de peregrinación en competencia con Compostela¹¹⁷; por su parte Vieira da Silva y Afonso no consideran que se intentase de establecer una competición directa con Santiago, “tarefa perfeitamente quimérica”, sino de captar una parte significativa de los peregrinos que atravesaban la península de modo que realizasen una breve inflexión hacia el sur, antes o después de la visita al túmulo de Santiago, para venerar las reliquias bracarenses, de las que destacaban las de san Fructuoso, san Silvestre, san Cucufate, santa Susana y san Víctor¹¹⁸.

Si ese proyecto existió, aunque no sepamos si pasó de simple intención, podríamos establecer un nuevo paralelo para la catedral de Tui, cuya planta resulta poco equilibrada como estructura de cruz latina, pues su brazo mayor es muy corto, mientras su cabecera es muy desarrollada. En este sentido sería más próxima al modelo de Santa Fe de Conques¹¹⁹ al igual que Braga.

¹¹⁵ SILVA, José Custódio Vieira da; AFONSO, Luís Urbano – “A arquitectura e a produção artística”, p. 47.

¹¹⁶ SILVA, José Custódio Vieira da; AFONSO, Luís Urbano – “A arquitectura e a produção artística”, p. 34, estampa 2.

¹¹⁷ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, p. 462.

¹¹⁸ SILVA, José Custódio Vieira da; AFONSO, Luís Urbano – “A arquitectura e a produção artística”, p. 47.

¹¹⁹ En el caso tudense Vila invoca la catedral de Santiago como primer foco de influencia al que añade Santa Fe de Conques, que, por sus pequeñas dimensiones se aproxima más a la catedral de Tui: VILA PÉREZ, Suso – *A cidade de Tui*, p. 229.

Si bien Real confirma que carecemos de información suficiente con respecto a la primitiva cabecera, concluye que sus similitudes con dicha iglesia son muy estrechas, tanto en la planimetría como en los arcaísmos que evidencian ambas construcciones. Asimismo, el nombramiento de Geraldo, consagrado en Sahagún en 1096, el cual era originario de Cahors¹²⁰, explicaría que por tierra natal, muy próxima a Rouerge, donde se encontraba Conques, así como su formación en Moissac y su estancia en Toulouse, conociese los ejemplos franceses¹²¹. Sin embargo, se impone una matización con respecto a la vinculación de las girolas con la afluencia de peregrinos: durante mucho tiempo las iglesias de Santa Fe de Conques, San Martín de Tours, San Marcial de Limoges, San Saturnino de Toulouse y Santiago de Compostela¹²², fueron catalogadas como “iglesias de peregrinación”. Bango¹²³ y Brenk¹²⁴ rebatieron dicha “etiqueta”, pues preciso relacionar las cabeceras con girola con usos litúrgicos más que con el tránsito de los peregrinos, como ha insistido Carrero¹²⁵. Además, no poseen toda la misma función pues hay dos colegiadas (Tours y Toulouse), dos abaciales benedictinas (Limoges y Conques) y una catedral (Santiago). Por ello consideramos que no existe la necesidad de vincular una tipología con girola con el carácter de iglesia que ha de acoger numerosos peregrinos.

¹²⁰ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, p. 465.

¹²¹ Opinión que reiteran SILVA, José Custódio Vieira da; AFONSO, Luís Urbano – “A arquitectura e a produção artística”, pp. 48-49.

¹²² Un resumen de la historiografía sobre esta cuestión en VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José M.ª; URÍA RIU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*. Vol. I. Pamplona: Iberdrola, Gobierno de Navarra, 1992 (ed. facs. de la realizada en 1948 por el C.S.I.C.), pp. 541-554.

¹²³ BANGO TORVISO, Isidro G. – “Las llamadas iglesias de peregrinación o el arquetipo de un estilo”. In CARBALLO-CALERO, M.ª Victoria (ed.) – *El camino de Santiago, camino de las estrellas*. Santiago de Compostela : Fundación Caixa Galicia, 1994, pp. 233-284.

¹²⁴ BRENNK, Bea – “Les églises de pèlerinage et le concept de prétention”. In BOCK, N. ; KURMANN, P.; ROMANO, S. ; SPIESER, J.M. (eds.) – *Art, Ceremonial et Liturgie au Moyen Âge*. Actes du colloque de 3e Cycle Romand de Lettres Lausanne/Fribourg (2000). Roma : s.e., 2002, pp. 125-139.

¹²⁵ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Le sanctuaire de la cathédrale de Saint-Jacques-de-Compostelle à l'épreuve de la liturgie”. In ANDRAULT-SCHMITT, Claude (ed.) – *Saint-Martial de Limoges: ambition politique et production culturelle (Xe-XIIIe siècles)*. Limoges: Pulim, 2006, pp. 295-308. CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Retrocapillas, trasaltares y girolas. Liturgia, reliquias y enterramientos de prestigio en la arquitectura medieval”. In FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Etelvina – *Estudios in memoriam del Prof. Dr. Fernando Galván Freile*. Vol. II. León: Universidad de León, 2010. pp. 63-81. CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Comulgar con ruedas de molino. Arquitectura y liturgia medievales o los itinerarios de un desencuentro”. *Medievalia* 15 (2012), pp. 63-66. CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Catedral y liturgia medievales. La definición funcional del espacio y sus usos”. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord.) – *Espaços, símbolos e poderes. Liturgia e espaço religioso*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2014, pp. 59-100.

A pesar de ello, queremos destacar que existen semejanzas entre las estructuras de Santa Fe de Conques y las catedrales de Tui y Braga, y que no se hallan en la catedral de Santiago: con respecto a la tudense (Fig. 1), el transepto cuenta solo con siete tramos, sobre ellos existe una tribuna, la cual posee un ándito estrecho entre el lado este y el oeste, al igual que ocurre en Conques; en los extremos norte y sur de Braga no existe una nave transversal, por lo que estaríamos de nuevo ante una estructura semejante con los otros dos ejemplos citados.

Al margen de lo que pudo ser la cabecera inicial, el proyecto bracarense cambia en el siglo XII¹²⁶. Existen una serie de fuentes que hacen pensar en una destrucción violenta de la obra iniciada por don Pedro, tras la muerte de Geraldo¹²⁷, hacia 1109-1110. En el diploma otorgado por doña Teresa el 29 de octubre de 1110 se confirman los privilegios de la sede debido a los malos tratos que le habían causado sus hombres: “os meus maiorinos, não temendo o santuário de Deus, entraram armados na igreja e no claustro e fizeram arruinar a importante igreja bracarense”¹²⁸. Por su parte las excavaciones de la calle Nossa Senhora do Leite mostrarían una capa importante de material de demolición¹²⁹, en tanto que Fontes, Lemos y Cruz consideran la “existencia de um primeiro projecto de maior amplitude, mas, par outro lado, a ausencia de evidencias arqueológicas relacionadas com um transepto de três naves poderá significar que a sua construção nunca terá passado do projecto”¹³⁰. Fue el arzobispo Paio Mendes el que iniciaría la reconstrucción de la catedral, obteniendo en 1128 el privilegio para acuñar moneda, con el objeto de proseguir la construcción de la basílica. En 1131 intenta reactivar el culto en la capilla mayor reconstruida y en 1135

¹²⁶ Sobre sus relaciones con otros ejemplos: RINCÓN GARCÍA, Wilfredo – “La catedral de Braga y su influencia”. In *Summa Artis*. Vol. 30. *Arte Portugués*. Madrid: Espasa Calpe, 1986, pp. 14-20. REAL, Manuel Luís – “O românico português na perspectiva das relações internacionais”. In *Românico. En Portugal e na Galiza*. Lisboa: Fundação Pedro Barrié de la Maza; Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 31-48. RODRIGUES, Jorge – “A arte religiosa no românico português e as suas relações com a Galiza: poder e espiritualidade”. In VALLE PÉREZ, José Carlos; RODRIGUES, Jorge – *El arte románico en Galicia y Portugal*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2001, pp. 132-155.

¹²⁷ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, p. 482.

¹²⁸ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, p. 478.

¹²⁹ GASPARGAR, Alexandra – “Escavações arqueológicas da rua de N^a S^a do Leite (Braga)”. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional – Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, vol. I, pp. 171-172.

¹³⁰ FONTES, Luís; LEMOS, Francisco S.; CRUZ, Mário – “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar”. *Cadernos de Arqueologia* 14/15 (1997-98), pp. 137-164, p. 142.

conocemos el nombre del arquitecto de la obra: Nuno Pais¹³¹. Sin embargo, Real niega la existencia de un terremoto en 1135 que hubiese destruido las torres de la sede¹³². Lo que plantea es que este arzobispo optaría por una solución más modesta de cabecera, con cinco capillas abiertas hacia un transepto de una sola nave, mientras en cuerpo de la iglesia se ampliaría hasta siete tramos. Sin embargo, considera que el remate de la capilla mayor sería recto – ya que en las excavaciones no se han encontrado restos de ábside semicircular –, al igual que los absidiolos más extremos¹³³ (Fig. 3).

Según se ha señalado en la primera parte del trabajo, los contactos entre la sede bracarense y la tudense son muy estrechos¹³⁴, no pudiendo olvidar el carácter de sufragánea de Tui con respecto a Braga. Por otro lado, la dedicación del altar mayor de Braga, el 28 de agosto de 1089, estuvo presidida por don Bernardo de Toledo, con la participación de los obispos Pedro de Braga, Gonzalo de Dumio, Auderico de Tui y Pedro de Ourense¹³⁵ (tabla 1). Todos estos contactos podrían explicar una posible relación entre las plantas de la catedral de Braga y la de Tui: el transepto triple del primer proyecto, y la cabecera de cinco ábsides del segundo. Con todo carecemos de fuentes documentales y arqueológicas que permitan afirmarlo de manera fehaciente, por lo que solo se trata de plantear una hipótesis diferente de todas las que hasta ahora se han propuesto.

Para Tui se pueden encontrar paralelos en iglesias francesas y españolas, entre ellas las cistercienses de Meira y Oia¹³⁶, las cuales poseen los ábsides rectos al interior y al exterior. Realmente entre esta última y la catedral de Tui los contactos son muy

¹³¹ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, p. 484.

¹³² REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, p. 484.

¹³³ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, pp. 484-485.

¹³⁴ YZQUIERDO PERRÍN, Ramón – “Talleres de Tui, Braga y Zamora en la arquitectura románica del norte de Portugal y Galicia”. *Anuario Brigantino* 39 (2016), pp. 195-218.

¹³⁵ REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, p. 474.

¹³⁶ Como ya indicó PITA ANDRADE, José Manuel – *La construcción de la catedral de Orense*. Santiago de Compostela: Cuadernos de estudios gallegos, 1954, pp. 40-43.

importantes, llegando a realizarse donaciones mutuas¹³⁷, cuando en 1145, como respuesta a la generosidad del obispo Pelayo, los monjes entreguen dos marcos de plata “*in opus Ecclesiae S. Mariae faciendum*”¹³⁸. La influencia del cister será patente en partes de la propia obra tudense, como el claustro, e incluso es posible pensar en un intercambio de maestros entre ambas¹³⁹. Pero también hay que señalar los contactos del monasterio de Oia con Portugal donde poseía numerosos bienes¹⁴⁰.

El tipo de cabecera de cinco ábsides escalonados también existió en otra catedral gallega, sufragánea de Braga: la de Ourense. Pita considera que tendría cinco ábsides semicirculares¹⁴¹ (Fig. 9).

Carro recoge que en el siglo XII la capilla central ourensana estaba dedicada a la Virgen, como en el caso tudense¹⁴²; sin embargo, Carrero se apoya en la documentación para recoger las advocaciones de las capillas absidales de la sede auriense¹⁴³ (Fig. 10).

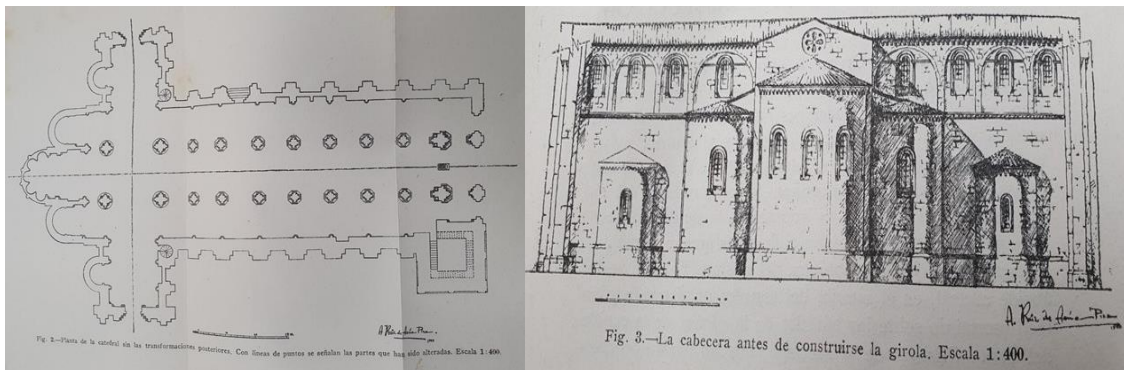


Fig. 9 – Planta y cabecera de la catedral de Ourense.

Fuente: PITA ANDRADE, José Manuel – *La construcción de la catedral*, anexo IX, p.40.

¹³⁷ CENDON FERNANDEZ, Marta – “El monasterio de Oia”. In YÁÑEZ NEIRA, Fray Damián (coord.) – *Monasticon Cisterciense Gallego*. Vol. I. León, Edilesa, León, 2000, pp. 197-223.

¹³⁸ Véase FLÓREZ, Henrique – *España Sagrada*, docs. VII-IX, pp.261-266, doc. XI, p. 269.

¹³⁹ VALLE PÉREZ, José Carlos – *La arquitectura cisterciense en Galicia*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1982, pp. 47 y 286. Sobre los maestros de Oia, véase FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuel – “El monasterio de Santa María de Oya y sus maestros constructores”. *Cuadernos de estudios gallegos* XI (1957), pp. 219-228.

¹⁴⁰ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Senhores e camponeses num espaço de fronteira: estudo da protecção portuguesa do domínio monástico de Santa Maria de Oia nos séculos XII a XV*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago, 2014. Tesis Doctoral. RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho. O senhorio transfronteiriço do mosteiro de Santa Maria de Oia (séculos XII a XV)*. Vigo: Instituto de Estudios Vigueses, 2017.

¹⁴¹ PITA ANDRADE, José Manuel – *La construcción de la catedral*, 1954, anexo IX, fig. 3, p. 40.

¹⁴² CARRO GARCIA, Jesús – *Las catedrales gallegas*, p.33.

¹⁴³ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “De la catedral medieval de Ourense y sus inmediaciones. Nuevas hipótesis sobre viejas teorías”. *Porta da aira: revista de historia del arte ourensano* 9 (2002), pp. 9-30, en especial fig. 5, p. 29.

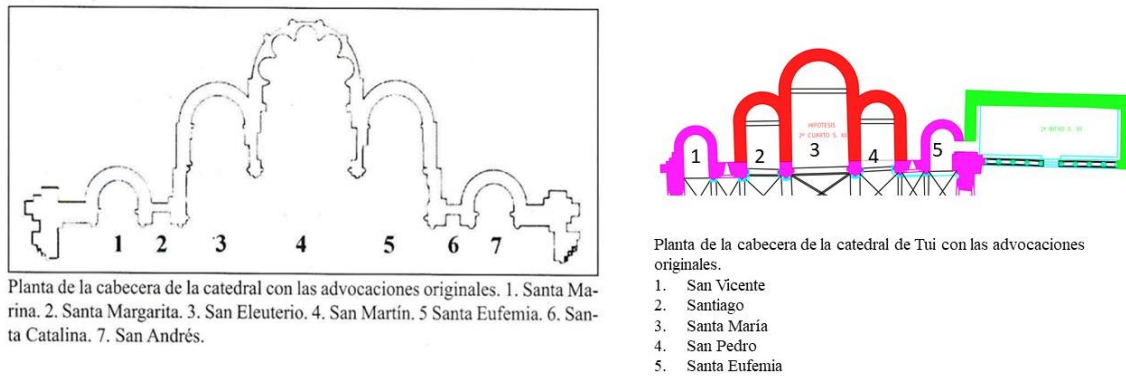


Fig. 10 – Cabecera y advocaciones de la catedral de Ourense.
Fuente: CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “De la catedral medieval de Ourense y sus inmediaciones. Nuevas hipótesis sobre viejas teorías”, fig. 5, p. 29. Comparación con las tudenses según Cendón Fernández.

Pita para esta estructura invocaba los paralelos de Santa María de Azogue en Benavente¹⁴⁴, San Miguel de Estella, la catedral de Lleida, o la colegiata de Tudela. Por su parte Muñoz Párraga, al estudiar la catedral de Sigüenza, consideró que poseía un esquema semejante y señaló sus similitudes con la catedral de Tarragona, Ourense y el ejemplo de Benavente, teniendo en cuenta las diferencias entre ellas motivadas por las necesidades de la liturgia¹⁴⁵. Sin embargo, Cosmen propone una estructura diferente para la cabecera seguntina¹⁴⁶.

En el mundo portugués encontramos otros ejemplos de catedrales con cabeceras de cinco ábsides. Es el caso de Lamego, también sufragánea de Braga, según la propuesta de Carrero¹⁴⁷.

¹⁴⁴ HIDALGO MUÑOZ, Elena – *La Iglesia de Santa María del Azogue de Benavente*. Salamanca: Centro de Estudios Benaventanos “Ledo del Pozo”, 1995, pp. 24-26. R. M., J.M.; M.L, R.M.– “Iglesia de Santa María del Azogue”. In *Enciclopedia del Románico en España*. Zamora. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, Centro de Estudios del Románico, 2012, pp. 188-202, planta y alzado, p. 190.

¹⁴⁵ MUÑOZ PÁRRAGA, M.^a Carmen – *La arquitectura medieval de la catedral de Sigüenza*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1986, pp. 73-80.

¹⁴⁶ COSMEN ALONSO, M.^a Concepción – “Paisajes artísticos velados. La cabecera románica de la catedral de Sigüenza y la posible difusión del modelo”. *De Arte* 15 (2016), pp. 7-32.

¹⁴⁷ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La Sé medieval de Lamego: vías de aproximación a un conjunto catedralicio desaparecido”. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (coord.) – *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos de História Religiosa, 2013, pp. 47-78.

Ya más tardía habría que señalar la de Évora (iniciada en 1185-1204 y sustituida por otra en 1267-1283), que presentaría cinco capillas absidales, las de los extremos rectangulares y el resto poligonales¹⁴⁸.

Conclusiones

A la hora de buscar posibles paralelos para aquellos edificios medievales que han sufrido numerosas transformaciones, y de los cuales carecemos de documentos que permitan afirmar fehacientemente su proceso constructivo, se impone un análisis de tipo comparativo, de posibles transferencias artísticas, que, en ocasiones, no permite ir más allá de un simple planteamiento hipotético. En la catedral de Tui, el obispo Pedro Beltrán realiza una reforma total en la cabecera, entre 1495 y 1499, que supuso la total transformación de lo existente para construir, tal como hoy se conserva, una cabecera triple y plana. Añadidos posteriores como la capilla de San Telmo o la actual sacristía, han ido enmascarando todavía más las trazas románicas, obligándonos a rastrear en busca de pistas que nos permitan una reconstrucción del estado original de la catedral tudense. Por su parte, la catedral de Braga todavía posee una historia más compleja ya que el primer proyecto románico no ha ido más allá de una aspiración y su reconstrucción, aunque bien fundamentada por Real, precisa de nuevas aproximaciones, en especial de la arqueología con sus técnicas más avanzadas.

La comparación entre las planimetrías de ambas catedrales durante el medievo, así como otras semejantes, nos podría llevar a concluir que el transepto tudense, tan desarrollado, con tres naves, que solo se comparó hasta ahora con el de la catedral de Santiago, podría asemejarse al proyectado para la catedral de Braga bajo el episcopado de don Pedro. Teniendo en cuenta el proceso cronoconstructivo de ambos edificios, se habría iniciado antes el bracarense, mientras que el de Tui, datable hacia mediados del siglo XII, pudo tomar como modelo el de su metrópoli.

Otra cuestión sería que el tamaño del proyecto y la forma del transepto, en ambos casos, pudiera asemejarse al de Santa Fe de Conques, sin que se pueda afirmarse de

¹⁴⁸ LACERDA, Aarão de – *História da Arte*, fig. 316. DIAS, Pedro – *História da Arte em Portugal*. Vol. IV. *O gótico*. Lisboa: Alfa, 1986, pp. 30-33. DIAS, Pedro – *A arquitectura gótica portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1994, pp. 66-68. PEREIRA, Paulo – “A arquitectura (1250-1450)”. In PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. Vol.1. Lisboa: Temas e Debates, 1995, p. 364.

qué modo pudo haber llegado ese modelo, salvo la relación que Geraldo poseía con el entorno cercano a Aveyron. La insistencia en una cabecera con girola y capillas radiales ha partido de la consideración de dicha tipología como la característica de las iglesias de peregrinación, cuestión hoy descartada frente al papel que posee la liturgia y que resulta común a muchos centros de los que carecemos un refrendo como importantes centros de peregrinación. Por lo que atañe a la liturgia es muy importante el papel que en este momento poseía la implantación del rito romano. Como se ha indicado, existían ciertos recelos con respecto a don Pedro al que se consideraba continuador de la tradición mal llamada “*moçárabe*”, mientras que Geraldo encarnaría los postulados de los centros que se encontraban en la vanguardia de la difusión del rito romano. En el caso tudense, consideramos que el inicio de la catedral románica, tras su destrucción posterior a las invasiones musulmanas y, sobre todo, germánicas, que la obliga a permanecer en el monasterio de San Bartolomé tras la restauración de la sede, tendrá que ver con la reorganización de la canónica por parte del obispo Pelayo hacia 1137, para lo cual solicitará canónigos de la Santa Cruz de Coimbra; se trata de una actividad directamente relacionada con la reforma gregoriana.

En relación con el tipo de cabecera, aunque la primitiva de Braga hubiese tenido girola, a partir del segundo cuarto del siglo XII, fecha en la que situamos los inicios de la cabecera tudense, va a estar formada por cinco capillas. Si bien en el caso tudense consideramos que serían semicirculares, en el de Braga podría haber una alternancia entre rectangulares y semicirculares. Existen modelos cercanos que siguen esta misma configuración, en especial en catedrales que eran sufragáneas de Braga como es el caso de Ourense o Lamego. Otros edificios como Santa María del Azogue en Benavente, se consideran seguidores del ejemplo auriense.

La necesidad de nuevas campañas arqueológicas, unida a nuevos enfoques en el tratamiento de estos edificios como la relación con la liturgia, las advocaciones y la búsqueda de nuevos apoyos documentales, podrían permitir en un futuro profundizar en lo que en este caso es solo una primera aproximación.

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes manuscritas

Tui, Archivo Catedral de Tui, *Testamento del arcediano de Tui Fernandus Johannis*, Becerro I, fol.131v.-132r.; ap. doc. nº I, 20 del Mayo del 1264.

Tui, Archivo Catedral de Tui, *Testamento de Johan Mouro, pedrero, natural de Valença*, Becerro I, fols. 58v.-59r, 5 del Octubre del 1385.

Tui, Archivo Catedral de Tui, *El cabildo de Tui concede permiso a Alvaro de Porto para que arregle la capilla de Santa Eufemia y haga allí su sepultura*. Protocolo del notario Alonso Fernández, 19 del junio del 1461.

Fuentes impresas

ÁVILA Y LA CUEVA, Francisco – *Historia civil y eclesiástica de la ciudad de Tuy y su obispado*, Archivo de la Catedral de Tui, 4 tomos, 1852. Ed. facs. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1995.

FLÓREZ, Henrique – *España Sagrada*. Tomo XXII. Madrid: Antonio Marín, 1767. Ed. facs. Lugo: Alvarellos, 1992.

VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José M^a; URÍA RIU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*. Pamplona: Iberdrola, Gobierno de Navarra, 1992, 3 vols. (ed. facs. de la realizada en 1948 por el C.S.I.C.)

Estudios

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de entre-Douro-e-Minho*. 2 vols. Porto: 1978. Tese de Doutoramento.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal*. Vol. III. *O Românico*. Lisboa: Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “Influências francesas na Arte românica portuguesa”. In *Histoire du Portugal. Histoire europeène*. Paris: FCG, 1987, pp. 27-36.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da reconquista (século X-1137)*. Porto: Universidade do Porto, 2007. Tese de Doutoramento.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1994. Tese de Doutoramento.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “Entre Lima e Minho e Galiza na Idade Média: uma relação de amor e odio”. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida In Memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 77-91.

ANDRADE CERNADAS, José M. – “Fuentes documentales para el estudio del Rey García de Galicia”. *Minus VI* (1997), pp. 41-49.

ANÓNIMO – “Catedrales. La catedral de Tuy”. In OTERO PEDRAYO, Ramón (dir.) – *Gran enciclopedia gallega*. Tomo VI. Vitoria: Silverio Cañada, 1974.

ARMAS CASTRO José; LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La ciudad de Tui en la Edad Media”. In SEARA MORALES, Iago (coord.) – *La catedral de Tui desde su plan director*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2015, pp. 69-76.

BANGO TORVISO, Isidro G. – *Arquitectura románica en Pontevedra*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1979.

BANGO TORVISO, Isidro G. – “Las llamadas iglesias de peregrinación o el arquetipo de un estilo”. In CARBALLO-CALERO, M.^a Victoria (ed.) – *El camino de Santiago, camino de las estrellas*. Santiago de Compostela: Fundación Caixa Galicia, 1994, pp. 233-284.

BARREIROS, Manuel Aguiar – *A catedral de Santa Maria de Braga*. Porto: Marques de Abreu, 1922 (ed. facs.1999).

BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”. *Medievalismo* 4 (1994), pp. 27-39.

BESSA, Paula – “Arquitectura románica e gótica no Minho”. In *A Arte no Minho*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas-Universidade do Minho, 2011, pp. 63-89.

BOTELHO, Maria Leonor – “Sé de Braga”. In PÉREZ GONZÁLEZ, José María (dir.) – *Arte Românica em Portugal*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2010, pp. 41-52.

BOUZA BREY, Fermín – “Lauda sepulcral de Nausto, obispo de Coimbra”. In *Estudios sobre la Monarquía Asturiana*, XI centenario de Alfonso II el Casto (1942). Oviedo: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Estudios Asturianos, 1950 (2^a ed. 1971), pp. 275-286.

BRENK, Bea – “Les églises de pèlerinage et le concept de prétention”. In BOCK, N. ; KURMANN, P.; ROMANO, S.; SPIESER, J. M. (eds.) – *Art, Ceremonial et Liturgie au Moyen Âge*. Actes du colloque de 3e Cycle Romand de Lettres Lausanne, Fribourg (2000). Roma: s.e., 2002, pp. 125-139.

CARBAJA SOBRAL, José – *Los concilios de Braga en los siglos VI y VII, reflejo de la vida en la Gallaecia de la época*. Porriño: Paz, 1999.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “De la catedral medieval de Ourense y sus inmediaciones. Nuevas hipótesis sobre viejas teorías”. *Porta da aira: revista de historia del arte orensano* 9 (2002), pp. 9-30.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Le sanctuaire de la cathédrale de Saint-Jacques-de-Compostelle à l'épreuve de la liturgie”. In ANDRAULT-SCHMITT, Claude (ed.) – *Saint-Martial de Limoges: ambition politique et production culturelle (Xe-XIIIe siècles)*. Limoge: Pulim, 2006, pp. 295-308.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Retrocapillas, trasaltares y girolas. Liturgia, reliquias y enterramientos de prestigio en la arquitectura medieval”. In FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Etelvina – *Estudios in memoriam del Prof. Dr. Fernando Galván Freile*. Vol. II. León: Universidad de León, 2010, pp. 63-81.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Comulgar con ruedas de molino. Arquitectura y liturgia medievales o los itinerarios de un desencuentro”. *Medievalia* 15 (2012), pp. 63-66.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La Sé medieval de Lamego: vías de aproximación a un conjunto catedralicio desaparecido”. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (coord.) – *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos de História Religiosa, 2013, pp. 47-78.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Catedral y liturgia medievales. La definición funcional del espacio y sus usos”. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord.) – *Espaços, símbolos e poderes. Liturgia e espaço religioso*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos de História Religiosa, 2014, pp. 59-100.

CARRIEDO TEJEDO, Manuel – “Episcopologio tudense, de 911 a 1024”. *Tui. Museo y Archivo Histórico Diocesano* IX (2001), pp. 99-127.

CARRIEDO TEJEDO, Manuel – “Obispos de Ourense, Obispos de Tui y Obispos de Lugo (982-1071)”. *Diversarum Rerum* 12 (2017), pp. 13-52.

CARRO GARCIA, Jesús – *Las catedrales gallegas*. Buenos Aires: Ediciones Galicia del Centro Gallego de Buenos Aires. 1950.

CASTILLO, Ángel del – “La arquitectura en Galicia”. In *Geografía General del Reino de Galicia. Generalidades*. Vol. II. La Coruña: Ed. Gallega S.A., 1980.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Hipótesis sobre la planta medieval de la catedral de Tui”. *El Museo de Pontevedra* XLVII (1993), pp. 101-122.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Las etapas constructivas de la catedral medieval de Tui”. *Tui. Museo y Archivo Histórico Diocesano* VII (1994), pp. 197-212.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – *La catedral de Tui en época medieval*. Pontevedra: Fundación Cultural Rutas del Románico, 1995.

CENDON FERNANDEZ, Marta – “El monasterio de Oia”. In YÁÑEZ NEIRA, Fray Damián (coord.) – *Monasticon Cisterciense Gallego*. Vol. I. León: Edilesa, 2000, pp. 197-223.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “El arte medieval en Tui: la catedral como foco receptor y difusor del románico y del gótico”. In CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta y GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia (coords.) – *Tui: Pasado, presente y futuro. I Congreso de Historia de Tui*. Pontevedra: Diputación Provincial, 2004, pp. 121-155.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “La catedral de Tui entre Galicia y Portugal”. In *Actas II Congresso Internacional de História da Arte*. Coimbra: Almedina, 2005, pp. 727-745.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Tui. La catedral en el Románico”. In *Enciclopedia del Románico en España. Pontevedra*. Vol. II. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, Centro de Estudios del Románico, 2012, pp. 1143-1161.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “El conjunto catedralicio en la Edad Media”. In SEARA MORALES, Iago (coord.) – *La catedral de Tui desde su plan director*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2015, pp. 77-95.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Memoria histórico artística. La Catedral Medieval”. In SEARA MORALES, Iago (coord.) – *La catedral de Tui desde su plan director*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2015. CD que acompaña al libro.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Una catedral de frontera. Tui y Portugal: afinidades y peculiaridades”. In BECEIRO PITA, Isabel (coord.) – *La espiritualidad y la configuración de los Reinos Ibéricos (siglos XII-XV)*. Madrid: Dykinson, 2018, pp. 91-147.

CHAMOSO LAMAS, Manuel – *Galicia románica*. Madrid: Encuentro, 1979.

CHAMOSO LAMAS, Manuel – *Tuy*. León: Everest, 1981.

CHICÓ, Mário Tavares – *A arquitectura gótica em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

COSMEN ALONSO, M^a Concepción – “Paisajes artísticos velados. La cabecera románica de la catedral de Sigüenza y la posible difusión del modelo”. *De Arte* 15 (2016), pp. 7-32.

COSTA, Avelino de Jesus da – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965, 2 vols.

COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional- Actas*. Vol. I, Braga: Universidade Católica Portuguesa/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 379-434.

COSTA, Avelino de Jesus – *O bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga* 2^a ed.. Vol. I-II. Braga: Ed. da Irmandade de São Bento da Porta Aberta, 1997.

DIAS, Pedro – *História da Arte em Portugal*. Vol. 4. *O gótico*. Lisboa: Alfa, 1986.

DIAS, Pedro – *A arquitectura gótica portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1994.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C.; VILARIÑO PINTOS, Daría – “La diócesis de Tuy hasta 1100”. In GARCÍA ORO, José (coord.) – *Historia de las diócesis españolas. Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*. Madrid: BAC, 2002.

FERNANDES, Paulo Almeida – “Uma nova arte para um novo reino”. In BARROCA, Mário Jorge (Ed.) – *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 1997, pp. 91-123.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuel – “El monasterio de Santa María de Oya y sus maestros constructores”. *Cuadernos de estudios gallegos* XI (1957), pp. 219-228.

FERREIRA, João Paulo Martins – “A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381). Teoria e metodologia”. In MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; FARIA, Diogo (coords.) – *Incipit 2: Workshops de Estudos Medievais da Universidade de Porto 2011-2012*. Porto: Universidade de Porto, 2012, pp. 41-50.

FERREIRA, Manuel Pedro – “Liturgia bracarense. Orígens, fontes, posteridade”. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord.) – *O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens*. Lisboa: Centro de Estudos de História religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 123-140.

FLÓREZ DÍAZ, Javier – *En busca de una frontera entre Galicia y Portugal: Las tierras miñotas en los siglos XI-XII*. Santander: Universidad de Cantabria, 2016-2017.

FONTES, Luís; LEMOS, Francisco S.; CRUZ, Mário – “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar”. *Cadernos de Arqueologia* 14/15 (1997-98), pp. 137-164.

GALINDO ROMEO, Pascual – *Tuy en la Baja Edad Media Siglos XII-XV*. Madrid: El Noticiero, 1923.

GARCÍA ÁLVAREZ, Rubén – “El diploma de restauración de la sede de Tuy por la infanta Urraca”. *Cuadernos de Estudios Gallegos* 17/52 (1962), pp. 275-292.

GASPAR, Alexandra – “Escavações arqueológicas da rua de N^a S^a do Leite (Braga)”. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional- Actas*. Vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 171-172.

GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia – “Arqueología de Tui: el papel del enclave Tude en la Antigüedad”. In CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta; GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia (coords.) – *Tui: pasado, presente y futuro*. Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra, 2004, pp. 35-56.

GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia – *O Tui antigo: una aproximación histórica-arqueológica*. Noia: Toxosoutos, 2007.

GRAF, Gerhard N. – *Europa románica. Portugal/2*. Vol. XIV. Madrid: Encuentro, 1988.

GUILLOUËT, Jean-Marie – “Les transferts artistiques: un outil opératoire pour l’histoire de l’art médiéval?”. *Histoire de l’art : bulletin d’information de l’Institut national d’histoire de l’art publié en collaboration avec l’Association des professeurs d’archéologie et d’histoire de l’art des universités*, 64 (avril 2009), pp.17-25.

HIDALGO MUÑOZ, Elena – *La Iglesia de Santa María del Azogue de Benavente*. Salamanca: Centro de Estudios Benaventanos “Ledo del Pozo”, 1995.

IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto – “Los signos lapidarios de la catedral de Tuy en los siglos XII y XIII”. *Tuy. Museo y archivo histórico diocesano*, II (1976), pp. 135-146.

IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto; MÉNDEZ CRUCES, Plácido – *Evocación histórica de la ciudad de Tuy y sus antiguas rúas*. Tui: Xuvia, 1990.

IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto – “El camino portugués a Santiago en su paso por Tui”. *Compostellanum* XXXIX/3-4 (jul-dic. 1994), pp. 461-474.

IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto – *El antiguo obispado de Tui en Portugal*. Noia: Toxosoutos, 2009.

LACERDA, Aarão de – *História da Arte em Portugal*. Vol. I. Porto: Portucalense editora, 1942.

LAMPÉREZ Y ROMEA, Vicente – *Historia de la arquitectura cristiana española en la Edad Media*. Madrid: Espasa Calpe, 1930.

LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La cristalización de Tui como espacio de poder señorial entre 1095 y 1157”. In CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta; GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia (coords.) – *Tui: Pasado, presente y futuro. I Congreso de Historia de Tui*. Pontevedra: Diputación Provincial, 2004, pp. 57-95.

LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la S.A.M.I. de Santiago de Compostela*. T. II. Santiago de Compostela: Imp. y enc. del Seminario Conciliar Central, 1899.

LUCAS ÁLVAREZ, Manuel – *Tumbo A de la catedral de Santiago*. Sada, A Coruña: Edición do Castro, 1998.

MANSILLA, Demetrio – “Restauración de las sufragáneas de Braga a través de la reconquista”. *Revista Portuguesa de História* 6 (1955), pp. 117-148.

MANSO PORTO, Carmen – “Reflexiones sobre la catedral románica y gótica de Santa María de Tui”. *Abrente: Boletín de la Real Academia Gallega de Bellas Artes de Nuestra Señora del Rosario* (2012), pp. 75-126.

MANSO PORTO, Carmen – “Consideraciones sobre la organización de la capilla mayor y otros espacios devocionales de la catedral de Tui”. *Abrente* 45 (2013), pp. 153-182.

MARQUES, José – “As doações dos condes portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja”. In *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 5. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, 1996, pp. 326-347.

MARQUES, José – “Las diócesis portuguesas hasta 1150”. In LÓPEZ ALSINA, Fernando (ed.) – *El Papado, la Iglesia Leonesa y la Basílica de Santiago a finales del siglo XI*. Santiago: Consorcio de Santiago, 1999, pp. 177-214.

MARQUES, José – “Senhorio de Braga e arcebispos da independência”. *Bracara Augusta* 49 (2000), pp. 127-174.

MARQUES, José – “As dioceses portuguesas até 1150”. *Biblos* 78 (2002), pp. 7-59.

MARQUES, José – “D. Teresa num tempo de mudança”. *Bracara Augusta* 51:106 (119) (2003), pp. 5-25.

MARQUES, José – “A Fronteira do Minho. Espaço de Convivência Galaico-Minhota, na Idade Média”. In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 697-712.

MARQUES, José – “A Igreja no tempo de D. Afonso Henriques. Alguns aspetos”. In BARROCA, Mário Jorge (coord.) – *No tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM, 2017, pp. 27-69.

MARQUES, Maria Alegria F. – “A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela”. In *2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. V. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, 1996, pp. 49-84.

MARTÍNEZ MURGUÍA, Manuel – *Galicia*, 1888. Ed. facs. Barcelona: El Albir, 1981.

MATTOSO, José – “O Condado Portucalense”. In SARAIVA, José Hermano (dir.) – *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, 1983, pp. 3-52.

MATTOSO, José – “A formação de Portugal e a Península Ibérica nos séculos XII e XIII”. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Vol. I. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 13-37.

MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. Antes de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Estampa, 1993.

MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)*, vol. II. Lisboa: Estampa, 1993.

MATTOSO, José – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. 2 vols. Lisboa: Estampa, 2008.

MIRANDA, Maria Adelaide; SILVA, José Custódio Vieira da Silva – *História da Arte Portuguesa. Época medieval*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín – *Escultura gótica en Galicia (1200-1350)*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1975. Tesis doctoral.

MUÑOZ PÁRRAGA, M.^a Carmen – *La arquitectura medieval de la catedral de Sigüenza*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1986.

NÚÑEZ RODRÍGUEZ, Manuel – “Inscripciones de la Galicia Altomedieval”. *Revista de Guimarães* LXXXIX (1979), pp. 293-320.

OLIVEIRA, António Resende de – “Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)”. *Revista de História das Ideias* 28 (2007) pp. 17-37.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – “Bibliografia artística sobre a Sé Catedral de Braga”. *Theologica* 45/1 (2010), pp. 113-126.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Guia da Sé de Braga*. Vila Nova de Famalicão: Centroatlântico, 2016.

PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Temas e Debates, 1995.

PERLES FONTAO, Juan J. – “Tui dende a arqueoloxía”. In CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta; GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia (coords.) – *Tui: pasado, presente y futuro*. Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra, 2004, pp. 15-33.

PERLES FONTAO, Juan J. – “*Castellum Tyde* ou a existencia dun xacemento castrexo no conxunto histórico da cidade de Tui: elementos de valoración”. *Castellum Tyde* 1 (2007), pp. 21-39.

PITA ANDRADE, José Manuel – *La construcción de la catedral de Orense*. Santiago de Compostela: Cuadernos de estudios gallegos, 1954.

R. M., J.M.; M.L, R.M.– “Iglesia de Santa María del Azogue”. In *Enciclopedia del Románico en España*. Zamora. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, Centro de Estudios del Románico, 2012, pp. 188-202.

REAL, Manuel Luís – “O projecto da Catedral de Braga no século XI e as orixens do Românico portugués”. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional- Actas*. Vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 435-512.

REAL, Manuel Luís – “O românico português na perspectiva das relações internacionais”. In *Românico. En Portugal e na Galiza*. Lisboa: Fundación Pedro Barrié de la Maza; Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 31-48.

RECHT, Roland – “La circulation des artistes, des oeuvres, des modèles dans l’Europe médiévale”. *Revue de l’Art* 120 (1998), pp. 5-10.

RINCÓN GARCÍA, Wilfredo – “La catedral de Braga y su influencia”. In *Summa Artis*. Vol. XXX. *Arte Portugués*. Madrid: Espasa Calpe, 1986, pp. 14-20.

RODRIGUES, Ana Maria; FERREIRA, Manuel Pedro – *A catedral de Braga: Arte, liturgia e música dos fins do século XI à época tridentina*. Lisboa: Aredasmusas / CESEM, 2002.

RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Senhores e camponeses num espaço de fronteira: estudo da projecção portuguesa do domínio monástico de Santa Maria de Oia nos*

séculos XII a XV. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago, 2014. Tesis Doctoral.

RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho. O senhorio transfronteiriço do mosteiro de Santa Maria de Oia (séculos XII a XV)*. Vigo: Instituto de Estudos Vigueses, 2017.

RODRIGUES, Jorge – “A arte religiosa no românico português e as suas relações com a Galiza: poder e espiritualidade”. In VALLE PÉREZ, José Carlos; RODRIGUES, Jorge – *El arte románico en Galicia y Portugal*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2001, pp. 132-155.

RODRIGUES, Jorge – “O Modo Românico”. In RODRIGUES, Dalila – *Arte Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Jornal de Notícias, 2009.

RODRIGUES, Miguel Carlos L. B. Areosa; ALFENIM, Rafael A. E.; LEBRE, Anabela Gomes – “Escavação arqueológica de emergência no cruzeiro do transepto da Sé de Braga, notícia preliminar”. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional – Actas*. Vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 173-188.

RODRÍGUEZ BLANCO, José – *Apuntes históricos de la Santa Iglesia catedral, ciudad y antigua diócesis de Tuy*. Santiago: Imprenta de El Boletín Eclesiástico, 1879.

ROSAS, Lúcia – “Arte románica em Portugal. Contexto Histórico-Artístico”. In PÉREZ GONZÁLEZ, José María (dir.) – *Arte Românica em Portugal*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2010, pp. 17-44.

SÁ BRAVO, Hipólito de – *Rutas del románico en la provincia de Pontevedra*. Pontevedra: Caja Rural, 1978.

SÁNCHEZ-PARDO, José – “Las iglesias rurales y su papel en la articulación territorial de la Galicia medieval (ss. VI-XIII). Un caso de estudio”. *Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle série* 40/1, (2010), pp. 149-170.

SÁNCHEZ-PARDO, José – “Los contextos de fundación de las iglesias tardoantiguas en Galicia (ss. V-VIII): sustratos arqueológicos”. *AnTard* 20 (2012), pp. 255-273.

SÁNCHEZ-PARDO, José – “Iglesias y dinámicas sociopolíticas en el paisaje gallego de los siglos V-VIII”. *Hispania*. LXXIII/ 243 (enero-abril 2013), pp. 11-50.

SÁNCHEZ-PARDO, José – “Organización eclesiástica y social en la Galicia tardoantigua. Una perspectiva geográfico-arqueológica del parroquial suevo”. *Hispania Sacra* LXVI/ 134 (julio-diciembre 2014), pp. 439-480.

SILVA, José Custódio Vieira da; AFONSO, Luís Urbano – “A arquitectura e a produção artística”. In RODRIGUES, Ana Maria; FERREIRA, Manuel Pedro – *A catedral de Braga: Arte, liturgia e música dos fins do século XI à época tridentina*. Lisboa: Aredasmusas / CESEM, 2002, pp. 27-67.

SOARES, Torquato de Sousa – “A inscrição tumular do bispo Nausto de Coimbra (867-912)”. *Revista Portuguesa de História* 1 (1940), pp. 144-148.

SOARES, Torquato de Sousa – “O governo de Portugal pelo Conde Henrique de Borgonha: suas relações com as monarquias Leonesa-Castelhana e Aragonesa”. *Revista Portuguesa de História* 14/3 (1974), pp. 365-397.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “O nascimento do reino de Portugal: uma perspectiva nobiliárquica (1096-1157/1300)”. *Revista Portuguesa de História* 44 (2013), pp. 29-58.

VALLE PÉREZ, José Carlos – *La arquitectura cisterciense en Galicia*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1982.

VÁZQUEZ CORBAL, Margarita – “A Arte Românica na Antiga Diocese de Tui: as relações artísticas Galaico-Minhotas”. In MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; FARIA, Diogo (coords.) – *Incipit 2: Workshops de Estudos Medievais da Universidade de Porto 2011-2012*. Porto: Universidade de Porto, 2014, pp. 155-164.

VÁZQUEZ CORBAL, Margarita – *El arte románico en la antigua diócesis de Tui*. Santiago: Universidad de Santiago de Compostela, 2015. Tesis Doctoral.

VÁZQUEZ CORBAL, Margarita – “La influencia gallega en el Románico del Alto Minho”. *Mirabilia* 26 (2018/1), pp. 1-18.

VILA PÉREZ, Suso – *Tui e Valença nos séculos XI a XV. Os acontecimentos históricos, sociais, artísticos e económicos*. Porriño: Rofer, 2001.

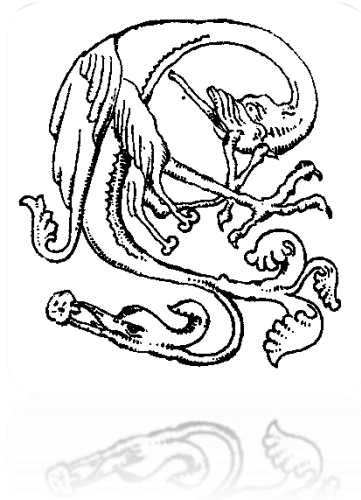
VILA PÉREZ, Suso – *A cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*. Noia: Toxosoutos, 2009.

YZQUIERDO PERRÍN, Ramón – *Galicia Arte. Arte medieval (I)*. Vol. X, A Coruña: Hércules de Ediciones, 1993.

YZQUIERDO PERRÍN, Ramón – “Talleres de Tui, Braga y Zamora en la arquitectura románica del norte de Portugal y Galicia”. *Anuario Brigantino* 39 (2016), pp. 195-218.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta - “Intercambios artísticos en una diócesis transfronteriza: posibles semejanzas entre las catedrales de Tui y Braga”. *Medievalista* 31 (Janeiro - Junho 2022), pp. 73-119. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

Monges e mosteiros galegos em Portugal (séculos XII-XV)

Galician Monks and Monasteries in Portugal (12th – 15th Centuries)

Francisco Javier Pérez Rodríguez

Universidade de Vigo
Facultade de Historia
32004 Ourense, España

fperez@uvigo.es

<https://orcid.org/0000-0002-1600-3084>

Data recepción do artigo / Received for publication: 5 de Dezembro de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 8 de Julho de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5104>

RESUMO

O presente trabalho identifica os mosteiros galegos que tiveram bens no reino de Portugal, entre os séculos XII e XV, para depois analisar e caracterizar esses bens. A política seguida pelos monarcas portugueses em relação a estes mosteiros e aos seus bens é também objeto de estudo, observando-se a importância que para essa relação tiveram as vicissitudes políticas que os reis de Portugal enfrentaram com os da Galiza. Também se estudam as relações mantidas pelos monges e mosteiros galegos com o reino vizinho a nível eclesiástico: basicamente, os dados existentes sobre os seus recursos à sede arcebispal de Braga – que foi a sua metropolitana até ao Cisma do Ocidente – bem como as delegações pontifícias a abades galegos para intervir em questões portuguesas. Por último, referir-nos-emos brevemente ao papel cultural e espiritual que tiveram os mosteiros galegos no reino vizinho.

Palavras-chave: Galiza; Portugal; mosteiros; fronteira.

ABSTRACT

This paper identifies the Galician monasteries with real estate in the Kingdom of Portugal between the 12th and 15th centuries and analyses and characterizes such property. The policy of Portuguese monarchs regarding such property is also analysed while paying particular attention to political relations between Portuguese and Spanish kings. The ecclesiastical relations between Galician monasteries and the neighbouring kingdom are also subject of study: basically, the existing data at the archbishop's see of Braga – metropolitan see up to the Western Schism – and the pontifical authorization granted to Galician abbots to intervene in Portuguese affairs. Finally, a brief reference is made to the cultural and spiritual role of Galician monasteries in the neighbouring kingdom.

Keywords: Galicia; Portugal; monasteries; boundary.



A presença de mosteiros galegos no reino de Portugal tem sido abordada, em termos gerais, de forma individual para cada caso particular. É o caso, por exemplo, do estudo sobre Santa Maria de Oia por E. Portela e M^a Carmen Pallares¹ ou do meu sobre Toxosoutos² onde se analisa rapidamente o domínio português desses cenóbios com base na documentação conservada de cada um. O único estudo que aborda extensamente o domínio português de um cenóbio galego é a tese doutoral de Ana Paula Leite Rodrigues, orientada por Ermelindo Portela, apresentada em 2015 e recentemente publicada³. Definitivamente, Oia é o único mosteiro galego capaz de alicerçar um trabalho deste tipo, pois a documentação dos outros cenóbios é consideravelmente menor. Ainda assim, vale a pena averiguar que mosteiros galegos constituíram património em Portugal, tal como comprova neste momento Víctor Rodríguez Muñiz relativamente a vários mosteiros femininos na diocese tudense⁴. Estes e outros trabalhos, que serão mencionados a seguir, apoiam este estudo.

1. Mosteiros galegos com bens em Portugal

O primeiro facto que se observa ao enumerar os mosteiros galegos que certamente tiveram bens em Portugal é a sua escassez: Antealtares, Toxosoutos, Oia, Donas, Tomiño, Albeos, Melón, Ramirás, Celanova e Montederramo e a abadia secular de Santa Maria de Vilaza. A localização destes mosteiros mostra claramente que são os cenóbios da Galiza meridional os que conseguem implementar o seu domínio a sul da fronteira. Muito provavelmente a lista poderia ser ampliada com mais algum mosteiro desta área, pois a proximidade geográfica de Rebordáns, nos arredores de Tui, de Budiño ou do padroado agostiniano de Grou com Portugal, torna-os suscetíveis de terem recebido alguma doação no reino vizinho.

¹ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – *El bajo valle del Miño en los siglos XII y XIII. Economía agraria y estructura social*. Santiago de Compostela: Universidad, 1971.

² PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – *O mosteiro dos Santos Xusto e Pastor de Toxosoutos na Idade Media (séculos XII-XIII)*. Sada: Seminario de Estudios Galegos-Ediciós do Castro, 2002.

³ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho. O senhorio transfronteiriço do mosteiro de Santa Maria de Oia (Séculos XI a -XV)*. Vigo: Instituto de Estudios Vigueses, 2017.

⁴ A quem agradeço desde já por ter-me permitido utilizar documentação inédita da sua tese doutoral.

Na fronteira entre Galiza e Portugal destacamos a diferença numérica entre os mosteiros na diocese de Tui e os de Ourense. Nesta última, o número de mosteiros é muito menor e são – exceto nos casos de Montederramo, Celanova e Ramirás – de menor dimensão: dois pequenos padroados agostinianos – Grou e Porqueira – um padroado celanovês – Ribeira – e duas abadias seculares unidas desde muito cedo ao bispado auriense no vale do Tâmega – Vilaza e Servoi. Os protagonistas tudenses, com a exceção dos cistercienses de Oia e Melón, também não são mosteiros grandes. Apesar de serem todos beneditinos – salvo a abadia secular de Crecente – apenas três abadias femininas tiveram seguramente bens em Portugal: Donas, Tomiño e Albeos.

2. Situação e caracterização dos bens monásticos galegos em Portugal

Os bens que os mosteiros recém mencionados possuem no reino português têm mais visibilidade na fronteira e escasseiam à medida que se avança para o sul. A maioria deles localiza-se entre os rios Minho e Lima, a partir dos quais somente alguns se estendem até ao Douro. A sul deste, apenas Santa Maria de Oia está presente com certeza na Estremadura portuguesa a partir do século XII, pois nada se sabe sobre o que foi entregue a Celanova em Coimbra e seus arredores no século X.

Tal como mencionado antes, os bens monásticos galegos concentram-se maioritariamente no Norte, entre os rios Minho e Lima, mais concretamente nas margens do rio Minho, nos termos dos atuais concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença e Melgaço. Somente aqui confluem os domínios de várias casas, constituindo-se assim um espaço português mais significativo para monges e monjas galegos. Fora deste espaço, as propriedades são verdadeiras exceções, apesar da importância que possam ter tido.

Por este motivo, reafirmamos a importância da fronteira do rio Minho relativamente à raia seca de Ourense, cujos fatores estarão relacionados não só com a superioridade numérica de mosteiros próximos de Portugal no bispado de Tui do que no de Ourense, como também com a provável superioridade demográfica e económica do primeiro sobre o segundo. Devido ao facto de os mosteiros receberem e adquirirem bens nas suas áreas próximas, Oia, Tomiño e Albeos estenderam os

seus domínios para além do rio Minho, chegando até Ramirás e, provavelmente, até Celanova. Daí a escassa presença em Trás-os-Montes, onde apenas encontramos Montederramo, no vale do Tâmega.

Apenas quatro mosteiros galegos possuíram unidades de exploração suficientemente significativas no reino de Portugal: San Paio de Antealtares, San Xusto de Toxosoutos, Santa Maria de Montederramo e – o mais importante – Santa Maria de Oia. A estes podemos acrescentar São Salvador de Celanova, recetor de várias doações ainda antes da constituição da monarquia portuguesa e que, pelo menos a partir do século XIII, manteve um padroado em Refojos: São Salvador de Monte Córdova.

A maioria destes centros dominiais tem a sua origem nas grandes doações feitas pela alta aristocracia ou pela própria monarquia. Tirando as que foram doadas a Celanova, San Paio de Antealtares é o primeiro mosteiro galego a receber uma grande doação em terras portuguesas. A doação efetuada em 985 pelo conde D. Telo Alvites e a sua mulher, D. Mumadona, implicou a instalação sólida do cenóbio em Ribeiro de Avia⁵. Graças à generosidade dos condes, o mosteiro compostelano estende o seu domínio pelas margens do rio Lima⁶ até às localidades de Paradela, Mazarefes e também até à que seria a futura cidade de Ponte de Lima, as três confirmadas a Antealtares por Fernando I em 1065⁷. A doação incluía mais alguns bens e, para além desta doação, San Paio deve ter recebido outras inclusive a sul do rio Lima, tal como se demonstra em 1136 quando, para manter os seus direitos eclesiásticos sobre a igreja de São João da Ribeira – da qual dependia Paradela – entrega ao arcebispo de Braga três quartos de São Mamede de Este, “que est circa

⁵ LUCAS ÁLVAREZ, Manuel – *San Paio de Antealtares, Soandres y Toques: tres monasterios medievales gallegos*. Sada: Seminario de Estudios Galegos–Edición do Castro, 2001, pp. 175-177. Ver também MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1987, pp. 113-114 e p. 143 n. e FERNANDES, A. de Almeida – “Portugal no período vimaranense (868-1128)”. *Revista de Guimarães* 81 (1971), p. 231, p. 242 e p. 251n.

⁶ ANDRADE CERNADAS, José Miguel – *El monacato benedictino y la sociedad de la Galicia medieval (siglos X al XIII)*. Sada: Seminario de Estudios Galegos–Edición do Castro, 1997, p. 90.

⁷ “[...] ut illas villas que sunt in ripa Limie quas ille comite domino Tello Eleutiz testavit ad monasterium, nominata Paratella et Ponte, tertia ex ea, et Mazarefes [...]” (BLANCO LOZANO, Pilar – *Colección diplomática de Fernando I (1037-1065)*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro – Archivo Histórico Diocesano, 1987, pp. 188-190 (doc. n. 75) e, parcial, em LUCAS ÁLVAREZ, Manuel – *San Paio de Antealtares, Soandres y Toques*, pp. 177-178).

Bracaram”, pelo que nessa vila possui o mosteiro e mais três casais, sendo um deles o de “Abbatibus”, em Domez⁸, que formava parte da doação do conde D. Telo⁹.

O domínio português de Montederramo também tem a sua origem numa doação nobiliária, uma vez que D. Afonso Henriques entrega, em 1128, a *villa* de *Penas Iuntas* a Fernando Anaias em Vilar de Peregrinos¹⁰. É este o documento conservado pelo mosteiro, embora não haja registo da entrega da localidade que o próprio Fernando Anaias ou os seus descendentes teriam feito posteriormente ao mosteiro. Este organizou a sua granja-padroado¹¹ em Cidões, a partir de onde governava o couto que se estendia ao conjunto da freguesia de Vilar de Peregrinos e desde onde teria incrementado o seu património nos séculos seguintes através dos mecanismos habituais¹².

San Xusto de Toxosoutos é o único mosteiro galego que regista uma doação direta dos reis de Portugal¹³, pois em 1136 D. Afonso Henriques entrega ao mosteiro o couto de Paredes na foz do rio Lima, freguesia de Meadela. O principal interesse dos

⁸ Freguesia de Feitosa, concelho de Ponte de Lima; São Mamede de Este é freguesia do concelho de Braga.

⁹ “[...] in villa Domez casal de Abbatibus, quod est circa ipsam ecclesiam, quod dedit comes domnus Telus cum aliis suis hereditibus eidem Antealtarium monasterio [...]” (COSTA, Avelino de Jesus da (ed.) – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Tomo I. Braga: Assembleia Distrital, 1978, p. 258 (doc. n. 825).

¹⁰ AZEVEDO, Rui Pinto de (ed.) – *Documentos medievais portugueses*, p. 114 (doc. n. 91), e LORENZO, Ramón – *Colección documental do mosteiro de Montederramo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2016. 3 tomos, pp. 185-186 (doc. n. 5).

¹¹ Ainda que Cister não permitisse a criação de padroados, é com o título de granja que partilha Santa Maria de Cidões a partir do final do século XIII, quando em 1294 o prior de Cidões, *Johan Parente*, aparece como testemunha num foro. Naquele tempo, a granja não era propriedade exclusiva de Montederramo, mas sim partilhada com o seu irmão cisterciense de Valparaíso, o qual permutou a sua parte com o mosteiro galego em 1298, entregando Montederramo em troca das casas que possuía na cidade de Zamora “a la collaçion de San Johan de Puerta Nueva”, e três mil maravedis (LORENZO, Ramón – *Colección documental do mosteiro de Montederramo*, pp. 717 e pp. 771-773 (docs. n. 548 y 605).

¹² Em 1355, uma sentença sobre a granja mostra como se exerce a jurisdição na freguesia, confirmando-se a jurisdição do mosteiro em Cidões e Vilar de Peregrinos, mas não nos casais isolados (BECEIRO PITA, Isabel – “Las tensiones en torno a los dominios del Cister gallego en el norte de Portugal”. In *Actas. Congreso Internacional sobre san Bernardo e o Cister en España e Portugal*. Tomo 1, Ourense: Monasterio de Oseira, 1992, pp. 253-265, p. 257; no documento em LORENZO, Ramón – *Colección documental do mosteiro de Montederramo*, pp. 1735-1737, (doc. n. 1359).

¹³ A doação de D. Afonso Henriques a Montederramo – da Ribeira de Solar, da igreja de São João da Cova, em terras de Vieira, e do couto de Padornelo, em terras de Coura – datada no mesmo dia que a doação a D. Fernando Anázias em Penhas Juntas foi demonstrada como falsa por AZEVEDO, Rui Pinto de (ed.) – *Documentos medievais portugueses*, pp. 115-116 (doc. n. 93), o que não informa LORENZO, Ramón – *Colección documental do mosteiro de Montederramo*, pp. 184-185 (doc. n. 4).

monges da ria de Noia para se estabelecerem no local era basicamente o abastecimento de sal, tal como demonstram os acordos assinados no século XIII – um pelos próprios couteiros e outro por São Martinho de Tibães. O privilégio outorgado por D. Afonso Henriques foi sucessivamente confirmado pelos seus descendentes, pelo menos no século XIII¹⁴.

Curiosamente, Santa Maria de Oia, sem dúvida alguma o mosteiro com mais domínios portugueses entre os cenóbios galegos, deve a constituição dos seus centros mais destacados às grandes doações. Os cistercienses de Oia tiveram até cinco granjas em Portugal: duas delas no espaço habitual dos seus irmãos galegos na margem do rio Minho – Silva e Chamosinhos, no termo de Valença – e outras três a sul do rio Douro – Fanga da Fé, Enxara e Atouguia. Apenas Fanga da Fé tem a sua origem numa doação de uma personagem relevante: o primeiro monarca português, D. Afonso Henriques¹⁵. Ao contrário dos quatro centros analisados até agora, as granjas de Silva, Chamosinhos e Atouguia parecem terem sido organizadas por Santa Maria de Oia, continuando a doutrina cisterciense. O número de propriedades em ambas as zonas seria o suficiente para que o mosteiro chegasse a constituí-las como tal. Assim o demonstra Paula Leite Rodrigues, para a de Silva, ao expor como o mosteiro possuía trinta e sete casais e meio, para além de outras propriedades nas freguesias do atual termo de Valença¹⁶.

Mais surpreendente é o caso de Atouguia, apelidada *da Baleia* desde a Baixa Idade Média, junto à península de Peniche, que conforma um núcleo afastado do outro centro estremenho de Oia – Fanga da Fé e Enxara¹⁷. Este distingue-se por ser posterior e pela sua modéstia inicial, uma vez que em 1220 o mosteiro apenas possuía ali “unas marinas et unam casam et unam quairelam” que seriam a base da granja do mosteiro documentada em 1323¹⁸. A presença de Oia em Atouguia está

¹⁴ Em relação ao domínio de Toxosoutos sobre Paredes, PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – *O mosteiro dos Santos Xusto e Pastor de Toxosoutos*, p. 60 y pp. 92-93.

¹⁵ Não há registo da doação, mas sim de uma *inquirição* dos bens de Oia ordenada por Sancho II em 1235, onde se averiguou, nas palavras de Ana Paula Leite, que “o mosteiro de Oia possuía uma herdade, a da Fanga da Fé, doada por D. Afonso Henriques e D. Sancho I, e confirmada por D. Sancho II” (RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 130-31).

¹⁶ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 50-54, pp. 99-124.

¹⁷ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 159-163.

¹⁸ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, p. 161.

relacionada com a grande presença de galegos na costa de Peniche e na própria Atouguia. Com base no estudo sobre a comarca de Óbidos¹⁹, Manuela Santos Silva relaciona esta presença com a isenção de impostos concedida a trinta pescadores por D. Sancho IV de Castela, em 1286. Parece, pois, mais lógico relacionar a origem dos bens com as doações feitas pela comunidade procedente do próprio porto de Oia ou da costa próxima ao mosteiro, entre Baiona e A Guarda, seguindo uma tradição familiar ou uma devoção especial dos pescadores que ali se estabeleceram. A granja de Atouguia teria, desta forma, a mesma origem que a de Silva ou que a de qualquer outra exploração monástica semelhante da Galiza ou de Portugal.

Por último, com San Salvador de Celanova regressamos a um domínio monástico que se estende por terras de Portugal anterior à formação do reino por D. Afonso Henriques. Nas doações feitas pelo próprio São Rosendo e pela sua família à nova fundação incluem-se vários bens no território do futuro reino português – desde a margem esquerda do Minho até Coimbra, passando pelas terras do Porto²⁰, às quais se acrescentaram, ao longo do século X, outras de menor importância como, em Valadares, uma pesqueira no Minho doada por D. Ramiro II ou uma casa e uma herdade junto a esse mesmo rio²¹. Após um período sem doações ou aquisições, durante o século XI, em 1108 Celanova volta a fazer uma aquisição em Portugal quando o conde Nuño Vázquez e a sua mulher, a condessa Fronille Sánchez, doam ao mosteiro as herdades que a condessa Dona Guntrode tinha tido em Caminha²².

A escassíssima documentação conservada de Celanova nos séculos XII e XIII impede-nos de saber o que aconteceu com o seu domínio praticamente em qualquer parte e, por este motivo, desconhece-se o que aconteceu aos bens alto-medievais legados ao

¹⁹ SILVA, Manuela Santos – *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Media*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1996. Tese de Doutoramento.

²⁰ Especialmente importantes parecem ser os bens doados em Coimbra e arredores, e também em Leça, futura Leça do Balio, perto do Porto; de todas as doações em terras portuguesas a que mais se destaca é a realizada por Adosinda Gutiérrez e seu marido Jimeno Díaz, em 950 (ANDRADE CERNADAS, José Miguel – *O Tombo de Celanova*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1995, pp. 7-13, pp. 17-21, p. 110, pp. 112-115, pp. 240-241 e pp. 692-693 (docs. n. 2, 4, 71, 73, 74, 75, 172, 500).

²¹ ANDRADE CERNADAS, José Miguel – *O Tombo de Celanova*, p. 111 e p. 178 (docs. n. 72 e 116).

²² “[...] in Caminia hereditates quod fuerunt de genitrici mea comitissa domna Gunterote qui prius uobis concessit et nos de iuri vestro obtinuimus usque modo cum adiunctionibus sus ab integro; habent iacentia litore maris ubi se infundet Minei in ipsius mare[...].” (ANDRADE CERNADAS, José Miguel – *O Tombo de Celanova*, p. 430 (doc. n. 291).

cenóbio. É possível que nessa época Monte Córdova pertencesse a Celanova, embora a sua dependência não seja confirmada até 1241²³. Neste ano, o mosteiro de Celanova ganhava o pleito que mantinha com D. Sancho II, sendo-lhe atribuídos a igreja e os bens de Monte Córdova em troca da renúncia aos seus direitos sobre Castro Laboreiro²⁴. Apesar disso, nas inquirições de 1258 afirma-se que a *ecclesia Sancti Salvatoris de Monte Corduba* é do rei de Portugal, sem mencionar Celanova em nenhum momento²⁵. Trinta anos depois, nas inquirições gerais de D. Dinis, a casa matriz volta a desaparecer, havendo apenas a indicação de que o couto é *dessa egreja – Monte Córdova*²⁶.

Já no século XV, em 1460, D. Afonso V de Portugal recorda a disputa de Castro Laboreiro entre o cenóbio e o monarca, a qual tinha terminado mediante um acordo no qual Celanova renunciava à localidade em troca do padroado, bens e rendas de Monte Córdova²⁷.

²³ Sobre este padroado, ver PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – “Mosteiros e priorados dependentes de San Salvador de Celanova entre 1100 y 1500”. In SINGUL, Francisco (coord.) – *Rudesindus. O legado do santo*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2007, pp. 204-221, pp. 211-214.

²⁴ LA CUEVA, Benito de – *Historia de los monasterios y prioratos anejos a Celanova*. Edición, notas e índices por María Teresa González Balasch. Granada: Universidad de Granada, 1991, pp. 94-95.

²⁵ “Hic incipit inquisitio Ecclesie Sancti Salvatoris de Monte Corduba et omnium parrochianorum ejusdem ecclesie. Martinus Petri, juratus et interrogatus cujas est ipsa Ecclesia, dixit quod est Domini Regis, et ad presentacionem Domini Regis Bracharensis Archiepiscopus priorem constituit in eadem [...]” (*Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Inquisitiones. Volumen I, fasciculi IV et V*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1897, p. 541). Apesar de aparecer como *ecclesia*, ainda que fosse dirigida por um prior, nas inquirições costuma referir-se a Monte Córdova como *monasterium* (p. 527, p. 528, p. 534, p. 537).

²⁶ “Freyguesia de <San Salvador de> Monte Cordova a hy huum couto per padrões dessa egreja e d’ouvida dizem que o coutou Rey mays non sabem qual. + Este como esta sabha el Rey mays do couto se quiser.” (PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Inquisitiones. Inquirições gerais de D. Dinis de 1288, sentenças de 1290 e execuções de 1291*. Tomo 2. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2012, p. 15).

²⁷ “[...] por quanto seendo a dita sua igreja do nosso padroado et da coroa do nosso regno et o castello de Castlo Leboreiro do moesteiro de Cellanova en tempo dos reys dom Afonso que de que foy de Bellonha et del rey don Sancho que foram reis destes nossos regnos fora grande letigio ante ellos et o dito moesteiro de Celanova sobre o dito castello de Castro Leboreiro et fora feita huna aveença et conposyçom antre os ditos reis et o dito moesteiro de Celanova em maneira descanbo, dando os ditos reis a dita sua igreja de Monte Cordova ao dito moesteiro de Çellanova e o padroado della con todollos dereitos et perteenças que em ella aviam et com biint marabedis de colheita que tanbem hy avia, et geralmente com todo sem t[...]arem nem reservarem para a coroa de nossos regnos coussa alguna [...]” (VAQUERO DÍAZ, María Beatriz – *Colección diplomática do mosteiro de San Salvador de Celanova (ss. XIII-XV)*. Tomo 2. Ourense: Concello de Celanova-Universidade de Vigo, 2004, pp. 138-140 (doc. n. 494).

Desta forma, São Salvador de Monte Córdova também tem a sua origem numa doação real em virtude da renúncia dos direitos celanoveses sobre Castro Laboreiro. A partir de 1241, o mosteiro estabelece ali um padroado autónomo de que apenas há escassos dados, embora, segundo as inquirições régias e também em 1460, estivesse acoitado. As primeiras mostram que chegou a constituir um domínio com certa importância talvez por ter ficado com alguns dos bens outorgados a Celanova no século X.

Os restantes mosteiros galegos não parecem ter formado nenhuma granja, padroado ou centro dominial em território português, seja porque nenhum recebeu uma doação da monarquia portuguesa, seja porque as propriedades que tiveram no reino de Portugal, excetuando-se as de Tomiño, foram muito escassas ou de importância secundária.

O único cenóbio galego, cujo domínio a sul do Minho é comparável ao cisterciense de Oia em termos de propriedades no entre Douro e Minho, é o feminino de Santa Maria de Tomiño. Graças aos inventários de bens mandados fazer pelo cabido de Tui em princípios do século XVI, sabemos que o mosteiro chegou a possuir trinta casais entre o Minho e Lima, para além de outros bens menores, ampliando o seu domínio a sul deste rio até às proximidades de Braga e Porto – embora com uma presença muito menor neste espaço²⁸. Ao contrário de Oia ou Montederramo, Tomiño não organizou nenhuma granja em território português, provavelmente devido à proximidade geográfica do mosteiro ao núcleo principal dos seus bens no reino

²⁸ Em 1502, o cabido tudense fazia uma pesquisa dos bens portugueses do suprimido mosteiro de Tomiño nas freguesias de São Gião de Badim, São Salvador de Mujuzão –hoje desaparecida–, São Paio de Segude, São Salvador de Barbeita, São Tiago de Penso, São Pedro de Riba de Mouro, Santa Marinha de Prozelo, São Salvador da Granda, Santa Baia de Cerdal, São Miguel de Fontoura, São Felix de Candemil – naquele tempo *São Pedro Fiz de Moreira*–, Santa Baia de Gondar, São Salvador de Covas, São Pantaleão de Cornes, São Paio de Vila Meã, São João de Campos, São João de Revoreda, Santa Maria de Lovelhe, São Paio de Moledo, São Tiago de Crestelo, São Martinho de Lanhelas e São Pedro das Seixas nos termos de Valadares, Monção, Valdevez, Valença do Minho, Vila Nova da Cerveira e Caminha –com casas nesta vila–, assim como nas freguesias, já no bispado do Porto, de São Cosme de Gondomar, Santa Maria de Alvarelos e São Martinho de Guilhabreu, e as de São Martinho de Escariz e Santo Estêvão de Riba do Neiva, respetivamente dos termos de Vila Verde e Ponte de Lima (Tui, Arquivo da Catedral, Becerro 1, fols. 44v-51v). Em finais do século XIII constam, nas *Inquirições de 1288*, propriedades de Tomiño nas freguesias de Reboreda, Vila Meã, Candemil e São Cosme de Gondomar (PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Inquisitiones. Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, t.1, pp. 136-137, p. 143 e p. 280; e t. 2, p. 41).

vizinho, localizados em torno a Vila Nova da Cerveira, na margem minhota oposta, praticamente em frente ao próprio cenóbio.

A presença dos restantes mosteiros galegos em Portugal é muito mais modesta. Episódica é a de São Salvador de Barrantes, centrada em torno a Vila Nova da Cerveira; em 1258 apenas possuía dois casais: um em Sapardos – que acabava de vender – e outro – despovoado – em São Cibrão²⁹. O mosteiro feminino de Santa Baia das Donas nos princípios do século XV, quando foi suprimido e anexado à catedral de Tui, possuía dois casais na freguesia de S. Pedro de Gondarém e outras herdades isoladas nesta mesma paróquia³⁰.

De igual modo, o mosteiro feminino de Ramirás também reúne o seu património português em torno à vila de Melgaço, destacando-se os casais ou as localidades de Barcia e Rial³¹. Na mesma zona, também se concentrariam as propriedades de San Salvador de Albeos, a um passo da vila de Melgaço, com o Minho no meio. Sabe-se da sua existência graças ao processo instruído em finais do século XV pela observância de San Benito de Valladolid à sua abadessa³².

Das posses portuguesas do mosteiro cisterciense de Melón, afirma Isabel Beceiro que “foram sempre de escassa entidade”³³, ou seja, pouco significativas, ao contrário do seu congénere de Montederramo que, para além da granja de Cidões, teve bens no termo de Monforte de Rio Livre, no outro lado da fronteira, e em Coura³⁴ pelo menos a partir do século XIV.

²⁹ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Inquisitiones. Volumen I, fasciculus III*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1891, p. 351 e p. 356.

³⁰ Tui, Arquivo da Catedral, Becerro 1, fol. 49r e fols. 111v-114r.

³¹ LUCAS ÁLVAREZ, Manuel; LUCAS DOMÍNGUEZ, Pedro Pablo – *San Pedro de Ramirás. Un monasterio femenino en la Edad Media. Colección diplomática*. Santiago de Compostela: Caixa Galicia, 1988, p. 202, p. 460, p. 497, p. 512, p. 576 e p. 579 (docs. n. 24, 264, 307, 308, 327, 482 e 490).

³² ZARAGOZA I PASCUAL, Ernest – “Proceso de reforma contra la abadesa de San Salvador de Albeos (1499)”. Pontevedra. *Museo de Pontevedra* 51 (1997), pp. 563-590, pp. 570-571.

³³ BECEIRO PITA, Isabel – “Las tensiones en torno a los dominios del Cister gallego en el norte de Portugal”, pp. 253-265, p. 254.

³⁴ LORENZO, Ramón – *Colección documental do mosteiro de Montederramo*, p. 1039, p. 1048, pp. 1061-1062, pp. 1648-1649, pp. 1669-1671 (docs. n. 830, 837, 851, 1296, 1313 e 1314).

Por último, a abadia secular de Vilaza tinha as suas propriedades portuguesas próximas da sua sede, em terras de Chaves, chegando a disputar, em meados do século XIII, a localidade de Mairos no reino vizinho, impedindo que os seus cidadãos fossem julgados pelo juiz de Rio Livre³⁵. Adicionalmente, consta que tinha um casal na freguesia de Santo Estêvão, em Chaves³⁶.

A origem de grande parte destes bens estaria nas doações efetuadas maioritariamente pelos próprios membros dos conventos monásticos às instituições em que tinham professado. Assim demonstram as doações recebidas por Oia e Ramirás, e as propriedades portuguesas de Tomiño. A estas doações juntar-se-iam outras de personagens que, por devoção ou pela sua relação especial com o cenóbio, decidiam fazer uma oblação à casa na hora da sua morte. Seria o caso dos párocos que serviam as freguesias portuguesas com grande presença de Oia ou o caso dos aristocratas com bens em ambos os lados do Minho, como os Velho ou os Cerveira estudados por Ana Paula Leite Rodrigues³⁷.

3. A política da monarquia portuguesa em relação aos mosteiros galegos

À luz do exposto, a política de doações aos mosteiros galegos pelos monarcas portugueses caracteriza-se por três aspetos: a sua escassez, a distância dos lugares doados face aos centros beneficiados e as efetuadas apenas pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques. Esta mínima generosidade da monarquia para com as entidades eclesiásticas afastadas do seu reino é explicada pela própria dinâmica política gerada pela independência lusa em relação à Galiza e a Leão.

Duvido que doações tão pontuais devam “ser entendidas como parte de uma estratégia clara de captação de apoios com o fim de tentar consolidar a presença

³⁵ “[...] Et scit quod villa de Mayros, que est terminus de Portugalie et solebat uenire ad iudicium iudicis de Rio Liure, et modo non uenit ibi nisi quando uoluerint, quia defendit monasterium de Villaza, que est de Legione, et Aluarus Petri, miles, et donna Orraca Ermigiz, et filiis de Petro Garsie et sus fraternitas, et non obediunt de illa domino regi Portugalie nisi quod derunt monetam quando rex mandauit sacare [...]” (*Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Inquisitiones. Volumen I, fasciculus VIII*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1961, p. 1347).

³⁶ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Inquisitiones. Volumen I, fasciculus VIII*, p. 1363; e PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Inquisitiones. Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, t. 2, p. 213.

³⁷ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 98-103 e pp. 241-280.

portuguesa nos territórios de Límia e Toronho”³⁸. Se, na realidade, D. Afonso Henriques tivesse esta intenção, não se compreende que Celanova, cujo grande domínio senhorial ladeava a fronteira do seu reino, não recebesse nenhuma doação – já para não falar da todo-poderosa sede compostelana ou da mais modesta de Ourense – e preferisse, em alternativa, a aliança com Oia e Toxosoutos³⁹. Face a esta possibilidade, a autora citada no início do presente parágrafo fornece uma razão mais plausível, já comentada, para a doação a Oia, no termo de Torres Vedras: a presença de repovoadores galegos na zona, que estaria também na origem dos bens detidos pelo mosteiro em Atouguia⁴⁰.

Doações à parte, a política da monarquia portuguesa face aos mosteiros galegos com bens no seu reino não se diferencia muito da que praticava com os seus próprios cenóbios: a confirmação de bens⁴¹, a concessão de isenção de taxas ou impostos⁴², ou a intervenção para resolver os pleitos que os monges apresentam na corte. Esta “normalidade” da atuação dos reis de Portugal em relação aos domínios monásticos galegos no seu reino, assim como a coincidência dos seus problemas com os contemporaneamente sofridos na Galiza foram apontados, por exemplo, por Pablo Otero-Piñeyro ou por Isabel Beceiro para todo o período medieval⁴³.

Especialmente revelante, neste sentido, é o trabalho de Beceiro, que menciona os problemas de Oia e Montederramo em finais do século XIII relacionando-os com a

³⁸ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, p. 138.

³⁹ O interesse de Toxosoutos por Paredes estaria na exploração de sal (PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier, *O mosteiro dos Santos Xusto e Pastor de Toxosoutos*, p. 60) que também obteria Oia em Atouguia da Baleia (RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Senhores e camponeses num espaço de fronteira. Estudo da projeção portuguesa do domínio monástico de Santa Maria de Oia nos séculos XII a XV*). Santiago de Compostela: Faculdade de Xeografía e Historia, 2014. Tese de doutoramento, pp. 196-199).

⁴⁰ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 139-146.

⁴¹ A título de exemplo, do couto de Parede a Toxosoutos em 1184 e 1224 (PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – *O mosteiro dos Santos Xusto e Pastor de Toxosoutos*, p. 92)

⁴² Isenção de portagem em Oia em 1245; reconhecimento de que este mosteiro não devia satisfazer colheita ao rei em 1282; a carta de proteção ao mosteiro em 1326 (RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 184, pp. 187-188, pp. 195-196 e pp. 200-201); ordem para rever e manter os privilégios de Montederramo em Cidões e noutras localidades em 1335 (SÁNCHEZ BELDA, Luis – *Documentos reales de la Edad Media referentes a Galicia*. Madrid: Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1953, p. 456 (doc. n. 1077); confirmação da isenção de colheita de Monte Córdova em 1460 (VAQUERO DÍAZ, María Beatriz – *Colección diplomática do mosteiro de San Salvador de Celanova*, t. 2, pp. 138-139 (doc. n. 494).

⁴³ FONSECA, L. Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE / Fronteira do Caos Editores, 2014, pp. 203-204; BECEIRO PITA, Isabel – “Las tensiones en torno a los dominios del Cister gallego en el norte de Portugal”, *passim*.

política desenvolvida por D. Dinis no conjunto do reino. Este “conseguiu moderar a ampliação do património eclesiástico” sem nunca ter posto em causa a existência do senhorio de igrejas e mosteiros, que mantiveram os seus domínios⁴⁴. No século XIV, estes cenóbios sofrem, em Portugal, os mesmos problemas que na Galiza, solicitando a intervenção do monarca para terminar com os abusos dos seus funcionários ou dos concelhos⁴⁵. A simultaneidade dos conflitos nos dois lados do rio Minho é perfeitamente identificável na atitude da aristocracia relativamente aos domínios monásticos. “O ataque dos senhores vassallos da zona contra os bens das duas abadias [Oia e Montederramo] enquadra-se dentro de linhas de atuação comuns a outros territórios peninsulares neste período e que está claramente documentada na Galiza e na zona do Douro”⁴⁶.

A partir do século XIV, esta normalidade nas relações entre os mosteiros galegos e a coroa portuguesa é, no entanto, afetada por problemas políticos entre os reis de Portugal e de Castela. Durante as duas centúrias anteriores, os sucessivos confrontos entre os monarcas de Portugal e da Galiza, que se desenvolveram inclusive no território desta última, não implicaram nenhuma medida contra os bens eclesiásticos galegos no reino luso. A guerra entabulada por D. Afonso IV de Portugal e D. Afonso XI de Castela entre 1336 e 1339 foi o catalisador da mudança. Em algum momento da contenda, D. Afonso IV ordena a confiscação dos bens próprios dos naturais dos reinos do seu oponente, tal como expressa inequivocamente, em 1340, ao ordenar a restituição dos bens subtraídos de Santa Maria de Oia:

“[...] per rrason dessa gerra que ontre mjn et el rrey de Castella ouue, lles mandara tomar todallas coussas que auya no meu señorio, et emviarome pidir por merçee que, poys auya pas antre mjn et el rrey de Castella, et ennas ditas pases he contiudo que todo aquello que ffoy tomado no tenpo da gerra que antre nos ouue, que se entrege todo dũa parte et da outra a seus donos [...]”⁴⁷.

⁴⁴ BECEIRO PITA, Isabel – “Las tensiones en torno a los dominios del Cister gallego en el norte de Portugal”, pp. 255-256.

⁴⁵ BECEIRO PITA, Isabel – “Las tensiones en torno a los dominios del Cister gallego en el norte de Portugal”, pp. 257-259.

⁴⁶ BECEIRO PITA, Isabel – “Las tensiones en torno a los dominios del Cister gallego en el norte de Portugal”, p. 259.

⁴⁷ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, p. 203.

Esta confiscação consta apenas para os bens de Oia⁴⁸, embora se suponha – na opinião de Beceiro – que também afetariam os de Montederramo e Toxosoutos, isto é, os núcleos senhoriais ou territoriais mais destacados, deixando talvez de lado os casais e as propriedades isoladas destes e de outros cenóbios galegos. Devido à sua condição de padroado autónomo, é possível que Monte Córdova também tivesse escapado ao embargo decretado pelo rei.

A intermitente guerra luso-castelhana entre o rei D. Fernando I e os reis Enrique II e Juan I, durante a qual o rei português invadiu a Galiza, não parece ter provocado uma ordem semelhante⁴⁹. Na carta de proteção que D. Fernando outorgou a Oia, em 1381, ordena que “se algũas coussas som tomadas ou embargadas de suas quimtaas e erdades que lhes façaaes loguo entregar sem outro alguũ embargo qualquer”⁵⁰. A redação deixa em aberto a possibilidade de que houvesse uma ordem real de confiscação, mas também permite entender a possibilidade de que os concelhos ou os aristocratas se tenham aproveitado da situação para usurpar os bens do mosteiro.

A situação muda radicalmente com a ascensão de D. João de Avis ao trono de Portugal. Em plena contenda, em 1384, o ainda pretendente ao trono concede a Diogo Nunes, comendador de Santos, “todallas rendas e foros e djreitos e trabutos que o moesteyro d’Oya, que he em Galiza, ha e tem em estes regnos” por tempo indeterminado “porquanto o dicto moesteyro sta em terra de seus Jmigos”⁵¹. Tal como aponta Leite Rodrigues, a atitude de D. João I muda após a Batalha de Aljubarrota – 14 de agosto –, pois em outubro de 1385 este confirma ao mosteiro galego “todos seus priujlegios, foros e liberdades e boons costumes que sempre ouuerom”⁵². Observa-se que D. João I limita-se a confirmar os privilégios, foros ou costumes sem fazer menção expressa dos bens, que só ordena que sejam restituídos

⁴⁸ Em 1340, os bens imóveis são restituídos a Oia e, em 1342, “os gaados et cubas et arqas et outras louças” que o almoxarife de Valença “mantinha *ffillhadas*” (RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 203-204).

⁴⁹ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 214-219.

⁵⁰ “[...] se algũas coussas som tomadas ou embargadas de suas quimtaas e erdades que lhes façaaes loguo entregar sem outro alguũ embargo qualquer, nom embargamdo quaaesquer cartas ou mandados que aiades em contrairo desto, ou ouuerdes ao diamte, por quanto nossa merçee he que lhe nom sseia filhado nehuũa coussa que aia em nossos regnos como dito he [...]” (RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Senhores e camponeses num espaço de fronteira*, p. 258).

⁵¹ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, p. 222.

⁵² RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, p. 223.

a Oia quatro anos depois, em dezembro de 1389⁵³, mandato que se torna efetivo nas terras da Extremadura em 1390. Estas estiveram pouco tempo nas mãos dos monges, pois em 1421 ou 1422 o mosteiro enviou um dos seus monges a reclamá-las, terminando por renunciar às suas propriedades em 1434, vendendo-as ao rei D. Duarte⁵⁴.

D. João I repete assim, meio século depois, os mesmos passos de D. Afonso IV: confiscar os bens durante a guerra para devolvê-los depois de esta ter terminado – à exceção, aparentemente, dos detidos pelo mosteiro de Oia na Extremadura. A partir de então, retoma-se a prática habitual da monarquia em relação aos domínios monásticos galegos em Portugal, confirmando-os e defendendo-os tal como tinham feito os seus antecessores⁵⁵.

Por outro lado, desconhecemos o que ocorreu com os outros domínios monásticos durante estas duas guerras. San Paio de Antealtares e Santa Maria de Montederramo mantêm, respetivamente, no século XV, o seu padroado sobre a igreja de São Simão de Junqueira de Mazarefes⁵⁶ – que provém da remota doação condal no século X – e

⁵³ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 223-226.

⁵⁴ Entretanto, em 1426, D. João I entregou-os ao seu copeiro-mor. Note-se que se refere à granja de Fanga da Fé e não às restantes propriedades na zona que nunca foram restituídas ao mosteiro (RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 175-178 e pp. 228-229).

⁵⁵ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 226-236. Ao longo da sua obra, a autora (tenta) relacionar e explicar cada um dos documentos reais expedidos a favor do mosteiro em função da situação política do momento entre Portugal e Castela. Isto levou-a a longas observações sobre as mudanças de opinião de um e do outro monarca como, por exemplo, a sua surpresa perante a entrega dos bens estremenhos do mosteiro por D. João I de Portugal ao seu copeiro em 1426: “Que razões poderiam justificar a acusação dirigida ao abade do mosteiro de Oia a quem, com anterioridade, o rei tanto tinha beneficiado e, inclusivamente, ordenado a devolução de parte dos bens que agora lhe embargava?” (pp. 268-270). A verdade é que os benefícios não foram tantos, mas sim as ações habituais da monarquia – neste caso a portuguesa, como também podia ter sido a galega ou castelhana – em relação a um mosteiro com propriedades no seu reino. Ainda que justificados em alguns casos, acho que estas suposições são, em geral, excessivamente artificiais. O melhor exemplo seria a restituição da granja de Silva a Oia por ordem de D. Afonso V, em 1455, que a autora relaciona com o então recente matrimónio contraído entre D. Joana de Portugal e Enrique IV de Castela (pp. 235-238), quando o documento – que ela mesma edita – mostra claramente que o monarca simplesmente impede a usurpação à força de metade da granja por Antón Gómez de Abreu, que “ameaçara tanto seu abade dizendo que se lhe nom enprazaua a meatade da dita granja e beens a ella pertencentes que o mandaria matar e que o dito abade com temor lhe fezera o dito enprazamento” (RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Senhores e camponeses num espaço de fronteira*, pp. 724-726, doc. n. 197).

⁵⁶ MARQUES, José – *A arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, p. 1085.

sobre Santa Maria de Cidões⁵⁷. Ramirás afora normalmente bens junto a Melgaço em 1346, 1357, 1455 e 1456, mas em 1453 o mordomo do alcaide da vila devolve-lhe bens nas suas proximidades⁵⁸. Santa Baia de Donas e Santa Maria de Tomiño também aforam, em princípios do século XV, todos os seus bens portugueses a apenas a uma pessoa⁵⁹. Uma estratégia comum a muitos mosteiros galegos na época consistia na doação de direitos, rendas e propriedades numa zona mais ou menos ampla a apenas uma pessoa com o objetivo de recuperar o que se tinha perdido em épocas passadas⁶⁰. Esta perda de poder está relacionada não só com as usurpações, mais ou menos ocultas e importantes, como também com a própria situação das comunidades galegas, que sofrem uma crise a todos níveis durante a segunda metade do século XIV e durante todo o século XV.

O último dado sobre bens monásticos galegos em Portugal refere-se ao padroado de Monte Córdova, que Celanova acaba por perder em finais do século XV. Em 1477, a casa de S. Rosendo instaura um processo contra o duque de Guimarães e Bragança por este se ter apoderado do padroado e dos seus bens outorgando-o a um clérigo da diocese do Porto⁶¹. A data obriga a relacionar a usurpação com a guerra entabulada entre D. Isabel e a sua sobrinha D. Joana pelo trono de Castela, ainda que a reclamação de Celanova não faça nenhuma alusão a esta guerra. O mosteiro apresenta a atuação ducal como um abuso ao instalar em Monte Córdova um clérigo da sua *entourage* – apesar de se tratar de uma atuação bastante habitual na Galiza daquela época, pois bispos e nobres nomeavam abades, abadessas, priores, priorias ou párocos conforme os seus desejos e conveniências. Para além de se

⁵⁷ LORENZO, Ramón – *Colección documental do mosteiro de Montederramo*, pp. 2229-2231 (doc. n. 1649).

⁵⁸ LUCAS ÁLVAREZ, Manuel; LUCAS DOMÍNGUEZ, Pedro Pablo – *San Pedro de Ramirás*, pp. 497-498, p. 512, p. 576 e p. 579 (docs. n. 308, 327, 482, 490 e 492).

⁵⁹ Em 1430, o mosteiro de Donas autoriza Rodrigo Fernández a recuperar e gerir os seus bens em Portugal. Por sua vez, Tomiño afora todos os seus bens em Portugal a Rodrigo López de Vilanova em 1427 e também ao seu filho Lopo Rodríguez em 1449 quando acompanha a abadessa a Ponte de Lima para confirmar um inventário de bens e rendas do cenóbio (Tui, Arquivo da Catedral, *Pergameos*, Cp. 10, n. 16; *Pergameos*, Cp. 12, n. 14; *Becerro I*, fol. 44rv, fol. 51rv, fol. 52rv e fol. 113rv).

⁶⁰ A título de exemplo, o foro que, em 1478, Santa Maria de Melón concede ao escudeiro Luís de Vilamarín do couto de Pereiras para que descubra o que está *negado y ocultado della*, renovando um foro feito nas mesmas circunstâncias nas décadas anteriores a Afonso Ouxea de Vilamarín e a Suevo de Vilamarín, talvez pai ou avô do novo foreiro (PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – *O mosteiro de Melón no século XV*. Ourense: Deputación Provincial, 1996, p. 32).

⁶¹ VAQUERO DÍAZ, María Beatriz – *Colección diplomática do mosteiro de San Salvador de Celanova*, t. 2, pp. 360-362 (doc. n. 660).

observar um certo desgoverno, a casa matriz desautoriza, em 1483, as ações empreendidas em Portugal por frei Jácome de Lanzá, conhecido como prior de Monte Córdoba⁶²; em 1486 o abade de Celanova nomeia o prior agostinho de Grou, Lopo Pérez Salgado, como seu procurador, vindo a excomungá-lo em 1494 por se ter apropriado indevidamente de dez mil maravedis e de “certas escripturas e tunbos que fiaron del que eran do mosteiro de Monte Cordoba perteescentes ao dito moesteiro de Çelanova”⁶³.

4. A primazia da sede bracarense

A relação dos mosteiros galegos com Portugal não se limita apenas às propriedades que tiveram neste reino. A pertença das dioceses galegas (exceto Santiago de Compostela) à província eclesiástica bracarense até ao Cisma do Ocidente obrigava os monges do norte do Minho a atravessarem o rio para se apresentarem na sua capital metropolitana a fim de solicitarem a intervenção do seu titular em assuntos eclesiásticos da sua incumbência. Muito possivelmente, a atividade dos arcebispos de Braga nos mosteiros galegos da sua província terá sido maior do que a que a documentação, que se conserva até hoje, permite comprovar. Apesar disso, a primazia bracarense é mais patente na Galiza dos séculos XII a XIV e introduz neste trabalho cenóbios até agora não mencionados.

Os assuntos em que o arcebispo de Braga interveio em terras galegas podem ser classificados em dois grupos: os que derivam da sua autoridade como metropolitano e os encomendados pelo sumo pontífice.

O seu papel, como cabeça da metrópole bracarense, observa-se em 1209 quando o papa Inocência III o distingue entre o clero da sua província eclesiástica para defender a isenção que Santa Maria de Oseira, como abadia cisterciense, tinha do

⁶² VAQUERO DÍAZ, María Beatriz – *Colección diplomática do mosteiro de San Salvador de Celanova*, t. 3, pp. 360-362 (doc. n. 660).

⁶³ VAQUERO DÍAZ, María Beatriz – *Colección diplomática do mosteiro de San Salvador de Celanova*, t. 3, pp. 78-79 e pp. 335-336 (docs. n. 780 e 886).

pagamento do dízimo eclesiástico nas terras diretamente trabalhadas pelos seus monges⁶⁴.

A autoridade do arcebispo, como instância superior de justiça da sua província eclesiástica, é mais notória nos pleitos que sentenciou entre os séculos XII e XIV. A primeira intervenção documentada data de 1195, quando este medeia o estabelecimento de um acordo entre o bispo de Lugo e o mosteiro de Samos em relação aos direitos diocesanos nas igrejas do couto samonense, acabando por reconhecer ao abade direitos arcediagais⁶⁵. Na mesma linha, em 1298 e 1319, a mitra bracarense sentenciava a favor de Santa Maria de Oia os direitos arcediagais que lhe disputava o arcediago de Miñor nas igrejas de Mougás e de Loureza⁶⁶. Para além destas, também se encontram documentadas a sentença favorável a Celanova no pleito disputado pelo vassalo Pedro Fernández pelo padroado do mosteiro de S. Salvador de Arnoia antes de 1219, a sentença a favor das monjas de Chouzán e uma sentença contra o bispo de Lugo em 1287⁶⁷.

Ainda que escassas, estas sentenças mostram como o tribunal metropolitano recebe maioritariamente os pleitos em que o bispado correspondente é parte interessada, invalidando assim a possibilidade de o bispo respetivo atuar como juiz, ora como instância própria, ora como instância da parte contrária. A sua função como tribunal de apelação é demonstrada no caso de S. Salvador de Arnoia, julgado em primeira instância pelo bispo de Ourense contra o vassalo, que o leva para a alçada de Braga. A sentença proferida pelo arcebispo não foi bem aceite pelo nobre, provocando a

⁶⁴ ROMANÍ MARTÍNEZ, Miguel – *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense), 1025-1310*. Santiago de Compostela: Departamento de Historia I, 1989, pp. 137-139 (docs. n. 127 e 128).

⁶⁵ Este acordo é um dos acontecimentos que marcam o longo conflito entre Samos e a sua catedral diocesana, que se desenvolve durante o século XII e a primeira metade do século XIII, terminando com o reconhecimento do abade de Samos como arcediago do seu couto em 1250 (ANDRADE CERNADAS, José Miguel – *El monacato benedictino y la sociedad de la Galicia medieval*, pp. 185-187; no documento em LUCAS ÁLVAREZ, Manuel – *El Tumbo de San Julián de Samos (siglos VIII-XII). Estudio introductorio. Edición diplomática. Apéndices e índices*. Santiago de Compostela: Caixa Galicia, 1986, pp. 145-148 (doc. n. 49).

⁶⁶ RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho*, pp. 283-285.

⁶⁷ GONZÁLEZ, Julio – *Alfonso IX*. Madrid: CSIC-Instituto Jerónimo Zurita, 1944, pp. 497-498 (doc. n. 383); e PICHEL GOTÉRREZ, Ricardo – *Fundación e primeiros séculos do mosteiro bieito de Santo Estevo de Chouzán (sécs. IX-XIII)*. Noia: Toxosoutos, 2009, pp. 208-210 (doc. n. 57).

sua excomunhão e obrigando Celanova a solicitar a D. Afonso IX a execução da sentença⁶⁸.

Mais estranha ainda é a intervenção arquiépiscopal na sequência de problemas internos de um cenóbio – facto verificado apenas em Samos em meados do século XII. Por volta de 1160, o bispo de Lugo informava o seu metropolitano, naquele tempo D. João Peculiar, sobre os acontecimentos ocorridos no mosteiro para que este ignorasse quem pretendia ser seu abade e não o consagrasse como tal. O resultado foi a declaração de Samos como súbdito da igreja bracarense com a obrigação de pagamento de um censo cada vez que fosse eleito um novo reitor da casa⁶⁹.

As delegações pontifícias ao arcebispo de Braga são apenas duas e ambas estão relacionadas com questões internas de um mosteiro. A primeira, e a mais destacada, ocorreu em 1200, novamente em San Xiao de Samos, pela qual o arcebispo estava encarregado de dirimir o desacordo entre o abade e o convento relativamente aos bens correspondentes às mesas respetivas. O problema era antigo e provavelmente já teria sido tratado nalguma ocasião em Braga; junto com o seu deão, o arcebispo confirmou a divisão que o bispo de Lugo tinha realizado em 1167 e ditou várias normas para uma implementação correta da vida monástica samonense⁷⁰.

A segunda encomenda pontifícia data de 1264 e nela o papa Urbano IV ordenava ao arcebispo a execução de uma ordem que já tinha sido transmitida anteriormente pelo papa Alexandre III: a de que o mosteiro de San Martiño Pinarío aceitasse Juan Moogo como monge, devendo, em caso de recusa, apresentar as suas razões. O prelado devia zelar, sob apreciação prévia de Moogo, para que a abadia compostelana lhe concedesse algum benefício eclesiástico do seu património⁷¹.

⁶⁸ GONZÁLEZ, Julio – *Alfonso IX*, pp. 497-498 (doc. n. 383).

⁶⁹ COSTA, Avelino de Jesus da (ed.) – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, tomo I, pp. 242-244 (doc. n. 210) e tomo II, pp. 76-77 (doc. n. 342); também em LUCAS ÁLVAREZ, Manuel – *El Tumbo de San Julián de Samos*, pp. 478-480 (docs. n. S-25 e S-26).

⁷⁰ LUCAS ÁLVAREZ, Manuel – *El Tumbo de San Julián de Samos*, pp. 152-153 (doc. n. 52).

⁷¹ RODRÍGUEZ R. DE LAMA, Ildefonso – *La documentación pontificia de Urbano IV (1261-1264)*. Roma: Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1981, pp. 405-406 (doc. n. 300).

Por último, em princípios do século XIV, a meio caminho entre o privilégio pontifício e a supremacia metropolitana, o arcebispo D. Gonçalo Pereira recebe graciosamente do papa um subsídio que deveria satisfazer todo o clero da província bracarense. A única notícia conhecida relativamente a este assunto provém do pequeno mosteiro feminino de Santa Mariña de Asadur, na diocese de Ourense que, em 1331, pedia a absolvição da excomunhão incorrida sobre a mesma⁷².

A relação de Braga com os seus bispados sufragâneos galegos termina em finais do século XIV quando, após o Cisma do Ocidente, Portugal segue a obediência de Roma e a Galiza, juntamente com Castela, a de Avinhão, o que implicou a consequente reestruturação das províncias eclesiásticas e a concessão de Modoñedo, Lugo, Ourense, Tui e Astorga à dependência compostelana.

5. Abades galegos como delegados pontifícios em terras de Portugal

Continuando na esfera eclesiástica, destacamos três abades galegos a quem, por delegação do papa, foram encomendadas sete missões no reino de Portugal. Nestas missões, delimitadas num curto período cronológico de pouco mais de uma década, entre 1211 e 1222, o maior protagonista é o abade de Santa Maria de Oseira, D. Lorenzo. Este recebe seis dos sete mandatos, sempre acompanhado de, pelo menos, outro eclesiástico: quatro estão relacionados com o rei de Portugal, D. Afonso II⁷³, e dois com os problemas das fronteiras da diocese de Coimbra⁷⁴. É neste conflito que aparece o abade de Oia, a quem é dado o encargo de – juntamente com o arcediogo de Santarém e um cónego de Coimbra – resolver os problemas entre esta sede e a de Lisboa em 1216. O terceiro abade, que pertence a Celanova, recebe com o seu prior e D. Lorenzo de Oseira, em 1222, a ordem de admoestar D. Afonso

⁷² DURO PEÑA, Emilio – “El monasterio de Santa Marina de Asadur”. *Archivos Leoneses* 27 (1973), pp. 309-365, pp. 340-341, doc. n. 16.

⁷³ COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria F. – *Bulário Português. Inocencio III (965-1216)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, pp. 331-333, pp. 348-349 e 357-358 (docs. n. 183, 194 e 201), e MANSILLA REYO, Demetrio – *La documentación pontificia de Honorio III (1216-1227)*. Roma: Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1965, p. 285 (doc. n. 383).

⁷⁴ COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria F. – *Bulário Português. Inocencio III*, pp. 305 e 378-379 (docs. n. 160 e 215).

II de Portugal e os seus sequazes para que deixassem de perseguir o arcebispo de Braga⁷⁵.

Esta breve temporada de presença de abades galegos em Portugal para cumprir as ordens pontifícias está assim indissolúvelmente ligada a D. Lorenzo, abade de Santa Maria de Oseira entre 1205 e 1223. De origem desconhecida, estas delegações enviadas por Roma obrigam-nos a deduzir que se trata de um nobre e a atribuir-lhe uma grande responsabilidade. Pelo seu labor em Portugal e em Oseira é distinguido como abade de Claraval em 1223. Durante três anos rege a antiga casa de S. Bernardo, à qual renuncia em 1226, regressando a Oseira onde viria a falecer em 1238⁷⁶.

6. A presença cultural e espiritual de mosteiros galegos em Portugal

Santa Maria de Oseira é também protagonista da única afiliação de um mosteiro português à família cisterciense. Santa Maria das Júnias é um mosteiro beneditino que, por meados do século XIII, passa para a Ordem de Cister através da casa ursariense. A mudança de observância monástica, por volta de 1245, provocou a reação da mitra de Braga que, como era habitual, não via com bons olhos a adoção dos costumes cistercienses, o que implicava uma certa imunidade relativamente à jurisdição episcopal. Graças a isto, é possível datar a época em que ocorreu a afiliação, pois em 1247 o papa ordena que o arcebispo aceite a união de Júnias a Oseira mediante um acordo que será celebrado em Chaves no ano seguinte, no qual se estabeleceram os direitos que o prelado bracarense poderia exigir-lhe dali em diante. Na reunião, o arcebispo permitiu que um monge ursariense recebesse o abadiado de Júnias, que entra, desta forma, na ordem de Cister⁷⁷.

⁷⁵ MANSILLA REOYO, Demetrio – *La documentación pontificia de Honorio III*, pp. 301-302 (doc. n. 407).

⁷⁶ Sobre D. Lorenzo, ROMANÍ MARTÍNEZ, Miguel – *El monasterio de Santa María de Oseira (Ourense). Estudio histórico (1137-1310)*. Santiago de Compostela: Universidade, 1989, pp. 73-106.

⁷⁷ MARQUES, Maria Alegria F. – “A introdução da ordem de Cister em Portugal”. In *La introducción del Cister en España y Portugal*. Burgos, La Olmeda, 1991, pp. 163-19, p. 175. Contudo, no ano seguinte – em 1248 – Inocencio IV ordenava ao arcebispo de Braga que Júnias – dirigido por um monge de Oseira – fosse unido a Santa Maria de Bouro (COSTA, Avelino de Jesus da (ed.) – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, tomo II, pp. 347-348 (doc. n. 903). A adscrição do mosteiro de Santa Maria das Júnias, perto de Pitões das Júnias a um ou a outro durante entre os séculos XIII a XV é um tema que espera uma investigação minuciosa; um resumo da sua história pode ser lido em SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, pp. 109-110.

Com esta afiliação, Oseira une-se a Celanova, reconhecida no papel de casa matriz de um cenóbio português. Para além da evidente diferença das regras entre um e outro, Monte Córdova parte de uma possível relação com Celanova desde tempos alto-medievais, enquanto que Santa Maria das Júnias é um cenóbio que decide assumir a norma cisterciense sem nenhuma intervenção a favor ou contra por parte do rei de Portugal neste assunto. Desta forma, há que salientar a situação fronteiriça da nova casa cisterciense, de cuja conversão talvez tenhamos que responsabilizar mais os seus patronos laicos do que a sua comunidade monástica, que recebe com ela um novo abade. Chamamos também a atenção para o facto de Júnias recorrer a Oseira em vez de Montederramo, que tinha bens em Portugal, devido à fama que a casa ursariense alcançou após a estadia de D. Lorenzo em Claraval, como abade, o que a converteu num destino preferido para antigos abades de casas galegas, portuguesas e leonesas, caso de Sobrado, Alcobaca, Valparaíso e até as Júnias.

Por último, sublinhamos os intercâmbios culturais que mantiveram os mosteiros galegos com os do outro lado da fronteira. Ainda que seja um tema difícil de estudar e pouco desenvolvido, destacamos os contributos recentes de Ana Suárez González, que mostra como o *Livro L* – atualmente conservado em Arouca – provém de Santa Maria de Montederramo. Trata-se de um *collectaneum* composto de, pelo menos, duas partes: uma elaborada no cenóbio galego por volta de 1231 e a outra, talvez, na década seguinte. A autora demonstra que a sua origem está no mosteiro galego de Montederramo, onde teria permanecido até pelo menos 1258, sendo, posteriormente, levado para Arouca⁷⁸. Nas palavras de Suárez, “o traslado – ou traslados – de um manuscrito de uma abadia a outra não deveria surpreender”, uma vez que esta prática era comum entre casas da mesma ordem, neste caso cistercienses, respetivamente em 1153 e entre 1224-1226. Ambas “podem ter tido os mesmos visitantes e um desses visitantes, enviado pelo abade de Claveral, poderia ter aproveitado para revisar, reorganizar e completar as coleções litúrgicas das duas casas”⁷⁹.

⁷⁸ SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “Cistercian *Scriptoria* in the Twelfth and Thirteenth Centuries. A Starting Point”. In D’EMILIO, James (coord.) – *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe*. Leiden-Boston: Brill, 2015, pp. 765-811, pp. 771-776.

⁷⁹ SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “Cistercian *Scriptoria* in the Twelfth and Thirteenth Centuries. A Starting Point”, p. 776.

7. Conclusão

Em resumo, a presença dominial dos mosteiros galegos em Portugal pode considerar-se episódica, exceto na própria fronteira do Minho, entre Melgaço e Caminha. Fora desta área, as suas propriedades são escassas, salvo nos casos indicados de coutos, granjas ou padroados dependentes de casas galegas. Destes, cabe destacar que são os situados na Galiza meridional que habitualmente se estendiam além-fronteiras, com a exceção de Antealtares, cujo domínio remonta aos tempos alto-medievais, e Toxosoutos.

Estes domínios portugueses formaram-se mediante doações de particulares que, provavelmente, na sua maioria, professavam na casa que recebia os seus bens ou então desejavam ser enterrados na sua igreja ou no seu cemitério. Grande parte destes pertenciam à aristocracia da zona, que possuía um património também transfronteiriço – como demonstrou Leite Rodrigues para Oia –, o que explica a existência das granjas lusas de Oia e de Montederramo ou a reforma cisterciense por Oseira do mosteiro beneditino das Júnias. A família cisterciense mostra-se assim especialmente capaz de atravessar a fronteira, exemplificando uma relação entre cenóbios de ambos reinos, tal como é patente no manuscrito procedente de Montederramo, atualmente no mosteiro de Arouca, estudado por Ana Suárez.

Por último, destacamos que as doações reais a mosteiros galegos foram excepcionais, restringindo-se às primeiras décadas da independência portuguesa. Entre os séculos XII e XV, os domínios monásticos no reino de Portugal sofrem praticamente os mesmos problemas que na Galiza: são geridos de forma semelhante e a monarquia atua do mesmo modo tanto num lado do rio Minho como no outro.

Apesar disto, é evidente que a atitude da monarquia portuguesa muda nos inícios do século XIV. Pela primeira vez, D. Afonso IV toma a decisão de expropriar os bens de, pelo menos, Santa Maria de Oia, no contexto da guerra com Castela de 1336-1339, facto inédito face aos tempos anteriores. A partir deste momento, os cenóbios da Galiza são suscetíveis de sofrer represálias em Portugal *porquanto o dicto moesteyro sta em terra de seus Jmigos*, como disse expressamente D. João I em 1384. Apesar de o monarca recuperar, após a Batalha de Aljubarrota, o seu papel como

protetor da sua igreja –mosteiros galegos incluídos– não há dúvida que a relação com a Galiza sofre uma mudança evidente, que aumenta e se confirma com o Cisma do Ocidente, pondo fim aos direitos de jurisdição da província eclesiástica bracarense na Galiza.

Ainda que a fronteira se mantivesse aberta e pudesse ser facilmente atravessada em tempos de paz, a subida ao trono da casa de Avis foi indubitavelmente um marco importantíssimo para a sua história.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

- Tui, Arquivo da Catedral, *Becerro 1*, fols. 44r-52v e fols. 111v-114r.
Tui, Arquivo da Catedral, *Pergameos*, Carpeta 10, doc. 16.
Tui, Arquivo da Catedral, *Pergameos*, Carpeta 12, doc. 14.

Fontes impressas

- ANDRADE CERNADAS, José Miguel – *O Tombo de Celanova*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1995.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (ed.) – *Documentos medievais portugueses. Documentos régios. Vol. I: Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958.
- BLANCO LOZANO, Pilar – *Colección diplomática de Fernando I (1037-1065)*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro – Archivo Histórico Diocesano, 1987.
- COSTA, Avelino de Jesus da (ed.) – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Tomo I. Braga: Assembleia Distrital, 1978.
- COSTA, Avelino de Jesus da (ed.) – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Tomo II. Braga: Junta Distrital, 1965.
- COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria F. – *Bulário Português. Inocencio III (965-1216)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.
- LA CUEVA, Benito de – *Historia de los monasterios y prioratos anejos a Celanova*. Edición, notas e índices por María Teresa González Balasch. Granada: Universidad de Granada, 1991.

LORENZO, Ramón – *Colección documental do mosteiro de Montederramo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2016, 3 tomos.

LUCAS ÁLVAREZ, Manuel – *El Tumbo de San Julián de Samos (siglos VIII-XII). Estudio introductorio. Edición diplomática. Apéndices e índices*. Santiago de Compostela: Caixa Galicia, 1986.

LUCAS ÁLVAREZ, Manuel – *San Paio de Antealtares, Soandres y Toques: tres monasterios medievales gallegos*. Sada: Seminario de Estudios Galegos–Edición do Castro, 2001.

LUCAS ÁLVAREZ, Manuel; LUCAS DOMÍNGUEZ, Pedro Pablo – *San Pedro de Ramirás. Un monasterio femenino en la Edad Media. Colección diplomática*. Santiago de Compostela: Caixa Galicia, 1988.

MANSILLA REOYO, Demetrio – *La documentación pontificia de Honorio III (1216-1227)*. Roma: Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1965.

PICHEL GOTÉRREZ, Ricardo – *Fundación e primeiros séculos do mosteiro bieito de Santo Estevo de Chouzán (sécs. IX-XIII)*. Noia: Toxosoutos, 2009.

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Inquisitiones. Inquirições gerais de D. Dinis de 1288, sentenças de 1290 e execuções de 1291*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2012.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Inquisitiones. Volumen I, fasciculus III. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1891.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Inquisitiones. Volumen I, fasciculi IV et V. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1897.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Inquisitiones. Volumen I, fasciculus VIII. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1961.

RODRÍGUEZ R. DE LAMA, Ildefonso – *La documentación pontificia de Urbano IV (1261-1264)*. Roma: Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1981.

ROMANÍ MARTÍNEZ, Miguel – *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Oseira (Ourense), 1025-1310*. Santiago de Compostela: Departamento de Historia I, 1989.

SÁNCHEZ BELDA, Luis – *Documentos reales de la Edad Media referentes a Galicia*. Madrid: Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1953.

VAQUERO DÍAZ, María Beatriz – *Colección diplomática do mosteiro de San Salvador de Celanova (ss. XIII-XV)*. Ourense: Concello de Celanova / Universidade de Vigo, 2004.

ZARAGOZA I PASCUAL, Ernest – “Proceso de reforma contra la abadesa de San Salvador de Albeos (1499)”. *Museo de Pontevedra*, 51 (1997), pp. 563-590.

Estudos

ANDRADE CERNADAS, José Miguel – *El monacato benedictino y la sociedad de la Galicia medieval (siglos X al XIII)*. Sada: Seminario de Estudios Galegos / Ediciós do Castro, 1997.

BECEIRO PITA, Isabel – “Las tensiones en torno a los dominios del Cister gallego en el norte de Portugal”. In *Actas. Congreso Internacional sobre san Bernardo e o Císter en España e Portugal*. Ourense: Monasterio de Oseira, 1992, t. 1, pp. 253-265.

DURO PEÑA, Emilio – “El monasterio de Santa Marina de Asadur”. *Archivos Leoneses* 27 (1973), pp. 309-365.

FERNANDES, A. de Almeida – “Portugal no período vimaranense (868-1128)”. *Revista de Guimarães* 81 (1971), pp. 51-98.

GONZÁLEZ, Julio – *Alfonso IX*. Madrid: C.S.I.C. - Instituto Jerónimo Zurita, 1944.

MARQUES, José – *A arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1988.

MARQUES, Maria Alegria F. – “A introdução da ordem de Cister em Portugal”. In *La introducción del Císter en España y Portugal*. Burgos: La Olmeda, 1991, pp. 163-193.

MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1987.

OTERO PIÑEYRO MASEDA, Pablo – “Ordens monásticas: o caso dos bens dos mosteiros galegos em Portugal”. In FONSECA, Luis Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE / Fronteira do Caos Editores, 2014, pp. 201-204.

PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – *El bajo valle del Miño en los siglos XII y XIII. Economía agraria y estructura social*. Santiago de Compostela: Universidad, 1971.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – *O mosteiro de Melón no século XV*. Ourense: Deputación Provincial, 1996.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – *O mosteiro dos Santos Xusto e Pastor de Toxosoutos na Idade Media (séculos XII-XIII)*. Sada: Seminario de Estudios Galegos / Ediciós do Castro, 2002.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – “Mosteiros e priorados dependentes de San Salvador de Celanova entre 1100 y 1500”. In SINGUL, Francisco (coord.) – *Rudesindus. O legado do santo*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2007, pp. 204-221.

RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Senhores e camponeses num espaço de fronteira. Estudo da projecção portuguesa do domínio monástico de Santa Maria de Oia nos séculos XII a -XV*. Santiago de Compostela: Faculdade de Xeografia e Historia, 2014. Tese de doutoramento.

RODRIGUES, Ana Paula Leite – *Nos dois lados do rio Minho. O senhorio transfronteiriço do mosteiro de Santa Maria de Oia (Séculos XI a -XV)*. Vigo: Instituto de Estudios Vigueses, 2017.

ROMANÍ MARTÍNEZ, Miguel – *El monasterio de Santa Maria de Oseira (Ourense). Estudio histórico (1137-1310)*. Santiago de Compostela: Universidade, 1989.

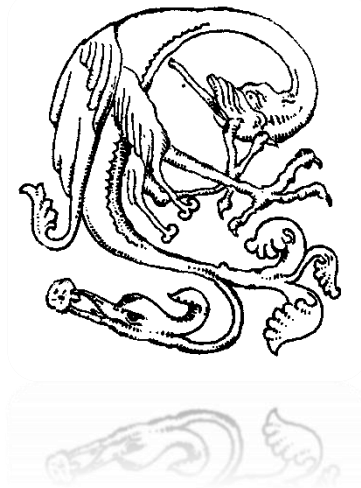
SILVA, Manuela Santos – *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Media*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1996. Tese de Doutoramento.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “Cistercian *Scriptoria* in the Twelfth and Thirteenth Centuries. A Starting Point”. In D’EMILIO, James (coord.) – *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe*. Leiden-Boston: Brill, 2015, pp. 765-811.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – “Monges e mosteiros galegos em Portugal (séculos XII-XV)”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 121-149. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



El conde D. Enrique Manuel (c.1343-1414) y las relaciones cortesanas luso-castellanas en tiempos de crisis dinásticas¹

Count D. Enrique Manuel (c.1343-1414) and Portuguese-Castilian court relations in times of dynastic crisis

César Olivera Serrano

Instituto de Historia (CSIC), Departamento de Historia Medieval
Calle Albasanz 26-28
28037 Madrid, España

cesar.olivera@cchs.csic.es

<https://orcid.org/0000-0001-9971-6647>

Data recepção do artigo / Accepted in revised form: 7 de Janeiro de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 15 de Outubro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5112>

¹ Este artículo se enmarca en el proyecto de investigación *Transferencias humanas, culturales e ideológicas entre los reinos ibéricos (siglos XIII-XV)*, financiado por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad (HAR2017-89398-P) y dirigido por la Dra. Isabel Beceiro Pita (Instituto de Historia-CSIC).

RESUMO

En este artículo se analizan los datos biográficos del conde Enrique Manuel, hijo del célebre literato don Juan Manuel, desde varios puntos de vista. Por un lado, se explican sus relaciones de parentesco con otros descendientes de don Juan Manuel, especialmente con los reyes de Portugal, Castilla y Aragón. Esa estrecha relación familiar permite entender un segundo nivel de análisis: su protagonismo político durante los reinados de Fernando I de Portugal y Juan I de Castilla. En aquellos años se preparó una alianza matrimonial y un acuerdo sucesorio que finalmente fracasó con el triunfo de João I de Avis. En tercer lugar, se estudia la ruptura de su propia familia, ya que una de sus hijas permaneció en Portugal y el resto de los hijos se exiliaron en Castilla. Por último, se analizan los mensajes religiosos y simbólicos que utilizó el linaje Manuel a finales del siglo XIV dentro del contexto de la rivalidad luso-castellana.

Palavras-chave: Don Juan Manuel; linaje Manuel; relaciones luso-castellanas; cultura cortesana.

ABSTRACT

This article analyzes the biographical data of Count Enrique Manuel, son of the famous writer Don Juan Manuel, from various points of view. On the one hand, his kinship relations with other descendants of Don Juan Manuel are explained, especially with the kings of Portugal, Castile and Aragon. This close family relationship allows us to understand a second level of analysis: his political leadership during the reigns of Fernando I of Portugal and Juan I of Castile. In those years, a marriage alliance and a succession agreement were prepared that finally failed with the triumph of João I de Avis. Thirdly, the breakdown of his own family is studied, since one of his daughters remained in Portugal and the rest of the children went into exile in Castile. Finally, the religious and symbolic messages used by the Manuel lineage at the end of the 14th century are analyzed within the context of the Portuguese-Castilian rivalry.

Keywords: Don Juan Manuel; Manuel lineage; Portuguese-Castilian relations; court culture.



1. Introducción

Cuando el humanista Gonzalo Argote de Molina publicó en 1575 la primera edición de *El conde Lucanor* incluyó un apunte biográfico de don Juan Manuel y una genealogía de los Manueles, afirmando que todos sus descendientes compartían cierta identidad transmitida a través de la sangre². Con independencia de que su historia genealógica tuviese errores e imprecisiones, algo que señalarán en su momento otros genealogistas posteriores, lo que pretendía Argote era ensalzar el prestigio de algunas casas señoriales que procedían de tan ilustre prócer. Entre sus vástagos directos había nada menos que dos reinas, Juana y Constanza, que desempeñaron un papel importante en el seno de las familias reales de Castilla y Portugal, así como algunos hijos bastardos. Uno de ellos, protagonista de este artículo, fue Enrique Manuel, que fue conde de Seia en Portugal en tiempos de Fernando I y algo más tarde conde de Montealegre en Castilla bajo Juan I, Enrique III y Juan II. De la familia de este conde partían algunas ramas ilustres castellanas, como las de los condes de Feria, los marqueses de Priego o los condes de Oropesa, entre otras menores que interesaba alabar. El énfasis puesto por Argote en este conde que vivió en ambas cortes bien merece un estudio detenido que ayude a completar algunas aproximaciones parciales ya publicadas³. El interés que encierra su biografía, así como sus contactos familiares y políticos, tiene que ver con el hecho de ser uno de los últimos representantes de esa vieja nobleza que había tenido una especial facilidad para actuar a ambos lados de la frontera hasta finales del siglo XIV⁴.

² SANTONOCITO, Daniela – “Edición de El conde Lucanor (Sevilla: Hernando Díaz, 1575), al cuidado de Gonzalo Argote de Molina”. *Memorabilia* 17 (2015), pp. 1-89 y 18 (2016), pp. 1-132.

³ Para entender su papel en el seno de la sociedad política portuguesa véase FREITAS, Judite A. Gonçalves de y CUNHA, Maria Cristina Almeida – “Homens de Estado’, crises políticas e guerra: Portugal, século XIV”. *VI Jornadas Luso-espanholas de Estudos Medievais: A guerra e a Sociedade na Idade Média (6-8 de Novembro de 2008)*. Vol. II. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 121-140. El contexto político y nobiliario castellano en el que el conde se incardina en GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago - *La alta nobleza castellana a comienzos del siglo XV. Consolidación de linajes y casas nobles*. Madrid: Comité Español de Ciencias Históricas, 2018.

⁴ Una visión de conjunto de los flujos migratorios en PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - “De e para Portugal. A circulação de nobres na Hispânia medieval (séculos XII a XV)”. *Anuario de Estudios Medievales* 40/2 (2010), pp. 889-924. Sobre los Manuel portugueses véase FREIRE, Anselmo Braancamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 1-41.

Pero en la época en que Argote escribía su estudio genealógico ya se había desdibujado una dimensión que tuvo en origen el linaje Manuel: la de ser una estirpe regia muy prestigiosa capaz de fundamentar derechos dinásticos. Hoy sabemos que esta cualidad tuvo un alto valor simbólico durante las crisis sucesorias castellana y portuguesa a fines del siglo XIV, cuando los Trastámara y los Avís se vieron obligados a justificar sus respectivos triunfos. La utilización del argumento genealógico que hace el canciller Pedro López de Ayala en su relato sobre los reinados de Enrique II y Juan I sitúa a los Manuel en la base misma de esta justificación, de modo que la relectura que se hizo de algunas obras de don Juan Manuel (especialmente del *Libro de las tres razones*) adquirió un valor que no había tenido en tiempos de su creador. Esta faceta ya fue explicada por el profesor Gómez Redondo en un estudio que desgranaba la secuencia de interpretaciones sobre la obra de don Juan Manuel, así como las sucesivas adaptaciones del sentido legitimador de su descendencia⁵. La sociedad política castellana fue especialmente sensible a este tipo de argumentaciones en un contexto de dificultad extrema, cuando Juan I tuvo que sortear todo tipo de adversidades frente a João I y los duques de Láncaester. No sabemos hasta qué punto la sociedad portuguesa captó el sentido que se daba en Castilla a estas explicaciones a mitad de camino entre la genealogía, la creación literaria y la justificación de la realeza. En un trabajo reciente Mario Cossío ha planteado la posible influencia en el Portugal de los Avís de algunas obras de don Juan Manuel, siguiendo así la estela del ya mencionado estudio de Gómez Redondo, de tal modo que ante un don Juan Manuel “Trastámara” habría existido también un don Juan Manuel “Avís”⁶. Esta influencia se habría ceñido a los elementos más culturales del insigne escritor y no a las implicaciones sucesorias de su linaje, teniendo en cuenta que la importancia dinástica de los Manuel castellanos derivaba de la cualidad personal de la reina Juana Manuel, por ser la heredera de los derechos sucesorios de los infantes de la Cerda. No obstante, es preciso reconocer el interés que se deriva de esta sugerente propuesta y de las incógnitas que plantea el posible intercambio de escritos manuelinos a través del flujo transfronterizo de los

⁵ GÓMEZ REDONDO, Fernando – “Don Juan Manuel, Trastámara”. *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 25 (2002), pp. 163-181. Véase asimismo VALDALISO CASANOVA, Covadonga – “La legitimación dinástica en la historiografía trastámara”. *Res publica* 18 (2007), pp. 307-321.

⁶ COSSÍO OLAVIDE, Mario – “Don Juan Manuel, Avís. Lectura, traducción y reescritura de Conde Lucanor en Portugal”. *Memorabilia* 21 (2019), pp. 151-175.

miembros del linaje. Cossío centra su interés en la figura de la reina Constanza Manuel, pero es preciso poner de relieve la presencia de otros miembros del grupo familiar que, como su hermano el conde D. Enrique, participaron en los avatares de la política bilateral a lo largo del siglo XIV.

En definitiva, el estudio de la trayectoria biográfica de este conde permite profundizar en varios aspectos complementarios de la política, la cultura y el contexto histórico de un período especialmente convulso. Su figura contribuye a situar a los Manuel en el grupo de linajes de gran prestigio, como los Lara, Haro, Castro, Ayala, Pimentel, Guzmán o Fernández de Córdoba, que fueron capaces de generar un caudal importante de relatos sobre los antepasados en la etapa final del Medievo⁷.

2. Los primeros Manuel en Portugal

La presencia de los primeros miembros del linaje Manuel en la corte portuguesa se constata desde épocas muy tempranas. Ya en vida del infante D. Manuel (1234-1283), hijo menor de Fernando III de Castilla y León, encontramos un primer enlace matrimonial de alto nivel entre el infante don Alfonso (1263-1312), señor de Portalegre (hermano del rey Dinís), con Violante Manuel (1265-1306), hija del mencionado infante castellano y de su primera mujer, Constanza de Aragón⁸. El matrimonio tuvo lugar en una fecha algo incierta, hacia 1284-1287, y planteó desde el primer momento un problema de legitimidad debido al grado de parentesco que tenían los contrayentes. La subsiguiente ilegitimidad de la descendencia fue subsanada en 1297 por el rey D. Dinís, que tal vez pretendía con esta legitimación

⁷ Los estudios actuales sobre la memoria de los antepasados a través de textos literarios, crónicas, relatos genealógicos, artes figurativas, etc. es muy abundante. Para algunas de estas grandes casas señoriales véase DACOSTA, Arsenio; PRIETO LASA, José Ramón; DÍAZ DE DURANA, José Ramón (eds.) – *La conciencia de los antepasados. La construcción de la memoria de la nobleza en la Baja Edad Media*. Madrid; Marcial Pons, 2014.

⁸ Violante Manuel fue señora de Elda y Novelda hasta 1304. Tras el traspaso de estas villas al reino de Valencia en virtud del tratado de Torrellas, fue compensada con Medellín y Arroyo del Puerco en 1305. No tuvo mucho tiempo de disfrutar tales mercedes pues murió al año siguiente, al parecer, a manos de su propio marido; GIMÉNEZ SOLER, Andrés – *Don Juan Manuel. Biografía y estudio crítico*. Zaragoza: Tipografía La Académica, 1932, pp. 34-35. Recoge estos mismos datos, tomados de la correspondencia que mantuvieron Jaime II de Aragón, Juan Manuel y el rey Dionís; KINKADE, Richard P. – *Albores de una dinastía: la vida y los tiempos del infante Manuel de Castilla (1234-1283)*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses Don Juan Manuel, 2019, pp. 165 y 446.

evitar una posible invasión desde Castilla⁹. Fue un intento baldío puesto que don Alfonso de Portalegre reiteró una y otra vez sus rebeldías, hasta que finalmente acabó perdiendo la partida y todo su patrimonio lusitano. Dentro de esta estrategia de oposición al proyecto centralizador de su hermano el rey, cobra sentido el despliegue de los enlaces matrimoniales que el infante organizó para sus vástagos, a los que casó con personajes destacados de la alta nobleza castellana¹⁰. El único hijo varón, llamado también Alfonso, murió joven sin haberse casado¹¹, pero sus hijas contrajeron matrimonio con miembros del máximo rango nobiliario. Isabel, que tal vez era la mayor, se casó hacia 1302 con Juan *el tuerto*, hijo del infante don Juan, que era a su vez hijo de Alfonso X. Otra de las hijas, Constanza Alfonso (†c.1298) se casó con Nuño González de Lara III, alférez mayor de Fernando IV, hijo de Juan Núñez de Lara I y de Teresa Álvarez de Azagra¹². La tercera hija, María, se casó en dos ocasiones: la primera en 1300 con Alfonso Telo de Molina, hijo de Alfonso Téllez de Meneses y Teresa Álvarez de Asturias, y en segundas nupcias con Fernando de Haro. Esta primera generación de Manueles en la corte portuguesa antecede a la siguiente, que aparece durante las décadas centrales del siglo XIV, en el curso de los reinados de Alfonso IV y Pedro I, con una importante posición en el seno de la familia real.

El contexto bilateral luso-castellano explica la presencia de una hija de don Juan Manuel, Constanza Manuel (1323-1349)¹³, en el seno de la familia real portuguesa. Constanza ya había estado comprometida en un primer momento con el rey

⁹ El estudio más reciente es el de ZLATIĆ, Carlos Eduardo – *A condição política de Infante no reino português: D. Afonso, senhor de Portalegre (1263-1312)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017. Este autor recoge y amplía aportaciones anteriores, como las de Giménez Soler o Pizarro. La legitimación del enlace matrimonial por parte de don Dinís, ante la que protestó la reina Isabel de Portugal, se justificó, según Zlatić, por la amenaza que suponían los castillos fronterizos con Castilla que estaban bajo el poder de su hermano; por otra parte, don Dinís declaró que los bienes de las hijas revertirían finalmente a la corona.

¹⁰ Para el marco político bilateral de aquellos años véase GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel – *Portugal, Aragón, Castilla: Alianzas dinásticas y relaciones diplomáticas (1297-1357)*. Sevilla: Editorial Universidad de Granada, 2008, p. 919.

¹¹ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*. Vol. I. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, 1999, pp. 171-173.

¹² Su sepulcro se conserva en la catedral de Lisboa. En el almohadón de la estatua yacente y en el lateral del túmulo se observa con claridad el emblema heráldico de los Manuel, un cuartelado con leones y la mano alada. Sobre este túmulo véase SILVA, José Custódio Vieira da – “Memória e imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (Séculos XIII e XIV)”. *Revista de História da Arte-Imagem* 1 (2005), pp. 47-81, especialmente p. 65, nota 45.

¹³ Las implicaciones políticas de este enlace en SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV (1291-1357)*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, pp. 188-206.

castellano, aunque acabó finalmente contrayendo matrimonio en 1340 con el heredero de la corona, el infante D. Pedro, que a su vez ya había estado comprometido con Blanca de Castilla. El matrimonio de Constanza y D. Pedro, como es bien sabido, responde a la cadena de desavenencias que tuvo Alfonso XI con D. Juan Manuel y con Alfonso IV de Portugal¹⁴. La alianza de este último monarca con el magnate castellano seguía en cierto modo una lógica semejante a la que hemos mencionado para la etapa anterior, aunque en esta ocasión aparecía una novedad relevante: un miembro destacado del linaje Manuel pasaba a formar parte de la familia real portuguesa, con toda la carga de connotaciones que llevaba aparejado el apellido para sus descendientes. Esta vinculación de sangre tendrá consecuencias en los debates en torno a la legitimidad dinástica portuguesa y castellana, aunque de momento no era posible preverlas.

Aunque la documentación sobre los años portugueses de Constanza es muy escasa, se pueden señalar algunos detalles de interés gracias al estudio biográfico que ha realizado la profesora Costa¹⁵. Su temprana muerte en 1349 le impidió intitularse reina consorte de Portugal, pero la fama del linaje será puesta de manifiesto por su hijo y heredero, Fernando I. El mismo nombre de Fernando que se impone al infante nada más nacer (31 de octubre de 1345), parece aludir al linaje Manuel, dada la predilección manifestada por Fernando III de Castilla y León por su hijo menor. Se puede señalar, entre otros aspectos de interés, la aparición de algunos de sus parientes en la corte lusitana. Este sería el caso de Inés Díaz Manuel. Aunque los datos exactos de su filiación no son seguros, pudo ser hija de Sancho Manuel II o de Fernán Sánchez Manuel; en 1341 Inés contrajo matrimonio con Vasco Martins de Sousa Chichorro, descendiente por vía bastarda de Alfonso III¹⁶.

¹⁴ DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente – “Las fluctuaciones en las relaciones castellano-portuguesas durante el reinado de Alfonso IV”. In *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcañices*. Vol. II. Porto: 2000, pp. 1231-1254. GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel – *Portugal, Aragón, Castilla*, p. 52. RECUERO LISTA, Alejandra – “La política matrimonial durante el reinado de Alfonso XI de Castilla”. *Estudios Medievales Hispánicos* 3 (2014), pp. 151-172.

¹⁵ MENINO, Vanda Lourenço; COSTA, Adelaide Pereira Millán da – *A rainha, as infantas e a aia. Beatriz de Castela. Branca de Castela. Constança Manuel. Inês de Castro*. Porto: Círculo de Leitores, 2012, pp. 391-402. COSTA, Adelaide Pereira Millán da – “D. Pedro I: o rei português com um número indeterminado de matrimónios”. In CARVALHO-GONÇALVES, Leonardo (eds.) – *Casamentos da Família Real Portuguesa. Êxitos e fracassos*. Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 2018, pp. 81-110.

¹⁶ No es posible saber con certeza cuál de los dos personajes homónimos (Sancho Manuel) sería su padre: Uno era hijo del infante D. Manuel y el otro lo era de don Juan Manuel. Diego Manuel

Otro hijo de don Juan Manuel, de origen ilegítimo, fue nuestro protagonista, Enrique Manuel de Villena, que aparece en la corte portuguesa durante el reinado de su sobrino, Fernando I. Su papel político ya se advierte en la década de los años setenta y, sobre todo, durante la crisis dinástica de 1383-1385, como tendremos ocasión de ver; finalmente acabará exiliándose y viviendo en Castilla hasta su muerte en 1414. Algunas etapas de su larga vida política están bien documentadas, pero sus orígenes familiares son algo dudosos, sobre todo en lo tocante a la identidad de su madre¹⁷. El genealogista Luis de Salazar y Castro se ocupó de él y de su familia en algunas de sus obras. Primero lo hizo¹⁸ con motivo de una crítica que dirigió a otro especialista en la materia genealógica, José Pellicer, que publicó en 1660 un estudio sobre una de las ramas del linaje Manuel, la de los señores de Cheles, en Extremadura¹⁹. Algo más adelante Salazar se volvió a referir al conde y al resto de los miembros del linaje Manuel en algunos pasajes de sus monumentales historias genealógicas de las casas de Silva y Lara²⁰, donde recogió noticias obtenidas de algunos archivos españoles y portugueses, así como de otros autores del siglo XVI, como Gonzalo Argote de

representó a su hermana Inés en la ceremonia celebrada en Coímbra, donde solicitó de la chancillería el registro de la carta de arras para la novia. El entonces infante D. Pedro de Portugal actuó como fiador del compromiso matrimonial asumido por Vasco Martins; MENINO, Vanda Lourenço; COSTA, Adelaide Pereira Millán da – *A rainha, as infantas e a aia*, p. 402. El genealogista Salazar y Castro consideraba erróneamente que esta Inés Manuel (o Isabel Diaz Manuel) era hija de Enrique Manuel: SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Historia Genealógica de la Casa de Silva*. Madrid: Imprenta de Melchor Álvarez y Mateo de Llanos, 1685, vol. I, lib. 5, p. 577; y vol. II, lib. 10, p. 421.

¹⁷ Enrique Manuel de Villena o también en ocasiones Enrique de Villena, fue hijo natural de don Juan Manuel. El genealogista Pellicer afirmaba que la madre era Inés de Castañeda, hija de Ruy González de Castañeda, y esposa de Garci Suárez de Meneses, merino mayor de Murcia; de esta relación extramatrimonial nacieron, según su opinión, dos hijos: Sancho Manuel y nuestro Enrique Manuel; LOSA SERRANO, Francisco Javier – *El señorío de Montealegre*. Ciudad Real: Universidad de Castilla La Mancha, 1996, p. 26. Sobre las diferentes ramas que descienden del infante D. Manuel véase TORRES FONTES, Juan – “La descendencia del infante Don Manuel y el señorío de Pinilla”. *Murgetana* 109 (2003), pp. 9-17, aunque este autor supone erróneamente que Enrique Manuel era hijo del infante don Manuel. La profesora Costa ha señalado (p. 403) este error en su biografía sobre la reina Constanza.

¹⁸ SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Advertencias históricas sobre las obras de algunos doctos escritores modernos, donde con las Chronicas, y con las escrituras, solicita su mejor inteligencia*. Madrid: Matheo de Llanos y Guzmán, 1688, pp. 43-46. Salazar rebatió los errores históricos que, a su juicio, tenía el estudio de Pellicer y para ello se basó en los datos documentales que tenía en su poder y en las referencias dadas por otros autores sobre el reinado de Fernando I.

¹⁹ El texto de Pellicer se titula *Memorial de la calidad y servicios de don Francisco Manuel de Villena Portocarrero, octavo s[eñor]r. de la villa de Cheles, al rey n[uestro] s[eñor]r.* Madrid, 1660. Impreso en 8 hojas. Madrid, Real Academia de la Historia, col. Salazar y Castro, leg. E-12, fol. 187-194v. Hay otro informe de contenido semejante en la misma biblioteca (Real Academia de la Historia, Colección Salazar y Castro, C-33, fol. 221).

²⁰ SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Historia genealógica de la Casa de Silva*, I, pp. 577-578. SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Historia genealógica de la Casa de Lara*. Vol I-IV. Madrid: Imprenta Real, 1696, p. 416, p. 451, p. 537 y p. 639.

Molina, Esteban de Garibay, Duarte Nunes de Leão, y otros más. Se conservan en su colección documental de la Real Academia de la Historia algunas notas, árboles genealógicos y apuntes biográficos aprovechables²¹. Con todos estos materiales Salazar expuso sus conclusiones sobre la trayectoria biográfica de este protagonista de las relaciones luso-castellanas.

Salazar no tenía certeza plena sobre las fechas de su nacimiento y fallecimiento, pero hizo algunas estimaciones bastante acertadas. Como Enrique Manuel no figuraba en los testamentos de su padre don Juan Manuel de 1339 y 1340, supuso que pudo nacer entre 1341 y 1347, antes del fallecimiento del ilustre escritor²², lo cual explicaría su tardía presencia en la corte portuguesa. Esta horquilla cronológica era incompatible con la suposición de que su hermana Constanza lo habría llevado a Portugal tras la boda con el infante D. Pedro en 1340. Recogiendo algunos apuntes de Garibay, Salazar concluía que la fecha más probable de su nacimiento se situaría en torno al año 1343²³. También hizo notar que las mercedes más antiguas que recibió en Portugal eran posteriores a 1370, de modo que su afincamiento en tierras lusitanas debió de producirse en torno a este año²⁴. La investigación reciente ha corroborado esta afirmación y ha mostrado además la secuencia de donaciones regias en la década de los setenta²⁵.

3. Enrique Manuel en la corte fernandina

No parece casual que su llegada a Portugal sea muy cercana en el tiempo a la reclamación de la corona castellana que hizo Fernando I en 1369, tras el triunfo de

²¹ Costados de Enrique Manuel, conde de Cea y Cintra, señor de Montealegre y Meneses, tutor de Juan II de Castilla. Madrid, Real Academia de la Historia, colección Salazar y Castro, D-21, fol. 16.

²² Ambos se conservan en el Archivo da Torre do Tombo. El primer testamento es de 31 de mayo de 1339 y el segundo está datado el 14 de agosto de 1340; GAIBROIS DE BALLESTEROS, Mercedes – “Los testamentos inéditos de don Juan Manuel”. *Boletín de la Real Academia de la Historia* 99 (1931), pp. 25-59.

²³ Salazar alude al volumen III de los papeles inéditos de Garibay, donde se afirmaba que Enrique Manuel falleció a los 75 años; SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Advertencias históricas*, p. 46.

²⁴ Salazar menciona la carta regia fechada en Valada, el 12 junio de 1373, según constaba en el registro del Archivo de la Torre do Tombo que pudo consultar personalmente; SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Advertencias históricas*, p. 44.

²⁵ Son cinco las donaciones a tener en cuenta: la villa de Lamas con su término (1371), el juzgado de Celorico de Basto (1372), la villa de Cascais y el reguengo de Oeiras (1373), el castillo de Chaves y diversos lugares en el almojarifazgo de Lamego y Bragança para servir al rey con 100 lanzas (1373); BALEIRAS, Isabel de Pina – *Leonor Teles, uma mulher de poder?*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008, pp. 80-81. Tesis de maestrado [Accedido en 28 outubro 2020]. Disponible en https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1751/1/21996_ulfl062047_tm.pdf.

Enrique II sobre su hermano Pedro I. El argumento principal del rey portugués se basaba en el hecho de ser el descendiente más próximo del difunto Pedro I debido a la línea sucesoria que procedía de Sancho IV, sin que de momento incluyese alusiones específicas al común linaje que tenía con la esposa del usurpador, Juana Manuel. El canciller Ayala atestigua este dato de una manera bastante precisa cuando afirma que Fernando I “fincaba por heredero de Castilla e de León, porque era bisnieto del Rey Don Sancho de Castilla, nieto de la Reyna Doña Beatriz, que fuera hija del dicho Rey Don Sancho”²⁶. Las primeras mercedes fernandinas a Enrique Manuel se producen en esta coyuntura y coinciden con las que en ese momento hace a los exiliados petristas que se refugian en Portugal²⁷. Por otra parte, la estrategia desplegada por la reina Leonor Teles a partir de su boda con el rey en 1372 favorece claramente al tío de su marido. En efecto, Enrique Manuel pasa a ser pariente cercano de la propia Leonor tras contraer matrimonio con Beatriz de Sousa, “cuñada” de la reina²⁸. Además, Leonor sería la responsable, según Lopes, de la concesión del título condal de Seia²⁹. De este modo Enrique Manuel alcanzará una sólida posición en el grupo de cortesanos estrechamente relacionados con la familia real³⁰. Sus vinculaciones de parentesco con ambas familias regias hacían de él un

²⁶ LÓPEZ DE AYALA, Pedro – “Crónica del Rey don Enrique II, segundo de Castilla”. Ed. de Cayetano Rosell. In *Crónicas de los Reyes de Castilla*. Vol. II. Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, t. LXVIII, 1953, cap. IV-V de 1369, p. 4.

²⁷ La mayoría de los emigrados a Portugal tienen estrechas vinculaciones con el linaje de los Castro; FERNANDES, Fátima Regina – “Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal”. *En la España Medieval* 23 (2000), pp. 101-115.

²⁸ Beatriz de Sousa (o también Beatriz Martis o Afonso de Sousa), era hija de Martim Afonso de Sousa I y María Gonçalves de (Briteiros) Sousa; esta dama se casó en segundas nupcias con Martim Lourenço da Cunha, hermano de João Lourenço da Cunha, el primer marido de Leonor Teles. Por este motivo Beatriz de Sousa aparece mencionada como “cuñada” de Leonor Teles por Fernão Lopes; sigo en este punto la explicación aportada por PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Os patronos do Mosteiro de Grijó. Evolução e Estrutura da Família Nobre, Séculos XI a XIV*. Porto: Universidade do Porto, 1987, pp. 251-252. [Accedido en 11 noviembre 2020] Disponible en [file:///C:/Users/cesar/Downloads/FLM06801P000081781%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/cesar/Downloads/FLM06801P000081781%20(1).pdf). Luis de Salazar y Castro da otra filiación diferente, afirmando que los padres de Beatriz de Sousa fueron Pedro Afonso de Sousa y Elvira Anes de Novoa; SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Historia genealógica de la casa de Lara*, I, p. 639.

²⁹ LOPES, Fernão – *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono Rei destes Regnos*. Ed. de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, s.a., p. 172. Algo más adelante, en julio de 1381, Enrique Manuel recibe la tenencia de Guarda que mantiene hasta julio de 1383, que pasa a manos de Álvaro Gil Cabral; FERNANDES, Fátima Regina – “A criatio, uma outra dimensão de fidelidade no contexto de ascensão da dinastia de Avis (1384)”. *Topoi* 21/44 (mayo-agosto 2020), pp. 310-330, 318. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02104402>.

³⁰ Como por ejemplo, Alfonso Telo (almirante y conde de Barcelos), Gonzalo Téllez (conde de Neiva y de Faria), sus hijos Juan Alfonso (conde de Ourem), Juan Fernández (conde de Viana, señor de Alvito y Vila Nova); NUNES DE LEÃO, Duarte – *Primeira parte das Chronicas dos Reis de Portugal*. Lisboa:

interlocutor idóneo para el momento en que ambas cortes decidiesen iniciar algún tipo de negociación. El entendimiento no tardaría mucho tiempo en llegar, debido sobre todo a la formación de un partido opuesto a la reina Leonor que se empezaba a canalizar en torno a los hijos de Inés de Castro³¹. Por lo demás, Fernão Lopes señala en la crónica de Fernando I la participación militar de Enrique Manuel para tratar de frenar la invasión castellana que sufrió Portugal en 1373, aunque su pericia en el oficio de las armas no fue demasiado brillante³².

Su intervención en la escena política bilateral comienza a partir de las Cortes de Leiria de 1376, cuando se inició una negociación destinada a preparar una paz sellada con el matrimonio de la heredera, Beatriz, con un hijo bastardo de Enrique II, el infante Fadrique, duque de Benavente. Las Cortes juraron el 25 de noviembre a la infanta como heredera en manos de sus dos “curadores”, fray Alvar Gonçales, prior del Hospital, y Enrique Manuel, señor de Cascais. Un día antes el infante D. Fadrique había sido reconocido como su futuro esposo³³. Desde este momento la figura de nuestro conde aparecerá estrechamente ligada a la suerte de su sobrina nieta, Beatriz. Poco después, en junio de 1377, Enrique Manuel recibe el encargo de viajar a la corte castellana para obtener los juramentos de los tres estados en relación al matrimonio pactado, según lo firmado con los castellanos, el 3 de enero de 1377, estando Enrique II en Córdoba³⁴.

Pero este compromiso, como es sabido, no llegó a término por el cambio de alianzas de Fernando I. Sin embargo, en 1380 se puso en pie otro acuerdo con una nueva

Pedro Crasbeek, 1600, p. 201. Sobre la política de concesiones regias de Fernando I y la reina Leonor véase BALEIRAS, Isabel de Pina – “The Political Role of a Portuguese Queen in the late Fourteenth Century”. In WOODACRE, Elena (ed.) – *Queenship in the Mediterranean*. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 102.

³¹ La crónica del canciller Ayala sitúa precisamente en 1372 el comienzo de la actividad hostil del infante Dinís, que coincidía además con el descontento de los hidalgos portugueses; López de Ayala, Pedro – “Crónica de Enrique II”, capítulo IV de 1372, p. 14.

³² Durante el cerco castellano de Lisboa en 1373 Enrique Manuel salió al encuentro de los capitanes atacantes (Pedro Rodríguez Sarmiento y Juan Rodríguez de Biedma) que entraron por la región de Entre Douro e Miño, aunque con poco éxito, si bien pudo escapar por Ponte de Lima; LOPES, Fernão – *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando*, pp. 205-206.

³³ ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional dos fins do século XIV. I. A sucessão de D. Fernando*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, p. 20-21. El texto del acuerdo en Valladolid, Archivo General de Simancas, Patronato Real, l. 47, nº 9, publicado por ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional*, en apéndice 1, pp. 267-286.

³⁴ El ejemplar del ANTT en *As Gavetas da Torre do Tombo, VII. (GAV. XVII, Maços 3-9)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, p. 164-165.

propuesta matrimonial algo diferente a la anterior; en este caso, para unir a los herederos de ambas coronas, la infanta Beatriz y el infante Enrique (futuro Enrique III). Un cambio tan profundo de criterio se entiende por las novedades que se habían producido entre 1376 y 1380 en la corte lusitana, sobre todo por el crecimiento un tanto amenazante del partido de los hijos de Inés de Castro. La precaria salud del rey portugués hacía presagiar la ausencia de un sucesor varón, de modo que la opción encabezada por el infante Juan de Portugal era vista por algunos como una solución idónea frente a la única hija y heredera, Beatriz. Baste recordar aquí, como ejemplo significativo de la preocupante situación de la corte lusitana, el testamento de Fernando I de 1378³⁵, donde expresamente se declara la ilegitimidad de los hijos de Inés de Castro. En ese mismo año el rey encarga su propia sepultura, donde aparece de forma muy visible la heráldica del linaje Manuel³⁶.

En este contexto político adquieren pleno sentido a partir de 1380 las referencias explícitas al linaje común que compartían Fernando I y Juan I. La crónica del canciller López de Ayala emplea por primera vez este argumento genealógico, al tiempo que trata de conservar el parentesco compartido con el lejano Sancho IV:

“Otrosi por quanto el Rey de Castilla e el de Portugal, eran primos hijos de hermanas (ca el Rey de Portugal era fijo de Doña Constanza, muger que fue del Rey Don Pedro de Portugal, e el Rey Don Juan era fijo de la Reyna Doña Juana, que fue muger del Rey Don Enrique, las cuales Doña Juana e Doña Constanza eran hermanas, fijas de Don Juan Manuel, asi que estos dos Reyes de Castilla e de Portugal eran primos hijos de dos hermanas, e otrosí eran viznietos del Rey Don Sancho de Castilla); por tanto trataron estos dos Reyes que fuese tal

³⁵ El testamento está fechado el 28 de agosto de 1378; Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, cód. CIX/2-2, nº 9, publicado en ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional*, doc. 7, pp. 291-295.

³⁶ FERNANDES, Carla Varela – *A Imagem de um Rei. A análise do túmulo de D. Fernando I*. Lisboa: Museu Arqueológico do Carmo, 2009. Esta autora repasa las diferentes opiniones que se han vertido sobre la autoría del sepulcro que estuvo en origen en el convento de san Domingos de Santarém y más tarde en el de san Francisco. Otro punto de vista diferente es el de SILVA, José Custódio Vieira da – “Memória e imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (Séculos XIII e XIV)”, pp. 46-81, que considera que el sepulcro estaba pensado en realidad para la reina Constanza. Sobre el posible significado político del sepulcro véase OLIVERA SERRANO, César – “Juicio divino y reparación regia: Juan I de Castilla y Beatriz de Portugal”. In BECEIRO PITA, Isabel (coord.) – *La espiritualidad y la configuración de los reinos ibéricos (siglos XII-XV)*. Madrid: Dykinson, 2018, pp. 281-320, especialmente 290-291.

condición entre ellos, que qualquier dellos que moriese sin dejar fijos legítimos herederos, que el otro le sucediese en el Regno. E a los dos Reyes plogo dello, e acordaron de lo facer”³⁷.

El texto oficial del acuerdo, fechado en Cáceres el 21 de mayo de 1380, recoge unos términos muy parecidos: “(...) ca vos el Rey de Castiella et el dicho nuestro señor el Rey de Portugal sodes parientes de parte de los padres en terçero grado et otrosi sodes primos fijos de dos hermanas (...)”³⁸. En las Cortes reunidas en Soria al verano siguiente encontramos a Enrique Manuel recibiendo el juramento de los procuradores castellanos³⁹. Se acercaba cada vez más un enlace entre dos Manueles. Pero la rapidez de los acontecimientos precipitó nuevos cambios matrimoniales a partir de 1382. El primero, que incumbía al infante D. Fernando, suponía la sustitución del hermano mayor (el infante Enrique) por el menor, con el fin de salvaguardar las lógicas reservas portuguesas acerca de la futura independencia del reino. La segunda y definitiva modificación se produjo a raíz de la viudedad de Juan I en el verano de 1382, cuando Juan I sustituyó a su hijo Fernando como pretendiente de Beatriz, siendo éste el principal motivo desencadenante de la crisis sucesoria portuguesa de 1383-1385.

La participación de Enrique Manuel fue algo más activa en esta ocasión, aunque en un nivel inferior al de João Fernandes de Andeiro, verdadero responsable de la negociación por parte portuguesa. Enrique Manuel formó parte de la embajada que propuso formalmente a Juan I su matrimonio con la heredera, acudiendo a la villa de Pinto en diciembre de 1382 en compañía de algunos cortesanos de la máxima confianza regia, como el mencionado Andeiro, Martim Anes (obispo de Lisboa), Afonso Domingues de Linhares (obispo de Guarda) y João Afonso Telo, conde de Barcelos, hermano de la reina, entre otros. En el tratado de Pinto (9 de diciembre de 1382) no figura la firma de Enrique Manuel entre los miembros de la delegación

³⁷ LÓPEZ DE AYALA, Pedro – “Crónica del Rey don Juan I”. In *Crónicas de los Reyes de Castilla*. Ed. de Cayetano Rosell. Biblioteca de Autores Españoles, t. LXVIII. Vol. II. Madrid: Ediciones Atlas, 1953, cap. III de 1480, p. 68.

³⁸ Tratado de casamiento entre los infantes Enrique y Beatriz; Lisboa, Torre do Tombo, Gaveta 17, m. 6, nº 11, publicado en ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional*, doc. 8, pp. 296-324.

³⁹ El 31 de agosto de 1380, en Soria, los procuradores de Murcia prestan juramento de reconocimiento como heredero a Enrique y la infanta Beatriz; Murcia, Archivo Municipal, Cart. 1405-18, fols. 164v-165v; publicado en VEAS ARTESEROS, Francisco – *Colección de documentos para la Historia del Reino de Murcia. XII. Documentos del siglo XIV*. Murcia: Academia Alfonso X el Sabio-CSIC, 1990, doc. 52, pp. 70-72.

portuguesa, pero a esas alturas ya se había convertido en un informante destacado de Juan I, al que transmitía las noticias que circulaban en la corte fernandina. Su papel era importante en enero de 1383, en un momento en el que aún no se habían cerrado los detalles definitivos del casamiento entre ambas cortes tras la firma del acuerdo de Pinto. El conde debió escribir al rey castellano solicitando viajar a Castilla para dar cuenta en persona de algún asunto urgente, porque Juan I le respondió por carta pidiéndole que permaneciera junto a los reyes de Portugal; era más práctico que siguiese en la corte lusitana en un momento especialmente delicado como aquél, en el que los dos embajadores castellanos, Pedro de Luna (legado de Clemente VII) y Juan García Manrique (arzobispo electo de Santiago) tenían poderes plenos para cerrar el acuerdo definitivo⁴⁰. La fidelidad de nuestro conde a Juan I era en ese momento indudable.

Durante la firma de los pactos de Salvaterra de Magos (1 al 3 de abril de 1383), que cerraron definitivamente el acuerdo matrimonial y sucesorio, Enrique Manuel interviene como testigo y garante del pacto en compañía de otros cortesanos vasallos del rey de Portugal⁴¹. Asimismo, comparece en las solemnidades del mes de mayo que cierran todo el proceso. El día 14, cerca de Elvas, en el valle de las Huertas “que chaman Ribeira de Chinchas”, Enrique Manuel asiste a la ceremonia nupcial por palabras de presente de los dos regios contrayentes y además señala a una hija suya (probablemente Blanca) para que en compañía de las hijas o hijos de otros grandes señores portugueses y castellanos permaneciesen como rehenes para garantizar el cumplimiento de los acuerdos⁴². Es posible que estuviese en las solemnidades de los días siguientes, aunque su nombre no figura expresamente citado, sino que quedase camuflado entre los “otros muchos” con que se suele concluir el listado de asistentes: esto es lo que pudo suceder en la ceremonia religiosa del 17 de mayo en la catedral de Badajoz, así como en la del día 21, también en la catedral, o en las que se desarrollan en el convento de san Francisco de Badajoz los días 21 y 22.

⁴⁰ La carta de Juan I al conde está fechada en Alcalá de Henares el 24 de enero de 1383; Valladolid, Archivo General de Simancas, Patronato Real, l. 47, nº 43; ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional*, doc. 25, pp. 356-357. El rey le comunica el envío de un criado suyo, Juan Roys, al que deberá dar cuenta de lo que desee informar al rey.

⁴¹ Valladolid, Archivo General de Simancas, Patronato Real, l. 47, nº 46; publ. ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional*, doc. 26, p. 368.

⁴² Valladolid, Archivo General de Simancas, Patronato Real, l. 47, nº 46; publ. ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional*, doc. 26, p. 382.

El matrimonio entre Juan I y Beatriz reúne toda una serie de rasgos religiosos y mesiánicos que parecen encarnar a la perfección el ideal providencialista asociado a la fama del linaje Manuel, una estirpe llamada a vengar la muerte de Cristo y a preparar la unión sucesoria de Castilla y Portugal. El comportamiento de Juan I, según se desprende de sus gestos y documentos cancillerescos, parece responder a estos ideales⁴³. El hecho que tal vez exprese de una manera más gráfica el entusiasmo del monarca castellano se produce en el curso de las Cortes de Segovia de 1383, donde comparecen los procuradores del reino para jurar a su joven esposa como sucesora y donde se sellan los compromisos pactados con la corte portuguesa. Ante los estamentos del reino el monarca toma la decisión de ordenar una nueva datación de los documentos de la cancillería y del reino, eliminando la tradicional era hispánica por la nueva era de la natividad de Jesucristo⁴⁴. El apogeo de los Manuel había llegado a su cenit y era previsible que la unidad de la antigua Hispania goda quedase asegurada bajo la obediencia clementista. No tenemos evidencias documentales para probar si este tipo de mensajes fueron percibidos por la sociedad política portuguesa. Lo que sí parece evidente es el elevado nivel de descontento que se produjo en Portugal ante la eventual absorción del reino por culpa de unos acuerdos sucesorios que sólo beneficiaban al grupo de poder que se reunía en torno a la reina Leonor Teles, única beneficiaria directa del pacto. El fallecimiento de Fernando I, el 22 de octubre de 1383, fue el comienzo del desmoronamiento de un proyecto basado en supuestos muy inconsistentes, pese a la solemnidad de los acuerdos firmados.

4. La crisis dinástica portuguesa y el exilio

Fernão Lopes dedica cierta atención – algo interesada, como es natural – al comportamiento de Enrique Manuel durante los acontecimientos inmediatamente posteriores a la muerte del rey portugués. Por una parte, destaca su intervención en la proclamación de su sobrina Beatriz en la ciudad de Lisboa⁴⁵, así como la defensa

⁴³ OLIVERA SERRANO, César – “Juicio divino y reparación regia: Juan I de Castilla y Beatriz de Portugal”, pp. 281-320.

⁴⁴ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Historia del reinado de Juan I de Castilla. II. Registro documental (1371-1383)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1982, doc. 368, pp. 552-553.

⁴⁵ Enrique Manuel, que por entonces tenía la tenencia del castillo de Sintra, lleva el pendón de su sobrina y ordena gritar “Fallaae, senhores, fallaae”, cerca de la puerta de la seo, y también “Arrayal, arrayal por a Rainha Dona Beatris de Portugal, nossa senhora”, al tiempo que Alvaro Peres de Castro,

que hizo de la plaza de Sintra frente al condestable Nuno Alvares Pereira y al maestre de Avís, o la fidelidad que presta a Juan I cuando éste viaja a Santarém antes del cerco de Lisboa⁴⁶. Pero al narrar las consecuencias posteriores a la batalla de Aljubarrota, Lopes señala claramente la actitud poco elegante del conde, que prefiere entregar la plaza al nuevo rey de Portugal a cambio de conservar sus propiedades⁴⁷. A sus escasas dotes como militar en tiempos de Fernando I se suma ahora su frágil condición de vasallo del nuevo monarca, lo cual no contribuye demasiado a consolidar su buena imagen dentro del conjunto de la crónica. Lopes no vuelve a mencionarlo en el resto de su relato, a diferencia de otros caballeros que se acabarán marchando a Castilla en los años posteriores, que sí son dignos de ser citados⁴⁸. Su mujer, en cambio, aparece tratada con mayor deferencia en la crónica de los hechos del condestable Pereira⁴⁹. Según este relato, Beatriz de Sousa intentó organizar la captura del condestable en la primavera de 1384 aprovechando el paso de este caballero por las inmediaciones de Coimbra, pero no tuvo éxito.

Por lo demás, Lopes relativiza la validez del argumento genealógico basado en la pertenencia al linaje Manuel, algo tan querido para Juan I, en dos momentos diferentes de la crónica. Primero, en la prolija argumentación del doctor João das Regras durante las Cortes de Coimbra de 1385, cuando menciona la condición de primos que tenían Fernando I y Juan I⁵⁰. La segunda ocasión, mucho más detallada, se sitúa durante la invasión del duque de Láncaester por tierras de Galicia en el verano de 1386, cuando el embajador castellano Álvaro Martínez de Villa Real

mucho más escéptico, prefiere gritar “Arreal, arreal, cuyo for o Regno levalloa”, pensando en sus sobrinos los infantes de Castro; LOPES, Fernão – *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando*, cap. CLXXV, p. 484. El hecho también aparece relatado por Ayala; LÓPEZ DE AYALA, Pedro – “Crónica del Rey don Juan I”, cap. XIII de 1383, p. 86.

⁴⁶ LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João da boa memória*. Vol. I. Ed. Luis F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, cap. LXXI, p. 122, cap. CLV, p. 288 y cap. CLXIV, p. 309.

⁴⁷ LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João da boa memória*. Vol. II. Ed. de William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968, p. 150. El dato aportado por el cronista podría estar algo equivocado en la fecha, pues en la cancillería regia de João I se indica que el 21 de marzo de 1384 Martim Vasques da Cunha recibe del maestre de Avís los bienes que antes había tenido Enrique Manuel. Sus criados también sufrieron la confiscación de bienes: João Afonso y Gonçalo Teixeira; FERNANDES, Fátima Regina – “A *criatio*, uma outra dimensão de fidelidade”, pp. 310-330, 321.

⁴⁸ Se menciona a los hermanos Martim y Lope Vasques d’Acunha en 1397, y al año siguiente João Fernandez Pacheco y sus hermanos, así como Gil Vasques d’Acunha y João Afonso Pimentel; LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João*, vol. II, pp. 335 y 356.

⁴⁹ *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*. Ed. de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991, p. 71.

⁵⁰ LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João*, vol. I, cap. CLXXXIII, p. 346.

explica la superioridad de los derechos de Juan I al trono en virtud de su madre, Juana Manuel, por ser bisnieta del infante Fernando de la Cerda⁵¹. Al margen de que Lopes sitúe este discurso en la ciudad de La Coruña muy al comienzo de la empresa peninsular del duque, lo cual contradice el testimonio de otras fuentes⁵², lo interesante es dejar constancia de la importancia del argumento genealógico como cimiento de los derechos sucesorios. Como es natural, los consejeros del duque hacen una réplica al discurso castellano, señalando la legítima transmisión de los derechos dinásticos desde Sancho IV hasta Constanza de Castilla, resaltando la idea de que la verdadera línea sucesoria castellana culmina en la hija y heredera de los duques, Catalina de Láncaester. Pero más allá del sentido de los argumentos genealógicos, Lopes insiste ante todo en la superioridad de una sentencia divina (la de la victoria portuguesa) ante un tirano que pretendía usurpar un trono que no le correspondía. En cierto modo, Juan I también entendió su fracaso como un juicio divino, pero no desistió en su propósito de recuperar la honra perdida y por ello acometió una serie de reformas con vistas a una segunda intentona que nunca acabaría de llegar para él⁵³.

5. En la corte castellana: el condado de Montealegre

Conocemos la trayectoria en el exilio del conde Enrique Manuel a través de fuentes muy diversas. Su fidelidad inicial a João I duró poco tiempo. No ha sido posible determinar el momento exacto de su salida de Portugal, pero su presencia en Castilla aparece documentada a partir de 1388. En dicho año, Juan I le concede un título condal, el de Montealegre, junto con la cercana villa de Meneses, en Tierra de Campos⁵⁴. No se debe confundir este Montealegre castellano con el Montealegre del reino de Murcia, de donde procedía la familia de Enrique Manuel, y donde había

⁵¹ LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João, II*, pp. 191-192.

⁵² Una explicación detallada del discurso y su contexto en PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Anglofilia y anglofobia en la Castilla medieval: Thomas Becket y el duque de Láncaester en la arenga de Juan I de Trastámara ante las Cortes de Segovia (1386)”. In BECEIRO PITA, Isabel (coord.) – *La espiritualidad y la configuración de los reinos ibéricos (siglos XII-XV)*, pp. 197-238.

⁵³ OLIVERA SERRANO, César – “Juicio divino y reparación regia: Juan I de Castilla y Beatriz de Portugal”, pp. 295-304.

⁵⁴ El privilegio de Juan I está fechado en Alcalá de Henares el 28 de noviembre de 1388; Toledo, Archivo Histórico de la Nobleza, Montealegre, carp. 362, doc. 1. Original en pergamino. En 1398 Enrique III le confirma la merced; Madrid, Real Academia de la Historia, colección Salazar, O-20, fol. 133. Juan II confirma a su vez en carta otorgada en Valladolid el 13 de septiembre de 1419; Madrid, Real Academia de la Historia, colección Salazar, M-9, fol. 333r-333v.

ejercido como señor su hermano Sancho Manuel, aunque en ese momento era titular del señorío Constanza Manuel, hija de Sancho⁵⁵. Este Montealegre castellano, a escasa distancia de la villa de Meneses de Campos, había sido un señorío solariego tradicional de los Téllez de Meneses⁵⁶. La concesión regia de Juan I se completaba con un generoso juro de 40.000 maravedíes anuales sobre las rentas reales en Montealegre y Meneses, aunque en el reinado de Juan II las acabaría completando con las rentas reales de la ciudad de Toro⁵⁷. Este último detalle tiene su interés, porque en esta urbe se localizaba una de las principales residencias de la reina Beatriz y además allí se asentaron algunos exiliados portugueses con los que Enrique Manuel establecerá vínculos familiares⁵⁸. La cuantía de la renta era muy elevada si se compara con las de otros exiliados que se refugiaron en Castilla y que

⁵⁵ Don Juan Manuel había desgajado del señorío de Villena las villas de Montealegre y Carcelén para dotar a su hijo Sancho Manuel, hacia 1335-1338, que lo ejerció durante unos años hasta que falleció sin descendencia. En 1388 era titular del señorío su hermana Constanza Manuel. TORRES FONTES, Juan – “El señorío de los Manuel en Montealegre”. In *Congreso de Historia de Albacete (8-11 de diciembre de 1982)*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses, 1984, pp. 81-92. LOSA SERRANO, Francisco Javier – *El señorío de Montealegre*, pp. 28-34.

⁵⁶ El antiguo señorío de los Téllez de Meneses se terminó de fragmentar por los intercambios entre Juan I y Leonor de Albuquerque; REGLERO DE LA FUENTE, Carlos – “Los señoríos de los Montes de Torozos en la segunda mitad del siglo XIV: retroceso del realengo y avance de la nobleza nueva”. In REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel (coord.) – *Poder y sociedad en la Baja Edad Media hispánica: estudios en homenaje al profesor Luis Vicente Díaz Martín*. Vol. I. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2002, pp. 505-517, 512.

⁵⁷ Conocemos su existencia por la confirmación del juro que hizo Enrique III y sobre todo por la que confirmó Juan II a comienzos de su reinado, el 8 de abril de 1407, según consta en un albalá dirigido a sus contadores mayores; Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, Mercedes y Privilegios, l. 10, fol. 132. Es un traslado autorizado sacado en Tordesillas, e 9 de enero de 1444. Asimismo, en 1412, se sacó un traslado del “Libro antiguo de asientos de mercedes” que tenía el contador Alfonso de León, teniente del contador mayor Fernando López de Saldaña, donde se indicaba que el conde Enrique Manuel tenía a su favor un asiento de 40.000 maravedíes en las alcabalas, tercias y demás derechos reales en las villas de Montealegre y Meneses, las cuales le habían sido concedidas por Juan I mediante privilegio. El apunte contable indica además lo siguiente: “Tenía el conde don Enrique Manuel del rey don Enrique [III], padre de nuestro señor el rey, en merçed en cada año por juro de heredad en las rentas de las alcavalas e monedas e tercias de los sus logares de Mont Alegre e Meneses, veynte mill maravedis, e los que aqui non copiesen, en quales quier maravedis donde los aya çiertos e bien parados por previllejo. Et despues desto por quanto a nuestro Señor el Rey don Juan [II] fue mostrado por el dicho conde don Enrique un previllejo del Rey don Juan [I] su agüelo confirmado del Rey don Enrique [III] su padre en que dis que se contenia quel dicho Rey don Juan [I] su agüelo le fisiera merçed de todas las rentas e pechos e derechos foreros e pedidos acostunbrados e alcavalas e monedas quel Rey don Juan tenia en los dichos logares de Mont Alegre e Meneses e en sus terminos fasta en contia de quarenta mill maravedis en cada año, e que en caso que las dichas rentas de los dichos logares non rindiesen los dichos quarenta mill maravedis, que los oviese en las alcavalas e monedas de Toro”; Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, MyP, l. 10, fol. 132.

⁵⁸ Uno de los hijos de Enrique Manuel, Fernando Manuel de Villena, se casa con Mencía de Fonseca, hija de Pedro Rodríguez de Fonseca e Inés Díaz Botello; OLIVERA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005, p. 271.

recibieron igualmente mercedes de Juan I en compensación por todo lo perdido en Portugal⁵⁹. Este nivel de renta era acorde con su condición personal (tío de los reyes Juan I y Beatriz) y con el puesto cortesano que le aguardaba.

Enrique Manuel figurará de forma habitual en los privilegios reales dentro de las listas de confirmantes, donde suele aparecer como tío del rey, lo cual no implica que residiese de manera continuada en la corte⁶⁰. También aparece de manera ocasional en acontecimientos relevantes de comienzos del siglo XV. En 1404 interviene como testigo en el reparto de la herencia que hacen las hijas del infante D. Juan de Portugal, lo cual indica una interesante proximidad con los descendientes de Inés de Castro, exiliados igual que él, a pesar de haber militado en facciones opuestas durante la crisis sucesoria portuguesa⁶¹. Asiste a las Cortes de Toledo-Segovia de finales de 1406 donde fallece Enrique III y está presente en la constitución de la regencia de Juan II en 1407⁶²; también acude a las Cortes de Guadalajara de 1408⁶³. No es fácil determinar cuál pudo ser su grado de protagonismo en los debates y decisiones que se desarrollaron a lo largo del reinado de Enrique III y la minoría de Juan II, sobre

⁵⁹ Inés Alfonso de Bendaña, que perdió a su marido Gonzalo Vázquez de Acevedo y a su hijo Álvaro en la batalla de Aljubarrota, recibió un juro de 15.000 maravedíes anuales; OLIVERA SERRANO, César – “La ruptura del linaje tras Aljubarrota: la familia de Gonzalo Vázquez de Acevedo”. In MARTÍNEZ PEÑÍN, Raquel; CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria (coord.) – *Poder y poderes en la Edad Media*, Murcia, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2021, pp. 566-567. Pedro Rodríguez de Fonseca, otro de los leales, recibe 20.000 maravedíes; OLIVERA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal*, p. 269. En la ciudad de Sevilla, según el padrón de a de 1384, donde figuran los miembros de la alta nobleza local, incluyendo a algunos portugueses exiliados, se comprueba que la fortuna personal de los más ricos (p.e. Juan Alonso de Guzmán, señor de Sanlúcar) rondaba los 50.000 maravedíes, siendo más frecuentes cuantías que oscilaban entre los 15.000 y 30.000 maravedíes; SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Las élites políticas bajo los Trastámara. Poder y sociedad en la Sevilla del siglo XIV*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009, pp. 33-48.

⁶⁰ Salazar y Castro ya señalaba que el conde Enrique Manuel aparece de manera regular en los privilegios reales a partir de 1391; SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Advertencias históricas*, p. 47.

⁶¹ En Medina del Campo, el 2 de noviembre de 1404, María de Portugal (casada con Martín Vázquez de Acuña) y su hermana Beatriz de Portugal (futura condesa de Buelna), acuerdan el reparto de bienes paternos; intervienen como testigos, además del conde Enrique Manuel, D. Sancho de Rojas (obispo de Palencia) y Alfón Fernández de Sevilla (canónigo sevillano); FERNÁNDEZ DE BÉTHENCOURT, Francisco – *Historia genealógica y heráldica de la Monarquía Española*. Vol. II. Madrid: Establecimiento tipográfico de Enrique Teodoro, 1900, p. 142.

⁶² PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán – “Crónica de Juan II de Castilla”. In *Crónicas de los Reyes de Castilla*. Vol. II. Edición de Cayetano Rosell. Madrid: Atlas, 1953, cap. XXII de 1407, p. 270 y cap. XXV de 1407, p. 271.

⁶³ PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán – “Crónica de Juan II de Castilla”, cap. I de 1408, p. 302.

todo en todo lo relacionado con la corte portuguesa y con la renovación del régimen de treguas⁶⁴.

Lo que sí resulta evidente es su estrecha relación con el infante D. Fernando “el de Antequera”, con el que le unía una estrecha relación de parentesco: al fin y al cabo, ambos eran miembros del mismo linaje Manuel, siendo el infante el titular de los señoríos que antaño habían pertenecido al tronco familiar, como era el caso de Peñafiel⁶⁵. Gracias a D. Fernando, Enrique Manuel tendrá ocasión de gozar de un tardío protagonismo político en 1412, cuando es designado por el infante para actuar en el consejo de regencia en su nombre, una vez que el nuevo rey de Aragón debe ausentarse de Castilla⁶⁶. Igualmente sabemos que gozó en sus últimos años de un cargo de especial prestigio cortesano: fue mayordomo mayor de la reina de Aragón, D. María, hermana de Juan II de Castilla⁶⁷. Asimismo, el infante Fernando, ya como rey de Aragón, interviene en favor de uno de sus hijos, Fernando Manuel, para buscarle un matrimonio ventajoso en Aragón, como veremos enseguida⁶⁸. El anciano conde no pudo asistir a la ceremonia de coronación de Fernando I, probablemente por su avanzada edad, pero sus hijos Pedro y Fernando Manuel se desplazaron hasta Zaragoza en compañía de otros grandes y caballeros⁶⁹. Todos

⁶⁴ Enrique III le confirmó la donación del señorío de Montealegre y Meneses el 28 de mayo de 1398; SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Advertencias históricas*, p. 369. Su nombre no aparece entre los confirmantes de las paces luso-castellanas de 31 de octubre de 1411; ANTT, Gaveta 18, m. 11, n^o 4; publ. *Monumenta Henricina*. Vol. II (1411-1421). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p. 31.

⁶⁵ La decisión de Juan I de entregar el señorío de Peñafiel en 1390 a su hijo Fernando, cuando antes lo había disfrutado durante años la reina Beatriz, parece responder a un traspaso del poder y de sus símbolos al que ahora encarnaba el nuevo ideal del linaje mesiánico. OLIVERA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal*, pp. 212-213.

⁶⁶ PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán – “Crónica de Juan II de Castilla”, cap. X de 1412, p. 345. GARCÍA DE SANTA MARÍA, Alvar – *Crónica de Juan II de Castilla*, Ed. de Juan de Mata Carriazo. Madrid: Real Academia de la Historia, 1982, p. 7. Asimismo interviene en el ordenamiento de judíos y moros (Valladolid, 15 de abril de 1412); VILAPLANA GISBERT, María Victoria J. – *Colección de documentos para la historia del Reino de Murcia. XV. Documentos de la minoría de Juan II. La regencia de Don Fernando de Antequera*. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio-CSIC, 1993, doc. 183, p. 348.

⁶⁷ En su codicilo, fechado el 7 de noviembre de 1414, el propio Enrique Manuel indica su condición de mayordomo mayor de la reina de Aragón; Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, MyP, l. 10, fol. 132.

⁶⁸ Según Zurita, Fernando Manuel combatió al conde de Urgel al frente de una capitania, en compañía de otros caballeros leales a Fernando I de Aragón, como Juan Hurtado de Mendoza, adelantado mayor de Castilla; ZURITA, Jerónimo – *Anales de Aragón*. Ed. de Ángel Canellas López. Vol. V. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.). Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2005, Lib. XII, cap. XVII, p. 214. Asimismo fue armado caballero por el propio Fernando I; ZURITA, Jerónimo – *Anales de Aragón*, vol. V, Lib. XII, cap. XXXIV, p. 238.

⁶⁹ PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán – “Crónica de Juan II”, cap. II de 1414, p. 358.

estos detalles muestran con claridad que la relación entre ambos rebasaba la mera solidaridad basada en el parentesco para entrar más bien en el terreno de la cordialidad.

Este brillante colofón cierra una larga carrera cortesana hasta el momento de su muerte. Transcurren 26 años desde su exilio en 1388 hasta que fallece en 1414. Si a esta cifra se añaden los 15 años (entre 1370-1385) que, como mínimo, pasó en la corte portuguesa, sumamos un total de 41 años de protagonismo activo, algo inusual para la época. Enrique Manuel, el último de los hijos de don Juan Manuel, falleció el 10 de noviembre de 1414⁷⁰. Debía rondar los 71 años, si es que realmente nació en 1343, tal y como sugiere Salazar y Castro. No ha sido posible localizar su testamento, aunque sabemos por su propio testimonio que fue otorgado en Illescas el 6 de junio de 1414⁷¹. Al menos se han conservado dos codicilos y una declaración de últimas voluntades fechadas en Guadalajara los días 4, 7 y 8 de noviembre del mismo año. Gracias a estos datos, entre otros, es posible reconstruir la descendencia que tuvo y algunos aspectos interesantes sobre sus relaciones de parentesco con otros linajes o sobre sus rentas principales.

El 4 de noviembre de 1414 el conde redacta un primer codicilo en Guadalajara⁷², cuyo contenido concreto no se especifica. Dos días más tarde, el 6 de noviembre, vuelve a redactar un segundo codicilo en el que añade una manda específica con el fin de “descargar mi conçiencia”, por la cual mejora a su hijo bastardo Fernando Manuel con 20.000 maravedíes de los 45.550 de juro que tenía del rey. Su decisión se fundamenta en el hecho de que Fernando “me fue sienpre obediente a todos mis

⁷⁰ Así consta en un albalá de Juan II a su contador mayor de Campos con Palencia, fechado el 5 de enero de 1415, donde se indica la fecha exacta. El rey ordena que su hijo mayor, Pedro Manuel, cobre los 45.000 maravedíes de juro de heredad que tenía en las rentas reales de Montealegre y Meneses. Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, MyP, l. 10, fol. 132.

⁷¹ Estaba firmado por el conde, por fray Pedro de Colunga, Alfonso González, clérigo de la iglesia de santa María de Illescas, Ruy Fernández, vecino de Illescas, y signado por Juan Sánchez de Troya, contador mayor del conde, y por el notario Juan Díaz de San Andrés; nota inserta en el codicilo que se otorgó el 7 de noviembre de 1414; Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, MyP, l. 10, f. 132. Es un traslado autorizado sacado en Tordesillas el 9 de enero de 1444.

⁷² Enrique Manuel lo otorga ante los notarios Juan Sánchez y Juan Díaz de san Andrés, y de los siguientes testigos: el doctor fray Fernando de Buendía, fraile dominico del convento de San Pedro Mártir el Real de Toledo, Juan Gallego, escudero de su hijo don Fernando [de Villena], Pedro Sánchez de Angulo, cirujano del rey, Pedro de Espinosa, escudero de Juan Sánchez, su contador mayor, su sobrino Sancho Manuel, Juan Rodríguez y Martín de Acelante, criado de don Pedro [Manuel], su fijo. Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, MyP, l. 10, fol. 132.

mandamientos e por muchos serviçios e buenos que me ha fecho”⁷³. Al día siguiente, 7 de noviembre, se sacó traslado de este codicilo, con asistencia de otros testigos que formaban parte de su casa, entre los que aún puede verse alguno de procedencia portuguesa⁷⁴. Por si no fueran suficientes todas estas seguridades, el conde vuelve a redactar al día siguiente, 8 de noviembre, un escrito de últimas voluntades para evitar las posibles desavenencias entre sus herederos⁷⁵. Su intención era evitar en lo posible las diferencias que pudiesen surgir entre sus hijos varones por el reparto de la herencia. Para asegurar el cumplimiento de sus deseos, amenazaba del siguiente modo: “que la maldición de Dios del çielo todo poderoso fuese sobre aquel o aquellos que lo quebrantasen e la suya, e demás que fuesen malditos como Judas el traydor a nuestro Señor Ihesu Christo e que yaga ende furizadas penas por siempre con él en los infiernos”. Se ve que en su lecho de muerte el atribulado conde se temía lo peor, como así sucedió al final⁷⁶.

Una última observación cabe hacer sobre el lugar de las últimas voluntades del día 7 de noviembre: se desarrollan “dentro en las casas del honrrado cavallero Yñigo Lopes de Mendoça, fijo del almirante don Diego Furtado de Mendoza, difunto, las quales son çerca de la yglesia de Santiago”. Junto a los vínculos de parentesco, tuvo que existir una especial relación de amistad entre el conde moribundo y el futuro marqués de Santillana, cuyo padre es mencionado expresamente⁷⁷.

⁷³ Asisten al acto el notario Juan Díaz de san Andrés y los testigos Lorenzo de Ribero, Antón de Úbeda y Diego de Medina, sus criados, así como Pero Sánchez de Angulo, cirujano del Rey, Alfón Fernández su despensero, y el doctor frey Fernando de Buendía; Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, MyP, l. 10, fol. 132.

⁷⁴ Alvar Gómez de Santarém, Lorenzo Ribero, maestresala del conde, y Alfón Fernández, despensero, todos ellos escuderos y criados del conde. Interviene nuevamente el mismo notario, Juan Díaz de San Andrés, el cual certifica que el conde redactó este codicilo personalmente, con su propia mano. Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, MyP, l. 10, fol. 132.

⁷⁵ Interviene el mismo notario de siempre, Juan Díaz de San Andrés, que se autodefine como escribano real y también como notario real y arzobispal; Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, MyP, l. 10, fol. 132.

⁷⁶ En Simancas se encuentra la documentación del pleito que se produjo en los años siguientes (1438-1440) entre el hijo mayor, Pedro Manuel, heredero del título y mayorazgo, y el menor, Fernando de Villena. Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, MyP, l. 10, fol. 132.

⁷⁷ Las relaciones familiares entre los Mendoza y los Manuel venían de atrás. El tío del marqués de Santillana, Íñigo López de Mendoza, hijo segundo de Pedro González de Mendoza (muerto en Aljubarrota) y de Aldonza Fernández de Ayala (camarera de la reina Juana Manuel), se había casado con Inés Manuel (hija de Juan Sánchez Manuel, conde de Carrión), y fue señora de Castilnuevo, cerca de Molina. De aquí procede el origen de la casa de Priego. (LAYNA SERRANO Francisco – *Historia de Guadalajara y sus Mendozas en los siglos XV y XVI*. Vol. I. Madrid: CSIC, 1942, p. 65). Inés Manuel es mencionada en el codicilo del marqués de Santillana (1455): alude al monasterio de san Francisco de

El cuerpo de Enrique Manuel fue sepultado en el convento dominico de san Juan y san Pablo de la villa de Peñafiel, donde ya había sido enterrado su padre don Juan Manuel, y donde se acabaría enterrando buena parte de los miembros del linaje durante el siglo XV. Su epitafio lo copió Garibay y fue recogido en sus notas por Salazar y Castro⁷⁸. En él se menciona a su esposa, Beatriz de Sousa: es de suponer que esta dama falleció en el exilio, aunque no nos han llegado noticias precisas sobre ella. Conocemos la descendencia del conde Enrique Manuel a través de Salazar y Castro y de la documentación de Simancas⁷⁹.

No es sencillo determinar con exactitud cuántos hijos nacieron en Portugal y cuáles lo hicieron fuera del matrimonio con su mujer, Beatriz de Sousa⁸⁰, así como el orden exacto de los nacimientos. Lo que sí resulta evidente es la fractura familiar producida tras el triunfo de João I, pues algunos miembros de la familia permanecieron en Portugal bajo el régimen Avís, a semejanza de otros linajes portugueses de la época⁸¹. Este sería el caso de Blanca Manuel (o Branca de Villena, en Portugal). Fue probablemente la hija mayor, ya que fue señalada por su padre en 1383 para asegurar el cumplimiento del acuerdo de Elvas en compañía de otros

Guadalajara donde están enterrados su tío, Íñigo López de Mendoza, y su mujer Inés Manuel (LAYNA SERRANO, Francisco – *Guadalajara y sus Mendozas*, p. 330). Esta Inés Manuel era hija de Juan Sánchez Manuel, conde de Carrión: SÁNCHEZ DONCEL, Gregorio – “Un gran señor medieval: don Juan Manuel. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 1 (1982), pp. 87-115.

⁷⁸ El epitafio estaba en la capilla mayor: “Estas sepulturas mandó facer el mui noble conde don Enrique Conde de Montealegre y aqui iace su muger la condesa doña Beatriz de Sosa que Dios perdone. E este señor conde fue fijo del mui noble señor Don Juan Manuel que fue marqués de Villena, que Dios perdone”; Madrid, Real Academia de la Historia, Colección de Luis de Salazar y Castro, leg. D-17, fol. 3-4v.

⁷⁹ En una de sus anotaciones genealógicas llega a afirmar, de manera sorprendente, que D. Enrique Manuel no tuvo descendencia con su mujer Beatriz de Sousa, pero no aporta más datos; Madrid, Real Academia de la Historia, Colección Salazar, D-47, fol. 22. Sin embargo en otros escritos suyos, como las monumentales historias de las casas de Lara y Silva, no pone en duda la descendencia de los condes Enrique Manuel y Beatriz de Sousa.

⁸⁰ Según Salazar y Castro, que consultó la documentación del monasterio de Grijó, Beatriz de Sousa era hija de Pedro Afonso de Sousa, rico hombre, hijo de Afonso Dinís, hijo ilegítimo de Alfonso III. Gracias a su mujer, Enrique Manuel había figurado entre los patronos del monasterio; SALAZAR Y CASTRO – *Historia Genealógica de la Casa de Silva*, I, p. 578.

⁸¹ Un caso semejante es el de los hijos de Gonçalo Vasques de Azevedo, caído en Alubarrota en compañía de su hijo Álvaro. Las viudas de ambos (Inés Alfonso y Sancha de Andeiro) y una hija, Isabel González de Acevedo, se instalan en Valladolid, mientras que otros hijos (Martim, Guiomar y Leonor) permanecen en Portugal; OLIVERA SERRANO, César – “La ruptura del linaje tras Aljubarrota: la familia de Gonzalo Vázquez de Acevedo”. In Martínez Peñín, Raquel; CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria (coord.) – *Poder y poderes en la Edad Media* (IX Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval. Universidad de León, 15-16 de octubre de 2020). Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2021, pp. 561-574.

hijos e hijas de caballeros castellanos y portugueses, como ya queda dicho. Su biografía y sus fundaciones han sido estudiadas recientemente y gracias a estos datos se comprueba su deseo de preservar la memoria de su padre⁸².

Los hijos que vivieron en Castilla, tal vez exiliados por fidelidad a su padre o por haber nacido ya en los años de destierro, son al menos tres. El mayor de los varones, Pedro Manuel, será segundo señor de Montealegre y Meneses y cabeza de esta casa, ya que heredó el mayorazgo junto con el juro concedido por Juan I, aunque sin el rango condal que ostentaba su padre por su condición personal⁸³. Se casó con Juana Manrique, hija del adelantado Gómez Manrique y de Sancha de Rojas⁸⁴. Salazar y Castro recoge bastantes noticias sobre su descendencia y su actuación cortesana durante los reinados de Juan II y Enrique IV, ya que vivió muchos años, al menos hasta 1469⁸⁵. El segundo hijo varón, Fernando Manuel (en ocasiones Fernando de Villena), que también hemos mencionado brevemente, tuvo un origen ilegítimo, aunque acabó siendo legitimado. Sus relaciones con su hermano Pedro fueron conflictivas debido a la disputa judicial por el disfrute del juro, hasta que en 1443 se

⁸² Blanca se casó en primeras nupcias en 1399 con Rui Vasques Coutinho (señor de Ferreira das Aves (Viseu), Carapito (Pinhel) y Vilar Maior, conde de Olivença, Merino mayor del Reino) con el que tuvo dos hijas, Beatriz de Villena (†1473) y Margarida de Villena, y un hijo, João Rodrigues Coutinho. En segundas nupcias se casó con Fernão Vasques da Cunha, señor de Celorico de Basto, Montelongo y terra de Maia, frontero mayor en Ceuta, muerto en Tánger en 1437. Blanca hizo testamento el 24 de junio de 1438 e instituyó una capilla en san Domingos de Guimarães, donde quiso dejar constancia de la identidad de su padre: A.QVI.IAS. D.BRANCA.DE VILHENA. FILHA.DO. CONDE. D.HENRIQUE. MANUEL. DE.VILHENA.E.DA.CONDEÇ A.D.BRITES.DE .SOUZA.; véase FREITAS, Judite A. Gonçalves de – *D. Branca de Vilhena. Património e Redes Sociais de uma Nobre Senhora no Século XV*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008, pp. 21-23.

⁸³ Juan II le confirmó muy pronto (15 de enero de 1415) el juro de 45.000 maravedíes que había tenido su padre (Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, MyP, l. 10, f. 132); la confirmación del señorío de Montealegre es algo posterior, de 13 de septiembre de 1419 (Madrid, Real Academia de la Historia, Colección Salazar y Castro, M-9, fols. 333r-333v.). Hizo testamento en La Parra el 5 de agosto de 1462 (*Ibidem*, M-51, fols. 113r-115v). Otras noticias sobre sus sucesores (*Ibidem*, l. 38, carp. 2, nº 11) y OLIVERA SERRANO, César – “Servicio al rey y diplomacia castellana: don Juan Manuel de Villena (†1462)”. *Anuario de Estudios Medievales* 25/2 (1995), pp. 463-488.

⁸⁴ Noticias diversas del matrimonio en Madrid, Real Academia de la Historia, colección de Luis de Salazar y Castro, M-4, fol. 79. Otorgó codicilo en Zafra el 3 de octubre de 1458 (*Ibidem*, M-5, fols. 96v-97r).

⁸⁵ La fecha tan tardía de su fallecimiento permite suponer que ya había nacido en Castilla. SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Historia genealógica de la Casa de Lara*, I, pp. 452. Su último testamento está fechado el 15 de marzo de 1469; LADERO QUESADA, Miguel Ángel; OLIVERA SERRANO, César (Dir.) – *Documentos sobre Enrique IV de Castilla y su tiempo*. Vol. I. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2016, doc. 2609, pp. 929-930.

libró la sentencia favorable a su demanda⁸⁶. Fernando de Antequera, siendo ya rey de Aragón, se interesó en su posible matrimonio con una dama siciliana de la alta nobleza, Constanza de Ventimiglia, pero la gestión no dio resultado⁸⁷ y finalmente se casó con Mencía de Fonseca, hija de dos ilustres exiliados portugueses en Toro pertenecientes al círculo de la reina Beatriz, Pedro Rodríguez de Fonseca e Inés Díaz Botello⁸⁸. Otra hija del conde Enrique Manuel, llamada Margarita, recibió en vida de su padre (1412) una participación del juro concedido por Juan I para poder casarse con Diego García de Toledo, IV señor de Mejorada, Magán, Segurilla y Cervera⁸⁹. Según Salazar y Castro este caballero falleció en torno a 1422; su viuda tuvo una relación con D. Álvaro de Luna, de la cual nació un hijo, Pedro de Luna, al que Juan II concedió en 1447 el señorío de Fuentidueña por ser “nieto del conde Enrique Manuel”⁹⁰. El último de los hijos, siempre según Salazar y Castro, fue Juan Manuel de Villena, nacido de origen ilegítimo de Mayor Portocarrero, fue el origen del señorío de la villa de Cheles, en Extremadura⁹¹.

La fragmentación de la herencia, las desavenencias entre hermanos y la pérdida de peso en la corte provocó un lento declive del linaje en las décadas centrales del siglo XV⁹². No obstante, el prestigio del apellido Manuel quedó estrechamente asociado a la memoria de don Juan Manuel y su legado cultural. Esto explica el estudio histórico-genealógico que preparó Gonzalo Argote de Molina para la edición de *El conde Lucanor* en 1575, tal y como hemos visto al comienzo de estas páginas.

⁸⁶ Las derivaciones del pleito y su aplicación llegaron hasta finales el año 1486, en la época de su hija y heredera, María Manuel, casada con Lorenzo Suárez de Figueroa, I conde de Feria; LADERO QUESADA, Miguel Ángel; OLIVERA SERRANO (dir.) – *Documentos sobre Enrique IV*, doc. 3628, pp. 1282-1283, y doc. 4122, pp. 1437-1438.

⁸⁷ Da noticias de esta propuesta matrimonial del año 1414 ZURITA, Jerónimo – *Anales de Aragón*, V, cap. L, p. 263.

⁸⁸ OLIVERA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal*, pp. 266-271. De este matrimonio nace la casa de los señores de Belmonte de Campos a mediados del siglo XV.

⁸⁹ Albalá de Juan II a sus contadores mayores ordenando que los 20.000 maravedíes que le ha renunciado su padre, el conde Enrique Manuel, se asienten en las alcabalas de Toledo; Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas, MyP, l. 10, fol. 132.

⁹⁰ SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Advertencias históricas*, p. 49. El privilegio de Juan II está fechado en Soria el 14 de septiembre de 1447, y en él se reconoce que su abuelo fue efectivamente Enrique Manuel; LADERO QUESADA, Miguel Ángel; OLIVERA SERRANO, César – *Documentos sobre Enrique IV*, doc. 318, pp. 130-131.

⁹¹ SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Advertencias históricas*, p. 49.

⁹² Así lo afirmaba el profesor Moxó al explicar las razones de la decadencia; MOXÓ, Salvador de – “De la nobleza vieja a la nobleza nueva. La transformación nobiliaria castellana en la Baja Edad Media”. *Cuadernos de Historia* 3 (1969), pp. 190-195.

6. Conclusión

La trayectoria cortesana del conde Enrique Manuel ofrece un ejemplo elocuente del modo en que un miembro de una estirpe ilustre podía intervenir y prosperar entre varias cortes regias a partir de la fama de su linaje y las relaciones directas de parentesco con monarcas que procedían del mismo tronco: Fernando I de Portugal, Juan de Castilla (y sus dos sucesores inmediatos) y Fernando I de Aragón, todos ellos Manuel. En los momentos de acercamiento y de negociación con Castilla de la etapa fernandina, sobre todo a partir de 1380, la persona del conde aportó un motivo de amistad y entendimiento, algo esencial para facilitar los acuerdos de paz⁹³. Pero su excesiva inclinación hacia el grupo político de la reina regente Leonor Teles y el subsiguiente pronunciamiento durante la crisis dinástica motivó el exilio hacia su reino de origen. Las mercedes de Juan I le devolvieron un estatus cortesano acorde con su dignidad, hasta el punto de figurar entre los miembros de la alta nobleza castellana, pero su condición familiar había dejado de tener utilidad en las nuevas y difíciles relaciones luso-castellanas, basadas en un régimen de treguas renovables no exentas de tensiones. Fue en su etapa final, durante la regencia de Juan II, cuando recibió una generosa y prometedora protección de Fernando de Antequera a raíz de su entronización aragonesa, aunque sus hijos Pedro y Fernando no fueron capaces de aprovechar el estímulo, probablemente debido a la temprana muerte del rey aragonés y también a las disensiones fraternas. Con la muerte del conde Enrique Manuel desaparece una etapa de esplendor del linaje Manuel.

No han aparecido evidencias documentales que demuestren la posible relación del conde con la difusión de los escritos de su padre, don Juan Manuel, tanto en Castilla como en Portugal o Aragón, aunque no es descartable que existiesen realmente. Habrá que explorar con más detalle sus relaciones familiares con otros miembros del linaje en ambos reinos, aunque tampoco es indispensable la existencia de vínculos de parentesco para explicar la circulación de textos manuelinos entre las cortes regias y señoriales del siglo XV. La fama de los escritos de don Juan Manuel bien pudo obedecer a motivos ajenos a la relación familiar.

⁹³ Los argumentos retóricos que se basan en la *amizade y concordia* entre reinos son frecuentes en los tratados luso-castellanos de la época; VIGIL MONTES, Néstor - "La importancia del documento escrito en la génesis de la diplomacia monárquica, la diplomática en las relaciones luso-castellanas a fines de la Edad Media". *Documenta & Instrumenta* 15 (2017), pp. 145-163.

Tabla genealógica de los Manuel mencionados en el texto⁹⁴

Infante D. Manuel (1234-1283)

c.c. 1 Constanza de Aragón en 1260

Constanza Manuel

Alfonso Manuel (†1275)

Violante Manuel (†1306), sra. de Elda, Novelda, Medellín y Peñafiel

c.c. Alfonso de Portalegre en 1287

Alfonso (†1300), s.s.

Isabel Alfonso (†c. 1325); c.c. Juan *el tuerto*; c.s.

Constanza Alfonso (†c.1298), c.c. Nuño González de Lara III; s.s.

María Alfonso, c.c. 1 Alfonso Telo de Molina; c.s.

c.c. 2 Fernando de Haro; c.s.

Beatriz, c.c. Pedro Fernández de Castro, sr. de Lemos y Sarria; s.s.

c.c. 2 Beatriz de Saboya en 1274

Don Juan Manuel (1282-1348)

c.c. 1: Isabel de Mallorca: s.s.

c.c. 2: Constanza de Aragón (†1327)

Constanza Manuel (†1349)

c.c.: Pedro I de Portugal (†1367)

Fernando I de Portugal (†1382)

c.c. Leonor Teles (†c.1400)

Beatriz de Portugal (†1419)

c.c. Juan I de Castilla (†1390): s.s.

Beatriz Manuel de Villena, s.s.

Manuel de Villena, s.s.

c.c. 3: Blanca Núñez de Lara (†1347)

Fernando Manuel de Villena (†1350), Duque de Villena, c.s.

Juana Manuel de Villena (†1381)

c.c.: Enrique II de Castilla (†1379)

Juan I de Castilla (†1390)

c.c. 1: Leonor de Aragón (†1382); c.s.

c.c. 2: Beatriz de Portugal (1419); s.s.

Fernando *de Antequera* (†1416): c.s.

⁹⁴ c.c.: casado con; u.i.: unión ilegítima; c.s.: con sucesión; s.s.: sin sucesión

u.i. (¿Inés de Castañeda?)

Sancho Manuel (†1347), I sr. del Infantado y Carrión

c.c. María de Castañeda

Sancho Manuel II, sr. de Montealegre (Murcia), c.s.

Constanza Manuel, sra. de Montealegre (Murcia)

Enrique Manuel de Villena (c.1343-1414), c. de Seia, Sr. de Sintra y
Cascais; I sr. Montealegre

c.c. Beatriz de Sousa

Blanca Manuel o Branca de Villena (†1438)

c.c. 1: Rui Vasques Coutinho, sr. Ferreira das Aves, Carapito y
Vilar Maior, c. de Olivença

Beatriz de Villena (†1473)

Margarida de Villena

João Rodrigues Coutinho

c.c. 2: Fernão Vasques da Cunha, sr. de Celorico de Basto,
Montelongo y terra de Maia (†1437)

Pedro Manuel (†1469), II sr. de Montealegre y Meneses

c.c. Juana Manrique; c.s.

Margarita Manuel

c.c. Diego García de Toledo, IV sr. de Mejorada (†1322)

u.i. Álvaro de Luna, condestable

Pedro de Luna, sr de Fuentidueña

u.i.

Fernando Manuel de Villena

c.c. Mencía de Fonseca; c.s.

u.i. Mayor Portocarrero

Juan Manuel de Villena, c.s.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

Madrid, Real Academia de la Historia, Colección de D. Luis de Salazar y Castro (colección Salazar), D-17, D-21, D-4, M-4, M-5, M-9, M-51, 0-20.

Toledo, Archivo Histórico de la Nobleza, Montealegre, carp. 362.

Valladolid, Archivo General de Simancas, Escribanía Mayor de Rentas (EMR), serie Mercedes y Privilegios, l. 10.

Fontes impresas

As Gavetas da Torre do Tombo, VII. (GAV.XVII, Maços 3-9). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968.

Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Ed. de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991.

GARCÍA DE SANTA MARÍA, Alvar – *Crónica de Juan II de Castilla*, Ed. de Juan de Mata Carriazo. Madrid: Real Academia de la Historia, 1982.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel; OLIVERA SERRANO, César (dir.) – *Documentos sobre Enrique IV de Castilla y su tiempo*. Vol. I. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2016.

LEÃO, Duarte Nunes de – *Primeira parte das Chronicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Pedro Crasbeek, 1600.

LOPES, Fernão – *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono Rei destes Regnos*. Ed. de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, s.a.

LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João da boa memória*. Vol. I. Ed. de Luis F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João da boa memória*. Vol. II. Ed. de William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968.

LÓPEZ DE AYALA, Pedro – "Crónica del Rey don Enrique, segundo de Castilla". Ed. de Cayetano Rosell. In *Crónicas de los Reyes de Castilla*. Vol. II. Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, t. LXVIII, 1953.

LÓPEZ DE AYALA, Pedro – "Crónica del Rey don Juan I". Ed. de Cayetano Rosell. In *Crónicas de los Reyes de Castilla*. Vol. II. Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, t. LXVIII, 1953.

Monumenta Henricina. Vol. II (1411-1421). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán – “Crónica de Juan II de Castilla”. In *Crónicas de los Reyes de Castilla*. Edición de Cayetano Rosell. Vol. II. Madrid: Atlas, 1953.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Historia del reinado de Juan I de Castilla. II. Registro documental (1371-1383)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1982.

VEAS ARTESEROS, Francisco – *Colección de documentos para la Historia del Reino de Murcia. XII. Documentos del siglo XIV*. Murcia: Academia Alfonso X el Sabio-CSIC, 1990.

VILAPLANA GISBERT, María Victoria J. – *Colección de documentos para la historia del Reino de Murcia. XV. Documentos de la minoría de Juan II. La regencia de Don Fernando de Antequera*. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio-CSIC, 1993.

ZURITA, Jerónimo - *Anales de Aragón*. Ed. de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.). Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2005.

Estudos / Studies

ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional dos fins do século XIV. I. A sucessão de D. Fernando*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

BALEIRAS, Isabel de Pina – *Leonor Teles, uma mulher de poder?*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Tesis de maestrado [Accedido en 28 outubro 2020]. Disponible en https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1751/1/21996_ulfl062047_tm.pdf.

BALEIRAS, Isabel de Pina – “The Political Role of a Portuguese Queen in the late Fourteenth Century”. In Elena Woodacre (ed.) - *Queenship in the Mediterranean*. New York: Palgrave Macmillan, 2013, pp. 97-123.

COSSÍO OLAVIDE, Mario – “Don Juan Manuel, Avís. Lectura, traducción y reescritura de Conde Lucanor en Portugal”. *Memorabilia* 21 (2019), pp. 151-175.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da – “D. Pedro I: o rei português com um número indeterminado de matrimónios”. In CARVALHO-GONÇALVES, Leonardo (ed.) – *Casamentos da Família Real Portuguesa. Êxitos e fracassos*. Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 2018, pp. 81-110.

DACOSTA, Arsenio; PRIETO LASA, José Ramón; DÍAZ DE DURANA, José Ramón (eds.) – *La conciencia de los antepasados. La construcción de la memoria de la nobleza en la Baja Edad Media*. Madrid: Marcial Pons, 2014.

DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente – “Las fluctuaciones en las relaciones castellano-portuguesas durante el reinado de Alfonso IV”. In *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcañices*. Vol. II. Porto: Universidade de Porto, 2000, pp. 1231-1254.

FERNANDES, Carla Varela – *A Imagem de um Rei. A análise do túmulo de D. Fernando I*. Lisboa: Museu Arqueológico do Carmo, 2009.

FERNANDES, Fátima Regina – “Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal”. *En la España Medieval* 23 (2000), pp. 101-115.

FERNANDES, Fátima Regina – “A *criatio*, uma outra dimensão de fidelidade no contexto de ascensão da dinastia de Avis (1384)”. *Topoi* 21/44 (2020) pp. 310-330.

FERNÁNDEZ DE BÉTHENCOURT, Francisco – *Historia genealógica y heráldica de la Monarquía Española*. Vol. II. Madrid: Establecimiento tipográfico de Enrique Teodoro, 1900.

FREIRE, Anselmo Braancamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 1-41.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – *D. Branca de Vilhena. Património e Redes Sociais de uma Nobre Senhora no Século XV*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de; CUNHA, Maria Cristina Almeida – “Homens de Estado’, crises políticas e guerra: Portugal, século XIV”. *VI Jornadas Luso-espanholas de Estudos Medievais: A guerra e a Sociedade na Idade Média (6-8 de Novembro de 2008)*. Vol. II. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 121-140.

GAIBROIS DE BALLESTEROS, Mercedes – “Los testamentos inéditos de don Juan Manuel”. *Boletín de la Real Academia de la Historia* 99 (1931), pp. 25-59.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel – *Portugal, Aragón, Castilla: Alianzas dinásticas y relaciones diplomáticas (1297-1357)*. Sevilla: Editorial Universidad de Granada, 2008.

GIMÉNEZ SOLER, Andrés – *Don Juan Manuel. Biografía y estudio crítico*. Zaragoza: Tipografía La Académica, 1932.

GÓMEZ REDONDO, Fernando – “Don Juan Manuel, Trastámara”. *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 25 (2002), pp. 163-181.

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago – *La alta nobleza castellana a comienzos del siglo XV. Consolidación de linajes y casas nobles*. Madrid: Comité Español de Ciencias Históricas, 2018.

KINKADE, Richard P. – *Albores de una dinastía: la vida y los tiempos del infante Manuel de Castilla (1234-1283)*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses Don Juan Manuel, 2019.

LAYNA SERRANO Francisco – *Historia de Guadalajara y sus Mendozas en los siglos XV y XVI*. Vol. I. Madrid: CSIC, 1942.

LOSA SERRANO, Francisco Javier – *El señorío de Montealegre*. Ciudad Real: Universidad de Castilla La Mancha, 1996

MENINO, Vanda Lourenço, y COSTA, Adelaide Pereira Millán da – *A rainha, as infantas e a aia. Beatriz de Castela. Branca de Castela. Constança Manuel. Inês de Castro*. Porto: Círculo de Leitores, 2012.

MOXÓ, Salvador de – “De la nobleza vieja a la nobleza nueva. La transformación nobiliaria castellana en la Baja Edad Media”. *Cuadernos de Historia* 3 (1969), pp. 1-210.

OLIVERA SERRANO, César – “Servicio al rey y diplomacia castellana: don Juan Manuel de Villena (†1462)”. *Anuario de Estudios Medievales* 25/2 (1995), pp. 463-488.

OLIVERA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005.

OLIVERA SERRANO, César – “Juicio divino y reparación regia: Juan I de Castilla y Beatriz de Portugal”. In BECEIRO PITA, Isabel (coord.) – *La espiritualidad y la configuración de los reinos ibéricos (siglos XII-XV)*. Madrid: Dykinson, 2018, pp. 281-320.

OLIVERA SERRANO, César – “La ruptura del linaje tras Aljubarrota: la familia de Gonzalo Vázquez de Acevedo”. In MARTÍNEZ PEÑÍN, Raquel; CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria (coord.) – *Poder y poderes en la Edad Media (IX Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval. Universidad de León, 15-16 de octubre de 2020)*. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2021, pp. 561-574.

PELLICER, José – *Memorial de la calidad y servicios de don Francisco Manuel de Villena Portocarrero, octavo s[eñor]r. de la villa de Cheles, al rey n[uestro] s[eñor]r.* Madrid, 1660.

PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Anglofilia y anglofobia en la Castilla medieval: Thomas Becket y el duque de Láncaster en la arenga de Juan I de Trastámara ante las Cortes de Segovia (1386)”. In BECEIRO PITA, Isabel (coord.) – *La espiritualidad y la configuración de los reinos ibéricos (siglos XII-XV)*. Madrid: Dykinson, 2018, pp. 197-238.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Os patronos do Mosteiro de Grijó. Evolução e Estrutura da Família Nobre, Séculos XI a XIV*. Porto: Universidade do Porto, 1987, pp. 251-252. [Accedido en 11 noviembre 2020] Disponible en [file:///C:/Users/cesar/Downloads/FLM06801P000081781%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/cesar/Downloads/FLM06801P000081781%20(1).pdf).

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogías e estratégias (1279-1325)*. Vol. I. Porto: Centro de Estudos de Genealogía, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, 1999

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – “De e para Portugal. A circulação de nobres na Hispânia medieval (séculos XII a XV)”. *Anuario de Estudios Medievales* 40/2 (2010), pp. 889-924.

RECUERO LISTA, Alejandra – “La política matrimonial durante el reinado de Alfonso XI de Castilla”. *Estudios Medievales Hispánicos* 3 (2014), pp. 151-172.

REGLERO DE LA FUENTE, Carlos – “Los señoríos de los Montes de Torozos en la segunda mitad del siglo XIV: retroceso del realengo y avance de la nobleza nueva”. In REGLERO DE LA FUENTE, Carlos (coord.) – *Poder y sociedad en la Baja Edad Media hispánica: estudios en homenaje al profesor Luis Vicente Díaz Martín*. Vol. I. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2002, pp. 505-517.

SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Historia Genealógica de la Casa de Silva*. Vol I-II. Madrid: Imprenta de Melchor Álvarez y Mateo de Llanos, 1685.

SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Advertencias históricas sobre las obras de algunos doctos escritores modernos, donde con las Chronicas, y con las escrituras, solicita su mejor inteligencia*. Madrid: Matheo de Llanos y Guzmán, 1688.

SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Historia genealógica de la Casa de Lara*. Vol. I-IV. Madrid: Imprenta Real, 1696.

SÁNCHEZ DONCEL, Gregorio – “Un gran señor medieval: don Juan Manuel. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 1 (1982), pp. 87-115.

SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Las élites políticas bajo los Trastámara. Poder y sociedad en la Sevilla del siglo XIV*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009.

SANTONOCITO, Daniela – “Edición de El conde Lucanor (Sevilla: Hernando Díaz, 1575), al cuidado de Gonzalo Argote de Molina”. *Memorabilia* 17 (2015), pp. 1-89 y 18 (2016), pp. 1-132.

SILVA, José Custódio Vieira da – “Memória e imagen. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (Séculos XIII e XIV)”. *Revista de História da Arte-Imagem* 1 (2005), pp. 47-81

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV (1291-1357)*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

TORRES FONTES, Juan – “El señorío de los Manuel en Montealegre”. In *Congreso de Historia de Albacete (8-11 de diciembre de 1982)*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses, 1984, pp. 81-92.

TORRES FONTES, Juan – “La descendencia del infante Don Manuel y el señorío de Pinilla”. *Murgetana* 109 (2003), pp. 9-17.

VALDALISO CASANOVA, Covadonga – “La legitimación dinástica en la historiografía trastámara”. *Res publica* 18 (2007), pp. 307-321.

VIGIL MONTES, Néstor – “La importancia del documento escrito en la génesis de la diplomacia monárquica, la diplomática en las relaciones luso-castellanas a fines de la Edad Media”. *Documenta & Instrumenta* 15 (2017), pp. 145-163.

ZLATIC, Carlos Eduardo – *A condição política de Infante no reino português: D. Afonso, senhor de Portalegre (1263-1312)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE

OLIVERA SERRANO, César – “El conde D. Enrique Manuel (c.1343-1414) y las relaciones cortesanas luso-castellanas en tiempos de crisis dinásticas”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 151-184. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

**Escitia y Escancia (o Escandia), el fabuloso pasado
nórdico del neogoticismo cuatrocentista hispánico**

**Escitia and Escancia (or Escandia), the fabulous northern past of
the hispanic neogoticism of the fifteenth century**

Óscar Perea Rodríguez

University of San Francisco
94117 San Francisco, California U.S.A.

operearodriguez@usfca.edu
<https://orcid.org/0000-0001-7223-7291>

Data recepção do artigo / Received for publication: 18 de Fevereiro de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 15 de Outubro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5117>

RESUMO

El artículo analiza el neogoticismo y su incidencia en la propaganda ideológica dispersa en la Edad Media hispánica desde los siglos IX al XV. Se estudia su apogeo en las crónicas medievales y su posterior desaparición, así como su recuperación entre los siglos XV y XVI de la mano de obras genealógicas y de cancioneros poéticos. Específicamente, se estudia el papel que dos topónimos, Escitia y Escancia, tuvieron en la construcción de estas imágenes apologeticas, al convertirse en muestras de prestigio político por haber sido origen de la epopeya de los visigodos.

Palavras-chave: visigodos; neogoticismo; poesía de cancionero; propaganda política; literatura medieval; Reyes Católicos; crónicas medievales.

ABSTRACT

This paper analyses neo-gothicism and its impact on the ideological propaganda in the Hispanic Middle Ages (9th-15th c.), since the initial steps taken in the Visigoth era until its apogee in early medieval chronicles, as well as both its disappearance and its recovery occurred between the 15th and 16th c. via both genealogical and poetry works. This paper also provides a specific analysis of the role played in this recovery by the name of two geographical locations, Scythia and Escancia, in the building of apologetic images, as a result of their political prestige derived from the fact that they were pointed as the very original lands in which the epic of the Visigoths began.

Keywords: Visigoths; neo-gothicism; cancionero poetry; political propaganda; Medieval literature; Catholic Monarchs; medieval chronicles.



La mención a enclaves geográficos del norte de Europa en la literatura hispánica medieval es bastante desconocida pese a ser bastante frecuente, sobre todo en textos literarios, en prosa y en verso, del siglo XV*. Hasta donde llegan mis conocimientos, su presencia ha sido escasamente estudiada o analizada en profundidad¹, al estar considerada como un mero ornamento, una licencia literaria creada para embellecer un concepto de la cronística medieval hispánica: el neogoticismo, ese sentimiento neogoticista que, a modo de “superestructura ideológica”², sirvió para canalizar una cierta reacción colectiva, primero de continuidad y más tarde de unidad en la resistencia, tras la llegada del poder islámico a la península ibérica.

A lo largo de las siguientes páginas se va a dejar de lado toda polémica, nominal y académica, sobre la reconquista. El motivo de este descarte no es porque carezca de importancia en sí misma (todo lo contrario, de hecho), sino porque las limitaciones de espacio me fuerzan a desechar tanto el contraste de diferentes ópticas de análisis³, como la delimitación de la veracidad o conveniencia del uso de tal sujeto historiográfico. Me voy a centrar por completo en desgranar de forma breve el origen y la evolución literaria del fundamento ideológico del más hispánico “proyecto permanente de la Edad Media”⁴. Se analizará en primer lugar la aparición del neogoticismo como germen de la propaganda política cristiana durante los siglos

* Este artículo se enmarca en el proyecto de investigación *Transferencias humanas, culturales e ideológicas entre los reinos ibéricos (siglos XIII-XV)*, financiado por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad (HAR2017-89398-P) y dirigido por la Dra. Isabel Beceiro Pita (Instituto de Historia-CSIC). Para localizar los poemas mencionados en este trabajo utilicé el sistema ID de DUTTON, Brian – *El cancionero del siglo XV (c. 1360-1520)*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1990-1991, 7 vols. He usado casi siempre los ID de Dutton a través de su versión en línea: SEVERIN, Dorothy S. (ed.) – *An Electronic Corpus of 15th Century Castilian Cancionero Manuscripts*, base de datos de libre acceso en Internet, disponible en <http://cancionerovirtual.liv.ac.uk> [Accedido en 8 noviembre de 2020]. Los poemas aparecen enumerados conforme al método diseñado por TATO GARCÍA, Cleofé; PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “De Castillo a Dutton: cinco siglos de cancioneros”. *La Corónica* 40/1 (2011), pp. 89-102, especialmente pp. 93-94.

¹ Con la salvedad del monográfico editado por ARELLANO, Ignacio – *Loca ficta: los espacios de la maravilla en la Edad Media y Siglo de Oro*. Pamplona-Madrid-Frankfurt: Universidad de Navarra-Iberoamericana-Vervuert, 2003.

² GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – *La época medieval. Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1973, p. 149.

³ Según LOMAX, Derek W. – *The Reconquest of Spain*. London-New York: Longman, 1978, pp. 3-6.

⁴ MARÍAS, Julián – *España inteligible. Razón histórica de las Españas*. Madrid: Alianza, 1985, p. 112.

de vertebración geográfico-política de la Edad Media peninsular, así como su posterior desaparición de la palestra narrativa y literaria. Más adelante, se estudiarán las posibles razones que explican la recuperación de todo este entramado literario y político durante el Cuatrocientos y la incidencia que, en el desarrollo propagandístico de esta construcción, tuvieron dos topónimos, Escitia y Escancia, convertidos en literarios aldabonazos de prestigio en lo político y lo genealógico por haber sido señalados como los núcleos originarios de la epopeya de los godos⁵.

Empecemos por definir neogoticismo. Se trata del mecanismo de transmisión a todos los niveles sociales y culturales de la existencia – o cuando menos el anhelo – de una continuidad entre el reino cristiano visigodo y las entidades resultantes del subsiguiente movimiento geopolítico tras la conquista islámica de la Hispania visigoda: la concentración de población mayoritariamente cristiana en el norte de la península ibérica⁶. Ambos sucesos han de ser considerados “de primera importancia y de larguísima duración en la configuración de ideas e imágenes sobre España”⁷, por encima de que su evolución no fuera rápida ni constante, y teniendo también muy en cuenta la enorme cantidad de construcción ideológica del gobierno de los visigodos en la península ibérica⁸, un muy forzoso y más forzado puente entre la Hispania romana y la medieval⁹.

Sea como fuere, aun sin que encontremos en él neogoticismo de manera explícita, hay que considerar al *Laus Spaniae* de San Isidoro como “el punto de arranque de toda una tradición nacional española”¹⁰. Se trata del texto que dota de los ingredientes básicos al que sí es el primer ejemplo de cosmovisión neogoticista: la

⁵ Para su influencia en la literatura épica medieval, véase MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Los godos y la epopeya española: «Chansons de geste» y baladas nórdicas*. Madrid: Espasa-Calpe, 1969.

⁶ Conforme a lo enunciado por BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo – *La formación del feudalismo en la península ibérica*. Barcelona: Crítica, 1979, pp. 233-234.

⁷ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “España: reinos y señoríos medievales”. In *Lecturas sobre la España histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1998, pp. 11-69. El texto citado, en p. 23.

⁸ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Realidad y percepción de Hispania en la Edad Media”. *eHumanista. Journal of Iberian Studies* 37 (2017), pp. 206-231, especialmente pp. 207-208.

⁹ CASTELLANOS, Santiago – *The Visigothic Kingdom in Iberia. Construction and Invention*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2020, pp. 216-218.

¹⁰ CURTIUS, Ernst Robert – *Literatura europea y Edad Media latina*. Vol. I. Trad. Margit Frenk Alatorre y Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 229.

Crónica mozárabe de 754¹¹, en especial el lamento por la pérdida de España allí contenido¹². Aquí ya se vislumbra la relación de continuidad entre los dos elementos literarios que más tarde iban a fundamentar esta construcción ideológica¹³: pecado original visigodo y redención de España tras el “castigo divino” de la invasión islámica, convertidos ambos en el “motor de arranque” de otro peliagudo concepto historiográfico al que se suele denominar “reconquista”¹⁴.

Esta explicación reduccionista está basada en una esencial idea política de la Edad Media: el providencialismo inherente a la concepción descendente del poder, según la cual “es Dios quien escoge o destituye a sus representantes en la tierra según las virtudes o deméritos de cada uno”¹⁵. La aceptación de esta idea fue lo que permitió una posterior narrativa de carácter dualista basada en un rey pecador y culpable (Rodrigo), que exigía a su vez un monarca redentor y restaurador (Pelayo), configurándose además la relación con unos enemigos comunes a ambos, puesto que “la redención moral de España demandaba rectificar en la propia conducta el error moral de quienes la perdieron y de quienes aún la oprimían”¹⁶. Esto parece haber sido el punto de partida del papel de Pelayo como enlace entre la decadente monarquía visigoda y la incipiente monarquía cristiana del norte peninsular nacida tras la batalla de Covadonga, si bien no ha de haber duda de que este evento ha sido “magnificado y deformado por las crónicas posteriores”¹⁷.

Fue Sánchez-Albornoz el primero en situar durante el reinado de Alfonso II, en el siglo IX, al “vivaz neogoticismo, que soñó con la continuidad de la historia hispano-

¹¹ Descrita por HUETE FUDIO, Mario – *La historiografía medieval en la Península Ibérica (siglos VIII-XII). Fuentes y bibliografía*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1997, pp. 4-6.

¹² REI, António– “Profetismo moçárabe e/ou ideologia prospetiva neo-goda (sécs. VIII-IX)”. In MEIRINHOS, José; et al. (eds.) – *Secrets and Discovery in the Middle Ages. Proceedings of the 5th European Congress of the Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales (Porto, 25th to 29th June 2013)*. Barcelona-Roma: Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 2017, pp. 101-111, especialmente pp. 102-103.

¹³ Para esta polémica, véase SERRANO DEL POZO, Joaquín – “La pérdida de España: el tópico de la lamentación y el sentido providencial en la Crónica mozárabe del 754”. *Intus-Legere Historia* 8/1 (2014), pp. 25-46, especialmente pp. 32-34.

¹⁴ REI, António– “Profetismo moçárabe e/ou ideologia prospetiva neo-goda (sécs. VIII-IX)”, p. 103.

¹⁵ Como indica ARBESÚ FERNÁNDEZ, David – “Usos políticos del *Éxodo*: del rey Pelayo al siglo XXI”. *Mirada hispánica* 12 (2016), pp. 95-110. La cita, en p. 99.

¹⁶ CASTRO, Américo – *España en su historia: cristianos, moros y judíos*. Buenos Aires: Losada, 1948, p. 305.

¹⁷ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “España: reinos y señoríos medievales”, p. 100.

goda”, señalando asimismo cómo esta idea “medio siglo más tarde estaba arraigada en las mentes y en los corazones de las minorías gobernantes en Oviedo”¹⁸. La vinculación de la monarquía astur con la monarquía visigoda a través del parentesco entre Pelayo y Favila se alimentó incluso en documentos oficiales, como el discutido *Testamentum Regis Adefonsi* de 821¹⁹. Su plena configuración ocurrió en el reinado posterior, el de Alfonso III; baste recordar que la *Crónica Albeldense* (escrita entre 881 y 883) indicaba con claridad que el traslado de la capital del reino astur hacia Oviedo se hacía restaurando “omnemque gotorum ordinem, sicuti Toletum fuerat, tam in ecclesia quam palatio”²⁰, en la más temprana muestra de la exitosa idealización de la monarquía visigoda²¹.

Las otras dos crónicas más próximas temática y cronológicamente a la Albeldense²², la Rotense y la Rotense versión *Ad Sebastianum*²³, sirvieron como canal transmisor de la ligazón con el reino visigodo del primitivo reino de Asturias²⁴. Se ha solido señalar como responsable de la expansión ideológica en estas crónicas a un grupo de clérigos mozárabes de la corte asturiana, los cuales, con su esmerada educación y su conocimiento del *Liber Iudiciorum* visigótico, podrían haber hecho de correa de transmisión de unos ideales imperiales que, tras la conquista de Toledo por Alfonso VI en 1085²⁵, acabarían viviendo su mayor momento de esplendor feudal en 1135²⁶, cuando Alfonso VII fue coronado como *Imperator totius Hispaniae*²⁷. Pero al margen

¹⁸ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *España, un enigma histórico*. Vol. II. Barcelona: Edhasa, 1973, p. 12.

¹⁹ Para toda la polémica, remito a FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier – “Las raíces de la reconquista: Covadonga”. In MORALES MATOS, Guillermo; *et al.* (coord.) – *Historia de Asturias*. Vol. II. Oviedo: Prensa Asturiana, 1990, pp. 273-292.

²⁰ Como se lee en la edición de GIL FERNÁNDEZ, Juan; *et al.* (eds.) – *Crónicas asturianas*. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1985, p. 35

²¹ CASTRO, Américo – *La realidad histórica de España*. México: Porrúa, 1954, p. 163.

²² CRUZ DÍAZ, Pablo de la – “El mito godo en la construcción de Castilla.” In CRUZ DÍAZ, Pablo de la; *et al.* (eds.) – *El historiador y la sociedad. Homenaje al Profesor José María Mínguez*. Salamanca: Ediciones de la Universidad, 2013, pp. 53-66, especialmente pp. 56-57.

²³ HUETE FUDIO, Mario – *La historiografía medieval en la Península Ibérica*, pp. 17-27.

²⁴ SOLANO FERNÁNDEZ-SORDO, Álvaro – “La ideología del reino de Asturias a través de sus crónicas”. *Boletín de Letras del Real Instituto de Estudios Asturianos* 173-174 (2009), pp. 109-158.

²⁵ LINAGE CONDE, Antonio – *Alfonso VI, el rey hispano y europeo de las tres religiones (1065-1109)*. Burgos: La Olmeda, 1994, pp. 78-81.

²⁶ VITAL FERNÁNDEZ, Sonia – *Alfonso VII de León y Castilla (1126-1157). Las relaciones de poder en el centro de la acción política y social del Imperator Hispaniae*. Gijón: Ediciones Trea, 2019, pp. 187-194.

²⁷ REILLY, Bernard F. – *The Kingdom of León-Castilla Under King Alfonso VII, 1126-1157*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998, pp. 49-52.

de las grandes crónicas astures, de indudable importancia²⁸, no fue hasta el siglo XIII cuando los dos más destacados intelectuales de la clerecía en la época, los obispos Lucas de Tuy y Rodrigo Jiménez de Rada, acabaron de delinear el “espíritu gótico” de los españoles que perduraría durante los siglos venideros²⁹. Recopilando todos los mitos fundacionales de España, desde Hércules y Gerión³⁰, fueron estos dos cronistas quienes cimentaron la continuidad gótica de ambas monarquías, basándose sobre todo en los lazos sanguíneos y políticos supuestamente confirmados por la transmisión del rey visigodo Chindasvinto a su hijo Favila y, a través de él, a Pelayo, el vencedor de Covadonga³¹.

No es mi intención entrar aquí a desgranar toda la complejidad historiográfica de estos datos, tan deturpados con la pátina de la leyenda que hasta el mismísimo Sánchez-Albornoz acabó por considerarlos como una “aberración temporal”³². Como síntesis, y teniendo en cuenta que “a una ideología no se le pide que sea verdadera o falsa, sino que sea operativa”³³, desde luego hay que certificar el rotundo éxito del neogoticismo como vehículo conductor de la cohesión política de *lo* español. Pero este reconocimiento no debe ocultar la más que evidente sospecha, irónica si se quiere, de que la creación de un mito nacional de tanta importancia posterior como la continuidad de la monarquía visigoda en la hispánica fuera a sostenerse no tanto en los propios visigodos³⁴, sino sobre los medievales hombros de los habitantes de aquellos territorios que con más ferocidad se habían resistido a ese mismo poder³⁵, resistencia que se remonta precisamente el momento de la llegada visigoda a la península ibérica como *foederati* de Roma³⁶. Ironías aparte, lo

²⁸ PÉREZ MARINAS, Iván – “Las obras de las crónicas de Alfonso III: *Crónica de Alfonso II sobre el final de los reyes godos, Leyenda de Covadonga, Crónica de Sebastián de Salamanca y Crónica de Ordoño I*”. *STVDIVM. Revista de Humanidades* 20 (2014), pp. 29-54.

²⁹ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Los españoles en la historia*. Madrid: Espasa-Calpe, 1982, p. 202.

³⁰ RUCQUOI, Adeline – “Les wisigoths fondement de la «nation Espagne»”. In FONTAINE, Jacques; PELLISTRANDI, Christine (eds.) – *L'Europe héritière de l'Espagne wisigothique*. Madrid: Casa de Velázquez, 1992, pp. 342-352, especialmente p. 344.

³¹ DEYERMOND, Alan – “The Death and Rebirth of Visigothic Spain in the *Estoria de España*”. *Revista Canadiense de Estudios Hispánicos* 9/3 (1985), pp. 345-367, especialmente pp. 347-348.

³² SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *España, un enigma histórico*, vol. II, p. 603.

³³ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “¿Re-conquista? Un estado de la cuestión”. In BENITO RUANO, Eloy – *Tópicos y realidades de la Edad Media (I)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000, pp. 155-178. El texto citado, en p. 176.

³⁴ RUCQUOI, Adeline – “Les wisigoths fondement de la «nation Espagne»”, p. 343.

³⁵ Tal como hábilmente arguyeron BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo – *La formación del feudalismo*, pp. 234-236.

³⁶ CASTELLANOS, Santiago – *The Visigothic Kingdom*, pp. 23-28.

cierto es que, a partir del siglo VIII, con el cemento espiritual del cristianismo, la idea de reconquistar aquel ideal de territorio llamado España, concretamente la España perdida por los visigodos, se dispersó por toda la Edad Media hispánica, tanto por vía oral como por vía escrita, a través de cantares, novelas, crónicas y demás géneros literarios de la época. Como cualquier lector sabe, el mito se transmitió con tanta fuerza que llegó a ser aceptado no solo en las épocas más cercanas a los sucesos³⁷, sino también por historiografías y narrativas que rebasan el estricto marco cronológico del medievo hasta llegar a nuestros días.

Orillando de nuevo toda polémica alrededor de la reconquista, en aras de comprender el siguiente paso debemos, sin embargo, aceptar el triunfo sin ambages de la vinculación neogoticista en los primeros organismos políticos del norte cristiano peninsular. Esta simbiosis historiográfico-política fue tan asumida que, de hecho, el neogoticismo desapareció de documentos oficiales, de la narrativa literaria y de casi todas las demás fuentes de los siglos posteriores a su primigenia expansión. Si esta “*conscience ethnique* de España”, por utilizar la definición de Tate, en términos culturales “permaneció relativamente dormida”³⁸, no fue solo por cuestiones de estética literaria, sino también por algo mucho más prosaico, a la par que lógico: cuando los mitos que fundamentan sociopolítica e históricamente una sociedad son aceptados por todos los miembros de esa misma sociedad, ya no hace falta que baladas, cantares, privilegios rodados o crónicas los sigan recordando de forma constante³⁹.

Tal fue la razón por la cual la historiografía peninsular, a comienzos del siglo XIV, “había dejado prácticamente morir” al mito godo⁴⁰: porque ningún ocupante de trono alguno, ni en Castilla, ni en Navarra, ni en Aragón ni en Portugal, volvió a verse en la tesitura de validar su autenticidad política reclamando aquellos orígenes. Las razones de este desvanecimiento del neogoticismo, al margen de la esclerotización

³⁷ GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael – “El mito gótico en la historiografía del siglo XV”. *Antigüedad y cristianismo* 3 (1986), pp. 289-300, especialmente p. 289.

³⁸ TATE, Robert B. – *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*. Madrid: Gredos, 1971, p. 20.

³⁹ En estos años, “los leoneses, los castellanos, los aragoneses y los catalanes eran nuevas y crecidas criaturas colectivas, no necesitadas ya de las nodrizas goda, ibera o celtibérica CASTRO, Américo – *La realidad histórica de España*, p. 149.

⁴⁰ GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael – “El mito gótico en la historiografía del siglo XV”, p. 290.

de los tópicos narrativos en las crónicas y sumarios de la época⁴¹, están también en la contundencia con que enraizó la concepción del poder político, tan evidente que apenas sufrió menoscabo durante la gran crisis global del Trecentos: la espiritual, debida al gran Cisma de Occidente⁴²; la socioeconómica, provocada por la expansión de la peste y la subsiguiente conflictividad social⁴³; y la geopolítica, manifestada en los dos conflictos bélicos que, encajados en la global y celeberrima Guerra de los Cien Años⁴⁴, perfilaron el desastre absoluto de los reinos ibéricos: la guerra de los Dos Pedros y la guerra civil castellana entre petristas y trastamaristas⁴⁵.

En este contexto de crisis global, sorprende que ni siquiera en los discursos políticos emanados del conflicto fratricida castellano, en los que la función propagandística incrementó al menos un par de registros su habitual partidismo hasta influir en géneros como la poesía de cancionero⁴⁶, encontremos indicios de aquella vinculación neogótica que amparaba ideológicamente todo discurso similar en los siglos anteriores. Seguramente forzada a renunciar a esta defensa ideológica por el pecado original de la ilegitimidad de los Trastámara, la narrativa literaria del Trecentos prefirió ahondar en las razones morales o filosóficas para responsabilizar a Pedro I de su triste destino⁴⁷. Ni siquiera se recurrió al neogoticismo cuando quizá más fácil hubiera sido hacerlo: durante la invasión de Galicia por parte de Juan de Gante, duque de Lancáster, para defender sus derechos al trono, emanados de su matrimonio con Constanza de Castilla, hija de Pedro I⁴⁸. En

⁴¹ MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1981, pp. 323-324.

⁴² SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Castilla, el cisma y la crisis conciliar, 1378-1440*. Madrid: CSIC, 1960.

⁴³ VALDEÓN BARUQUE, Julio – *Los conflictos sociales en el Reino de Castilla en los siglos XIV y XV*. Madrid: Siglo XXI, 1979.

⁴⁴ MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – “La Guerra de los Cien Años: primer conflicto global en el espacio europeo”. *Clío & Crimen. Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango* 6 (2009), pp. 15-35.

⁴⁵ Para las condiciones generales de la época, remito a VALDEÓN BARUQUE, Julio – *Los Trastámaras. El triunfo de una dinastía bastarda*. Madrid: Temas de Hoy, 2001, pp. 12-21.

⁴⁶ PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Pedro I y la propaganda antipetrista en la génesis y el éxito de la poesía cancioneril castellana, I”. *La Corónica* 45/2 (2017), pp. 109-132; PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Pedro I y la propaganda antipetrista en la génesis y el éxito de la poesía cancioneril castellana, II”. *La Corónica* 46/1 (2017), pp. 151-181.

⁴⁷ Como indicó MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – “La historiografía bajomedieval ante la revolución Trastámara: propaganda política y moralismo”. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel; *et al.* (coords.) – *Estudios de Historia medieval. Homenaje a Luis Suárez Fernández*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1991, pp. 333-347, especialmente pp. 305-306.

⁴⁸ PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Un ilustre y belicoso peregrino del Camino Inglés: Juan de Gante, Duque de Lancáster, y su desembarco en la Galicia medieval”. *Cuadernos del Camino Inglés* 1 (2016), pp. 9-40.

aquel momento de máxima debilidad política de la casa de Trastámara⁴⁹, Juan I pronunció una encendida arenga ante las Cortes reunidas en Segovia en 1387, en la cual, para conminar a la defensa del reino, prefirió insistir en la validez del testamento de Alfonso X para desacreditar la legalidad de todos los descendientes de Sancho IV⁵⁰, sin necesidad alguna de acudir al peligro que supondría la ruptura de la continuidad entre visigodos y asturianos derivado de un hipotético triunfo del invasor anglosajón.

Este estado de latencia cultural del mito finalizó en el siglo XV, cuando el neogoticismo retornó a la primera línea de la propaganda política, si bien con un importante matiz cualitativo. Recordemos que en sus inicios, cuando ejerció la función de herramienta de cohesión social y política en los reinos de Asturias y de León, el ideal neogótico había surgido de la propia “realidad originaria [...], la misma resistencia contra los invasores”⁵¹, para saltar desde allí a la literatura y al arte. Sin embargo, durante su *risorgimento* cuatrocentista ocurrió todo lo contrario: fue la literatura la que se apropió del concepto para retornarlo a la sociedad a raíz de su conversión en recurso ideológico favorito de cronistas, poetas y literarios, quienes lo usaron con delectación para canalizar en sus escritos la propaganda ideológica favorable a los Trastámara en las coronas de Castilla y de Aragón. Se trata esta de una de las más claras evidencias de que aquella mutua y recíproca imitación aristotélica entre la vida y el arte, descrita por Huizinga en la cultura de la otoñal Edad Media de los países de la Europa central⁵², puede asimismo hallarse en la cultura de los reinos hispánicos medievales.

Como señaló Tate⁵³, la recuperación del neogoticismo corrió de la mano del intelectual castellano que con mayor esfuerzo defendió en la cultura de su época la

⁴⁹ VALDEÓN BARUQUE, Julio – *Los Trastámaras*, p. 56.

⁵⁰ PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Anglofilia y anglofobia en la Castilla medieval: Thomas Becket y el duque de Lancáster en la arenga de Juan I de Trastámara ante las Cortes de Segovia (1386)”. In BECEIRO PITA, Isabel de (ed.) – *La espiritualidad y la configuración de los reinos ibéricos (siglos XII-XV)*. Madrid: Dykinson, 2018, pp. 197-238, especialmente pp. 213-214.

⁵¹ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “España: reinos y señoríos medievales”, p. 23.

⁵² HUIZINGA, Johan – *El otoño de la Edad Media. Estudios sobre la forma de la vida y del espíritu durante los siglos XIV y XV en Francia y en los Países Bajos*, trad. José Gaos. Madrid: Alianza, 1982, pp. 57-58.

⁵³ TATE, Robert B. – *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, pp. 68-79.

tradición historiográfica procedente de Jiménez de Rada y de El Tudense⁵⁴: Alfonso de Cartagena. El punto de partida fue, naturalmente, incluir el sesgo neogoticista en su argumentación del renombrado *Discurso* sobre la preeminencia del rey de Castilla sobre el de Francia⁵⁵, en el que por primera vez se formuló esta idea que más tarde cimentaría la teoría política de Cartagena. De hecho, la piedra angular de esta teoría no era otra sino presentar a la monarquía Trastámara como fundamento espiritual y trascendente de la unidad territorial hispánica⁵⁶. El concepto enraizó del todo a través de la monumental *Anacephaleosis*⁵⁷, la culminación absoluta de la puesta en escena ideológica del neogoticismo por parte de Cartagena⁵⁸. De hecho, aunque a veces se han percibido sus obras como obstáculos insalvables entre el Humanismo italiano y el hispánico⁵⁹, lo cierto es que Cartagena intercambió inteligentemente los conceptos de decadencia y apogeo entre Roma y España para conformar su proyecto de historiografía nacional castellana⁶⁰. Para ello, le bastó con igualar la gloria de Roma con un idealizadísimo reino visigodo, ensalzado por albergar la unión política y territorial ibérica, mientras que el oscurantista papel en el ocaso imperial que los humanistas transalpinos atribuyeron a las invasiones góticas fue ocupado en la península ibérica sin mayor esfuerzo por los conquistadores musulmanes⁶¹.

Sin embargo, en el proceso de construcción del neogoticismo cuatrocentista se produjeron algunas interpolaciones menos definidas y hasta cierto punto desconcertantes. Es lo que sucede con los dos topónimos concretos, Escitia y Escancia (o Escandia), que serán analizados con detenimiento a partir de ahora. En principio, la histórica región de Escitia, patria del pueblo escita, está vinculada

⁵⁴ DEYERMOND, Alan – “La ideología del Estado moderno en la literatura española del siglo XV.” In RUCQUOI, Adeline (coord.) – *Realidad e imágenes del poder: España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ámbito, 1988, pp. 171-194, especialmente pp. 177-178.

⁵⁵ Editado por PENNA, Mario – *Prosistas castellanos del siglo XV*. Vol. I. Madrid: Ediciones Atlas, 1959 (Biblioteca de Autores Españoles, t. 116), pp. 208-223.

⁵⁶ CASTRO, Américo – *La realidad histórica de España*, p. 85.

⁵⁷ Editada por ESPINOSA FERNÁNDEZ, Yolanda – *La Anacephaleosis de Alonso de Cartagena: edición, traducción, estudio*. 2 vols. Madrid: Universidad Complutense, 1989.

⁵⁸ El *Discurso* y la *Anacephaleosis* han sido consideradas obras “de ideología paralela” (p. 40) por CATALÁN, Diego – “España en su historiografía: de objeto a sujeto de la historia”. In MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Los españoles en la Historia*, 1982, pp. 1-76.

⁵⁹ DI CAMILLO, Ottavio – *El humanismo castellano del siglo XV*. Valencia: Fernando Torres, 1976, p. 130.

⁶⁰ TATE, Robert B. – *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, p. 68.

⁶¹ Para el uso ideológico de esta construcción en la historiografía posterior, justificativa del expansionismo territorial español en el siglo XVI, véase GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael – “El mito gótico en la historiografía del siglo XV”, p. 291.

directamente al origen primigenio de los visigodos⁶², tal como ya indicó San Isidoro en sus *Etimologías* (9, 2, 89)⁶³. De igual forma, hay que enfatizar la existencia, en la historiografía bajoimperial romana, de una confusión entre getas y godos⁶⁴, especialmente visible tras la popularización de la *Getica* de Jordanes⁶⁵, el primero que recogió las tradiciones tal vez procedentes de aquellos cantares de gesta originados por el traslado del pueblo godo “desde la Scandzia o Escandinavia, su tierra originaria, hacia la Scitia”⁶⁶.

Esta configuración de Jordanes penetró en la historiografía española a través de San Isidoro, pero con una visible alteración geográfica en los países nórdicos⁶⁷, de modo que “Suecia, Dinamarca e incluso Noruega quedaran incluidas en una descolocada Escitia, en lo que parece una superposición geográfica de los orígenes de los godos”⁶⁸. Escitia figura ya en la *Estoria de España* asociada al lugar de origen de uno de los aliados bárbaros de Pompeyo que combatieron contra Julio César en la archifamosa batalla de Farsalia⁶⁹. Por ello, las líneas de la narrativa alfonsí tienen un deudo importante con la que seguramente fuera su fuente, la obra de Lucano⁷⁰, en

⁶² SANZ SERRANO, Rosa – *Las migraciones bárbaras y la creación de los primeros reinos de Occidente*. Madrid: Istmo, 1995, pp. 21-22 y pp. 171-172.

⁶³ SAN ISIDORO – *Las etimologías romanceadas de San Isidoro*. Ed. Joaquín González Cuenca. Salamanca: Ediciones de la Universidad, 1983, I, p. 309: “Los hijos de Jafet fueron siete: Gomer, Magoz, Maday, Juban, Túbal, Mosoch, Tiras. De Gomer vinieron los Gálatas; éstos son los de Galaçia. De Magoz asman que nasçieron los Scitas e los Godos.” Cito a San Isidoro por la versión romance, y no por la latina, por ser la de mayor uso en la época bajomedieval en la que se enmarca el entorno cultural de este trabajo.

⁶⁴ CARBÓ GARCÍA, Juan Ramón – “El mito gético en Europa. La invención de tradiciones y la búsqueda de legitimación historiográfica en la creación de un nuevo orden socio-cosmológico en el período de las migraciones”. In FERRER MAESTRO, Juan José; et al. (coords.) – *Europa: historia, imagen y mito. I Congreso Internacional. V Coloquio del Grupo Europeo de Investigación Histórica «Potestas»*. Castellón de la Plana: Universitat Jaume I, 2008, pp. 95-112, especialmente pp. 98-99.

⁶⁵ “La isla de Escandia está situada enfrente del río Vístula, que, tras nacer en las montañas sármatas, desemboca en el Océano septentrional, enfrente de Escandia, por medio de tres brazos que dividen Germania y Escitia”. JORDANES – *Origen y gestas de los godos*, Ed. José María Sánchez Martín. Madrid: Cátedra, 2001, p. 6, párrafos 16-17.

⁶⁶ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Los españoles en la Historia*, pp. 13-15.

⁶⁷ RUCQUOI, Adeline – “Les wisigoths fondement de la «nation Espagne»”, p. 348.

⁶⁸ CARBÓ GARCÍA, Juan Ramón – “El mito gético en Europa”, p. 101.

⁶⁹ “Fueron í en ayuda de Pompeyo contra Julio César los etiopianos; los de India e los persianos; los de Media e los griegos; los de Scicia, e todas las otras yentes de tierra de Oriente”. ALFONSO X – *Primera crónica general*. Ed. Ramón Menéndez Pidal. Estudio de Diego Catalán. Madrid: Gredos, 1977, I, p. 222b.

⁷⁰ GARCÍA YEBRA, Valentín – “Traducciones (?) de Lucano en la *Primera Crónica General de España*”. *Revista de Filología Española* 71/1-2 (1991), pp. 5-22.

especial la quinta parte de la *General Estoria*⁷¹. Con varias oscilaciones gráficas muy recurrentes, tales como Scicia / Sçicia / Siçia o Escancia-Estancia / Escandia-Escandzia, existen menciones a los dos topónimos en casi toda la historiografía castellana de los siglos XIII y XIV, no solo en las obras del escritorio alfonsí, como la *Estoria de España*,⁷² y en la *General Estoria*⁷³, sino también en la *Crónica abreviada* de don Juan Manuel⁷⁴, y en la gran mayoría de continuaciones y sumarios de estas obras, como, entre otros ejemplos, los anónimos *Anales de los Reyes Godos*⁷⁵.

Ambos topónimos también se mencionan en la historiografía aragonesa bajomedieval, de similares parámetros a la castellana en cuanto a su contenido ideológico⁷⁶. Las obras del gran maestro Juan Fernández de Heredia, sobre todo la *Crónica de los conquistadores*⁷⁷, y la *Grant Crónica de Espanya*⁷⁸, ofrecen bastantes menciones a Escitia y Escancia. Más tarde, Pere Tomich, el procurador de Pinós y

⁷¹ LIDA DE MALKIEL, María Rosa – *La tradición clásica en España*. Ed. Francisco Rico, et al. Madrid: Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2017, p. 369.

⁷² ALFONSO X – *Primera crónica general*, I, p. 78b, p. 105a, p. 137a, p. 144a, p. 181b, p. 207b, p. 208a-b, p. 216a-b, p. 217a-b, p. 222b, (menciones a Escitia en cualquiera de sus variantes); p. 208a-b, p. 216a-b, p. 217a-b (menciones a Escancia en cualquiera de sus variantes). Revisten especial importancia las menciones a la situación geográfica de Escitia (“et esto era en tierra de Scicia so septentríon, e son los omnes crueles, como salvages”, p. 68b) y de Escancia (“en el grand mar Océano, de la parte del Cierço, ay muchas yslas, assí cuemo Inglaterra, que llamaron antiguamente Bretanna la mayor; e es Ybernia, a la que llaman Yslanda; et son í Escocia e Estancia, a que llaman Nuruega”, p. 5b).

⁷³ ALFONSO X – *General Estoria*. Ed. Francisco Gago Jover, et al. – *Digital Library of Old Spanish Texts. Prose Works of Alfonso X el Sabio* [En línea], I, fol. 253v [Acedido en 26 enero 2020]. Disponible en <http://www.hispanicseminary.org/t&c/ac/index-en.htm>: “Los caualleros de Sicia, en las batallas, más usan de las yeguas que non de los cauallos”. Los ejemplos más importantes se hallan en el libro V, fol. 13r: “Nin tenga el río Ystro de Sicia a la gente de los masagetes, que non pasen contra nos”; y, en especial, en V, fol. 17v: “E Roma, que ha de mover agora a los de Daçia e a los getas, que son los de Sçicia, donde fueron los godos”.

⁷⁴ DON JUAN MANUEL – *Crónica abreviada* [En línea]. Ed. Justo S. Alarcón, pp. 60-61 [Acedido en 26 enero 2020]. Disponible en http://revistaliterariakatharsis.org/Don_Juan_Manuel_Cronica_abreviada.pdf: “Tierra de Scicia yaze en tierra de frontera de Germania, de parte de ocidente, e los godos decencieron de unas sierras do moravan e destruyeron a Grecia e a Macedonia, e Ponto e Ilírico; e fuéronse para tierra de Sçicia”. Pueden encontrarse otras menciones a Escitia (p. 8, pp. 62-63) y Escancia (p. 60) a lo largo de la narración.

⁷⁵ Madrid, Biblioteca Nacional de España, MSS/9055 – *Anales de los Reyes Godos o Historia de los Reyes Godos de España* (PhiloBiblon BETA, texid 2095), fols. 74v-77v (PhiloBiblon BETA manid 1382): “Los godos vinieron de tierra de Stançia” (fol. 74v).

⁷⁶ TATE, Robert B. – *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, pp. 84-89; MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España*, pp. 325-328.

⁷⁷ Madrid, Biblioteca Nacional de España, MSS/2211: FERNÁNDEZ DE HEREDIA, Juan – *Crónica de los conquistadores I*, fol. 71r: “Aquella ora, Philipo, reputándose por escarnido, levantose del sitio del Bisanco e fizo la guerra de Sicia”.

⁷⁸ Madrid, Biblioteca Nacional de España, MSS/10133: FERNÁNDEZ DE HEREDIA, Juan – *Grant crónica de Espanya I*, fol. 395r: “D’allí fuéronse a la çaguera partida de Sçicia, que se tiene con la mar de la Tana e con la mar de Ponto, que es dicha Mar Mayor, e con el Dinubio”.

Mataplana, también escribía al final de la versión manuscrita de su narrativa cronística, acabada en 1438, que los “godos [...] salieron de una isla llamada Ystancia, la qual es en las partidas de setentrión hazia el mar Occéano”⁷⁹.

En ambas historiografías, sin embargo, la distancia con la propaganda ideológica asturiana es evidente, pues apenas hay atisbo de vinculación entre los topónimos, la epopeya de los godos y la supuesta continuidad estructural⁸⁰, sino que se usa a modo de muesca de prestigio, conforme a la construcción ideológica de los monarcas de la dinastía Trastámara en Castilla y en Aragón⁸¹. Pero, por el camino, se dejaron la exactitud geográfica para introducir varios factores de distorsión en la localización de los topónimos. Es lo que ocurre en la *Historia Troyana* de Guido de Columna, traducida al castellano por Pedro de Chinchilla, que sitúa Estancia no en la Europa nórdica, sino en Asia, al lado de Escitia:

“E en estos avían muchas alcabelas que se llamavan de diversas maneras, ansí como godos, visigodos, estrogodos, sueños, silisos, alanos e otras muchas generaciones. E tomaron tierra en Sicilia, que es en la primera tierra que es en la entrada de la ysla de Estancia, e echaron d’ella a los moradores e poseyeronla por suya, e llamáronla de su nombre Constancia”⁸².

Es de nuevo la *Grant Crónica de Espanya* de Fernández de Heredia el texto que mejor parece aludir a la polémica sobre la situación geográfica de ambos topónimos:

“Síguesse la istoria de los godos, istregodos e videgodos e de las otras diversas nasçiones que sallieron de Estancia, porque los vándalos e los suevos, alanos e los maruguines, e algunas otras diversas nasçiones, sallieron de Germania. E, semblantment, se seguirá la istoria de los guinillos, qui dispués fueron dichos longobardos, los quales sallieron de la isla de Scandinavia, que es en el mar

⁷⁹ Madrid, Biblioteca Nacional de España, MSS/1804: TOMICH, Pere – *Crónica de los Reyes de Aragón*. fol. 1r. En la versión impresa en catalán de sus crónicas se puede leer una versión muy similar: “Eran apel·lats Gots e isqueren de una isla apel·lada Histància, la qual és en les parts de Septentrión e envers la mar oceàna”. TOMICH, Pere – *Conquestes e histories dels reys de Aragó e comtes de Barcelona*. Barcelona: Iohan Rosembach, 1519, fol. 9r.

⁸⁰ CASTRO, Américo – *La realidad histórica de España*, p. 152.

⁸¹ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “El Estado”. In SARASA SÁNCHEZ, Esteban (ed.) – *Fernando II de Aragón, el Rey Católico*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 1995, pp. 11-27, especialmente pp. 14-15.

⁸² COLUNA, Guido de – *Libro de la Historia Troyana*. Trad. Pedro de Chinchilla. Ed. María Dolores Peláez Benítez. Madrid: Editorial Complutense, 1999, p. 164 (fol. 22v).

septentrional, cerca la isla de Estança [...] entre los otros, los godos e los istregodos e los videgodos, que sallieron de la isla de Stança. Claudio Tholomeo, que fue grant philósopho e grant estoriógrapho, dize que Estança es en la mar oççeana, après de la firme tierra de Sçia. Trogus Pompeo dize que Estança es en el seno de la mar oççeana septentrional, la qual es çercada de mur de Adriello [...] e ha de orient un río que es clamado Vístula⁸³, el qual desçende de los montes samaritanos e passa por la isla de Estança, e da en la mar ocçeana. E, de la part de septentrion, es çercada de la mar, e un braço de la mar departe la isla de la tierra firme: es, a saber, de Sçia, e de Dacia e de las otras”⁸⁴.

Además de la confusión entre getas y godos, unas nuevas invitadas aparecen en el enredo, precisamente aquellas que parecen haber sido las primeras habitantes de Estancia: las amazonas. Otra vez la traducción de Pedro de Chinchilla sobre la *Historia troyana* de Guido de Columna nos ofrece los datos para aumentar este galimatías geográfico:

“Mas por que más largamente se pueda entender la ystoria de las Amazonas cómo fue, e después contaremos lo que Hércules con ellas acaesció [...], devedes saber que, al diestro de Asia, en la grand mar allí donde Asia se ayunta a Uropa, dentro en la grand mar que cerca toda la tierra, ay una isla muy grande. E dizen algunas istorias que es tanto aquella isla como la tercera parte de Uropa. E en aquella isla avía unas gentes como salvages, e es la más fría que en el mundo aya. E dizen las ystorias que, al tiempo que Faraón, rey de Egipto, salió para conquistar Asia [...], dixéronle d’estas gentes e tomole voluntad de pasar a ellos. E aun dizen que los de aquella ysla de Estancia, que así se llamava, [...], eran muy más brava gente; e les cae en natura, ca las gentes, quanto más arredradas son del sol, son más fuertes de coraçón”⁸⁵.

El embrollo fue parcialmente resuelto por Tate, al certificar que la popularidad o polémica de estas afirmaciones, en especial de la emigración de los visigodos, se halla en la difusión durante el siglo XV de un elenco mitológico relacionado con la fundación de España y con su dominio por la monarquía visigoda:

⁸³ Dato recogido por MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *La epopeya castellana a través de la literatura española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1959. Siguiendo a Jordanes (*Orígenes y gestas*, p. 22), en el traslado visigodo, dirigido por Filimer, “los emigrantes habían pasado un puente sobre el río (acaso el Vístula, divisorio entre la Germania y la Escitia)”, p. 20.

⁸⁴ Madrid, Biblioteca Nacional de España, MSS/10133: FERNÁNDEZ DE HEREDIA, Juan – *Grant crónica de Espanya*, fol. 393v.

⁸⁵ COLUNA, Guido de – *Libro de la Historia Troyana*, p. 163, fol. 22r.

“Los cronistas de Castilla, siguiendo a Isidoro, se habían empeñado con gran ingenuidad en rellenar el pasado legendario de los godos. Alfonso García había proclamado ya que los godos habían poseído una línea real antes del nacimiento de Hércules, conocido entonces como un hito importante en la historia mitológica de la España primitiva. Se sostenía que las amazonas se habían enlazado con ellos, compartiendo, por ende, los godos las victorias de la reina Tomyris sobre Ciro. Los getas, cuyo nombre se sostenía que reflejaba una forma primitiva de *Gothi*, después de asentarse en Escitia, pusieron en fuga a Vexoris, rey de Egipto, sometieron a Asia y derrotaron a los griegos. Irrumpieron después en Europa, Francia e Italia [...] Pero la conquista, o mejor, como él [*i.e.*, *Sánchez de Arévalo*] diría, la colonización pacífica de España, constituye el mayor derecho de los godos a la fama”⁸⁶.

Esta difusión, como ya hemos mencionado, se debe principalmente a la *Anacephalosis* de Alfonso de Cartagena, pero también a las *Siete Edades Trobadas* de Pablo de Santamaría⁸⁷, y a la *Compendiosa Historia Hispanica*, de Rodrigo Sánchez de Arévalo⁸⁸, el máximo continuador de las ideas de Cartagena⁸⁹, sobre todo en la acentuación de los rasgos hispánicos de los godos en contra de la aportación romana⁹⁰. A partir de ellos, la extensión de las noticias pasó a obras cronísticas, como *El Victorial* de Gutierre Díaz de Games⁹¹, o a genealogías como el *Nobiliario vero* de Hernán Mexía de Jaén, cuyo capítulo XXVIII de la primera parte se dedica a los primitivos pobladores de Europa según esta misma tradición⁹².

⁸⁶ TATE, Robert B. – *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, p. 94.

⁸⁷ CONDE, Juan Carlos – *La creación de un discurso historiográfico en el cuatrocientos castellano: las Siete edades del mundo de Pablo de Santamaría*. Salamanca: Ediciones de la Universidad, 1999, p. 93.

⁸⁸ SÁNCHEZ DE ARÉVALO, Rodrigo – *Compendiosa Historia Hispanica*. Roma: Ulrich Han, 1470, fol. 33r: “Pars vero Gothorum que cum Filimero citra flumen remanserat, extremam partem Scythie que adiacet Ponto mari preclaris uictoriis obtinuit; indeque quasi toti Scythie dominantes, Scythie ut indigene appellati sunt”. Véase el análisis de TATE, Robert B. – *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, pp. 55-73.

⁸⁹ VILLA PRIETO, Josué – “La ideología goticista en los prehumanistas castellanos: Alonso de Cartagena y Rodrigo Sánchez de Arévalo. Sus consideraciones sobre la unidad hispano-visigoda y el reino astur-leonés”. *Territorio, sociedad y poder* 5 (2010), pp. 123-145; ALVAR NUÑO, Guillermo – “La influencia de Alfonso de Cartagena en la *Compendiosa Historia Hispanica* de Rodrigo Sánchez de Arévalo”. *Revista de Poética Medieval* 32 (2018), pp. 19-48.

⁹⁰ GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael – “El mito gótico en la historiografía del siglo XV”, p. 293.

⁹¹ DÍAZ DE GAMES, Gutierre – *El Victorial*. Ed. Rafael Beltrán Llavador. Madrid: Real Academia Española, 2014, p. 45.

⁹² “Jafet e sus fijos e sus nietos e los que d’ellos descendieron poblaron a Europa, que son estas islas a par de setentrion; algunas d’ellas ovieron otros nombres primero que no han agora, que son estas: Estancia, Çelifrufria (*sic*), Escocia, Inglaterra, Ibernica, e otros menores [...] Magog pobló a Escocia, los cuales se llamaban magogas, pero los griegos que (*sic*) los llaman çitas; y d’este Magog vinieron los godos e los vándalos e los alanos e los úngaros e los españoles”. MARTÍN ROMERO, José Julio – *El Nobiliario Vero y el pensamiento aristocrático del siglo XV*. Madrid-Frankfurt: Iberoamericana-Vervuert, 2019, p. 87.

Por lo que respecta al neogoticismo en la lírica cancioneril⁹³, y al margen de las ya mencionadas *Siete Edades Trobadas* (ID 4279, SA12-1 fols. 84r-147v: “El tiempo que fue del Señor ordenado”), todavía el marqués de Santillana, Íñigo López de Mendoza, recurría al tópico de la dureza de la tierra escita con valor puramente literario en los versos 855-856 de su *Bías contra Fortuna* (ID 0148, YB2-3, fols. 3r-32v: “Qu’es lo que piensas, Fortuna”)⁹⁴. Pero en los tres lustros que, por arriba y por abajo, hacen de bisagra cronológica entre los siglos XV-XVI, los topónimos nórdicos se consagraron prácticamente a un único uso propagandístico: el de alabar los orígenes godos de los Reyes Católicos. La continuidad goticista fue un mensaje sin duda beneficioso y muy presente en la literatura de la época⁹⁵, pues equiparaba a la leyenda del reino visigodo unitario con el proyecto político de unidad territorial hispánica (la *Weltpolitik* de Castilla y Aragón, que diría Ortega y Gasset)⁹⁶. En este sentido, nadie conjugó mejor la receta neogoticista con la idea de recuperación territorial como lo hizo el bachiller Alonso de Palma, quien, en su mesiánica *Divina retribución*, consideraba al malogrado príncipe Juan de Trastámara, hijo de los Reyes Católicos, como aquel egregio miembro de la Casa real que cerraría el círculo de la recuperación unitaria y territorial, por ser “de la estirpe natural e real de Castilla, de amas partes, del rey e reina, nuestros señores, descendientes del noble rey don Johan, del noble linaje de los godos”⁹⁷.

La primera de las obras poéticas cuatrocentistas que ofrece un tratamiento apologetico similar es el *Libro de los pensamientos variables* (Dutton MN59). En este curioso tratadito, mezcla de prosa y verso compuesto entre 1485 y 1490⁹⁸, se usan los dos topónimos nórdicos con el objetivo de hacer a Isabel I de Castilla la culminación del entronque entre la dinastía Trastámara y la monarquía visigoda,

⁹³ GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael – “El mito gótico en la historiografía del siglo XV”, pp. 295-296.

⁹⁴ “E la de Sicia, Borea; / Austro la de Mediodía”. LÓPEZ DE MENDOZA, Íñigo (Marqués de Santillana) – *Obras completas*. Ed. Ángel Gómez Moreno y Maximilian Kerkhof. Barcelona: Planeta, 1987, copla CVII, pp. 311-312.

⁹⁵ GÓMEZ MORENO, Ángel – “El reflejo literario”. In NIETO SORIA, José Manuel (coord.) – *Orígenes de la monarquía hispánica: propaganda y legitimación (ca. 1400-1520)*. Madrid: Dykinson, 1999, pp. 315-340, especialmente pp. 333-336.

⁹⁶ ORTEGA Y GASSET, José – *España invertida*. Madrid: Revista de Occidente, 1957, p. 15.

⁹⁷ PALMA, Bachiller Alonso de – *Divina retribución sobre la caída del reino d’España*. Ed. José María Escudero de la Peña. Madrid: Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1879, p. 73.

⁹⁸ PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “La utopía política en la literatura castellana del siglo XV: el *Libro de los Pensamientos Variables* (BNM, ms. 6642)”. *eHumanista. Journal of Iberian Studies* 2 (2002), 23-62, especialmente p. 26.

convirtiendo así la diatriba geográfica alrededor de Escitia y de Escancia en uno de los contenidos esenciales de la propaganda política favorable a los Reyes Católicos⁹⁹. El prólogo inicial en verso (ID 8725, MN59-1 fols. 1r-2v: “Reina de muy gran grandeza”), estructurado en ocho estrofas, dedica una esclarecedora copla (vv. 21-30) a glosar el contenido ideológico de la vinculación entre Isabel y los dos lugares míticos:

“No sale de mis entrañas,
preclara Princesa nuestra,
querer contar las hazañas
avidas en las Españas
ante la grandeza vuestra,
ni si es Sçicia o Estancia
de do primero salistes,
ni dó fuistes ni venistes
con todo quanto leístes
hecho con mucha costancia”¹⁰⁰.

El texto reconoce la polémica geográfica antes mencionada entre Escitia y Escancia o Escandia, pero rehúsa entrar en ella precisamente para afirmar sin duda el abolengo ilustre que, a través de los visigodos, reluce en la ocupante del trono castellano. Las dos coplas siguientes (vv. 31-50), con el inherente providencialismo de la propaganda política de la época¹⁰¹, reinician en vincular a Isabel I por linaje de sangre a los escitas, entendiéndolos como los visigodos, mencionando también, cómo no, al mítico monarca protagonista de la transmisión entre unos y otros:

“Ni porné la diferencia
d’estas tierras, ni su fuero
ni la su magnificencia,
ni escreviré la eçelencia
del vuestro origen primero;

⁹⁹ PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Propaganda ideológica pro-Trastámara en el *Cancionero de Baena*”; In VAL VALDIVIESO, María Isabel de; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (Dir.) – *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al profesor Julio Valdeón Baruque*. Valladolid: Instituto Universitario de Historia Simancas, 2009, II, pp. 583-593.

¹⁰⁰ PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “La utopía política en la literatura castellana del siglo XV”, p. 42.

¹⁰¹ MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España*, pp. 299-304.

ni la vuestra sangre scita,
 linpia de todas escorias,
 renovaré a las memorias,
 ni de sus grandes vitorias.
 cosa alguna será escrita.

Ni escreviré los millares
 del linaje de los godos,
 ni menos los Doze Pares,
 aunque, de gozo y pesares,
 sepa bien sus hechos todos;
 ni menos, Señora, trayo
 escrito'n este papel
 otro tan alto tropel
 de los deçindientes d'él,
 luz d'España, don Pelayo"¹⁰².

Ya López Estrada, en su primera aproximación a esta obra¹⁰³, señaló la similitud entre ese “un pobre castellano / con algo de portugués” (ID 8726, MN59-2 fols. 20r-20v: “Mas si por ventura son”) con el que, en los versos 99-100 de las coplas finales, se identificaba a sí mismo el anónimo autor del *Libro de los pensamientos variables*, con el “gallego, vasallo del rey castellano” que figura en la *Criança y virtuosa doctrina* (BETA texid 1546, fol. 43v)¹⁰⁴, como autoidentificación de uno de los más escurridizos y poco conocidos autores literarios de los años de bisagra entre el Cuatrocientos y el Quinientos: Pedro de Gracia Dei. La posibilidad de que Gracia Dei fuera el autor del *Libro de los pensamientos variables* es todavía más atractiva si se tiene en cuenta que este genealogista, cronista y rey de armas de los Reyes Católicos, tal vez el apologeta más importante de proyecto político de Isabel y de Fernando¹⁰⁵, también utilizó uno de estos topónimos para alabar a Isabel I en la copla inicial de

¹⁰² PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “La utopía política en la literatura castellana del siglo XV”, pp. 42-43.

¹⁰³ LÓPEZ ESTRADA, Francisco – “Anuncios renacentistas en el *Libro de los pensamientos variables*”. In LÓPEZ GRIGERA, Luisa; REDONDO, Augustin (Eds.) – *Homenaje a Eugenio Asensio*. Madrid: Gredos, 1988, pp. 277-289, especialmente p. 278.

¹⁰⁴ Madrid, Biblioteca Nacional de España, INC/1272: GRACIA DEI, Pedro de – *La crianza y virtuosa doctrina*. Coria: Bartolomé de Lila, ca. 1489, Sigo la edición de PAZ Y MELIA, Antonio – *Opúculos literarios de los siglos XIV a XVI*. Madrid: Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1892, pp. 392-426. El verso aludido, en el que Gracia Dei se autoidentifica como vasallo de Castilla y natural de Galicia, en p. 396.

¹⁰⁵ PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Pedro I y la propaganda antipetrista, II”, pp. 161-165.

su *Suma de todos los reyes que ha habido en España desde el tiempo de los godos* (BETA texid 2899):

“Muy alta, muy poderosa,
del mundo mayor señora,
muy justa, muy piadosa,
muy honesta, muy hermosa
y muy recta regidora.
Mil años sobre quarenta,
y dozientos que se inventa,
el suelo de vuestros suelos,
de los scíticos abuelos
vos cuentan los reyes ochenta”¹⁰⁶.

El otro gran difusor de propaganda ideológica neogoticista favorable a Isabel la Católica durante aquellos años de transición entre centurias fue Diego Guillén de Ávila, canónigo de Palencia e hijo de Pero Guillén de Segovia, el conocido poeta cancioneril que floreció durante el reinado de Enrique IV¹⁰⁷. Dotado de menor talento lírico que su padre, pero con un vasto conocimiento de las más diversas disciplinas humanistas, la obra principal de Diego es el *Panegírico a la Reina Doña Isabel* (Dutton 09GP)¹⁰⁸, entregado a la estampa por el impresor vallisoletano Diego Gumiel en 1509, pero cuya composición, al menos de la primera parte de la obra, hay que retrotraer diez años atrás¹⁰⁹. En el prólogo en prosa, el propio autor se dirige en discurso directo a su dedicataria, Isabel I, enfatizando que su intención es la de “loar a Vuestra Alteza en antigüedad de linaje por las estorias pasadas” (fol. 1v), para lo cual recurre a la típica ensoñación del humanismo cuatrocentista, en la que será guiada por una de las mitológicas Parcas, Átropos,

“(…) la qual, diziéndome algo de sus propiedades y la causa de mi camino, me narra
quién fue el primero que pobló en Cithia, qué costumbres tenían los Cithas, qué gentes

¹⁰⁶ Madrid, Biblioteca Nacional de España, MSS/3231, fol. 1r.

¹⁰⁷ GUILLÉN DE SEGOVIA, Pero – *Obra poética*. Ed. Carlos Moreno Hernández. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1989, p. 7.

¹⁰⁸ GUILLÉN DE ÁVILA, Diego – *Panegírico a la Reina Doña Isabel*. Valladolid: Diego Gumiel, 1509. Edición facsímil Madrid: Real Academia Española, 1951.

¹⁰⁹ MAGAÑA, Leticia A. – “Problemas de transmisión textual en el *Panegírico a la Reina Doña Isabel* (1509) de Diego Guillén de Ávila”. In ZINATO, Andrea; BELLOMI, Paola (eds.) – *Poesía, poéticas y cultura literaria*. Como-Pavia: Ibis Edizioni, 2018, pp. 147-160, especialmente p. 149.

descendieron d'ellos, con algunas de sus estorias. Y nombrándome los godos, me dize algo de sus hechos y todos los reyes que d'ellos han sucedido después que vinieron en Italia, allí antes de la destruyón en España, como después en Castilla y León, tocando brevemente algunas cosas de cada uno d'ellos hasta la gloriosa memoria del rey don Alonso, vuestro hermano”¹¹⁰.

El recurso propagandístico de aludir a los escitas no se detiene aquí ¹¹¹, sino que continúa a lo largo de los versos de arte mayor castellano del *Panegírico a la Reina Isabel* (ID 2392, 09GP-1 fols. 3r-17r: “Mi lengua no temas en verte pesada”), en una notable síntesis de todos los elementos analizados en las páginas anteriores, desde la confusión y mezcla de los orígenes de escitas, getas y godos, hasta la sublimación de la valentía de los antepasados de los reyes:

“Si d’antes quisieres ver su nascimiento,
levanta los ojos al ombre primero,
y mira la línea del sucedimiento
hasta do pone a Noé delantero;
verás a Jafed, su hijo el tercero,
y al hijo d’aqueste, Maged, qu’entre todos
fue padre de Cithas, do vienen los godos,
que gectas fue antes su nombre sincero.

COSTUMBRES DE LOS CITHAS

Fueron dotados con la temperança
aquestos de Cithia de mucha justicia;
tenían del vicio mayor inorancia
que no de virtudes los dotos noticia;
embidia de cosa avían, ni codicia;
comían llamados de naturaleza,
en gran menosprecio avían la riqueza
y el hurto, de todos más grave malicia”¹¹².

¹¹⁰ GUILLÉN DE ÁVILA, Diego – *Panegírico*, fol. 1v.

¹¹¹ Como ha analizado MAGAÑA, Leticia A. – “A nuestra gran reina allí figuremos. Herramientas de propaganda política en el *Panegírico a la Reina Doña Isabel* (1509), de Diego Guillén de Ávila”. In RIBEIRO, José Carlos, et al. (eds.) – *En Doiro antr’O Porto e Gaia. Estudos de Literatura Medieval Ibérica*. Porto: Estratégias Criativas, 2017, pp. 675-686.

¹¹² GUILLÉN DE ÁVILA, Diego – *Panegírico*, fol. 3r, vv. 161-176. Más casos en los que los escitas (*cithas* en el texto) aparecen mencionados pueden hallarse en los fols. 3v, 7v y 8r.

Los textos mencionados a lo largo de este trabajo conforman un atractivo elenco de pruebas historiográficas y literarias acerca de la evolución del concepto unitario de España durante toda la Edad Media¹¹³. Gracia Dei y Guillén de Segovia cierran el círculo iniciado con las narraciones mozárabes, continuado con las crónicas asturianas y vigorizado en Castilla por el Tudense y Jiménez de Rada, primero, y más tarde por Alfonso de Cartagena, Pablo de Santamaría y Rodrigo Sánchez de Arévalo, si bien con una clave muy distinta a la inicial. Recordemos que la época de la conquista final de Granada fue acompañada de un acusado componente providencialista en las crónicas castellanas¹¹⁴, al tiempo que la llegada de Colón al nuevo mundo estuvo de igual forma marcada por acusadísimos tintes mesiánicos¹¹⁵. En todo este entramado político y cultural, la alabanza del abolengo escita y, por lo tanto, gótico, de los reyes de Castilla y de Aragón, se convirtió en punta de lanza esencial de la creación de doctrina ideológica favorable al proyecto político de la monarquía hispánica. Incluso un intelectual converso como Diego de Valera utilizó tales imágenes con profusión¹¹⁶, sobre todo en su *Doctrinal de príncipes*, en el que se dirige al Fernando de Aragón profetizando que “avréis la monarchía de todas las Españas e reformaréis la silla imperial de la ínclita sangre de los godos donde venís”¹¹⁷.

La fuerza poderosa del imaginario referente a la sangre goda sería la que, a la postre, se impondría como referentes ideológicos del neogoticismo a partir del siglo XV¹¹⁸. Por ello, el papel de los dos topónimos que hemos repasado, Escitia y Escancia o Escandia, tal vez fuera menor, pero supuso sin duda un recurso propagandístico

¹¹³ Además del estudio de Maravall tantas veces citado, véase la puesta al día del tema en FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés – “La denotación de ‘España’ en la Edad Media. Perspectiva historiográfica (siglos VII-XIV)”. In GARCÍA MARÍN, José María, *et al.* (dir.) – *Actas del IX Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*. Madrid-Frankfurt: Iberoamericana-Vervuert, 2015, pp. 49-106.

¹¹⁴ CEPEDA ADÁN, José – “El providencialismo en los cronistas de los Reyes Católicos”. *Arbor* 17 (1950), pp. 177-190.

¹¹⁵ Expresado en el clásico estudio de MILHOU, Alain – *Colón y su mentalidad mesiánica en el ambiente franciscanista español*. Valladolid: Casa-Museo de Colón, 1983.

¹¹⁶ MARAVALL, José Antonio – “El concepto de monarquía en la Edad Media española”. In *Estudios de Historia del pensamiento español*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1999, I, pp. 57-87, especialmente p. 81.

¹¹⁷ VALERA, Diego de – *Doctrinal de príncipes*. Ed. M. Penna – *Prosistas castellanos del siglo XV*. Madrid: Atlas, 1959, p. 173. Valera incidirá aún más en este uso en una de sus *Epístolas* (XIX, ed. Penna, p. 24): “Alto Príncipe quanto vos sois, decendido de la ínclita gótica sangre donde venís”.

¹¹⁸ Sobre todo algunos reyes de armas y genealogistas, como indica LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Los orígenes y la geografía política de Europa vistos hacia 1500 por los reyes de armas castellanos”. In *la España Medieval Extra* 1 (2006), pp. 131-156, especialmente pp. 135-136.

capital para que los escritores jugasen literariamente con él, mostrando algunos de ellos una impecable destreza estética en acomodar sus contenidos geográficos, políticos e ideológicos al apogeo del gobierno de los Reyes Católicos.

Referencias bibliográficas

Fuentes manuscritas

Madrid, Biblioteca Nacional de España

INC/1272 – GRACIA DEI, Pedro de – *La crianza y virtuosa doctrina*. Coria: Bartolomé de Lila, ca. 1489.

MSS/1804 – TOMICH, Pedro - *Crónica de los Reyes de Aragón*.

MSS/2211 – FERNÁNDEZ DE HEREDIA, Juan – *Crónica de los conquistadores I*.

MSS/3231 – GRACIA DEI, Pedro de – *Suma de todos los reyes que ha habido en España desde el tiempo de los godos*.

MSS/6642 – *Libro de los pensamientos variables*.

MSS/9055 – *Anales de los Reyes Godos o Historia de los Reyes Godos de España*.

MSS/10133 – FERNÁNDEZ DE HEREDIA, Juan – *Grant crónica de Espanya I*.

Fuentes impresas

ALFONSO X – *General Estoria*. Ed. Francisco Gago Jover, et al. – *Digital Library of Old Spanish Texts. Prose Works of Alfonso X el Sabio* [En línea]. [Acedido en 26 enero 2020]. Disponible en <http://www.hispanicseminary.org/t&c/ac/index-en.htm>

ALFONSO X – *Primera crónica general*. Ed. Ramón Menéndez Pidal. Estudio de Diego Catalán. 2 vols. Madrid: Gredos, 1977.

COLUNA, Guido de – *Libro de la Historia Troyana*. Trad. Pedro de Chinchilla. Ed. María Dolores Peláez Benítez. Madrid: Editorial Complutense, 1999.

DÍAZ DE GAMES, Gutierre – *El Victorial*. Ed. Rafael Beltrán Llavador. Madrid: Real Academia Española, 2014.

GUILLÉN DE ÁVILA, Diego – *Panegírico a la Reina Doña Isabel*. Valladolid: Diego Gumiel, 1509. Edición facsímil Madrid: Real Academia Española, 1951.

GUILLÉN DE SEGOVIA, Pero – *Obra poética*. Ed. Carlos Moreno Hernández. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1989.

JORDANES – *Origen y gestas de los godos*. Ed. José María Sánchez Martín. Madrid: Cátedra, 2001.

DON JUAN MANUEL – *Crónica abreviada* [En línea]. Ed. Justo S. Alarcón, pp. 60-61 [Acedido en 26 janeiro 2020]. Disponible en http://revistaliterariakatharsis.org/Don_Juan_Manuel_Cronica_abreviada.pdf

LÓPEZ DE MENDOZA, Íñigo (Marqués de Santillana) – *Obras completas*. Ed. Ángel Gómez Moreno y Maximillian Kerkhof. Barcelona: Planeta, 1987.

PALMA, Bachiller Alonso de – *Divina retribución sobre la caída del reino d'España*. Ed. José María Escudero de la Peña. Madrid: Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1879.

TOMICH, Pere – *Conquestes e histories dels reys de Aragó e comtes de Barcelona*. Barcelona: Johan Rosembach, 1519.

SAN ISIDORO – *Etimologías romanceadas*. Ed. Joaquín González Cuenca. 2 vols. Salamanca: Ediciones de la Universidad, 1983.

SÁNCHEZ DE ARÉVALO, Rodrigo – *Compendiosa Historia Hispanica*. Roma: Ulrich Han, 1470.

VALERA, Diego de – *Doctrinal de príncipes*. Ed. M. Penna – *Prosistas castellanos del siglo XV*. Madrid: Atlas, 1959, pp. 173-202.

Estudios

ALVAR NUÑO, Guillermo – “La influencia de Alfonso de Cartagena en la *Compendiosa Historia Hispanica* de Rodrigo Sánchez de Arévalo”. *Revista de Poética Medieval* 32 (2018), pp. 19-48.

ARBESÚ FERNÁNDEZ, David – “Usos políticos del *Éxodo*: del rey Pelayo al siglo XXI”. *Miríada hispánica* 12 (2016), pp. 95-110.

ARELLANO, Ignacio (ed.) – *Loca ficta: los espacios de la maravilla en la Edad Media y Siglo de Oro*. Pamplona-Madrid-Frankfurt: Universidad de Navarra-Iberoamericana-Vervuert, 2003.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Realidad y percepción de *Hispania* en la Edad Media”. *eHumanista. Journal of Iberian Studies* 37 (2017), pp. 206-231.

BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo – *La formación del feudalismo en la península ibérica*. Barcelona: Crítica, 1979.

CARBÓ GARCÍA, Juan Ramón – “El mito gético en Europa. La invención de tradiciones y la búsqueda de legitimación historiográfica en la creación de un nuevo orden socio-cosmológico en el período de las migraciones.” In FERRER MAESTRO, Juan José; et al. (coords.) – *Europa: historia, imagen y mito. I Congreso Internacional. V*

Coloquio del Grupo Europeo de Investigación Histórica «Potestas». Castellón de la Plana: Universitat Jaume I, 2008, pp. 95-112.

CASTELLANOS, Santiago – *The Visigothic Kingdom in Iberia. Construction and Invention*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2020.

CASTRO, Américo – *España en su historia: cristianos, moros y judíos*. Buenos Aires: Losada, 1948.

CASTRO, Américo – *La realidad histórica de España*. México: Porrúa, 1954.

CATALÁN, Diego – “España en su historiografía: de objeto a sujeto de la historia”. In MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Los españoles en la Historia*. Madrid: Espasa-Calpe, 1982, pp. 1-76.

CEPEDA ADÁN, José – “El providencialismo en los cronistas de los Reyes Católicos”. *Arbor* 17 (1950), pp. 177-190.

CONDE, Juan Carlos – *La creación de un discurso historiográfico en el cuatrocientos castellano: las Siete edades del mundo de Pablo de Santamaría*. Salamanca: Ediciones de la Universidad, 1999.

CRUZ DÍAZ, Pablo de la – “El mito godo en la construcción de Castilla”. In CRUZ DÍAZ, Pablo de la; *et al.* (eds.) – *El historiador y la sociedad. Homenaje al Profesor José María Mínguez*. Salamanca: Ediciones de la Universidad, 2013, pp. 53-66.

CURTIUS, Ernst Robert – *Literatura europea y Edad Media latina*. Trad. Margit Frenk Alatorre y Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

DEYERMOND, Alan – “The Death and Rebirth of Visigothic Spain in the *Estoria de España*”. *Revista Canadiense de Estudios Hispánicos* 9/3 (1985), pp. 345-367.

DEYERMOND, Alan – “La ideología del Estado moderno en la literatura española del siglo XV.” In RUCQUOI, Adeline (coord.) – *Realidad e imágenes del poder: España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ámbito, 1988, pp. 171-194.

DI CAMILLO, Ottavio – *El humanismo castellano del siglo XV*. Valencia: Fernando Torres, 1976.

DUTTON, Brian – *El cancionero del siglo XV (c. 1360-1520)*. 7 vols. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1990-1991.

ESPINOSA FERNÁNDEZ, Yolanda – *La Anacephaleosis de Alonso de Cartagena: edición, traducción, estudio*. 2 vols. Madrid: Universidad Complutense, 1989.

FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier – “Las raíces de la reconquista: Covadonga”. In MORALES MATOS, Guillermo; *et al.* (coord.) – *Historia de Asturias*. Vol. II. Oviedo: Prensa Asturiana, 1990, pp. 273-292.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés – “La denotación de ‘España’ en la Edad Media. Perspectiva historiográfica (siglos VII-XIV)”. In GARCÍA MARÍN, José María; *et al.*

(dir.) – *Actas del IX Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*. Madrid-Frankfurt: Iberoamericana-Vervuert, 2015, pp. 49-106.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – *La época medieval. Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1973.

GARCÍA YEBRA, Valentín – “Traducciones (?) de Lucano en la *Primera Crónica General de España*”. *Revista de Filología Española* 71/1-2 (1991), pp. 5-22.

GIL FERNÁNDEZ, Juan; *et al.* (eds.) – *Crónicas asturianas*. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1985.

GÓMEZ MORENO, Ángel – “El reflejo literario”. In NIETO SORIA, José Manuel (coord.) – *Orígenes de la monarquía hispánica: propaganda y legitimación (ca. 1400-1520)*. Madrid: Dykinson, 1999, pp. 315-340.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael – “El mito gótico en la historiografía del siglo XV”. *Antigüedad y cristianismo* 3 (1986), pp. 289-300.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “¿Re-conquista? Un estado de la cuestión”. In BENITO RUANO, Eloy – *Tópicos y realidades de la Edad Media (I)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000, pp. 155-178.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos”. In GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Cuatro décadas de estudios medievales*. Sevilla: Universidad de Sevilla-Secretariado de Publicaciones, 2011, pp. 467-484.

HUETE FUDIO, Mario – *La historiografía medieval en la Península Ibérica (siglos VIII-XII). Fuentes y bibliografía*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1997.

HUIZINGA, Johan – *El otoño de la Edad Media. Estudios sobre la forma de la vida y del espíritu durante los siglos XIV y XV en Francia y en los Países Bajos*. Trad. José Gaos. Madrid: Alianza, 1982.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “El Estado”. In SARASA SÁNCHEZ, Esteban (ed.) – *Fernando II de Aragón, el Rey Católico*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 1995, pp. 11-27.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “España: reinos y señoríos medievales”. In *Lecturas sobre la España histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1998, pp. 11-69.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Los orígenes y la geografía política de Europa vistos hacia 1500 por los reyes de armas castellanos”. *En la España Medieval*, Extra 1 (2006), pp. 131-156.

LIDA DE MALKIEL, María Rosa – *La tradición clásica en España*. Ed. Francisco Rico, *et al.* Madrid: Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2017.

LINAGE CONDE, Antonio – *Alfonso VI, el rey hispano y europeo de las tres religiones (1065-1109)*. Burgos: La Olmeda, 1994.

- LOMAX, Derek W. – *The Reconquest of Spain*. London-New York: Longman, 1978.
- MAGAÑA, Leticia A. – “A nuestra gran reina allí figuremos. Herramientas de propaganda política en el *Panegírico a la Reina Doña Isabel* (1509), de Diego Guillén de Ávila”. In RIBEIRO, José Carlos; et al. (eds.) – *En Doiro antr’O Porto e Gaia. Estudos de Literatura Medieval Ibérica*. Porto: Estratégias Criativas, 2017, pp. 675-686.
- MAGAÑA, Leticia A. – “Problemas de transmisión textual en el *Panegírico a la Reina Doña Isabel* (1509) de Diego Guillén de Ávila”. In ZINATO, Andrea; BELLOMI, Paola (eds.) – *Poesía, poéticas y cultura literaria*. Como-Pavia: Ibis Edizioni, 2018, pp. 147-160.
- MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1981.
- MARAVALL, José Antonio – *Estudios de Historia del pensamiento español*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1999. 4 vols.
- MARÍAS, Julián – *España inteligible. Razón histórica de las Españas*. Madrid: Alianza, 1985.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *La epopeya castellana a través de la literatura española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1959.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Los godos y la epopeya española: «Chansons de geste» y baladas nórdicas*. Madrid: Espasa-Calpe, 1969.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Los españoles en la historia*. Madrid: Espasa-Calpe, 1982.
- MILHOU, Alain – *Colón y su mentalidad mesiánica en el ambiente franciscanista español*. Valladolid: Casa-Museo de Colón, 1983.
- MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – “La historiografía bajomedieval ante la revolución Trastámara: propaganda política y moralismo”. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel; et al. (coords.) – *Estudios de Historia medieval. Homenaje a Luis Suárez Fernández*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1991, pp. 333-347.
- ORTEGA Y GASSET, José – *España invertebrada*. Madrid: Revista de Occidente, 1957.
- PAZ Y MELIA, Antonio – *Opúsculos literarios de los siglos XIV a XVI*. Madrid: Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1892.
- PENNA, Mario (ed.) – *Prosistas castellanos del siglo XV*. Madrid: Ediciones Atlas, 1959 (Biblioteca de Autores Españoles, t. 116).
- PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “La utopía política en la literatura castellana del siglo XV: el *Libro de los Pensamientos Variables* (BNM, ms. 6642)”. *eHumanista. Journal of Iberian Studies* 2 (2002), pp. 23-62.

PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Propaganda ideológica pro-Trastámara en el *Cancionero de Baena*”. In VAL VALDIVIESO, María Isabel de; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (Dirs.) – *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al profesor Julio Valdeón Baroque*. Vol. II. Valladolid: Instituto Universitario de Historia Simancas, 2009, pp. 583-593.

PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Pedro I y la propaganda antipetrista en la génesis y el éxito de la poesía cancioneril castellana, I”. *La Corónica* 45/2 (2017), pp. 109-132.

PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Pedro I y la propaganda antipetrista en la génesis y el éxito de la poesía cancioneril castellana, II”. *La Corónica* 46/1 (2017), pp. 151-181.

PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Anglofilia y anglofobia en la Castilla medieval: Thomas Becket y el duque de Lancáster en la arenga de Juan I de Trastámara ante las Cortes de Segovia (1386)”. In BECEIRO PITA, Isabel (ed.) – *La espiritualidad y la configuración de los reinos ibéricos (siglos XII-XV)*. Madrid: Dykinson, 2018, pp. 197-238.

PÉREZ MARINAS, Iván – “Las obras de las crónicas de Alfonso III: *Crónica de Alfonso II sobre el final de los reyes godos, Leyenda de Covadonga, Crónica de Sebastián de Salamanca y Crónica de Ordoño I*”. *STVDIVM. Revista de Humanidades* 20 (2014), pp. 29-54.

REI, António – “Profetismo moçárabe e/ou ideologia prospetiva neo-goda (sécs. VIII-IX)”. In MEIRINHOS, José; et al. (eds.) – *Secrets and Discovery in the Middle Ages. Proceedings of the 5th European Congress of the Fédération Internationale des Instituts d'Études Médiévales (Porto, 25th to 29th June 2013)*. Barcelona-Roma: Fédération Internationale des Instituts d'Études Médiévales, 2017, pp. 101-111.

REILLY, Bernard F. – *The Kingdom of León-Castilla Under King Alfonso VII, 1126-1157*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998.

RUCQUOI, Adeline – “Les wisigoths fondement de la «nation Espagne»”. In FONTAINE, Jacques; PELLISTRANDI, Christine (eds.) – *L'Europe héritière de l'Espagne wisigothique*. Madrid: Casa de Velázquez, 1992, pp. 342-352.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *España, un enigma histórico*. 2 vols. Barcelona: Edhasa, 1973.

SANZ SERRANO, Rosa – *Las migraciones bárbaras y la creación de los primeros reinos de Occidente*. Madrid: Istmo, 1995.

SERRANO DEL POZO, Joaquín – “La pérdida de España: el tópico de la lamentación y el sentido providencial en la *Crónica mozárabe del 754*”. *Intus-Legere Historia* 8/1 (2014), pp. 25-46.

SEVERIN, Dorothy S. (ed.) – *An Electronic Corpus of 15th Century Castilian Cancionero Manuscripts* [En línea]. [Accedido en 8 noviembre de 2020]. Base de datos de libre acceso en Internet. Disponible en <http://cancionerovirtual.liv.ac.uk>.

SOLANO FERNÁNDEZ-SORDO, Álvaro – “La ideología del reino de Asturias a través de sus *crónicas*”. *Boletín de Letras del Real Instituto de Estudios Asturianos* 173/174 (2009), pp. 109-158.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Castilla, el cisma y la crisis conciliar, 1378-1440*. Madrid: CSIC, 1960.

TATE, Robert B. – *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*. Madrid: Gredos, 1971.

TATO GARCÍA, Cleofé; PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “De Castillo a Dutton: cinco siglos de cancioneros”. *La Corónica* 40/1 (2011), pp. 89-102.

VALDEÓN BARUQUE, Julio – *Los conflictos sociales en el Reino de Castilla en los siglos XIV y XV*. Madrid: Siglo XXI, 1979.

VALDEÓN BARUQUE, Julio – *Los Trastámaras. El triunfo de una dinastía bastarda*. Madrid: Temas de Hoy, 2001.

VILLA PRIETO, Josué – “La ideología goticista en los prehumanistas castellanos: Alonso de Cartagena y Rodrigo Sánchez de Arévalo. Sus consideraciones sobre la unidad hispano-visigoda y el reino astur-leonés”. *Territorio, sociedad y poder* 5 (2010), pp. 123-145.

VITAL FERNÁNDEZ, Sonia – *Alfonso VII de León y Castilla (1126-1157). Las relaciones de poder en el centro de la acción política y social del Imperator Hispaniae*. Gijón: Ediciones Trea, 2019.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PEREA RODRÍGUEZ, Óscar – “Escitia y Escancia (o Escandia), el fabuloso pasado nórdico del neogoticismo cuatrocentista hispánico”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 185-214. Disponível em <https://medievalista.iem.fsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

ARTIGOS

ARTICLES



MEDIEVALISTA

N.º 31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

El golpe de Estado de Focas (602): sus orígenes sociales

Phocas's coup d'état (602): its social origins

Carlos Martínez Carrasco

Centro de Estudios Bizantinos, Neogriegos y Chipriotas
18001 Granada, España

cmtnez@ugr.es

<https://orcid.org/0000-0002-0206-3940>

Data recepção do artigo / Received for publication: 5 de Janeiro de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 15 de Outubro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5129>

RESUMEN

Partiendo de una reevaluación de las fuentes disponibles, se propone una revisión de uno de los momentos clave en el devenir histórico del Imperio romano de Oriente, el golpe de Estado que llevó al poder a Focas en 602. Fue el primer hecho de este tipo que se dio en Constantinopla, creando una situación de inestabilidad que marcaría todo el siglo VII. Este estudio pone el acento en el contexto social y económico en el que se produjo, enclavándolo en las tensiones existentes entre el estamento aristocrático y el resto de la población romana. La extrema crueldad con la que se produjo la deposición de Mauricio, y que también afectó a su familia, sería la prueba de que se trató de una venganza social.

Palabras clave: Bizancio; siglo VII; Focas; crisis social; golpe de Estado.

ABSTRACT

Starting from a reassessment of the available sources, a review of one of the key moments in the historical development of the Eastern Roman Empire is proposed, the coup d'état that brought Phocas to power in 602. It was the first event of its kind that occurred in Constantinople, creating a situation of instability that would mark the entire 7th century. This study places the accent on the social and economic context in which it occurred, anchoring it in the existing tensions between the aristocratic establishment and the rest of the Roman population. The extreme cruelty with which Maurice's deposition took place, and which also affected his family, would be proof that it was a social revenge.

Keywords: Byzantium; 7th century; Phocas; Social Crisis; coup d'État.



En noviembre de 602 se produjo algo inédito en el Imperio romano de Oriente, la deposición violenta y ejecución de un emperador, Mauricio (582-602), junto a toda su familia. Focas (602-610), el cabecilla de ese golpe de Estado sangriento, escribió unas de las páginas más negras en la historia de Bizancio. Basta con leer cómo los historiadores posteriores se han referido a él y a su reinado, empezando por E. Gibbon (1788): “Sin revestirse del cargo de príncipe, se desentendió de la profesión de soldado, y el reinado de Focas desconsoló a Europa con una paz indecorosa, y a Asia con una guerra asoladora. Su temperamento salvaje se enardecía con la resistencia o la reconvencción”¹. Imagen que no mejora en otros historiadores como J. B. Bury (1892): “The Empire sank into the lowest depths of degradation and misery, and it seemed that nothing short of some divine miracle could restore it to wellbeing”². Ni en G. Ostrogorsky (1940): “El régimen de terror de Focas fue el marco exterior en el que se consumió la desintegración del orden político y social del Estado romano tardío”³. Tampoco en la obra del conservador A. N. Stratos (1966): “Absolutism and sense of power brought out his petty and vulgar nature and strengthened his tendencies to incontinence and drunkenness”⁴. Y que se mantiene en el más actual W. Treadgold (1997): “Unlike them, however, he lacked experience close to the throne. Even more important, unlike every eastern emperor since Diocletian, Phocas lacked even a shred of legitimated claim to rule”⁵.

Sólo recientemente se ha reevaluado la figura de este controvertido emperador, haciendo notar que las fuentes ya tenían un sesgo contrario a él. El estudio de M. Meier pone el foco en la campaña de desprestigio emprendida por Heraclio el Joven (610-641) con el único fin de legitimar su propio golpe de Estado, tan virulento como el que llevó a Focas al poder. Señala el historiador alemán el despliegue

¹ GIBBON, Edward – *Historia de la Decadencia y Caída del Imperio Romano*. Tomo III. Trad. J. Mor Fuentes. Edición, revisión y actualización de L. A. Romero. Madrid: Turner, 2006, pp. 270-271.

² BURY, John B. – *A History of the Later Roman Empire from Arcadius to Irene (395 A.D.-800 A.D.)*. Vol. II. London-New York: MacMillan, 1889, p. 197.

³ OSTROGORSKY, Georg – *Historia del Estado Bizantino*. Trad. J. Facci. Madrid: Akal, 1983, p. 96.

⁴ STRATOS, Andreas N. – *Byzantium in the Seventh Century*. Vol. I. Trans. M. Ogilvie-Grant. Amsterdam: Adolf M. Hakkert Publisher, 1968, pp. 602-634, pp. 57-58.

⁵ TREADGOLD, Warren – *A History of the Byzantine State and Society*. Stanford: Stanford University Press, 1997, p. 236.

propagandístico con el objeto de presentarlo como un *τύραννος*, un usurpador, construyendo una figura que en muchos aspectos podría compararse con las de Calígula o Nerón. El emperador bizantino del siglo VII también sería objeto de una *damnatio memoriae* que buscaba eliminar cualquier rastro de su presencia⁶. El hecho de que las fuentes se regodeen en los crímenes imputados a Focas, que los enumeren y repitan hasta la saciedad, era una de las prácticas habituales para denigrar a soberanos impíos y ensalzar a sus sucesores. En muchas ocasiones eran bulos o exageraciones cuya única función era excitar los ánimos contra ellos⁷. Y en el caso que nos ocupa, esta premisa se cumple desde el principio, como un elemento más de lo que se ha venido en llamar la *política heroica* de Heraclio⁸. Focas encarna al enemigo interior del mismo modo que Cosroes II (590-628) representa al exterior, compartiendo ambos ese carácter de impiedad y desafío al orden providencial.

Creo que una de las claves se encontraría en la ruptura de la *τάξις*, el orden político y social que podría confundirse con el *μέτρον*, la medida de la Antigüedad, si bien en Bizancio el sentido de ese orden haya que ponerlo en el contexto de la revelación cristiana que marca un tipo de autoridad incuestionable⁹. Estos dos conceptos, orden y medida, aparecen unidos en el *Strategikon* atribuido al emperador Mauricio: si se quería evitar conspiraciones, era fundamental que los delitos más habituales fueran castigados con prudencia¹⁰. En un fragmento de su obra, Teofilacto Simocatta, historiador cercano a Heraclio, al referirse a la lucha por el poder en Persia, señala que la anarquía era consecuencia del desorden y causa de la tiranía que precipitaba

⁶ MEIER, Mischa – “Kaiser Phokas (602-610) als Erinnerungsproblem”. *Byzantinische Zeitschrift* 107/1 (2014), pp. 139-174.

⁷ VACHKOVA, Vesselina – “La méthode byzantine de la *damnatio memoriae*”. In MILANOVA, Albená; VACHKOVA, Vesselina; STEPANOV, Tsvetlin (eds.) – *Memory and Oblivion in Byzantium*. Sofía: Voennno Izdatelstvo, 2011, pp. 164-181.

⁸ SOTO CHICA, José – “La política heroica de Heraclio. Un puente entre el héroe grecorromano y el caballero cristiano”. In ALONSO ALDAMA, Javier; OMATOS, Olga (eds.) – *Cultura neogriega. Tradición y modernidad*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2005, pp. 671-684.

⁹ AHRWEILER, Hélène – *L'idéologie politique de l'Empire byzantin*. París: Presses Universitaires de France, 1975, pp. 134-135.

¹⁰ MAURICIO – *Strategikon*. Ed. y trad. G. T. Dennis; E. Gamillscheg. Viena: Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1981. Trad. española E. Magaña Orúe; J. Rodríguez González; J. I. de la Torre Rodríguez. Madrid: Ministerio de Defensa, 2014, VIII, 1.11.

la decadencia de la sociedad que la sufría¹¹. Lo que reiteran las fuentes es precisamente el carácter disruptivo que tuvieron la figura y los actos de Focas.

La *ἐπανάστασις*, la revolución que protagonizó fue también una *ἀκασασία*, la inversión del orden social, que de inmediato es asemejada por los intelectuales bizantinos a una enfermedad que afecta a toda la sociedad, un pecado que debe ser purgado¹². Esto nos lleva al estudio de D. M. Olster en el que señala la situación heredada del siglo anterior como un factor determinante en lo que califica – ya desde el título – como una “revolución en Bizancio”¹³, si bien el propio M. Maier rechaza que se deba achacar todo al componente material para explicar los hechos de noviembre de 602¹⁴. En lo que a lo estrictamente militar se refiere, el golpe de Estado de Focas rompió con la imagen del Ejército como una institución leal al emperador y su política, sea cual sea. A partir de 602, los militares dejaron de ser el elemento de estabilidad que habían sido desde la centuria anterior¹⁵.

La cuestión sigue siendo pertinente: se trató o no de un conflicto de raíz social. Si la guerra civil que se desató a continuación tuvo un componente de lucha anti-aristocrática a la que ya apuntaba A. N. Stratos, que también habla de “revolution”¹⁶. W. E. Kaegi señala el desdén con el que los círculos educados romanos miraban a los soldados, a los que consideraban incapaces de articular un movimiento político digno de ese nombre¹⁷. La displicencia era el modo en que se recomendaba a los generales tratar con sus tropas, a las que se veía como niños¹⁸. Aunque no se pueda obviar el factor individual, personal y psicológico, en la toma del poder de Focas es imprescindible tener presente el contexto no sólo económico, sino también ambiental, climático. El levantamiento entre las tropas acantonadas en el Danubio

¹¹ THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*. Ed. C. De Boor. Leipzig: Teubner, 1887. Trad. M. Whitby y M. Whitby. Oxford: Oxford University Press, 1986, IV, 4.11-12; KAEGI, Walter E. – *Byzantine Military Unrest, 471-843. An Interpretation*. Amsterdam: Adolf M. Hakkert, 1981, pp. 131-132.

¹² AHRWEILER, Hélène – *L'idéologie politique de l'Empire byzantin*, p. 143.

¹³ OLSTER, David M. – *The Politics of Usurpation in the Seventh Century: Rhetoric and Revolution in Byzantium*. Amsterdam: Hakkert, 1993, p. 64 y 184.

¹⁴ MEIER, Mischa – “Kaiser Phokas (602-610) als Erinnerungsproblem”, p. 144.

¹⁵ PARNEL, David A. – *Justinian's Men. Careers and Relationships of Byzantine Army Officers, 518-610*. London: Palgrave Macmillan, 2017, p. 196.

¹⁶ STRATOS, Andreas N. – *Byzantium in the Seventh Century*, vol. 1, p. 50.

¹⁷ KAEGI, Walter E. – *Byzantine Military Unrest, 471-843*, p. 114.

¹⁸ MAURICIO – *Strategikon*, VIII, 1.20.

se produjo en un marco muy concreto que, si bien no fue el elemento determinante, si debió jugar un rol que no podemos dejar de lado al explicar los acontecimientos. De acuerdo con los análisis publicados en 2016 sobre la oscilación de las temperaturas en el período conocido como *LALIA* (*Late Antiquity Little Ice Age*), en torno al año 600 encontramos uno de los picos mínimos, con una caída media de -2°C ¹⁹. Las fuentes vienen a confirmar el empeoramiento de esas condiciones.

En el año 902 AG (590-591 AD)²⁰ se produjo una epidemia de peste que volvería a afectar al Imperio, y especialmente a Constantinopla, ocho años más tarde, *ca.* 910 AG (598-599 AD), en la que murieron 3.180.000 personas, entre ellas el patriarca Juan, si bien la cifra haya que ponerla en duda²¹. A las pérdidas en vidas humanas y económicas derivadas del impacto de la enfermedad, habría que sumarle los efectos de los desastres naturales que se registraron en esos años finales del reinado de Mauricio. En el año 14^o de su reinado, *ca.* 596-597, se registró una sequía acompañada de ola de calor que quemó las cosechas y los árboles frutales, incluidos los olivos y las viñas²². Como puede observarse, el clima a finales del siglo VI estuvo marcado por fuertes oscilaciones. Y a un período de sequía, le siguió otro de fuertes lluvias, que no sólo destruyeron los campos sino también las ciudades, como sucedió *ca.* 598-599²³. Las temperaturas cálidas y el incremento de la humedad provocaron la aparición de la plaga de langostas, que cayó sobre los sembrados, volviendo de manera cíclica durante los tres años siguientes por los huevos que los insectos dejaron enterrados²⁴. La gran nevada tuvo lugar al año siguiente, 599-600²⁵, incidiendo en los efectos de la hambruna. A partir de esta fecha, no hay más entradas en las crónicas acerca del estado del clima: las circunstancias políticas lo ocultaron todo.

¹⁹ BÜNTGEN, Ulf; *et al.* – “Cooling and societal change during the Late Antique Little Ice Age from 536 to around 660 AD”. *Nature Geoscience* 9 (2016), pp. 231-237, espec. p. 234.

²⁰ AGAPIOS – *Kitab al-'Unvan*. Ed. y trad. A. Vasiliiev, *Histoire universelle écrite par Agapius (Mahboub) de Menbidj*. Second Partie. Turnhout: Brepols, 1971, p. 187.

²¹ MIGUEL EL SIRIO – *Chronique du Michel le Syrien Patriarche Jacobite d'Antioche*. Trad. J.-B. Chabot. 3 vols. Bruxelles: Culture et Civilisation, 1963, II, X, 23, pp. 373-374.

²² AGAPIOS – *Kitab al-'Unvan*, p. 187; MIGUEL EL SIRIO – *Chronique du Michel le Syrien Patriarche Jacobite d'Antioche*, II, X, 23, p. 374.

²³ AGAPIOS – *Kitab al-'Unvan*, p. 187.

²⁴ AGAPIOS – *Kitab al-'Unvan*, p. 187; MIGUEL EL SIRIO – *Chronique du Michel le Syrien Patriarche Jacobite d'Antioche*, II, X, 23, p. 374.

²⁵ AGAPIOS – *Kitab al-'Unvan*, p. 187.

Podría rebatirse todo lo anterior sosteniendo que se trata de exageraciones de los cronistas que, presas de una visión providencialista, se sirvieron de este tipo de catástrofes, magnificándolas, para evidenciar que el Juicio Final estaba próximo y que Dios los llamaba a purgar sus pecados²⁶. No obstante, hay otros indicadores que dibujan una situación poco favorable para los estratos más bajos de la sociedad bizantina. La introducción por Mauricio de un sólido ligero de plata, equivalente a 23 *siliquas*, que se unía a los ya existentes de 21 y 22 *siliquas* puestas en circulación durante los reinados de Justiniano (527-565) y sus sucesores, era, por un lado, una respuesta a la falta de oro para la amonedación y por otro, suponía la continuación de las reformas monetaria y económica iniciadas por Anastasio (491-518)²⁷.

La acuñación de monedas fraccionarias de cobre resultó del agrado de una aristocracia a la que la monetización de la economía y el pago de rentas y tributos en moneda le beneficiaba. El hecho de que el reinado de Anastasio tuviera tan buena imagen entre los historiadores posteriores, a diferencia de los de Justino (518-527) o Justiniano, se debe a que las políticas puestas en marcha por Anastasio beneficiaron a la élite senatorial y terrateniente, a quienes realmente debía pertenecer el poder y no a ese grupo de militares y burócratas advenedizos que habían ostentado los principales oficios y magistraturas. Las arcas llenas que dejó este emperador debían servir para dejar bien clara la incompetencia de sus inmediatos sucesores. Pero lo cierto es que lo que alabarían historiadores como Procopio no era tanto el superávit que dejó como el hecho de que el esfuerzo tributario no hubiera recaído sobre la élite. De hecho, la reforma monetaria produjo altercados en muchas ciudades contra los funcionarios encargados de ponerla en marcha. Con la proliferación de monedas fraccionarias de cobre, el valor del *solidus* de oro aumentaba, por lo que en la práctica también lo hacían los tributos y rentas que tenían en esta unidad su valor de referencia. Lo que *a priori* podría ser visto

²⁶ “Después de tales castigos, los romanos pusieron fin a la persecución de los ortodoxos [i.e. los monofisitas] y a su odiosa barbarie”, MIGUEL EL SIRIO – *Chronique du Michel le Syrien Patriarche Jacobite d'Antioche*, II, X, 23, p. 374. MARTÍNEZ CARRASCO, Carlos – “El maldito siglo VII: los efectos del enfriamiento y las catástrofes naturales en Siria-Palestina según las crónicas”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 18 (2018), pp. 283-300, espec. pp. 285-286.

²⁷ HENDY, Michael F. – *Studies in the Byzantine Monetary Economy c. 300-1450*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 288, p. 476 y pp. 492-493.

como un aumento de la liquidez de los estamentos populares, realmente conllevó su empobrecimiento²⁸.

Podría establecerse una línea de continuidad en las políticas proaristocráticas que nos llevaría desde los inicios del siglo VI hasta el comienzo del siglo VII, materializada en una reforma monetaria y en una serie de políticas económicas de ajuste del gasto que fueron entendidas como un ataque de Mauricio a determinados colectivos. Una de las primeras acciones en este sentido la llevó a cabo con motivo de su consulado en el invierno de 582-583: aunque hiciera los acostumbrados dispendios a los que estaba obligado por el cargo, al parecer el gasto en la procesión no fue el habitual, al verse rebajada su espectacularidad²⁹. Tampoco se dio el dispendio con el que se solían organizar los juegos en el Hipódromo, que quedó prohibido para los sucesivos cónsules. Como señala M. Hendy, no se trató tanto de un capricho como de la consecuencia del estado en que se encontraban las arcas públicas tras el reinado de Tiberio II³⁰. No obstante, Mauricio procedió a la creación de un sistema de protección para los *limitanei* retirados, a los que se le pagaría una pensión a cargo del tesoro público. Asimismo, se encargó de que los hijos únicos o primogénitos de los soldados muertos en combate percibieran el salario de sus padres y se les reservara el puesto que éstos habían ocupado, hasta el rango de *biarchus*³¹.

Pero estas medidas sociales no fueron sino una reacción del emperador ante el malestar que había provocado la que será la principal reforma económico-militar del reinado de Mauricio. Buscaba por todos los medios disminuir el gasto que le suponía el mantenimiento de los ejércitos fronterizos, por lo que ordenó que el pago se organizara en tres partes: *δι' ἐσθῆτος καὶ ὄπλων καὶ χαράγματος χρυσίου*³² ("en

²⁸ JONES, A. H. M. – *The Later Roman Empire, 284-602. A Social, Economic and Administrative Survey*. Vol. I. Oxford: Basil Blackwell, 1964, pp. 236-237; SARRIS, Peter – *Economy and Society in the Age of Justinian*, Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 200-201; HENDY, Michael F. – *Studies in the Byzantine Monetary Economy c. 300-1450*, pp. 475-478.

²⁹ THEOPHANES – *Chronographia*. Ed. C. De Boor. Trad. C. Mango y R. Scott. Leipzig: Teubner, 1883. Oxford: Clarendon Press, 1997, AM 6076, 253; THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, I, 12.12.

³⁰ HENDY, Michael F. – *Studies in the Byzantine Monetary Economy c. 300-1450*, p. 193.

³¹ THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, VII, 1.7-8; JONES, A. H. M. – *The Later Roman Empire, 284-602*, vol. 2, p. 675.

³² THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, VII, 1.2.

ropa, en armas y moneda acuñada”). Suponía en la práctica una rebaja del salario de los soldados y una pérdida de poder adquisitivo al reducirse la cantidad que recibían en metálico³³, aunque con ello se buscara también que los soldados fueran correctamente armados³⁴. El motín de lo que Teofilacto Simocatta llama *πλῆθος ἀβέβαιον*³⁵ (“la masa poco de fiar”) pudo evitarse gracias a esas concesiones hechas por el emperador. Esta medida se sumaba a otra adoptada previamente, por la cual rebajó la paga en una cuarta parte, según reveló el general Filípico como venganza cuando en 587, supo que Mauricio le había quitado el mando del ejército y puesto en su lugar a Prisco³⁶.

Asimismo, había una situación de corrupción por parte de unos oficiales que solían traficar con los abastecimientos de la tropa además de falsear el número de efectivos bajos sus órdenes, no dando de baja a los soldados muertos en combate³⁷. Todas estas medidas no hacían sino preparar el camino hacia el motín de noviembre de 602, en el que unos soldados empobrecidos se alzarían en armas contra el emperador y junto a un pueblo descontento por las muertes con las que se saldaron las derrotas de Comentiolo³⁸, lo destronaran. Sin embargo, esto no ayudó a que la población civil dejara de desconfiar de los militares, a los que veían como una amenaza³⁹. Curiosamente, cuando Focas ascendió al trono no revirtió las medidas de Mauricio, quizás porque, dado el contexto de guerra contra Persia, le fue imposible hacerlo. No será hasta el año 615, ya gobernando Heraclio, cuando se establezca la *ρογα*, un pago extra a los funcionarios civiles y militares, para el que se usó el nuevo *ἐξάγραμμον* de plata⁴⁰, evidenciando la falta de oro y las dificultades económicas que se arrastraban desde el gobierno de Mauricio.

³³ HENDY, Michael F. – *Studies in the Byzantine Monetary Economy c. 300-1450*, p. 647.

³⁴ JONES, A. H. M. – *The Later Roman Empire, 284-602*, vol. 2, p. 671.

³⁵ THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, VII, 1.9.

³⁶ THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, 1.2; THEOPHANES – *Chronographia*, AM 6079, 259. La rivalidad entre los generales de Mauricio fue uno de los elementos de desestabilización. La necesidad de contar con el apoyo de algunos de ellos hizo que fuera Prisco quien resultara superviviente y beneficiado de las purgas. Cuando llegara el momento, no dudaría en traicionar a quien lo había encumbrado, véase: KAEGI, Walter E. – *Byzantine Military Unrest, 471-843*, p. 123.

³⁷ PARNEL, David A. – *Justinian's Men*, p. 170.

³⁸ KAEGI, Walter E. – *Byzantine Military Unrest, 471-843*, p. 115.

³⁹ PARNEL, David A. – *Justinian's Men*, p. 198.

⁴⁰ *Chronicon Paschale*. Ed. L. Dindorff. Bonn: Weber, 1832. Trad. M. Whitby y M. Whitby, Liverpool: Liverpool University Press, 1997, s. a. 615, 706.9-10. Para su posterior desarrollo, véase: HENDY, Michael F. – *Studies in the Byzantine Monetary Economy c. 300-1450*, pp. 648-649.

El estallido se produjo en el *limes* danubiano cuando se atentó contra la que era otra parte fundamental del sustento de los soldados, el botín. Las disputas por su reparto solían ser uno de los puntos de fricción con los oficiales⁴¹. Según recogen Teofilacto Simocatta y Teófanos el *Confessor*, Mauricio habría ordenado al general Pedro, su hermano, que las tropas inviernaran en el territorio de los *Σκλαυνηνῶν* (“eslavos”), con lo que quedaban a merced de los ávaros con los que estaban combatiendo⁴². Al permanecer allí, les era imposible vender como esclavos a los prisioneros de guerra ni los objetos que hubieran rapiñado durante la campaña. Tampoco podían llevarlo a los cuarteles de invierno, donde depositar el botín en un lugar seguro⁴³. Como señala W. E. Kaegi, para que las tropas aceptaran pasar el invierno al otro lado del *limes* el emperador debía ofrecerles alguna compensación a cambio, algo que en esta ocasión Mauricio no hizo aunque estuviera recogido por las leyes de Justiniano⁴⁴. A ello se añade la imposibilidad de abastecerse en un territorio devastado por varios años de guerra – la campaña había empezado en 597 – en un momento en el que *ψύχους δὲ γεγονότος ἔξαισίου καὶ μεγάλου κρύους*⁴⁵ (“empezaron las heladas y el frío fuerte”) que mató a los animales que llevaban consigo. Otro cronista como el egipcio Juan de Nikiu introduce un detalle que los otros dos no cuentan, como fue el asalto por parte de los amotinados de los almacenes en los que se guardaban el dinero y los víveres de los oficiales⁴⁶. H. Zotenberg, editor y traductor de esta obra, hace notar que podría tratarse de un error y estar haciendo referencia a los sucesos del invierno de 588. No obstante, hay testimonios que apuntan a la negativa del emperador a pagar la soldada como el detonante de la rebelión⁴⁷.

⁴¹ PARNEL, David A. – *Justinian’s Men*, p. 171.

⁴² THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, VIII, 6.2.

⁴³ WHITBY, Michael – *The Emperor Maurice and his Historians: Theophylact Simocatta on Persian and Balkan Warfare*. Oxford: Clarendon Press, 1988, pp. 165-167; STRATOS, Andreas N. – *Byzantium in the Seventh Century*, vol. 1, p. 44.

⁴⁴ KAEGI, Walter E. – *Byzantine Military Unrest, 471-843*, p. 112.

⁴⁵ THEOPHANES – *Chronographia*, AM 6093, 283.

⁴⁶ JUAN DE NIKIU – *Chronique*. Ed. y trad. H. Zotenberg, *Chronique de Jean, évêque de Nikiou. Texte éthiopien publié et traduit*. París: Imprimerie Nationale, 1883. Trad. R. H. Charles, *The Chronicle of John, Bishop of Nikiu: Translated from Zotenberg’s ethiopic text*. London: Text and Translation Society, 1916, 102.10.

⁴⁷ “The Secular History of Dionysius of Tel-Mahrē”. In *The Seventh Century in the West-Syrian Chronicles*. Trans. Andrew Palmer. Liverpool: Liverpool University Press, 1993, pp. 85-221, espec. § 11, p. 119; MIGUEL EL SIRIO – *Chronique du Michel le Syrien Patriarche Jacobite d’Antioche*, II, X, 24, p. 375.

En este motín de las tropas danubianas destacaría la figura de Focas, que aún se mueve en las sombras, tanto por la propaganda heracliana como, sobre todo, por la falta de datos acerca de él. Después de todo, se trata de un personaje salido de los estratos más bajos de la milicia, sin relación con los más vistosos regimientos de la guardia palatina. En este sentido, cobra especial relevancia el retrato que de él hace el historiador del siglo XII Jorge Cedrenos, que lo presenta bajo rasgos animalescos. Describe un monstruo negro y cubierto de pelo, de gran fuerza física y que espanta a quien lo mira; está sediento de sangre, se deja dominar por la lascivia y hay en él ciertos rasgos de estulticia que lo deshumanizan⁴⁸. La fealdad y su falta de refinamiento no hacen sino manifestar la maldad del personaje, su falta de moral, anunciando que un hombre así sólo podía ser capaz de cometer los peores crímenes. En cierto modo, recuerda a la poco halagüeña imagen que Procopio de Cesarea dejó de Justino I, otro advenedizo a ojos de la aristocracia tradicional romana oriental, al que echaron en cara sus orígenes poco claros y haber accedido al poder sin pertenecer a los círculos habituales: un analfabeto que vistió la púrpura imperial⁴⁹. Pero es también el modo de realzar a su contrario, convirtiéndolo, como hace el poeta áulico Jorge de Pisidia, en un remedo de los héroes clásicos: Perseo contra la Gorgona o Hércules matando al engendro⁵⁰.

Volvemos otra vez a los orígenes sociales del emperador. Por Juan de Antioquía⁵¹ sabemos que tenía cincuenta y cinco años y era de *γένει Θραξ*⁵² (“raza tracia”). Indica, por tanto, no un lugar geográfico, la Tracia, sino un origen étnico, señalándolo como parte de Bizancio en tanto que cristianos, – en caso contrario habría usado el término *έθνικός* (“extranjero, gentil”) – pero al mismo tiempo insistiendo en su carácter de no-romano⁵³. Con el término *Θραξ*/tracio estaría subrayando su no

⁴⁸ GEORGES CEDRENOS – *Synopsis Historion*. Ed. I. Bekker, 2 vols. Bonn: Weber, 1838, I, p. 708.

⁴⁹ PROCOPIO DE CESAREA – *Historia Arcana*. Trad. J. Signes Codoñer, Madrid: Gredos, 2000, VI, 1-2 y 12-17.

⁵⁰ GEORGES PISIDIAS – *Heraclias*. Editado y traducido in ESPEJO JAIMÉZ, Gonzalo – *Significación literaria e ideológica en la tradición bizantina de los Panegíricos Épicas de Jorge de Pisidia*. Vol. II. Granada: Universidad de Granada, 2015. Tesis doctoral, vv. 11-23.

⁵¹ Para la identidad de este cronista, véase: HUNGER, Herbert – *Die Hochsprachliche Profane Literatur der Byzantiner*. Vol. I. München: C. H. Beck, 1978, pp. 326-328.

⁵² JUAN DE ANTIOQUÍA – *Fragmenta Historicorum Græcorum*. Ed. C. Müller. Vol. V. Paris: Ambrosio Firmin Didot, 1873, frag. 218d, p. 37.

⁵³ POHL, Walter – “Romanness: a multiple identity and its changes”. *Early Medieval Europe* 22/4 (2014), pp. 406-418, espec. pp. 411-413; KALDELLIS, Anthony – *Romanland. Ethnicity and Empire in Byzantium*. Cambridge : Massachusetts-London: Harvard University Press, 2019, pp. 66-67.

pertenencia a la élite, sino al pueblo llano en un Imperio multiétnico, en el que se tiene que establecer una diferenciación entre los distintos grupos y estamentos dentro de éstos. Un discurso étnico usado por la élite para preservar su posición⁵⁴, que presenta a Focas como un elemento extraño para el grupo dirigente, lo que acaba por convertirlo en la cabeza visible de todos aquéllos que se han visto marginados por el poder bizantino. Un grupo de excluidos sobre la base de una identidad específica basada en el elemento griego y una determinada interpretación del cristianismo, que expulsó a buena parte de las poblaciones latinas, semíticas o eslavas que no encajaban en ese modelo⁵⁵. Otras fuentes, sin embargo, apuntan a un origen capadocio⁵⁶, convirtiéndolo así en oriundo del mismo lugar que su enemigo Heraclio⁵⁷.

No fue sólo que fuera completamente ajeno a la élite por su origen, ya que el caso de Focas podía haber sido similar al del isaurio Tarasicodissa/Zenón, de no ser porque además ocupaba el escalón más bajo en el escalafón militar. Es muy indicativo del malestar que generó su asalto al poder, en lo ideológico, el juego de palabras que usa Cedrenos: *οὗτος κεντριῶν ἦτοι κένταρχος*⁵⁸ (“se hizo centurión emperador”). No se trataba de un *στρατήγος*, ni de un *magister militum*. El primero que hace referencia a su rango de *κεντριῶν*, helenización del latín *centurio*, fue Teofilacto Simocatta, que lo llama *ἐκατόνταρχος*⁵⁹, traducción literal griega. Teniendo en cuenta su edad, cincuenta y cinco años, podría ser el *ἰλάρχης*, el suboficial de más edad, y ser el segundo del conde/tribuno, al mando de la mitad del *tagma*⁶⁰. Una posibilidad que cobra sentido si miramos a las fuentes occidentales, en las que aparece como

⁵⁴ GRANINGER, Denver – “Ethnicity and *Ethne*”. In VALEVA, Julia; NANKOV, Emil; GRANINGER, Denver (eds.) – *A Companion to Ancient Thrace*. New Jersey: Wiley Blackwell, 2015, pp. 22-32, espec. p. 29.

⁵⁵ LOUNGHIS, Telemáchos K. – *Byzantium in the Eastern Mediterranean: Safeguarding East Roman Identity (407-1204)*. Nicosia: Cyprus Research Centre, 2010, p. 23.

⁵⁶ GEORGES MONACHOS – *Chronicon*. Vol. II. Ed. C. De Boor. Leipzig: Teubner, 1904, 21, p. 662.

⁵⁷ KAEGI, Walter E. – *Heraclius: emperor of Byzantium*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 21.

⁵⁸ GEORGES CEDRENOS – *Synopsis Historion*, I, p. 708.

⁵⁹ THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, VIII, 7.7.

⁶⁰ MAURICIO – *Strategikon*, I, 3.17; HALDON, John – *Byzantine Praetorians*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GmbH, 1984, p. 109; RANCE, Philip – “*Campidoctores Vicarii vel Tribuni: The Senior Regimental Officers of the Late Roman Army and the rise of Campidoctor*”. In LEWIN, Ariel S.; PELLEGRINI, Pietrina (eds.) – *The Late Roman Army in the Near East from Diocletian to the Arab Conquest*. Oxford: BAR, 2007, pp. 395-409, espec. p. 400.

*strator*⁶¹ (“caballerizo”) del general Prisco, ya que uno de los significados que se le da a *ἰλάρχης* en latín es *sevir equituum* (“servir a jinetes”)⁶². Se entiende así que Focas fuera el encargado de encabezar la embajada enviada por los soldados del ejército del Danubio a Constantinopla en 599 para denunciar como traidor al general Comentiolo ante Mauricio⁶³.

Aparentemente, todo lo anterior quedaría invalidado por el testimonio de otras fuentes que dicen que Focas era un *στρατιώτης*⁶⁴ que traducimos por “soldado”, dando a entender que se trataba de un soldado raso. No obstante, el término acaba cargándose de significado para designar al soldado profesional⁶⁵ en contraposición al ciudadano armado de los tiempos de las ciudades-Estado clásicas. Este matiz no hace incompatible que un *ἐκατόνταρχος* fuera también designado como *στρατιώτης*, en tanto que había hecho del ejercicio de las armas su forma de vida. Era una manera de hacer ver que no se trataba de un oficial, de alguien que podía vivir de las rentas de su patrimonio, sino de la *annona militaris*⁶⁶.

Se perfila por tanto un levantamiento de quienes estaban en la base del ejército, empujados por unas malas condiciones materiales de vida; un motín contra unos generales y un emperador a los que hicieron culpables de su situación, de querer cambiar las condiciones del servicio⁶⁷. Quizás no una revolución, sino más bien un levantamiento social para hacer notar su disconformidad. En este caso, por su posición como *ἰλάρχης*, Focas se convirtió en el punto de referencia para todos los descontentos, de ahí que fuera él quien se presentara ante el general Pedro, que huyó

⁶¹ PAULUS DIACONUS – *Historia gentis Langobardorum*. Trad. P. Herrera Roldán. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2006, IV, 26; AGNELLUS – *Liber Pontificalis Ecclesiae Ravennatis*. Trad. D. Mauskopf Deliyannis. Washington: The Catholic University of America Press, 2004, 102, p. 217.

⁶² LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert; JONES, Henry – *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1940, s. v. ἰλ-άρχης.

⁶³ JUAN DE ANTIOQUIA – *Fragmenta Historicorum Græcorum*, frag. 218b, p. 35. THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, VIII, 1.9, relata dicha embajada, pero no menciona a Focas.

⁶⁴ *Chronicon Paschale*, s. a. 602, 693.10-11; JUAN DE ANTIOQUIA – *Fragmenta Historicorum Græcorum*, frag. 218d, p. 36; THEOPHANES – *Chronographia*, AM 6094, 285; GEORGES MONACHOS – *Chronicon*, II, 20, p. 661.

⁶⁵ LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert; JONES, Henry – *A Greek-English Lexicon*, s. v. στρατιώτης.

⁶⁶ En el caso de un centurión, se le pagaba dos *annonae* y media (JONES, A. H. M. – *The Later Roman Empire, 284-602*, vol. 2, p. 634). Véase: KAEGI, Walter E. – “The Annona Militaris in the early seventh century”. *Βυζαντινά* 13/1 (1985), pp. 589-596.

⁶⁷ PARNEL, David A. – *Justinian’s Men*, p. 181.

junto con el resto de los altos oficiales hacia Constantinopla por miedo a los soldados que habían alzado a Focas sobre el escudo, aunque quizás esto no se produjera hasta la llegada de los amotinados al Hebdomon, ya en la capital⁶⁸.

Una parte de la aristocracia bizantina vio en esta revuelta una oportunidad para hacerse con el poder. El pretendido sustituto de Mauricio sería Germano, cuya hija había casado en 601 con el César Teodosio, hijo del emperador y señalado como su sucesor. Este personaje era un *συγκλήτου βουλευτήν*⁶⁹, un senador con el rango de patricio, que probablemente sea el mismo Germano al que Tiberio II (578-582) concedió un triunfo junto a Mauricio *ca.* 582 por sus victorias frente a los persas. Ambos, Germano y Mauricio, fueron nombrados césares y emparentaron con el emperador casarse con sus hijas Charito y Constantia respectivamente⁷⁰. Retirado de la carrera por el trono a la muerte de Tiberio, quizás creyera llegada su oportunidad veinte años más tarde, aprovechando el descontento del ejército del Danubio. Hasta qué punto pensó poder capitalizar el descontento de los soldados no podemos estar seguros. Lo único cierto, por lo que cuentan las fuentes, es que Focas y el resto de los amotinados se dirigieron por carta a Teodosio para que tomara el poder y en caso de no aceptar, proclamarían a Germano en su lugar⁷¹.

Tal vez la indecisión de Teodosio y la rápida intervención de Comentiolo señalando a Germano como traidor, decantara la situación. Una de las proclamas de los soldados rebeldes era que bajo ningún concepto querían continuar siendo gobernados por Mauricio⁷². Esta sería la razón por la cual acabarían proclamando a Focas en el Hebdomon alzándolo sobre el escudo en una inequívoca ceremonia militar, por la que convertían al viejo *ἰλάρχης* en su emperador. A partir de aquí, los acontecimientos se precipitarían en la dirección ya conocida, con un baño de sangre que, a la vista de lo expuesto hasta aquí, cobra un sentido diferente. La crueldad desplegada respondería a una “venganza de clase” contra quienes los habían menospreciado, adoptando así un sesgo popular/populista, con un emperador,

⁶⁸ JUAN DE ANTIOQUIA – *Fragmenta Historicorum Græcorum*, frag. 218d, p. 36; THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, VIII, 7.7; THEOPHANES – *Chronographia*, AM 6094, 287.

⁶⁹ THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, III, 4.10.

⁷⁰ THEOPHANES – *Chronographia*, AM 6074, 251-252.

⁷¹ THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, VIII, 5-6; THEOPHANES – *Chronographia*, AM 6094, 287.

⁷² THEOPHILACTO SIMOCATTA – *Historia*, VIII, 5-6; THEOPHANES – *Chronographia*, AM 6094, 287.

Focas, salido de las propias filas del pueblo llano. Por eso, la guerra civil posterior se convertiría en una guerra de clase para devolver el poder a la aristocracia tradicional representada por Heraclio el Joven.

Referencias bibliográficas

Fuentes impresas

AGAPIOS – *Kitab al-'Unvan*. Ed. y trad. A. Vasiliev, *Histoire universelle écrite par Agapius (Mahboub) de Menbidj*. Second Partie. Turnhout: Brepols, 1971.

AGNELLIUS – *Liber Pontificalis Ecclesiae Ravennatis*. Trad. D. Mauskopf Deliyannis. Washington: The Catholic University of America Press, 2004.

Chronicon Paschale. Ed. L. Dindorff. Bonn: Weber, 1832. Trad. M. Whitby y M. Whitby, Liverpool: Liverpool University Press, 1997.

GEORGES CEDRENOS – *Synopsis Historion*. Ed. I. Bekker, 2 vols. Bonn: Weber, 1838.

GEORGES PISIDIAS – *Heraclias*. Editado y traducido in ESPEJO JAIMÉZ, Gonzalo – *Significación literaria e ideológica en la tradición bizantina de los Panegíricos Épicas de Jorge de Pisidia*. Granada: Universidad de Granada, 2015. Tesis doctoral.

JUAN DE ANTIOQUÍA – Ed. C. Müller. *Fragmenta Historicorum Græcorum*. Vol. V. Paris: Ambrosio Firmin Didot, 1873.

JUAN DE NIKIU – *Chronique*. Ed. y trad. H. Zotenberg in *Chronique de Jean, évêque de Nikiou. Texte éthiopien publié et traduit*. Paris: Imprimerie Nationale, 1883. Trad. R. H. Charles, *The Chronicle of John, Bishop of Nikiu: Translated from Zotenberg's ethiopic text*. London: Text and Translation Society, 1916.

MAURICIO – *Strategikon*. Ed. y trad. G. T. Dennis; E. Gamillscheg. Viena: Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1981. Trad. española E. Magaña Orúe; J. Rodríguez González; J. I. de la Torre Rodríguez. Madrid: Ministerio de Defensa, 2014.

MIGUEL EL SIRIO – *Chronique du Michel le Syrien Patriarche Jacobite d'Antioche*. Trad. J.-B. Chabot. 3 vols. Bruxelles: Culture et Civilisation, 1963.

PAULUS DIACONUS – *Historia gentis Langobardorum*. Trad. P. Herrera Roldán. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2006.

PROCOPIO DE CESAREA – *Historia Arcana*. Trad. J. Signes Codoñer. Madrid: Gredos, 2000.

“The Secular History of Dionysius of Tel-Mahrē”. In *The Seventh Century in the West-Syrian Chronicles*. Trans. Andrew Palmer. Liverpool: Liverpool University Press, 1993.

THEOPHANES – *Chronographia*. Ed. C. De Boor. Trad. C. Mango y R. Scott. Leipzig: Teubner, 1883. Oxford: Clarendon Press, 1997.

THEOPHYLACTO SIMOCATTA – *Historia*. Ed. C. De Boor. Leipzig: Teubner, 1887. Trad. M. Whitby y M. Whitby. Oxford: Oxford University Press, 1986.

Estudios

AHRWEILER, Hélène – *L'idéologie politique de l'Empire byzantin*. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.

BÜNTGEN, Ulf; *et al.* – “Cooling and societal change during the Late Antique Little Ice Age from 536 to around 660 AD”. *Nature Geoscience* 9 (2016), pp. 231-237.

BURY, John B. – *A History of the Later Roman Empire from Arcadius to Irene (395 A.D.-800 A.D.)*. 2 vol. London-New York: MacMillan, 1889.

GIBBON, Edward – *Historia de la Decadencia y Caída del Imperio Romano*. Trad. J. Mor Fuentes. Edición, revisión y actualización de L. A. Romero, 4 tomos. Madrid: Turner, 2006.

GRANINGER, Denver – “Ethnicity and *Ethne*”. In VALEVA, Julia; NANKOV, Emil; GRANINGER, Denver (eds.) – *A Companion to Ancient Thrace*. New Jersey: Wiley Blackwell, 2015, pp. 22-32.

HALDON, John – *Byzantine Praetorians*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GmbH, 1984.

HENDY, Michael F. – *Studies in the Byzantine Monetary Economy c. 300-1450*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HUNGER, Herbert – *Die Hochsprachliche Profane Literatur der Byzantiner*. 2 vols. München: C. H. Beck, 1978.

JONES, A. H. M. – *The Later Roman Empire, 284-602. A Social, Economic and Administrative Survey*. 3 vols. Oxford : Basil Blackwell, 1964.

KAEGI, Walter E. – *Byzantine Military Unrest, 471-843. An Interpretation*. Amsterdam: Adolf M. Hakkert, 1981.

KAEGI, Walter E. – “The Annona Militaris in the early seventh century”. *Bυζαντινά* 13/1 (1985), pp. 589-596.

KAEGI, Walter E. – *Heraclius: emperor of Byzantium*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KALDELLIS, Anthony – *Romanland. Ethnicity and Empire in Byzantium*. Cambridge: Massachusetts-London: Harvard University Press, 2019.

LOUNGHIS, Telemáchos K. – *Byzantium in the Eastern Mediterranean: Safeguarding East Roman Identity (407-1204)*. Nicosia: Cyprus Research Centre, 2010.

MARTÍNEZ CARRASCO, Carlos – “El maldito siglo VII: los efectos del enfriamiento y las catástrofes naturales en Siria-Palestina según las crónicas”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 18 (2018), pp. 283-300.

MEIER, Mischa – “Kaiser Phokas (602-610) als Erinnerungsproblem”. *Byzantinische Zeitschrift* 107/1 (2014), pp. 139-174.

OLSTER, David M. – *The Politics of Usurpation in the Seventh Century: Rhetoric and Revolution in Byzantium*. Amsterdam: Hakkert, 1993.

OSTROGORSKY, Georg – *Historia del Estado Bizantino*. Trad. J. Facci. Madrid: Akal, 1983.

PARNEL, David A. – *Justinian's Men. Careers and Relationships of Byzantine Army Officers, 518-610*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

POHL, Walter – “Romanness: a multiple identity and its changes”. *Early Medieval Europe* 22/4 (2014), pp. 406-418.

RANCE, Philip – “*Campidoctores Vicarii vel Tribuni*: The Senior Regimental Officers of the Late Roman Army and the rise of *Campidoctor*”. In LEWIN, Ariel S.; PELLEGRINI, Pietrina (eds.) – *The Late Roman Army in the Near East from Diocletian to the Arab Conquest*. Oxford: BAR, 2007, pp. 395-409.

SARRIS, Peter – *Economy and Society in the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SOTO CHICA, José – “La política heroica de Heraclio. Un puente entre el héroe grecorromano y el caballero cristiano”. In ALONSO ALDAMA, Javier; OMATOS, Olga (eds.) – *Cultura neogriega. Tradición y modernidad*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2005, pp. 671-684.

STRATOS, Andreas N. – *Byzantium in the Seventh Century*. Trans. M. Ogilvie-Grant, 6 vols. Amsterdam: Adolf M. Hakkert Publisher, 1968.

TREADGOLD, Warren – *A History of the Byzantine State and Society*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

VACHKOVA, Vesselina – “La méthode byzantine de la *damnatio memoriae*”. In MILANOVA, Albena; VACHKOVA, Vesselina; STEPANOV, Tsveletin (eds.) – *Memory and Oblivion in Byzantium*. Sofia: Voenno Izdatelstvo, 2011, pp. 164-181.

WHITBY, Michael – *The Emperor Maurice and his Historians: Theophylact Simocatta on Persian and Balkan Warfare*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MARTÍNEZ CARRASCO, Carlos – “El golpe de Estado de Focas (602): sus orígenes sociales”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 217-234. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

**Delving into the Magdalene's vase: the ointment jar from
the Middle Ages to Early Modernity**

**Investigando o Vaso de Madalena: A evolução do vaso da unção
desde a Idade Média aos inícios dos tempos modernos**

Vicki-Marie Petrick

AHLOMA - Centre de Recherches Historiques
École des Hautes Études en Sciences Sociales, Centre National de la Recherche Scientifique
75006 Paris, France

Vicki-marie.petrick@orange.fr

Data recepção do artigo / Received for publication: 11 de Junho de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 12 de Novembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5139>

ABSTRACT

In the art of medieval and early modern Europe, Mary Magdalene can be identified by the vase she holds. Other iconographic studies of Mary Magdalene mention her ointment jar, but while images may be brought before the reader, the vase is generally mentioned as the object that permits the author to name the figure and little more. This article intends to tap the rich meanings and connotations of the vase beyond simple visual signifier in studying it – in form and materials and function – through an anthropological lens. It will do so in examining a corpus of Italian images, at the forefront of Magdalenian iconography since the invention of the “indigenous icon,” as defined by Hans Belting, and the effects of Franciscan patronage that so invested this saint with their particular strain of piety. We will see that the inventiveness of Italian artists, particularly as applied to the *alabastron*, continues from the 1270 panel of Guido da Siena through to the early modern era with Titian’s 1535 Pitti Magdalene. After this period, with the Counter-Reformation’s more formulaic directives, the vase seems to have lost some of its density of meaning. For the period considered, the thirteenth through the sixteenth centuries, the results will demonstrate an intimate connection with her conversion, her femaleness, and her role in the narrative of redemption.

Keywords: Vase; Mary Magdalene; body; gender; materials.

RESUMO

Na arte da Europa medieval e dos primórdios da moderna, Maria Madalena pode ser identificada pelo vaso que segura. Muitos outros estudos iconográficos sobre Maria Madalena mencionam o vaso que contém os unguentos, sendo este mencionado como um dos atributos que permitem identificar a figura. Este artigo pretende explorar os ricos significados e conotações deste objecto para além do simples significante visual, estudando-o, na forma, materiais e função, através de uma perspectiva antropológica. Partirá do exame de um *corpus* de imagens italianas, que foram matriciais na invenção da iconografia de Maria Madalena, recorrendo ao conceito de “ícone indígena”, tal como foi definido por Hans Belting, mas ter-se-á em atenção a importância do mecenato franciscano, que tanto investiu da sua particular tensão de piedade na representação desta santa. O artigo analisa um período cronológico particularmente marcado pela criatividade dos artistas italianos, desde o painel de 1270 de Guido da Siena até ao início da era moderna com o *Pitti Magdalene* de Ticiano de 1535. Do século XIII ao século XVI, os resultados demonstrarão uma ligação íntima entre a conversão de Maria Madalena, a sua feminilidade, e o seu papel na narrativa da redenção. Após este período, com a atitude mais normativa da Contra-Reforma, o vaso parece ter perdido alguma da sua anterior densidade.

Palavras-chave: Vaso; Madalena; corpo; género; materiais.



Introduction

In the art of the medieval and early modern eras, in Christian Western Europe, Mary Magdalene is usually identified by the vase she holds¹. Often referred to as her ointment jar, it is a commonplace to see this object as the *alabastron* of perfume that the sinner woman from the gospel of Luke broke to anoint the feet of Christ, or in her other guises as Mary of Bethany who anointed Christ and wept for her brother Lazarus's death, to Mary of Magdala who came to anoint Christ's bodily remains and wept in the garden at both his loss and his return with witnessing the Resurrection². Further to this last scene she is identified with that other figure of tears and perfume, the *Sponsa* of the Song of Songs³. Hence perfume is in some sense the binding agent of the fragments that comprise this composite figure of Mary Magdalene, and it comes as no surprise that the jar containing it should serve as her primary attribute. While the saint's tresses and tears are significant symbols in the Christian experience of salvation, which I have explored in depth elsewhere⁴, our focus in this article will be that vase.

Other studies of Mary Magdalene, such as the major works by Susan Haskins⁵ and Katherine L. Jansen⁶, by necessity mention her ointment jar. Such studies, however, have largely left untapped the rich meanings and connotations of the vase beyond its functioning as a "simple" iconographic signifier, that is, as a univocal means to

¹ This article is taken from my doctoral dissertation defended at the École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, June 2012. I would like to thank Sylvain Piron, Anthony Castriota, and Karen Upright Rouda for critiques, corrections, and technical help as well as aid in translation of the Latin and the Portuguese. I am particularly grateful to *Medievalista's* anonymous reviewers whose suggested revisions much improved the article's strength.

² At a sermon pronounced in Rome 8 July 591, Pope Gregory the Great proclaimed that "she whom Luke calls a sinner, John names her Mary, and we believe that it is this Mary whom Mark claims that seven demons were exorcised." see GREGORY THE GREAT – *Homélies sur l'Évangile*. T.2. *Homélies XXI-XL*. Ed. and trans. Raymond Etaix; Georges Blanc; Bruno Judic. Paris: Le Cerf (Sources chrétiennes 522), 2008, p. 299.

³ HIPPOLYTUS OF ROME – *Beati Hippolyti Sermo, Interpretatio Cantici Cantorum*. Tran. G. Garitte. Leuven: Sécretariat du CorpusSCO, 1965.

⁴ See my forthcoming *Le Corps de la Madeleine*.

⁵ HASKINS, Susan – *Mary Magdalene, Myth and Metaphor*. New York: Riverhead Books, 1993.

⁶ JANSEN, Katherine – *The Making of the Magdalene*. Princeton: Princeton University Press, 2000. Studies have proliferated these past years. More recently we might mention the collective work ERHARDT, Michelle A; MORRIS, Amy M. – *Mary Magdalene, Iconographic Studies from the Middle Ages to the Baroque*. Leiden, Boston: Brill, 2012.

identify the Magdalene within the Christian cohort of saints. Images may be brought before the reader, but the vase is generally only mentioned as the object that permits the author to name the figure. There has been no systematic analysis of the significance of the Magdalene's vessel. I propose in this article to offer that analysis through a coherent corpus that explores the dense potential meanings of this symbol beyond a one-to-one correlation of identification with the biblical *alabastron*. To better isolate the object of our study, the vase, we will concentrate – with some exceptions – on individual painted figures of the Magdalene either alone, or in polyptychs or other types of *pala*, such as *sacra conversazione*.

For its geographical and chronological boundaries, this *corpus* focuses on Italy, foyer of the initial explosion of Christian imagery in the thirteenth century to its apogee in the sixteenth, thus covering the later Middle Ages to the early modern period. My reference in this is of course based on the reasoning of Hans Belting⁷, especially with his notion of the invention of “indigenous icon” and the polyptych and *pala* figures that this eventually becomes. This is further based on the fact that the peninsula was at the forefront of Magdalenian iconography since this invention, and the effects of Mendicant – especially Franciscan – patronage that so invested this saint with their particular strain of piety, the inventiveness of peninsular artists, especially as applied to the *alabastron*, continuing from the 1200 painted cross of a Greco-Italian painter, through to the early modern era with Titian's 1535 *Pitti Magdalene*. After this period, with the Counter-Reformation's more formulaic directives, the vase seems to lose some of its density of meaning. For the period considered, the thirteenth through the sixteenth centuries, the results will demonstrate that the vase holds an intimate connection with her bodiliness, and her role in the narrative of redemption.

The Conceptual Framework of the Imaginary

Mary Magdalene as Vessel, through her Association with the Body

To begin with, a vase, in fact, might stand as a metaphor for the body in quite disparate cultures. It is present in ancient Judaism such as when Hosea 8:8 declares,

⁷ BELTING, Hans – *Image et Culte: Une Histoire de l'Image Avant l'Epoque de l'Art*. Paris: Cerf, 1998.

“Israel is swallowed up; already they are among the nations as a useless vessel”. It occurs again in Jeremiah, for example, when the prophet exclaims, “Is this man Coniah a despised, broken pot, a vessel no one cares for?” (22:28) or again, “He has made me an empty vessel” (51:34). It is this notion that Paul brings to bear in comparing the body to clay vessels (2 Cor 4:7). We see it again as far away as the Italian peninsula in Etruscan culture in the anthropomorphic terracotta pots used as urns⁸. Thus, we can see that the vessel is a metaphor for the body in both Judeo-Christian thoughts, as well the indigenous plastic Italian imaginary.

As concerns the period examined in this article Thomas Aquinas (1225-1274) also thinks in terms of a container when he contemplates the nature of the body after the Resurrection:

“This brightness that is in the spiritual soul is received in the body as corporal. And thus, according to whether the soul will be of a greater brightness by its superior merits, there will also be a different brightness in the body as the Apostle says, I Cor. 15. And it is thus that the glory of the body will be known in the glorious body, as is known in the glass the color of the body that is contained in a vase of glass, as Gregory says on Job, 28: 17, ‘Nothing will be equal to it, neither gold nor glass’ ”⁹.

This is particularly apt to pair with the Magdalene, whose very composite creation through the different biblical episodes from which she is created is centered on the issue of the human body and its destiny. That is to say, she is the one who anointed Christ, the Anointed, the Incarnation of God, bodied forth into this world for the salvation of humankind. As *peccatrix*, she was considered to have sinned with her body, to thus be damned to perdition, but through her conversion, commonly understood as the moment she covered Christ's feet with her perfume, she was

⁸ These canopes could have been known in the period studied here, see ALLOTTINO, Massimo (dir.) – *Les Étrusques et l'Europe*. Paris: RMN, 1992, pp. 240-245.

⁹ “*Et ideo claritas quae est in anima spiritualis recipitur in corpore ut corporalis. Et ideo secundum quod anima erit maioris claritatis secundum maius meritum, ita etiam erit differentia claritatis in corpore, ut patet per Apostolum I Cor 15. Et ita in corpore glorioso cognoscetur gloria animae, sicut in vitro cognoscitur color corporis quod continetur in vase vitreo, ut Graegorius dicit super illud Job, 28, 17, Non adaequabitur ei, aurum, vel vitrum*”. Supplem., q. 85 art. 1 in co, cited in DALMASSO, Véronique – *l'Image du corps dans la peinture toscane 1300-1450*. Rennes: Presses Universitaires Rennes, 2006, p. 131, n. 110. See also AQUINAS, Thomas – *Summa theologiae* [Online] [accessed 1 June 2020]. Available at <https://www.newadvent.org/summa/4051.htm>.

destined to be the first to witness the resurrection of his glorious body – and to possess her own glorious body in turn, instead of being destined to damnation of that body. A vase thus encapsulates many of the primary issues that the Magdalene symbolizes, issues of sin and salvation as invested particularly in the somatic, whether it be her erring flesh or her intimate relation with the embodied Godhead.

Mary Magdalene as Vessel Through Her Sainthood

As concerns this last point the vase is also an apt symbol of her sainthood. Let us look to another sainted, converted sinner as an example, Paul. Commentary on Paul's description of the body as vessel designates him as a "chosen vessel" (Acts 9:15).

Thomas Aquinas' disquisition on the *Epistle to the Romans* elaborates the role of the Apostle as vase. He contains the sacred oil of the name of Christ from the exegesis of the *Song of Songs*. He is recipient of the precious liquid of Grace¹⁰.

This image extended to other holy figures: avatar of the saint, "second Magdalene", Margarita of Cortona is described too as "truly a vessel of sanctity" abounding in light and perfume¹¹. One of Paul's most famous verses in this epistle, "where sin flowed, grace overflowed", reiterates this image of a container that pours¹². It also became customary to apply these words to Mary Magdalene as evidenced in the writings from Ambrosius of Milan (c. 340-397) to William of Auvergne (1180/90-1249)¹³. Dominique Iogna-Prat underlines the emphasis given to this sort of pouring forth in the leitmotiv of the word "*effundere*" repeated in the *Sermo*¹⁴. Hence as saint, the Magdalene is also a vase pouring forth the grace of Christ.

¹⁰ AQUINAS, Thomas – *Commentary on the Epistle of Paul to the Romans*. Trans. Father Jean-Eric Stroobant de Saint-Eloy O.S.B. Paris: Cerf, 1999.

¹¹ BEVEGNATI, Giunta, O. F. M. – *Légende de la Vie et des Miracles de Sainte Marguerite de Cortone*. Trans. Monsignor Luquet. Paris: Poussielgue- Russiand, 1859, p. 429.

¹² "*ubi autem abundavit delictum superabundavit gratia*", Romans 5:20.

¹³ AMBROSIUS – *Traité sur l'Évangile de S. Luc*. Ed. Gabriel Tissot. Paris: Cerf, 1971; BÉRIOU, Nicole – "La Madeleine dans les sermons parisiens du XIII^e siècle". *Mélanges de l'École française de Rome* 85 (1992), p. 323.

¹⁴ IOGNA-PRAT, Dominique – "La Madeleine du *Sermo in Veneratione Sancte Mariae Magdalena*e attribué à Odon de Cluny". *Mélanges de l'École française de Rome* 85 (1992), pp. 37-70.

The equivalence between the body of Mary Magdalene and the vase she holds is reiterated in writings celebrating her sanctity, her conversion. One hymn sings, “From a basin, become a cup/ Gone from mud to light / Transposed into a vase of glory”¹⁵. Jacopo Passavanti (1302-1357) expresses the metaphor succinctly in giving her the words “this fragile little vase of my body”¹⁶. In these years Giovanni di San Gimignano (c.1260-c. 1333) describes her as recipient¹⁷ as does Iohannis de Biblia (d. c. 1338)¹⁸. The *Rappresentazione della Conversione di Maria Maddalena*, written in the mid-fifteenth century and printed in 1554, renders the equivalence yet more concrete. As she prepares her vase of perfume as offering to the Anointed, the saint is given these words and directions: “Receive me, who gives all of me to you”. “Me” in the instance seems to refer to herself, of course, but also to this essentialized symbol of herself that is her ointment jar and its contents¹⁹.

Mary Magdalene as Vessel Through Her Womanhood

Furthermore, she is vase by definition of her femaleness. In the early fourteenth century, Dante (c.1265-1321) utilizes the image in speaking of the “natural *vasello*”²⁰ of a woman’s genitals. The poet’s widespread fame and broadly diffused work throughout our temporal framework leads us to believe that this symbolic equivalence was commonly accepted. His contemporary, Franciscan Ubertino of Casale (1259-c. 1329), describes Dalilah as a receptacle of lust²¹, as was the

¹⁵ *Hymnae Ecclesiae*. Ed. John Henry Newman. London: MacMillan, 1865, p. 358: “*Ex lebet facta phiala / De luto luci reddita / in vas translata gloriae*”. See also JANSEN, Katherine – *The Making of the Magdalene*, p. 173 n. 24: “*tales lebes fuit Magdalenea que ardore succensa libidinis multum exhibuit et in eam tot dyabolus coxit cibos quot peccatores in eius amore succendit (...) hoc lebes multos suo contactu polluit*”, MS Assisi, 470 fol. 494v; JANSEN, Katherine – *The Making of the Magdalene*, p. 243 n. 147: “*qui vas perditum vas ire vas contumeliae transtulit et transformuit in vas gloriae*”, MS Venice, Marc. lat. fondo antico, 91, 1775, fol. 16v, quoted also by PINTO-MATHIEU, Elisabeth – *Marie Madeleine dans la littérature du Moyen Age*. Paris: Beauchesne, 1997, p. 46.

¹⁶ PASSAVANTI, Jacopo – “Lo Specchio della Vera Penitenza”. In TESTORI, Giovanni (ed.) – *Maddalena*. Milan: Franco Maria Ricci, 1989.

¹⁷ JANSEN, Katherine – *The Making of the Magdalene*, p. 123.

¹⁸ JANSEN, Katherine – *The Making of the Magdalene*, p. 243.

¹⁹ “*Ricevi me, ch’a te mi dono tutta* (dette queste stanze toglie l’unguento, e dice piangendo che farò, che dirò?)” or “Receive me who gives to you all of me (these stanzas said, she takes the perfume and says, crying, what shall I do, what shall I say)”. *Sacre Rappresentazioni del Quattrocento*. Ed. Luigi Banfi. Turin: Unione Tipografica, 1968, p. 226.

²⁰ DANTE – *La Divina Commedia: il Purgatorio*. Ed. Paolo Costa. Florence: Fabris, 1841, Canto XXV v. 45. p. 289.

²¹ UBERTINO DA CASALE – *Arbor Vitae Crucifixae Jesu*. Venice: A. De Bonetis, 1485. Ed. C.T. Davies. Edition facsimile. Turin: Bottega d’Erasmus, 1961, p. 348 and p. 267 “*situla est carnis concupiscentia insatiabilis*”, a pot of insatiable lust of the flesh.

Magdalene before her conversion. Ubertino's spread this kind of imagery far and wide in his sermons throughout Tuscany and Umbria at the end of the thirteenth century and with the fifteenth century incunabula of these sermons in the friar's immensely popular *Arbor Vitae Crucifixae Iesu*. In spite of his disappearance in an odor of heresy, in the following century, another indefatigable Franciscan preacher, Bernardino of Siena (1380-1444) was never without his pocket copy of this book. *Alter ego* of the Magdalene post-conversion, Mary, the Mother of God, is described as a sealed vase in reference to her hymen. Images of her birth and of the Annunciation, in which she conceives Christ, are traditionally marked by the representation of vessels. Clarissa Atkinson aptly titles her essay on the medieval concept of virginity citing the period description of "a precious balsam in a fragile glass"²².

If the vase can signify the sexual organs, it also indicated the heart. Already with Aristotle (384-322 BC) the heart is compared to a vase as container of blood²³. Doubling back to femaleness, the heart in turn could be understood as a kind of womb, as we can trace back as early as Albertus Magnus (c. 1200-1280)²⁴. And this vase-heart-womb is the highly somatically charged locus of femaleness in which the Magdalene distills her ointment. From Bernard of Clairvaux (1090-1153)²⁵ to Savonarola (1452-1498)²⁶, the Magdalene's heart was the place in which she created the perfume which she offered to Christ. This is in keeping with the understanding of physiology in the later Middle Ages in which the heart was the

²² ATKINSON, Clarissa W – "Precious Balsam in a Fragile Glass: The Ideology of Virginity in the Later Middle Ages". *Journal of Family History* 8 (1983), pp. 131-143. The source of the metaphor is the thirteenth century English *Hali Meidenhad*, but the imagery is not out of place for the Italian regions of our eras. See BUGGE, John – *Virginitas: An Essay in the History of a Medieval Ideal*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1975.

²³ VIMERCATI, Emmanuele – "Cardiology and Cosmology". In SALLES, Ricardo (ed.) – *Cosmology and Biology in Ancient Philosophy: From Thales to Avicenna*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021, p. 195.

²⁴ For an exploration of the development of the metaphor both implicit and explicit see LEPP, Amanda Jane – *The Rooster's Egg: Maternal Metaphors and Medieval Men*. Toronto: University of Toronto, 2010. PhD Thesis.

²⁵ "Est ergo unguentum, quod sibi coficit anima multis irretta criminibus, si cum incipit cogitare vias suas colligat congerat sonteratque in mortariolo conscientiae multas varias species peccatorum suorum, et intra aestuantis pectoris ollam simul omnia coquot igne quodam paententiae et doloris". BERNARD DE CLAIRVAUX – *Sermons sur le Cantique*. Ed. J. Leclerq; H. Rochas; Ch. H. Talbot. Paris: Cerf, 1996, *Sermo* 10, IV, 5, pp. 222-224.

²⁶ SAVONAROLA, Hieronymus – *Miserere*. Trans. Charles Journet. Paris: Desclée de Brouwer, 1994, p. 99.

locus of the most subtle of humoral and spiritual decoctions, as has been remarked by Jérôme Baschet²⁷.

The integrality of women's bodies was also considered under the form of a receptacle. Medieval physiology attributed to women a more liquid nature, given to tears, monthly bleeding, and lactation. Even their longer hair was understood as a sort of humoral *effluviu*m²⁸. Thus, the hair and tears that also identify the Magdalene are, as organic, somatic and above all liquid components of her person, in and of themselves the structural counterparts to her vase, insofar as vessels are made to contain such watery substances. These fluids so ruled the notion of a woman's physicality that Odo of Cluny (c. 878-942) describes woman as a sack of filthy excretions²⁹. This notion of container travelled down through the centuries and served as model even for the holiest of women. The later medieval period saw the rise of female mystics noted for the miraculous fluids issuing from their bodies or containing somatic miracles in their internal organs which would be opened by dissection, especially as regards the late medieval female mystics of Italy and elsewhere, such as Margaret of Città di Castello (1287-1320) or Claire of Montefalco (1268-1308)³⁰. André Vauchez has remarked that this aspect of their spirituality coincides with their gift for prophecy, the root of which lies in the idea of women as recipients³¹. It is this same paradigm that renders women like the Magdalene more vulnerable to possession by demons, often through their sexual anatomy³².

²⁷ BASCHET, Jérôme – "Âme et corps dans l'Occident médiéval: une dualité dynamique, entre pluralité et dualisme". *Archives de sciences sociales des religions* 112 (2000), pp. 5-30.

²⁸ Much work has been done on this, but see the pioneering essays by BYNUM, Caroline – *Fragmentation and Redemption*. New York: Zone Books, 1991, which explore how these notions informed somatic female spirituality in the later Middle Ages.

²⁹ ODO OF CLUNY – "*Pulcher saccus distentus stercore multo*", *Collationes* II, xi, cited in TILLIETTE, Jean-Yves – "Hermes Amoureux". *Mélanges de l'École française de Rome* 85 (1992), p. 158.

³⁰ See BYNUM, Caroline – *Fragmentation and Redemption*; SCHMITT, Jean-Claude – *La Raison des gestes dans l'Occident médiéval*. Paris: Gallimard, 1990; PARK, Katharine – *Secrets of Women: Gender, Generation, and the Origins of Human Dissection*. New York: Zone Books, 2006.

³¹ VAUCHEZ, André – *Sainteté en occident aux derniers siècles du Moyen Age*. Rome: École française de Rome, 1988, pp. 445-447: "(...) dans la mesure où elle n'ont ni culture ni pouvoir ni richesse propres et où leur corps même ne leur appartient pas (...) elles sont pur néant. Leur perfection se définit par un abandon total à la volonté divine ...: don de clairvoyance, esprit prophétique". This can be traced as far back as the the Pythia of the ancient world as described by Tertullian and Gregory of Nyssa, see SISSA, Giulia – *Le Corps virginal: la virginité féminine en Grèce Ancienne*. Paris: Vrin, 1987.

³² CACIOLA, Nancy – "Mystics, Demoniacs, and the Physiology of Spirit Possession in Medieval Europe". *Comparative Studies in Society and History* 42/2 (Apr. 2000), pp. 268-306.

As the new Eve, woman bears the news of Salvation, bringing forth life as the first woman brought forth death. When this is described, it is in terms of containing and pouring. For Ambrose it is her mouth – so anthropologically tied to the concept of the recipient, indeed to female organs – that brings news of redemption³³. Hymns devoted to the Magdalene speak of the grace diffused from her lips³⁴. The latent idea of the woman as vase underlying these formulations is brought to the fore by Gregory the Great (c. 540-604) when he describes how the Magdalene's role inverts that of Eve: "From that hand the drink of death was given to you, now take from it the cup of life" or again in the *Sermo*, "From she whose hand poured for you the concoction of death, hear now from her mouth the joys of the resurrection"³⁵.

The Magdalene is vase by still another means, yet again through her womanhood. Ever since her association with the Bride of the Song of Songs, as well as with Eve, commentators insisted on her great beauty. This was even part of the source of her downfall in the hagiography³⁶ though Jacobus of Voragine (1230-1298) notes that after her conversion she is still splendid of body³⁷. At the end of the period this article examines, when the female body was understood through the lens of Neo-Platonic Petrarchism, Agnolo Firenzuola (1493-c.1545) wrote the *Dialogo delle bellezze delle donne*. Here, as Elizabeth Cropper has shown, the charms of the female

³³ AMBROSIUS – *Expositio Evangelii secundum Lucam, Liber Decimus* 156 "per os mulieris mors ante processerat, per os mulieris vita reparatur" cited in BAERT, Barbara – "The Gaze in the Garden: Mary Magdalene in *Noli Me Tangere*". In EHRHARDT, Michelle A.; MORRIS, Amy M (ed.) – *Mary Magdalene: Iconographic Studies from the Middle Ages to the Baroque*. Leiden and Boston: Brill, 2012, p. 193, n.11.

³⁴ IOGNA-PRAT, Dominique – "La Madeleine du *Sermo in Veneratione Sancte Mariae Magdaleneae* attribué à Odon de Cluny", p. 54 cites SAXER, Victor – *Le Culte de Marie-Madeleine en Occident des origines à la fin du Moyen Âge*. Auxerre-Paris: Publications de la Société de Fouilles Archéologiques et des Monuments Historiques de l'Yonne, Librairie Clavreuil, 1959, p. 334, "Diffusa est gratia in labiis tuis propterea benedixit te deus in aeternum".

³⁵ PINTO-MATHIEU, Elisabeth – *Marie Madeleine*, p. 17. "De cujus manu sumpsistis poculum mortis, ab ejus ore audite gaudia resurrectionis".

³⁶ "When she came to marriageable age, glorious in the beauty of her body, excessively splendid, Mary was radiant in her the graceful movements of her limbs, her beautiful face, her magnificent hair, her graceful mien, her gentle spirit, the beauty of her face and the grace of her lips were like the whiteness of lilies mixed with roses. The grace that radiated from her splendor shone so that she was called an admirable creation without compare from the divine artist". (*Verum Maria, ubi nobiles subiit annos, formositate corporis pulcherrima splendens, speciosa nimis enituit, decenti membrorum docta, vultu venusta, mira caesarie, lepore gratiosissima, melliflua mente, cuju oris decor et « gratia labiorum » (prov 22, 2) ut mistus rosis candor liliorum, formae denique et pulchritudinis gratia tant resplenduit, ut singulare, atque mirificum opificis Dei diceratur figmentum*. RABANUS MAURUS – *De vita B. Mariae Magdaleneae et Marthae*. PL CXII col. 1433-1434, J.-P. Migne Paris, 1852).

³⁷ JACOBUS OF VORAGINE – *The Golden Legend*. Trans. William Granger Ryan. Princeton: Princeton University Press, 2012, p. 375.

physical form are analyzed as different types of vase, an idea which Italian painters of our latter period willingly adopt, even for religious paintings, such as Parmagianino's *Madonna of the Long Neck* of 1535-1540, in which the artist draws a metaphorical and formal parallel between the large vase in the canvas and the exaggerated forms of the Virgin's body³⁸.

When contemplating images of the Magdalene holding her vase, we can posit that, conceptually, a spectator, male or female, educated or not, understood it on some level at least to be not only the container of perfume that anointed Christ, in and of itself rife with theological meaning. Our references above have been both savant and popular, available through bookish culture but also through oral diffusion – hence a vast swath of the population of the peninsula when confronted with an image of Mary Magdalene holding her vase, specifically in the examples that follow in the next section, would be apt to make the metaphorical connection between the container and she who handled it. This vessel then designated the body of the human creature in general. More specifically still it signified the woman's body, and even more so a beautiful woman's body. And yet more pointedly still, it was that instrument by which she transgressed, her own sexual organs, as well as the heart by which she redeemed her sinful body.

Mary Magdalene and Her Vessel: A Pictorial Theme

The vessel reaches back to the origins of her pictorial representation. It is the vessels in the hands of the women depicted on the wall of the House Church in Dura-Europos³⁹ that suppose their identity as Mary Magdalene and “the other women” by the third century of the Common Era. The same scene of the *Women at the Tomb*, or that of the *Resurrection of Lazarus*, is often carved into the sides of paleo-Christian sacred vases – pyxes, reliquaries, and *ampullae – loci* in the Mediterranean world, at least, of her early iconographical development⁴⁰. These recipients further link the

³⁸ CROPPER, Elizabeth – “On Beautiful Women, Parmagianino, Petrarchismo, and the Vernacular Style”. *The Art Bulletin* 58/3 (Sep. 1976), pp. 374-394.

³⁹ Anonymous, *Holy Women at the Tomb*, III CE, wall painting, Yale University Art Gallery (Dura-Europos collection).

⁴⁰ Italian Reliquary of 375-425, Musée du Louvre. See ÁRNASON, H. Harvard – “Early Christian Silver of North Italy and Gaul”. *The Art Bulletin* 20/2 (June 1938), pp. 193-226, fig. 23; *ampulla* at Dumbarton Oaks, see OUSTERHOUT, Robert – “Architecture as Relic and the Construction of Sanctity: The Stones

Magdalene to the concept of the vessel. It is in later years however, starting especially in the thirteenth century and onward that this association with her receptacle grows more intimate. What follows will be an attempt to trace that relationship and understand the meanings associated with the symbol that stands for Mary Magdalene.

The Vase and Its Meanings by Association in the Polyptychs

The Prophetic Vase: Guido da Siena's Dossal N° 7

The presence of the Magdalene, as among the saints in Guido da Siena's thirteenth century dossal (Fig. 1) to the *Sacra Conversazione* of the early sixteenth century, is so common as nearly to defy the construction of a comprehensive corpus. In this section, however, we will examine closely the meanings of the vase as far as can be deduced by comparing it with the iconographical attributes of other holy figures joined with her in these images - the most often indicative of a sort of "spiritual manifesto" of the church concerned and the objects that identify them⁴¹. Guido's work, the oldest surviving dossal, announces the great tradition of the Sienese polyptych of Duccio and Simone Martini which will be exported throughout Italy. The iconographical choices therein will in turn affect ulterior representations of the Magdalene as one among the saints surrounding the Virgin. We will see in what ways the meanings implicit in that iconography survive and how that continues to affect the signification of the Magdalene's attribute through the fourteenth and fifteenth centuries.

of the Holy Sepulchre". *Journal of the Society of Architectural Historians* 62/1 (Mar. 2003), pp. 4-23, fig. 2; Ampulla de Monza, image in HASKINS, Susan - *Mary Magdalene*, fig. 8, p. 57. For analysis, see WILLOUGHBY, Harold. R. - "The Distinctive Sources of Palestinian Pilgrimage Iconography". *Journal of Biblical Literature* 74/2 (Jun. 1955), pp. 61-68; Censer from the British Museum from seventh century Syria, Inventory object number n. MME 72 12-2, 1. The Metropolitan Museum of Art has a fifth century pyx from the eastern Mediterranean (see R. Ousterhout, above). Other examples of pyxes with the image of the Magdalene are at Sitten in Switzerland, in the church of Valeria and in Cleveland, USA, SOPER, Alexander Coburn - "The Italo-Gallic School of Early Christian Art". *The Art Bulletin* 20/2 (Jun. 1938), pp. 145-192.

⁴¹ BELTING, Hans - *Image et Culte*, p. 543.



Fig. 1 – Guido da Siena, *Virgin and Child surrounded by Saints*, c.1270, tempera on wood, 96x186 cm Pinacoteca Nazionale, Siena. (photo: Sailko, Wikimedia Commons, in public domain).

This dossal (Fig. 1), inscribed with the date 1270, by Guido da Siena, most likely for a Franciscan church in the region, is among the first known of this kind of grouped altarpiece. Even if it has been truncated, and therefore possibly iconographically incomplete, we can, with what we see, pursue a satisfying analysis of the spiritual manifesto desired by Guido's patrons⁴². How should the spectator understand the selection of the Virgin and Child surrounded by Saints Francis, John the Baptist, John the Evangelist, and Mary Magdalene? The overarching theme, which we will see again in Simone Martini's (c.1319) *Santa Caterina* altarpiece for the Dominicans of Pisa⁴³ as analyzed by Joanna Cannon, is that of the medium of communication and writing⁴⁴. And we will see how the vase plays into this theme, though in a quite differently accented Franciscan tone.

In Guido's dossal, all the figures are associated with hermitism. The Baptist wears animal skins which isolate him from civilization. The Evangelist took refuge on Patmos, as did the Magdalene's in the south of France according to medieval legend.

⁴² BELTING, Hans – *Image*, pp. 511-547.

⁴³ Simone Martini, *Santa Caterina Polyptych*, 1320, tempera on wood, 95x339 cm, Museo Nazionale di San Matteo, Pisa.

⁴⁴ CANNON, Joanna – "Simone Martini, the Dominicans and the Early Sienese Polyptych". *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 45 (1982), pp. 69-95.

Francis spirited himself away on Mount Alverna. Underlying this theme of hermitism is the theme of prophecy. The first John bears the scroll of Old Testament prophets, of which he is the last. The second John bears a codex. This evolution to a new form of book was taken as signifying the passage towards the age of Grace through the birth of Christ, as announced by the Evangelists. Of these four, John of Patmos is usually considered the most mystical as well as the most prophetic, since he was also the author of Revelation, predicting the second coming of Christ. In fact, the book this last prophet holds, with its five circles analogous to the two on Francis's book cover, seems less to represent the Gospel than his visions of the Apocalypse, as we will see. Firstly, the two tomes resemble each other closely. The pages of the open book are as red as the cover of the closed one. These two tomes seem to be in fact one, at least figuratively, metaphorically. This would in turn hearken to a major preoccupation of Franciscan exegesis, a prophetic preoccupation of John's foretelling, Ap. 5:1, that is: "I saw, in the right hand of he who sat on the throne, a book written both within and without, sealed with seven seals". The two books combined, as imagined by Guido da Siena, placing them in the hands of Francis and John of Patmos, seem figuratively to point to that very description of a book inscribed upon both inwardly and outwardly. Moreover, the seals that mark these tomes are also a reference to Franciscan prophecy. For the Friars Minor considered Francis to be the angel of the sixth of the prophesied seven seals, as announced in this Johannic passage. It is then the sixth and seventh that the *Poverello* bears on this book, and the saint's two stigmata that mark his hands are twinned to the two seals of the book they hold – these wounds were said to be the "seal" of God the Father⁴⁵. Francis, as this angel of the sixth seal that John announced, would open the new age of faith⁴⁶. With this passage, just as the Baptist announced the coming of Christ and the new era, the prophet of Patmos foretold the coming of Francis, *Alter Christus*, and a turning point in the history of salvation.

⁴⁵ BONAVENTURE – "Légende Majeure de François d'Assise". Trans. M. Ozilou. In DALARUN, Jacques (dir.) – *François d'Assise, Ecrits, Vies, témoignages*. T. II. Paris: Cerf, 2010, p. 2361, speaks of "seals of the sovereign King imprinted in his body".

⁴⁶ PIRON, Sylvain – "Le métier de théologien selon Olivi. Philosophie, théologie, exégèse et pauvreté". In KÖNIG-PRALONG, Catherine; RIBORDY, Olivier; SUAREZ-NANI, Tiziana (ed.) – *Pierre de Jean Olivi. Philosophie et théologie*. Berlin: De Gruyter, 2010, p. 55.

The vase, though not a support of writing as are the other iconographical signifiers, is coherent with this interpretation. The Magdalene offered it to Christ “in preparation for my burial” hence by premonition, by secret knowledge. She is an initiate of Christ’s secret teaching, of the mystery of the Incarnation, according to Richard of Saint-Victor (d. 1173)⁴⁷. It is the source of her eloquence when converting the pagan population of Marseille, as her apocryphal legend held⁴⁸. This legend was an extension of her role of *Apostola Apostolorum*, Apostle to the Apostles, as named so by Hippolytus of Rome (c.175-c.236), title she earned as first witness to the Resurrection. Here her hand gesture seems to mark that role, hailing the viewer with her good news of the salvation of the body as symbolized by the vase, the glorious body resurrected, as held in the other, a future promise. This gesture will be echoed throughout the next generation of Magdalenian iconography as we will see notably in the Florentine altarpiece of 1285 by the Master of the Magdalene which also develops the idea of the Magdalene as prophet by way of being a receptacle.

Further to this, of all these supports of writing – the two books, and the two scrolls – in the end none of the communication here is legible and only that of Francis allows us to see what is written. Yet, as pseudo-kufic lettering, it is as impenetrable to human intelligence as the closed book and scroll. Intellectual parsing is beyond our means. This is not a fault of the artist, but a well-thought-out execution of a symbolic idea. The epigraphy spreads undecodably over the red surface in a kind of mystic, rather than intellectual, enlightenment. The gold becomes a reference to the Word made flesh, the Light at the beginning of the word held in the arms of the Madonna, the incomprehensible mystery of the Incarnation.

⁴⁷ “*Praeceptor Dominus Moysi de constructione tabernaculi, primo omnium instruxit cum de arca fabricanda, ut ex eo ipso innuerit propter illam caetera omnia esse facienda. Praecipuum et principale sanctuarium arcam fuisse puto quod nemo dubitat ex omnibus illis quae tabernaculum foederis continebat. Quaerenti igitur quam gratiam significare possit illud sacrarium quod caeteris omnibus dignius fuit, facile occurrit, nisi forte quis dubitet quod Maria optimam partem elegerit. Sed quae est ista pars optima quam Marie elegit (Luc. X) visi vacare, et videre quam suavis est Dominus? (Psaums xxxiii.) Nam Martha, ut Scriptura loquitur, sollicitudinem gerente, Maria sedens secus pedes Domini audiebat verbum illius*”. RICHARD OF SAINT-VICTOR – *Benjamin major*. Patrologia Latina. T. 196, col. 64-65. Paris: J.-P. Migne, 1855.

⁴⁸ “...and no wonder, that the mouth which had pressed such pious and beautiful kisses on the Savior's feet should breathe forth the perfume of the word of God more profusely than others could”. JACOBUS OF VORAGINE – *The Golden Legend*, p. 377.

The Magdalene's vase perfectly integrates this Incarnational, indeed sacramental reading. The cylinder with its conical lid recalls the form and the substance given to liturgical vases. The white veil hearkens to the winding cloth around the body of Christ (the Eucharist) which this vase will anoint, as much as to the chalice veil, or other ceremonial cloths of use in Holy Communion, such as those which the celebrant uses to hold the various sacred recipients⁴⁹. The *Sermo* of Odo of Cluny explains that the saint is initiated into the mystery of the Humanity of the Word - that later she is supposed to have "diffused" like her perfume⁵⁰.

The Prophetic Vase After Guido da Siena

Though widely varied in context and patronage, in most of the altarpieces that we will examine in this part, the Magdalene is painted in similar company, witnessing the enduring meaning of these theological pairings.

Duccio's *Polyptych N° 47* (Fig. 2), painted after 1311, includes John the Evangelist with his book, and John the Baptist with his cross, while placing the Magdalene and her vase – covered here with pseudo-kufic writing – under the aegis of the prophets Malachai and Daniel. On his scroll the former holds the words "*ecce ego mitto a(n)g(e)l(um) meu(m)/qu(i) p(re)parabit via(m) ante facie(m) tuam*" (Math. 11: 10), while the latter's reads "*Lapis imprecisus (sic) d(e) monte sine minibus*"⁵¹. Duccio's representation of the vase with its mysterious script seems to condense the pseudo-kufic calligraphy of Francis and the vase of the Magdalen in Guido's dossal. In the context of Duccio's theological program, the prophetic association seems to voluntarily recall the impenetrable writing on the wall of Nebuchadnezzar from the Book of Daniel and perhaps the ability of the Magdalene to grasp sacred enigma, as we have seen from the excerpts from Richard of Saint Victor and Odo's *Sermo*. We

⁴⁹ SUBES, Marie-Pasquine – "Art et liturgie: le flabellum et l'ostension de la patène dans le cérémonial de la messe". *Bibliothèque de l'école des chartes* 162/1 (2004), pp. 97-118.

⁵⁰ IOGNA-PRAT, Dominique – "La Madeleine du *Sermo in Veneratione Sancte Mariae Magdaleneae* attribué à Odon de Cluny", pp. 47-49.

⁵¹ The first quote comes from the Book of Malachai 3:1, with variations, "Behold, I send My messenger, and he will prepare the way before thy face." The second from the Book of Daniel 2:34, a variant on "Thou sawest till that a stone was cut out without hands, which smote the image upon his feet that were of iron and clay, and brake them to pieces" and 2:45, "This is the meaning of the vision of the rock cut out of a mountain, but not by human hands—a rock that broke the iron, the bronze, the clay, the silver and the gold to pieces". In BAGNOLI, Alessandro, *et al.* (ed.) – *Duccio: Alle origini della pittura senese*. Milan: Silvana, 2003, p. 234.

can understand the sense of Malachai's quote as her witnessing the resurrected Christ, seeing the revealed Savior face to face.



Fig. 2 – Duccio, *Polyptych N°. 47*, 1311 or after, tempera on wood, 184x257 cm Pinacoteca Nazionale, Siena (photo: Comubusken, Wikimedia Commons, in public domain).

Simone Martini's Orvietan *San Domenico Polyptych*⁵² from the early 1320s has a Dominican origin. The Magdalene holds her vessel while a tiny portrait of the patron kneels at the bottom of her frame. According to de Castris's reconstruction⁵³, she is surrounded by Saint Peter and his book and key, and Saint Dominic with lily and book, while Paul occupies the other flank of the polyptych with his letters. Once again, the vase integrates a context of the written word as in Guido's altarpiece (Fig. 1).

The same goes for another of his works for the Preachers, the *Santa Caterina Polyptych* of the Pisan *studium*. Here the artist has given to the Magdalene's other

⁵² Simone Martini, *San Domenico Polyptych (Orvieto Polyptych)*, c. 1321, tempera on wood, 113x257, Museo dell'Opera del Duomo, Orvieto.

⁵³ LEONE DE CASTRIS, Pierluigi – *Simone Martini*. Trans. Christine Piot. Arles: Actes Sud, 2007, p. 188.

hand a subtle gesture of benediction in keeping with the vase as pyx, or as element of the diffusion of her own fragrant predication, for she is in fact twinned to the preaching figure of Catherine of Alexandria on the other flank of the altarpiece, and next to Saint Dominic on her own side. That other figures include John the Baptist and John of Patmos is now entirely unsurprising after the initial grouping of these figures by the patrons of Guido da Siena⁵⁴.

Lorenzo Veneziano, for instance, in the years 1357-1359, on his *Polyptych Lion*, places his Magdalene, with golden vase, between John the Evangelist, Dominic, and Francis⁵⁵ (Fig. 3).



Fig. 3 – Lorenzo Veneziano, *Polyptych Lion*, 1357-1359, tempera on wood, 258 x 432 cm, Galleria de l'Accademia, Venice (photo: Sailko, Wikimedia Commons, in public domain).

⁵⁴ I am grateful to Reviewer 2 for the suggestion of addressing this eloquent gesture.

⁵⁵ Lorenzo Veneziano, *Polyptych Lion*, 1357-1359, tempera on wood, 258x432 cm, Galleria de l'Accademia, Venice.

To take one later polyptych which shows the lasting influence of the reading we have given to Guido's dossal we might look to Gentile da Fabriano's *Valle Romita Polyptych* of 1410-1412 (Fig. 4). The Magdalene with her vase – which looks more and more like a monstrance, etched now into the gold-leaf background – is placed beside Dominic with his book which contains his theology, and paired on the opposite side with Jerome holding a miniature church, a stand-in for his translation of the Bible. As this allowed for a radiation of the Christian religion by holy scripture, the church door “radiates” gold striations, as does the side wound of Francis next to him. This wound also propagated the Faith as did Dominic with his preaching. Jerome's church also points to the Magdalene's role as *Ecclesia*, the Mystical Body of Christ. The references to the programs painted by Guido da Siena (Fig. 1), in which the vase is a place-keeper for the spreading of the word of God, are evident.

This continues through the *Quattrocento*, associating the Magdalene with Church Fathers and with John the Baptist. An altarpiece dated to 1466 and attributed to Benozzo Gozzoli shows her with her jar next to John the Baptist with Martha and Augustine⁵⁶. Botticelli's *Saint Ambrose Altarpiece* of c.1470 places her with a vase in her hand in company of, among others, John the Baptist and Francis⁵⁷. Neri di Bicci's *Virgin and Child* commissioned in 1477 is surrounded by Saints John the Baptist, Clare, Francis, and the *myrrhophore* Magdalene in the church of Saint Martino a Mensola⁵⁸. At the turn of the sixteenth century Mantegna's *Virgin and Child* is surrounded by the Baptist and the vase-holding Magdalene⁵⁹.

⁵⁶ Benozzo Gozzoli, *Saint Andrea Altarpiece*, 1466, tempera on wood, 137x138 cm, Museo Civico, San Gimignano.

⁵⁷ Botticelli, *Sant'Ambrogio Altarpiece*, c.1470, tempera on wood, 167x195 cm, Uffizi, Florence.

⁵⁸ Neri di Bicci, *Virgin and Child with Saints*, 1477, tempera on wood, dimensions unavailable, San Martino a Mensola.

⁵⁹ Andrea Mantegna, *Virgin and Child with Saints*, 1490-1506, tempera on canvas, 139.1x116.8 cm, National Gallery, London



Fig. 4 – Gentile da Fabriano, *Valle Romita Polyptych*, 1410-1412, tempera on wood, 280x 250cm, Pinacoteca di Brera, Milan.

(photo: JarektUploadBot, Wikimedia Commons, in public domain).

The Somatic Implications of the Vase: Medicine, Healing, Death, Resurrection

This is not to say that each of these altarpieces gives an identical sense to the vase. The individual groupings bring to the fore a different meaning. For all the prophetic implications of Duccio's *Polyptych N° 47* (Fig. 2) we must also recall that the altarpiece was painted for the hospital of Santa Maria della Scala⁶⁰. Under the care of the Cistercians⁶¹, this brings to mind Bernard of Clairvaux's sermons on the *Song of Songs* which identifies the oil of the Bride with the name of Christ that is a healing medicine⁶², indeed kept in a small vase⁶³. This image is traditional in Christian exegesis since Augustine (354-430) called Christ an *apoteca* and it is in this sense that Jacobus of Voragine calls Christ a shattered alabaster jar⁶⁴. Across medieval Europe, hospitals were furthermore frequently dedicated to the Magdalene⁶⁵. The perfume of the Magdalene then was associated on one hand with the suffering body subject to death, and on the other that even in death there would still be eternal life offered in the salvation she symbolized, that any sinner might also be redeemed and come then, as she had done, face to face with God who had been made flesh and defeated the punishment for transgression. That face-to-face meeting is even foretold, as we have seen above, in the inscribed writings of the prophet associated with her.

This association with the suffering body was not unusual. A fifteenth-century fresco in the chapel of a former hospital in Alatri shows the saint reaching out from behind the painted loggia to offer her jar to the bleeding Christ in form of an *Imago Pietatis* in the *loggia* next to her, and by way of that very gesture, to the spectator (Fig. 5). The placement of the vase visually "rhymes" with the outpouring of the sacred blood from Christ's side wound. In the very early sixteenth century, as far away as France,

⁶⁰ BAGNOLI, Alessandro, *et al.* (ed.) – *Duccio*, p. 234.

⁶¹ REDON, Odile – "Le père du bienheureux: Bonatacca Tacche, conseiller siennois et podestat impérial". *Médiévales* 17/ 34 (1998), p. 40 and p. 45.

⁶² BERNARD DE CLAIRVAUX – *Sermons*, Sermo 15, IV, 7, pp. 342-343.

⁶³ BERNARD DE CLAIRVAUX – *Sermons*, "Hoc tibi electuarium habes O anima mea reconditum in vasculo vocabuli huius quod est Iesus", Sermo 15, IV, 7, pp. 342-343.

⁶⁴ ALBERT, Jean-Pierre – *Odeurs de sainteté: la mythologie chrétienne des aromates*. Paris: EHESS, 1996, pp. 172-182.

⁶⁵ SAXER, Victor – *Le Culte de Marie Madeleine*, p. 119, p. 121, pp. 135-136, ff; JANSEN, Katherine – *The Making of the Magdalene*, furthers this finding with regard to Italy, pp. 111-113.

the Saint Bartholomew Altarpiece shows this perfume jar in the hand of the Magdalene, as if offered to the viewer present in its place of origin, the Antonite hospital in Paris⁶⁶. Hence the vase signifies the body in its passible suffering as well as its source of hope, be it the healing of the flesh by medicine or the salvation upon death in which the soul meets its maker “face to face”.



Fig. 5 – Maestro della Madonna di Alvito, *Imago Pietatis* and Mary Magdalene, 15th century, fresco, dimensions unavailable, church of the Madonna della Sanità, Alatri (photo: Fabiosbaraglia, Wikimedia Commons, in public domain).

⁶⁶ Master of the Saint Bartholomew Altarpiece, *Descent from the Cross*, 1500-1505, oil on wood, 227x210 cm, Musée du Louvre, Paris, analyzed in BOYLE, Marjorie O'Rourke – “Coquette at the Cross? Magdalene in the Master of the Bartholomew Altar's Deposition at the Louvre”. *Zeitschrift für Kunstgeschichte* 59/4 (1996), pp. 573-557.

The Somatic Implications of the Vase: Sins of the Flesh and Grace's Vessel

We have looked at Simone Martini's *San Domenico Polyptych* and analyzed there the use of the vase as influenced by the meanings given it by Guido da Siena. The Orvietan work, however, adds another layer to the meaning given to the vase. Paul, her visual counterpart in the iconographical layout of the polyptych, is the Apostle, the "chosen vessel" (Acts 9:15) from which grace overabounded where sin had abounded (Romans 5:17 and 5:20). We know that this description was also applied by commentators to the Magdalene, the *Apostola Apostolorum*, who is here the Apostle's spatial and conceptual counterpart. Moreover, Paul's letter, symmetrically twinned to the Magdalene's vase, is inscribed with "*Ad Romanos*". It is in this same Epistle that Paul delineates human beings as vases of different materials: clay, wood, silver, and gold, that God, as a potter, has made according to his will. It is also this letter that sketches out the differences in nature between the passible body of mortal life and the subtle glorified body of the resurrection. This can be understood as reiterating the vase which his visual complement holds is also to be understood as a metaphor for the body which is subject to death but also to transformation into a glorious state.

When we find the Magdalene paired again with Paul, some years later in Venice, in Lorenzo Veneziano's *Lion Polyptych*, the association is perhaps motivated by the same thinking (Fig. 3).

Still later, we find them together again in the *sacra conversazione* of Raphael's *Ecstasy of Saint Cecilia* from 1514-1517 in the company of John the Evangelist and Augustine. (Fig. 6). Daniel Arasse and Stanisław Mossakowski have analyzed this iconographical program, seeing the underlying themes of love, virginity, sin, conversion, and mystical contemplation that joined the Apostle to the *Apostola*⁶⁷. Paul holds, along with his traditional sword, two letters which are not inscribed. They have convincingly been supposed to be the Epistles to the Corinthians for their

⁶⁷ ARASSE, Daniel – "Extases et visions béatifiques à l'apogée de la Renaissance: quatre images de Raphaël". *Mélanges de l'École française de Rome* 84 (1972), pp. 403-492; MOSSAKOWSKI, Stanisław - "Raphael's St. Cecilia. An Iconographical Study". *Zeitschrift für Kunstgeschichte* 31 (1968), pp. 1-26.

exposition of the nature of conversion and mystical love⁶⁸. Within a passage that addresses these issues, Paul once again resorts to his metaphor of the body as vessel containing divine Grace (II Cor 4:7).



Fig. 6 – Raphael, *Ecstasy of Saint Cecilia*, oil transferred from panel to canvas, 220x136 cm, 1514-1517 Pinacoteca Nazionale, Bologna. (photo: Attilios, Wikimedia Commons, in public domain).

⁶⁸ MOSSAKOWSKI, Stanislaw – “Raphael’s St. Cecilia. An Iconographical Study”, pp. 2-4, 6.

In this play of interpretation by association, another frequent grouping is meaningful. Niccolò di Segna's altarpiece of 1337 links the Magdalene and her vase with Saint Lucy⁶⁹. In Venice we find this assemblage in the 1427 *Sant'Elena Altarpiece* by Michele di Matteo⁷⁰ and later in Sebastiano del Piombo's *Pala di San Giovanni Chrysostomo* of 1511 (Fig. 7).

Lucy is, like most other martyrs of the Catholic host of Saints, and unlike the Magdalene, a virgin. This virginity hearkens however to both perfume and container. It is, of old, referred to as a sweet unguent and as balm contained in a breakable vessel. In her offices, Lucy's virginity is described as *habitaculum* for receiving God⁷¹, a word usually translated as "abode", but also chosen for the womb of the Virgin Mother. Hence, we see her often holding a vessel. Furthermore, Lucy's virginity was challenged in the process of her martyrdom by placing the maiden in a brothel. The receptacle therefore also refers once again to the female sexual anatomy, accentuating this signification with regard to that vase the Magdalene holds when paired with the martyred virgin.

Vase and Vision: Seeing the Resurrected Christ

Another shared theme between Lucy and the Magdalene is vision. This too then is a reference to the acts of the body and its suffering. Since the martyr's eyes were pierced, Lucy was the patron of visual maladies and, when not holding the receptacle of her virginity, frequently portrayed carrying her eyes. Another way of giving expression to this was to picture her vessel as transparent, as with Sebastiano del Piombo, itself deriving from Giovanni Bellini's portrayal of the martyr in his *San*

⁶⁹ Niccolò di Segna, *Polyptych*, 1337, tempera on wood, 110x168 cm, Pinacoteca Nazionale, Siena. In BAGNOLI, Alessandro, *et al.* (ed.) – *Duccio*, pp. 366-69.

⁷⁰ Michele di Matteo, *Sant'Elena Altarpiece*, 1427, tempera on wood, dimensions unavailable, Galleria de l'Accademia, Venice.

⁷¹ "Lucia, virgo, quid a me petis, quod ipsa poteris praestare continuo matri tuae? Nam et fides tua illi subvenit, et ecce salvata est; quia jucundum Deo in tua virginitate habitaculum praeparasti, or again, Jucundum in sua virginitate habitaculum adornarat Deo suo". BEAUGRAND, Augustin – *Sainte Lucie, vierge et martyre de Syracuse: sa vie, son martyre, reliques, son culte*. Paris: Maurice Tardieu, 1882, p. 141. tr. Virgin Lucy, why do you ask me for your mother that which you can constantly give her? Indeed, she has received it from your faith, and now she is saved; for you prepared with your virginity an abode for God that please him / she prepared in her virginity an abode for her god that pleases him.

Zaccharia altarpiece of 1505⁷². One of the great turning points on which the Magdalene's theological importance rests is, of course, her witnessing of Christ's resurrection, her act of seeing. John's verses describe the Magdalene weeping, as she initially mistakes Christ for the gardener before fully recognizing him. Theologians took this to mean a conversion from the spiritual blindness of doubt to sight and perfect faith⁷³. Another reading of the scene commonly interprets this passage as that of moving from the touching that characterizes her attachment to the physical presence of the Incarnate flesh to a more spiritual understanding of his purpose, moving along an anthropological hierarchy from touch to sight, acts of the body growing progressively less physical and more spiritualized.



Fig. 7 – Sebastiano del Piombo, *Pala di San Giovanni Chrysostomo*, 1511? oil on canvas, 165x200 cm, Church of San Chrysostomo, Venice. (photo: Sailko, Wikimedia Commons, in public domain).

⁷² Giovanni Bellini, *Pala of San Zaccharia*, 1505, oil on wood, 500x235 cm, Church of San Zaccharia, Venice.

⁷³ AUGUSTINE – *Homélie sur l'Évangile de Saint Jean. XLIV-LIV*. Trans. M.-F. Berrouard. Paris: Etudes Augustiniennes, 1989, tr. XLIX, 1-3, Tractate CXXI. Chapter XX, 10–29, 2-3.

So, Sebastiano del Piombo gives us a Magdalene holding gold and a Lucy holding glass and this seems to harken to the very passage of Thomas Aquinas that we opened with, in which the resurrected body, the glorious *soma*, is compared to both substances, surpassing them. Virgin Martyr and Converted Sinner summarize the states of what the saved body will become at the resurrection.

The Vase and Its Substance in Artistic Representation

Gold

If the gospels describe the vase as made of alabaster, this is not the only substance imitated for its rendering. The Magdalene makes her first appearances in medieval Italian art on the side panels of painted crosses. The *tabelloni* of a thirteenth century cross (Fig. 8) show her with the other women bearing a golden jar of ointment to the tomb, against a gold leaf background⁷⁴. Guido da Siena's dorsal seems to quote from this source in the vase he gives to his Magdalene (Fig. 1). If the fourteenth century ushers in the era of the vase depicted as alabaster that lasted throughout the sixteenth century, the gold vase will remain a viable visual alternative throughout our period. Even in the early years of this shift with Duccio's *Polyptych No. 47* (Fig. 2), the Sienese artist retains the use of gold in the pseudo-kufic chrysography that decorates it. As a fully gold object, it appears in the hands of the preaching Magdalene in the 1285 Florentine panel of the Magdalene Master (Fig. 9). We see it again as such in the fourteenth century figures of the Magdalene, for example in the 1320 Sienese polyptychs by Niccolò di Segna⁷⁵ and Segna di Bonaventura⁷⁶. It is golden in two altarpieces by Paolo Veneziano: on the predella of that of Chioggia⁷⁷, and again on the altarpiece now in the Museo di Palazzo Venezia⁷⁸. Paolo's disciple, Lorenzo Veneziano, uses this same conceit in the *Polyptych Lion* (Fig. 3). We find it in gold in Tuscany still with the standing figure from Bernardo Daddi's workshop of

⁷⁴ BURRESI, Mariagiulia; CALECA, Antonino (ed.) – *Cimabue a Pisa, la pittura des Duecento da Giunta a Giotto*. Pisa: Pacini Editore, 2003, n.7, pp. 109-113.

⁷⁵ Pinacoteca Nazionale, Sienna. See BAGNOLI, Alessandro, et al. (ed.) – *Duccio*, pp. 366-369.

⁷⁶ Segna di Bonaventura, *Mary Magdalene*, c1320, tempera on wood, 44.2x29.1 cm, Alte Pinacothek, Munich.

⁷⁷ Paolo Veneziano, *Mary Magdalene*, detail, tempera on wood, 20 x 18 cm, predella, of the *Polyptych of the Virgin and Child and Saints*, inscription 1349, Church of San Martino, Chioggia. In PEDROCCO, Filippo – *Paolo Veneziano*. Trans. Isabelle Rey-Herme. Tournai: Paris la Renaissance du Livre, 2003, pp. 180-183.

⁷⁸ Paolo Veneziano, *Mary Magdalene*, detail, tempera on wood, 60 x 22 cm, *Polyptych of the Virgin and Child*, 1350s, Museo di Palazzo Venezia, Rome. In PEDROCCO, Filippo – *Paolo Veneziano*, pp.190-198.

1327-1348⁷⁹ and in the *Crowning of the Virgin* by the Maestro di San Lucchese c. 1340-1370⁸⁰. We find it once more in the bust figure of the saint by Antonio Veneziano (Fig. 10) who was active between 1369 and 1388 in Venice and Tuscany.

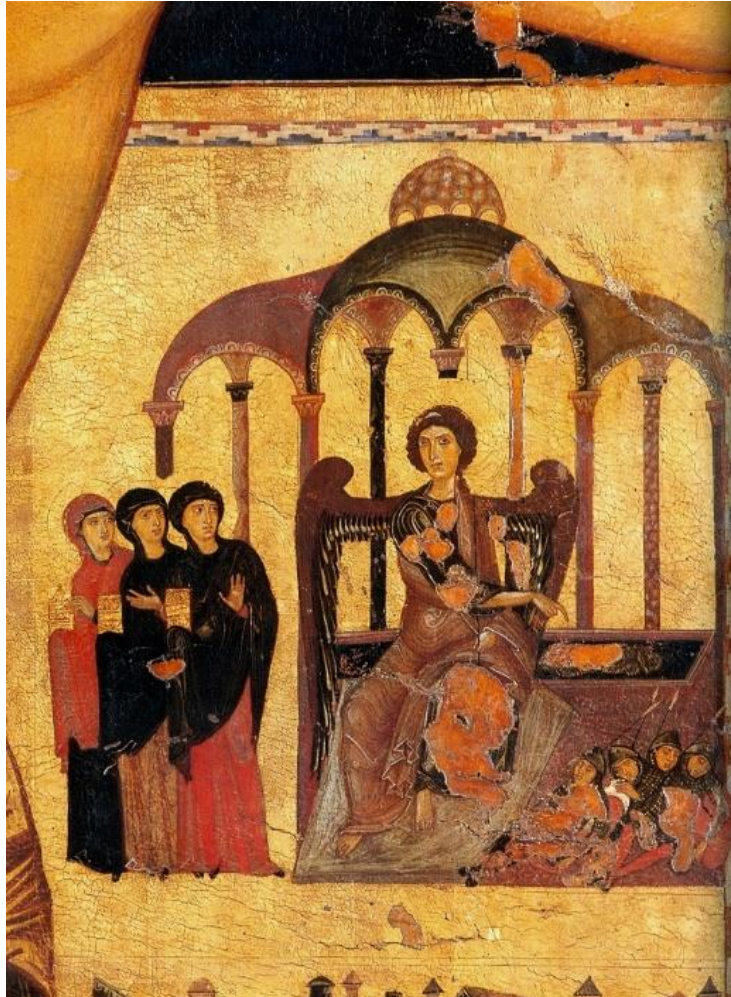


Fig. 8 – Anonymous Greek or Pisan, *Marys at the Tomb*, detail, *Crucifix*, 1200-1210, tempera on wood, 298 × 233 cm, Museo Nazionale di San Matteo, Pisa. (photo: Eugene a, Wikimedia Commons, in public domain).

⁷⁹ Sotheby's "MI0266", Old Master Paintings, Milano, Tuesday, November 28, 2006, Lot 25.

⁸⁰ Maestro di San Lucchese, *Coronation of the Virgin*, 1365-70, Tempera on wood, 52 x 24 cm, Lindenau Museum, Altenburg. In GARNOT, Nicolas Sainte-Fare (ed.) – *De Sienne à Florence: Les primitifs italiens*. Bruxelles: Fonds Mercator, 2009, pp. 128-131.

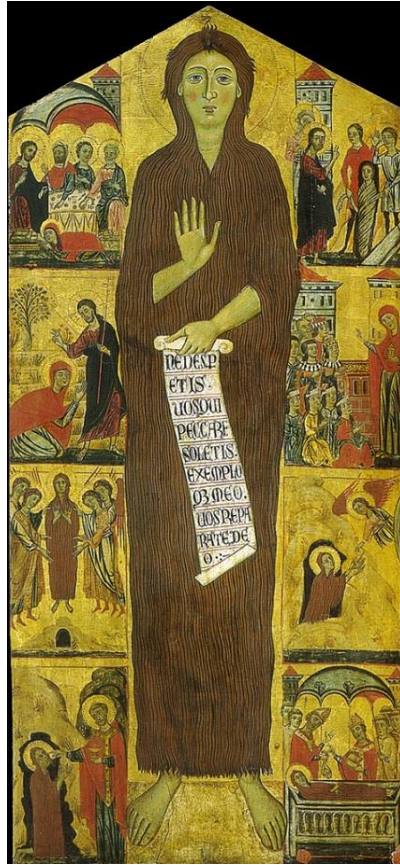


Fig. 9 – Magdalene Master, *Mary Magdalene surrounded by eight scenes of her life*, 1285, tempera on wood 178x90 cm Galleria de L'Accademia, Florence. (photo: Tetrakys, Wikimedia Commons, in public domain).



Fig. 10 – Antonio Veneziano, *Mary Magdalene*, 14th Century, tempera on wood, dimensions unavailable, Pinacoteca Vaticana, Vatican. (photo: Migdalmat, Wikimedia Commons, in public domain).

It is current throughout the *Quattrocento*. In Tuscany, Fra Angelico depicts the vase as golden in his *Crowning of the Virgin* of 1430-1432 (Fig. 11) as well as in his standing figure of the Saint in the *Cortona Triptych of the Virgin* of 1433-1434 or 1437⁸¹. We find it with Neri di Bicci's *Magdalene* of 1477 and in Biagio d'Antonio's painting of the saint of these same years. By the very end of the century, it still utilized by Filippino Lippi in his panel of the penitent figure⁸² and by Fra Bartolomeo in his altarpiece of *The Holy Father, St. Mary Magdalene, and St. Catherine of Siena* of 1508 for the Dominicans of Venice⁸³.



Fig. 11 – Fra Angelico, *Coronation of the Virgin*, 1430-1432, tempera on wood 213 × 211 cm, Musée du Louvre, Paris. (photo: Eugene a, Wikimedia Commons, in public domain).

⁸¹ Fra Angelico, *Triptych of Cortona*, 1436-37, tempera on wood, 218x240 cm, Museo Diocesano, Cortona.

⁸² Filippino Lippi, *Mary Magdalene*, c. 1500, oil on wood, 133x38 cm, Galleria de l'Accademia, Florence.

⁸³ Fra Bartolomeo, *Altarpiece of The Holy Father, St. Mary Magdalene, and St. Catherine of Siena*, 1508, oil on wood, 360 x 234 cm, Villa Guinigi, Lucca.

The Veneto and its orbit also use this device, as in Gentile da Fabriano's *Valle Romita* (Fig. 4) and *Quaratesi* altarpieces from the first half of the fifteenth century⁸⁴. Thus, we see it also in the *Sant' Elena Altarpiece* of 1427 and Carlo Crivelli's two standing *Magdalenes*, namely from the Saint Francis altarpiece of Montefiore of 1473 (Fig. 12) and from the individual panel of c.1492⁸⁵. As well, Sebastiano del Piombo's *Magdalene* holds a golden vase in his San Giovanni Chrysostomo altarpiece (Fig. 7).



Fig. 12 – Carlo Crivelli, *Mary Magdalene*, detail, *San Francesco Altarpiece*, 1473, tempera on wood, 174x54 cm, Polo Museale di San Francesco, Montefiore dell’Aso. (photo: DarTar, Wikimedia Commons, in public domain).

⁸⁴ Gentile da Fabriano, *Quaratesi Altarpiece*, detail Mary Magdalene, 1425, tempera on wood, 200x60 cm, Uffizi, Florence.

⁸⁵ Carlo Crivelli, *Mary Magdalene*, c. 1492, tempera on wood, 152x49 cm, Rijksmuseum, Amsterdam. In GOLSENNE, Thomas – *Carlo Crivelli et le matérialisme mystique du Quattrocento*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017, p. 27, p. 38.

In the course of our examination of Guido da Siena's dossal (Fig. 1), we saw that the gold of the vase and the saint's handling of her attribute also clearly refer to it as a liturgical vessel, objects which themselves were made of gold, that noblest of substances. In the narrative panels of the Magdalene Master's altarpiece (Fig. 9), the Eucharistic cup, the funeral censers, and the Magdalene's vase are all depicted in gold leaf. Guido's use of gold leaf in this work fits into a larger symbolic scheme as we have seen but is most concentrated in the vase which functions as a sort of magnet of bright reflective light, a second focal point in the composition of the Virgin and Child. This is emphasized by the gold striations on the Magdalene's veil that seem, compositionally, to emanate from the jar. This elaborate plastic expression of the vase that will so influence and inform ulterior formulations should not surprise us coming from the hands of a Sienese painter. Already in the thirteenth century, the town was renowned throughout Europe for the craftsmanship of its goldsmiths in the fabrication of liturgical objects⁸⁶.

By extension, of course, the gold expresses the sacred quality of the anatomy of the two Marys. This helps to explain that it does not distract from the main subject, that is the Christ-bearing Madonna, but rather reiterates her. Indeed, in the *Sermo*, the Magdalene is included among the number of the Virgins of the Apocalypse⁸⁷. Hence the golden vase is seen in evidence in images of the Coronation of the Virgin such as that of the Maestro di San Lucchese and that of Fra Angelico (Fig. 11). The latter insists on the precious quality of the metal by placing it against a backdrop of marble steps leading to the Holy Couple.

The playing of one material against the other seems to hearken to Paul's anthropology laid out in his Epistle to the Romans in which there are vases of common or of noble matter and usage. Elsewhere he names clay, wood, silver, and gold as substances the Creator uses to form the human body, but to different purposes (II Tm, 2,20). This last is the most exalted of all. That it is the most noble of substances we can infer from its position as the last element named Paul's own

⁸⁶ BAGNOLI, Alessandro, *et al.* (ed.) – *Duccio*, pp. 436-467.

⁸⁷ IOGNA-PRAT, Dominique – “La Madeleine du *Sermo in Veneratione Sancte Mariae Magdalenae* attribué à Odon de Cluny”, pp. 63-64.

hierarchical list. Furthermore, it was considered in our period to be the purest of substances, the most appropriate to liturgical vessels and that which the alchemists, be they Mendicant, be they secular, aimed to reproduce, without any “vile” component. Thomas Aquinas, for example, explains “chosen vessel,” that is Paul, is exegetically made of solid gold⁸⁸. Moreover, the Angelic Doctor, citing Gregory on Job, returns to this metal when attempting to find some comparison to the nature of the subtle body of the resurrection to which, we recall, the period ascribes *claritas*⁸⁹.

Placing this substance in the hands of the *Apostola* highlights once more her close association with the passage from the corruptible Adamic body to the incorruptible body of the Resurrection to which she bore witness. Fra Angelico for whom, according to Georges Didi-Huberman, the mottled *marmo finto* was an expression of the perfected form of Adam’s clay⁹⁰, insists on this thinking in the play of the two materials in his *Coronation* (Fig. 11), by placing the gold against the background of the marble steps to the throne pictured. Filippino Lippi at the turn of the sixteenth century is making a similar statement in his portrayal of the haggard penitent, seemingly near leaving off her terrestrial existence. Her greyish, wasted flesh contrasts with the precious metal of the jar in her worn hand as a promise of what her body will soon become. In the Magdalene attributed to Biagio d’Antonio, the artist employs a similar device, but now harmonizes the gold of the vase with the blond tresses framing them, hence a continuum of comparison more than a contrast, as if to say that the body of the saintly sinner is not so much to be scorned and cast off in death as to be cherished for the message it can send of hope for redemption⁹¹. In the hands of different artists then, the visual metaphor is slightly inflected, but the reflection remains of the idea of this vase as a synecdoche for her whole body.

The use of gold to render the vase can further speak to the function of Mary Magdalene and the stuff or material of which her *soma* was understood by a period

⁸⁸ THOMAS AQUINAS – *Super Epistolam ad Romanos lectura*. Ed. R. Cai, Turin and Rome: Marietti, 1953.

⁸⁹ BASCHET, Jérôme – “Âme et corps dans l’Occident médiéval”, pp. 5-30.

⁹⁰ DIDI-HUBERMAN, Georges – *Fra Angelico: dissemblance et figuration*. 2^e Ed. Paris: Flammarion, 1995, pp. 117.

⁹¹ Att. Biagio d’Antonio, *Mary Magdalene*, latter 15th century, oil on wood, 145x61 cm, Musée des Beaux Arts, Lille.

viewer. In the process of her conversion, she herself is changed into gold as described in the sermon of Gregory the Great which initially brought together the disparate biblical figures that comprised her⁹². Her name was etymologized to mean “she who receives light” and “she who gives light” in turn, the *illuminata-illumatrix*⁹³. This clearly motivates the use of chrysography by Guido da Siena in which her vase seems to radiate light in the striations that integrate her bright red veil (Fig. 1). This, along with her liturgical title of *Mundi Lampas*, is a satisfying framework in which to understand the choices of the artists above who portray her holding her vase aloft like a kind of lamp. Paolo Veneziano's *Chioggia Magdalene* is an example of this as are the Valle Romita (Fig. 4), Sant' Elena, and Montefiore (Fig. 12.) altarpieces as well as Fra Angelico's *Coronation* (Fig. 11).

Alabaster

It is in the fourteenth century that painters begin to render the vase in white stone, evoking the material described in the gospels. We have seen that initially Duccio's *Polyptych No. 47* (Fig. 2) applies to the pseudo-kufic chrysography, but the substance of the vase is the alabaster. Simone Martini inherits this usage in the *Santa Caterina Polyptych*, as well as in his *Maestà*⁹⁴. Such a rendering is spread through most of the bust figures emanating from a Sienese context for the rest of the century: Pietro Lorenzetti⁹⁵, Ugolino di Nerio⁹⁶ and Andrea di Bonaiuto⁹⁷.

In the earlier *Quattrocento*, the white stone is still pictured. The *Sant Andrea Altarpiece* attributed to Benozzo Gozzoli shows the saint holding her large jar of alabaster. It is thus depicted in Botticelli's *Saint Ambrose Altarpiece*. In the early years of the sixteenth century, we see it rendered this way in the *Virgin and Child* by

⁹² GREGORY THE GREAT – *Homélies sur l'Évangile*. T. 2, *Homélies XXI-XL*, pp. 103-139. See too Homily XXXIII, p. 111.

⁹³ JACOBUS OF VORAGINE – *The Golden Legend*, p. 374.

⁹⁴ Simone Martini, *Maestà*, 1315, 1321, fresco, 7.63x9.7 m, Palazzo Pubblico, Siena.

⁹⁵ Pietro Lorenzetti, *Mary Magdalene*, c.1330-1340, Tempera on wood transferred to canvas, 89.2x41 cm, National Gallery, Washington, DC.

⁹⁶ Ugolino di Nerio, *Mary Magdalene*, 1320, tempera on wood, 36.5x24.8 cm, Museum of Fine Arts, Boston.

⁹⁷ Andrea di Bonaiuto, *Polyptych*, 1360-1370, tempera on wood, 28x105.8 cm, National Gallery, London. In DAVIES, Martin; GORDON, Dillian – *The Italian Schools before 1400*. London: National Gallery, 2001, pl. 2.

Cima da Conegliano⁹⁸. We see it again in Raphael's *Ecstasy of Saint Cecilia* of 1514-1517 (Fig. 6), in the hands of Bernardo Luini's bust figure from about 1525⁹⁹, and in Savoldo's Magdalenes from 1520-1530¹⁰⁰. Titian's Pitti¹⁰¹ and Naples¹⁰² Magdalenes from 1530-1535 and 1567 also picture an alabaster jar.

Occasionally, this rendering shifts to marble. We find it pictured as such throughout the fourteenth century: in Simone Martini's *Santa Caterina Polyptych*, or his Magdalene figure at Assisi, in the bust figure by Bartolomeo Bulgarini¹⁰³, or that of the Maestro della Madonna di Palazzo Venezia¹⁰⁴. In the fifteenth and sixteenth centuries, it also marble in the hands of the Magdalene of the *Virgin and Child* in the church of Santa Maria Maddalena in Saturnia with the retable attributed to Benvenuto di Giovanni¹⁰⁵. Luca Signorelli's Magdalene for the Duomo of Orvieto of 1504¹⁰⁶ or Bacchiacca's bust of the figure from the 1540s¹⁰⁷ are also associated with this *pietra dura*.

The stone in some ways signifies in a similar fashion to gold with regard to the subtle body. Alabaster was considered perfect for containing perfume insofar as it was thought to preserve all ointments from spoiling¹⁰⁸. This resistance to putrefaction certainly recalls the incorruptible nature of the glorified flesh. Jean-Claude Schmitt has remarked how such materials, both hard stone and gold, could recall the saved body's ultimate state in their use in such symbolically charged objects as

⁹⁸ Cima da Conegliano, *Sacra Conversazione*, 1511-1513, oil on wood 167x110 cm. Musée du Louvre, Paris.

⁹⁹ Bernardo Luini, *Mary Magdalene*, 1525, oil on wood, 58.8x 47.8 cm, National Gallery, London.

¹⁰⁰ Girolamo Savoldo, *Mary Magdalene*, 1520-30 oil on canvas, 89.1x 82.4 cm National Gallery, London.

¹⁰¹ Titian, *Mary Magdalene*, 1535, oil on wood, 85 x 68 cm, Pitti Palace, Florence.

¹⁰² Titian, *Mary Magdalene*, 1567, oil on canvas, 122 x 94 cm, Museo di Capodimonte, Naples.

¹⁰³ Bartolomeo Bulgarini, *Mary Magdalene*, active 1337-1378, tempera on wood, 73x41 cm, Musei Capitolini, Rome.

¹⁰⁴ Maestro della Madonna di Palazzo Venezia, *Mary Magdalene*, c1350, tempera on wood, 60.1x34.5 cm, National Gallery, London. In DAVIES, Martin; GORDON, Dillian – *The Italian Schools*, pl. 55.

¹⁰⁵ Benvenuto di Giovanni, *Virgin and Child with Sts. Sebastian and Magdalene*, tempera on wood, dimensions unavailable, 15th Century, church of Santa Maria Maddalena in Saturnia.

¹⁰⁶ Luca Signorelli, *Mary Magdalene* 1504, tempera on wood, 178x117 cm, Museo dell'Opera Del Duomo, Orvieto.

¹⁰⁷ Bacchiacca, (Francesco Ubertini), *Mary Magdalene*, oil on wood, 51x42 cm, 1540s, Pitti Palace, Florence

¹⁰⁸ BEDE cited in HASKINS, Susan – *Mary Magdalene*, p. 297.

reliquaries¹⁰⁹. Paul Hills has attentively remarked how the veining of marble in particular might recall the corporeal veins of humans¹¹⁰, adding to this perception, while Georges Didi-Huberman signals how marble could point to the redeemed state of Adam's *soma*¹¹¹. The latter also points out how the mottling of the marble in the relic of the anointing stone was considered to be produced by the sacred fluids spilling from the crucified body¹¹². If we accept his analyses, the alabaster, as a kind of stone, is more appropriate yet than the gold to represent the final state of the redeemed flesh insofar as it is closer in nature to the clay that composed the original man.

In a less obvious way than gold, it is also possessed of *claritas*, seeming to glow when in conjunction with light. This diaphanous nature was another quality shared by the subtle body. Though this aspect seems to become more important to the visualization of the vase in the fourteenth century, the dominant technique of egg-based tempera limited the realistic rendering of a purely translucent substance. The rise of oil painting in Venice at the end of the fifteenth century will change this. Concurrently a Florentine master like Verrocchio or his workshop could distribute pigment in an egg binding with such delicacy of hand as to imitate the finest of sheer drapery¹¹³, but not the absolute transparency of glass, for example. The *Trecento* has not arrived at this artistic acquisition, though it may be that the shift to alabaster in the representation of the vase announces a new preoccupation with the possibility of perceiving light through a given medium.

This semi-transparency was meaningful theologically, not merely as an artistic feat. If Mary's virginity beyond parturition was legitimized by comparison with light penetrating glass, a similar logic was applied to Christ's Resurrection. Jerome (347-419/20), and Thomas Aquinas after him, explain the association between the stone

¹⁰⁹ SCHMITT, Jean-Claude – *Le corps des images. Essais sur la culture visuelle au Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 2002, pp. 285-287.

¹¹⁰ HILLS, Paul – *Colore Veneziano: Pittura, Marmo, Mosaico, e Vetro dal 1200 al 1550*. Trans. Alessandra Cossa. Milan: Rizzoli, 1999, pp. 40-41.

¹¹¹ DIDI-HUBERMAN, Georges – *Fra Angelico*, pp. 116-117.

¹¹² DIDI-HUBERMAN, Georges – *Fra Angelico*, p. 143.

¹¹³ Verrocchio's workshop, *Virgin and Child*, 1470, tempera on wood, 66x48.3 cm Metropolitan Museum of Art, New York.

tomb and the miraculously virgin womb¹¹⁴. This analogy was borrowed again at the beginning of the fourteenth century in a Franciscan context by Ubertino da Casale¹¹⁵. In the sorts of theological parallelisms favored by Christian commentators we have seen how the two Marys were figures of a New Eve, counterpoint to the First. Many express, in various formulations, as we have seen in the first part of this article, that as a woman brought sin so a woman brings salvation. Additionally, we also find the hope borne by Mary the Virgin fulfilled in Mary Magdalene. “As the gates of paradise were opened to us by the Virgin Mary, who is the only hope of the world, and who was kept from the curse of Eve, by the blessed Mary Magdalene, the opprobrium of the feminine sex is erased and through her is offered the splendor of our resurrection, born in the Resurrection of the Lord”¹¹⁶.

The Magdalene is the Mary associated with this mystical birth that is Christ's Resurrection and so the stone, this “*pietra dura*,” as the mid-*Quattrocento* dramaturge Castellano Castellani describes the tombstone in his Resurrection play¹¹⁷, yet once again implicitly refers to the Magdalene's womb, through a reference to the substance that so often is used to depict her vase-*natural vasello*.

By the end of the thirteenth century, her own discovered tomb, that is her container, in Provence was said to be made of alabaster, from which rose a fragrant odor like the *alabastron* of her gospel scene “filling the house”, hence leading to her identification¹¹⁸. Throughout the period of our investigation, the alabaster and its perfume are inseparably linked together and to the woman that bore them. A 1550 volume containing the recipes for hundreds of types of perfumed objects and

¹¹⁴ “*potest autem et novum sepulchrum Mariae virginalem uterum demonstrare*” in his *Catena Aurea*, Mt 27, 57-61, Thomas Aquinas is quoting Jerome's *Commentarii in euangelium Matthaei*, “*potest autem et nouum sepulchrum mariae uirginalem uterum demonstrare*”. THOMAS AQUINAS – *Catena Aurea*. Trans. William Whiston. London: J.G.F. and J.Rivington, 1842, p. 704. He does this again in the *Summa theologiae* [Online]. [accessed 1 June 2020]. IIIa pars, art 51, q.2. Available at <https://www.newadvent.org/summa/4051.htm>.

¹¹⁵ UBERTINO DA CASALE - *Arbor Vitae*, p. 348.

¹¹⁶ “*quae spes est unica mundi, paradisi portae nobis sunt apertae, et maledictio exclusae Evae ; ita per beatam Mariam Magdalenem opprobrium femenei sexus deletum est et splendor nostrae Resurrectionis in Dominica resurrectione exortus, ab ea propinatus*”. ODO OF CLUNY – *Sermones*. Patrologia Latina. T. 133, col. 721 Paris: J.-P. Migne, 1853.

¹¹⁷ As is expressed in the mid-15th century *Rappresentazione della Resurrezione di Cristo in Sacre Rappresentazioni del Quattrocento*. Ed. Luigi Banfi. Turin: Unione Tipografica, 1968, p. 383.

¹¹⁸ SAXER, Victor – *Le Culte de Marie-Madeleine*, p. 231.

perfumes contains one which claims to be the very scent that the Magdalene used over the feet of Christ. In a bizarre twist of what is in fact a kind of reproducible relic, the ingredients of the perfume include ground alabaster¹¹⁹. Here, container and content converge. The twist becomes that much more interesting in noting that the perfume was also considered a medicine for relieving ailments of the uterus.

This stone also harkens back to Mary Magdalene's first *loci* of iconographical development, the liturgical recipients of the paleo-Christian Mediterranean: sacred censers, containers of perfume such as *ampullae*; pyxes containing the Eucharist of the Christ who is "an oil poured out", an *apoteca*. Hence, placing this object with its clear reference to the pyx in her hands functions as a sort of meta-iconography of the saint.

Glass

It is only toward the end of our period with the advent of oil painting that we begin to see a fully transparent vase in the Magdalene's hands as in Sicilian Antonello da Messina's rendering of the saint in his *San Cassiano Altarpiece* (Fig. 13), painted for Venetian patronage in 1476. Though a time-worn legend has this *pala* as bringing the art of oil painting to the lagoon and hence to Italian painting techniques, the reality is that oil had long been used, in some measure, as binding in the peninsula. In the course of the fifteenth century, however, there is more outright experimentation with the medium for its own specific properties¹²⁰. One early user of a mix of oil and tempera was Piero della Francesca. It is no coincidence that it is

¹¹⁹ ROSETTI, Giovantura – *Notandissimi secreti de l'arte profumatoria*. Notes and comments by Franco Brunello, Franca Facchetti. Vicenza: Neri Pozza, 1992, p. 189.

¹²⁰ On the history of oil as medium in Italy see, for instance, HILLS, Paul – *Colore Veneziano*, pp. 71-81, p. 119 and p. 133; DUNKERTON, Jill – *North and South in painting techniques in Renaissance Venice and the North*. London: Thames and Hudson, 1999, pp. 93-103. On Bellini's initial usage of it, with the Pesaro altarpiece, see BATTISTI, Eugenio – "Ricostruendo la complessità". In VALAZZI, Maria Rosaria (dir.) – *La Pala Ricostituita: L'Incoronazione della Vergine e la cimasa vaticana di Giovanni Bellini, Indagini e restauri*. Venice: Cataloghi Marsilio, 1988, p. 14; GOFFEN, Rona – *Giovanni Bellini*. New Haven and London: Yale University Press, 1989, pp. 121-122; CONTI, Alessandro – "Giovanni Bellini fra Marco Zoppo e Antonello da Messina". In MARABOTTINI, Alessandro (dir.) – *Antonello da Messina*. Messina: Università degli studi di Messina, 1987, p. 290.

his Magdalene painted in the 1450s and located in the Arezzo cathedral who is first given a translucent, if not transparent, vase (Fig. 14)¹²¹.



Fig. 13 – Antonello da Messina, *Pala San Cassiano*, detail of vase, 1476, oil on wood, 115x135 cm (original work), Kunsthistorisches museum, Vienna (photo: [Bsm15~commons.wikii](#), Wikimedia Commons, in public domain).



Fig. 14 – Piero della Francesca, *Mary Magdalene*, 1450s, fresco, 190x105 cm, Duomo, Arezzo (photo: Dmitry Rozhkov, Wikimedia Commons, in public domain).

¹²¹ An analysis of this vase as crystal rather than glass will be in my forthcoming *Le Corps de la Madeleine*, meanwhile see GEREVINI, Stefania – “*Sicut Crystallus Quando Est Obiecta Soli*”: Rock Crystal, Transparency and the Franciscan Order”. *Mitteilungen Des Kunsthistorischen Institutes In Florenz* LV1. Band Heft 3 (2014), pp. 255-282 and GEREVINI, Stefania – “*Christus crystallus*: Rock Crystal, Theology and Materiality in the Medieval West”. In ROBINSON, James; DE BEER, Lloyd; HARNDEN, Anna (eds.) – *Matter of Faith: An Interdisciplinary Study of Relics and Relic Veneration in the Medieval Period*. London: British Museum, 2014, pp. 92-99.

Immediately after Antonello's *pala*, Giovanni Bellini paints an *Anointing of Christ* for his *Coronation of the Virgin* for the Franciscan church of Pesaro¹²². The jar is not strictly the Magdalene's, as Bellini places it in the hands of Nicodemus, who also anointed Christ. It is however directly linked to her iconography through the long tradition of association between her and that object that we have seen laid out above. It is furthermore she who is in the act of anointing. Indeed, the vase seems, at least in Bellini's image, to be a sort of shared identifier of the two. Bellini hides most of this container in the hands of the holy man, but the bits of rim that can be seen reveal effects of translucidity. Though Titian, the grand master of *colorito alla veneziana*, most often used alabaster for his Magdalenes, his 1560 figure of the saint also uses glass¹²³.

Artistically speaking, it is no accident that this should come to pass in a Venetian orbit. Lagunary painting's reputation had been built on the mimetic imitation of materials and textures, forming a strong divergence with Florentine values. By the fifteenth century the latter had sought to make an abstraction of support. It sought to make the viewer forget pigments, bindings, and wood panels so that the image should become, as in Alberti's famous phrase, a window. The *Serenissima's* glory however was built on the vast array of precious objects and substances coming through the Rialto, be it marble, marquetry, damasked silks, spices, or pigments. This helped to form a visual culture in which substance itself could be elevated to a meaningful role. Such works as Gentile da Fabriano's *Adoration of the Magi* could function as a sort of manifesto of northern Italian visual values to Florentine eyes¹²⁴. With the use of oil as medium, this same artistic culture sublimated the material investment into near perfect mimesis of surfaces and tactile values.

On another level, the appearance of a glass vase for the Magdalene occurring in a Venetian environment refers to their world-renowned achievements in glassmaking. The *fiolarii* of the *Serenissima* pushed themselves to ever greater feats of craftsmanship for the great collectors of Europe, princes who bought them as they

¹²² Giovanni Bellini, *Anointing of Christ*, 1476, tempera and oil on wood, 106x84 cm, Pinacoteca Vaticana, Vatican.

¹²³ Titian, *Mary Magdalene*, 1560, oil on canvas, 128x103 cm, Hermitage, Saint Petersburg.

¹²⁴ Gentile da Fabriano, *Adoration of the Magi*, 1423, tempera on wood, 300x282 cm, Uffizi, Florence.

bought paintings from famous artists¹²⁵. The perfectly clear glass known as *cristallo* was a technical achievement of the mid-fifteenth century specific to the glassmakers of Venice¹²⁶. Hence when Antonello presents the *San Cassiano Altarpiece* (Fig. 13) to the Venetian public, the Magdalene's vase refers to the creative glory of the Republic's visual tradition. The panel in fact, for much of modern understanding, was thought to be by the hand of Giovanni Bellini. It is a conscious choice of stylistic quotation for in much the same way Antonello was ingratiating himself as fully possible to his viewers, acclimating himself to their artistic value system.

The *San Cassiano Altarpiece* marks a turning point in Bellini's career. Even if, like Piero della Francesca, he had long been experimenting with various proportions of oil in his tempera, it is from the appearance of Antonello's work that he begins to exploit this medium to ever fuller extents¹²⁷. Despite contemporary efforts toward transparency in the Tuscan context, such as with Verrocchio's workshop's masterful handling of tempera for the gauzy effects of drapery, only oil could hope to reproduce the perfectly crystalline effects of the vase pictured with Antonello's Magdalene (Fig. 13), the limpid receptacle of Titian's Hermitage *Magdalene*, Lucy's vase of Bellini's *San Zaccharia Altarpiece*, or the same in Sebastiano del Piombo's *pala* for San Chrysostomo (Fig. 7). In these examples the delicate nuances of the oil medium permit the artist to show the viewer the contents of the vase as distinguished from the container, even where the liquid is itself pictured as a transparent oil. This can be the precious balsam in a fragile glass of a virgin like Lucy, or the perfume of the Bride, Christ's name as oil poured forth, or nard of the anointing Magdalene. Since the *Sermo* placed the penitent mystic among the Virgins of the Apocalypse, any of these examples of its use with regard to the Magdalene easily includes all three.

The Venetian use of this material to embody the Magdalene's vase, or Lucy's, can be understood as a local cultural adaptation of the gold or the alabaster used in our

¹²⁵ HILLS, Paul – "Venetian glass and Renaissance self-fashioning". In AMES-LEWIS, Francis; ROGERS Mary (eds.) – *Concepts of Beauty in Renaissance Art*. Ashgate: Aldershot, 1998, pp. 163-178.

¹²⁶ HILLS, Paul – *Colore Veneziano*, p. 115.

¹²⁷ BATTISTI, Eugenio – "Ricostruendo la complessità", p. 14; GOFFEN, Rona – *Giovanni Bellini*, pp. 121-122; WILSON, Carolyn – *Giovanni Bellini's Pesaro altarpiece: studies in its context and meaning*. New York: New York University, Institute of Fine Arts, 1976. Ph.D Thesis, p. 447.

previously examined works. Sebastiano del Piombo's *pala* (Fig. 7) particularly seems to ask us to reflect in this sense when playing the Magdalene's gold against Lucy's glass. The two saints hold the precious vessels as if in parallel, as though we are to understand gold and glass as being equivalently exalted materials. Indeed, since Venantius Fortunatus (530-609) and even before, through to Alain de Lille (1128-1202/3) and beyond, glass has been used as a means of communicating the sacred nature of the Virgin Mary, indeed of explaining the post-partum virginity of the Mother of God¹²⁸. Here the clear material is in the hands of the maiden saint Lucy, but conjugated in some sense with the Magdalene's vessel, recalling again the Angelic Doctor's equivalence of the two substances that we explored at the beginning of this article.

The glosses addressed in the paragraphs above, concerning Christ passing through stone as through Mary's womb, build on the traditional association of Christ as the divine light passing through the Virgin's hymen without breaking it while taking on its coloring, as we have seen in Venatius Fortunatus and Alain de Lille. This follows the paradigms of the gold and the alabaster-marble vases. The glass with its diaphanous properties can also point to the nature of the subtle body, which is said to surpass both gold and glass, as we have seen above with Thomas Aquinas¹²⁹. Previous generations relied on the metal or the stone to convey those meanings, but the possibilities inherent in the oil medium, combined with the prestigious lagunary tradition of glassmaking, made way for this depiction of the Magdalene's vessel. It is perhaps not a coincidence that in Venice the patron saint of the *finestrieri* was Mary Magdalene, as though this substance created of fiery metamorphosis from vulgar materials into something noble symbolized the essence of the saint, her propensity for taking the base matter of the sinful body and converting it through the fires of love into a sublimated substance¹³⁰.

¹²⁸ KESSLER, Herbert L. – "Consider the Glass, It Can Teach You': the Medium's Lesson". In PASTAN, Elizabeth Carson; KURMANN-SCHWARZ, Brigitte (eds.) – *Investigations in Medieval Stained Glass: Materials, Methods and Expression*. Leiden Boston: Brill, 2019, pp. 146-147.

¹²⁹ See note 8.

¹³⁰ HASKINS, Susan – *Mary Magdalene*, p. 286.

Indeed, the association of the saint with a vitreous substance can be, meaningfully applied to her in a way that surpasses the connotations of gold or alabaster-marble. The sand and potash that comprise its parts must undergo a particularly intense heat in order to produce it. As early as the latter twelfth century, the Italian visual imaginary depicted God creating Adam by means of a glassblower's pipe¹³¹, a notion which will endure into the thirteenth century as seen in the *Creation of Adam* in the Palazzo del Cambio, Sala dei Notari, in Perugia¹³². In this we see once again the idea of the body as vessel, even if the metaphors of glass and clay are (perhaps knowingly) mixed. Glass and terracotta both undergo the chemical change that creates them by means of a kiln. Glass however required a more specialized use of heat than does pottery, so much so that thirteenth century Italians did not have the native means to produce it in great quantity. The Magdalene's conversion was essentially conceived of in terms of such heat¹³³. From Gregory the Great to Bonaventure and beyond it is a great fire of love that burns in the Magdalene provoking an essential change in substance through a phase of liquefaction¹³⁴. As Iohannis de Castello puts it "Magdalene was placed in the furnace of love, to be melted and to take the form of a new vase"¹³⁵. For Gregory this change is from impurity to gold. But in terms of the body, we know, gold and glass are conceived of as belonging to one family. Only glass though could suitably convey a sense of molten combustion of impurities into a substance of perfect limpidity which could, as did the *illuminata-illumniatrix*, receive and reflect light.

¹³¹ Anonymous Umbrian, *Creation of Adam*, 1150-1199, wall painting, dimensions unavailable, San Pietro in Valle Abbey, Ferentillo.

¹³² Document in FRUGONI, Chiara – "Domine, in conspectu tuo omne desiderium meum": Visioni e immagini in Chiara da Montefalco". In LEONARDI, Claudio; MENESTÒ, Enrico (ed.) – *S. Chiara da Montefalco e il suo tempo: atti del quarto convegno di studi storici ecclesiastici organizzato dall'Archidiocesi di Spoleto*. Spoleto, Perouse, Florence: La Nuova Italia Editrice, 1984, pp. 155-175, fig. 5.

¹³³ "pro eo quod divina dilectionis igne succensa". In BONAVENTURE – *Lignum Vitae/Arbre de Vie*. Ed. Jacques-Guy Bougerol. Paris: Éditions Franciscaines, 1996, p. 64. And later "Magdalenea devota, toto ferebatur cordis incendio". In UBERTINO DA CASALE – *Arbor Vitae*, p. 337.

¹³⁴ For Gregory the Great liquefaction by force of love is a leitmotiv in his two sermons concerning Mary Magdalene. "The soul of the man who does not seek the vision of his creator is sadly hard, because in itself, it remains cold. But if it begins to burn with the desire to pursue that which it loves, it melts from the fire of love" GREGORY THE GREAT – *Homélies sur l'Évangile*, p. 111 and pp. 103-139; for Ubertino, the love itself is boiling, UBERTINO DA CASALE – *Arbor Vitae*, p. 268.

¹³⁵ "Patet in Magdalenea posuit enim eam in fornacem amoris ut ibi liquefieri et alterius vasus formas assumeret," Iohannes de Castello (MS Assisi 470 f. 495r; RLS3 :726) cited in JANSEN, Katherine – *The Making of the Magdalene*, p. 209, n. 47.

The Vase and Its Form in Artistic Representation

The Vase as Liturgical Vessel

As with the material chosen to associate with the Magdalene's vase, its form is no less invested with meaning. This extends to the form's compositional ends that the artist cultivates within his creation.

The Pisan Cross (Fig. 8), Guido da Siena (Fig. 1), and the Magdalene Master (Fig. 9) all use not only the material of liturgical vessels but also the form. These thirteenth century artists usher in a usage that will be continued throughout the following two centuries. Nearly all the examples studied here use some form of sacred vase to give shape to the perfume jar, up through to Fra Bartolommeo's 1504 *God the Father with Magdalene and Catherine of Sienna*.

The Magdalene Master's 1285 usage is particularly sophisticated (Fig. 9). The pointed cylindrical shape in the hands of the saint echo the two towers that frame her standing figure. "Magdalene", since Jerome's etymology, was commonly understood to mean "tower"¹³⁶. This was then, like the reflective substance of the receptacle, a reference to the meaning of her name. The artist also frames the main iconic figure's head with a tower on each side, underscoring this intention. Yet still, these pointed cylinders, especially as placed near the top of the panel, repeat the form of the *pala* itself. It then imitates in substance as well as form the perfume jar of the preaching scene. Panel and vase become synonymous with each other. Furthermore, like the towers, they refer to the Magdalene's name and to her theological function by their lustrous substance. As the Magdalene "absorbs" the pictorial surface of the panel¹³⁷, she becomes identical to it. The meaning could not be made clear without the exceptional attention given to the vase's shape, perhaps inspired by the formal echoes between vase and dossal seen in Guido's work (Fig. 1). It is possible to see a comparable notion in the Magdalene depicted in the niche

¹³⁶ IOGNA-PRAT, Dominique – "La Madeleine du *Sermo in Veneratione Sancte Mariae Magdalena* attribué à Odon de Cluny", pp. 48-49.

¹³⁷ I use this term as in the sense given by D. Russo in his analysis of Franciscan painted crosses in which Christ "absorbs" the space allowed by the cut wood RUSSO, Daniel – "Saint François, les franciscains et les représentations du Christ sur la croix en Ombrie au XIIIe siècle: recherches sur la formation d'une image et sur une sensibilité esthétique au Moyen Age". *Mélanges de l'École française de Rome* 96 (1984-2), pp. 647-717.

of the *Lion Polyptych* (Fig. 3). The vase is placed in such a way as to encourage the viewer to note the formal echo with the niches sculpted into the interstices of the frame in another kind of early *mise-en-abyme*.

This formal sleight of hand creates a tautological relationship between the saint and the shape of the vase, just as artists had done with its substance. Antonio Veneziano's bust figure of the Magdalene is one example. Her mantle is fastened at the neck to fall over her robe. This becomes an outline of gold tracery in the form of an open triangle. It is in fact a simple transposition of the shape of her ointment jar, the fastener echoing the node of the vase's lid (Fig. 10). The bust figure of Paolo Veneziano in the *Chioggia predella* is another early example. We see a similar idea in the frescoes of Subiaco when the angel announces the Resurrection to the Magdalene¹³⁸. In the middle of the fifteenth century, Piero della Francesca's Magdalene builds on this idea (Fig. 14). Her mantle falls in the same manner, echoing the lid of the crystal vase. Yet Piero goes further. His fundamentally volumetric mind brings the body of the saint into an even stronger equivalence with the cylinder she holds. Other examples include the elongated profiles of saint and vase in Carlo Crivelli's Montefiore Magdalene (Fig. 12). The Magdalene of Raphael's *Ecstasy of Saint Cecilia* takes the same principle of profile but integrating the use of the curves of her figure with those of the ewer form given to the vessel. This later piece is a prime example of the use artists made of Firenzuola's *Dialogo* on the female body as vase discussed above.

The form of the vase and the female pudenda

Whereas the above examples trace an equivalence between the body of the Magdalene and her vase, this symbolism can also be more pointed still. We saw in the exposition of this article that the vase can also be, in Dante's expression, the *natural vasello* of the female sexual organs. This is clear when we see her holding her vase, surrounded, as with the Raphael, by Paul, John, and Augustine, who were all renowned for their virginity or continence.

¹³⁸ Anonymous, *Marys at the Tomb*, fourteenth century, fresco, dimensions unavailable, Monastery of St. Benedict, Subiaco.

It is tempting to apply a similar reading to Piero's *Magdalene* (Fig. 14) when viewed in conjunction with the *Madonna del Parto*¹³⁹, for instance. Her framing drapery takes up a comparable triangular line where her body also takes the form of a cylinder, the evocative opening of her robe in largely the same zone as the crystal vase. The *Polyptych of the Misericordia*¹⁴⁰ encourages this connection when the Magdalene's vase, as painted in Giuliano Amidei's *predella*, is once more lidded by the cone with node largely retraced by the Madonna's cloak in the principal panel¹⁴¹. Vase and *vasello* seem to coincide.

The vase was held at heart level by the Magdalenes of Guido da Siena (Fig. 1), the Magdalene Master (Fig. 9), and Paolo Veneziano, but afterward slid to a lower level. It is not an absolute shift. The vase is still often held at the level of the heart, for example, by the two standing Magdalenes of Carlo Crivelli (Fig. 11), bringing to bear the heart – a kind of womb as we now know – as vase in which the unguent is fabricated from her tears. As noted previously we find this described as early as Bernard of Clairvaux (1091-1153) in his sermons on the *Song of Songs* and as late as Savonarola (1452-1498) in his *Miserere*¹⁴². Still, Pietro Lorenzetti and Andrea di Bonaiuto lower the vase to place it between breast and belly, implying a stronger connection with the womb. We see this again in the *Lion Polyptych* (Fig. 3) and the *Cortona Triptych*, for instance. This is nowhere clearer than in the Magdalene attributed to Biagio d'Antonio in which the triangular lines of the vase's conical lid are repeated in the parting of the hair over the thigh as well as in the inverted triangle of hair meeting between her legs immediately below it. During this same period, the Magdalene's perfume jar was used as the emblem of the Florentine convent of Santa Elisabetta for converted prostitutes¹⁴³. It referred certainly to the means of conversion and forgiveness of their patron saint, but also structurally to the means by which she sinned carnally in the first place.

¹³⁹ Piero della Francesca, *Madonna del Parto*, 1460?, fresco, 260x203 cm, Museo della Madonna del Parto, Monterchi.

¹⁴⁰ Piero della Francesca, *Polyptych of the Misericordia*, commissioned in 1445, oil and tempera on wood, 273x330 cm, Pinacoteca Comunale, San Sepolcro.

¹⁴¹ Giuliano Amidei, *Marys at the Tomb*, *predella*, tempera on wood, 22,5x45 cm, *Polyptych of the Misericordia*.

¹⁴² See notes 14 and 15.

¹⁴³ JANSEN, Katherine – *The Making of the Magdalene*, p. 193.

For the latter part of our period the early modern era, although more daring in depictions of the eroticized female body, the genitals remain taboo. “Yet her own sex is a generalized nullity; her own body offers ‘nothing you can see’ - and what you might see is displaced onto or into that essential shell,” writes Rona Goffen on Titian’s *Edinburgh Venus* c. 1520. The remark, paraphrasing Lucie Irigaray, also applies to many other depictions of female nudes¹⁴⁴.

This kind of displacement of symbolism is a visual convention much opposed to the earlier theological fascination with Mary’s reproductive mechanics, as Georges Didi-Huberman has shown¹⁴⁵. On another tack, it can also apply to the fascination with the anatomy of the Pythia. Origen (c. 184-c. 253) explains the impure nature of her prophecy since the vapors that inspire her penetrate her genitals to produce words from her mouth as Giulia Sissa so pertinently remarks¹⁴⁶.

Between the forbidden representation of the *pudenda* in western art, and the obsessive preoccupation with the same in Christian theology, the Magdalene’s vase allowed for a visual means for conveying a sacredness to and of female sexual organs, even those who have experienced carnal knowledge. That meaning has been largely lost to present viewers but may well have been a reflexively and largely understood sense for the various inflections of the period gaze. Spectators of course varied, then as now, in education levels and engagement. Too, the contexts and placement of each piece are also specific to the painting in question. Sadly, that the space allotted here does not allow for exploring as each deserves¹⁴⁷.

Concluding remarks

Be that as it may with regard to the specificity of the body part, the vase as synecdoche of the Magdalene’s body was inescapable, through form or substance, in the imaginary of the spectators and the artists at least at some level. We can also look at other depictions of the saint in this way. By the time of Giotto’s early *Trecento*

¹⁴⁴ GOFFEN, Rona – *Titian’s Women*. New Haven and London: Yale University Press, 1997, p. 132.

¹⁴⁵ DIDI-HUBERMAN, Georges – *Fra Angelico*, p.295 to take but one example in book devoted to the subject.

¹⁴⁶ ORIGEN – *Against Celsus*, VII, 3, cited by SISSA, Giulia – *Le Corps virginal*, p. 48.

¹⁴⁷ A more in-depth analysis of the individual pieces of this corpus will be found in *Le Corps de la Madeleine*, forthcoming.

Assisi *Crucifixion*, the Magdalene is placed at the foot of the cross in complement to the angels placed at Christ's hands and side¹⁴⁸. These hold recipients with which to catch the Holy Blood. The feet do not have a corresponding angel, only the saint whose mouth is close to the wound. Recipient herself, she becomes a container of Christ's blood, recalling the use of the image of the cup in reference to her role in the Resurrection. Her red cloak reinforces this interpretation. A few decades later Simone Martini pictures the Magdalene's head in profile against the wood of the cross, as the blood streams into her open lips¹⁴⁹. This enormously popular formula insists once more on her role as vessel of Christ, ushered in by Guido da Siena or even by the liturgical vases of the paleo-Christian era. It is in this sense that we must view the Magdalenes – such as that of Paolo of Veneziano (Fig. 15) – portrayed as containing the image of Christ in her heart. The small portrait of Christ in her heart, surrounded by a genitally evocative pair of tresses, surprises modern eyes which ascribe this *clipeus* exclusively to the Virgin. It is however quite in keeping with her role as liturgical vessel, receptacle of the sacramental fluids of the Incarnate God's body.

¹⁴⁸ Giotto, *Crucifixion*, 1308-1310, fresco, dimensions unavailable, San Francesco, Lower Church, Assisi.

¹⁴⁹ Simone Martini, *Crucifixion* detail of the verso of the *Orsini Polyptych*, 1330s, tempera on wood, 24,5x15,5 cm, Musée des Beaux Arts, Antwerp.



Fig. 15 – Paolo Veneziano, Mary Magdalene in ecstasy with clipeus, detail of *Virgin and Child, portable triptych with Crucifixion*, ca. 1335, 74,5,x75 (original work), Galleria Nazionale, Parma (photo Sailko, Wikimedia Commons, in public domain).

It is entirely comparable to her role as she who receives Christ's radiating light to overflow in offering it to others. In this she is that other container, the mystical body of Christ, the *Ecclesia*, hence too the Bride and the Creature, the Soul. The vase, through her founding act of conversion, that is the anointing of the Anointed One, is the intimate means by which she becomes initiate of the Flesh of the Word, the mystery of the Incarnation. The vase, with which the Magdalene anointed the Christ for his sacrifice as if by premonition, also conveys the hollowness of the female body that explains her prophetic role. A structural corollary of Christ's wounds, it is also a sacramental container, giving the woman who handles it a sacerdotal role.

A stand-in for the genitals, the womb, the heart, or the whole female organism, the vase must be considered as a tautology for the figure of Mary Magdalene. Woman was container. Mary Magdalene, daughter of Eve, carnal sinner, was certainly

overflowing with the bodily humors of hair and tears. With her conversion however, her transgressive body changed in nature if not in its fundamental function, in its final cause of receiving and containing and pouring. In the hands of artists from the thirteenth century to the sixteenth, the Magdalene's body, as conveyed by the vase she holds, changes Eve's instrument of perdition to sanctified liturgical vessel in both form and substance.

Bibliographical references

Printed sources

ALAIN DE LILLE – *Sententiarum, De nativitate domini. Patrologia Latina* t. 210, col. 229-252 Paris: J-P Migne, 1878–90.

AMBROSIUS – *Traité sur l'Évangile de S. Luc.* Ed. Gabriel Tissot. Paris: Cerf, 1971.

BERNARD DE CLAIRVAUX – *Sermons sur le Cantique.* Ed. J. Leclercq; H. Rochas; Ch. H. Talbot. Paris: Cerf, 1996.

BEVEGNATI, Giunta, O. F. M. – *Légende de la Vie et des Miracles de Sainte Marguerite de Cortone.* Trans. Monsignor Luquet. Paris: Poussielgue- Russiand, 1859.

BONAVENTURE – “Légende Majeure de François d'Assise”. Trans. M. Ouzilou. In DALARUN, Jacques (dir.) – *François d'Assise, Ecrits, Vies, témoignages.* Paris: Cerf, 2010.

BONAVENTURE – *Lignum Vitae/Arbre de Vie.* Ed. Jacques-Guy Bougerol. Paris: Éditions Franciscaines, 1996.

DANTE – *La Divina Commedia: il Purgatorio.* Ed. Paolo Costa. Florence: Fabris, 1841.

GREGORY THE GREAT – *Homélie sur l'Évangile, t. 2, Homélie XXI-XL.* Ed. Raymond Etaix; Georges Blanc Judic. Paris: Cerf, 2008.

HIPPOLYTUS OF ROME – *Beati Hippolyti Sermo, Interpretatio Cantici Cantorum.* Trans. G. Garrite. Leuven: Secrétariat du CorpusSCO, 1965.

Hymnae Ecclesiae. Ed. John Henry Newman. London: MacMillan, 1865.

JACOBUS OF VORAGINE – *The Golden Legend.* Trans. William Granger Ryan. Princeton: Princeton University Press, 2012.

ODO OF CLUNY – *Sermones.* Patrologia Latina. T. 133, col. 721. Paris: J.-P. Migne, 1853.

PASSAVANTI, Jacopo – “Lo Specchio della Vera Penitenza”. In TESTORI, Giovanni (ed.) – *Maddalena.* Milan: Franco Maria Ricci, 1989.

RABANUS MAURUS – *De vita B. Mariae Magdaleneae et Marthae*. PL CXII col. 1433-1434, J.-P. Migne Paris, 1852.

RICHARD OF SAINT-VICTOR – *Benjamin major*. *Patrologia Latina* t. 196, col. 64-65 Paris: J-P Migne, 1855.

ROSETTI, Giovantura – *Notandissimi secreti de l'arte profumatoria*. Notes and comments by Franco Brunello, Franca Facchetti. Vicenza: Neri Pozza, 1992.

Sacre Rappresentazioni del Quattrocento. Ed. Luigi Banfi. Turin: Unione Tipografico, 1968.

SAVONAROLA, Hieronymus – *Miserere*. Trans. Charles Journet. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

THOMAS AQUINAS – *Catena Aurea*. Trans. William Whiston. London: J.G.F. and J. Rivington, 1842.

THOMAS AQUINAS – *Commentary on the Epistle of Paul to the Romans*. Trans. Father Jean-Eric Stroobant de Saint-Eloy O.S.B. Paris: Cerf, 1999.

THOMAS AQUINAS – *Homélie sur l'Évangile de Saint Jean. XLIV-LIV*. Trans. M.-F. Berrouard. Paris: Etudes Augustiniennes, 1989.

THOMAS AQUINAS – *Summa theologiae* [Online] [accessed 1 June 2020]. Available at <https://www.newadvent.org/summa/>.

UBERTINO DA CASALE – *Arbor Vitae Crucifixae Jesu*. Venice: A. De Bonetis, 1485. Ed. C.T. Davies. Edition facsimile. Turin: Bottega d'Erasmus, 1961.

VENANTIUS FORTUNATUS – *Carmina*. In REYDELLET, Marc (ed.) – *Venance Fortunat, Poèmes*. 3 vols., Paris: Belles Lettres, Collection Budé, 1994–2004.

Studies

ALBERT, Jean-Pierre – *Odeurs de sainteté : la mythologie chrétienne des aromates*. Paris: l'EHESS, 1996.

ARASSE, Daniel – “Extases et visions béatifiques à l’apogée de la Renaissance : quatre images de Raphaël”. *Mélanges de l'École française de Rome* 84 (1972), pp. 403-492.

ÁRNASON, H. Harvard – “Early Christian Silver of North Italy and Gaul”. *The Art Bulletin* 20/2 (June 1938), pp. 193-226.

ATKINSON, Clarissa W – “Precious Balsam in a Fragile Glass: The Ideology of Virginity in the Later Middle Ages”. *Journal of Family History* 8 (1983), pp. 131-143.

BAERT, Barbara – “The Gaze in the Garden: Mary Magdalene in *Noli Me Tangere*”. In EHRHARDT, Michelle A.; MORRIS, Amy M (ed.) – *Mary Magdalene: Iconographic*

Studies from the Middle Ages to the Baroque. Leiden and Boston: Brill, 2012, pp. 189-222.

BAGNOLI, Alessandro, *et al.* (ed.) – *Duccio: Alle origini della pittura senese*. Milan: Silvana, 2003.

BASCHET, Jérôme – “Âme et corps dans l'Occident médiéval: une dualité dynamique, entre pluralité et dualisme”. *Archives de sciences sociales des religions* 112 (2000), pp. 5-30.

BATTISTI, Eugenio – “Ricostruendo la complessità”. In VALAZZI, Maria Rosaria (dir.) – *La Pala Ricostituita: L'Incoronazione della Vergine e la cimasa vaticana di Giovanni Bellini, Indagini e restauri*. Venice: Cataloghi Marsilio, 1988, pp. 6-14.

BEAUGRAND, Augustin – *Sainte Lucie, vierge et martyre de Syracuse: sa vie, son martyre, reliques, son culte*. Paris: Maurice Tardieu, 1882.

BELTING, Hans – *Image et Culte: Une Histoire de l'Image Avant l'Epoque de l'Art*. Paris: Cerf, 1998.

BÉRIOU, Nicole – “La Madeleine dans les sermons parisiens du XIIIe siècle”. *Mélanges de l'École française de Rome* 85 (1992), pp. 269-340.

BOYLE, Marjorie O'Rourke – “Coquette at the Cross ? Magdalene in the Master of the Bartholomew Altar's Deposition at the Louvre”. *Zeitschrift für Kunstgeschichte* 59/4 (1996), pp. 573-577.

BUGGE, John – *Virginitas: An Essay in the History of a Medieval Ideal*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1975.

BURRESI, Mariagiulia; CALECA, Antonino (ed.) – *Cimabue a Pisa, la pittura del Duecento da Giunta a Giotto*. Pisa: Pacini Editore, 2003.

BYNUM, Caroline – *Fragmentation and Redemption*. New York: Zone Books, 1991.

CACIOLA, Nancy – “Mystics, Demoniacs, and the Physiology of Spirit Possession in Medieval Europe”. *Comparative Studies in Society and History* Vol. 42, No. 2 (Apr. 2000), pp. 268-306.

CANNON, Joanna – “Simone Martini, the Dominicans and the Early Siense Polyptych”. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 45 (1982), pp. 69-95.

CONTI, Alessandro – “Giovanni Bellini fra Marco Zoppo e Antonello da Messina”. In MARABOTTINI, Alessandro (dir.) – *Antonello da Messina*. Messina: Università degli studi di Messina, 1987, pp. 275-303.

CROPPER, Elizabeth – “On Beautiful Women, Parmigianino, Petrarchismo, and the Vernacular Style”. *The Art Bulletin* 58/3 (Sep. 1976), pp. 374-394.

DALMASSO, Véronique – *L'Image du corps dans la peinture toscane 1300-1450*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006.

DAVIES, Martin; GORDON, Dillian – *The Italian Schools before 1400*. London: National Gallery, 2001.

DIDI-HUBERMAN, Georges – *Fra Angelico: dissemblance et figuration*. 2nd ed., Paris: Flammarion, 1995.

DUNKERTON, Jill – *North and South in painting techniques, in Renaissance Venice and the North*. London: Thames and Hudson, 1999.

ERHARDT, Michelle A.; MORRIS, Amy M. – *Mary Magdalene, Iconographic Studies from the Middle Ages to the Baroque*. Leiden, Boston: Brill, 2012.

FREUD, Sigmund – *The Interpretation of Dreams*. Trans. and ed. James Strachey. 2nd ed.. New York: Basic Books, 2010.

FRUGONI, Chiara – “*Domine, in conspectu tuo omne desiderium meum*”: Visioni e immagini in Chiara da Montefalco”. In LEONARDI, Claudio; MENESTÒ, Enrico (ed.) – *S. Chiara da Montefalco e il suo tempo: atti del quarto convegno di studi storici ecclesiastici organizzato dall’Archidiocesi di Spoleto*. Spoleto, Perouse, Florence: La Nuova Italia Editrice, 1984, pp. 155-180.

GARNOT, Nicolas Sainte-Fare (ed.) – *De Sienne à Florence: Les primitifs italiens*. Bruxelles: Fonds Mercator, 2009.

GEREVINI, Stefania – “*Christus crystallus*: Rock Crystal, Theology and Materiality in the Medieval West”. In ROBINSON, James; DE BEER, Lloyd; HARNDEN, Anna (eds.) – *Matter of Faith: An Interdisciplinary Study of Relics and Relic Veneration in the Medieval Period*. London: British Museum, 2014, pp. 92-99.

GEREVINI, Stefania – “*Sicut Crystallus Quando Est Obiecta Soli*”: Rock Crystal, Transparency and the Franciscan Order”. *Mitteilungen Des Kunsthistorischen Institutes In Florenz* LV1. Band Heft 3 (2014), pp .255-282.

GOFFEN, Rona – *Giovanni Bellini*. New Haven and London: Yale University Press, 1989.

GOFFEN, Rona – *Titian's Women*. New Haven and London: Yale University Press, 1997.

GOLSENNE, Thomas – *Carlo Crivelli et le matérialisme mystique du Quattrocento*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017.

HASKINS, Susan – *Mary Magdalene, Myth and Metaphor*. New York: Riverhead Books, 1993.

HILLS, Paul – “Venetian glass and Renaissance self-fashioning”. In AMES-LEWIS, Francis; ROGERS Mary (ed.) – *Concepts of Beauty in Renaissance Art*. Ashgate: Aldershot, 1998, pp. 163-178.

HILLS, Paul – *Colore Veneziano: Pittura, Marmo, Mosaico, e Vetro dal 1200 al 1550*. Trans. Alessandra Cossa. Milan: Rizzoli, 1999.

IOGNA-PRAT, Dominique – “La Madeleine du *Sermo in Veneratione Sancte Mariae Magdalенаe* attribué à Odon de Cluny”. *Mélanges de l'École française de Rome* 85 (1992), pp. 37-70.

JANSEN, Katherine – *The Making of the Magdalen: Preaching and Popular Devotion in the Later Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

KESSLER, Herbert L. – “‘Consider the Glass, It Can Teach You’: the Medium's Lesson”. In PASTAN, Elizabeth Carson; KURMANN-SCHWARZ, Brigitte (eds.) – *Investigations in Medieval Stained Glass: Materials, Methods and Expression*. Leiden Boston: Brill, 2019, pp. 143-156.

LEONE DE CASTRIS, Pierluigi – *Simone Martini*. Trans. Christine Piot. Arles: Actes Sud, 2007.

LEPP, Amanda Jane – *The Rooster's Egg: Maternal Metaphors and Medieval Men*. Toronto: University of Toronto, 2010. PhD Thesis.

MOSSAKOWSKI, Stanislaw – “Raphael's St. Cecilia. An Iconographical Study”. *Zeitschrift für Kunstgeschichte* 31 (1968), pp. 1-26.

OUSTERHOUT, Robert – “Architecture as Relic and the Construction of Sanctity: The Stones of the Holy Sepulchre”. *Journal of the Society of Architectural Historians* 62/1 (Mar. 2003), pp. 4-23.

PALLOTTINO, Massimo (dir.) – *Les Étrusques et l'Europe*. Paris: RMN, 1992.

PARK, Katharine – *Secrets of Women: Gender, Generation, and the Origins of Human Dissection*. New York: Zone Books, 2006.

PEDROCCO, Filippo – *Paolo Veneziano*. Trans. Isabelle Rey-Herme. Tournai: Paris la Renaissance du Livre, 2003

PINTO-MATHIEU, Elisabeth – *Marie Madeleine dans la littérature du Moyen Age*. Paris: Beauchesne, 1997.

PIRON, Sylvain – “Le métier de théologien selon Olivi. Philosophie, théologie, exégèse et pauvreté”. In KÖNIG-PRALONG, Catherine; RIBORDY, Olivier; SUAREZ-NANI, Tiziana (ed.) – *Pierre de Jean Olivi. Philosophie et théologie*. Berlin: De Gruyter, 2010, pp. 17-85.

REDON, Odile – “Le père du bienheureux : Bonatacca Tacche, conseiller siennois et podestat impérial”. *Médiévales* 17/34 (1998), pp. 39-52.

RUSSO, Daniel – “Saint François, les franciscains et les représentations du Christ sur la croix en Ombrie au XIIIe siècle: recherches sur la formation d'une image et sur une sensibilité esthétique au Moyen Age”. *Mélanges de l'École française de Rome* 96 (1984-2), pp. 647-717.

SAXER, Victor – *Le Culte de Marie-Madeleine en Occident des origines à la fin du Moyen Âge*. Auxerre-Paris: Publications de la Société de Fouilles Archéologiques et des

Monuments Historiques de l'Yonne, Librairie Clavreuil, 1959.

SCHMITT, Jean-Claude – *La Raison des gestes dans l'Occident médiéval*. Paris: Gallimard, 1990.

SCHMITT, Jean-Claude – *Le corps des images. Essais sur la culture visuelle au Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 2002.

SISSA, Giulia – *Le Corps virginal: la virginité féminine en Grèce Ancienne*. Paris: Vrin, 1987.

SOPER, Alexander Coburn – “The Italo-Gallic School of Early Christian Art”. *The Art Bulletin* 20/2 (Jun. 1938), pp. 145-192.

SUBES, Marie-Pasquine – “Art et liturgie: le *flabellum* et l'ostension de la patène dans le cérémonial de la messe”. *Bibliothèque de l'école des chartes* 162/1 (2004), pp. 97-118.

TILLIETTE, Jean-Yves – “Hermes Amoureux”. *Mélanges de l'École française de Rome* 85 (1992) pp. 121-161.

VAUCHEZ, André – *Sainteté en occident aux derniers siècles du Moyen Age*. Rome: École française de Rome, 1988.

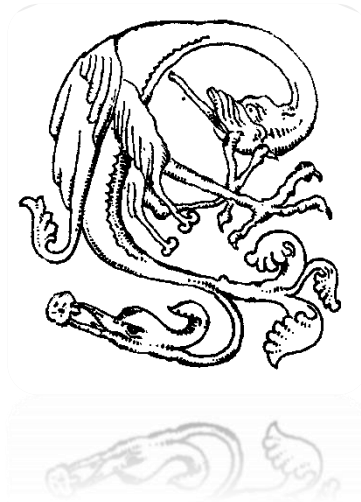
VIMERCATI, Emmanuele – “Cardiology and Cosmology”. In SALLES Ricardo (ed.) – *Cosmology and Biology in Ancient Philosophy: From Thales to Avicenna*. Cambridge: Cambridge University Press 2021.

WILLOUGHBY, Harold. R. – “The Distinctive Sources of Palestinian Pilgrimage Iconography”. *Journal of Biblical Literature* 74/2 (Jun. 1955), pp. 61-68.

WILSON, Carolyn – *Giovanni Bellini's Pesaro altarpiece: studies in its context and meaning*. New York: New York University, Institute of Fine Arts, 1976. Ph.D Thesis.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PETRICK, Vickie-Marie – “Delving into the Magdalene’s vase: the ointment jar from the Middle Ages to Early Modernity”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 235-290. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

**Las nominaciones de Dios en el argumento del *Proslogion*:
Identidad entre ser y verdad**

**God's nominations in the *Proslogion* argument: Identity
between being and truth**

José Luis Gaona Carrillo

Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo
Instituto de Investigaciones Filosóficas Luis Villoro
58260 Morelia, México

jose.gaona@umich.mx

Data recepção do artigo / Received for publication: 31 de Março de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 12 de Novembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5149>

RESUMEN

San Anselmo de Canterbury fue un monje benedictino que redactó el argumento del *Proslogion* en el siglo XI. Las nominaciones o nombres de Dios, son los diferentes modos por los cuales San Anselmo explicó los atributos divinos. A partir de una reinterpretación al estudio de Ricardo O. Díez en *¿Si hay Dios, quién es?* es propuesta una identidad entre el ser y la verdad de Dios, implicando así una mutua relación entre estos atributos con la definición de verdad anselmiana. La sentencia *fides quaerens intellectum* representará una metodología o modelo a través de la cual se orienta el pensamiento en el esclarecimiento racional de estas nominaciones divinas. No obstante, la misma búsqueda intelectual reconocerá una limitación racional frente aquello que cree por fe, sentencia heredada por San Agustín en la filosofía del Santo Doctor Anselmo. Desde nuestra reflexión remarcaremos como las nominaciones del *Proslogion* y la definición de la verdad del *De Veritate* permiten pensar en una identidad que relaciona ambas obras del pensamiento anselmiano.

Palabras clave: San Anselmo; *Proslogion*; *De Veritate*; identidad; *fides quaerens intellectum*.

ABSTRACT

Saint Anselm of Canterbury was a Benedictine monk who wrote the *Proslogion* argument in the 11th century. The nominations or names of God, are the different ways by which Saint Anselm explained the divine attributes. From a reinterpretation of Ricardo O. Díez's study *¿Si hay Dios, quién es?* an identity between the being and the truth of God is proposed, thus implying a mutual relationship between these attributes with the Anselmian definition of truth. The sentence *fides quaerens intellectum* will represent a methodology or model through which the thought is oriented in the rational clarification of these divine nominations. However, the same intellectual search will recognize a rational limitation against what it believes by faith. The nominations of the *Proslogion* and the definition of the truth of the *De Veritate* allow us to think of an identity that relates both works of Anselmian thought, identity that this article wanted to propose.

Keywords: Saint Anselm; *Proslogion*; *De Veritate*; identity; *fides quaerens intellectum*



Las nominaciones de Dios en el argumento del *Proslogion*: Identidad entre ser y verdad

Introducción

El argumento del *Proslogion* fue un manuscrito medieval redactado por el filósofo San Anselmo de Canterbury. A lo largo de los capítulos de este texto se vertió un agudo problema relativo al ser y existencia de Dios. En este artículo serán explicados los diversos nombres¹ de Dios, los cuales ponen de relieve algunos de los atributos del ser divino. Consecuentemente, en esta exposición se demostrará una reinterpretación aplicada a la lectura del *Proslogion* orientada por el estudio de Ricardo Oscar Díez en *¿Si hay Dios, quién es?*². Deudores de su investigación, propondremos en este artículo una original postura no vista en el texto de Ricardo O. Díez, esto es, la identidad del ser del *Proslogion* con la noción de verdad del *De Veritate*, propuesta novedosa que podría vincular argumentativamente ambas obras del Arzobispo de Canterbury, remarcando la sistematicidad de su pensamiento y que el estudio de Díez no trabajó. Entonces en nuestro ejercicio hermenéutico suponemos ya una nueva lectura respecto a estas nominaciones divinas explicadas por Ricardo O. Díez. Este estudio divide por etapas el argumento anselmiano, de ahí que nos remitiremos exclusivamente a una revaloración hecha a las nominaciones o nombres que señalan esas cualidades de Dios. Sin embargo, también es importante tener presente la metodología o dialéctica anselmiana, a través de la cual San Anselmo orientó su pensamiento bajo la sentencia: *fides quaerens intellectum*³. Esta

¹ Estas nominaciones están íntimamente ligadas con una perspectiva ontológica del lenguaje. Existen varios estudios que interpretan la filosofía anselmiana desde esta disciplina. Cfr. SAN ANSELMO – *Fragmentos sobre filosofía del lenguaje*. Bogotá: Ediciones Uniandes - CESO, 2001. Asimismo, SAN ANSELMO – “Fragmentos sobre filosofía del lenguaje. Sobre el poder y la impotencia, la posibilidad y la imposibilidad, la necesidad y la libertad.” In ANSELMO DE CANTERBURY – *Fragmentos sobre filosofía del lenguaje*. Bogotá: Ediciones Uniandes - CESO, 2001, pp. 159-211.

² ÓSCAR DÍEZ, Ricardo – “¿Si hay Dios, quién es?: una cuestión planteada por San Anselmo de Cantorbery en el *Proslogion*”. *Cuadernos de anuario filosófico. Serie Universitaria* 136 (2001), pp. 101-150.

³ San Anselmo en el proemio al *Proslogion* refiere que la sentencia *Fides quaerens intellectum* en realidad era el título original a este argumento, no obstante, posteriormente cambió al título que ahora conocemos, ya que anecdóticamente el abad de Bec quería mantener el anonimato de dicho manuscrito. Otra cuestión importante digna de mención se encuentra en el estudio realizado por Miguel Pérez de Laborda titulado *Anselmo de Canterbury – Esencial* donde el autor detalla como para él San Anselmo sienta las bases del método escolástico que se gestaría años después. Este dato es

sentencia puede traducirse en la fe que busca la intelección. El abad de Bec abrió un modo de pensamiento el cual antepone un límite a la razón de aquello que se cree por fe, en otras palabras, existe una línea epistemológica que se vuelve infranqueable respecto a la creencia que inicia el pensamiento. De este modo, las nominaciones divinas revelan racionalmente los atributos de Dios, pero sin incurrir en una excesiva racionalización de esa fe que siente el corazón. En consecuencia, el desarrollo de este artículo explicará tres momentos, donde cada uno consiste en un nombre de Dios.

Por otro lado, se advertirá en el transcurso de la argumentación el rasgo de verdad que posee intrínsecamente cada nominación, marcando así una identidad⁴ entre ser y verdad. De ahí que además del argumento del *Proslogion* sea conveniente tomar en cuenta otro texto vital en el pensamiento del abad de Bec, nos referimos al texto *De Veritate*⁵. En este texto de la verdad, San Anselmo dedica algunos capítulos donde desarrolla los tipos de verdad y el cómo se va alcanzando una única definición de la suma verdad. Entonces, a nuestra interpretación, esta idea motiva a una identidad que marque el entrecruzamiento conceptual de una obra a otra, entre verdad y ser. De lo dicho con anterioridad puede ser señalada una continuidad argumentativa del texto del *Proslogion* al *De Veritate*. Finalmente, en los apartados que dividen este artículo se describirán algunos elementos característicos de los atributos de Dios propios al modo de pensamiento medieval.

Conviene señalar que las nominaciones o los nombres de Dios son pues conceptos en los que se encuentran vertidos ciertas adjetivaciones que el intelecto ha logrado con el ejercicio intelectual⁶. Así en el argumento del *Proslogion* es importante acotar

sumamente revelador en cuanto a la metodología o dialéctica anselmiana, puesto que marca la relación de armonía o tensión entre la fe/razón.

⁴ La identidad aquí aludida siempre quedará referida a Dios. Como se desarrollará a lo largo del artículo se demostrará como se edifica esta identidad entre verdad y ser.

⁵ Este manuscrito es posterior al argumento del *Proslogion* y en éste a diferencia del segundo San Anselmo desarrolla todo un ejercicio meditativo sobre la definición de verdad y los tipos de verdad que están orientados o debajo de la suma verdad. Cfr. SAN ANSELMO – “*De Veritate*”. In SAN ANSELMO – *Obras Completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 487-535.

⁶ Este ejercicio intelectual no es otra cosa que el esclarecimiento racional de la fe, sintetizado en el *fides quaerens intellectum*.

que lingüísticamente hablando, el nominar señala con las palabras el significado⁷ que éstas tienen con los objetos que nominan, es decir, el pensamiento mira desde el signo al objeto que alude y es a partir de ese momento que una palabra o un enunciado puede ser juzgado verdadero⁸ o falso. Esta consecuencia, suscita la indagación de la verdad del ser finito, pero que por contraste Anselmo intenta dilucidar la definición de la suma verdad. Una de las premisas centrales a este manuscrito medieval del *Proslogion* ha sido remarcar la imposibilidad del no-ser de Dios *quod non possit cogitari non esse*⁹. Los estudios modernos aplicados a la Edad Media, particularmente del célebre y gran medievalista francés E. Gilson en su texto *La filosofía en la Edad Media*¹⁰ nos ha hecho ver una interpretación ontológica, más que un pequeño opúsculo dirigido a los monjes que Anselmo tenía a su cargo. De este modo, este argumento a lo largo de la historia de la filosofía ha sido clasificado en tanto argumento ontológico, y específicamente de un tipo de ontología “realista”. Conviene advertir que dicha interpretación es un modo distinto por el cual el Arzobispo de Canterbury nunca se pronunció al respecto.

Los textos medievales no terminaron por acoger las categorizaciones modernas atribuibles a las etiquetas realistas/nominalistas que los estudios modernos les suelen atribuir. Por ende, una consecuencia natural de estas interpretaciones modernas, ha sido traer a la discusión la oposición frecuente entre la conocida dialéctica y anti-dialéctica; posturas fuertemente remarcadas por el propio É. Gilson y que a lo largo de la historia de la filosofía del Siglo XX ha dejado su huella bajo las etiquetas “realistas o nominalistas”¹¹. Estas vertientes antagónicas están íntimamente ligadas a la cuestión del lenguaje, en este caso, a las nominaciones de

⁷ Un antecedente a esta identidad entre ser y verdad se haya internamente en el significado de la palabra y el valor de verdad que puede tomar esta. En sentido estricto, San Anselmo se ocupa ampliamente de este problema en el capítulo II del *De Veritate*. Cfr. SAN ANSELMO – “*De Veritate*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 487-535.

⁸ Recordemos que la mayoría de los pensadores medievales y específicamente San Anselmo no dudaban de la verdad acerca de la existencia de las cosas, puesto que Dios no puede crear cosas falsas.

⁹ SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, p. 368.

¹⁰ GILSON, Étienne – *La filosofía en la Edad Media*. Madrid: Gredos, 2007.

¹¹ E. Gilson abrió toda una nueva perspectiva en cuanto a los estudios medievales se refieren. De esta manera, los estudiosos contemporáneos de este periodo histórico han atribuido las categorías del realismo a la filosofía anselmiana. Lo interesante a esta denominación filosófica, es que en justa medida los medievales nunca utilizaron dichos términos, esto es, San Anselmo nunca considero su pensamiento en tanto realista, ni a su vez su contraparte nominalista como lo fue Roscelino. Cfr. GILSON, Étienne – *El realismo metódico*. Madrid: Rialp, 1974.

Dios, sin embargo, también es preciso no perder de vista la impropiedad de querer subsumirlas estrictamente a una cuestión lingüística, ya que como veremos también existe una repercusión ontológica y epistemológica en el plano de la realidad.

Primera nominación de Dios – *Te esse aliquid quo nihil maius cogitari potest*¹²

El primer nombre de Dios *Te esse aliquid quo nihil maius cogitari potest*¹³ aparece en el capítulo II del *Proslogion*, apartado que inaugura el inicio nominativo de este itinerario filosófico/teológico. Como podrá observarse en esta sentencia, el ser de Dios está referido al pensamiento en términos negativos, es decir, aquello mayor que lo cual nada pueda pensarse antepone un máximo al pensar. De ese *nihil* que niega al pensamiento un ser mayor a él, es sumado el adjetivo *maius*, adjetivo calificativo que constata la unidad mayor de un solo ser. Por su parte la univocidad¹⁴ es una propiedad exclusiva de un solo ser, *id est*, no puede ser propiedad de algún otro ser tal que lo rebasase, pues ya no se trataría del mayor que lo cual nada pueda pensarse. Cualquier otro objeto (*res*) no puede estar por encima de éste, de ser esto falso, podría encontrarse un ser tal que rebasase al ser de Dios, lo cual, es contradictorio. Nótese pues, el primer atributo de Dios en este capítulo II del *Proslogion*. Hemos de reflexionar entonces en el valor de verdad¹⁵ que encierra este primer momento del *maius* divino. Efectivamente, es concedido que no puede existir un ser mayor a Dios, entonces este ser debe ser un máximo a todo ser en comparación de cualquier otra creatura. Si ha de ser el mayor, debe ser verdadero, puesto que es mayor (*maius*) ser verdadero que falso. Este rasgo veritativo en la identidad aquí sugerida remite al otro texto anselmiano aludido: *De Veritate*¹⁶. La identidad o relación recíproca entre el ser de Dios y la verdad de él se desenvuelven co-sustancialmente.

El capítulo II del *De Veritate* habla precisamente del carácter veritativo que llega a tener la significación de las palabras. Si seguimos con atención el diálogo expuesto

¹² SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 366.

¹³ SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 366.

¹⁴ Por este término entendemos un solo ser que posee determinadas características que si bien otros objetos o cosas (*res*) pueden participar de ellas, el ser unívoco es el único que las posee de modo absoluto, sin responder a contingencias múltiples y/o accidentales.

¹⁵ He aquí la identidad expresa entre ser y verdad buscada por la propuesta aquí sugerida.

¹⁶ SAN ANSELMO – “*De Veritate*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*.

en este texto filosófico encontraremos un tipo de verdad que se asemeja al rasgo ontológico de ese ser mayor del cual nada pueda pensarse, esto en el sentido de la rectitud de las palabras. Habrá que recordar la réplica que esgrime el abad de Bec a Gaunilón justo en el momento a través del cual demuestra que los pensamientos falsos e inexistentes no pueden ser entendidos por el entendimiento, entonces, los pensamientos verdaderos si puede ser entendidos por el entendimiento: “M.-*Quid igitur tibi videtur ibi veritas?* D.- *Nihil aliud scio nisi quia cum significat esse quod est, tunc est in ea veritas et est vera.*”¹⁷.

Ahora bien, en este capítulo II del *De Veritate*, a nuestro juicio, es dada una continuidad discursiva con el capítulo II del *Proslogion*, razón que sugiere hablar de esta identidad entre ser y verdad en Dios. Una lectura atenta de ambas obras, permite mostrar esta semejanza marcada que se va dando de un texto a otro, pese a que San Anselmo redactó las obras con varios años¹⁸ de diferencia. En efecto, dichos manuscritos tratan temáticas diferentes, sin embargo, los elementos relativos al ser y verdad de Dios siguen estando presentes en ambos y más aún coinciden en las referencias que hemos citado. En otras palabras, desde el ejercicio del pensamiento se hace efectiva la constatación acerca de la imposibilidad del no-ser divino. Esta no-posibilidad queda calificada con el *maius* que es verdadero. Siguiendo el mismo orden expositivo del *Proslogion*, así de este estudio aplicado por Ricardo O. Díez, el capítulo III explica el momento de realidad de esa palabra unificada con el ser:

“el capítulo III refiere a la realidad o *esse* divino que la palabra señala. Se actúa una descripción a partir de las cosas mismas [...] es el *esse* divino que intenta responder a la primera cuestión de la síntesis que el autor hace en el prólogo (*prooemium*) *Quia deus vere est*”¹⁹.

Esta nominación no solo es el inicio de las restantes, está presuponiendo el contenido de fe por el cual Anselmo constataba desde la plegaria alcanzada al inicio del texto del *Proslogion*. La intelección de la fe inicia su camino hacia un proceso dialéctico sintetizando palabra-ser, resultando conveniente no perder de vista la

¹⁷ SAN ANSELMO – “*De Veritate*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 492.

¹⁸ Otro texto anselmiano a considerar es el *De grammatico*, anterior aún a *De Veritate*, pero que puede servir para terminar de corregir los excesos del lenguaje que se tornan contradictorios.

¹⁹ ÓSCAR DÍEZ, Ricardo – “*¿Si hay Dios, quién es?*”, p. 37.

sentencia anselmiana por excelencia: *fides quaerens intellectum*. Sea conveniente decir que Anselmo confiaba tanto en las Sagradas Escrituras²⁰ que por ello no temía en llamar a su esclarecimiento racional, siempre sin agotar eso que su corazón cree. A este punto se abre una gran discusión que varios estudios especializados en la filosofía anselmiana no han convenido en acordar. Más allá de entrar en el debate, sencillamente sea de paso resumir la postura del Arzobispo de Canterbury. San Anselmo como creyente nunca puso en duda la existencia y el ser de Dios. Las posibilidades dadas por la racionalización o intelección de la fe vienen dadas por el ejercicio meditativo-reflexivo posterior a la confesión de fe. Entonces este trayecto racional especulativo de la primera nominación del *Proslogion* recorre del capítulo II al capítulo IV una frontal respuesta a la figura que encarna al insensato, es decir, quién niega a Dios. Por lo tanto, esta búsqueda racional entra en discusión directa hacia la réplica que formula aquel que habla en nombre del insensato²¹.

²⁰ Las sagradas escrituras son el pilar y la fuente del pensamiento medieval. Así, no es extraño que el abad de Bec al inicio del *Proslogion* no dude en citar esta fuente textual, más específicamente los salmos. No obstante, es interesante señalar la disparidad suscitada en algunos textos especializados al respecto de la metodología y filosofía anselmiana comparados con el discurso del propio San Anselmo. Primeramente Miguel Pérez de Laborda asiente en demostrar la insuficiencia de la exclusiva racionalidad en el modo de explicar lo real: “Quien llega racionalmente a afirmaciones opuestas a la fe es porque su modo de argumentar en realidad no es suficientemente racional (...) La fe, por tanto, ayuda a la razón señalándole cuándo ha errado el camino”. PÉREZ DE LABORDA, Miguel – *Anselmo de Canterbury – Esencial: existe algo mayor que lo cual nada pueda pensarse*. Mataró: Montesinos / esencial, 2010, p. 25. Otro estudio especializado en Anselmo permite hacer una comparación interesante en esta modalidad metodológica, sin embargo, a nuestra interpretación parece no tener la misma orientación que el primero: “(...) incluso las palabras mismas de San Anselmo esclarecerían su fin: manifestar cómo es posible una prueba *necessitas rationis* sin la autoridad de la Sagrada Escritura. La definición de Dios, no es ni mucho menos bíblica, no deriva de la revelación; ya que en el *Monologion* aparece como algo natural e independiente de cualquier intervención de la fe, la concepción de un Dios trinitario cuya analogía con el proceso trinitario no eleva el discurso al plano de la fe.”. GARCÍA DE LOMAS MIER, José María – “El *Intellectus Fidei* en San Anselmo de Canterbury: claves hermenéuticas de las relaciones fe-razón en el método intelectual anselmiano”. *Cuadernos de Filosofía, Excerpta e dissertationibus in philosophia* 4 (1994), pp. 97-185. Pero ahora bien, si se realiza una comparación con las palabras del Santo Doctor, es en el prólogo al *Monologion* donde se percibe esa intención de no apoyarse en la autoridad de las Sagradas Escrituras, pero sin dejar de objetar una respuesta a los simples y necios que niegan a Dios. Cfr. SAN ANSELMO – “*Monologion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 185-347.

²¹ Aquí Anselmo se dirige al *insipiens*. Este insensato es aquel que niega en su corazón a Dios. Antes de redactar el capítulo IV, San Anselmo anticipaba una respuesta en el capítulo III contra esta figura, citando directamente el *Salmo* (14,1) “¿Por qué, entonces, «dijo el insensato en su corazón: no hay Dios» (...) siendo así que están evidente para la mente racional que tú eres, entre todos, de la manera más grande? ¿Por qué, sino porque es necio e insensato?”. SAN ANSELMO – *Proslogion. Con las réplicas de Gaunilón y Anselmo*. Madrid: Tecnos, 2009, p. 80. Conviene advertir dos posturas semejantes a esta negación o imposibilidad de Dios. La primera puede resumirse en la figura del ateo, es decir, quién niega inmediatamente la existencia de Dios. No obstante, la réplica que esgrime San Anselmo no es de este orden. La objeción señalada por Anselmo está dirigida al hermano creyente que no acepta esta vía nominativa de aquello mayor que lo cual nada pueda pensarse. Como podrá notarse el insensato es un monje benedictino que responde al nombre de Gaunilón, por ende, acepta

Recuperando el sentido de la cita textual anterior (respecto al capítulo III), nótese el componente veritativo que se desenvuelve en conjunto con el verbo intransitivo de ser: *quia deus vere est*. Si Dios verdaderamente es, entonces enlaza la conjunción verdad-ser; ella misma admite mutua reversibilidad del ser a la verdad, es decir, ser-verdad. Por lo tanto, puede señalarse una paridad discursiva e identitaria entre el ser alcanzado por el *Proslogion* y la definición²² de verdad vertida en *De Veritate*.

Este es un buen ejemplo de la capacidad visionaria que tiene la filosofía anselmiana al poner de relieve la mutua interacción gestada entre el entendimiento y su relación valorativa de la verdad al ser de Dios. Lo decisivo, es hacer notar que no se trata exclusivamente de una verdad tal que solo remita a Dios. Los elementos aquí ofrecidos miran más ampliamente la verdad intrínseca a la realidad misma que ha sido creación divina. Este orden creador no deja posibilidad alguna de ruptura o lugar a la falsedad del objeto (*res*). En vista de lo anterior, cuestionar el valor de verdad que tienen los objetos han hecho lícita una lectura más general del argumento del *Proslogion* orientándolo en su discurrir hacia una perspectiva ontológica. Entonces, no considerar todo el entramado discursivo que tiene esta primera nominación con las subsiguientes nominaciones hace del argumento un pequeño fragmento racional acerca de la existencia de Dios, lo cual, desde la perspectiva aquí señalada incide en una interpretación parcial y sesgada a la unidad del mismo argumento.

A consecuencia de esto muchos estudios interpretativos comúnmente tienden a limitar sus observaciones a esta primera nominación, fracturando la totalidad que representa todo el argumento en sus 26 capítulos. Particularmente dicha división queda motivada por considerar solamente los capítulos del II al IV, capítulos donde la mayoría de estos estudios convergen en sostener el denominado “paso” del plano lógico al ontológico²³; movimiento que de alguna manera inauguró Kant en su

su condición de fe. A consecuencia de ello, la discusión se torna en una ruptura interna a la propia comunidad monástica, es decir, la discusión se encuentra en el orden entre creyentes.

²² Siguiendo el orden expositivo, en el apartado tocante a la cuarta y quinta nominación se explicará esta definición de verdad.

²³ Ricardo Óscar Díez señala en la introducción a “¿Si hay Dios” la recepción cartesiana y kantiana del argumento anselmiano, evidenciando las limitaciones así de los condicionamientos históricos propios a la época moderna. Dicha parcialidad se puede encontrar más o menos presente en los

intento por refutar al argumento anselmiano en su contenido en su *Crítica de la razón pura*²⁴. Sin embargo, pocos análisis filosóficos con diferentes perspectivas han puesto en diálogo esta contrariedad demostrando que reducir el argumento a los capítulos aparentemente centrales agotan la intención primordial de San Anselmo al redactar este opúsculo.

Respecto a los estudios interpretativos de este manuscrito medieval Julián Velarde Lombraña en su investigación introductoria a una edición del *Proslogion*²⁵ acierta en resaltar dos cuestiones presentes de modo genérico a las diversas indagaciones aplicadas a este texto medieval:

“El análisis del argumento exige ante todo, aclarar las dos cuestiones siguientes: (1) ¿Qué dice probar el argumento? (2) ¿Prueba el argumento lo que dice probar? La primera cuestión es qué significa el *vere esse* que aparece en varias formulaciones, a nuestro entender, relacionadas, como: *quia Deus vere est* (Proemio); *quod vere sit Deus* (cap. II); *vere es*; *habes esse verissime, habet esse non sic vere* (cap. III). Las interpretaciones (y, por consiguiente, las traducciones) divergen en función de la interpretación general de la obra anselmiana. Así, por ejemplo, en la interpretación fideísta de Barth, el fundamento de la discusión es la fe, y «una vez presupuesto que es verdad *que Dios existe, que Dios es el ser supremo, que él es un solo ser en tres personas, que él se ha hecho hombre, etc.*, Anselmo discute la cuestión de saber *cómo* eso es verdad»²⁶.

A pesar de estas palabras J. V. Lombraña añade: “Por lo tanto, no se trata de una *prueba* de Dios, sino de reconocer que Dios existe verdaderamente (*vere est*). (...) La noción de *vere es*, efectivamente fundamental en el argumento del *Proslogion*, así

mismos manuales de historia de las doctrinas filosóficas. Al respecto conviene revisar los textos históricos del medievalista francés Étienne Gilson. Sin embargo, una lectura más detallada revela las contradicciones de aquellas lecturas generales. Por ejemplo, pueden tenerse en cuenta los siguientes estudios. Este estudio toma más una aproximación al problema: MARÍAS, Julián – *San Anselmo y el insensato y otros estudios de filosofía*. Madrid: Revista de Occidente, 1944. Este segundo es más fiel en su lectura a las intenciones del autor medieval: PLANTINGA, Alvin – *The ontological argument: from St. Anselm to Contemporary Philosophers*. New York: A Doubleday Anchor Original, 1965.

²⁴ Dicho pasaje se encuentra en el capítulo III. El ideal de la razón pura. Sección cuarta. Imposibilidad de una prueba ontológica de la existencia de Dios.

²⁵ Cfr. VELARDE, Julián – “Introducción”. In SAN ANSELMO – *Proslogion. Con las réplicas de Gaunilón y Anselmo*. Madrid: Tecnos, 2009.

²⁶ VELARDE, Julián – “Introducción”, p. 43.

como en las objeciones al mismo”²⁷. Este elemento veritativo anunciado en el proemio permite pensar más que en una demostración de Dios, es una respuesta donada de Dios al hombre, particularmente un gozo²⁸ que recibió Anselmo en su respuesta a la plegaria que ofreció. Dicho de otra manera, la verdad del ser de Dios es el punto de inicio donde queda sostenido todo el argumento. Esta primera enunciación parte de un ser tal que es verdadero, que es mayor (*maius*) y por el cual no puede haber otro ser que sea por encima a éste.

Ahora bien, la cuestión relativa a la postura que sostiene el insensato consiste en negar la primera nominación expuesta por Anselmo, sin embargo, comete el equívoco de aplicarlo al mayor²⁹ a todas las cosas. Brevemente recordemos que en la Edad Moderna temprana así de la Edad Moderna tardía, los filósofos racionalistas en su recepción al argumento anselmiano, y más especialmente René Descartes inscribiría tanto en *Discurso del Método*, como de sus *Meditaciones Metafísicas* su “demostración de la existencia de Dios”. Pese a que no haga ninguna referencia explícita al Abad de Bec, Ricardo O. Díez sostiene esta modalidad moderna del argumento de San Anselmo. De modo que el filósofo francés hace de este rasgo de perfección una co-sustancialidad con el ser de Dios, pero que como ya hemos denunciado previamente, equiparó este atributo divino al total de la capacidad intelectual humana. En otras palabras, el que niega aquella mayor que lo cual nada pueda pensarse, no solo niega al ser perfectísimo a toda creatura, confunde el recto significado de estas palabras sobreponiéndolo en un mismo “nivel ontológico” con el resto de las creaturas asumiendo que es el mayor a todas las cosas, lo cual como puede percatarse es distinto. En sentido estricto, ésta es la vía que edifica la réplica de Gaunilón a San Anselmo. Se trataría de un ser que no señala a Dios, más bien, imputa el *maius* a un ser distinto del sumo ser, configurándolo en un sentido distinto

²⁷ VELARDE, Julián - “Introducción”, p. 45.

²⁸ Dicho gozo queda satisfecho después del pedido que clama el creyente a Dios. Especialmente las nominaciones reveladas, es decir, la cuarta y quinta nominación dan cuenta de esta respuesta. Cfr. ÓSCAR DÍEZ, Ricardo - “¿Si hay Dios, quién es?”.

²⁹ Esta fue la posterior interpretación cartesiana del argumento. Habrá que recordar que para René Descartes a través de la duda metódica quiere demostrar bajo ideas claras y distintas una realidad apoyada en una sola verdad, concluyendo que Dios es el ser perfecto. La tercera y quinta meditación demuestran la existencia de Dios, al igual que en *Discurso del Método* dedica una reflexión al problema de Dios. Cfr. DESCARTES, René - “*Meditaciones metafísicas*”. In DESCARTES, René - *Meditaciones metafísicas, Conversación con Burman, Correspondencia con Isabel de Bohemia*. Barcelona: Gredos, 2014.

al de esta primera nominación. A fin de cuentas la réplica de este monje Gaunilón no puede sostenerse ¿Cómo podría nominarse algo que superase aquello mayor que lo cual nada pueda pensarse? Suponiendo que ha sido “posible” pensarse o inclusive negarse aquello mayor que lo cual nada pueda pensarse, la misma réplica de Gaunilón extrae desde la misma negación a la sentencia anselmiana su formulación propia; pero justamente ya no se trataría de aquello mayor que lo cual nada pueda pensarse, lo cual es absurdo.

Resumiendo, aquello mayor que lo cual nada pueda pensarse no puede ser una invención o creación conceptual del pensamiento humano. El *maius* antepone una distinción ontológica respecto al resto de las creaturas que no pueden situarse por encima a este ser perfecto que es Dios. A la par, en el proemio a este argumento es desarrollada una premisa que sella esta nominación con el valor de verdad. Al modo de pensar de este artículo, se da una identidad con el ser, en medida que puede tomar una mutua reversibilidad entre sí misma; una verdad que es y un ser que es verdadero. Este momento despliega el preludio a un llamado de la verdad en aquello que se cree. Es el inicio a un recorrido más extenso que mirará el pensamiento humano en su esfuerzo intelectual por explicar aquello que cree por fe. El *maius* de aquello mayor que lo cual nada pueda pensarse contiene sustancialmente una cualidad negativa. Esta negatividad del pensamiento permite asumir que ninguna otra creatura puede imponerse al ser mayor que lo cual nada pueda pensarse. Lo mayor se impone en esta primera nominación al intelecto y a la realidad.

Por otra parte, la contemplación de las cosas (*res*) corrige los abusos o sinsentidos dados por el ejercicio exclusivo del pensamiento, es decir, el pensamiento necesita constatar lo inteligido con la experiencia directa de lo real. Este contacto directo con la realidad³⁰ comprueba al intelecto los modos de ser distintos de las cosas (*res*), y a su vez permite unificar o romper la posible unión de lo pensado con lo experimentado; concluyendo si hay o no correspondencia. De suerte que el pensamiento al interpretar la palabra conjuntamente con la visión de la cosa,

³⁰ A lo largo del texto del *Proslogion*, San Anselmo utiliza el término latino *in re*, con el cual alude a la realidad de las cosas. Esta realidad se refiere a la existencia de los objetos, en otras palabras, es la realidad efectiva, no la “realidad” conceptual. Asintiendo en estos dos tipos de realidad, la palabra cae en la categoría del pensar mientras que las cosas (*res*) en la categoría del existir.

permite juzgar mediante una meditación contemplativa su valor de verdad: “El pensar mira hacia las cosas para corregir su palabra y hacia las palabras para entender cuándo significan correctamente a las cosas en lo que son, esto es, para entender la realidad de lo que es, realidad que, en este caso, es el ser mismo de Dios”³¹.

Presentada esta primera nominación proviene la necesidad de indagar sobre la próxima etapa en la llamada segunda nominación. Este próximo paso recorrerá una ascensión aún mayor que la anterior.

Segunda nominación de Dios – *summum omnium*³²

El capítulo III puede entenderse en tanto mediación hacia la segunda nominación de Dios vertida en el capítulo V. El título de este apartado tercero explica la imposibilidad ontológica del no-ser de Dios, es decir, se trata de un rasgo ontológico del ser de Dios al que no le conviene la negación de sí mismo, pero no solo ontológicamente hablando de su realidad efectiva, sino también, en la imposibilidad por la cual el pensamiento pudiese entender lo que no es: *Quod non possit cogitari non esse*³³. Esta afirmación dilucida en el fondo la característica respecto a la eternidad de Dios, pues Dios siempre es, y a éste no puede convenirle el no-ser. Caso contrario, cualquier creatura se pondría por encima del ser de Dios, pero recordemos que todo ser finito participa de una contingencia ontológica, con principio y un fin. Ahora bien, la intención de San Anselmo en este capítulo III ha sido nuevamente dar una mayor complejidad al pensamiento intelectual al llevarlo hasta un límite mayor. Este nuevo derrotero llega hasta una barrera infranqueable donde resulta imposible pensar el no-ser de Dios. Por lo tanto, Anselmo concluye que no puede pensarse que no sea. Particularmente, en este punto de la discusión con el insensato, es quién neciamente intenta negar este ser de Dios, pero como ya se ha explicado, no es posible tal afirmación.

³¹ ÓSCAR DÍEZ, Ricardo – “¿Si hay Dios, quién es?, p. 76.

³² SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 358.

³³ SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 368.

Pero entonces, si al ser de Dios no le es conveniente el no-ser, ello motiva a pensar que dichas implicaciones ontológicas se entrecruzan con la propia verdad de Dios, *id est*, al carecer del rasgo negativo, puede inferirse que tampoco en Dios puede darse una valoración de falsedad respecto a su ser y a su existencia. Ser y no ser pueden pensarse hacia todas las cosas, pero no en aquello que no se puede pensarse que no sea. Siguiendo el hilo conductor de esta premisa, Anselmo no dudaría en sostener que es mayor un ser tal que carezca de no ser; caso contrario un ser con efectiva posibilidad de no ser, será siempre inferior al primero. Si el ser de Dios queda sustraído de la finitud ontológica que si participa la creatura, suma un mayor rasgo ontológico al del ser finito, *ergo*, es mayor (*maius*) ser que no ser.

Este camino trazado de la primera a esta segunda nominación permitió al Santo Doctor San Anselmo conceptualizar una nueva adjetivación de Dios mediante el adjetivo *melius*. El título del capítulo V del *Proslogion* anticipa a la argumentación esta cualidad de “ser mejor”: “*Quod Deus sit quidquid melius est esse quam non esse; et solus existens per se, omnia alia facta de nihilo*”³⁴. Conforme a esta segunda etapa puede notarse cierta analogía discursiva con la primera, no obstante, este adjetivo *melius* impregna de una fuerza mayor al *maius* alcanzado previamente. Entonces, es mejor ser que no ser; en Dios no puede existir o pensarse un no-ser, más aún, es mejor ser eternamente que ser finito. La jerarquización ascendente del ser, no puede quedar restada en grado al sumo ser. Anselmo en este capítulo V nomina por segunda vez a Dios: “*summum omnium*”³⁵. Por esto, el sumo ser a todas las cosas es la segunda nominación. Implícitamente tiene el *melius* y el *maius* al estar por encima de todas las cosas. A pesar de lo ya explicado con anterioridad ¿Por qué todavía el insensato no acepta en su corazón a Dios? Analicemos con detalle las palabras del Santo Doctor: “¿Por qué entonces el insensato ha dicho en su corazón: No hay Dios, cuando es tan fácil a un alma racional comprender que existe más realmente que todas las cosas? Precisamente porque es insensato y sin inteligencia”³⁶.

³⁴ SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 370.

³⁵ SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 370.

³⁶ SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 369.

Previo al capítulo V Anselmo entrevía esta decisiva respuesta:

“Existes, pues ¡oh Señor, Dios mío!, y tan verdaderamente, que no es siquiera posible pensarte como no existente, y con razón. Porque si una inteligencia pudiese concebir algo que fuese mejor que tú, la criatura se elevaría por encima del Creador y vendría a ser su juez, lo que es absurdo. Por lo demás, todo, excepto tú, puede por el pensamiento ser supuesto no existir. A ti sólo, entre todos, pertenece la cualidad de existir verdaderamente y en el más alto grado”³⁷.

En esta cita textual se puede advertir el cómo dos de los conceptos esenciales al argumento del *Proslogion*, el ser y la verdad se desenvuelven y corresponden conjuntamente con las dos adjetivaciones hasta ahora enunciadas. El *maius* y el *melius* edifican una etapa constitutiva de los atributos de Dios que el pensamiento ha inteligido, dotando de contenido al ser de Dios. Estos contenidos expresados en adjetivos permiten pensar en un “momento positivo”³⁸ respecto al *esse* divino, pues en los capítulos subsiguientes se realizará el ejercicio contradictorio a ellos ante el exceso que rebasa al pensamiento; así, estas etapas son explicadas por Ricardo O. Díez. Este especialista en la filosofía anselmiana explica³⁹ esta importante cuestión de la segunda etapa que va de los capítulos V al XIV del argumento anselmiano. Por otra parte, la metodología o “dialéctica” del *fides quaerens intellectum* muestra en justa medida el cómo se van desarrollando estos logros intelectivos de aquello que se cree por fe. Lo realmente notable de esta sentencia es la tensión que se va logrando entre los propios atributos de estas dos nominaciones. El esclarecimiento de la fe se ha ido edificando por el pensar.

Retomando la identidad aquí propuesta entre el *Proslogion-De Veritate*, si bien es cierto, que el texto anselmiano sobre la verdad es ajeno a las nominaciones del *Proslogion*, es decir, éste no conviene en advertir algo de ellas, si puede decirse que la primera etapa del *Proslogion* no deja de insistir desde el proemio sobre la verdad

³⁷ SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 369.

³⁸ Más adelante en la tercera nominación los atributos divinos se orientan hacia una negación de todo aquello que el pensamiento ha podido inteligir, por ello, en esta segunda nominación todavía puede hablarse de un movimiento positivo previo al negativo. Sin embargo, conviene precisar que el valor de verdad de cada atributo seguirá siendo verdadero, ya que la limitación del inteligir queda reducida a la capacidad del pensamiento no al modo en el que se juzgan los atributos de Dios. Consecuentemente, los atributos divinos siempre son verdaderos.

³⁹ Cfr. ÓSCAR DíEZ, Ricardo – “¿*Si hay Dios, quién es?*”, p. 39.

de Dios. En esta interpretación puede construirse un enlace o vínculo entre la primera y segunda nominación por la verdad que tiene el ser divino. En efecto, era común en el pensamiento medieval no dudar acerca de la existencia de las cosas, ya que han sido creación de Dios. Él no puede crear cosas falsas o no verdaderas, *ergo*, lo real existe verdaderamente. Por ende, puede cuestionarse ¿Cómo podría no ser la realidad cuando ella misma está existiendo? El pensamiento humano tiene que realizar la intelección intentando unificar con la razón aquello que se tiene o se “percibe” de la cosa, juzgando posteriormente su valor de verdad. Anselmo nunca dejó de insistir en esa capacidad intelectual que busca la verdad; fruto de una aguda meditación aplicada a la palabra. Como consecuencia se da una fase especulativa de la teoría a la realidad:

“Se ha pasado en el discurso la exterioridad de la palabra (c. II) a la de la cosa (c. III) superando dos contradicciones posibles en el pensamiento. La primera, al escuchar la palabra entre el *maius* contenido en el discurso del creyente y el modo de entender lo escuchado. La segunda, al adecuar lo dicho con el *esse* de la realidad (*res*). El decir de la fe y la cosa anteceden al pensamiento y lo configuran sin contradicción cuando éste entiende que lo significado por la palabra es conforme a lo que se ve en la realidad. La armonía entre esos elementos permite al pensamiento una correcta expresión”⁴⁰.

En esta exposición interpretamos la intelección en tanto una acción racional que a partir de aquello que recibe por la impresión de los sentidos intenta unificar el contenido significativo de la palabra (concepto) con la cosa (*res*) percibida. Lo real no es producto de un esfuerzo intelectual, en otras palabras, la realidad no es una creación gestada por y en el cerebro. Puede decirse que estas dos primeras nominaciones refutan o salvaguardan la coyuntura de no atribuirle mera existencia conceptual a Dios, desde el pensamiento de lo humano. Por esto es necesaria la experiencia de la cosa (*res*) al momento de intentar unificarla⁴¹ con el pensamiento que juzga lo visto. Suponer el modo contrario, sería asumir por el entendimiento una postulación de la razón pura que no ha probado o conocido esa realidad, agotándose en un mero ejercicio intelectual.

⁴⁰ Cfr. ÓSCAR DÍEZ, Ricardo – “¿Si hay Dios, quién es?, p. 74.

⁴¹ El término de unificar no debe entenderse en una “unión” efectiva del pensamiento con la cosa (*res*), en otras palabras, el pensar solo mira intelectivamente las cosas, juzgando su valor de verdad o falsedad si la significación de la palabra coincide o no con lo percibido.

De esta segunda nominación del capítulo V del *Proslogion*, puede concluirse que el ser sumo a todas las cosas, que es mayor (*maius*) y mejor (*melius*) no puede convenirle el no ser, pues si existiese la eventualidad de pensar y que además fácticamente sea dado el no ser de Dios, éste se daría en menor grado de existencia, lo cual, es contradictorio. Por consiguiente, el intelecto no puede alcanzar a inteligir su no existencia en el plano de la realidad. Anteriormente se comprobó con la figura del insensato, el cómo éste niega el ser de Dios, pero solamente su pensamiento termina contradictorio, ya que rompe la unidad entre la palabra y el orden de lo real (*in re*). Suprimir tanto la experiencia vital o la intelectiva restaría al adverbio de cantidad explicitado por ese *maius* el ser sumo a todo. La realidad se nos dona mayor a las palabras, ascendiendo de entre los capítulos anteriores, esto es, de los capítulos II-III al cap. V.

Sintetizando hasta ahora lo explicado pueden esbozarse tres momentos de estas nominaciones⁴²:

- ***Deus vere est***⁴³
Dios es verdadero – Proemio al *Proslogion*
- ***Te esse aliquid quo nihil maius cogitari possit***⁴⁴
Tú eres aquello mayor que lo cual nada pueda pensarse – Cap. II del *Proslogion*

⁴² Estos momentos guardan cierta analogía con las intenciones vertidas en el proemio al *Proslogion*. Una lectura cuidadosa de este apartado demuestra casi a la mitad del primer párrafo la intención por parte de Anselmo en demostrar con un solo argumento que demostrase la verdad de Dios, que es el sumo bien y además lo que se cree de la substancia divina. Entonces, si se contrastan éstos con los aquí resumidos podrá notarse que hay una gran cercanía entre las dos primeras nominaciones con la verdad del ser de Dios, lo cual, asume la identidad entre ser-verdad aquí sugerida.

⁴³ SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 358.

⁴⁴ Esta nominación la enuncia San Anselmo en el primer párrafo al cap. II del *Proslogion*, inscribiendo una relación argumentativa de lo que ya había explicado en su Proemio sobre la Verdad de Dios, y ahora lo remite a la imposibilidad del pensamiento sobre un ser mayor a éste mismo, Ser que como ningún otro está por encima de todos: “*Ergo Domine, qui das fidei intellectum, da mihi, ut quatum seis expedire intelligam, quia es sicut credimus, et hoc es quod credimus. Et quidem credimus Te esse aliquid quo nihil maius cogitari possit*” – SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 366.

- ***Summum omnium (et summum bonum nullo alio indigens)***⁴⁵

Que es el sumo bien de todas las cosas (y el sumo bien que no necesita de ningún otro.) – Cap. V *Proslogion* / Proemio

El desarrollo de esta segunda nominación da un paso más complejo y decisivo que el primer nombre divino, presentando la suma adjetivada entre el *melius* y el *malius*:

“(...) un *melius* que se balancea entre el ser y el no ser. Orientado por este término el discurso puede predicar de Dios todo aquello que es mejor ser que no ser (*melius est esse quam non esse*). Mediante esta formulación se descubren los primeros atributos de lo divino al aplicarle la justicia (*iustus*), la verdad (*verax*) y la felicidad (*beatus*)”⁴⁶.

Tercera nominación – *Quod maior sit quam cogitari possit*⁴⁷

La tercera nominación supone un nuevo camino que recorrer donde ahora el pensamiento se percata del excedente en aquello que la palabra humana no alcanza a inteligir, *id est*, un proceso meditativo racional advierte la impotencia de su propia búsqueda respecto a los atributos de Dios. Si Dios no sólo es aquello mayor que lo cual nada pueda pensarse, sino en esta tercera nominación es mayor que lo cual se puede pensar, es abierta una nueva vía que implica la incapacidad⁴⁸ racional del hombre hacia una superación de este modo de pensamiento. Esto no quiere decir que la razón sea vana, insuficiente o innecesaria, la racionalidad es oportuna y un elemento constitutivo de la fórmula del *fides quaerens intellectum*⁴⁹, sin embargo,

⁴⁵ Esta segunda nominación del cap. V al igual que la primera del cap. II, es un momento explicativo del objetivo trazado por Anselmo en su Proemio. Recordemos que en el primer párrafo de este apartado anterior al cap. I Anselmo insiste en pensar si es posible encontrar una sola prueba que no necesite ninguna otra y que demuestre al menos tres cosas, que Dios es verdadero, que es el sumo bien y que es aquello que creemos de la substancia divina. “(...) *quia Deus vere est, et quia est summum bonum nullo alio indigens, et quo omnia indiget ut sint, et ut bene sint et quaecumque de divina credimus substantia, sufficeret*”. SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, pp. 358-370.

⁴⁶ ÓSCAR DÍEZ, Ricardo – “*¿Si hay Dios, quién es?*”, p. 82.

⁴⁷ SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 386.

⁴⁸ La incapacidad intelectual viene dada en el reconocimiento del paso de lo inteligible a lo ininteligible. Intentar demostrar todo lo real racionalmente es el modo del pensamiento moderno. La filosofía anselmiana vista desde la sentencia *fides quaerens intellectum* va mostrando esos mecanismos del pensar que se hayan sostenidos por la base de la creencia. La fe es el sostén a todo el edificio edificado del pensamiento que se va construyendo en su ascenso a Dios. Sin embargo, es importante advertir como el mismo argumento del *Proslogion* va haciendo ese mismo asciendo anteponiendo los límites del pensar con las nominaciones reveladas.

⁴⁹ La frase anselmiana por excelencia tiene ecos del pensamiento de San Agustín de Hipona.

este tercer nombre sintetiza las dos primeras nominaciones revelando el abismo que se vuelve incapaz de ser explicado intelectivamente.

Es interesante notar, como el Arzobispo de Canterbury delimita perfectamente las dos fronteras⁵⁰ dadas entre fe y razón. Suponer un alcance absoluto del pensamiento hacia el ser de Dios, agotaría toda posibilidad del creer; ésta se tornaría irrelevante. San Anselmo consciente de su confesión de fe y además reconociendo el máximo de este pensamiento muestra que dicha frontera solo puede traspasarse mediante la experiencia religiosa⁵¹. Este tercer nombre de Dios media entre un movimiento anterior y posterior del proceso intelectual. Del momento previo, son alcanzados los dos atributos ya señalados por las dos nominaciones, del capítulo II y del capítulo V del *Proslogion*. Así, la etapa posterior queda inaugurada por el capítulo XV hacia el excedente racional que ya no alcanza a explicar con las palabras. Es por ello que existe un llamado a la fe, invocación a causa de la improcedencia racional. El encuentro con Dios, es el encuentro con la verdad.

El misterio divino impone al pensamiento humano el rasgo de inefabilidad que la palabra del hombre se torna muda frente a lo revelado. Entonces intelectivamente comprende que Dios es la verdad⁵², verdad tal que puede ser escuchada, entendida y meditada. No obstante este exceso a la razón configura el aspecto de ininteligibilidad que le resulta al pensamiento imposible en su proceso intelectual, negando a su propio lenguaje su capacidad expresiva. En los capítulos posteriores el abad de Bec explicará como Dios es esa luz inaccesible que ilumina desde sí toda parcialidad finita. Una analogía puede explicar con mejor detalle este exceso: La visión humana es incapaz de mirar directamente al sol, sin embargo, no significa que

⁵⁰ La frase agustina “creer para entender, y entender para creer” hace un eco en el argumento anselmiano del *Proslogion* en el capítulo I. San Anselmo toma la primera parte de esta sentencia e inaugura todo el proceso intelectual del *fides quaerens intellectum* bajo la frase “*quia nisi credidero, non intelligam*”. SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 366). Conviene revisar la originalidad de estas frases en cada uno de estos pensadores aquí citados. Sobre San Agustín Cfr. JOVEN ÁLVAREZ, Fernando – “Creer y entender en la carta 120 de San Agustín”. *Scripta Fulgentina: revista de teología y humanidades* XXII/43-44 (2012), pp. 197-211.

⁵¹ Esta experiencia religiosa la advierte Ricardo O. Díez en *¿Si hay Dios quién es?* Respecto a este estudio aplicado al argumento del *Proslogion* el autor citado hace nota a dos textos cuyas referencias permitirán ahondar con mayor precisión a este modo del acceso divino. El primero intitulado *Lo santo* de Rudolph Otto. El segundo *De visiones Dei* de Nicolás de Cusa.

⁵² Mutua identidad entre el ser de Dios y la verdad de Dios. Esta es la identidad propuesta por esta exposición entre el *Proslogion-De Veritate*.

el ojo no pueda percibir de modo parcial su luminosidad, de hecho, la vista es gracias a la luz emitida por este astro solar, iluminando consigo toda la realidad. En esta analogía, ese desborde luminoso es el poder que excede al pensamiento, empero, “la visión” que se puede obtener de Dios es la experiencia ininteligible a esta búsqueda intelectual. Esta desemejante manera es lograda por el sentir del corazón, es decir, se puede hablar de una experiencia mística o experiencia revelada.

A manera de conclusión, esta tercera nominación expresa ese exceso intelectual edificando una vía distinta trazada a las dos anteriores (primera y segunda nominación). La experiencia mística o revelada no termina por explicar con el lenguaje racional ese encuentro con Dios. Pero, dicho desborde racional se explica con más detalle con las nominaciones subsiguientes, es decir, las nominaciones reveladas.

Cuarta y quinta nominación

La cuarta y quinta nominación merecen un trato aparte respecto a las tres primeras, por lo que ambas pueden explicarse en conjunto⁵³. Tanto la cuarta como la quinta nominación son nombres divinos, debido a que se trata de la Palabra revelada por Dios. La palabra humana con la Palabra divina es distinguida por el sentir del corazón, por gracia. Se advirtió al inicio de este artículo el momento del ejercicio intelectual que buscaba explicar racionalmente los diversos atributos de Dios. No obstante, habrá que terminar de completar el recorrido que el intelecto inauguró pero que ya no ha podido explicar. Ricardo O. Díez señala en esta cuarta y quinta nominación la donación dada por Dios.

Por lo tanto, en su interpretación mantiene la idea de considerar al argumento del *Proslogion* como un “librito” donde San Anselmo intentó compartir el gozo con los hermanos que tenía a su cargo en el monasterio. Este gozo que recibió una noche⁵⁴

⁵³ En el volumen I a la edición de los textos anselmianos de la editorial Biblioteca de Autores Cristianos se encuentra un apartado titulado “la suma teológica anselmiana”. Es interesante notar el anacronismo a este título, pues como se sabe San Anselmo nunca elaboró dicho manuscrito. Sin embargo, se puede interpretar que tal texto atiende una serie de referencias a las obras del Santo Doctor.

⁵⁴ Su discípulo Eadmero narra esta situación anecdótica en la biografía que hizo de su Maestro. Cfr. EADMERO – “Vida de San Anselmo”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 5-73.

se dio cuando Dios le mostró estas nominaciones. De hecho, se trató de una respuesta al pedido que con gran fervor clamaba el Santo Doctor. Considerar entonces el argumento del *Proslogion* bajo este entendido, sugiere que deba realizarse una lectura completa del argumento prestando especial atención a las motivaciones del autor medieval; no reduciéndolo a una postura meramente racional y/o a unos cuantos capítulos como habitualmente se le ha reinterpretado. Si entonces este “librito” es un ejemplo de gozo y encuentro con Dios, dicha relación es dada desde el diálogo abierto desde el proemio con este ser mayor que lo cual pueda pensarse. Subsiguientemente, ve cumplida su respuesta al pedir en los capítulos XXII y XXIII. Es en estos capítulos donde precisamente se inscriben las nominaciones divinas. La búsqueda a Dios termina siendo satisfecha una vez superada la impotencia del pensamiento. Este nuevo modo revelado completa la negativa irresuelta de la tercera nominación. Si el ser que es mayor que lo que puede pensarse era incapaz de expresarse lingüísticamente, los atributos divinos en el modo revelado hacen comprensible el misterio desconocido.

Es en el capítulo XXII del *Proslogion* donde está expresada la cuarta nominación: “*Tu solus ergo Domine, es quod es, et Tu es qui es*”⁵⁵. Este nombre recuerda las palabras del libro del Éxodo (3,14) contenidas en el Antiguo Testamento⁵⁶. La respuesta que Dios donó a Moisés: “Yo soy el que soy”⁵⁷. San Anselmo de distinta manera cambia el primer nombre del singular por la segunda persona: “Tú eres el que eres”⁵⁸. En el pasaje bíblico se mantenía un diálogo vivo entre creatura y creador. Análogamente puede decirse que San Anselmo inauguró el primer paso a este diálogo desde el capítulo I al pedir una respuesta a Dios. Por lo tanto, esta nominación marca el momento que ve satisfecho su pedir. La búsqueda intelectual es superada por la verdad revelada. A este punto, la significación de las palabras coincide

⁵⁵ SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 394.

⁵⁶ Existe un cambio sustancial tanto en las motivaciones como metodología que llevaron a San Anselmo a redactar el argumento del *Proslogion* respecto a su obra antecesora del *Monologion*. A diferencia del segundo, en el primero puede y no duda en citar la Sagrada Escritura, puesto que puede advertirse la gran cantidad de citas bíblicas que utiliza en el capítulo I. Específicamente en esta cuarta nominación Anselmo tiene presente el Antiguo Testamento.

⁵⁷ REINA-VALERA – *Biblegateway* [En línea]. 1960. [Accedido en 23 March 2021]. Disponible en <https://www.biblegateway.com/passage/?search=%C3%89xodo%203%3A14&version=RVR1960>

⁵⁸ Cfr. ÓSCAR DÍEZ, Ricardo – “*¿Si hay Dios, quién es?*”. R. Díez explica con mayor detalle este cambio pronominal que realizó San Anselmo en esta cuarta nominación.

absolutamente con la verdad; por de ser Palabra de Dios.

Siguiendo el ritmo de este discurso anselmiano, la quinta nominación responde al nombre de la trinidad: padre, hijo y espíritu santo. El capítulo XXIII del *Proslogion* lo dicta del siguiente modo: “*Quod hoc bonum sit pariter pater, et filius, et spiritus sactus; et hoc sit unum necessarium, quod est omne et totum et solum bonum*”⁵⁹. Resta decir, que Ricardo O. Díez detalla el cómo en pueden encontrarse las palabras del Nuevo Testamento⁶⁰ en el Evangelio según San Juan. La promesa de Dios a los hombres es concluida con una segunda cita bíblica, inscribiendo nuevamente el diálogo creatura-creador.

“(...) el diálogo entre el hombre y Dios es posible, no por lo humano que hay en él sino por la promesa enunciada por la misma Palabra de Dios que lleva por nombre Jesús, quien nos ha manifestado: “Pedid y recibiréis para que vuestro gozo sea pleno (*petite et accipietis tu gaudium vestrum sit plenum*)” (Jn 16,24)”⁶¹.

El exceso es tal que el intelecto por sí solo no hubiese llegado a dicho resultado en su ejercicio meramente racional. Esta Palabra es similar a la analogía de la visión respecto al sol. La incapacidad del ojo humano en su acto perceptivo no alcanza a contemplar plenamente su totalidad. Esta Palabra de Dios es una palabra revelada real y creadora. Sin principio ni fin dicta desde el comienzo la continencia del ser inaugurando un contraste entre lo finito y la eternidad. Por esta última razón es importante el proceso intelectual de lo humano, pero siempre reconociendo el límite de aquello que cree el corazón. Esta cuarta y quinta nominación satisfacen el pedido de la carencia humana, restituyendo todo el dolor la incertidumbre y falsedad irresuelta por la contingencia finita.

⁵⁹ SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras completas*, p. 396.

⁶⁰ El argumento del *Proslogion* termina por nominar con el Nuevo Testamento, suponiendo una ascensión nominativa del intelecto a la revelación. La trinidad fue un concepto que marca sustancialmente la filosofía anselmiana. Una primera aproximación a las tres personas de una sola naturaleza se encontraba ya en el *Monologion*. Posteriormente, en el *Proslogion* cap. XXIII. Sin embargo, en otros textos del Santo Padre se continua la reflexión filosófica acerca de su naturaleza, pues existió la disputa directa contra el nominalismo de Roscelino de Compiègne. Conviene tener presente la epístola sobre la encarnación del verbo, texto donde se rebatió tal discusión.

⁶¹ ÓSCAR DÍEZ, Ricardo – “*¿Si hay Dios, quién es?*”, p. 146.

Bibliografía

Fuentes primarias

DESCARTES, René – *Discurso del método*. Madrid: Espasa Calpe, 2003.

DESCARTES, René – *Meditaciones metafísicas*. Madrid: Espasa Calpe, 2003.

EADMERO – “Vida de San Anselmo”. In SAN ANSELMO – *Obras Completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 5-73.

KANT, Immanuel – *Crítica de la razón pura*. Barcelona: Gredos, 2014.

SAN ANSELMO – “Acerca del gramático”. In SAN ANSELMO – *Obras Completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 441-443.

SAN ANSELMO – “Carta sobre la encarnación del Verbo”. In SAN ANSELMO – *Obras Completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 683-688.

SAN ANSELMO – “*De Veritate*”. In SAN ANSELMO – *Obras Completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 487-535.

SAN ANSELMO – “Fragmentos sobre filosofía del lenguaje. Sobre el poder y la impotencia, la posibilidad y la imposibilidad, la necesidad y la libertad.” In ANSELMO DE CANTERBURY – *Fragmentos sobre filosofía del lenguaje*. Bogotá: Ediciones Uniandes - CESO, 2001, pp. 159-211.

SAN ANSELMO – “*Monologion*”. In SAN ANSELMO – *Obras Completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 185-347.

SAN ANSELMO – *Obras completas*, 2 vols., texto latino de la edición crítica de F. S. Schmitt, introducción y traducción al español a cargo de J. Alameda, O. S. B., Madrid: BAC, 2008.

SAN ANSELMO – “*Proslogion*”. In SAN ANSELMO – *Obras Completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 353-441.

SAN ANSELMO – *Proslogion. Con las réplicas de Gaunilón y Anselmo*. Madrid: Tecnos, 2009.

SAN ANSELMO – “VI Suma teológica anselmiana sacada de las obras del santo doctor”. In SAN ANSELMO – *Obras Completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 155-172.

Estudios

ÁLVAREZ, G. Mariano – “Sentido de la validez del argumento «ontológico» de San Anselmo”. In SAN ANSELMO – *Proslogion. Con las réplicas de Gaunilón y Anselmo*. Madrid: Tecnos, 2009, pp. 13-31.

ANTUÑANO, Alea – “San Agustín, arquitecto del pensamiento cristiano”. In SAN AGUSTÍN – *Confesiones-Contra los académicos*. Madrid: Gredos, 2012, pp. IX-LX.

CASTAÑEDA, Felipe – “Introducción a la filosofía del lenguaje en Anselmo de Canterbury”. In ANSELMO DE CANTERBURY – *Fragmentos sobre filosofía del lenguaje*. Bogotá: Ediciones Uniandes - CESO, 2001, pp. 13-152.

CORTI, Enrique – *Oír, entender, argumentar. Lectura de Proslogion y De Grammatico de Anselmo de Canterbury*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2016.

GARCÍA DE LOMAS MIER, Josemaría – “El *Intellectus Fidei* en San Anselmo de Canterbury: claves hermenéuticas de las relaciones fe-razón en el método intelectual anselmiano”. *Cuadernos de Filosofía, Excerpta e dissertationibus in philosophia* 4 (1994), pp. 97-185.

GILSON, Étienne – *El realismo metódico*. Madrid: Rialp, 1974.

GILSON, Étienne – *La filosofía en la Edad Media*. Madrid: Gredos, 2007.

GONZÁLES, Angel – “La fascinación del argumento ontológico”. *Revista de filosofía*, Vol. VI, n. 9 (1993), pp. 201-206.

JOVEN ÁLVAREZ, Fernando – “Crear y entender en la carta 120 de San Agustín”. *Scripta Fulgentina: revista de teología y humanidades*, vol. XXII, nº 43-44 (2012), pp. 197-211.

JOLIVET, Jean – *La filosofía medieval en occidente*. México: Siglo XXI editores, 1985.

MARÍAS, Julián – *San Anselmo y el insensato: y otros estudios de filosofía*. Madrid: Revista de Occidente, 1994.

ÓSCAR DÍEZ, Ricardo – “¿Si hay Dios, quién es?: una cuestión planteada por San Anselmo de Cantorbery en el *Proslogion*”. *Cuadernos de anuario filosófico. Serie Universitaria* 136 (2001), pp. 101-150.

ÓSCAR DÍEZ, Ricardo – *Anselmo de Aosta ayer, hoy y mañana*. Buenos Aires: Academia Nacional de Ciencias de Buenos Aires, 2009.

ÓSCAR DÍEZ, Ricardo – “Características del pensamiento Medieval”. In *Vita Flumen – 10 años en el pensamiento medieval*. Buenos Aires: Academia Nacional de Ciencias de Buenos Aires, 2015.

PLANTINGA, Alvin – *The ontological argument: from St. Anselm to Contemporary Philosophers*. New York: A Doubleday Anchor Original, 1965.

PÉREZ DE LABORDA, Miguel – *Anselmo de Canterbury Esencial*. Mataró: Montesinos-Esencial, 2010.

REINA-VALERA – *Biblegateway* [En línea]. 1960. [Accedido en 23 March 2021]. Disponible en

<https://www.biblegateway.com/passage/?search=%C3%89xodo%203%3A14&version=RVR1960>.

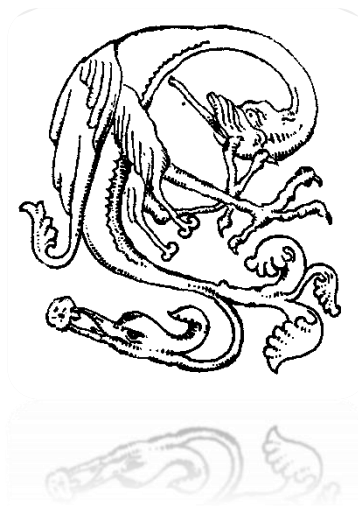
VELARDE, Julián – “Introducción”. In SAN ANSELMO – *Obras Completas*. Vol. I. Madrid: BAC, 2008, pp. 35-68.

VIGNAUX, Paul – *El pensamiento en la Edad Media*. México: Fondo de cultura Económica, 1983.

ZAÑARTU, Sergio – “Algunas notas sobre la búsqueda racional de Dios por Anselmo”. *Anales de la Sociedad Chilena de Teología* 3 (2003), pp. 125-143.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GAONA CARRILLO, José Luis – “Las nominaciones de Dios en el argumento del *Proslogion*: Identidad entre ser y verdad”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 291-315. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



“Uma peça muito preciosa de significado ainda desconhecido”: Decifrar o termo *gibanete*

“A very precious piece of yet unknown meaning”: Deciphering the term *gibanete*

António Conduto Oliveira¹

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
3004-531 Coimbra, Portugal

anton.stark.esq@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0631-0643>

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Dezembro de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 12 de Novembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5155>

¹ Doutorando de História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bolseiro FCT com a bolsa 2021.04826.BD.

RESUMO

Não obstante a frequência com que surge na documentação quatrocentista, o termo “gibanete” continua a ser vago e problemático. O objectivo deste artigo é definir com exactidão o que é um “gibanete”, as peças de armamento a que corresponde, e que implicações tem esta determinação para o estudo das protecções corporais no século XV em Portugal. Esta investigação terá por base fontes portuguesas dos séculos XIV a XVI, contrastadas com diversas fontes estrangeiras que permitam comparar a evolução destas peças em Portugal com as suas congéneres para lá das fronteiras do reino. Far-se-á também uso abundante de estudos contemporâneos portugueses e estrangeiros que permitam complementar, sistematizar e inserir esta peça no quadro geral do armamento português tardo-medieval e no contexto mais amplo do armamento tardo-medieval europeu.

Palavras-chave: gibanetes; Portugal; armamento; século XV; couraças.

ABSTRACT

In spite of the frequency with which it appears in 15th century documentation, the Portuguese term "gibanete" remains vague and problematic. The aim of this article is to define exactly what a "gibanete" is, what piece of armament it corresponds to, and what implications this definition might have for the study of military equipment in 15th century Portugal. This research will make use of both Portuguese and foreign sources from the 14th to 16th centuries, allowing us to compare how these pieces evolved in Portugal *vis-a-vis* their European counterparts. It will be complemented by contemporary Portuguese and foreign studies which will allow for systematising and sorting this piece in the general framework of late medieval Portuguese armaments and in the broader context of late medieval European armour.

Keywords: gibanetes; Portugal; 15th century; armament; breastplates.



É impossível estudar as fontes sobre o armamento quatrocentista em Portugal sem nos depararmos com o termo “gibanete” (ou, em grafia alternativa, “jubanete”). Em testamentos ou inventários, em ordenanças ou vereações, os “gibanetes” são uma presença constante na documentação do século XV. Ainda assim, apesar desta sua constância, não existe até hoje qualquer consenso sobre o que um “gibanete” é ou deixa de ser – não temos uma descrição morfológica exaustiva, um artefacto arqueológico ou uma representação visual que possamos apontar como correspondente à palavra. O objectivo deste ensaio é, portanto, recolher informações da documentação tardo-medieval portuguesa e estrangeira e procurar definir concretamente o que é um gibanete e em que moldes difere ou se assemelha a outras protecções de tronco suas contemporâneas².

1 – Definições Problemáticas

O que se avançou nesta breve introdução não significa que, ao longo dos anos, não se tenha tentado atingir uma definição concreta da palavra. Antes pelo contrário.

O primeiro dicionário da língua portuguesa, o *Vocabulario portuguez e latino* do Padre Raphael Bluteau³, não contém qualquer verbete explicativo para o termo “gibanete”, em qualquer das duas grafias; seria necessário aguardar pela versão aumentada de Antonio de Moraes Silva para obtermos: “GIBANETE, S. m. armadura, especie de peito de ferro. B. P.”⁴. Nove anos mais tarde, o *Elucidário* de Joaquim de Santa Rosa de Viterbo incluiria um verbete muito mais detalhado: “GIBANETE. Jibanete, e Jubanete. Piqueno gibão de aço, ou ferro”⁵, completo com um

² O presente artigo foi elaborado no âmbito do seminário de doutoramento em História Medieval “Novas Perspetivas em História Medieval II”, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Este seminário foi dirigido pela Prof. Doutora Leontina Ventura e pelo Prof. Doutor Saul António Gomes, aos quais deixo um sentido agradecimento.

³ BLUTEAU, Raphael (dir.) – *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1721.

⁴ BLUTEAU, Raphael (dir.) – *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Vol. I. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 659.

⁵ VITERBO, Joaquim Santa Rosa de – *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram*. Vol. II. Lisboa: Typographia Regia Silviana, 1798, pp. 20-21.

considerável rol de exemplos de uso. Este registo é, na sua essência, semelhante ao de Moraes Silva, com duas importantes diferenças: o manancial de abonações procedentes de documentação histórica do século XV, em particular de vereações da cidade do Porto, por um lado; por outro, Santa Rosa de Viterbo estabelece pela primeira vez uma ligação directa entre “gibanete”, a peça de armamento, e “gibão”, a peça de vestuário – ligação que, como mostrarei adiante, será essencial para compreendermos a especificidade do conceito.

A definição de Viterbo é novamente retomada, e expandida, pelo dicionário de Moraes na sua edição de 1831: “GIBANETE, s. m. armadura, especie de gibão de ferro. *B. Per. III*, 138, ou anta, em panno mui dobrado”⁶. O mistério adensa-se: para além do aço e do ferro, temos agora anta⁷ (a pele do animal, supõe-se) e pano dobrado, embora o verbete não deixe claro como se articulam estes diferentes materiais entre si. O *Novo dictionario da lingua portugueza* de Eduardo Augusto de Faria, publicado duas décadas mais tarde, acrescenta ainda a malha metálica à lista de potenciais materiais empregados no fabrico de um gibanete: “GIBANETE, s. m. *diminut.* de gibão, espécie de gibão de ferro, de malho, de anta, etc.”⁸. Desconhece-se em que se basearam estes diferentes lexicógrafos para tecerem estas adendas. O importante a reter é o facto de, de uma forma ou de outra, todos os subsequentes dicionários em língua portuguesa (portugueses e brasileiros) se terem baseado nestas definições para criarem os seus próprios verbetes – tanto na definição simples, de Moraes Silva e de Santa Rosa de Viterbo⁹, como na explanação mais complexa de Eduardo de

⁶ SILVA, Antonio de Moraes; VELHO, Theotonio José de Oliveira (dir.) – *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Régia, 1831, p. 89.

⁷ ALVES, José Adalberto Coelho (dir.) – *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Alfragide: LeYa, 2014, p. 222.

⁸ FARIA, Eduardo Augusto de – *Novo dictionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia lisbonense, 1849, p. 81.

⁹ A título de exemplo, o *Nôvo Dictionário da Língua Portuguêsa* de Cândido de Figueiredo: “Gibanête, m. (ant.) pequena coiraca de ferro ou de malha de aço (De *gibão*)”. In FIGUEIREDO, Cândido de – *Nôvo Dictionário da Língua Portuguêsa*. Vol. I. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, 1899, p. 665.

Faria¹⁰. Ressalve-se que é de um termo exclusivamente português que aqui tratamos, sem paralelo para lá da raia¹¹.

Esta falta de consenso tem dado azo a algum caos entre estudiosos de todas as áreas, como seria de prever. Regra geral, a historiografia militar mais recente parece ter-se esquivado cautelosamente ao termo ou, das poucas vezes em que é forçada a confrontar-se com ele, seguido a definição de Santa Rosa de Viterbo. Veja-se, a título de exemplo, o glossário que integra o volume *Armeiros e Armazéns* de João Gouveia Monteiro, onde “jubanete” surge definido como “pequeno gibão de aço, ou de ferro”¹², definição reutilizada por Paulo Jorge Simões Agostinho na sua análise do armamento na cronística de Quatrocentos¹³. Casos também houve e há em que o estudioso decidiu, sem se saber bem como, ignorar os dicionários e inventar a sua própria definição de gibanete: José de Figueiredo furtou-se à conotação bélica do termo, afirmando que “No «painel dos cavalleiros» [dos Painéis de São Vicente], os tons são cantantes e a symphonia começa pela nota, simultaneamente luminosa e surda, mas nem por isso menos rica, do saio e *gibanete de panno arroxeadado* que veste o velho do primeiro plano (...)”¹⁴; enquanto Augusto Cardoso Pinto opinava que um gibanete seria uma “(...) couraça curta de couro, guarnecido de tachas que chegava

¹⁰ Caso, por exemplo, do *Dicionário Aulete*: “s. m. || (ant.) armadura antiga, couraça curta de ferro ou malha de aço” em Gibanete [Def. 1]. (n.d.). In *Dicionário Caldas Aulete Digital* [Em linha]. Lexikon Editora Digital. [Consultado a 20 Outubro de 2020]. Disponível em <http://www.aulete.com.br/gibanete>; e do *Dicionário Priberam*: “Antiga veste defensiva de ferro, de malha de aço, anta ou de pano encorpado e dobrado”, em Gibanete [Def. 1]. (n.d.), in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [Em linha]. Priberam Informática, S.A. [Consultado a 20 Outubro de 2020]. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/gibanete>.

¹¹ A consulta do *Tesoro de la lengua castellana, o española* (1611) e de várias edições do *Diccionario de la lengua española* da Real Academia Española (1817, 1884, 2001 e 2019) não acusou a existência de *gibanetes* ou *jubanetes* em qualquer variação. O verbete “jubanete” no glossário do *Catálogo de la Real Armería* de 1849 e “jibanete” no *Glosario de voces de armería* de Enrique de Leguina são, tanto quanto me foi possível apurar, as únicas instâncias do termo em obras de referência castelhanas – a segunda cópia da primeira – e nada mais são que traduções da definição e dos exemplos apresentados por Santa Rosa de Viterbo, confirmando assim o “portuguesismo” da palavra. Veja-se MARTÍNEZ DEL ROMERO, Antonio – “Glosario compuesto de varias palabras cuya esplicación es necesaria para la inteligencia del Catálogo”. In MARCHESI, Jose Maria (ed.) – *Catálogo de la Real Armería*. Madrid: Aguado, 1849, p. 263; e LEGUINA, Enrique de (dir.) – *Glosario de voces de armería*. Madrid: Librería de Felipe Rodríguez, 1912, p. 574. Ressalve-se no entanto uma peça castelhana com uma origem etimológica à primeira vista próxima, o “jubete”, explanada adiante na nota 24.

¹² MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Média*. Viseu: Palimage Editores, 2001, p. 83.

¹³ AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 99-100.

¹⁴ FIGUEIREDO, José de – *O Pintor Nuno Gonçalves*. Lisboa: Typ. do Annuário Commercial, 1910, p. 91.

só até à cinta”¹⁵ (noção na qual José de Oliveira Simões mais tarde se baseou na sua análise das armas n’*Os Lusíadas*¹⁶). *Abundans cautela non nocet*: ante tanta definição e tanta incerteza, não é de admirar que Isabel dos Guimarães Sá e Hélder Carvalhal tenham, num estudo sobre as contas da Casa do Condestável D. Afonso, descrito o gibanete como “uma peça muito preciosa de significado ainda desconhecido”¹⁷.

2 - O Gibanete de D. Afonso: Um Caso de Estudo

Não obstante a nebulosidade do termo, são essas mesmas contas da casa de D. Afonso¹⁸ que nos oferecem uma das mais úteis descrições de um gibanete. Por entre a desordenação de itens de contabilidade pode ler-se, no fólio 97: “Item pagou o dito tesoureiro por uma cravação dourado [*sic*] para o gibanete de veludo carmesim mil e trezentos reais – 1300 reais”. Um pouco adiante, no fólio 101: “Item pagou o dito tesoureiro ao bate folha de bater dois cruzados e meio cem reais a quarenta reais cada cruzado os quais eram para dourar as *naminas*¹⁹ [*sic*] do gibanete do dito senhor – 100 reais”²⁰.

Que informações podemos daqui retirar? *Primo*, o facto de um gibanete implicar uma grande quantidade de cravação em pano. A cravação – a fixação de peças de metal a outras peças metálicas e/ou a forros de pano ou couro mediante cravos – é

¹⁵ PINTO, Augusto Cardoso – *A Guarda Del Rei Dom João II*. Lisboa: s.n., 1930, p. 28.

¹⁶ SIMÕES, José de Oliveira – *As Armas nos Lusíadas*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 114.

¹⁷ No original, “a very precious piece of yet unknown meaning”. Em CARVALHAL, Hélder; SÁ, Isabel dos Guimarães – “The world of constable D. Afonso (c. 1480-1504): glimpses of Portuguese dynastic politics, noble household and material culture”. *Portuguese Studies Review* 21/1 (2013), p. 164. Isabel dos Guimarães Sá e Hélder Carvalhal apontam em nota de rodapé para uma definição de jubanete como “small metal doublet”, dada por Annemarie Jordan em JORDAN, Annemarie – *The development of Catherine of Austria’s collection in the Queen’s household: its character and cost*. Michigan: Ann Arbor, 1994, p. 435, sem dúvida uma aceitação acrítica da definição tradicional avançada por Santa Rosa de Viterbo.

¹⁸ Datadas pelos mesmos académicos como respeitantes aos anos de 1500-1502, ou seja, feitas ainda em vida de D. Afonso. Veja-se CARVALHAL, Hélder; SÁ, Isabel dos Guimarães – “Knightly Masculinity, Court Games and Material Culture in Late-medieval Portugal: The Case of Constable Afonso (c.1480-1504)”. *Gender & History* 28/2 (2016), p. 389.

¹⁹ Isabel dos Guimarães Sá e Hélder Carvalhal interpretaram este “naminas” como *nóminas*, no sentido de “prego dourado”. Concordo inteiramente com esta interpretação, dado o conteúdo do fólio 97. CARVALHAL, Hélder; SÁ, Isabel dos Guimarães – “The world of constable D. Afonso (c. 1480-1504): glimpses of Portuguese dynastic politics, noble household and material culture”, p. 164.

²⁰ Os dois fólios em questão são parte integrante de um conjunto de fólhos dispersos das contas da casa do Condestável, agrupados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo sob a referência *Contos do Reino e da Casa, Núcleo Antigo 798* (Lisboa, Torre do Tombo, *Contos do Reino e da Casa, Núcleo Antigo*, 798). Agradeço à Doutora Isabel dos Guimarães Sá a transcrição das passagens relevantes.

um dos métodos essenciais da produção de armamentos medievais²¹ (que requer alguma necessidade de especialização²²). Assim nos mostram documentos como a carta de privilégio dada ao latoeiro João Martins, “mestre de fazer gibanetes e crauações pera armas e pera gibanetes e arreos pera cauallos”²³. Para além da sua função mecânica (assegurar a união de dois elementos), os cravos tinham também uma potencial função decorativa, como se pode ver pela quantidade de ouro gasta nos cravos do gibanete do Condestável, ou nos “(...) *gibanetes de crauaçam dourada sobre brocado* (...)” que Afonso de Albuquerque manda enviar de presente ao Xá Ismail da Pérsia em 1515, entre vários outros objectos²⁴.

Secundo, o revestimento em tecido do gibanete. Não são apenas as muitas referências a forros de pano de que dispomos – os veludos e os brocados supramencionados – que revelam a habitual necessidade de costura das peças; não há margem etimológica para dúvidas de que era ao *gibão* ou jubão que o gibanete ia pedir de empréstimo o seu aspecto²⁵. O gibão, peça de roupa surgida em finais do

²¹ Todas as peças com componentes móveis ou flexíveis usariam os cravos como ponto de fixação ou de articulação. Veja-se GOLL, Matthias – *Iron Documents: Interdisciplinary studies on the technology of late medieval European plate armour production between 1350 and 1500*. Heidelberg: Universitätsbibliothek Heidelberg, 2013. Tese de Doutoramento, pp. 89-91; WILLIAMS, Alan – *The Knight and the Blast Furnace: A History of the Metallurgy of Armour in the Middle Ages & the Early Modern Period*. Leiden: Brill, 2003, pp. 54-55, p. 879.

²² GOLL, Matthias – *Iron Documents*, p. 95; PRICE, Brian R. – *Techniques of Medieval Armour Reproduction*. Boulder: Paladin Press, 2000, p. 209.

²³ Em carta de Afonso V, passada a 15 de Julho de 1476 (Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 7, fol. 32). In VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *A armaria em Portugal: notícia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1907, pp. 123-124.

²⁴ GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Braga: Edições Vercial, 2014, cap. IX, p. 645.

²⁵ Poder-se-ia considerar a mesma raiz etimológica ou similar na origem do termo “jubete” em Castela. De acordo com várias fontes elencadas por Josefa Abreu em “Estudio léxico de un documento medieval castellano ordenamiento de trabajos y precios”, bem como de acordo com o *Léxico del comercio medieval en Aragón (siglo XV)*, entende-se por jubete (do Árabe *chubba*, “colete”) um “colete cubierto de malla de hierro que usaron los soldados españoles hasta fines del siglo XV” (MENDONZA ABREU, Josefa Maria– “Estudio léxico de un documento medieval castellano ordenamiento de trabajos y precios”. *Philologia hispalensis* 4/2 (1989), pp. 531-532, e LÍBANO ZUMALACÁRREGUI, Ángeles; SESMA MUÑOZ, José Ángel – *Léxico del comercio medieval en Aragón (siglo XV)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1982, p. 232). Contudo, a menção retirada por Josefa Abreu dos documentos de Cortes castelhanas de 1351 por si estudados equipara “jubetes de armas” a “gambaxes”, ou seja, a cambais – peças de vestuário acolchoadas usadas debaixo ou por cima de outros armamentos ou, quando grossas o suficiente, por si mesmas (veja-se a este respeito, por exemplo, MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra em Portugal: 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 232-233). Esta menção, bem como as restantes fontes apresentadas, parece indicar que o jubete é apenas uma peça de roupa de armar frequentemente envergada em conjunto com malha metálica, e não uma peça de armamento de direito próprio constituída por malha metálica agregada a uma base têxtil, como seria de supor pela definição

século XIV e indispensável da indumentária masculina do século XV²⁶, consistia numa espécie de casaco curto que cobria o corpo masculino do pescoço até ao topo das ancas²⁷ (Fig. 1). Apertava-se à frente com cordões, bem justo à cintura (natural) por forma a criar uma silhueta em X²⁸; comportava mangas e colarinho, de feições variáveis segundo a moda da época e da região²⁹. À excepção das mangas, portanto, infere-se que não haveria grande diferença externa entre gibões e gibanetes, conquanto os gibanetes estivessem repletos de cravos.



Fig. 1 – Gibão de estilo borgonhês, com ombros abalonados. Pormenor de Dieric Bouts, o Velho, *A Execução do Conde Inocente*, 1473-1475, óleo sobre carvalho, 182 x 324,5 cm. © Royal Museums of Fine Arts of Belgium, Brussels/ Johan Geleys - Ro scan [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021]. Disponível em <https://artsandculture.google.com/asset/justice-of-emperor-otto-iii-beheading-of-the-innocent-count-and-ordeal-by-fire-dirk-bouts/5AGtQbEd3j5HnA> .

apresentada. É possível que estes jubetes fossem sinónimos do *jack* inglês e se assemelhassem ao chamado *Rothwell Jack*, uma peça de armar têxtil em forma de colete datada de finais do século XIV (COATSWORTH, Elizabeth; OWEN-CROCKER, Gale – *Clothing the Past: Surviving Garments from Early Medieval to Early Modern Western Europe*. Leiden: Brill, 2018, p. 253). O facto de estes “jubetes” serem bastante precoces em relação à concepção e uso disseminado do gibão/*jubón* civil curto e cintado, que só começará a ter efeito em finais de século XIV, também contraria esta sua origem. Podemos estar perante um fenómeno de convergência linguística.

²⁶ MARQUES, António H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa – Aspectos do Quotidiano*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, pp. 60-61.

²⁷ REED, Susan D. – *15th Century Men's Doublets: An Overview* [Em linha]. 27 de Julho de 2004. [Consultado a 20 Outubro de 2020]. Disponível em <http://www.nachtanz.org/SReed/doublets.html>.

²⁸ MARQUES, António H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p. 72.

²⁹ “Sleeves, collars, skirts, and fastening arrangements were greatly varied throughout the 15th century. Some of the variations were more often found in one geographic region than in others”. Em REED, Susan D. – *15th Century Men's Doublets*; veja-se também MARQUES, António H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p. 61.

Relativamente à sua estrutura interior, o gibanete de D. Afonso nada nos diz. Podemos, no entanto, tirar ilações a partir de outros documentos. Na carta de quitação do Arsenal Régio de Lisboa, de 1455³⁰ encontramos menções a “restes para jubanetes e soyilhas”³¹. O riste, um pequeno gancho saliente para encaixe da lança em cargas de cavalaria³², encontra-se sempre associado a uma placa metálica – seja um peito de couraça, inteiro, ou uma placa individual larga sobre os peitorais – que permite uma sólida ancoragem da lança junto ao corpo e a dispersão da força de impacto do golpe³³. Dificilmente os gibanetes teriam peitos inteiros em chapa metálica: olhemos novamente para a carta de quitação, e a distinção clara que faz entre os “arneses de almazem”³⁴ de chapa inteira (e as suas muitas componentes individuais) e “jubanetes”³⁵ – a mesma que encontramos noutra documentação ao longo do século³⁶. Restam, portanto, as placas individuais, das quais vários espécimes arqueológicos dos quais ainda nos chegaram (Fig. 2)³⁷. Estas placas não seriam usadas sozinhas no interior do gibanete; fariam parte de conjuntos de placas e de lâminas imbricadas, cravejadas entre si num todo coeso. Corrobora-se assim a descrição que Santa Rosa de Viterbo faz dos gibanetes: um gibão *fornado a* (e não *de*) ferro. A carta indica-nos ainda que o gibanete poderia comportar mangotes³⁸,

³⁰ Transcrita integralmente em MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, pp. 61-80.

³¹ Segundo a carta, o almoxarife do arsenal, Gonçalo Afonso, “recebeo de restos para jubanetes e soyilhas nichil e despenceo XXVI peças estanhadas”. MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, p. 78.

³² MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, p. 430.

³³ Sobre o funcionamento do riste e a sua importância na guerra e em desportos de combate, veja-se CAPWELL, Tobias – *Arms and Armour of the Medieval Joust*. Leeds: Royal Armouries Museum, 2018, pp. 50-52.

³⁴ MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, p. 62.

³⁵ MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, p. 72.

³⁶ Por exemplo: “E por eles asy serem presos ficaram os lavradores postos em *gibanetes e arneses* e bestas de guarrucha e outras armas que nam mereciam com grande parte” (Capítulos da Justiça das Cortes de 1472-1473, cap. 74, fol. 103v). Em DIAS, Diogo José Teixeira – *As Cortes de Coimbra e Évora de 1472-73 - Subsídios para o estudo da política parlamentar portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Dissertação de Mestrado, p. 204. Semelhante distinção na documentação encontramos entre os próprios armeiros “de fazer gibanetes” e os armeiros de “armas brancas”, ou seja, de chapa de aço – veja-se RIBEIRO, João Pedro – *Índice Chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no archivo da illustrissima camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1951, p. 207; ou CHAVES, Álvaro de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Ed. Anastásia Mestrinho Salgado; Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, pp. 272-273.

³⁷ LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates: The Evolution of Cloth-covered Armour, 1250-1500*. S.l.: Society for Creative Anachronism, 1993, pp. 43-44.

³⁸ Uma peça de protecção do topo do braço, correspondendo quase a uma moderna manga curta.

quase certamente com alguma espécie de reforço interno em metal³⁹ – embora sem qualquer detalhe relativo à sua construção.



Fig. 2 – Placa de peito, com cravos e encaixe para riste, achada na ilha grega de Cálcis (n.º inv. 29.150.99), c. 1450. © Met Museum [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021]. Disponível em <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/23152>.

Tertio, custo. Em 1485,

“ (...) querendo el-rei [D. João II] armar e prover seus vassallos e naturais das armas e coisas em que sentiu que havia mingua e necessidade, mandou fazer e trazer de fora à sua custa muitas lanças compridas e um *grande numero de jubanetes de muitas sortes* e as mandou lançar pelo reino, segundo cada um merecia, e pela paga do preço delas, deu el-rei a todos uma conveniente espera em que se pagaram”⁴⁰.

Não é despiciente o compasso de espera necessário ao pagamento destes gibanetes. Por mais habituais que estas peças parecessem ter sido nos arsenais públicos e privados do reino, não saíam exactamente baratas ao potencial comprador. Segundo dados recolhidos por António de Oliveira Marques, por exemplo, um gibanete com

³⁹ A carta inclui menção de uma grande quantidade de mangotes soltos, para além de um mangote associado ao único gibanete (“jubanete”) listado. MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, p. 73.

⁴⁰ PINA, Rui de – *Crónica de D. João II*. Ed. de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, cap. XX, p. 51.

capacete e babeira (uma fórmula prescritiva comum na documentação da época⁴¹) abriria um rombo de 1000 reais no orçamento de um acontiado em 1475⁴²; quatro anos mais tarde, em Braga, o mesmo valor já só cobria o gibanete⁴³. Face a isto, alguma razão teria o povo para se queixar, nas cortes de 1498, da “oppersaõ” da Coroa em obrigar à aquisição de gibanetes pelas gentes do reino⁴⁴. E logo estes, que seriam gibanetes sem grandes labores, provavelmente elaborados em couros ou tecidos menos nobres (fustões, por exemplo) que sabemos serem empregados para forro de outras peças tardo-medievais⁴⁵. Afinal de contas, só no processo de douragem dos cravos e subsequente cravação do gibanete do Condestável em 1500 despendeu-se mais do que o necessário à aquisição de um gibanete, capacete e babeira duas décadas antes.

Todos os aspectos mencionados – materiais, embelezamentos, custo – ajudam a explicar o elevado estatuto de que pelo menos alguns gibanetes, como o de D. Afonso, gozariam. De outro modo, dificilmente se compreenderiam os gestos de D. Duarte de Meneses para com o rei de Fez, ao ofertar “huum gibanete muy boo e huma cellada e duas lanças. todo muyto bem e muyto ricamente guarnido”⁴⁶, ou o já referido presente diplomático de D. Afonso de Albuquerque a uma potestade estrangeira.

⁴¹ Para além de várias outras fontes que mencionarei ao longo deste ensaio, tomemos a título de exemplo os “quinze gibanetes compridos com faldras e gocetes capacetes e babeiras e guarnições de braços e coixotes” listados nas Visitações da Ordem de Santiago ao Castelo de Sesimbra, de 1488-1492. Veja-se CONCEIÇÃO, Cristina; VENTURA, João – “Visitações da Ordem de Santiago a Sesimbra (1488-1492)”. *Akra Barbarion* 4 (2020), p. 57.

⁴² MARQUES, António H. de Oliveira – “A Arte da Guerra”. In MARQUES, António H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*. Vol. IV. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Dir. António H. de Oliveira e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1987, pp. 340-341.

⁴³ FERREIRA, Sérgio – *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Dissertação de Mestrado, p. 204.

⁴⁴ Uma consequência de políticas que já vinham de trás, iniciadas em 1485: respondeu D. Manuel “que como quer que esto assi tevessemos mandado fazer por bem, e deffençam de nossos Regnos e ser jaa assi primeiramente por EIRey meu Snñr., e Primo, que Deos aja”, antes de aceder aos pedidos do povo (Cortes de 1498, cap. XXIII, fol. X). In BARROS E SOUSA, Manuel Francisco de – *Memórias e Alguns Documentos para a História e Teoria das Côrtes Geraes*. Lisboa: Imprensa Regia, 1827, pp. 276-277.

⁴⁵ Como no caso dos loudéis: “Devido à sua robustez, o fustão era aplicado sobretudo em gibões e loudéis (...)”, em SEQUEIRA, Joana – *O Pano da Terra: Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: Universidade do Porto Edições, 2014, p. 223.

⁴⁶ ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Braga: Edições Vercial, 2012, p. 314.

Em resumo: de acordo com as fontes históricas e com as indicações lexicográficas, podemos afirmar que, no seu cômputo geral, um gibanete:

- é uma peça assemelhada em formato e dimensões (e provavelmente em construção externa, no que toca a costuras) a um gibão;
- possui um forro exterior de couro ou de tecido (de vários tipos) e um revestimento interior de placas ou lâminas de aço ou ferro (podendo ou não comportar também secções de malha metálica), fixo ao forro exterior através de cravos;
- se pode apresentar mais ou menos ornado, com materiais mais rudimentares ou mais dispendiosos;
- se encontra amplamente disseminado em vários estratos sociais, desde os acontados às elites.

Estamos, portanto, ante uma peça segmentada de protecção de tronco, com um forro exterior em materiais orgânicos e um forro interior de placas metálicas. E isto levanta-nos alguns problemas de sistematização.

3 - O Desenvolvimento das Protecções Segmentadas na Europa e em Portugal

Para compreendermos o porquê destes problemas, é necessário lançarmos um olhar breve para a evolução histórica deste tipo de peças. As defesas de tronco segmentadas – entenda-se peças de tecido ou couro reforçadas (geralmente) com placas metálicas de dimensão variável – surgem na Europa algures durante a primeira metade do século XIII⁴⁷, provavelmente em resposta ao impacto cada vez maior da cavalaria pesada e de armas de tiro mais eficazes (em particular as bestas)⁴⁸. Logo na sua origem temos dois tipos de designação para o que se supõe ser o mesmo objecto, que até hoje permanecem difíceis de destringir: temos peças feitas quase certamente de couro fervido, ou *cuir bouilli*⁴⁹ – *cuiries* (em Francês e Inglês)⁵⁰, *coiraças* (em Provençal)⁵¹, *cuyraces* (em Catalão)⁵² – que podiam ou não

⁴⁷ VIGNOLA, Marco – “Armamenti corazzati e archeologia: spunti per uno studio interdisciplinare. Il caso dell’Italia e dei contesti friulani”. *Quaderni Civildalesi* 30 (2008), p. 143.

⁴⁸ DOWEN, Keith – “The Introduction and Development of Plate Armour in Medieval Western Europe c. 1250-1350”. *Fasciculi Archaeologiae Historicae* XXX (2017), p. 23.

⁴⁹ MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal*, pp. 430, 537-538.

⁵⁰ BLAIR, Claude – *European Armour: circa 1066 to 1700*. 2ª ed. London: B. T. Batsford Ltd., 1972, p. 38.

⁵¹ RIQUER, Martí de – *L’Arnès del Cavaller*. Barcelona: La Magrana, 2011, p. 98.

⁵² RIQUER, Martí de – *L’Arnès*, p. 98.

comportar uma placa de peito e uma para as costas, e também lâminas de reforço interno⁵³; e temos sobrevestes de tecido ou de couro (não fervido) forradas com largas placas de ferro ou aço – *plates* ou *pair of plates* ou *coat of plates* (em Inglês)⁵⁴, *cote a plates* (em Francês)⁵⁵, *fojas* (em Castelhana)⁵⁶. Tal como Martí de Riquer⁵⁷, assumo ambos os conjuntos de termos como sinónimos.

Tenham a designação que tenham, o primeiro exemplo visual reconhecido destas protecções segmentadas é uma estátua de São Maurício na Catedral de Magdeburgo, datada da segunda metade do século XIII⁵⁸. O santo enverga o que parece ser um longo avental de pano ou couro (a sobreveste), cravado com rebites de grande dimensão que atestam a presença de placas largas sobre o peito, dispostas na horizontal. Protecção algo rudimentar e experimental que é, este tipo de defesa apresenta um perfil quase tubular em volta do tronco do guerreiro, resultado das dimensões das suas lâminas constituintes. Este “refined textile «vest» lined with riveted metal plates (...) of various sizes and various numbers in a given piece, aligned horizontally or vertically”⁵⁹ dissemina-se por toda a Europa ao longo do século XIII e até inícios do século XIV⁶⁰. Até meados de Trezentos, complementado por placas mais longas, o *coat of plates* é o principal elemento de defesa tanto de cavaleiros como de peões⁶¹ (Fig. 3).

A partir desta data, o desenvolvimento deste tipo de peças parece efectuar-se em duas linhas diferentes em simultâneo – uma, um processo de união ou junção das diferentes placas; outra, uma de fragmentação.

⁵³ BLAIR, Claude – *European Armour*, p. 38; DOWEN, Keith – “The Introduction and Development”, p. 24.

⁵⁴ BLAIR, Claude – *European Armour*, pp. 40-41; LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates*, p. 16.

⁵⁵ LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates*, p. 16.

⁵⁶ RIQUER, Martí de – *L’Arnès*, p. 98.

⁵⁷ RIQUER, Martí de – *L’Arnès*, p. 116.

⁵⁸ BLAIR, Claude – *European Armour*, pp. 39-41; LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates*, pp. 14-15.

⁵⁹ GLINIANOWICZ, Marcin – “The Brigandine From The Polish Army Museum In Warsaw – Some Thoughts About Its Provenance And Chronology”. In MAREK, Lech (ed.) – *Weapons bring peace? Warfare in medieval and early modern Europe*. Wrocław: Wroclavia antiqua, 2013, p. 166.

⁶⁰ BLAIR, Claude – *European Armour*, p. 40.

⁶¹ Exemplo da sua popularidade entre a peonagem são os muitos *coats of plates* – 48, no total - da milícia da Gotlândia, encontrados no sítio da batalha de Visby, na Suécia, em 1361. Apresentam várias tipologias, algumas bastante antiquadas à época da batalha. Sobre estes achados, veja-se THORDEMAN, Bengt – *Armour from the Battle of Wisby, 1361*. Wheaton: The Chivalry Bookshelf, 2001 (reedição conjunta dos volumes 1 e 2 da edição original de 1939 e 1940, respectivamente).

O processo de junção das várias placas constituintes do *coat of plates*⁶², que atravessou todo o século XIV, culminou na criação de defesas com peitos formados de uma única chapa de ferro ou aço coberta por tecido, complementadas por fraldões de lâminas cravadas em tecido e espaldares feitos de várias placas metálicas⁶³. São estes peitos “ocultos”, muitas vezes cobertos de cravos decorativos, que resultam nos arneses integrais de chapa polida de finais do século XIV em diante.



Fig. 3 - Dois guerreiros em combate, envergando *coats of plates*, 1357. © British Library Board (fol.111 of Royal 17 E VII) [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021].

Disponível em

<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMINBig.ASP?size=big&I11ID=42181> (permissão para reprodução obtida pelo autor do artigo em 05/03/2021).

A segunda linha de desenvolvimento, mais importante para este estudo, reduziu em dimensão e aumentou em número as placas cravadas ao forro de tecido ou de couro do *coat of plates*. Estas “novas” defesas surgidas em finais do século XIV, a que a documentação italiana da época chamou *corazzina*⁶⁴ e a inglesa e francesa

⁶² Por uma questão de conveniência, adopta-se como preferencial a designação inglesa do objecto, mais disseminada internacionalmente.

⁶³ LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates*, pp. 32-36.

⁶⁴ SCALINI, Mario – “Corazzine e bacinetti dalla Rocca di Campiglia”. in BIANCHI, Giovanna (ed.) - *Campiglia. Un castello e il suo territorio*. Firenze: All’Insegna del Giglio s.a.s., 2003, p. 385. É necessário

brygandine ou *brigandine*⁶⁵, articulavam já algumas placas de média dimensão de recorte anatomizado (placas largas para cobrir os peitorais, por exemplo, ou placas trapezoidais para o topo da espinha) com placas menores ou até outros materiais (como a malha metálica⁶⁶) para criar defesas de protecção completas do tronco (Fig. 4). Estas peças eram menores em dimensão que os longos *coats of plates*, muito mais justas ao corpo e muito mais flexíveis, razão pela qual rapidamente os substituíram⁶⁷. Mantinham-se ainda afiveladas lateralmente ou atrás, embora algumas se apertassem também à frente.

ressalvar que, em várias instâncias, incluindo algumas menções coevas, *corazzina* designava também os conjuntos de peitos de peça única cobertos de tecido a que se fez referência supra.

⁶⁵ O inventário de 1397 do Duque de Gloucester, por exemplo, é uma das primeiras e mais importantes instâncias da entrada em cena desta nova tipologia: lista dezenas de peças de armamento, incluindo vários “peir de plates” e “peir briganter”. Os dois tipos de peça são descritos de forma semelhante, forrados de tecidos variados, sem que, no entanto, se aprofunde a diferença entre um tipo de peça e o outro. Veja-se VISCOUNT DILLON; HOPE, William St. John – “Inventory of the Goods and Chattels belonging to Thomas, Duke of Gloucester, and Seized in his Castle at Pleshy, Co. Essex, 21 Richard II. (1397); with their Values, as shown in the Escheator’s Accounts”. *The Archaeological Journal* 54 (1897), pp. 305-306.

⁶⁶ Um bom exemplo das quais talvez seja a *corazzina* que se guarda no Castello Sforzesco, em Milão, que incorpora nas suas duas metades (peito e espaldar) duas larga placas centrais, pequenas lâminas subsidiárias sob as axilas, e um preenchimento de malha metálica em todas as demais áreas. Sobre esta peça, veja-se BOCCIA, Lionello Giorgio – *L’armeria del Museo Civico Medievale di Bologna*. Busto Arsizio: Bramante Editrice, 1991, pp. 42-43 ou VIGNOLA, Marco – *Armature e armorari nella Milano medievale: storia di famiglie, signa, magli e acciaio*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2017, p. 198. Necessário é ressaltar que o fraldão fendado a meio em vez de uno (criando proto-escarcelas integrais à peça), a disposição dos cravos de fixação e a presença de um colarinho de pano parecem apontar para uma cronologia substancialmente mais tardia (finais de século XV ou primeiro quartel de XVI) que a assinalada por estes autores.

⁶⁷ LA ROCCA, Donald J. – *How to Read European Armor*. New York: Metropolitan Museum of Art, 2017, p. 14. Fenómeno paralelo a este desenvolvimento das protecções de placas segmentadas é o da criação de peças de base têxtil com pequenas placas ou segmentos de metal cosidos, e não cravados, entre as camadas de tecido. São exemplo disto as espaldeiras/*espalderas/espalleres* do século XIV na Península Ibérica (RIQUER, Martí de – *L’Arnès*, pp. 108-116) ou, mais tarde, os *jack-of-plates* (uma derivação dos *jacks* mencionados na nota 24) do século XV, “which consisted of many small plates of iron or horn secured between layers of canvas by a trellis-work of stitches” (BLAIR, Claude – *European Armour*, p. 118). Constituem, no entanto, uma tipologia de defesas à parte e substancialmente diferente, que não se inclui no objecto de estudo deste ensaio.



Fig. 4 – Vista interior de coat of plates ou corazzina, achada na ilha grega de Cálcis (n.º inv. 29.150.105), 1400. © Met Museum [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021]. Disponível em <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/34331n>.

Ao longo dos séculos XV e XVI, estas peças alteram-se novamente. Diminui novamente o tamanho das lâminas destas peças, o que implica obrigatoriamente ainda maior número para cobrir todo o tronco. Na segunda metade do século XV já estas peças se encontram repletas de filas de dezenas (às vezes centenas) de pequenas lâminas. A incómoda afivelação traseira dá geralmente lugar à comodidade das fivelas ou atacas dianteiras, em imitação do gibão civil – ao qual, de resto, se assemelham a todos os níveis⁶⁸ (Fig. 5). São designadas estas peças ainda como *brigandine* (em Inglês e Francês), ou já com o novo termo *brigantina* (em Italiano)⁶⁹.

Podemos distinguir então três tipologias gerais de protecção segmentada na Europa medieva:

- “aventais” ou sobrevestes de tecido ou couro, relativamente tubulares, fechados nas costas, forrados com poucas lâminas metálicas de relativamente grande dimensão dispostas na vertical ou na horizontal – usadas desde inícios do século XIII a finais do século XIV (*cuirie* ou *coat of plates*);

⁶⁸ LA ROCCA, Donald J. – *How to Read*, p. 14.

⁶⁹ BLAIR, Claude – *European Armour*, pp. 58-59; SCALINI, Mario – “Corazzine e bacinetti”, p. 385.

- peças com forro exterior em tecido ou couro com uma boa quantidade de lâminas de dimensão média e recorte anatomizado, em conjunto com lâminas mais pequenas ou malha de aço – usadas desde meados do século XIV até data incerta do século XV (*corazzina*; *brigandine* de Tipo 1, primitiva);
- peças cintadas com forro exterior de tecido ou couro, com grande número de reduzidíssimas lâminas metálicas, fechadas geralmente à frente – usadas desde pelo menos meados do século XV até inícios do século XVII (*brigandine* de Tipo 2, consolidada)⁷⁰.



Fig. 5 – Vista interior de uma *brigandine*, com placas de aço montadas em suporte têxtil (n.º inv. III.1664), 1470. © Royal Armouries [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021]. Disponível em <https://collections.royalarmouries.org/object/rac-object-1289.html>

Este processo “evolutivo” não foi, claro está, absolutamente linear, nem estas tipologias são tão estanques quanto se desejaria. Foram (como de resto toda a evolução dos armamentos na Idade Média o foi) resultado da experimentação dos armeiros; e a invenção de uma nova tipologia não obrigou ao desuso imediato das tipologias já existentes – que foram sendo gradualmente suplantadas de acordo com as necessidades da guerra e as modas.

⁷⁰ Esta divisão entre dois tipos de *brigandine*, feita a partir da historiografia italiana, é aqui contextual e da minha responsabilidade; a historiografia em língua inglesa não opera qualquer distinção formal, terminológica ou tipológica, entre tipos ou estágios de desenvolvimento das *brigandines*.

Ora, sabendo o processo de evolução destas defesas no resto da Europa – do objecto em si, e das suas diferentes designações –, será que se verifica o mesmo processo em Portugal? Por bandas lusas, a mais antiga menção que temos a respeito de protecções segmentadas – denominadas *solhas* ou *corpos de solhas* – data de inícios do século XIV⁷¹, embora seja mais do que provável a sua existência em terras de Portugal pelo menos desde finais do século XIII. Sabemos (não obstante a falta de vestígios arqueológicos) como se constituem por dentro – com lâminas metálicas⁷² – e por fora – com forros de tecido ou couro⁷³ –, o que nos permite afirmar com elevadíssimo grau de certeza que correspondem às *fojas* castelhanas, às *cuirasses* francesas, aos *coats of plates* ingleses.

No que toca a algo comparável a *corazzinas* ou *brigandines* primitivas, no entanto, a documentação portuguesa é muda. Entre finais do século XIV e o primeiro quartel do século XV, o período em que a documentação estrangeira dá conta da nova tipologia *corazzina/brigandine*, a documentação portuguesa continua a reportar-se apenas e só a “solhas”⁷⁴. Tratar-se-ia aqui de algum atraso na modernização do equipamento militar em Portugal? Muito dificilmente. Sabemos que este período correspondeu, aliás, a uma renovação do nosso arsenal, consequência necessária

⁷¹ São as várias solhas listadas no testamento de Estêvão da Guarda, figura notável do século XIV (Lisboa, Torre do Tombo, *S. Vicente de Fora, 2ª Inc.* caixa 6, doc. 25), segundo se indica em MARTINS, Miguel Gomes – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”. *Cadernos do Arquivo Municipal* 3 (1999), nota 10, p. 26.

⁷² AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar*, p. 99; MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra*, p. 234. Na *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra* dá-se conta dos ferimentos recebidos por Gomes Garcia em Burguilhos, no ano de 1398, por “hũa lança que lhe foy remessada e falsou lhe hũas solhas que trazia, *per antre lamina e lamiina*”. Em *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*. Ed. Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1991, p. 174. Os conteúdos da supracitada carta de quitação voltam a corroborar esta informação: dos muitos “pedaços de solhas de justa” que o almoxarife Gonçalo Afonso recebeu, foi-lhe descontada “as soma das laminas velhas que nom prestam que foram achadas na bota”. Em MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, p. 63.

⁷³ AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar*, pp. 96-97; MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra*, p. 234.

⁷⁴ Embora uma afirmação como esta requeira uma recolha feita a partir de, essencialmente, toda a documentação do período, a consulta dos volumes publicados das chancelarias de D. Duarte e de D. João I, por exemplo, não revelou quaisquer menções a gibanetes, em qualquer grafia. Esta ausência também se verifica em documentação avulsa sobre armamento da época, como é o caso da procuração para levantamento de armas em Lisboa passada a Vasco Martins, escudeiro de D. Fernando de Meneses (Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro 1º de Místicos de Reis*, doc. 7). Sobre este documento, leia-se MACHADO DE CASTRO, Tiago – “Armas para Ceuta (1420). Contribuição para o estudo do armamento português no início do século XV”. *Cadernos do Arquivo Municipal* 2/4 (2015), pp. 39-63. Mesmo as *Ordenações Afonsinas*, que transcrevem o regimento dos coudéis de D. Duarte e o equipamento requerido dos acontiadados, mantêm a prescrição de solhas para acontiadados em quarenta marcos de prata, sem qualquer actualização da linguagem. Veja-se *Ordenações Afonsinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, lv. I, p. 474.

das várias operações militares do reinado fernandino⁷⁵ e das empreitadas de D. João I em África⁷⁶. Não; o que isto nos indica é que o termo *solhas* seria usado para dois tipos de peça diferente: as solhas antigas (Tipo 1), comparáveis ao *coat of plates*; e as solhas modernas (Tipo 2), comparáveis às *corazzine* italianas/primeiros tipos de *brigandine* (*brigandines* de Tipo 1). A evolução dos armamentos em Portugal acompanha a evolução dos armamentos no estrangeiro, embora a língua não o faça.

Seria, portanto, expectável que, chegados a meados de Quatrocentos, se verificasse a presença de uma nova peça nos nossos arsenais e na nossa língua – das *corazzina/brigandine* de Tipo 1 para as *brigandine* de Tipo 2. E é precisamente isso que a documentação reflecte: um processo de coexistência e posterior suplantação das solhas por uma nova peça – o *gibanete*. A carta de quitação do Arsenal Régio é um documento fulcral neste aspecto: ao aparecer listado em contraste com as solhas, e demarcado também das demais peças em chapa de aço do Arsenal, o singelo “jubanete” da carta parece assinalar o advento desta nova tipologia a Portugal, algures durante o segundo quartel do século. De então para diante, o gibanete impera no nosso país, tal como no resto da Europa, ou assim o espelha a documentação: durante a segunda metade do século XV, foi das peças de armamento mais prescrita e disseminada, como se viu pelos exemplos já dados. São então *gibanetes* – emulando “as roupas cintadas e justas ao corpo dos finais do século XV que foram copiadas pelos mestres armeiros”⁷⁷ – e não solhas, que vemos representados em abundância nas tapeçarias de Pastrana⁷⁸. São gibanetes que

⁷⁵ Recordemos as reformas mandadas fazer por D. Fernando, de acordo com Fernão Lopes: “As armas mandou el-rrei mudar a esta guisa: do cambais mandou que fizessem jaque, e da loriga, cota; e da capelina, barvuda com camalhom; e os que eram bem armados haviam de teer barvuda com seu camalho e estofa e cota e jaque e coxotes e canelleiras franceses e luvas e estoque e daga e grave”. Em LOPES, Fernão - *Crónica de Dom Fernando*. Ed. Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, cap. LXXXVII, p. 305.

⁷⁶ Temos por exemplo notícia da compra de equipamento militar de ponta a Inglaterra, na preparação da expedição para Ceuta. Veja-se SANTOS, Maria Alice Pereira – *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa: Universidade Aberta, 2015. Tese de Doutoramento, pp. 87-89.

⁷⁷ ARAÚJO, Inês Meira – *As Tapeçarias de Pastrana – Uma Iconografia da Guerra*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado, p. 96.

⁷⁸ ARAÚJO, Inês Meira – *As Tapeçarias de Pastrana*, p. 96. Sobre as tapeçarias consulte-se, para além desta obra, IBARRA, Miguel Ángel de Bunest; et al. – *The Invention of Glory: Afonso V and the Pastrana Tapestries*. Madrid: Fundacion Carlos De Amberes, 2011.

vemos ilustrados em grande pormenor nos Painéis de São Vicente (Fig. 6)⁷⁹. É com gibanetes que a guarda pessoal de D. João, tal como os acontiadados do país, estava obrigada a andar regularmente armada⁸⁰.



Fig. 6 – Cavaleiro desconhecido com gibanete de forro exterior em lã ou veludo verde, com cravos (ou nóminas) decorativos. Pormenor de Nuno Gonçalves, *Painéis de São Vicente – Painel do Arcebispo*, c. 1470, óleo sobre madeira. © Museu Nacional de Arte Antiga [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021]. Disponível em <https://artsandculture.google.com/asset/pain%C3%A9is-de-s%C3%A3o-viceite-UAED-QMyK5RGGg>.

⁷⁹ Apenas no painel dito do *Arcebispo*. Sobre os chamados *Painéis de São Vicente de Fora*, leia-se, entre outros, MARKL, Dagoberto – *O Retábulo de S. Vicente da Sé de Lisboa e os Documentos*. Lisboa: Editorial Caminho SA, 1988; SERRÃO, Vítor – “Os Painéis de São Vicente e a ambiência da pintura quatrocentista”. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Presença, 2002, pp. 279-285.

⁸⁰ “A qual gente [os ginetes da guarda do rei] será armada de gibanete e faldra, e gocetes, e capacete e baberia, as quais armas sempre continuamente consiguo terom onde quer q estiverem”. “Ordenação da Guarda do Rei Nosso Senhor”, em PINTO, Augusto Cardoso – *A Guarda Del Rei*, p. 77.

4 – Solhas, Gibanetes e Couraças

Está, portanto, esclarecido o significado de *gibanete*: equivale, a todos os níveis, ao segundo estágio evolutivo do que a historiografia militar estrangeira designa como *brigandine*.

Como habitual na Idade Média, a necessidade de conjurar uma nova palavra para um novo objecto não obrigou ao abandono imediato de termos anteriores para objectos similares. Embora muito mais raras, as referências a solhas assomam ainda no final do século XV, ocasionalmente em parilha com gibanetes: em carta de 1485, por exemplo, D. João II manda aos seus coudéis do Porto que obriguem os acontiadados da cidade a ter “jubanete ou solhas”⁸¹; no mesmo ano, em Montemor-o-Novo, Álvaro Lopes de Chaves regista o desejo do monarca em adquirir “IIJ corpos de gibanetes” para defesa do reino, mas também “J corpos de solhas com seus mangotes” para uso no mar⁸² – por certo no que deverão ser duas das derradeiras referências documentais a esta tipologia. Compreensível, dada a natural semelhança entre as duas peças, que terão coexistido ainda durante algumas décadas.

Mas há um outro termo, surgido ainda dos últimos anos do século XV, que pode ajudar a cimentar as ideias até agora propostas: refiro-me aqui à *couraça*.

À semelhança do que parece ter sucedido na língua castelhana, com a chegada relativamente tardia do termo *coraza* em substituição de *fojas*⁸³, também a adopção de *couraça* como sinónimo de *gibanete*, de *brigandine* – de, enfim, protecção segmentada do tronco – só se verifica tarde em Portugal, mais concretamente na viragem de Quatrocentos para Quinhentos. Como sabemos serem estas peças equivalentes? Os indícios de que dispomos para as couraças são em tudo semelhantes aos do gibanete, cujo lugar na documentação ocupam quase do dia para a noite. O fenómeno de sinonímia explica facilmente as “muitas couraças com

⁸¹ “Trellado do allvara que ell-Rey mandou aos coudees desta cidade” (*Livro 5 de Atas de Vereação da Câmara do Porto*, fol. 207v). In RIBEIRO, Marco Alexandre - *As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488. Leitura Paleográfica, Publicação e Estudo Prévio*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. Dissertação de mestrado, p. 293.

⁸² CHAVES, Álvaro de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, p. 272. Fica a dúvida sobre qual seria a diferença entre gibanetes e solhas que faria destas últimas melhores para uso em embarcações.

⁸³ RIQUER, Martí de – *L’Arnès*, p. 116.

clauaduras douradas sobre veludo de todas as cores” – *a gibanete by any other name* ... – armazenadas pelo prior de Santa Cruz de Coimbra em 1490⁸⁴; explica a substituição do termo *gibanetes* por *couraças* na *Vida e Feitos d’El-Rey D. João Segundo* por Garcia de Resende: “este ão querendo el-rey que em seus reynos ouvessem muitas armas (...) hum grande numero de *couraças* de muytas sortes (...)”⁸⁵, em clara imitação da passagem de Rui de Pina que já aqui se transcreveu⁸⁶; explica os muitos gibanetes em cartas de quitação manuelinas transmutados em couraças nas suas homólogas passadas pela chancelaria de D. João III⁸⁷. A *couraça* não parece ter perdido completamente a ligação ao couro do seu significado original ducentista – Afonso de Albuquerque assevera, em carta de 23 de Outubro de 1514, que as melhores armas para uso no continente indiano são couraças, “porque [os soldados] as alevantam com hua pouca de cravaçam e hum par de peles”⁸⁸. Esta diferença entre materiais poderia aliás explicar as “quinhentas couraças de Genoa com quinhentos copos pera maar”, avaliadas entre mil e quinhentos e dois mil ducados, que D. Afonso V determinava adquirirem-se nos preparativos da guerra

⁸⁴ VITERBO, Francisco Marques de Sousa - *Artes e Artistas em Portugal*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1892, p. 156. É de salientar o facto de a notícia que Sousa Viterbo transcreve provir da *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*, obra dada ao prelo em 1668 pelo padre Dom Nicolao de S. Maria.

⁸⁵ RESENDE, Garcia de - *Vida e Feitos d’El-Rey D. João Segundo*. Ed. Evelina Verdelho. Coimbra: Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, cap. LVIII, p. 91.

⁸⁶ O alvará de Regimento passado por D. Manuel a D. Nuno Manuel, regimentando a composição de vinte lanças aginetadas da corte, opera a mesma exacta alteração quando confrontado com a regimentação da guarda joanina a que atrás se aludiu: “E ordenamos que as armas, que hão de ter as ditas vinte lanças que lhe assim ordenamos, sejam estas. S. *coiraças*, capacetes, babeiras, espadas ou gocetes, e coxotes, e faldras ou escarcellas, e lanças e adagas, e estas assim limpas, e taes, que sejam”. Em MORAIS, A. Faria de - “Ordenanças e ginetes d’el-Rey”. *Boletim do Arquivo Histórico Militar* 24 [separata] (1954), p. 166.

⁸⁷ Tomemos como exemplo disto o levantamento das cartas de quitação efectuado por Braancamp Freire nos vários volumes do *Arquivo Historico Portuguez*. Por uma questão logística, dado o elevado número de cartas consultadas, indicam-se apenas os seus números de inclusão no *Arquivo*: das 17 cartas que mencionam gibanetes/jubanetes, 15 pertencem à chancelaria manuelina (n^{os} 32, 35, 125, 127, 137, 166, 201, 241, 480, 528, 537, 565, 577, 578 e 601) e outras 2 à joanina (690 e 706) – a mais antiga das quais (n^o 528) passada em 1499 e a mais recente (n^o 706) em 1529. Das 9 que mencionam couraças, 6 pertencem à chancelaria manuelina (16, 19, 123, 523, 553 e 576) e 3 à joanina (703, 722, 768) – a mais antiga das quais (n^o 19) em 1510, e as mais recentes das quais (n^{os} 722 e 768) em 1539. Por ordem numérica, “Cartas de quitação de D. Manuel”. In FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Arquivo Historico Portuguez*. Vol. I. Lisboa: Typ. Calçada do Cabra, 1903, pp. 168, 201-202, 207-208, 367-368, 398, 401; II (1904), pp. 35-36, 160, 357; IV (1906), pp. 444-445; V (1907), pp. 79, 156-157, 235-236, 322, 444, 474-476; VI (1908), pp. 79-80; IX (1914), pp. 436, 446-447, 448, 455-456; X (1916), p. 7.

⁸⁸ ALBUQUERQUE, Afonso de - “Carta de 23 de Outubro de 1514”. In BULHÃO PATO, Raymundo Antonio de (dir.) - *Cartas de Affonso de Albuquerque*, t. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884, cap. LXII, p. 295.

contra Castela⁸⁹ – contrastadas com quinhentos gibanetes com quinhentos capacetes e babeiras, um conjunto total estimado em apenas quinhentos mil reis⁹⁰. Ainda assim, a documentação atesta à mor parte dos forros exteriores destes armamentos ser feita em pano. Tal como com os gibanetes, a necessidade de “cravaçam de coyraças” continua a ser assegurada por artesãos especializados (latoeiros, regra geral)⁹¹, organizados por vezes em centros de produção massificada para servirem todos os cantos do império nascente – como era o caso das taracenas de Santarém⁹².

Sabemos, ademais, que também as couraças têm uma estrutura interna de lâminas de aço: para além das “folhas de laminas pera couraças”⁹³ que figuram em cartas de quitação de D. João III, os *Anais de Arzila*, por exemplo, relatam-nos como a “Afonso da Silva, não lhe valendo couraças, *nem as laminas d'aço de que éráo fortificadas*, que a mortal lança não lançase o ferro da outra parte”⁹⁴, matando-o; ou a forma como a Diogo de Ávila “(...) lhe dérão com um pelouro d'arcabuz que, quebrantando-lhe o couro *ou ãa ou duas laminas das couraças*, ficou amassado (...)”⁹⁵. A parecença com o gibão civil também se mantém: veja-se o retrato de Afonso de Albuquerque⁹⁶; a

⁸⁹ CHAVES, Álvaro de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, pp. 54-55.

⁹⁰ CHAVES, Álvaro de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, p. 56.

⁹¹ Entre as cartas recolhidas por Sousa Viterbo em VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *A armaria em Portugal*, encontramos o exemplo de João Dias, “latoeiro de armaria e de cravação de couraças” em 1520 (p. 57), actividades cujo neto João Lopes ainda mantém em 1570 (p. 109). A existência de fabricantes especializados de defesas segmentadas é uma constante desde o século XIII, em toda a Europa. Veja-se a título de exemplo RIQUER, Martí de – *L'Arnès*, p. 105; VIGNOLA, Marco – *Armature e armorari nella Milano*, p. 80; MOFFETT, Randall – “Military Equipment in Fourteenth to Fifteenth Century Southampton”. In BELL, Adrian; CURRY, Anne (eds) – *Soldiers, Weapons and Armies in the Fifteenth Century*. Suffolk: Boydell & Brewer Ltd, 2011, p. 198.

⁹² “(...) o latão transitava de Lisboa para Santarém, como o comprova uma remessa de 4 quintais desta liga em cobre, em 1513. Note-se que a armaria santarena se especializou na fabricação de gibanetes, cravos de latão mais ou menos dourados consoante os clientes, e fivelas, de que fornecia a Coroa, entre outras casas”. Em CANDEIAS, António *et al.* – “Contributo das Ciências para a Caracterização Material e Tecnológica do Foral Manuelino de Cascais”. In HENRIQUES, João Miguel (coord.) – *500 Anos do Foral Manuelino de Cascais: 1514-2014*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 181.

⁹³ Como por exemplo a “Quitação de compra de armas a Ruy de França, em 1529” (Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João III, Doações*, lv. 17, fol. 93. In VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *A armaria em Portugal*, p. 23).

⁹⁴ RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila*, 1. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, cap. X, p. 47.

⁹⁵ RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila*, 2. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, cap. XXXIV, p. 83.

⁹⁶ No frontispício do manuscrito do *Livro Segundo das Lendas da Índia de Gaspar Correia*. Em Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro Segundo das Lendas da Índia de Gaspar Correia*, Códices e documentos de proveniência desconhecida, 41.

couraça dourada, com escarcelas, no retrato de D. João de Castro⁹⁷, ou os guerreiros encouraçados nas tapeçarias que glorificam os seus feitos⁹⁸.

Menos clara é a confusão entre gibanetes e couraças num relato anónimo da partida do exército português para Marrocos, em 1578: “Não houve homem fidalgo que não comprasse muitos corpos d'armas muito lustrosos (...) couraças de laminas cobertas de velludo e setim de todas as côres com tachas d'ouro e prata, muitas saias de malha, e gibanetes (...)”⁹⁹. Marcar-se-ia aqui alguma pequena distinção tipológica entre as couraças quinhentistas e os velhos gibanetes quatrocentistas, que não os materiais? É possível¹⁰⁰, mas no geral pouco provável à luz dos anteriores exemplos, que não assinalam diferenças entre *gibanetes* e *couraças* na viragem do século. Salvo as excepções apontadas (uma delas, ressalve-se, muito tardia), onde ocorre um, não se usa o outro (ao contrário do que se verificou com solhas e gibanetes). A permutação do termo, levada a cabo por razões que o tempo tratou de encobrir¹⁰¹, não parece ter tido qualquer reflexo material.

Como se pode verificar pela seguinte Tabela 1, elaborada a partir dos dados recolhidos neste ensaio, a forma como diferentes documentos históricos usam nomenclaturas distintas para se referirem aos mesmos objectos não se presta às definições precisas e estanques que se querem dos vocábulos no moderno estudo

⁹⁷ O retrato a que se faz referência é uma ilustração no *Livro de Lisuarte de Abreu*. Nova Iorque, Biblioteca Pierpont Morgan, MS M.525.

⁹⁸ Como por exemplo na tapeçaria “Entrada triunfal de D. João de Castro em Goa” (n.º inv. T XXII 10), 1555-1560. Kunsthistorisches Museum Wien, Kunstammer. Sem dúvida as “couras” que D. João de Castro prescreve aos seus homens como principal defesa do corpo. Em CASTRO, João de – “Apontamentos enviados por D. João de Castro a D. João Mascarenhas”. In SANCEAU, Elaine (ed.) – *Cartas de D. João de Castro*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, p. 133. Sobre este monumental conjunto de tapeçarias, veja-se COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES – *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1995.

⁹⁹ Veja-se HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*, t. 6. Lisboa: Viúva Bertrand & C.ª, Sucessores Carvalho e C.ª, 1884, p. 108.

¹⁰⁰ Apesar de tudo, entre meados e finais do século XVI, este tipo de protecções altera-se novamente em consonância com as mudanças no gibão civil: para além de se complementarem estas protecções com colarinhos, braços e escarcelas, a dimensão das placas viria a reduzir-se ainda mais. Veja-se BLAIR, Claude – *European Armour*, p. 139; as três peças no Metropolitan Museum of Art em New York, feitas entre 1540-1550, com os números de inventário 14.25.1529, 14.25.1532, 14.25.1531; ou a peça número 1977-167-239a,b do Philadelphia Museum of Art, datada entre 1570-1580.

¹⁰¹ O termo “couraça” viria também ele a sofrer uma alteração de sentido: Em Portugal, como noutros países, acabou por vir a designar qualquer peça de protecção do tronco em chapa inteiriça, com peito e espaldar, até hoje.

da História. Assim se explica a confusão lexicográfica e historiográfica que perdura há anos em relação aos gibanetes.

Tip. Protecção Segmentada	Delimit. Cronológica (Uso Atestado em Portugal)	Delimit. Cronológica (Uso Atestado do Termo)	Características Gerais	Corresp. Peças Estrangeiras
Solhas [Tipo 1]	finais séc. XIII (?) – finais séc. XIV (?)	finais séc. XIII (?) – – últ. quartel séc. XV	<ul style="list-style-type: none"> – Formato tubular pouco justo ao tronco – Forro exterior de tecido ou couro – Fechadas nas costas ou na lateral <ul style="list-style-type: none"> – Poucas lâminas metálicas – Lâminas de grande dimensão dispostas na vertical ou na horizontal – Cravos grandes em número reduzido 	<i>coat of plates</i> (Ing.)/ <i>fojas</i> (Cas.)
Solhas [Tipo 2]	finais séc. XIV (?) – últ. quartel séc. XV		<ul style="list-style-type: none"> – Formato algo justo ao tronco – Forro exterior de tecido ou couro – Fechadas nas costas, na lateral, ou à frente <ul style="list-style-type: none"> – Algumas lâminas metálicas – Lâminas de dimensão média, dispostas de acordo com principais pontos anatómicos – Cravos grandes em algum número 	<i>brigandine</i> [Tipo 1] (Ing.; Fr.)/ <i>corazzina</i> (It.)/ <i>fojas</i> (?) (Cas.)/ <i>coraza</i> (Cas.)
Gibanete	meados séc. XV – finais séc. XVII (?)	2º quartel séc. XV – finais séc. XVI (?)	<ul style="list-style-type: none"> – Formato cintado e justo ao tronco – Forro exterior de tecido ou couro – Fechadas à frente 	<i>brigandine</i> [Tipo 2] (Ing.; Fr.)/ <i>brigantina</i> (It.)
Couraça	meados séc. XV – finais séc. XVII (?)	finais séc. XV – ?	<ul style="list-style-type: none"> – Grande quantidade de lâminas metálicas – Lâminas de dimensão muito reduzida – Cravos pequenos em grande número 	

Tabela 1 – Sistematização das tipologias de protecção segmentada em Portugal, com destaque para os gibanetes.

5 – Conclusão

Reiterando: até ao presente, a historiografia militar portuguesa tem olvidado o termo *gibanete* quase por completo, abordando as solhas como sinónimo de couraça e de *brigandine* em simultâneo¹⁰². Este trinómio resultou de uma transplantação para a historiografia portuguesa da equiparação entre *foja* e *coraza* estabelecida por Martí de Riquer, a que já se fez referência – prática que a documentação tardo-medieval e moderna portuguesa infelizmente não sustenta. Não só porque solhas podem corresponder tanto a *coats of plates* como a *brigandines*, mas porque também um gibanete ou uma couraça, na documentação da época, correspondem a uma *brigandine* – sem, no entanto, corresponderem às solhas. Estamos aqui perante o mesmo exacto processo de inexactidão lexicográfica que se apontou no início deste ensaio: sem que nenhuma das definições apresentadas esteja totalmente errada, nenhuma se encontra correcta por inteiro. Uma situação nada facilitada, abone-se, pela quase total ausência de vestígios arqueológicos destas peças¹⁰³.

Repare-se que estes problemas de sistematização não são exclusivos de Portugal. Ainda hoje existe alguma dificuldade, mesmo entre peritos, em assentar concretamente as fronteiras dos termos *corazzina* ou *brigandine*¹⁰⁴, por exemplo – uma dificuldade parcialmente baseada na dificuldade em conciliar as diversas designações que diferentes línguas e culturas aplicam ao mesmo objecto. Para o caso português, no entanto, espera-se que este trabalho venha ajudar a solucionar uma das grandes incógnitas do estudo do armamento quatrocentista. Apenas devidamente esclarecidos sobre que peça é um gibanete podemos estudar com

¹⁰² BARROCA, Mário Jorge – “Armamento medieval português: notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs”. In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coords.) – *Pera Guerrejar – Armamento Medieval no Espaço Português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 59-60; MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal*, pp. 537-538; ARAÚJO, Inês Meira – *As Tapeçarias de Pastrana*, pp. 96-97.

¹⁰³ Excepção feita aos poucos fragmentos de gibanetes achados em Aguiar da Pena e em Machico. Veja-se, respectivamente, BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, António J. Cardoso – “A Terra e o Castelo – Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”. *Portugália Nova Série 6* (1985), p. 75 e SOUSA, Elvino Duarte Martins – *Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII)*. Vol. I. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001. Tese de Doutoramento, p. 510. Notícia há também de fragmentos semelhantes em depósito arqueológico em vários pontos do país (Montemor-o-Novo, por exemplo), sem qualquer estudo feito até ao momento.

¹⁰⁴ Basta ver o processo de consolidação, ainda em curso, das definições deste tipo de protecções na historiografia militar italiana, e. g. em SCALINI, Mario – “Corazzine e bacinetti”, p. 385 e VIGNOLA, Marco – *Armature e armorari nella Milano*, pp. 137-143.

confiança quem os produz, em que condições se desenrola esse processo de fabrico, que tipo de mercados existem para o gibanete-produto e quais as condições ou implicações socioeconómicas para quem o produz e para quem o adquire. Para além do mais, este conhecimento abre-nos uma série de outras questões: o que levou à cunhagem de um termo totalmente autóctone para este tipo de peças¹⁰⁵, em detrimento da adopção de termos estrangeiros (como a maior parte do continente parece ter feito)? Traduzir-se-ia o termo nalguma especificidade portuguesa deste tipo de protecções? Se sim, qual? Estas e outras questões que foram aflorando ao longo desta pesquisa poderão conduzir a novas e produtivas linhas de investigação.

Da mesma forma que não se faz mais aqui do que redescobrir e reenquadrar o significado de termos antigos, também esta associação entre *brigandine* e gibanete não é uma completa novidade: David Corazzi, no seu *Armaria* de 1885, teoriza sobre “a brigantina ou brigandina (de origem italiana), a qual nos parece corresponder ao jubanete que Ruy de Pina nos diz ter sido incommendado do estrangeiro para Portugal por D. João II, para armamento da sua cavallaria ligeira ou geneta e das guardas de corpo”, a que se segue uma descrição em tudo coincidente com a peça que já aqui se apresentou¹⁰⁶. À falta de sistematização, e à falta de documentação auxiliar que atestasse um uso correcto do termo, caiu também esta ideia de David Corazzi no esquecimento – pelo menos, até hoje.

¹⁰⁵ Não descurando a proximidade do termo “jubete”, similar na sua origem sem, no entanto, se referir a este tipo de peças.

¹⁰⁶ Em CORAZZI, David – *Armaria*. Bibliotheca do Povo e das Escolas, n. 102. Rio de Janeiro: Imprensa Horas Românticas, 1885, pp. 31-32. Apesar de ser fruto da época em que foi produzido e se encontrar fortemente desactualizado, o pequeno volume editado por Corazzi é notável pela acuidade de algumas das suas afirmações. Sobre as edições de David Corazzi e da colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas” em Portugal e no Brasil veja-se NABO, Olímpia de Jesus de Bastos Mourato – *Educação e Difusão da Ciência em Portugal: A “bibliotheca do povo e das escolas” no contexto das edições populares do século XIX*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre/Escola Superior de Educação de Portalegre, 2012. Dissertação de Mestrado. Esta definição de gibanete foi, de resto, adoptada por Afonso de Dornelas, também sem qualquer impacto historiográfico – veja-se DORNELAS, Afonso de – “A Tapeçaria da Ocupação de Tanger”. *Elucidário nobiliarchico* I/ 4(1928), p. 132.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

Lisboa, Torre do Tombo, *Contos do Reino e da Casa, Núcleo Antigo*, 798.

Fontes impressas

ALBUQUERQUE, Afonso de – “Carta de 23 de Outubro de 1514”. In BULHÃO PATO, Raymundo Antonio de (dir.) – *Cartas de Affonso de Albuquerque*, t. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884, cap. LXII, pp. 295-296.

BARROS E SOUSA, Manuel Francisco de – *Memórias e Alguns Documentos para a História e Teoria das Côrtes Geraes*. Lisboa: Imprensa Regia, 1827.

“Carta de quitação a Gonçalo Afonso, almoxarife do armazém da cidade de Lisboa, do que recebeu e despendeu entre 1 de Janeiro de 1438 e 1 de Janeiro de 1448” - Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fol. 26v-29. In MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Média*. Viseu: Palimage Editores, 2001, pp. 61-80.

CASTRO, João de – “Apontamentos enviados por D. João de Castro a D. João Mascarenhas”. In SANCEAU, Elaine (ed.) - *Cartas de D. João de Castro*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, pp. 130-136.

Chancelarias Portuguesas: D. Duarte. Dir. António H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1999-2002.

Chancelarias Portuguesas: D. João I. Dir. João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2005.

CHAVES, Álvaro de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Ed. Anastásia Mestrinho Salgado; Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES – *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1995.

Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Ed. Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1991.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – “Cartas de Quitação del Rei D. Manuel”. *Archivo Historico Portuguez* I (1903), n.º 16, p. 168; n.º 19, pp. 201-202; n.º 32, p. 207; n.º 35, p. 208; n.º 123, pp. 367-368; n.º 125, p. 368; n.º 127, p. 398; n.º 137, p. 401; II (1904), n.º 166, pp. 35-36; n.º 201, p. 160; n.º 241, p.357; IV (1907), n.º 480, pp. 444-445; V (1907), n.º 523, p. 79; n.º 528, pp. 156-157; n.º 537, pp. 235-236; n.º 553, p. 322; n.º 565, p. 444; n.º576, pp. 474-475; n.º577, p. 475; n.º 578, pp. 475-476; VI

(1908), n.º 601, pp. 79-80; IX (1914), n.º 690, p. 436; n.º 703, pp. 446-447; n.º 706, p. 448; n.º 722, pp. 455-456; X (1916), n.º 768, p. 7.

GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Braga: Edições Vercial, 2014.

Ordenações Afonsinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

“Ordenação da Guarda do Rei Nosso Senhor”. In PINTO, Augusto Cardoso – *A Guarda del Rei Dom João II – Notas e Documentos para a História das Guardas Reais Portuguesas*. Lisboa: Centro Tipografico Colonial, 1930, pp. 77-78.

PINA, Rui de – *Crónica de D. João II*. Ed. de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

“Regimt.º de Dõ n.º da gente da ordenança e das XX lanças”. In MORAIS, A. Faria de – “Ordenanças e ginetes d'el-Rey”. *Boletim do Arquivo Histórico Militar* 24 [separata] (1954), pp. 162-169.

RESENDE, Garcia de – *Vida e Feitos d'El-Rey D. João Segundo*. Ed. Evelina Verdelho. Coimbra: Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.

RIBEIRO, João Pedro – *Indice Chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no archivo da illustrissima camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1951.

RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila*. Vols. I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

“Trellado do allvara que ell-Rey mandou aos coudees desta cidade” (*Livro 5 de Atas de Vereação da Câmara do Porto*, fol. 207v). In RIBEIRO, Marco Alexandre – *As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488. Leitura Paleográfica, Publicação e Estudo Prévio*. Porto: Universidade do Porto, 2019. Dissertação de Mestrado, pp. 293-294.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Braga: Edições Vercial, 2012.

Dicionários & obras de referência geral

ALVES, José Adalberto Coelho (dir.) – *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Alfragide: LeYa, 2014.

BLUTEAU, Raphael (dir.) – *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1721.

BLUTEAU, Raphael (dir.) – *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Vol. I. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

COVARRUBIAS Y OROZCO, Sebastián de (dir.) – *Tesoro de la lengua castellana, o española*. Madrid: Luis Sanchez, 1611.

Diccionario de la lengua española. 5ª ed. Real Academia Española. Madrid: Imprenta Real, 1817.

Diccionario de la lengua española. 12ª ed. Real Academia Española. Madrid: Imprenta de D. Gregorio Hernando, 1884.

Diccionario de la lengua española [Em linha]. 22ª ed. Madrid: Real Academia Española, 2001. [Consultado a 20 Outubro 2020]. Disponível em <https://www.rae.es/drae2001/>.

Diccionario de la lengua española [Em linha]. 24ª ed. Real. Madrid: Real Academia Española, 2009. [Consultado a 20 Outubro 2020]. Disponível em <https://dle.rae.es/>.

FARIA, Eduardo Augusto de (dir.) – *Novo dicionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia lisbonense, 1849.

FIGUEIREDO, Cândido de (dir.) – *Nôvo Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

LEGUINA, Enrique de (dir.) – *Glosario de voces de armería*. Madrid: Librería de Felipe Rodríguez, 1912.

LÍBANO ZUMALACÁRREGUI, Angeles; SESMA MUÑOZ, José Ángel – *Léxico del comercio medieval en Aragón (siglo XV)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1982.

SILVA, Antonio de Moraes; VELHO, Theotonio José de Oliveira (dir.) – *Diccionario da Língua Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

VITERBO, Joaquim Santa Rosa de – *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram*. Vol. 2. Lisboa: Typographia Regia Silviana, 1798.

Estudos

AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

ARAÚJO, Inês Meira – *As Tapeçarias de Pastrana – Uma Iconografia da Guerra*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado.

BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, António J. Cardoso – “A Terra e o Castelo – Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”. *Portugália. Nova Série* 6 (1985), pp. 35-126.

BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coords.) – *Pera Guerrejar – Armamento Medieval no Espaço Português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 37-76.

BLAIR, Claude – *European Armour: circa 1066 to 1700*. 2^a ed. London: B. T. Batsford Ltd., 1972.

BOCCIA, Lionello Giorgio – *L'armeria del Museo Civico Medievale di Bologna*. Busto Arsizio: Bramante Editrice, 1991.

CANDEIAS, António; *et al.* (2014) – “Contributo das Ciências para a Caracterização Material e Tecnológica do Foral Manuelino de Cascais”. In HENRIQUES, João Miguel (coord.) – *500 Anos do Foral Manuelino de Cascais:1514-2014*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2014, pp. 152-185.

CAPWELL, Tobias – *Arms and Armour of the Medieval Joust*. Leeds: Royal Armouries Museum, 2018.

CARVALHAL, Hélder; SÁ, Isabel dos Guimarães – “The world of constable D. Afonso (c. 1480-1504): glimpses of Portuguese dynastic politics, noble household and material culture”. *Portuguese Studies Review* 21/1 (2013), pp. 153-171.

CARVALHAL, Hélder; SÁ, Isabel dos Guimarães – “Knightly Masculinity, Court Games and Material Culture in Late-medieval Portugal: The Case of Constable Afonso (c.1480–1504)”. *Gender & History* 28/2 (2016), pp. 387-400.

CONCEIÇÃO, Cristina; VENTURA, João – “Visitações da Ordem de Santiago a Sesimbra (1488-1492)”. *Akra Barbarion* 4 (2020), pp. 51-65.

CORAZZI, David – *Armaria*. Bibliotheca do Povo e das Escolas, n. 102. Rio de Janeiro: Imprensa Horas Românticas, 1885.

DIAS, Diogo José Teixeira – *As Cortes de Coimbra e Évora de 1472-73 - Subsídios para o estudo da política parlamentar portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Dissertação de Mestrado.

DOWEN, Keith – “The Introduction and Development of Plate Armour in Medieval Western Europe c. 1250-1350”. *Fasciculi Archaeologiae Historicae* XXX (2017), pp. 19-28.

DORNELAS, Afonso de – “A Tapeçaria da Ocupação de Tanger”. *Elucidário nobiliarchico* I/ 4 (1928), pp. 128-132.

FERREIRA, Sérgio – *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: Universidade do Porto, 2007. Dissertação de Mestrado.

FIGUEIREDO, José de – *O Pintor Nuno Gonçalves*. Lisboa: Typ. do Anuário Commercial, 1910.

GLINIANOWICZ, Marcin – “The Brigandine From The Polish Army Museum In Warsaw – Some Thoughts About Its Provenance And Chronology”. In MAREK, Lech

(ed.) – *Weapons bring peace? Warfare in medieval and early modern Europe*. Wrocław: Wratislavia antiqua, 2013, pp. 157-170.

GOLL, Matthias – *Iron Documents: Interdisciplinary studies on the technology of late medieval European plate armour production between 1350 and 1500*. Heidelberg: Universitätsbibliothek Heidelberg, 2013. Tese de Doutoramento.

HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*. T. 6. Lisboa: Viúva Bertrand & C.^ª, Sucessores Carvalho e C.^ª, 1884.

IBARRA, Miguel Ángel de Bunes; et al. – *The Invention of Glory: Afonso V and the Pastrana Tapestries*. Madrid: Fundacion Carlos De Amberes, 2011.

LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates: The Evolution of Cloth-covered Armour, 1250-1500*. S.l.: Society for Creative Anachronism, 1993.

LA ROCCA, Donald J. – *How to Read European Armor*. New York: Metropolitan Museum of Art, 2017.

MACHADO DE CASTRO, Tiago – “Armas para Ceuta (1420). Contribuição para o estudo do armamento português no início do século XV”. *Cadernos do Arquivo Municipal* 4 (2015), pp. 39-63.

MARQUES, António H. de Oliveira – “A Arte da Guerra”. In MARQUES, António H. R. de Oliveira – *Nova História de Portugal*. Vol. IV. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Dir. António H. de Oliveira e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1987, pp. 335-364.

MARQUES, António H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa – Aspectos do Quotidiano*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

MARTÍNEZ DEL ROMERO, Antonio – “Glosario compuesto de varias palabras cuya explicación es necessária para la intelijencia del Catálogo”. In MARCHESI, Jose Maria (ed.) – *Catálogo de la Real Armería*. Madrid: Aguado, 1849, pp. 200-300.

MARTINS, Miguel Gomes – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”. *Cadernos do Arquivo Municipal* 3 (1999), pp. 10-60.

MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra em Portugal: 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

MENDONZA ABREU, Josefa Maria – “Estudio léxico de un documento medieval castellano ordenamiento de trabajos y precios”. *Philologia hispalensis* 4/2 (1989), pp. 523-537.

MOFFETT, Randall – “Military Equipment in Fourteenth to Fifteenth Century Southampton”. In BELL, Adrian; CURRY, Anne (eds.) – *Soldiers, Weapons and Armies in the Fifteenth Century*. Suffolk: Boydell & Brewer Ltd., 2011, pp. 167-200.

MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Média*. Viseu: Palimage Editores, 2001.

NABO, Olímpia de Jesus de Bastos Mourato – *Educação e Difusão da Ciência em Portugal: A “bibliotheca do povo e das escolas” no contexto das edições populares do século XIX*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre/Escola Superior de Educação de Portalegre, 2012. Dissertação de Mestrado.

PRICE, Brian R. – *Techniques of Medieval Armour Reproduction*. Boulder: Paladin Press, 2000.

REED, Susan D. – *15th Century Men’s Doublets: An Overview* [Em linha]. 27 de Julho de 2004. [Consultado a 20 Outubro de 2020]. Disponível em <http://www.nachtanz.org/SReed/doublets.html>.

RIQUER, Martí de – *L’Arnès del Cavaller*. Barcelona: La Magrana, 2011.

SANTOS, Maria Alice Pereira – *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa: Universidade Aberta, 2015. Tese de Doutoramento.

SCALINI, Mario – “Corazzine e bacinetti dalla Rocca di Campiglia”. In BIANCHI, Giovanna (ed.) – *Campiglia. Un castello e il suo territorio*. Firenze: All’Insegna del Giglio s.a.s., 2003, pp. 382–396.

SERRÃO, Vítor – “Os Painéis de São Vicente e a ambiência da pintura quatrocentista”. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Presença, 2002, pp. 279-285.

SIMÕES, José de Oliveira – *As Armas nos Lusíadas*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

SOUSA, Élvio Duarte Martins – *Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001. Tese de Doutoramento.

THORDEMAN, Bengt – *Armour from the Battle of Wisby, 1361*. Wheaton: The Chivalry Bookshelf, 2001.

VIGNOLA, Marco – “Armamenti corazzati e archeologia: spunti per uno studio interdisciplinare. Il caso dell’Italia e dei contesti friulani”. *Quaderni Cividalesi* 30 (2008), pp. 136-161.

VIGNOLA, Marco – *Armature e armorari nella Milano medievale: storia di famiglie, signa, magli e acciaio*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2017.

VISCOUNT DILLON; HOPE, William St. John – “Inventory of the Goods and Chattels belonging to Thomas, Duke of Gloucester, and Seized in his Castle at Pleshy, Co. Essex, 21 Richard II. (1397); with their Values, as shown in the Escheator’s Accounts”. *The Archaeological Journal* 54 (1897), pp. 275-308.

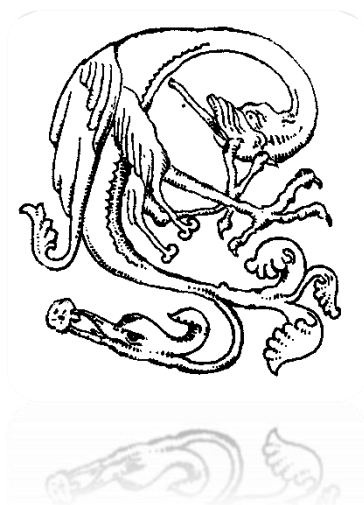
VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *Artes e Artistas em Portugal*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1892.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *A armaria em Portugal: noticia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907.

WILLIAMS, Alan – *The Knight and the Blast Furnace: A History of the Metallurgy of Armour in the Middle Ages & the Early Modern Period*. Leiden: Brill, 2003.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

OLIVEIRA, António Conduto – “‘Uma peça muito preciosa de significado ainda desconhecido’: Decifrar o termo gibanete”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 317-350. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

RECENSÕES

BOOK REVIEWS



Recensão / Review:
TORRES PRIETO, Susana – *Los Antiguos Eslavos*. Madrid:
Editorial Sintesis, 2020 (213 pp.).

Paulo Catarino Lopes

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

peclopes@gmail.com

paulo.lopes@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-8543-1111>

Data recepção do artigo / Received for publication: 15 de Dezembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5167>



Escrita para o público em geral, mas dotada do necessário rigor académico, a obra objeto desta recensão vem preencher uma lacuna antiga e profunda na historiografia ibérica – e não apenas espanhola, apesar de ser para este espaço que se dirige em primeiro lugar –, em boa parte resultante da pouca repercussão que tiveram os estudos sobre o mundo eslavo no mundo académico em geral. Neste sentido, *Los Antiguos Eslavos* representa desde logo um excelente e muito bem-vindo contributo para todos os interessados (especialistas ou não) desta temática, quer no âmbito da historiografia, sobretudo medieval, quer ao nível dos estudos literários e da própria linguística histórica. O título, aliás, não podia ser mais directo e esclarecedor.

Amadurecido por cerca de duas décadas de reflexão e assumindo uma importante feição didáctica, o texto de Susana Torres Prieto permite um acesso inteligente, fundamentado e muito pertinente – dada a ponte que estabelece com todo um conjunto de problemas de primeira actualidade, cujos exemplos maiores e mais recente são os protagonizados pela Polónia vs Bielorrússia e Ucrânia vs Rússia – ao mundo dos eslavos, uma ramificação étnica e linguística de povos indo-europeus, no complexo período em que chegaram à Europa, ou seja, em torno da aurora do século VI.

Na essência, este texto procura responder a uma pergunta central: quem eram os antigos eslavos? Partindo desta interrogação fundadora e do facto de a história mais antiga deste povo ser desconhecida, a autora opera uma longa “viagem” na qual explica de maneira global o passado de grande parte do leste da Europa, ao mesmo tempo que constrói uma esclarecedora e sólida introdução aos primórdios da cultura e civilização eslavas nas suas diversas dimensões. Noutra vertente ainda, o texto visa dar a conhecer em que medida os eslavos – que, linguisticamente falando, são hoje o povo mais numeroso da União Europeia – contribuíram para a formação da Europa na Idade Média.

Susana Torres Prieto, centra, pois, a sua atenção na análise da época que designa de *comunidade* – antes, portanto, do surgimento das modernas nações eslavas. Trata-se do tempo em que foram um único povo e falavam uma mesma língua, ou seja, dos séculos de formação e ruptura entre os grupos eslavos e que conduziram à formação do quadro geopolítico actual.

Debatendo-se ao longo de todo o livro com o conceito de eslavo, sobretudo, como definidor de uma filiação linguística, a autora analisa permanências e rupturas entre o presente e esta Primeira Idade eslava, sobretudo por via linguística, destacando a existência de três grandes áreas de influência geopolítica, religiosa e cultural: a central, a balcânica e a oriental. E transmitindo sempre ao leitor as teorias mais relevantes, que nas últimas décadas têm concentrado os debates no meio académico.

O livro está cuidadosamente estruturado em sete capítulos temáticos, subdivididos em diversos subcapítulos, dada a extensão e complexidade do tema. No final, apresenta uma criteriosa selecção de fontes representativas destes séculos iniciais do mundo eslavo – algumas das quais traduzidas pela primeira vez para o espanhol, de que é bom exemplo o tratado sobre as letras eslavas –, bem como uma cronologia, que ilustra bem na diacronia o percurso debatido ao longo de todo o texto. Encerra em definitivo com uma bibliografia especializada, de referência, que fornece um muito proveitoso enquadramento teórico ao problema em análise e onde a autora evidencia o diálogo que estabelece com outras historiografias.

Os sete capítulos são precedidos de uma breve introdução centrada na questão da “Europa reunificada” e onde é apresentado o objectivo do livro: colocar em evidência o que unia os eslavos durante a sua época de comunidade e, até certo ponto, enquanto rica herança cultural, relaciona todas as modernas nações eslavas. Além de resumir aqui o que cada parte contém, a autora explica a divisão do mundo eslavo dentro da geografia europeia e as razões para tal: primeiro as causas político-militares com a chegada dos magiares e depois com o império Otomano, o Sacro Império Romano-Germânico e o império Russo; depois, as causas religiosas com a divisão entre cristianismo latino e cristianismo ortodoxo. Fica ainda explanada na

Introdução a fundamentação heurística da investigação, assim como a metodologia seguida no desenvolvimento da obra, com particular destaque para o esforço interdisciplinar na explicação dos fenómenos evocados. Uma opção que enriquece o texto e abre caminho para novas leituras e pistas de investigação.

Na primeira parte, dedicada à chegada dos eslavos à Europa, a autora destaca a importância de um tempo e espaço específicos, bem como as divisões sucessivas que se seguiram a essa chegada, com especial repercussão ao nível da língua, da distribuição geográfica e da religião.

Ao não terem escrita, os testemunhos disponíveis acerca desses eslavos antigos são os dos povos com quem entraram em contacto, desde os cronistas bizantinos aos bispos alemães. A autora realça ainda a existência de testemunhos arqueológicos que ajudam a ter uma ideia próxima de como era a vida de comunidade deste povo indo-europeu.

A dificuldade em estudar os eslavos antigos passa também pelo facto de que estes fogem à forma canónica de dividir o tempo no Ocidente: Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Idade Moderna e mundo Contemporâneo. Ora, os eslavos não conheceram a Antiguidade, pelo que não lhes é possível atribuir uma “Idade Média”. Não estiveram no “meio” de nada e, conseqüentemente, não experienciaram tão pouco um “Renascimento”. As mudanças aconteceram de forma gradual e não foram claramente perceptíveis, em particular para os próprios.

Por isso, este volume centra-se no progressivo processo de atomização que tem lugar no período que vai do aparecimento dos primeiros eslavos na Europa, época em que eram uma entidade cultural e linguística homogénea, até ao momento em que sofreram as suas próprias invasões “bárbaras” vindas do Leste, passando pela aparição de permeio dos incipientes estados eslavos. Ao não serem uma entidade política homogénea, como aconteceu com Roma, não é possível estabelecer um ponto final preciso, pois as cronologias variam consoante as zonas. Assim, a autora afirma que a Idade Antiga eslava termina com a chegada dos magiares, mas também

dos mongóis ou dos otomanos. No final deste capítulo, a autora sublinha ainda a divisão das igrejas ortodoxas em três grandes famílias.

A segunda parte aborda o tópico das fontes historiográficas e dos testemunhos arqueológicos. Este capítulo divide-se em seis subcapítulos, designadamente: quem são os eslavos?; evidências linguísticas; fontes historiográficas não eslavas (fontes romanas e bizantinas, fontes francas e carolíngias, testemunhos do clero alemão, relatos de viajantes árabes); fontes historiográficas eslavas (ou seja, após estes acederem à escrita); evidências arqueológicas (cultura material, enterramentos) e, finalmente, dados etnográficos (família e comunidade – a autora explora neste ponto o papel da mulher, as práticas quotidianas, sobretudo em termos da funcionalidade da língua, o papel das crenças pagãs e do folclore daí decorrente).

Em suma, Susana Torres Prieto destaca quatro tipos de fontes disponíveis para estudar os eslavos antigos: linguísticas, historiográficas, arqueológicas e etnográficas. Na sequência, explora cada uma delas tendo em vista as suas potencialidades e limitações, com particular incidência no primeiro tipo – reflecte sobre a evolução, rumo e distribuição geográfica das línguas eslavas, isto é, sobre a forma como se desagregaram do núcleo comum inicial e deram origem às doze línguas eslavas actuais (como se foram separando e diferenciando, ainda que mantendo uma grande similitude, verificável hoje em dia). De realçar ainda a reflexão que opera sobre a forma como a cultura oral e a cultura escrita (primeiro com o alfabeto glagolítico, depois com o cirílico) contribuíram para a evolução – leia-se inovação, variação, ou, ao invés, maior conservação –, mais lenta ou mais acelerada, da língua eslava. Mas também o explicitar da relação decisiva e fundadora da evolução e fixação da língua eslava com a missão evangelizadora dos irmãos Cirilo e Metódio (862-863).

A terceira parte, com sete subcapítulos, aborda o tema dos primeiros estados eslavos, com particular atenção para a relação entre os ávaros e os eslavos, a Confederação de Samos, a Grande Morávia, os eslavos dos Balcãs ocidentais, o primeiro império búlgaro e os enclaves comerciais dos rus’.

A autora traça aqui um percurso histórico pelos primeiros estados, ou Proto estados, que os eslavos antigos estabeleceram, quer a Ocidente quer a Oriente. Destaca como o processo de fundação dos primeiros estados eslavos acompanhou a crise e o esgotamento do império bizantino. Realça igualmente como o contacto directo com outros estados, tanto ocidentais como orientais, conduziu os eslavos a formular formas de governo e expansão copiadas em parte dos seus vizinhos. Dá como exemplos maiores os búlgaros, a Ocidente, e o estado de Rus' de Kiev – cuja origem é escandinava e não eslava – na parte oriental, que tantos conflitos alimenta entre as modernas Ucrânia e Rússia.

Na quarta parte, que visa compreender o complexo processo de cristianização dos eslavos antigos, a autora começa por reflectir sobre o paganismo eslavo, destacando a dificuldade do tema dada a escassez e parcialidade de grande parte das fontes. Efectivamente, a falta de evidências arqueológicas em relação a santuários, o facto de não existir na literatura eslava nem uma teogonia nem textos semelhantes às sagas ou *eddas* escandinavas, nem tão pouco descrições de cultos e das funções, torna muito difícil a tarefa de tentar decifrar a consciência e a vida religiosa dos eslavos antes da sua cristianização. Os dados para um suposto paganismo, enquanto religião estruturada, organizada e socialmente relevante, que não tinha como principal divindade o Deus cristão ou que não era monoteísta, simplesmente não têm a solidez necessária do ponto de vista científico.

Em seguida, a autora analisa a relevância do processo de cristianização na constituição da escrita eslava – primeiro, através do alfabeto glagolítico, que teria tomado como base as letras manuscritas minúsculas do grego bizantino, depois com o alfabeto cirílico – e na sua posterior utilização de forma sistemática.

Ainda nesta quarta parte, a autora demonstra como a cristianização dos eslavos se produziu num momento-chave na formulação do que era e irá ser a Europa antes do fim do primeiro milénio: as tensões entre Roma e Constantinopla acerca da definição do próprio cristianismo. Revela igualmente como o processo de adopção do cristianismo como religião oficial dos emergentes estados eslavos esteve intimamente ligado à missão que empreenderam os irmãos Constantino-Cirilo e

Metódio, enviados do patriarca de Constantinopla, Fócio I, pelas terras da Grande Morávia e as consequências profundas e largas no tempo daí decorrentes. Sucedem-se abordagens à cristianização dos eslavos orientais e da Polónia, e uma reflexão aprofundada sobre a presença do cristianismo no mundo eslavo, descrevendo de forma sumária algumas das principais diferenças entre o cristianismo latino e o cristianismo eslavo ortodoxo, tendo em conta os tópicos da liturgia, teologia, monaquismo, imagens e das relações Igreja-Estado.

Termina este longo capítulo examinando as seitas e heresias religiosas de alguma forma associadas ao mundo ortodoxo (os casos do bogomilismo e do hesicismo, movimentos que floresceram nas Igrejas ortodoxas eslavas, mas também o movimento hussita), e destacando que a conversão dos eslavos está ligada não apenas a motivos religiosos, mas também a motivos e circunstâncias políticas e sociais.

De salientar, ainda nesta quarta parte, os esclarecimentos que efectua acerca da relevância dos ícones, um elemento fundamental para compressão do mundo eslavo e da religião ortodoxa. Estes não são uma “representação” artística, mas objectos de veneração, constituindo por isso uma porta para a contemplação. Isto sem deixar de reflectir sobre a importância da controvérsia iconoclasta para a afirmação dos ícones na igreja ortodoxa.

Merecedor de destaque é também o facto de, mais uma vez atribuindo grande atenção à questão linguística, a autora sublinhar que a língua eslava foi uma das poucas que não foi sepultada por uma língua imperial, o que fez com que os idiomas eslavos sejam o grupo linguístico mais numeroso da Europa moderna.

A quinta parte é dedicada ao surgimento das novas nações e dos novos credos, a saber, a Polónia, Boémia, Croácia, Sérvia, Bulgária, Rus’ de Kiev e Novgorod. A autora evidencia como o fenómeno da cristianização, enquanto acção política, acelera ou força, consoante a perspectiva, a consolidação de certos estados que são reconhecíveis hoje, ainda que com as necessárias ressalvas. Por outro lado, alguns destes estados começaram a desenvolver uma política interna de organização e uma

política exterior de alianças com outras nações europeias, o que lhes confere uma identidade nacional ainda hoje facilmente reconhecível, embora, naturalmente, as fronteiras antigas difiram das modernas, como é o caso da Bulgária, Sérvia, Polónia, Croácia e Rus' de Kiev. Chama igualmente a atenção para a originalidade política, o florescimento económico e a superlativa criação artística e cultural de alguns destes estados, de que é bom o caso da república de Novgorod.

A sexta parte foca-se no exame específico das línguas e culturas eslavas, com particular atenção para o património linguístico e cultural das mesmas, a relação entre línguas e alfabetos, a escrita e a literatura (com realce para os conceitos *Slavia Latina* e *Slavia Orthodoxa*, criados pelo linguista italiano Riccardo Picchio), a herança oral, o movimento do pan-eslavismo e respectivo contexto histórico, e, mais uma vez, a centralidade dos ícones.

Por último, na sétima parte, Susana Torres Prieto conclui o seu estudo, fazendo sobressair que a época de consolidação dos novos reinos eslavos foi abruptamente interrompida pelas invasões orientais dos mongóis e dos turcos otomanos, que vão novamente reorganizar o mapa da Europa, e, a Ocidente, pela hegemonia do império austríaco dos Habsburgo. Segundo a investigadora, quase todos os estados que se criaram ao longo dos primeiros séculos de implantação eslava na Europa, e que se organizaram de maneira mais ou menos coerente, vão ser liquidados ou transformados pelo surgir destes impérios. Esta é a fronteira temporal do livro, pois, a partir daqui nada será como antes. A Idade Antiga eslava, ou Primeira Idade, havia chegado ao fim.

Noutra vertente, apesar de todas as dúvidas de carácter científico e sem cair na generalização, apresenta algumas das características dos eslavos antigos que considera nucleares na definição civilizacional dos mesmos, nomeadamente o não terem dado importância maior ao facto de as suas elites políticas serem de outros povos, fossem búlgaros ou escandinavos. Numa manifestação de aculturação das elites pela população dominada raramente vista na história da humanidade, todos aqueles que vieram acabaram por falar a sua língua.

Em síntese, primando pela originalidade, *Los Antiguos Eslavos* é um livro erudito, mas muito acessível à leitura. Um texto que tenta explicar muito bem o que sabemos e o que não podemos chegar a saber, transmitindo de permeio a ideia de que o mundo eslavo está muito mais perto de nós do que parece, e de que partilhamos imensa história ainda que hajam passado séculos de silêncio e de incomunicação. Um instrumento apropriado, porque estabelece pontes directas entre o passado medieval e a actualidade, para compreender os problemas que ainda hoje têm lugar nesta parte da Europa. Através de uma escrita fluida e de uma argumentação muito bem articulada e fundamentada, esta é, enfim, uma obra que tenta fazer justiça a uma parte da Europa fascinante, mas que continua a ser desconhecida.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

LOPES, Paulo Catarino – “TORRES PRIETO, Susana – *Los Antiguos Eslavos*. Madrid: Editorial Sintesis, 2020 (213 pp.)”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 353-361. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Recensão / Review:
WHITAKER, Cord J. – *Black Metaphors. How Modern Racism Emerged from Medieval Race-Thinking.*
Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019
(247 pp.)

Cynthia Maciel Regalado

Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Filosofía y Letras
Colegio de Historia
04510 Ciudad de México, México

cynthiamaciel@filos.unam.mx

<https://orcid.org/0000-0001-8508-5709>

Data recepção do artigo / Received for publication: 26 de Julho de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5169>



Cord J. Whitaker es profesor asociado de Letras Inglesas en el Wellesley College. Entre los cursos que ha dictado se encuentran: “Romance medieval y políticas de la raza”, “Chaucer” y “¿Qué es la diferencia racial?”. Ha sido publicado por el *Journal of English and Germanic Philology*, el *Yearbook of Langland Studies*, así como colaborado en el *Open Access Companion to the Canterbury Tales*. Es miembro de la Medieval Academy of America, de la Modern Language Association y del comité de Medievalists of Color. Actualmente prepara su siguiente estudio cuyo probable título es *The Harlem Middle Ages: Color, Time, and Harlem Renaissance Medievalism*.

A fines de 2019 se publicó este libro que está constituido por una extensa introducción conceptual, seguida de seis capítulos en los que aborda diversos documentos literarios de la Edad Media y algunos más, modernos. Se empeña en configurar el escenario histórico-textual que le permite desarrollar sus hipótesis en torno a la idea medieval de raza y su continuidad en la idea moderna de raza. Los filamentos analíticos son enlazados en el bloque de conclusiones, seguidos de notas y referencias documentales y bibliográficas. Su aporte fundamental es el diálogo interdisciplinario que anima entre Estudios Culturales, Filología, Estudios Literarios, Historia de la Edad Media, Antropología y *Critical Race Theory*, entre los principales campos.

La génesis del concepto “raza” ha sido tradicionalmente ligada a la Modernidad. En este sugerente estudio, Whitaker buscó demostrar de qué manera la raza es una intersección conceptual que se establece en el espejismo de la blanquitud/negritud en la Edad Media, y cuyas raíces deben ser rastreadas hasta la Antigüedad.

La metáfora es el recurso más notable para comprender el interjuego de dichas nociones, sin embargo, no se trata del único mecanismo que permitió configurar su rebote. La “filología reluciente”, la interdependencia de la realidad material, la interpretación y la imaginación son los pivotes a partir de los cuales el contraste de lo negro y lo blanco, junto a sus implicaciones morales-espirituales, se configuran en

el imaginario colectivo medieval inglés con sus repercusiones adaptadas a los tiempos modernos.

Whitaker, en una presentación que inicia en reversa, nos sitúa temáticamente al ejemplificar el vaciamiento del contraste blanco-negro en el actual escenario norteamericano; y a partir de ahí, nos guía en un recorrido del presente al pasado para ofrecer las herramientas metodológicas y conceptuales que ha tejido a fin de alcanzar el objetivo central de su análisis: “investigar la relación entre la idea de negritud y la noción de pecado en la literatura y cultura de la Edad Media inglesa, con influencia de textos continentales”.

Resulta primordial partir de la asunción del “no marcaje” actual de la blanquitud como espejismo para entender por qué se constituye en visibilidad e invisibilidad simultánea la semantización asociada a la negritud. ¿Para quién son visibles y para quién permanecen invisibles los efectos sociales ligados a la interpretación sobre la gente de color? Hay que tejer puentes entre los espejismos visuales y, su extensión lingüística, los retóricos para comprender la carga de los términos y la polisemia que de ellos derivó. Sin embargo, el autor se cuida de plantear una dicotomía estable o estática; reconoce que “lo negro, con frecuencia y paradójicamente, llama a lo blanco, la condena llama a la redención, como el presente al pasado”, de ahí que realizar un recorrido textual permite percibir la multivocidad asociada a las categorías blanco y negro en la Edad Media.

La distorsión de la diferencia se consuma cuando una comparación de carácter visual se convierte en algo inevitable que se activa, en lo sucesivo y casi petrificado, como poder simbólico y con potencial de aplicabilidad universal. Para captar la intersección, se sirve del *King of Tars* y *The Three Kings of Cologne*, textos que presentan “las ansiedades medievales sobre el color de la piel”. Junto a ellos, el *Parzival*, en su adaptación al alto alemán del siglo XIII, es ejemplo del modo simultáneo de ser negro y blanco y la manera en “que trataban la diferencia religiosa, geográfica y cultural al destilarla en marcadores somáticos”. La raza medieval es diferente de la moderna porque aquélla implica cultura y costumbres, una variedad

de factores somáticos diferenciadores, y no únicamente biología o fenotipo, consideraciones “científicas” de los siglos XVIII y XIX.

La negritud funciona como metáfora molesta que significa “mismidad y otredad, pureza y pecado, salvación y condenación” simultáneamente. Whitaker se sirve del ejemplo de Alisoun en *The Miller's Tale* de Chaucer, la cual expresaría en sí misma la mezcla de negritud y blanquitud, al ser el instrumento y medida por los que las cosas *están y son definidas*, glosándose mutuamente. Herramientas epistémicas que, en consonancia, producen sentido y significado: un aspecto sólo resalta en el contraste de su opuesto, especialmente si ambos se conjugan en el mismo ser. Este *exemplum* sirve para evidenciar de qué modo en la Modernidad la blanquitud aparece como autorreferencial, como un “no marcaje”, la normativa cristiana blanca; mientras que la negritud quedará relegada como “diferencia aberrante” de la primera.

Por el contrario, en la Edad Media la metáfora negra resulta central para entregar la lección del texto didáctico al lector blanco cristiano: identificarse con la figura negra por los signos inherentes en sí del pecado, esto es, aceptar ser negro espiritualmente. El objetivo era promover el mejoramiento ético y moral porque la mácula no desaparecería, en cuanto marcador ontológico. De esto se deriva que esa metáfora haya sido el eje de *The Three Kings of Cologne*, en el que se versiona en inglés la *Historia Trium Regum* de John de Hildesheim de mediados del siglo XIV. La tradición de un mago negro fue muy inestable, no siempre fue Baltasar, el etíope. Whitaker enfatiza que la existencia de un mago negro “desafía las perdurables asociaciones de negritud con pecado, muerte y no Cristiandad”, además de que coloca a Gaspar como el negro, revirando la reflexión de negritud hacia el lector blanco, en un recordatorio de lo global de la Cristiandad. Este caso despliega la conflictiva y complicada nivelación al interior de la metáfora, al jugarse en términos de competencia entre nestorianismo, herejía, lo persa y la Cristiandad ortodoxa latina. El autor explica cómo una de las versiones del *The Three Kings of Cologne*, el Ms R10CV, barre todas las diferencias y matices, al colocar la diada “cristianos-hereses” como el eje de tensión, y de ese modo anticipa la evolución que tendrá el concepto de raza para la Modernidad que se fija y estatiza.

En el capítulo quinto, el más polémico de todo el libro, el autor vincula temáticamente los trabajos de Juliana de Norwich, Hegel y Du Bois para abordar la interdependencia en la política del reconocimiento de la dinámica Señor y siervo. En él, se propone que el “brillo” de los espejismos – visual, filológico o retórico – “es intrínseco a la relación entre contrarios interdependientes como sensación y razón, siervo y señor o negro y blanco”. El *quid* de su análisis descansa en la distinción entre lo contrario y lo contradictorio, donde la primacía se sitúa en el primero. La mutua interdependencia no siempre resulta obvia, la trampa se activa cuando cada término pareciera constituirse en entidad independiente y autorreferencial. Se debate la tensión entre salvación y condenación, tal como fue expuesta por Juliana de Norwich, y como resultado de la contrariedad dialéctica entre el amor divino y el pecado-castigo. De suerte que los contrarios son nociones completamente relacionales, desplegadas en una aparente relación de oposición. Se propone la unidad de los contrarios en su identificación como similitud. En la parábola que Juliana desarrolla, el Señor y el siervo son “dobles”, fantasmales en sí y sin semejanza corporal. Se inclina por la similitud de la diferencia entre el Señor y el siervo, mientras que los autores modernos se recargan en la lucha de los opuestos: para Hegel la unificación es algo más difícil de alcanzar y para Du Bois será una “fantasía utópica” que, sin embargo, hay que seguir buscando.

La última parte del texto recurre a otros dispositivos retóricos, primordialmente el entimema, para a la postre abordar *El Libro de los viajes* del ficticio John de Mandeville. La potencia del entimema descansa en su capacidad para “persuadir a fin de crear y mantener las opiniones”, lo que nos aproxima a la categoría sociológica moderna de “sesgo de confirmación”. Su efectividad está dada por un planteamiento de lógica proposicional, que oscurece, omite o manipula una de las premisas, dando por resultado una conclusión que sólo puede ser falacia, aunque parezca cierta. El juicio entimemático nos lleva a “la aplicabilidad universal” mencionada: de unas conclusiones sobre sujetos particulares se desgaja una lectura generalizante de aquéllos que compartan un rasgo o marcador identitario, léase aquí el color de piel. El entimema alcanza toda su potencia simbólica una vez que una autoridad se pronuncia favorablemente a sus conclusiones: “lo que importa es lo que los poderosos creen” porque eso habrá de ser reproducido en cascada.

Para desarticular el entimema racial la manera más efectiva es demostrar que no existe la evidencia que se supone soporta la premisa. No hay hecho si no existe evidencia que lo pruebe, habrá de desterrarse el uso de ejemplos pasados y probabilidades para desmontar el efecto que anima, tal como la epidíctica despliega. Todo este andamiaje conceptual, que nos llevó hasta Aristóteles, le sirve a Whitaker para plantear cómo es que desde el siglo II se organizó una lógica entimemática que vinculaba la negritud y la inmoralidad aparejada a su manifiesta “pasión sexual”. “Si se es negro entonces se es inmoral”, de ahí deriva otra serie de caracterizaciones devaluatorias y deterministas sobre la piel negra.

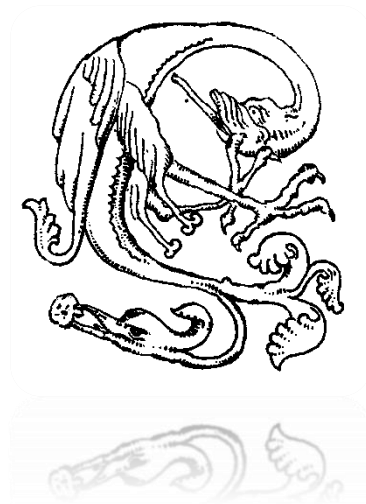
Los primeros textos analizados permiten ver las excepciones, los ejemplos contrarios que preservan el brillo del espejismo blanco-negro; sin embargo, con Mandeville atendemos a la disolución del mecanismo que activaba el reflejo, y con él la posible refutación de la conclusión entimemática.

Los *Viajes*, con casi trescientos manuscritos conservados, se erigió en libro de cabecera de los exploradores del siglo XV. Coloca en perspectiva los diversos temas vinculados a la noción de raza imperial (determinismo geográfico, climático, contrariedades clásica y medieval, colonización europea), y se activa como autoridad entimemática sobre las “razas monstruosas del mundo”. Pretende presentar contraevidencias, como evidencias, para sustentar un juicio entimemático sobre la monstruosidad ontológica de las razas descritas, exaltando lo irracional de su norma no cristiana europea. Se producen símiles ridículos que enfatizan la deficiencia moral de la diferencia aberrante de estos seres que encarnan la negritud ya despojada de su espejeo con la blanquitud.

Whitaker logra mostrar la forjación de juicios raciales a través de lo que se oscurece, diluye y omite de suerte que prueba que los “juicios raciales no son naturales ni necesarios”, al tiempo que la manipulación que ponen en marcha puede ser usada con la misma facilidad “para dismantelar la ideología racial tal como ha sido usada para construirla”.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MACIEL REGALADO, Cynthia – “WHITAKER, Cord J. – *Black Metaphors. How Modern Racism Emerged from Medieval Race-Thinking*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019 (247 pp.)”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 363-369. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

APRESENTAÇÃO DE TESES

DISSEMINATION OF ACADEMIC THESIS



A Guerra cristã na formação de Portugal, 1128-1249. Tese de doutoramento em História, especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Julho de 2021. Orientação da Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade e do Professor Doutor Miguel Gomes Martins

Carlos Filipe Afonso

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

cfafonso75@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6575-3300>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Setembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5182>



No panorama português, se por um lado, existem já muitos estudos setoriais de vulto sobre temas relacionados com a guerra no tempo da Reconquista, por outro lado, os que observam o objeto de um modo panorâmico ou, se quisermos, multifacetado, são ainda escassos e incidem, sobretudo, em cronologias posteriores. Interessava, por isso, perceber o comportamento dos fatores militares na cronologia que estudámos. Um outro ponto de ancoragem do presente trabalho, que estamos em crer que lhe empresta carácter inovador, é a aplicação de novos métodos de estudo, ou pelo menos métodos pouco usuais, que resultaram quer na obtenção de dados novos, quer na confirmação de dados conhecidos, embora por outras vias.

O objeto de estudo, definido desde o primeiro momento, foram as operações militares terrestres conduzidas pelo poder régio ou em apoio direto desse poder. Seguidamente, interessava proceder à definição do âmbito do trabalho, tendo-se escolhido, como delimitação temporal, a cronologia simbólica de 1128-1249, entre o início do governo de D. Afonso Henriques e o final da Reconquista portuguesa, com a tomada de Faro por D. Afonso III, admitindo, naturalmente, o recuo a cronologias anteriores ou o avanço a posteriores, sempre que tal se revelasse útil para a caracterização do objeto. Espacialmente, considerou-se o alcance do braço militar régio, que compreendeu, de um modo geral no período escolhido, toda a faixa do terço ocidental da Península Ibérica.

O objetivo, convertido em questão central, foi explicar o significado e extensão da organização militar da sociedade cristã no ocidente ibérico nos séculos XII e XIII, algo que – sabíamos à partida – só seria compatível com uma tese panorâmica¹. Por conseguinte, seccionámos o problema, direcionando-nos para a procura de respostas a um conjunto de questões derivadas, cujas principais se apresentam. Em que medida o meio físico interferia na prática da guerra? Quais eram e qual o papel militar dos diferentes contingentes guerreiros? Qual o valor estratégico das

¹ Onde a visão de conjunto se obtém por um processo em que os aspetos estritamente militares são analisados em íntima conexão com os contextos económico, social, técnico, cultural e mental (MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, p. 20).

fortificações? Que formas de guerra eram as predominantes e porquê? Como se gerava, organizava, sustentava e motivava a força militar?

Para estas e para outras questões que se foram colocando, nem sempre foi possível encontrar respostas objetivas, permanecendo muitas no campo das hipóteses. Apesar disso, o resultado de conjunto permitiu perceber as principais dinâmicas marciais no período estudado.

Um trabalho desta natureza requereu a atenção a dois cuidados permanentes. O primeiro derivou da necessidade de colocar em sistema os principais fatores caracterizadores do objeto. Para isso, foi essencial identificá-los e assegurar que a informação sobre eles fosse suficiente e com um grau de profundidade equivalente, para que se pudessem reconhecer as relações mútuas. Neste âmbito, se por um lado, em relação a uns assuntos, beneficiámos dos atuais avanços historiográficos, por outro lado vimo-nos na necessidade de desenvolver algumas dimensões menos estudadas, como a relação do homem-guerreiro com o território ou as diferentes cavalaria não-nobres que, tradicionalmente, vêm sendo agrupadas sob a designação de cavalaria-vilã, mas que parecem ter sido mais diversas.

O segundo cuidado foi a atenção constante à diacronia, uma vez que o estudo incide sobre um período longo de dinamismo acelerado, com mudanças significativas na dimensão militar. Por conseguinte, só percebendo a sequência dos acontecimentos foi possível identificar relações causa-efeito que resultaram em alterações no panorama militar. Por exemplo, ao longo do tempo observado pudemos constatar um progressivo aumento do protagonismo da cavalaria-vilã na guerra contra o Islão, até finais do século XII, seguido de um declínio muito rápido, em favor de uma centralidade das ordens militares e do reaparecimento da nobreza. Esta perda de importância da cavalaria não-nobre na guerra deverá ter uma relação direta com a diminuição do espaço controlado pelo Islão, o afastamento da fronteira, o encerramento da nobreza em si mesma e a redução acentuada da mobilidade social.

Para além destes dois aspetos centrais, as nossas circunstâncias pessoais e profissionais impuseram limitações à investigação, que tivemos de assumir, *ab initio*. Sabíamos que não iríamos dispor de tempo para efetuar trabalho de arquivo, pelo que recorreremos exclusivamente, embora com uma ou outra exceção, a fontes

impressas. Felizmente pudemos beneficiar de um volume considerável de fontes publicadas, quer narrativas, quer diplomáticas, que nos permitiu obter informação através da aplicação de uma grelha de análise muito fina, norteadas pela busca de resposta a novas questões. Uma outra limitação residiu na incapacidade de ler textos árabes nas versões originais, pelo que o recurso às fontes islâmicas consistiu nas publicadas e traduzidas e, sobretudo, na assunção, *a priori*, de que a análise da guerra seria sob a perspetiva cristã.

Os objetivos traçados levaram-nos a procurar um modelo multidimensional que representasse o compromisso entre o que pretendíamos saber e a informação disponível. Neste campo não estávamos isolados, pois beneficiámos de modelos de análise de outras teses de doutoramento panorâmicas, especialmente de Francisco García Fitz², João Gouveia Monteiro³ e Miguel Gomes Martins⁴, que constituíram as principais referências metodológicas e teóricas do trabalho. Em concreto, no nosso caso partimos de um articulado inicial, desenvolvendo progressivamente uma estrutura que teve expressão direta no índice da tese.

Foi com esta preocupação em mente que entendemos que o ponto de partida devia ser o que sabemos sobre as sociedades e poderes com expressão militar e essa razão conduziu-nos a um primeiro capítulo fundamentalmente assente em estudos historiográficos e no atual estado da arte sobre o assunto. Num segundo capítulo, dedicámo-nos a estudar o ambiente operacional, procurando perceber em que medida os espaços conferiam possibilidades e representavam limitações à prática da guerra. Seguidamente analisámos as condições e os recursos para a atividade guerreira, quer do ponto de vista dos contingentes disponíveis, quer das possibilidades de obtenção e manutenção do potencial militar. Observámos, depois, a fortificação, efetuando uma incursão pela sua dimensão técnica, embora a principal inovação tenha consistido na dimensão estratégica analisada, depois de identificados sete sistemas cronológica e espacialmente coerentes. No quinto capítulo, estudámos o modo de execução da guerra, examinando em primeiro lugar

² GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión e tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998.

³ MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*.

⁴ MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra em Portugal: 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

a relação entre as técnicas guerreiras individuais e o combate coletivo, para posteriormente analisar as formas de guerra que, em conjunto, circunscrevem toda a conflitualidade. Observámos, num último capítulo, dimensões que pela sua especificidade e complementaridade, nos pareceram merecer um tratamento destacado: o treino militar, as isenções e fugas ao serviço, a sustentação logística, a dimensão psicológica e o tratamento dos vencidos.

A diversidade e heterogeneidade do *corpus* de fontes levou a que ponderássemos permanentemente os riscos inerentes à sua utilização. Entre eles, a abundância de certos dados militares nas fontes leonesas e castelhanas, destacando-se os foros de Ribacoa e o conjunto jurídico das *Partidas*, acerca dos quais não é possível perceber profundamente o reflexo em Portugal. Por outro lado, o uso das Inquirições, conjunto especialmente rico no panorama português, também implicou riscos quanto à generalização dos dados obtidos, uma vez que estas incidiram somente sobre uma parte específica do território. Foi igualmente importante manter presente que os textos normativos contemplam quadros e casuísticas que partem da realidade, mas não o são comprovadamente, pelo que o facto de estarmos frequentemente perante preceitos normativos não significa que o preconizado se materializasse realmente. Além disto, tivemos sempre presente o contexto de produção dos textos, na consciência de que omitem boa parte da atividade bélica, conduzida por outros intervenientes que, de um modo geral, não beneficiavam de estatuto social suficiente para nelas figurarem. Foi-nos, portanto, difícil encontrar a guerra dos pequenos efetivos de expressão local, que estamos em crer, era – pelo menos em alguns períodos e em determinadas geografias – a mais frequente. As fontes também são silenciosas sobre realidades que, para o homem medieval, eram banais, mas que seriam absolutamente fundamentais para caracterizar a guerra. São, certamente, razões desta ordem que contribuem para que muito raramente mencionem, por exemplo, o local de reunião de forças militares ou detalhem os equipamentos envergados e utilizados pelos guerreiros.

A obtenção de conhecimento novo dependeu em larga medida da aplicação de métodos de análise e instrumentos auxiliares pouco usuais no estudo da história. Entre os que consideramos inovadores destacamos os estudos no âmbito da climatologia, que conduziram à identificação de correlações entre condições

climatéricas e atmosféricas e a atividade militar. A estes adicionamos os recursos topográficos, que nos possibilitaram estudar a adequação do território às atividades militares. Um outro campo de estudo, a botânica, permitiu-nos deduzir aspetos do coberto vegetal com implicação no movimento das hostes e na defesa de determinadas áreas, bem como nos conduziu a conclusões sobre os ciclos agrícolas e as possibilidades de alimentação de equídeos. Foi igualmente central a área científica da estratégia que, com as devidas distâncias e cuidados em relação à cronologia estudada, nos ajudou a interpretar as opções militares dos protagonistas medievais. Finalmente, o nosso conhecimento prático do universo castrense contemporâneo também foi relevante para determinadas interpretações, importando ressaltar que este recurso foi objeto de um cuidado redobrado na sua utilização, para não incorrer em erros de anacronismo, de leituras forçadas ou de ilusão sincrónica.

Dos resultados obtidos, salientam-se, de imediato, dois contributos genéricos: um primeiro diz respeito a acreditarmos ter acrescentado algo à compreensão do fenómeno da guerra, enquanto atividade humana, de um ponto de vista intemporal. O outro reside na constatação de que, através da interpretação de determinados assuntos bélicos na cronologia estudada, podemos ter facilitado o trabalho a historiadores de outras temáticas que, inevitavelmente, se tenham de cruzar com a guerra. Em todo o caso, o principal contributo é, sem dúvida, a visão panorâmica obtida.

Nesse âmbito, verificámos que quer as estratégias de expansão promovidas pela Coroa, quer as operações militares conduzidas por outros poderes, consideravam as variáveis do ambiente operacional e das conjunturas de cada momento, aproveitando bem as oportunidades que estas proporcionavam. Foi possível demonstrar as razões que favoreciam a execução de campanhas militares em maio, altura do ano em que a água e o pasto eram abundantes, os trabalhos agrícolas abrandavam de ritmo antes da ceifa do cereal e o caudal dos cursos de água já tinha reduzido o suficiente para proporcionar locais de travessia. Apesar disso, no ocidente peninsular, as operações tinham lugar durante todo o ano, embora nos períodos menos favoráveis os efetivos utilizados fossem menores. Foi ainda possível

compreender e explicar o modo como o terreno foi condicionador dos movimentos militares e, por isso, alvo de muita atenção e de uma apreensão cuidada.

Em Portugal, o rei era o poder com maior capacidade de mobilização, tendo-se verificado efetivos máximos perfeitamente equivalentes às hostes leonesa e castelhana coevas. Identificámos aspetos particulares da composição da guarda régia e da dinâmica entre este grupo e as mesnadas senhoriais. Verificámos o papel das ordens militares e que em Portugal a relação destas com a Coroa parece ter sido mais profunda do que uma coexistência cooperante, já que reconhecemos populações que tinham a obrigação, estipulada pelo próprio monarca, de acompanhar os freires nos assuntos da guerra. Pudemos demonstrar o papel central dos contingentes municipais e que o fossado régio deve ser entendido não como a expedição anual do rei, mas uma atividade de expressão local, que fazia com que, em maio, inúmeras incursões se multiplicassem em simultâneo, convocadas e comandadas pelos representantes régios nas diferentes comunidades. Caraterizámos os mecanismos de preservação e manutenção dos recursos militares em níveis estáveis, apesar da erosão causada por um ambiente de conflitualidade recorrente.

No âmbito da fortificação, foi-nos possível circunscrever sete regiões distintas em que os conjuntos edificados funcionaram, pelo menos durante algum tempo, no âmbito de uma lógica de sistema. Observámos que em regiões de orografia acentuada, os sistemas lineares se desenvolveram numa perspetiva de defesa em profundidade, ou seja, ao longo dos principais eixos de penetração, e não no intuito de materializar uma “linha de defesa”, como é frequentemente veiculado por alguma historiografia. Observámos, adicionalmente, que nas regiões em que o estabelecimento de uma linha defensiva teve significado, as fortificações mais importantes não se encontravam na frente avançada, mas mais recuadas, como foram os casos de Trancoso em relação à defesa do Côa ou de Tomar em relação à defesa do Tejo. Foi ainda possível identificar algumas fortalezas-chave, cuja posse era fundamental para possibilitar a progressão numa dada região. A título de exemplo, verificou-se que Algosó era central para o controlo da região de Bragança; Lanhoso para a defesa de Braga; e Tomar para o domínio da passagem do Tejo.

A forma de guerra largamente predominante face às restantes era irregular e de baixa intensidade, mais tarde designada por “guerra guerreada”. Única tipologia ao alcance de todos os poderes, os indícios de que era comum e extensiva a toda a sociedade são múltiplos: o registo nas fontes narrativas de saques de vulto obtidos nas expedições conduzidas pela Coroa; a recorrência de normas relacionadas com a obtenção de proventos de guerra nos documentos outorgados a concelhos e a outras comunidades; os testemunhos obtidos no âmbito das inquirições régias; enfim, o léxico coevo, que recorria a termos como fossado, cavalgada ou algara.

As outras formas de guerra: de apropriação territorial e as batalhas campais, estavam somente ao alcance de grandes poderes, como o régio, alguns senhoriais, ordens militares e, ocasionalmente, outros grupos, como milícias concelhias mais numerosas e bandos como o de Geraldo. Se, no entanto, era possível a estes intervenientes a obtenção de vitórias militares, em Portugal, a consolidação dos ganhos territoriais ficou sempre a cargo do rei, situação que se comprova pela confirmação régia de conquistas efetuadas, independentemente dos atores a quem couberam as ações bélicas.

No que respeita à preparação dos combatentes, o elevado grau de militarização da sociedade pressupõe que o treino militar, ainda que rudimentar, não fosse um exclusivo da nobreza ou da cavalaria num sentido funcional. Esta militarização tinha expressão nas obrigações militares específicas de cada homem, cuja falta era punida de acordo com uma escala de prioridades.

Uma outra dimensão fundamental, a sustentação logística, era assegurada por diferentes processos, entre os quais a aposentadoria, o transporte individual e trens de apoio. Os cavalos eram alimentados com pasto e água nos locais escolhidos para estabelecimento do arraial, cuja dimensão dependia da quantidade de erva que conseguissem fornecer, podendo ser de um mínimo de um hectare para 50 cavalos em maio, a cinco ou mais hectares nos outros meses.

A dimensão psicológica era igualmente bem explorada pelos guerreiros medievais. Antes do combate dirigiam-se arengas motivadoras às tropas e, durante os confrontos, os chefes procuravam instilar terror no adversário, através da exposição de mutilações, da tortura e morte violenta de prisioneiros. Tudo isto decorria sobre

um pano de fundo propagandístico, veiculado nas fontes narrativas, onde o “outro” era diabolizado e a guerra contra ele movida era justa. O inimigo vencido que sobrevivesse podia ser capturado e posteriormente trocado por um resgate ou convertido em escravo. Em ambos os casos, a guerra estava na origem de uma atividade económica paralela, com epicentro na fronteira e concretização no *interland* de cada um dos lados em confronto.

O nosso estudo permitiu confirmar que o modelo cristão de descentralização da condução da guerra nas mais pequenas comunidades, tendo como principais contrapartidas a possibilidade de obtenção de proventos de guerra e de ascensão social, gerou um modo de ocupação do território capaz de absorver as incursões muçulmanas, causando-lhes atrição e desgaste sem necessidade de as enfrentar em batalha campal. No plano ofensivo, o rei conseguia reunir contingentes de dimensão ajustada ao objetivo e finalidade das operações, graças a um sistema de mobilização socialmente abrangente. Dado o modelo muçulmano de ocupação e administração do território, associado ao seu modo centralizado de condução da guerra, as populações rurais islâmicas eram especialmente vulneráveis a ações de saque e os principais centros urbanos, uma vez conquistados, precipitavam a queda das fortalezas suas subsidiárias, algo que o lado cristão compreendeu e incorporou na sua estratégia de expansão.

Apesar de existirem muito mais similitudes do que diferenças no modo de guerrear das sociedades cristãs ocidentais ibéricas, foi possível descortinar alguns aspetos que nos parecem constituir especificidades portuguesas. Entre estes contam-se a maior incidência, relativamente a Leão e Castela, de apoios cruzados do Norte da Europa nas operações de conquista, o elevado grau de cooperação e interdependência entre a Coroa e a ordens militares ou o grande relevo dos besteiros enquanto categoria sócio-militar. Todavia, a generalidade dos resultados obtidos aponta para uma grande semelhança no modo como os outros dois reinos cristãos peninsulares ocidentais, Leão e Castela, encararam e praticaram a guerra, reveladora de transferência de conhecimento militar, devida, entre outros fatores, à circulação da nobreza e à interpenetração dos modelos de ocupação territorial, com paradigmas normativos comuns.

Observámos que as opções de resposta militar da monarquia portuguesa foram, de um modo geral, ajustadas aos desafios colocados ao reino e mesmo nas campanhas em que não houve intervenção régia direta, a ação militar fez-se sentir pela mão dos municípios, das ordens militares, de mesnadas senhoriais e mesmo da hoste régia, ainda que não comandada pelo rei em pessoa. Verificámos, ainda, que na cronologia estudada as influências militares transpirenaicas se mesclaram com os costumes ibéricos e geraram um modo de guerrear subordinado a regras diferentes das da Europa franca e germânica: os cavalos e o modo de montar eram diferentes, a batalha decisiva menos relevante, as estratégias de aproximação indireta sobrepunham-se à ação direta e a guerra contra o Islão decorria no contexto de uma dinâmica económica, de transação de proventos de guerra, incluindo cativos, que lhe emprestou características distintivas.

O presente trabalho permitiu-nos chegar uma espécie de lugar intermédio, com muitos percursos em aberto, que temos o ensejo de percorrer em futuros próximos. Por exemplo, a análise das fontes permitiu perceber que é possível esboçar uma cartografia bastante precisa de algumas áreas do reino, com as características que esses territórios apresentavam entre o final do século XII e início da centúria seguinte. Estamos convencidos que o desenvolvimento dessa cartografia não só abriria horizontes ao estudo da guerra, como também a muitos outros campos de investigação. Neste âmbito assumem destaque as possibilidades de análise das vias de comunicação numa perspetiva medieval, permitindo ultrapassar a sujeição dos estudos à continuidade exclusiva ou quase exclusiva da rede viária romana.

Uma vez que a maior fatia da atividade bélica no período coube às pequenas comunidades, seria interessante uma reconstrução do modo de guerrear dessas gentes, assunto para o qual dispomos de documentação excecional de produção leonesa, para a região de Ribacoa, mas que seria importante reconstituir para outros espaços de Portugal.

Também interessaria perceber melhor as dinâmicas inerentes à cavalaria não nobre, porque nos parece que, do ponto de vista militar, o termo “cavaleiro-vilão” encerra insuficiências, bem como aprofundar o estudo de guerreiros com funções específicas, como os adaís ou os almocadéns.

No plano da técnica guerreira, importa aprofundar o debate sobre o modo e o tempo em que teve lugar, em Portugal, a transição da lança brandida para a *lance couchée* e explorar a temática do fabrico de utensílios e armamento militar.

Alguns aspetos “micro” podem-nos ter escapado como, por exemplo, a transmissão hereditária de material militar, a extensão da apropriação territorial por presúria (que só encontramos ocasionalmente nas fontes, mas que admitimos ser possível encontrar dados adicionais em fontes não publicadas) ou a relação das ordens militares com as populações delas dependentes face à guerra. Por conseguinte, pensamos que uma pesquisa de arquivo direcionada aos pequenos indícios militares contribuiria decisivamente para confirmar – ou infirmar – hipóteses por nós levantadas e para esclarecer questões ainda em aberto.

Finalmente, a relação da componente aquática do território com a guerra – o mar e os cursos de água navegáveis – que não abordámos, e que merece certamente estudos detalhados por várias razões: porque o eixo central do reino se orientou pela linha costeira Lisboa-Porto-Braga; porque estavam previstos fossados de mar (veja-se o foral da Ericeira); porque a maioria das grandes expedições militares em território português teve apoio naval, mormente por parte dos cruzados; porque temos notícias de várias ações conjuntas mar-terra: Lisboa (1147), Silves (1189), Alcácer (1217), Mértola/Castro Marim (possivelmente em 1232); ou até porque o rei designou alcaides de mar, o que sugere o reconhecimento do espaço naval como área de jurisdição.

A sociedade cristã organizada para a guerra no período estudado devia-se a um substrato guerreiro germânico presente desde o domínio visigodo, do qual subsistiam ainda bastantes evidências, umas certamente herdadas, outras deliberadamente emuladas, tudo isto subordinado a dois conceitos posteriores, o de *Reconquista* e o de *Cruzada*. “*Bellum*” e “guerra” eram duas faces da conflitualidade que se relacionavam, respetivamente, com a *Extremadura* e com a *Frontaria*, diferenciando, claramente, para os contemporâneos, o confronto militar contra o Islão do confronto contra outros poderes cristãos. Podemos afirmar que existiu grande sentido estratégico por parte dos protagonistas e que, a este nível, se mesclavam objetivos de diferentes poderes – do rei, de nobres, de eclesiásticos, de

ordens militares “transnacionais”, ou de sociedades de fronteira, estas, sobretudo, na sua vertente concelhia. A nossa leitura, confirma, através de uma via de estudo própria, focada na guerra, que a conquista do Algarve, formalmente concluída em 1249, constituiu um sinal do triunfo da estratégia régia sobre as estratégias dos seus competidores, internos e externos.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

AFONSO, Carlos Filipe – “*A Guerra cristã na formação de Portugal, 1128-1249*. Tese de doutoramento em História, especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Julho de 2021. Orientação da Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade e do Professor Doutor Miguel Gomes Martins”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 373-384. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média. Tese de doutoramento em História apresentada em regime de cotutela entre a Universidade do Porto e a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, em 25 de junho de 2021¹. Orientação do Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro e do Professor Doutor Joseph Morsel

Miguel Aguiar

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

miguelaguiar@fch.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-1930-1845>

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Julho de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5189>

¹ Esta investigação foi financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com uma bolsa de doutoramento, com a referência SFRH/BD/124781/2016.



O trabalho que aqui se apresenta teve como intuito perceber a articulação entre parentesco e reprodução social de um grupo dominante. Seleccionámos um grupo constituído por sete linhagens aristocráticas de perfil curial e senhorial, caracterizadas pela presença na corte régia, pela detenção de títulos e de poder senhorial próprio e emanado da coroa². Seguimos os seus percursos entre o final do século XIV e as primeiras décadas do século XVI, procurando compreender de que modo as práticas e representações de parentesco permitiram a perpetuação do grupo numa posição social dominante. A tese dividiu-se em três blocos. No primeiro, estabeleceram-se os fundamentos teóricos, conceptuais e metodológicos do trabalho; no segundo, inquiriram-se as práticas de transmissão, entre a sucessão e a herança; no terceiro analisaram-se as práticas de aliança, designadamente as negociações matrimoniais a partir de um extenso *corpus* de contratos de casamento, e a formação de sólidas redes de parentesco através das trocas matrimoniais. A investigação recorreu a documentação proveniente de fundos régios, monástico-conventuais, e de arquivos de casas senhoriais. Para além da tese, disponibilizam-se igualmente dois volumes de anexos: o primeiro apresenta a transcrição de 54 documentos inéditos, assim como fontes heráldicas e tabelas que sintetizam os dados que suportam as nossas observações; o segundo volume reúne todo o *corpus* genealógico, designadamente os esquemas que permitiram inquirir as relações de consanguinidade e afinidade do grupo. Nesta apresentação, privilegiaremos a enunciação das principais hipóteses e conclusões da investigação.

Confrontando-nos com uma sociedade que, pese embora as aparências de semelhança, se estruturava de um modo muito distinto do mundo em que vivemos, norteámos a nossa perspectiva de investigação pelos princípios da antropologia histórica. Tratava-se, desde logo, de reconhecer a alteridade, de reconstituir a lógica inerente ao sistema social medieval, e de tentar construir uma interpretação abstrata sobre esse funcionamento, necessariamente fundada na observação dos fenómenos sociais que lhe dão corpo. Pese embora todas as discussões específicas

² As linhagens seleccionadas foram as seguintes: Albuquerque, Almeida, Ataíde, Castro, Lima, Pereira, Vasconcelos.

dos antropólogos, partimos com o postulado segundo o qual os sistemas de parentesco de todas as sociedades, apesar de condicionados por uma base biológica, são sobretudo socialmente construídos. A percepção sobre o que é o parentesco, sobre o que é um pai ou uma mãe, variaram significativamente em função das crenças que estruturaram as várias sociedades que existiram no mundo. No ocidente medieval, as concepções sobre o parentesco encaixam numa mundividência mais lata; dito de outro modo, as percepções que se constroem sobre as relações parentais dos indivíduos são tributárias de um modo de perceber o mundo e as relações entre os homens inseparáveis de um conjunto de “mitos fundadores” de origem cristã, numa sociedade que se pensava como *ecclesia* e que não conhecia outro fundamento de verdade senão aquele que emanava de Deus e das Escrituras. Resumidamente, a proximidade de parentesco significava a tendência para uma forte união entre as pessoas, geradora de amor e concórdia, os grandes ideais da sociedade medieval, por oposição à discórdia e à desagregação, consequências do Pecado Original. Como afirmava o conde D. Pedro de Barcelos, “nem ãa amizade nom pode ser tam pura segundo natura come daqueles que descendem de ãu sangue, porque estes movem-se mais de ligeiro aas cousas per que a amizade se mantem”³.

Para a aristocracia, associados ao parentesco estavam, também, o acesso a posições sociais relevantes, a inserção em redes de poder, e a transmissão da fortuna. Concretamente, associam-se-lhe por um lado uma valorização implícita de unidade, indissociável do amor que era a dádiva divina que deveria unir os homens a Deus e entre eles; e, por outro lado, o acesso às bases materiais que contribuía para a reprodução de uma ordem social que, apesar de inspirada numa matriz cristã em que todos os homens eram iguais perante Deus, aceitava como um dado adquirido e natural a existência de desigualdades na cidade terrestre.

A nossa tese global é que o parentesco desempenhou um papel fulcral na reprodução social da aristocracia. Entendemos o conceito de reprodução social como um processo observável em todos os sistemas sociais, e que consiste na manutenção de uma dada ordem, com as suas hierarquias e relações. Trata-se de um processo

³ MATTOSO, José (ed.) – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. In *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: Academia das Ciências, 1980, vol. 1, pp. 56-57.

dinâmico, estruturado simultaneamente por aspetos materiais e ideológicos que lhe fornecem sentido, e que contribui, numa gradação específica a cada sociedade, para um certo equilíbrio homeostático, gerador de inércia das estruturas. No ocidente medieval – que, como todas as sociedades, estava sujeito à mudança e transformação – essa inércia era, de resto, percecionada positivamente, porque fundada na tradição e imaginada organicamente como uma pretensa vontade divina.

Como se articulam, então, estas variáveis? Os efeitos globais da transmissão e aliança estão imbricados, mas convirá decompô-los nesta breve apresentação por razões analíticas, embora necessariamente esquemáticas. O estudo das práticas de transmissão permitiu destacar várias ideias. Em primeiro lugar, é fulcral ter presente que a natureza dos bens à disposição da aristocracia impunha formas distintas de transmissão. Agrupamo-las sob dois domínios, defendendo que ambos desempenham funções diferentes, mas complementares, integradas num processo mais amplo de reprodução social. Temos, por um lado, a sucessão. Ela aplica-se essencialmente aos bens indivisíveis, transmitidos a apenas um dos herdeiros, sob critérios que hierarquizam os membros das parentelas. Critérios inscritos nos senhorios doados pela coroa, mas também nos vínculos fundados pelos aristocratas. A sucessão aplica-se assim aos bens socialmente mais valorizados, isto é, consubstanciavam o domínio da terra e dos homens, numa relação percecionada organicamente como uma composição de deveres e direitos entre os senhores e os homens e mulheres que lhes estavam sujeitos. É neste domínio que surge a figura idealizada do filho primogénito, corporizando a continuidade do domínio social. Paulatinamente, a premência dos esquemas sucessórios contribuiu para a formação de um sistema de casas, fundadas na manutenção estável de um conjunto de terras, associadas a símbolos como apelidos e dispositivos heráldicos. A cronologia deste trabalho pôde assim constituir-se num observatório para a formação da estrutura do domínio aristocrático que, nos seus traços gerais, se manteria em Portugal até ao fim do Antigo Regime.

Se os bens de sucessão se apresentam como estáveis, integralmente preservados, com uma existência pensada até ao fim dos tempos – como não deixam de sublinhar os instrumentos de fundação de morgados e capelas que procuravam manter vivos

os fundadores, no quadro de uma sociedade enformada pela escatologia cristã –, por outro lado, os bens de herança caracterizavam-se pela sua dispersão e circulação. Se os bens de sucessão impõem às parentelas formas de hierarquização no seu interior, pois os seus donatários e administradores não têm sobre eles direitos ilimitados, já os bens de herança, considerados próprios dos indivíduos, têm necessariamente de ser partilhados. As dinâmicas de partilha, de dispersão e circulação da fortuna, estudadas através de testamentos e cartas de partilha preservados em fundos documentais fora do âmbito das instituições régias, cumprem desideratos fundamentais na organização interna do grupo aristocrático. O terço dos bens de que os indivíduos poderiam dispor para os seus testamentos serviram sobretudo para «espiritualizar» a riqueza, fosse através de institutos formais como as capelas às quais se alocavam rendimentos para contratar orações e outras obras pias de modo a contribuir para a salvação das almas, fosse através das dádivas a próximos, parentes consanguíneos, criados ou pobres anónimos. Os outros dois terços das fortunas, sujeitos a partilhas entre os herdeiros – prioritariamente os filhos e filhas legítimos e, caso não os houvesse, os ascendentes ou colaterais –, permitiam dotar os filhos, fornecer-lhes um destino socialmente relevante, e, entre outras coisas, negociar alianças matrimoniais, um dos veículos primordiais para a circulação das fortunas entre as parentelas aristocráticas.

Em síntese, se a sucessão enquadra cada vez mais a continuidade das formas mais completas do poder senhorial à disposição da aristocracia, a herança, por seu turno, alimenta as relações sociais e espirituais, expressas a vários níveis. Permitimo-nos por isso destacar desde já aquele que entendemos ser um conceito-chave para compreender os problemas que tivemos em mãos nesta investigação: para além da sucessão, a reprodução estável da aristocracia passou, em grande medida, por uma coesão interna que era fabricada pela densidade das suas relações sociais. Essas relações são parcialmente alimentadas pela circulação da fortuna, numa sociedade onde a dádiva formalmente desinteressada se reveste de um sentido positivo porque enformado pela *caritas*, pelo dom divino que devia unir os homens.

E é também por essa razão que atribuímos uma importância fulcral às relações matrimoniais. Desde os escritos patrísticos, passando pela teologia e pelo direito

canónico, o matrimónio é encarado como um instrumento de difusão do amor: o amor que, recordemo-lo, se pensava enquanto vínculo social global, emanado de Deus, e não como um sentimento da esfera privada tal como hoje o entendemos. O casamento permitia assim unir a cidade dos homens, e enquadrar a reprodução da humanidade. Integradas pelo batismo, as pessoas nascidas da união sexual entre o homem e a mulher responderiam ao mandamento divino de reproduzir a Igreja fundada pela Nova Aliança entre Deus e a humanidade. Por conseguinte, o casamento não se podia pensar fora de um sistema de representações que sobrepõe em lógicas homológicas Deus, os homens e a ordem divina que devia estruturar o mundo. Como numa esfera de relações consanguíneas próximas há a tendência para haver maior união entre os homens, eles deveriam então casar com aqueles que não eram os seus próximos para, segundo a fórmula de Santo Agostinho, “deter [o parentesco] na sua fuga”⁴. Segundo a perspetiva que atribui ao casamento o potencial de gerar união do corpo social, e que pensa o incesto não como uma questão “fisiológica”, mas sim de articulação dos registos carnal e espiritual, as autoridades eclesíásticas construíram um vasto sistema de interditos que proibiam relações com um espectro de parentes consanguíneos, por afinidade e por parentesco batismal. Na época em que situámos a nossa investigação, estes vastos interditos, longe de minar a coesão de um grupo social minoritário e caracterizado por uniões matrimoniais com pessoas socialmente semelhantes, contribuíram, na verdade, para a sua coesão.

Os vários capítulos que consagramos ao estudo das práticas de aliança permitiram destacar, desde logo, que ela foi um veículo primordial para a circulação das fortunas. Os contratos de casamento, abundantes nos fundos régios, monástico-conventuais e de casas aristocráticas, testemunham dos enormes investimentos das parentelas na dotação das suas filhas – e também por vezes dos filhos – com o intuito de lhes dar casa. Num plano global, estas transferências de fortuna encastravam-se no laço matrimonial e permitiam densificar as relações no seio do grupo. Os sentidos de tais transferências adquirem maior consistência se compaginados com as

⁴ SANTO AGOSTINHO – *A Cidade de Deus*. Vol. IX. Ed. J. Dias Pereira. 5.^a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017, p. 16.

caraterísticas das redes matrimoniais, enformadas que estavam por lógicas sociais mais profundas.

A análise da consanguinidade, da afinidade, e da sua articulação com redes e interesses sociais, fez surgir um padrão caracterizado pela exiguidade de casamentos com parentes próximos. Maioritariamente, o grupo considerado neste estudo contraiu alianças matrimoniais com indivíduos com quem partilhavam um antepassado longínquo, entre o 4.º e o 7.º graus canónicos, uma inevitabilidade no quadro de um grupo restrito e socialmente endogâmico, mas que, segundo os preceitos agostinianos, cumpria o desiderato fundamental: tratava-se de deter o parentesco na sua fuga gerando novas relações de unidade. Se do ponto de vista consanguíneo as uniões são sobretudo exogâmicas, do ponto de vista social, como referíamos, eram essencialmente endogâmicas. Fruto do seu perfil curial, a média e alta aristocracia de corte que considerámos nesta investigação organizou as suas relações matrimoniais principalmente através do recrutamento de cônjuges pertencentes à mesma esfera social, partilhando a inscrição no espaço dominado pelos monarcas e seus parentes próximos; recrutaram primordialmente cônjuges do mesmo estatuto social, mas absorveram simultaneamente novos grupos através de ligações com parentelas em ascensão. Relacionando estes vários pontos, podemos com propriedade afirmar que esta aristocracia curial, simultaneamente detentora de significativos poderes senhoriais exercidos através da coroa, dependeu grandemente da densidade de relações parentais que teceu em torno do espaço social da corte régia. As trocas matrimoniais caracterizam-se, portanto, por uma articulação entre exogamia consanguínea e endogamia social que permitia multiplicar relações, encadeá-las sucessivamente, gerando assim uma coesão assente em relações dinâmicas.

Defendemos que esta foi a condição primordial que permitiu a coesão do grupo e a sua duradoura inscrição nos espaços sociais decisivos, tecendo redes de apoio e solidariedade, pelas quais, aliás, eram transmitidas as bases de poder. As próprias dinâmicas de transmissão que estudámos, estruturadas entre a sucessão e a herança, adquirem maior eficácia através das densas redes que são constantemente fabricadas e recriadas através das relações matrimoniais. Estas inscrevem-se, de

resto, num conceito mais vasto e estruturante, que é o da densificação das relações sociais em que, de forma análoga, também se podem inserir outro conjunto de relações essenciais e formadoras das estruturas de poder: a vassalagem, a criação, as clientelas. Quanto mais relações, maior abrangência, maior coesão, e maior condição para a dominação social; nessa lógica, a dispersão da fortuna, respondendo às pulsões caritativas que deveriam nortear a vida dos fiéis, servia igualmente – e de forma fundamental – para consolidar essas relações. Em suma, as relações de parentesco, pensadas dentro de uma mundividência filtrada por mitos fundadores de origem cristã, apresentam-se como uma estrutura essencial de suporte à condição dominante da aristocracia e à sua reprodução estável ao longo do tempo.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

AGUIAR, Miguel – “*Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*”. Tese de doutoramento em História apresenta em regime de cotutela entre a Universidade do Porto e a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, em 25 de junho de 2021. Orientação do Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro e do Professor Doutor Joseph Morsel”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 385-392. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

***Modos à mesa e maneiras de vestir em Castela e Portugal
(séculos XIV e XV). Tese de doutorado em História,
apresentada à Universidade Estadual Paulista, em Abril
de 2021. Orientação da Professora Doutora Susani
Silveira Lemos França***

Thiago Henrique Alvarado

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Avenida Eufrásia Monteiro Petrágua, 900
14409-160 Franca/SP, Brasil

thigoalvarado@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5728-2617>

Data recepção do artigo / Received for publication: 20 de Junho de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5192>



Ao longo dos séculos XIV e XV, muitas foram as autoridades eclesiásticas e seculares dos reinos de Castela e Portugal que estabeleceram ou propuseram leis e regras a respeito do comer e do vestir. A postura desses letrados pautava-se na consideração amplamente difundida de que havia modos convenientes e proveitosos de os humanos, sobretudo os cristãos, comerem e vestirem-se, e de que não observar os preceitos cristãos ou da comunidade representava, a um só tempo, pecado e delito. Para a compreensão desses modos, era necessário inquirir sobre o surgimento das duas necessidades – o comer e o vestir –, observando a relevância delas para a manutenção da vida humana na terra e os valores que deveriam servir de parâmetro para sua adequada satisfação. Além disso, era preciso que houvesse estreita correspondência entre os modos de comer e de vestir, os estados e as condições de vida das pessoas. Nesse sentido, ordenar o comer e o vestir passava impreterivelmente pela própria disposição dos estados, bem como pelo cumprimento de constituições, de leis e de regras que visavam salvaguardar o corpo, a alma e a comunidade.

Com o objetivo de compreender a historicidade dessas leis e regras e a relação entre ordenar a alimentação, o vestuário e o estado das pessoas na Castela e no Portugal dos séculos XIV e XV, utilizamos, na tese intitulada *Modos à mesa e maneiras de vestir em Castela e Portugal (séculos XIV e XV)*, um conjunto vasto de fontes documentais, como capítulos de cortes, cerimoniais, constituições sinodais, crônicas, leis, regras monásticas, relatos de embaixadas e de viagens e tratados médicos e morais. Desse modo, a pesquisa não se pautou por distinções de gênero textual, nem por oposição entre prescrição e prática, tampouco pela concepção de imposição das leis. Antes, a condução da tese levou em consideração a pertinência e as razões válidas para os homens do período acreditarem e seguirem os valores propostos por eclesiásticos e seculares. Entre as razões e crenças que pautavam as ações dos homens daqueles séculos e reinos, vale destacar as concepções de que o exterior traduzia o interior da

pessoa e de que os bons modos no comer e no vestir – e os valores que sustentavam essas práticas – eram proveitosos e salutares.

Embora a ênfase desses escritos sobre o comer e o vestir tenha sido maior ou menor em um ou outro gênero, e não tenham tais aspectos recebido a mesma atenção em Portugal e Castela, foi possível perceber a circulação e a afirmação de determinados modelos de conduta comuns aos dois reinos entre os séculos XIV e XV. Foram, pois, esses elementos comuns que estruturaram a tese.

Para a compreensão dos valores e regras que pautavam os modos de comer e vestir, a tese foi dividida em duas partes. Na primeira parte, denominada “A ordem à mesa”, o objetivo foi explorar as ordenanças e regras do comer ao longo de três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Juntar-se à mesa”, foi dedicado à importância do comer para estabelecer e consolidar as comunidades humanas, o que implicava distinguir umas das outras a partir de costumes e critérios religiosos. O ponto de partida foram as discussões levadas a cabo, sobretudo por tratadistas, a respeito do surgimento da necessidade de comer após o pecado de Adão e Eva. Os debates sobre a alimentação dos primeiros homens, e mesmo dos animais nos primórdios da história, não eram questões banais para os letrados cristãos, pois traduziam a vontade divina e definiam modelos mais ou menos ascéticos, conforme se aproximavam ou se distanciavam dessa dieta primeva. Abster-se de carne, por exemplo, era um modo de vida de privação, próprio dos religiosos, e que se associava à alimentação anterior ao Dilúvio, responsável por danificar as ervas e os frutos consumidos pelos homens e pelos animais com suas águas salgadas. Somente após o Dilúvio, os humanos passaram a alimentar-se de carne e de vinho. Alguns dos desdobramentos dessa interrogação sobre o passado da humanidade foi a diferenciação dos dias de carne e de pescado, que visava intercalar momentos de abstenção e mortificação e de maior permissibilidade ao corpo, e o debate entre necessidade e superfluidade, expresso na escolha ou na recusa de alimentos frugais, bem como no tratamento dos alimentos de modo a torná-los aptos à compleição humana. Além disso, um dos pontos referentes à carne, que mereceu atenção na tese, foi a importância conferida à escolha dos animais a serem consumidos e as formas de abatê-los, aspectos que ganhavam relevância para distinguir os costumes cristãos dos cerimoniais islâmico e judaico. Nesse ponto e na separação dos alimentos dos

membros das três religiões, as relações com os alimentos traduziam diferenças teológicas e sociais.

Se no primeiro capítulo foi chamada a atenção para a distinção entre cristãos, judeus e muçulmanos, o que incluía não partilhar a mesa e os alimentos, a ênfase do segundo capítulo, “Partilhar a mesa”, recaiu sobre as circunstâncias em que os cristãos comiam em comunidade. Banquetes, bodas, festividades diversas e tributos pagos em alimentos foram algumas das circunstâncias analisadas. Entre os aspectos abordados, foram destacados a progressiva valorização dos banquetes – denominados no período como “convites” –; a correlação entre quantidade e qualidade dos pratos do anfitrião e do convidado; o dever moral de alimentar os subordinados e os problemas acarretados pela alimentação da corte e dos senhores.

Compreendida a importância conferida ao ato de comer em comunidade e à valorização da partilha da mesa, coube, no terceiro capítulo, “Dispor a mesa”. Nesse capítulo, procurou-se esmiuçar como o costume dos cristãos de comerem sentados à mesa, usando mantéis e seguindo diversos preceitos religiosos e cortesões foi significativo para distingui-los, sobretudo, de judeus e muçulmanos. Além disso, em especial no âmbito das cortes e grandes casas, a ornamentação da mesa acompanhou-se de cerimoniais que se tornaram cada vez mais complexos ao longo dos séculos XV e XVI. Esses cerimoniais estabeleceram, entre outros aspectos, a ordem e o lugar de cada pessoa à mesa e a ordem de servir os pratos. Seguindo a noção da mesa como espaço de engrandecimento e de instrução, foram analisadas diversas regras sustentadas sobre a premissa de que era possível aos homens extrair proveitos corporais e espirituais por meio do comer, tais como a postura adequada à mesa, a ordem dos alimentos a serem consumidos, a limpeza, a cortesia, a moderação e a sobriedade.

A segunda parte da tese, denominada “A ordem à vista”, foi dedicada às regras referentes ao vestir, sendo estruturada a partir de eixos similares aos da primeira parte. Assim, o quarto capítulo, intitulado “Vestir com fé”, partiu da discussão sobre o surgimento das vestimentas, procurando compreender as funções atribuídas ao cobrimento dos corpos. Ocultação das partes vergonhosas, proteção corporal contra os rigores do clima, diferenciação entre eclesiásticos e leigos e entre cristãos, judeus

e muçulmanos, foram, pois, alguns dos aspectos abordados e que, de uma forma ou de outra, traziam elementos de uma ordem criada por Deus.

O quinto capítulo, “Partilhar os panos”, deteve a atenção na capacidade dos trajés de estabelecerem os mais diversos laços, como os de amizade, de subordinação e de familiaridade. A doação de panos e vestes, realizada nas mais diversas circunstâncias – bodas, embaixadas, festas e investiduras, por exemplo – e direcionada a iguais, inferiores ou superiores, tinha o intuito de estreitar laços, de mostrar a grandeza do doador e de garantir o mínimo de cobertura, no caso dos pobres desnudos, ou de sinais exteriores, no caso dos nobres empobrecidos. Nessas relações sociais confirmadas pela partilha dos panos, as bodas constituíram-se como uma das principais, pois celebrava a união de duas famílias e a introdução da esposa no seio de uma nova família; tudo isso acompanhado de banquetes, da doação de panos e vestidos à noiva e de doações aos convidados. A importância do matrimônio era verificável, ainda, pelas restrições às mulheres de vida moralmente reprováveis, como as barregãs de clérigos e as prostitutas. Certas vestes só eram permitidas às mulheres honradas e casadas. Em todos os aspectos da partilha dos panos, a noção de ordem não era perdida, de modo a evitar prodigalidades e confusões entre pessoas de estados diferentes.

Os têxteis, em suas mais diversas formas e funções, contribuía igualmente para reforçar a solenidade das mais variadas circunstâncias. Assim, no capítulo “Adequar as vestes”, foram abordadas as regras sobre as escolhas dos tecidos e panos para conferirem solenidade aos lutos, às festividades régias – aclamação e coroação, bodas e entradas –, às cortes, aos batismos, entre outras circunstâncias. Por sempre haver correspondência entre a pessoa e o seu entorno, não foram apenas os trajés que mereceram atenção: tapetes e toalhas de mesa, por exemplo, deveriam ter qualidade semelhante à das roupas da pessoa que realizava o festejo ou da que se pretendia homenagear.

Ao longo da tese foram abordadas, portanto, situações diversas nas quais, em Castela e Portugal dos séculos XIV e XV, comer e vestir, em um complexo jogo entre interior e exterior, definiam as relações humanas e exteriorizavam valores mais amplos, relacionados à criação, ao lugar de cada um no mundo e às diferenças entre

os estados e os seus membros. Daí as duas necessidades terem recebido atenção tanto de letrados seculares quanto de eclesiásticos, preocupados com a manutenção da ordem da sociedade cristã e com a difusão de modos cortesões de comer e vestir.

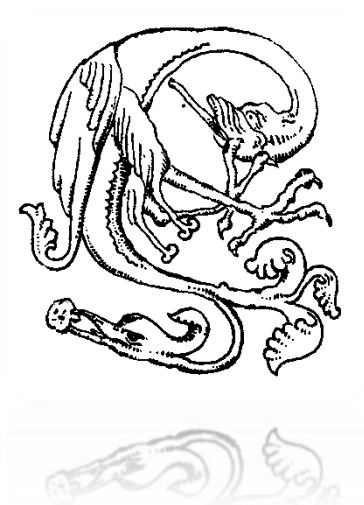
A tese foi desenvolvida na Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Franca, sob orientação da Professora Doutora Susani Silveira Lemos França – com período de estágio na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2018), sob a supervisão do Professor Doutor José Manuel Henriques Varandas –, e contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).¹ Para a elaboração da versão final da tese, cabe mencionar também os diversos apontamentos feitos nas bancas de qualificação e de defesa pelos Professores Doutores Margarida Garcez Ventura (Universidade de Lisboa); Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás); Adelaide Millán da Costa (Universidade Aberta) e Leandro Alves Teodoro (UNESP e Universidade Estadual de Campinas). Ademais, é imprescindível salientar que a pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Projeto Temático *Escritos sobre os Novos Mundos*, cuja preocupação tem sido a realização de uma história da construção de valores morais em língua portuguesa.² Nesse sentido, o objetivo da tese foi contribuir com uma história da construção dos valores sobre o comer e o vestir nos dois reinos cristãos ibéricos.

¹ Processos FAPESP 2017/01502-0 e 2017/26286-9.

² Processo FAPESP 2013/14786-6. Informações mais detalhadas sobre o grupo podem ser encontradas em <https://www.grupoescritos.com/>.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ALVARADO, Thiago Henrique – “*Modos à mesa e maneiras de vestir em Castela e Portugal (séculos XIV e XV)*”. Tese de doutorado em História, apresentada à Universidade Estadual Paulista, em Abril de 2021. Orientação da Professora Doutora Susani Silveira Lemos França”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2021), pp. 393-399. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



N.º 31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

***A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média
(1433-1495). Tese de doutoramento em História
apresentada à Universidade do Porto, em Junho de 2021.
Orientação do Professor Doutor Luís Miguel Duarte
(Universidade do Porto) e coorientação do Professor
Doutor Armando Luís de Carvalho Homem e do Professor
Doutor Stéphane Péquignot***

Diogo Faria

Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica Edgar Cardoso
4150-564 Porto, Portugal

diogopintofaria@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4640-6394>

Data recepção do artigo / Received for publication: 20 de Junho de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5200>



A história desta tese tem alguma relevância para a compreensão da sua forma final e teve início no verão de 2013, com a apresentação de uma candidatura a bolsa de doutoramento. O projeto então submetido à Fundação para a Ciência e a Tecnologia intitulava-se “Relações diplomáticas entre Portugal e França (1325-1481)” e tinha pouco a ver com a dissertação de mestrado que se concluiu pela mesma altura e era dedicada ao conhecimento da burocracia régia e da oficialidade da administração central no reinado de D. Manuel I¹.

A reorientação da área de pesquisa tinha resultado de um conjunto de sondagens na historiografia internacional em busca de linhas de investigação no âmbito da história dos poderes do final da Idade Média que pudessem ser minimamente inovadoras, viáveis e enriquecedoras no quadro do medievismo português. Foi assim que se chegou ao conhecimento do essencial sobre a renovação da história da diplomacia da Idade Média, nos termos em que tem sido empreendida por autores como Anne-Brigitte Spitzbarth, Eva Pibiri, Isabella Lazzarini, Jean-Marie Moeglin, Karsten Plöger, Óscar Villarroel González e, sobretudo, Stéphane Péquignot². Trata-se de uma história da diplomacia em que os primados do acontecimento isolado ou das visões geopolíticas e geoestratégicas, que tiveram grande fortuna nos séculos XIX e XX, foram substituídos por perspectivas mais holísticas, valorizadoras da infinidade de aspetos associados aos contactos entre governantes de entidades políticas distintas, tais como os documentos da diplomacia e os seus usos, as práticas de negociação, o perfil dos agentes envolvidos nestas relações e os rituais associados à sua concretização. Foi com um conhecimento pouco mais do que superficial sobre estas matérias, e tendo em conta um diagnóstico sobre o panorama da historiografia sobre as relações externas medievais portuguesas – em que abundavam trabalhos sobre os contactos com os reinos ibéricos, com o papado e com a Inglaterra, com destaque

¹ FARIA, Diogo – *A chancelaria de D. Manuel I. Contribuição para o estudo da burocracia régia e dos seus oficiais*. Porto: Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

² Por todos, veja-se: MOEGLIN, Jean-Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et «relations internationales» au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*. Paris: PUF, 2017.

para a tese defendida no ano anterior por Tiago Viúla de Faria sobre as relações de Portugal com Inglaterra durante a Guerra dos Cem Anos –, que se escolheu a França como estudo de caso. Em linhas gerais, o que se propunha fazer nesse verão de 2013 era investigar as relações luso-francesas dos séculos XIV e XV à luz dos temas, problemas e questionários que vários dos historiadores referidos aplicaram para os casos de outras potências da Cristandade medieval.

Apesar de a candidatura à bolsa de doutoramento ter sido bem-sucedida, a oportunidade que tinha surgido entretanto de participar num projeto do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa dedicado ao estudo dos juízes de fora fez adiar por um ano o arranque do trabalho sistemático de investigação bibliográfica e documental. Ainda que o foco principal fosse outro, essa fase veio a revelar-se importante para o que viria a ser este projeto, uma vez que as explorações preliminares às fontes sobre a diplomacia medieval portuguesa rapidamente conduziram a duas conclusões: por um lado, afigurava-se genericamente viável estudar aspetos diferentes das relações externas da Idade Média – havia testemunhos sobre rituais, finanças, viagens, etc. –; por outro, o panorama documental do caso específico das relações com França parecia castrador desses intentos. Era possível, seguramente, saber mais e apresentar visões renovadas sobre os contactos entre os monarcas portugueses e franceses, mas não era esse o caminho para conhecer melhor como é que funcionava na prática a diplomacia dos reis de Portugal. Numa fase ainda precoce da investigação, o projeto foi reformulado e deu origem à tese defendida a 1 de junho de 2021, na Universidade do Porto, cujas coordenadas essenciais se procurou concentrar no seu título.

O recurso ao termo “diplomacia” foi feito com a consciência de que ele não existia na Idade Média, mas com a convicção de que é representativo de realidades que precedem o seu aparecimento em diversas línguas europeias no final do século XVIII. Na linha de autores como Françoise Autrand e Stéphane Péquignot, nesta tese entende-se por diplomacia o “conjunto de atividades de representação, de

intercâmbio e de negociações políticas, realizadas em nome de um poder junto de outros poderes”³.

E trata-se, especificamente, da diplomacia “dos reis de Portugal”, e não da diplomacia “portuguesa” ou do “reino de Portugal”. Por um lado, porque a análise incidiu em concreto sobre os “negócios estrangeiros” dos monarcas de Avis com poderes equiparáveis de outras potências, e não sobre outras figuras ou instituições do reino que também os tinham, como membros da família real, bispos, ordens militares ou concelhos. Por outro, porque a dimensão pessoal destas relações é demasiado evidente.

Sobre a escolha da cronologia, há que enunciar e assumir a sua artificialidade e as razões práticas que a justificam. Os 62 anos que vão de 1433 a 1495 não correspondem a um período fechado, coerente e distintivo da história da diplomacia. Nem o início do reinado de D. Duarte nem o fim do de D. João II marcam qualquer rutura. Para encontrá-las, provavelmente, seria preciso alargar muitíssimo o arco cronológico. A opção passou por escolher uma época que estivesse documentada com testemunhos tipologicamente diversificados que permitissem abordagens com um mínimo de solidez aos aspetos da história das relações externas menos estudados em Portugal. Textos como o *Livro dos conselhos de El-Rei Dom Duarte*, o *Livro de Apontamentos* de Álvaro Lopes de Chaves, o diário da viagem do conde D. Afonso ao Concílio de Basileia, as crónicas de Rui de Pina, Garcia de Resende, Damião de Góis e vários autores castelhanos e aragoneses, tratados como os das Alcáçovas e de Tordesilhas, além de documentos avulsos como cartas de quitação de embaixadas ou cartas de instruções, viabilizavam a aplicação do tipo de abordagem pretendida ao século XV, em geral, e aos reinados de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, em particular. O trabalho seria enriquecido se também pudessem ter sido inquiridas com profundidade as governações de D. João I e D. Manuel I, mas afigurou-se impraticável adicionar 48 ou 26 anos à cronologia.

³ PÉQUIGNOT, Stéphane – “Les diplomaties occidentales, XIII^e-XV^e siècle”. In *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, pp. 47-66.

Foi já com este quadro cronológico e temático esboçado que se iniciou de forma sistemática a investigação empírica em fontes manuscritas e publicadas. Entre 2014 e 2017, foram consultados documentos em arquivos portugueses, espanhóis, franceses e ingleses. A generosidade de outros investigadores, os recursos disponíveis online e as fontes editadas proporcionaram acesso a testemunhos com outras proveniências e mitigaram as consequências da impossibilidade de explorar presencialmente acervos dos Países Baixos, da Alemanha ou do Vaticano. No início desta fase, com a colaboração de um informático, foi desenvolvida a base de dados que serviu para registar e organizar os elementos recolhidos, que se estruturaram em cinco fichas relacionadas sobre documentos, embaixadas enviadas, embaixadas recebidas, encontros entre monarcas e agentes da diplomacia. Textos, acontecimentos e homens. Foram estes os três eixos da informação à qual foi aplicado o questionário de que resultaram os seis capítulos da tese.

Os primeiros a serem redigidos foram o terceiro e o quarto, sobre as vistas régias e as embaixadas. A reconstituição tão exaustiva quanto possível da factualidade das relações externas deste período foi um dos principais objetivos da investigação, por cedo se ter percebido que isso era algo que estava por fazer e por se ter julgado fundamental para uma cabal compreensão do funcionamento de diversas dimensões da prática diplomática, tais como, por exemplo, a seleção dos embaixadores e a organização logística das missões. Com estruturas semelhantes, cada um desses capítulos abre com uma análise global dos acontecimentos, que tem como ponto de partida a história das palavras mais frequentemente utilizadas para designá-los. Segue-se um breve exame dos seus antecedentes na primeira dinastia e no reinado de D. João I e um olhar sobre a sua evolução entre 1433 e 1495. Por fim, apresenta-se um catálogo em que se detalha o enquadramento, os objetivos, os resultados, os aspetos logísticos e cerimoniais, as fontes e a bibliografia específica sobre cada um desses eventos.

A propósito das vistas régias, notou-se que, depois de terem sido muito frequentes até finais do século XIII, tornaram-se raras a partir de meados do reinado de D. Dinis e quase deixaram de se realizar durante as governações dos seus sucessores, ao ponto de entre as últimas de D. Afonso IV e as primeiras de D. Afonso V terem

passado 102 anos em que, pelo meio, só houve umas. Podem ajudar a explicar este ocaso a estabilização da fronteira com Castela, o deteriorar das relações com o reino vizinho e o reforço dos meios para o estabelecimento de contactos com o exterior proporcionado pela curialização da nobreza e o desenvolvimento do desembargo. O cenário mudou a partir do reinado do “Africano”, com 11 vistas em 35 anos, resultantes do estreitamento das ligações a Castela e da realização da muito excêntrica viagem do monarca a França. Já no reinado de D. João II, regressou-se à *normalidade*, praticamente sem vistas, exceção feita à receção em Setúbal de um príncipe da região da Senegâmbia, reflexo do estabelecimento de relações amigáveis com potências da África subsaariana. Por norma, a organização destes encontros obedecia a um conjunto de princípios que estavam bem sedimentados desde a época carolíngia, nomeadamente quanto à escolha do seu local. Simbolicamente, os espaços fronteiriços eram apropriados para aproximações de príncipes em igualdade de circunstâncias, por isso não admira que a área compreendida entre Elvas e Badajoz – aberta, plana e sem obstáculos – fosse uma das privilegiadas.

Muitíssimo mais frequentes eram as embaixadas, que neste período continuaram a ser sempre realizadas *ad hoc*. Foi possível identificar 113 missões promovidas pelos reis de Portugal durante estes 62 anos, correspondentes a um ritmo médio de 1,8 por ano – ritmo esse que foi intermitente e muito sensível às conjunturas, mas tendencialmente crescente entre os reinados de D. Duarte e D. João II. O quadro de destinos, que foram 20, é substancialmente mais alargado do que os do tempo de D. João I e da primeira dinastia, fruto da inclusão entres os interlocutores dos reis de Portugal de várias entidades africanas e da multiplicação dos contactos com repúblicas e principados italianos. Ainda assim, o núcleo principal destes negócios não mudou assim tanto: na frente e com destaque continuaram Castela e o Papado. Muito diversificados, os motivos das embaixadas tinham quase sempre no horizonte as questões da guerra e da paz.

A abordagem a estes eventos constitui o eixo central da tese, mas não a esgota. Por isso, antes, em dois capítulos, procurou-se esboçar o quadro geral em que se desenvolveram estes acontecimentos e demonstrar a importância da escrita

noutros contactos; e depois, noutros dois capítulos, tentou-se dar conta do perfil dos agentes envolvidos nas relações externas e traçar as linhas de força da organização, da logística e da concretização prática da diplomacia.

No primeiro capítulo, “O quadro elementar”, arrancou-se com um ensaio historiográfico em que se destaca a excelência do trabalho do Visconde de Santarém e a relativa pobreza da história diplomática dos anos que se lhe seguiram, para depois se notar que a partir de meados do século XX houve um notável esforço de publicação de fontes, mas que, salvo algumas exceções e o que tem acontecido na última década, poucas vezes os investigadores portugueses incorporaram nos seus trabalhos as novidades desta área que iam ganhando vida no estrangeiro. Segue-se a apresentação crítica das fontes que sustentam a tese, que permitiu confirmar que os estudiosos da diplomacia medieval portuguesa estão longe de ter à disposição os “oceanos documentais” que se encontram, por exemplo, na Coroa de Aragão e na Borgonha, mas não estão assim tão carenciados de testemunhos de tipologias diversas que permitam a abordagem de assuntos que têm sido pouco explorados. Por fim, olhando à genealogia destes monarcas e aos formulários da correspondência diplomática de D. Duarte e D. Afonso V, foram elencadas as ligações dos reis de Portugal ao estrangeiro, dando-se conta de um alargamento significativo dos laços de parentesco com outros príncipes durante o século XV, resultado de uma mais diversificada política de alianças da família real e, em grande medida, do casamento de D. João I com Filipa de Lencastre, que entroncou a dinastia de Avis na prolífica descendência de Eduardo III de Inglaterra.

O capítulo seguinte é dedicado à diplomática da diplomacia, o que significa que os documentos relativos aos contactos com o exterior são analisados sob um ponto de vista diferente: em causa deixa de estar a globalidade dos testemunhos de relações diplomáticas, mas exclusivamente os atos que resultavam diretamente dessas atividades. Num tempo que Isabela Lazzarini classificou como “era de comunicação multiplicada”⁴ e em que a escrita estava na base do desenvolvimento dos aparelhos

⁴ LAZZARINI, Isabella – “La communication écrite et son rôle dans la société politique de l’Europe méridionale”. In GENET, Jean-Philippe (dir.) – *Rome et l’État moderne européen*. Roma: École française de Rome, 2007, pp. 265-285.

administrativos dos príncipes, eram vários os tipos de documentos que sustentavam as ligações ao estrangeiro, de que são exemplos os tratados, as cartas de crença, as procurações, os salvo-condutos e as cartas de instruções. Ainda que se preservem em quantidades residuais, em Portugal estes textos não tinham características substancialmente diferentes das dos que eram produzidos noutros espaços, podendo notar-se uma singularidade ibérica ao nível das línguas: numa mesma negociação, era possível que convivessem diversos idiomas, com cada uma das partes a expressar-se no seu. A evolução dos mecanismos de conservação dos documentos que tinham validade jurídica, com destaque para a prática, que remonta ao reinado de D. João I, de elaboração de cartulários temáticos dedicados às relações externas, testemunha a importância que era atribuída a estes atos no seio da administração do reino.

A preponderância da escrita na diplomacia também fica evidente no perfil dos agentes selecionados para representarem os monarcas no estrangeiro, objeto do capítulo cinco. Se é certo que os nobres nunca deixaram de ser majoritários entre o conjunto dos embaixadores, também é evidente que os letrados do desembargo – homens da confiança dos monarcas que tinham formação superior, dominavam línguas estrangeiras e estavam habituados a viajar – foram os que ganharam mais peso durante esta cronologia – correspondiam a um quinto dos embaixadores, mas estavam presentes em mais de metade das embaixadas. Neste tempo em que ainda não havia carreiras especificamente dedicadas aos contactos com o exterior e em que a maioria dos indivíduos que participavam nestas missões fazia-o apenas uma vez, começaram a surgir indícios evidentes de especialização de algumas figuras, com destaque para o caso excepcional do Doutor João Fernandes da Silveira, nomeado para pelo menos 17 missões, nove delas em Castela.

A forma como as embaixadas e outros momentos relevantes da diplomacia se desenvolviam na prática é inquirida no último capítulo, dedicado às finanças, às viagens, aos mecanismos de recolha de informação, às cerimónias e rituais e ao acolhimento de embaixadores estrangeiros. O leque de assuntos é diversificado, mas procurou-se o mesmo em relação a cada um deles: a partir de dados quase sempre fragmentários e de alguns estudos de caso, tentar oferecer visões de

conjunto em que a realidade portuguesa fosse comparada com a de outros espaços. Em geral, concluiu-se que o reino português não escapou ao fenómeno de aprofundamento da “cerimonialização das relações diplomáticas” que José Manuel Nieto Soria identificou para o mesmo período em Castela⁵. Ocasões como a celebração de alianças matrimoniais e o envio e receção de embaixadas assumiram-se como momentos privilegiados de propaganda e legitimação da dinastia de Avis, que tinha como marca distintiva em diversas cerimónias o recurso a elementos simbólicos que remetiam para o exotismo das terras do Sul e do mar oceano.

Num segundo volume, apresentam-se em apêndice quatro árvores genealógicas, seis mapas, 93 notícias biográficas de embaixadores e as transcrições de 96 documentos, com destaque para: as escrituras da segunda parte do manuscrito 180 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, constituída por um caderno coevo sobre a negociação e concretização do matrimónio da infanta Isabel de Portugal com o rei Juan II de Castela; as duas “cartas de Itália” relativas ao casamento de Leonor de Portugal com o imperador Frederico III, conhecidas através de cópias da British Library, que não foram publicadas por Rodrigues Lapa; os numerosos atos do códice 177 do fundo *Manizola*, da Biblioteca Pública de Évora, que dizem respeito aos contactos com o exterior de D. Afonso V e D. João II e envolvem maioritariamente a figura de João Fernandes da Silveira; e os exemplares da correspondência régia recebida pelo município eborense que tocam em assuntos como a receção a embaixadores e a organização do casamento do príncipe D. Afonso com Isabel de Castela.

Em jeito de síntese e de conclusão, assume-se como tese da tese:

A diplomacia dos reis de Portugal, entre 1433 e 1495, era uma área de incidência da governação com considerável dimensão pessoal, dirigida pelo rei e objeto de discussões e deliberações transversais a diversas estruturas da administração, não institucionalizada nem profissionalizada, mas tendencialmente mais especializada

⁵ NIETO SORIA, José Manuel – *Ceremonias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993, pp. 133-135.

e formalizada, bem inserida numa cultura diplomática que era comum à generalidade do Ocidente medieval.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FARIA, Diogo – “*A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*”. Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Porto, em Junho de 2021. Orientação do Professor Doutor Luís Miguel Duarte (Universidade do Porto) e coorientação do Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem e do Professor Doutor Stéphane Péquignot”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 401-410. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

VARIA

VARIA



MEDIEVALISTA

N.º 31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

Carta Por se assim é ... Breves notas

Letter Por se assim é ... short notes

Maria José Mexia Bigotte Chorão

Ex-Arquivista da Torre do Tombo
Lisboa, Portugal

mjmexia@netcabo.pt

Data recepção do artigo / Received for publication: 5 de Março de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5214>



No reinado de D. Afonso V, vários momentos históricos reflectiram-se directamente em campos tão inesperados como a diplomática régia e o funcionamento de alguns domínios da administração, nomeadamente no Desembargo e na Chancelaria. Os momentos são expressamente mencionados nos documentos: “perdoança jeerall per nos facta por Refromar despoboçam de nossas terras”¹, batalha de Alfarrobeira, tomada de Arzila. A tipologia documental dominante na chancelaria é o perdão². O perdão é uma acção de graça em matéria de justiça. Não apaga um acto punível, como a amnistia, antes anula a penalização. A matéria de graça, por definição, reservada ao rei no seu acto inicial, que pode ser a dada de ofícios, de restituição de fama, de levantamento parcial de tempo de degredo, de legitimação e outros –, uma vez atribuída, passava a obedecer à lei, passava a ser inteiramente tratada como matéria de justiça, isto é, cessava a possibilidade de se aplicar qualquer discricionariedade e consequentemente garantiam-se os direitos e legítimas expectativas de terceiros. É o que está espelhado no texto de uma legitimação feita por D. Duarte: “por ela não seja feito prejuízo a alguns herdeiros lídimos se os aí há, ou a quaisquer pessoas que algum direito hajam nas ditas coisas”³. Preocupação semelhante é a de D. Afonso V quando, em 1454, manda que Gomes Eanes de Zurara substitua Fernão Lopes, que fora escrivão da puridade do Infante D. Fernando, e “guardador de nossas escripturas do tombo que estam no castelo” porque estava “velho e flaco”, o qual “huse do dicto ofício e guarde a nos nosso serujço e ao pouoo seu direito”⁴.

Os desembargadores do Paço eram dois, e as *Ordenações* referem, minuciosamente, as respectivas funções e jurisdições. Nos casos referentes a acções de graça eles instruíam o processo: uma vez que a decisão pertencia ao rei, era indiferente a posição deles, mas quando se tratava de agravos ou apelações, ou seja, acções de justiça em que fatalmente tinha que haver uma maioria a ditar a sentença dos

¹ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 2, fol. 45v, 3º doc. Santarém, 16 de Dezembro de 1441.

² O mesmo se diga relativamente à chancelaria de D. João II em que os perdões são mais de metade do total de diplomas.

³ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Duarte*, lv. 1, fol. 60v. Legitimação a Gonçalo Anes.

⁴ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 10, fol.30, nº 4.

desembargadores, e sendo eles só dois, cada um podia ter seu entendimento, e então recorria-se a mais outro desembargador, o terceiro, que assegurasse sempre essa maioria, e por isso se chamava o terceiro dos agravos⁵.

Os actos eram da exclusiva competência dos desembargadores do Paço, e as respectivas atribuições destes magistrados encontram-se minuciosamente descritas, num total de 29 artigos, minúcia de que é exemplo o artigo nº 6:

“...Os Escripvães (*do Desembargo*) teraõ esta maneira. Viram as partes a elles e dar-lhes-ham as petições, e como a parte lha der, o escripvão a veja loguo; e se for de feito que peçaõ perdom, a saber, de feridas, paancadas, roubos, força de molher, o Escripvão pergunte á parte que a há de dar quanto he aas feridas e paancadas, se foram dadas em reixa, se de propósito, e assi o declare na petiçom, e o tempo em que foram dadas, e se nom trouver estromento de contentamento da parte querellosa, em todo caso diga-lhe o Escripvão que vaa por elle e nom ponha a petiçom em roll ataa que o tragua, e quando o trouver faça-lhe o Escripvão pergunta se deu já outra petiçom como aquella, e quantas vezes, e que desembarguo ouve della cada vez que a deu, e assi o ponha no roll, e estas perguntas se façam em todollos casos suso scriptos”⁶.

O mesmo pormenor se diga dos restantes artigos: no caso de feridas – *se for em reixas nova ou de proposito*⁷, fogo posto – *que fizesse dapno a alguem*⁸ – se alguém deixou um preso fugir da cadeia *de proposito*⁹, restituição de fama¹⁰, privilégios, legitimações, entre outros, implicando todos eles um longo circuito processual e correspondente meio de obtenção de prova, e com a agravante de que, para obter o perdão régio o suplicante deveria provar que previamente tinha obtido o perdão da parte ofendida¹¹.

⁵ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordenações do rei D. Afonso V*, lv. I, 4.

⁶ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordenações do rei D. Afonso V*, lv. I, título IV, & 6.

⁷ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordenações do rei D. Afonso V*, lv. I, título IV, & 7.

⁸ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordenações do rei D. Afonso V*, lv. I, título IV, & 9.

⁹ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordenações do rei D. Afonso V*, lv. I, título IV, & 12.

¹⁰ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordenações do rei D. Afonso V*, lv. I, título IV, & 28.

¹¹ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordenações do rei D. Afonso V*, lv. I, título IV, & 2 a 6.

Cedo se começa a ver, durante a regência de D. Pedro, nos registos de chancelaria¹², uma pequena alteração na redacção de alguns diplomas no sentido de um certo facilitismo, de diversidade de critérios e de certa arbitrariedade provavelmente devido à “presença” de alguma *persona grata* que explicaria o privilégio da dispensa de apresentação de provas. Mais ainda: nas acções de graça, as provas que o requerente não apresentava – como devia – eram por vezes mandadas fazer pela coroa, sugerindo que a falta de rigor da instrução dos processos se deveria não só à falta dos requerentes, mas também à necessidade de abreviar o processo burocrático, que facilmente podia não só chegar mas ultrapassar largamente a dezena de itens.

Em 1441 Fernão Vasques, culpado do crime de morte, pede perdão ao abrigo do perdão geral, e é o rei que manda inquirir se em Torres Vedras, terra do morto, vivia algum parente cujo perdão o réu tinha que obter. Depois disso o rei perdoa-lhe, mandando que ficassem acautelados os direitos de eventuais parentes, e quando se refere ao delito em causa, introduz uma pequena reserva: “se não foi de propósito”¹³. Afonso Gonçalves, no mesmo ano, pede aposentação invocando que está doente de uma perna, e é atendido, mesmo sem apresentar comprovação do que afirma e sem ter idade para tal – privilégio devido provavelmente ao facto de ser membro da casa do conde de Vila Real¹⁴.

Por outro lado, um pouco mais tarde, em 1453, Rodrigo Afonso, culpado da morte de um homem, foi perdoado pela “perdoança geral” por ocasião da “guerra que tivemos com o Ifante D. Pedro”. Foi feita a inquirição devassa que provou que a morte tinha sido sem culpa do suplicante, e apresentada a escritura em que o primo do morto declara que não o quis acusar, pede perdão se tivera alguma culpa na dita morte, acrescentando que tinha servido na guerra na companhia de Gonçalo Teixeira, meirinho do Conde de Marialva. Apesar de o suplicante apresentar

¹² Faltam alguns livros do reinado. Os efeitos do terramoto são visíveis em alguns dos códices que chegaram até nós: folhas encadernadas ao contrário, dupla numeração por junção artificial de folhas soltas e cadernos recolhidos no entulho da Torre do castelo.

¹³ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 2, fol. 53, doc. 2º. Santarém, 24 de Novembro de 1441.

¹⁴ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 2, fol. 53, doc. 3º. Montemor, 28 de Outubro de 1441.

documentação que prova abundantemente a sua inocência, ainda assim os desembargadores formulam uma reserva – “que lhe perdoassemos algũa culpa se em a dita morte tinha”¹⁵. Outro fugitivo obtém perdão, e aparece na *dispositio* uma formulação em substituição da anterior reserva: “se assi he”¹⁶.

O ano de 1462 é particularmente elucidativo do deficiente funcionamento dos serviços. Basta ver os registos respeitantes à nomeação de tabeliães em que o incumprimento das regras atinge um grau impensável: inúmeras vezes a chancelaria faz apenas o registo do ofício e também acontece que o registo esteja numa folha¹⁷ e o termo autógrafo de aceitação do tabelião e o sinal em folha diferente¹⁸.

Fernão Lopes, em 1471, estando preso, inscrevera-se no livro dos homiziados e foi servir na tomada de Arzila, e visto o perdão das partes, de que apresenta escritura pública, e o perdão geral pela dita tomada, e, apesar disso, “se assim é como diz e mais não há”, é perdoado¹⁹. Decididamente, alguma coisa se passava para explicar a ocorrência de tanta falta de rigor – as provas apresentadas pecavam ora por exíguas ora por redundantes. É que tanto o Desembargo como a Chancelaria, instituições – pilares da Coroa, sabiam que corriam o risco de falhar, e a reserva constituía como uma segunda natureza, uma medida de segurança, tão interiorizada estava a dimensão do problema: as duas, estavam, na época, subdimensionadas e impunha-se a solução oferecida – um diploma assumidamente provisório, condicional – é disso que se trata quando se fala em carta *por se assim é*.

Algumas doações de matéria de graça, particularmente os ofícios supostamente vagos por perdas imputadas aos seus proprietários, têm, à margem, um pequeno sumário do qual consta o nome do beneficiado, inúmeras vezes acrescentado pela

¹⁵ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 3, fol. 23, doc. 6^o. Évora, 2 de Março de 1453.

¹⁶ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 10, fol. 30, doc. 4^o.

¹⁷ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 1, fol. 31, doc. 4^o.

¹⁸ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 1, fol. 32v, 3^o e último doc., com sinal. Caso extremo: um “registo”, sem intitulação, de perdão pela morte de Pedro Afonso, na condição de que o culpado (nunca mencionado) cumpra as condições das partes; sem elemento topográfico, apenas o ano de 1476. Lv. 6, fol. 25, 3^o doc.

¹⁹ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 21, fol. 5, doc. 4. Lisboa, 5 de Novembro de 1471.

referida expressão. Porém, não encontramos nas *Ordenações Afonsinas*, então vigentes, nenhuma referência a esta tipologia, introduzida nas *Manuelinas*²⁰, precedida de umas palavras como de apresentação, de algo novo (tanto que precisa de apresentação).

Não é verdade que, no século XVI, fosse algo de inteiramente novo: quando se lê a chancelaria régia de D. Afonso V e de D. João II e a seguir se consultam as *Manuelinas* tem-se a impressão de que a prática até então vigente é que “é apresentada” à codificação. Na verdade, o que acontece é que à prática anterior havia sido introduzida uma etapa nova, relacionada com os prazos.

Certamente depois de um perdão geral era de esperar muita movimentação, muitos requerimentos, muito trabalho administrativo. Certamente depois de Alfarrobeira o volume de trabalho não seria menor: nesse tempo foram muitas as solidariedades quebradas, os bens da coroa que, por confisco, mudaram de mãos, muitos os oficiais que tiveram que se defender da acusação de erros praticados – alegadamente ou não – para não ficarem sem os seus officios, muitos os perdões requeridos, sendo que todos estes actos tinham que ser sustentados por escrituras públicas²¹. Tinham, mas nem sempre sucedeu assim. E essas doações, muitas delas estão classificadas justamente como cartas dadas segundo um certo modelo diplomático novo, novo para responder às circunstâncias novas, novo porque ele se impôs. Assim, a carta dada *por se assim é*, reveste-se de duas características: a) é uma carta de doação de alguma matéria de graça, (qualquer matéria de graça – entre elas o perdão), b) é uma carta que obedece a um modelo especial: a prova documental dos pressupostos invocados como os necessários e suficientes para merecer o acto régio pode não ser apresentada, ao mesmo tempo que compromete insistentemente a palavra dada pelo requerente, e por consequência um hipotético diferente apuramento futuro dos factos invocados anula inteiramente a carta.

²⁰ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordenações do rei D. Manuel I*, lv. 1, título LXXV.

²¹ Grande percentagem de cartas de perdão e outras dadas *por se assim é* refere o nome do tabelião em que a requerida escritura fora feita, informação que importa, visto que se perderam quase todos os livros de notas do século XV – dos tabeliões do público e do judicial de todo o país –, século representado pelo livro da Sé de Lamego, e grande parte dos livros do princípio do século XVI (de que é quase excepção o *Livro de notários da Ponta do Sol*, 1532-33). Dessa perda não se pode assacar a culpa (ao menos uma vez) apenas ao terramoto.

A *narratio* faz-se eco dos termos que o requerente aduz, o Desembargo acata, aceitando como boas as informações prestadas pelo impetrante, e concede-lhe a graça pedida, mas com uma novidade, introduzida na *dispositio*: aquele tribunal prescinde da apresentação de prova ou provas²², age na base da confiança – *se assim é* –, porque não pode em tempo útil responder às solicitações. A todo o tempo, porém, era possível verificar situações ilegais. E corrigi-las²³. Mais tarde será estabelecido o procedimento devido, incluindo prazos a observar²⁴. Já no caso de se tratar de matéria de guerra, consciência ou outra que não de graça, qualquer suspeição de que o serventuário do ofício fosse alvo, seria suficiente para lhe ser retirado o cargo sem mais²⁵. Mas não basta que haja verdade naquilo que o impetrante relata – o Desembargo vai muito mais longe: quer a verdade toda, e daí a segunda parte da expressão – *e se mais não há*.

Esta novidade introduzida no Desembargo no reinado de D. Afonso V reflecte a estratégia adoptada por um serviço sem capacidade para responder eficazmente às solicitações. Sinal de litigância de grandes proporções. E de um correspondente acréscimo de trabalho no despacho dos processos.

Não é de estranhar depois de Alfarrobeira: direi que nem depois nem antes. Pois como interpretar, por exemplo, as queixas unânimes e antigas dos povos em cortes sobre as arbitrariedades praticadas pelos senhorios – todos em geral – acerca dos forais?

²² O número de provas que podiam ser pedidas não tem fim: confirmação em caso de fuga, das circunstâncias, inclusivamente se foi acompanhada ou facilitada e por quem, se tirou inquirição de todos os actos referidos, como fora a fuga da prisão, se a porta estava ou não aberta, se o fugitivo se fora inscrever no livro dos homiziados, se pedira mesmo para ir servir fora, se obtivera redução de tempo de degredo ou serviço e onde.

²³ Ver documento 1.

²⁴ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordenações do rei D. Manuel I*, lv. I, título LXXV; e Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Regimentos*, lv. 16, fols. 18-18v., 1517. Ver docs. n.º 2 e 3.

²⁵ Os officios de justiça ou fazenda de que houver notícia de que não são bem servidos, ser-lhes-ão tirados mesmo quando “nam haa prouas tam claras, porem haa quanto abasta para sermos certo sermos delles mal seruido e fazerem mal seus officios e errarem nelles. (...) os possamos tirar dos sobreditos sem para isso lhe sermos em obrigação alguma”. Lisboa, Torre do Tombo, *Ordenações do rei D. Manuel I*, lv. I, título LXXVI.

Mas se Alfarrobeira explica muita litigância, antes o perdão geral foi motivo de grande movimentação, e o mesmo se diga relativamente à tomada de Arzila²⁶, sendo muito diferentes os dois últimos momentos. Um acontecimento jubiloso, como o de 1471, é motivo para festejar com favorecimentos, com actos de indulgência, de graça, um acontecimento em que na população portuguesa não se contavam “derrotados”. As cartas pedidas por *se assim é* aumentam a partir de 1449, em que houve vencedores e vencidos, quando a muitas mercês feitas corresponderam umas tantas tentativas de confisco prévias, em que houve especial necessidade de prover para que os actos de mercê régia não conflituassem nem se traduzissem em actos de injustiça²⁷.

Na verdade, alguns vencedores, julgando-se impunes, tentaram cometer arbitrariedades, e esse comportamento teria pesado na adopção desta tipologia diplomática. Seja como for: a verdade é que neste tempo a acção governativa implicou um volume de trabalho para o qual os serviços não estavam minimamente dimensionados.

As circunstâncias de ordem prática e logísticas levaram a que fosse sentida a necessidade de se encontrar uma solução que permitisse encurtar e ultrapassar a demora própria da litigância²⁸. A premência dos prazos e prejuízos decorrentes do

²⁶ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 21, fol. 5, doc. nº 4. Perdão a Fernão Lopes, morador em Alcochete, por ter ferido dois homens que ficaram *sãos e sem cajão*. Andando amorado, inscreveu-se no livro dos homiziados, e foi servir o rei na tomada de Arzila, e obteve perdão das partes, como consta do instrumento respectivo, feito por Bartolomeu Anes, tabelião no dito lugar, datado de 5 de Outubro de 1471. Vendo o que alega e *se asy he como ele diz e hi majs nom ha* e visto o perdão das partes e o perdão geral, e que o acusado se foi inscrever no livro dos homiziados, o rei perdoa-lhe, em documento passado por Pero da Silveira, do Desembargo do Paço e Petições e pelo desembargador e bacharel em Leis Pero da Costa, e datado de Lisboa, 5 de Novembro de 1471.

²⁷ As *O. A.* datadas de 1446, foram acrescentadas em 27 de Junho de 1449, no Livro V, com o título *CXX Dos que foram na Batalha da Alfarrobeira contra serviço de el Rey*, e outro, título CXXI, sobre outro assunto.

²⁸ Lembrar a necessidade premente de obviar às dificuldades sentidas no universo da administração geral: expressa na delegação de poderes feita pelo rei na figura dos capitães do Brasil nos anos 30 do século XVI. As *Ordenações* dizem a abrir o I Livro, Tít. 15, que a criação de capitães na terra e no mar é o primeiro dos direitos reais do rei. De acordo com a doação das capitánias, “o (*dito*) capitão e governador e todos seus sucessores a quem esta capitania vier possam novamente criar e prover por suas cartas os tabeliães do público e judicial (...) e lhes darão suas cartas assinadas por eles e seladas com o seu selo, e lhes tomarão juramento que sirvam seus ofícios bem e verdadeiramente, e os ditos tabeliães servirão pelas ditas cartas sem mais tirarem outras de minha chancelaria, e quando os ditos ofícios vagarem por morte ou por renúncia ou por erros de *se assim é*, os poderão isso mesmo dar, e lhes darão os regimentos por onde hão-de servir, conformes aos da minha chancelaria, e hei por bem

respectivo incumprimento “forçou” a adopção dessa tipologia documental pelo Tribunal. Já que não era possível agilizar o processo jurídico, os termos em que foi criada a carta de *se assim é* respondiam perfeitamente a tudo quanto era exigível simultaneamente para as matérias de graça e de justiça. A nação entretanto alargava as suas fronteiras e mal “cabia” em si. Houve que inovar – assumindo o Desembargo o carácter provisório, condicional das cartas dadas por *se assi é*. Se havia alguma certeza era a completa impossibilidade de os serviços herdados de tempos anteriores terem capacidade de responderem ao volume de trabalho, e a solução foi a que a realidade impôs: na altura, não se altera a lei, mas, com lucidez, pressiona-se a população a honrar a palavra dada. Afinal em última análise era sempre possível fazer prova do que quer que fosse, até de eventuais declarações falsas. A justiça talvez pudesse esperar, mas não podia falhar.

ANEXOS

Documento 1

Paio Rodrigues, confirmação de aforamento

Dom João cet. «Fazemos saber que a Nós disseram que Lopo Gomes Pestana, escudeiro morador em a nossa cidade de Évora, traz duas boticas que são em a dita cidade, no cabo da Rua da Selaria, junto com a praça onde lavram os ourvíses, aforadas em fatiota por certo foro em cada um ano e que não tem o dito aforamento nossa confirmação segundo direito e nossa ordenança, pela qual cousa ele perde o dito aforamento e lhas podemos tirar e dar a quem nossa mercê for. E ora, querendo Nós fazer graça e mercê a Pai Rodrigues cavaleiro de nossa Casa, seu genro, se assi é que as ele perca pelo que dito é, ou per qualquer outra maneira que seja... Temos por bem e fazemos-lhe dela[s] mercê per aquele foro e maneira que as o dito Lopo Gomes de Nós traz e esto assi e per a guisa que as o dito Pai Rodrigues até qui foi per

que os ditos tabeliães...” Instalada junto do capitão, de cada capitão, havia naturalmente uma chancelaria, embrionária mas não dispensável, e um arquivo régio, uma *Torre do Tombo* onde em princípio se esclareciam os erros por *se assim é*, ou seja, esta tipologia documental era mesmo de importância capital, tanto que *forçou* a sua entrada nas *Ordenações*.

carta de se assi é del rei meu senhor e padre... E porém mandamos ao nosso contador cet., que sendo citado e ouvido cet. senão no cabo onde se a nota dela acaba porão Com tal condição que tanto que em posse delas for, venha tirar sua carta de aforamento e confirmação, segundo nossa ordenança cet». Dada em... «El rei o mandou per Martim Vaz cet., vedor da Fazenda. Gaspar Luís a fez». (L. N.: *Odiana*)²⁹

Documento 2

Quanto tempo duram as Cartas impetradas por se assi he. E do que ouue perdam depois de as ditas Cartas serem impetradas

Porquanto muitas pessoas impetram de nós ou de nossos oficiais que para elo nosso poder têm, cartas de dadas de ofícios ou de alguma fazenda ou outras coisas por se assi he, e depois de as terem se leixam estar sem citarem nem demandarem as partes contrárias de que se seguem muitos inconvenientes, ordenamos que quando alguma pessoa impetrar tal carta por se assi he, cite a outra parte contrária dentro de seis meses do dia que a dita carta for feita, e não o começando a demandar dentro do dito tempo, não poderá jamais pela dita carta demandar seu adversário em tempo algum, e a dita dada e mercê que lhe assi era feita pela dita carta será de nenhum efeito. E posto que nesse tempo dos seis meses a parte contrária haja nosso perdão, não prejudicará à parte que já tinha nossa carta passada pela chancelaria³⁰.

Documento 3

Alvara pera sobre (*sic*) os ofícios que se pedem por *se asy he*

²⁹ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João II*, lv. 6, fol. 78, doc. 2º. Évora, 8 de Junho de 1482. O documento foi-me facultado pela Susana Pedro, a quem agradeço, e faz parte do projecto de leitura integral da chancelaria de D. João II, promovido pela Comissão dos Descobrimentos, levado a cabo por um grupo de trabalho sob a orientação geral do Prof. Borges Nunes.

³⁰ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordenações do rei D. Manuel I*, lv. I, título LXXV.

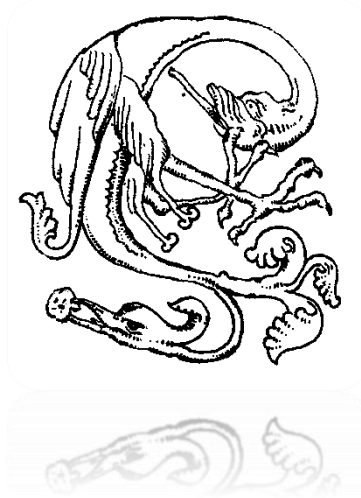
Nos el Rey fazemos saber a vos vedores de nosa fazenda que avendo nos Respeito como as pessoas que te quy pidiam os officios per eros aquelles que os de nos tinham nom pagavam deles outra cousa saluo a chamcelaria ordenada era azoo de lhe darem fadiga e trabalho quando lhe nom provam os ditos eros e querendo a ello prover como nos parecer bem e nosso seruiço ordenamos ora que daquy em diante toda pessoa que pidir quallquer ofiço que seja per eros e lhe for outorgado per nos ou per quem nosso poder ou autoridade teuer pera yso pagem do dito oficio a metade do preço e comthia que pagaria se lhe fosse dado per vaga e sendo a parte condenada per sentença finall em perdimento do dito oficio ou que nom queira apelar nem agravar queremos que alem de o perder pague de pena o preço jmteiro em que o dito oficio estiver avaliado, scillicet, a metade per aquelles lho pidio e a tiver paga em nosa chamcelaria e a outra metade se arrecadara pera nos porque fazendo o semelhante official taees eros per que o deva perder he rezam e Justiça que nam somente o perqua maas ajmda que pague a dita penna de dinheiro e posto que a parte que o tall oficio pidir aja dele a dita sentença nom sera metido em pose dele te primeiro aver diso nosso despacho de como pagou e nas cartas que pasarem dos semelhantes ofiços jra loguo posta e decrarada a dita crausola e pera mays brevidade da parte e aver majs asinha a pose do dito oficio as justiças da terra a que esto//18v// pertemçer fara fazer enxuqueçcam nos beens dos comdanados per que se aja o preço do dito oficio que a de ser o dobro do que se pagou pla carta quando dito oficio deremos e a metade delle façam enviar a nosa corte e aver diso a dita provisam e a outra metade se dará a dita parte Porem vos mamdamos a vos e asy ao nosso chamcharell moor espriuem da poridade e pessoas outras a que esto pertemçer que hasy o cumpraes e guardees e façaes cumprir e guardar como aquy he comteudo e este aluara

far se a asentar no liuro dos Regimentos de nosa fazenda feito em almeirjm aos ix dias do mees de Novembro Antonio de Neiuia o fez anno de mjll b^c xbij³¹.

³¹ Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Ordenações, Leis e Regimentos de D. Manuel*, lv. 16, fols. 18-18v.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MEXIA, Maria José – “Carta *Por se assim é ...* Breves notas”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 413-424. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt> .



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

Cistercian Worlds.
Conferência Internacional

Cistercian Worlds.
International Conference

Catarina Fernandes Barreira

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

cbarreira@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0174-1025>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Novembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5222>



O congresso internacional *Cistercian Worlds* foi uma iniciativa de Emmie Rose Price-Goodfellow e Jack Ford, dois jovens investigadores do Centre for Medieval Studies, da Universidade de York, que decorreu por zoom nos dias 1 e 2 de julho de 2021.

O congresso pretendia debater de que modo os diferentes contextos, a sua variedade e características afetaram as várias comunidades cistercienses, ao longo dos séculos, bem como os seus membros, e como foi construído o conceito de “ser cisterciense” na sociedade medieval. O que significava “ser cisterciense”? Como se construiu esta identidade na arte, na liturgia e na espiritualidade? Como é que esta identidade operou nos diversos contextos político-sociais? Como foi entendida por patronos e mecenas da época? Como se construíram as redes cistercienses? De que modo operaram? Todas estas questões serviram de ponto de partida para o debate, apoiado nas investigações sobre a Ordem de Cister feitas nas últimas décadas.

O congresso decorreu num formato de comunicações plenárias (por convite) e sessões paralelas (resultantes da resposta ao *call for papers*), e contou com a participação de cerca de meia centena de intervenientes, entre *keynotes*, oradores e moderadores, um formato que estimulou o debate e permitiu a troca de ideias entre investigadores mais jovens e outros com mais experiência.

A conferência de abertura foi proferida por Emilia Jamroziak (Universidade de Leeds), que dissertou sobre o tema *Cistercian Studies in the Twenty-first Century and the Journey Ahead*, trazendo para o debate os desafios que se colocam na atualidade aos investigadores especialistas em estudos cistercienses.

O Instituto de Estudos Medievais (IEM, FCSH NOVA) e os projetos de investigação *Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção: Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo* (PTDC/ART-HIS/29522/2017) e *Livros, rituais e espaço num Mosteiro Cisterciense feminino. Viver, ler e rezar em Lorvão nos séculos XIII a XVI* (PTDC/ART-

HIS/0739/2020) estiveram representados através de três painéis, com a designação-chapéu *Cistercian Worlds in Portugal*, onde comunicaram cerca de uma dezena dos seus investigadores.

A participação portuguesa teve início com uma breve apresentação, pela mão da investigadora principal, Catarina Fernandes Barreira (IEM, NOVA FCSH), do projeto *Horizontes Cistercienses*, já no seu terceiro ano de funcionamento, de forma a contextualizar os três painéis.

De seguida, teve início o primeiro painel dedicado ao tema *Cistercian worlds in Portugal – Worlds in Flux*, o qual abriu com a conferência de Jonathan Wilson (IEM, FCSH NOVA), doutorado contratado do projeto *Horizontes Cistercienses*, sobre *The Early Private Documents of Santa Maria de Alcobaça*. Nesta conferência, o referido investigador apresentou um conjunto constituído por cerca de uma centena de diplomas coevos da fundação do Mosteiro de Alcobaça, até 1200, que documentam as relações desta comunidade com outras instituições, nacionais e internacionais, em que destacou o papel de Cîteaux e de Clairvaux. Seguiu-se a comunicação de Maria João Branco (IEM, NOVA FCSH), intitulada *Canon Law in Alcobaça: a contradiction in terms?*, em que foi abordado o papel desempenhado pelos monges de Alcobaça como juízes delegados e como conselheiros ou representantes do rei português entre a segunda metade do século XII e os inícios da centúria seguinte. Maria João Branco destacou o papel destes homens, as razões da sua escolha e os casos em que estiveram envolvidos, bem como a sua relação com o rei de Portugal, o papado e a Ordem de Cister. Este primeiro painel terminou com a comunicação de João Luís Fontes (IEM, NOVA FCSH) e Paulo Lopes (IEM, NOVA FCSH), intitulada *A failed project: the fifteenth-century portuguese launch of the Benedictine Observance*, através da qual os dois investigadores abordaram, no contexto português de inícios do século XV, o papel do abade D. Gomes Eanes e a tentativa de introdução da reforma beneditina em Portugal pelo rei D. João I e pelo seu sucessor, D. Duarte, a partir de uma análise da correspondência trocada pelo abade e dos documentos do Mosteiro de Alcobaça.

O segundo painel foi dedicado ao tema *Manuscripts: materiality and content in late twelfth century Portugal* e teve início com uma comunicação de Catarina Fernandes Barreira (IEM, NOVA FCSH): *Three Books from Alcobaça – a View from the Liturgy*. Nesta, a investigadora apresentou, de forma breve, três códices litúrgicos com origem no *scriptorium* de Alcobaça, estudados no âmbito do projeto *Horizontes Cistercienses*. Por intermédio desse estudo, foi possível avançar com a respetiva datação crítica, perceber o longo período em que estiveram a uso por parte da comunidade e, através do estudo da liturgia, as circunstâncias e modalidades em que foram utilizados. De seguida, foi a vez de Conceição Casanova, co-investigadora principal dos projetos (REQUIMTE, NOVA FCT), e Catarina Gonçalves, bolsista de investigação do projeto, ambas da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, apresentarem o estudo *Bookbinding through Time – Singularity and Regularity in Santa Maria de Alcobaça*. Nesta comunicação foram apresentadas as potencialidades de um exame material rigoroso à evolução das técnicas de encadernação de um conjunto de códices originários do Mosteiro de Alcobaça, questionando que dados e informações se poderão retirar de tal análise e de que modo essas informações enriquecem o conhecimento que temos sobre a trajetória biográfica destes livros. Por fim, este painel ficou concluído com a apresentação das investigadoras do Laboratório HERCULES, da Universidade de Évora, Catarina Miguel, Silvia Bottura-Scardina e Shatila Algaf, dedicada ao tema *Pigments, Paints and Blushes – the Palette of Illumination in early Alcobaça*. Nesta comunicação foram apresentadas as composições materiais (isto é, a nível molecular, e usando técnicas laboratoriais não invasivas) dos três códices litúrgicos já mencionados, o que permitiu contextualizar os materiais usados no *scriptorium* alcobacense nos seus primeiros tempos e perceber como se fez a sua evolução ao longo dos séculos, através da análise material daquilo que foi sendo adicionado aos códices em épocas posteriores. Permitiu ainda compreender de que modo o *scriptorium* alcobacense também construiu a sua identidade através dos materiais usados, em relação a outros mosteiros como Clairvaux.

A terceira e última sessão foi dedicada aos mosteiros femininos em Portugal (*Cistercian Women's Houses in the Iberian Far-West*) e abriu com a apresentação de Luís Miguel Rêpas (IEM, NOVA FCSH): *The Wives of Christ: female Cistercian*

communities in the Middle Ages. Esta intervenção centrou-se numa visão comparativa das sete comunidades cistercienses portuguesas, todas instituídas no século XIII, mas muito diferentes entre si. Estas disparidades tiveram origem, por um lado, no contexto da sua fundação e, por outro, na localização de cada uma destas casas monásticas, e na sua implantação numa rede conventual mais vasta, que acabou por se refletir na maior ou menor capacidade de recrutamento das mesmas e, sobretudo, no estatuto social das mulheres que compunham estas comunidades. Seguiu-se uma intervenção de Catarina Fernandes Barreira (IEM, NOVA FCSH), investigadora principal, de Conceição Casanova, co-investigadora principal (REQUIMTE, NOVA FCT), e de Catarina Miguel (Laboratório HERCULES, Universidade de Évora), a propósito do projeto recém-aprovado sobre o Mosteiro de Lorvão: *Four Centuries of Books, rituals and nuns; Lorvão from the thirteenth to sixteenth centuries*. Nesta intervenção as investigadoras apresentaram os objetivos e as linhas gerais do projeto, bem como as tarefas a desenvolver pela equipa. Por fim, a participação portuguesa foi encerrada com a intervenção de Mário Farelo (IEM, NOVA FCSH), e Luís Miguel Rêpas (IEM, NOVA FCSH): *Visitations and Revelations: recent discoveries from the late fifteenth century*. Esta comunicação incidiu na apresentação do projeto editorial de publicação de um conjunto de visitações medievais a mosteiros portugueses, na sua grande maioria inéditas, sublinhando algumas das suas potencialidades para o estudo das comunidades cistercienses femininas na segunda metade do século XV, com informações significativas ao nível dos espaços monásticos.

Podemos dizer com satisfação que os resultados apresentados nestes três painéis e, em particular, o trabalho interdisciplinar desenvolvido até ao momento pelo projeto *Cistercian Horizons* tiveram um impacto significativo na comunidade internacional, quer pelo seu pioneirismo, quer pelas metodologias desenvolvidas pela equipa, quer ainda pela qualidade e quantidade de informações recolhidas até ao momento.

As outras sessões deste congresso foram dedicadas a diversas facetas dos Cistercienses, como o pensamento cisterciense, a sua diversidade e o modo como escreveram a sua história, ou o papel das mulheres na liturgia e na espiritualidade. Versaram ainda sobre as paisagens cistercienses, os contactos entre comunidades,

o modo como os cistercienses viram “o outro”, a arte cisterciense, os seus mecenas ou os modos de viver a enfermidade e a morte. Esta diversidade temática estendeu-se por uma vasta área geográfica, desde a Península Ibérica aos territórios da Dinamarca e da Noruega, passando pelas Ilhas Britânicas.

Destacamos algumas destas sessões, como a dedicada às comunidades cistercienses femininas: *Cistercian Women: Liturgy, Spirituality and Power*, em particular a primeira comunicação, de Elizabeth Freeman (Escola de Humanidades da Universidade da Tasmânia), intitulada *Medieval Cistercian Nunneries and Their “Outdated” Liturgical and Consuetudines Manuscripts*, que refletia sobre alguns manuscritos litúrgicos e de apoio à prática litúrgica, com origem em mosteiros masculinos, que acabaram por fazer parte de mosteiros femininos. A investigadora pretendia refletir sobre as questões em torno das diferenças entre códices de casas masculinas e femininas, nomeadamente a partir de dois aspetos: a desatualização litúrgica, e as diferenças entre a prática litúrgica emanada do Capítulo Geral e a prática litúrgica local. Elizabeth Freeman partiu do conhecido Breviário cisterciense de 1147 oferecido às monjas de Saint Just cerca de dois séculos depois; do Breviário de Clairmarais e da tradução francesa dos *Ecclesiastica Officia* mais a Regra de São Bento, numa intervenção muito interessante.

Na sessão 2b, *Cistercian Thought: Cognition, Law and Philosophy*, destacamos a intervenção de Eduardo Carrero Santamaría (Universidade Autónoma de Barcelona), sobre *The Ecclesiastica Officia through the Senses: An Approach to the Cistercian Ideal of Staging the Liturgy*. Nesta intervenção, o investigador começou por mencionar, de forma breve, como nos podemos aproximar da sonoridade dos espaços monásticos e dos problemas em torno de uma “acústica cisterciense” (como se fez em Sénanque, Thoronet e Silvacane). Existem dificuldades em falar de “dispositivos acústicos” usados nas igrejas porque não nos chegaram provas de que funcionaram e também se desconhece se eram para projetar o som ou para o abafar. Daqui o investigador passou para os problemas de compreensão do som das leituras dos textos e de como os monges e os conversos ouviriam os sons no interior das igrejas monásticas, não esquecendo a presença do mobiliário, nomeadamente o coro, e a influência que isso poderia ter na perceção dos sons.

No segundo dia, o conferencista foi o professor Constant J. Mews (Centre for Religious Studies, Universidade de Monash, Austrália), que dissertou sobre o tópico *Redefining the Soul in Cistercian Perspective: Reason, Affect and the Path of Music*, uma problematização feita a partir dos textos de vários autores, uns cistercienses, outros não.

Neste dia destacamos a sessão 4, dedicada ao tema *Cistercian Networks*, e a intervenção de Ghislain Baury (Le Mans Université), intitulada *Cistercian Nunneries Networks in Castile (12th-13th centuries)*. Nesta, o investigador apresentou um projeto de investigação, intitulado *RECIMA - Réseaux cisterciens au Moyen Âge*, que pretende cruzar os estudos em rede com os estudos cistercienses, e que se centra nos mosteiros situados em Castela nos séculos XII e XIII. A partir da documentação existente, num total de 2 500 textos sobreviventes, das três dúzias e meia de mosteiros existentes, foi constituída uma base de dados, onde cerca de 700 documentos testemunham ocorrências e/ou contactos entre dois mosteiros femininos ou entre uma casa feminina e uma masculina (para o ilustrar, Ghislain Baury mostrou algumas representações gráficas destas redes institucionais). Das análises (sociogramas) a estas ocorrências podemos perceber a existência de laços fortes e fracos entre as comunidades femininas ou entre estas e os mosteiros masculinos.

Ou ainda a sessão 5b, dedicada ao tema *Cistercians, Illness and Death*, onde Amelia Kennedy (Universidade de Yale) debateu questões em torno da doença e da morte em contexto cisterciense (*Crip Time in the Medieval Monastery: Cistercian Writers on the Time-Scapes of Infirmary, c.1150-1250*) e Edmund Wareham (Saint Edmund Hall, Universidade de Oxford), que se deteve nos rituais litúrgicos relacionados com a morte em comunidades femininas cistercienses alemãs, em tempos de reforma (*From this World to the Next: Rituals around Death in South-West German Cistercian Nunneries*). Na primeira intervenção, de Amelia Kennedy, foram analisadas narrativas monásticas relativas à enfermidade para perceber de que modo estas se entrosaram com histórias de milagres cistercienses e com as *vitae* dos séculos XII e XIII. Apesar de os escritores cistercienses terem olhado para as enfermidades e para o tempo passado nas enfermarias dos mosteiros como algo negativo, como uma

interrupção do progresso de edificação espiritual, estas narrativas também reconheciam às doenças um valor redentor.

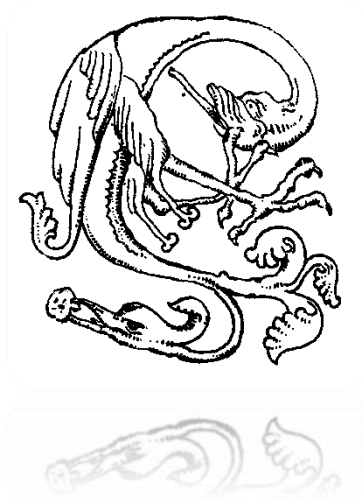
Outra sessão de interesse foi a dedicada às manifestações artísticas cistercienses, *Cistercian Art and Architecture II: Royal Connections*, em que a intervenção de Herbert González Zymła (Universidade Complutense de Madrid), intitulada *Ceremonies and Architecture in the Monastery of Saint Mary of Piedra*, se centrou na relação entre a arquitetura e a especificidade da *performance* litúrgica no Mosteiro de Santa Maria da Pedra, ao longo da Idade Média, a partir de um conjunto diversificado de fontes.

A terminar o congresso, a mesa-redonda final contou com a participação de Janet Burton (Universidade de Wales Trinity Saint David), Jesse Harrington (Universidade de Cambridge), Emilia Jamroziak (Universidade de Leeds), Amelia Kennedy (Universidade de Yale) e Martha G. Newman (Universidade do Texas, Austin), e proporcionou um debate bastante profícuo sobre (quase) todos os temas abordados nos dois dias de congresso, tendo sido moderada pelos dois organizadores do mesmo, Emmie Rose Price-Goodfellow e Jack Ford.

Este congresso de dois dias, organizado por um grupo de investigadores jovens e dinâmicos, foi, também, bastante significativo pelo facto de ter permitido aos estudiosos das temáticas cistercienses perceber quais são os trabalhos e as investigações que estão neste momento em curso, quer individuais, quer no âmbito de projetos de investigação, e por favorecer os contactos e a troca de ideias entre os participantes. Em última instância, também contribuiu para a disseminação das investigações em curso nas universidades e nos diversos centros de investigação que se dedicam ao estudo da Idade Média e, em particular, a estudos cistercienses.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Cistercians Worlds. International Conference”.
Medievalista 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 425-433. Disponível em
<https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

Actividade Científica do GEsOS em 2021

Scientific Activity of GEsOS in 2021

Isabel Cristina Ferreira Fernandes

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1099-032 Lisboa, Portugal

Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago – Município de Palmela
2954-001 Palmela, Portugal

Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
7000-849 Évora, Portugal

isacrisff.ed@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0725-7768>

Data recepção do artigo / Received for publication: 8 de Dezembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5224>



O GESOS - Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, do Município de Palmela, foi criado em 1997 e passou a funcionar em instalações próprias, no castelo de Palmela, desde 2001. Nas suas finalidades inclui a promoção da investigação historiográfica na área dessas Ordens, a divulgação do património histórico, documental, arqueológico e edificado das Ordens Militares e a publicação de estudos nesta área. No âmbito temático da sua ação integra ainda a arquitectura militar, que não apenas a relacionada com as Ordens Militares.

Depois do difícil ano de 2020, em contexto pandémico, o GESOS apostou, em 2021, na retoma da atividade com privilégio do reencontro presencial, que sempre considerou determinante para um bom clima de comunicação. Assim, calendarizou e concretizou uma série de iniciativas que, na sua maioria, se concentraram no outono de 2021.

A primeira delas, a que rompeu o ciclo de enclausuramento e de opções *on-line*, foi o 17.º *Curso sobre Ordens Militares*, intitulado *Casas das Ordens Militares*, com coordenação científica de Luís Filipe Oliveira, que se desenvolveu em 22 e 23 de maio, em parceria com o Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa. O tema deste curso centrou-se na análise das casas das comendas das Ordens, num propósito iniciado num outro curso, em 2014, que incidiu sobre as comendas urbanas e cujos textos foram publicados (Edições Colibri, 2016). Neste 17.º Curso estudaram-se aspectos da organização e gestão das casas e comendas, as redes que estabeleciam, os recrutamentos que faziam em meio urbano, os cultos que nelas se promoviam, os negócios e as explorações que dinamizavam e que proporcionavam às Ordens os necessários proventos.

Luís Oliveira abriu o curso com uma reflexão sobre a relevância de conhecer melhor essas casas, sobretudo ao nível da sua organização e gestão, do relacionamento com as elites locais, do seu envolvimento no quotidiano económico e social urbano. Paula Pinto Costa reflectiu sobre *O património edificado de Leça do Balio*, Saúl Gomes falou

das *Comendas das Ordens Militares em Coimbra*, Mário Viana abordou *O património urbano e rural das Ordens Militares em Santarém nos séculos XII-XIV* e coube a Mário Farelo tratar das *Ordens Militares na Lisboa medieval*. As casas e comendas a sul do Tejo foram analisadas por Rui Mesquita Mendes, que dissertou sobre *A Ordem de Santiago em Almada*, por José Manuel Vargas, sobre *A importância local das comendas de Alhos Vedros, Aldeia Galega e Alcochete* e por Joaquim Serra, sobre o *Património urbano das Ordens Militares na Évora Tardo Medieval*.

As sessões teóricas terminaram com o lançamento da obra das Edições Colibri “As Origens da Ordem de Santiago em Portugal”, da autoria do historiador Mário Cunha. O segundo dia foi dedicado a uma visita de estudo ao património arquitectónico e artístico de Alcochete e de Alhos Vedros (Moita) relacionado com a Ordem de Santiago.



Fig. 1 – Cartaz do 17.º Curso sobre Ordens Militares.

Em 10 e 11 de setembro de 2021 foi a vez de, em parceria com a AIHM - Associação Ibérica de História Militar (Séculos IV-XVI), organizar e realizar um colóquio sobre o tema *Recrutamento e Organização Militares na Península Ibérica (séculos IV-XVI)*.

A Associação Ibérica de História Militar foi criada em 2015 e tem sido dirigida pelos professores João Gouveia Monteiro (Universidade de Coimbra) e Francisco García Fitz (Universidade de Extremadura), apresentando como principais objetivos: promover estudos de história militar entre os séculos IV a XVI, em especial da Península Ibérica; organizar reuniões científicas sobre esta temática; estimular projetos de investigação e publicações conjuntas e colaborar com outras associações congéneres, nacionais ou estrangeiras. O colóquio reuniu um grupo significativo de comunicantes, na sua maioria jovens, que partilharam com os assistentes as novidades das suas pesquisas e proporcionaram interessantes debates. Contou com uma abordagem à organização e administração militares na “Spania Bizantina” (Gustavo Gonçalves), estudos de caso para Valencia, sécs. XIII-XV (Pablo Sanahuja Ferrer) e para a região de Ribacoa, séculos XII-XIII (Carlos Afonso). Foram tratados aspectos da mobilização militar nos concelhos alentejanos no reinado de D. João I (João Rafael Nisa) e, mais especificamente, a mobilização portuguesa e castelhana-leonesa para a batalha de Aljubarrota (José Luís Costa Hernández). *A cadeia de comando nas frotas do Portugal medieval* foi analisada por Elise Cardoso. Os finais da Idade Média foram contemplados com quatro intervenções: *O corpo dos espingardeiros em Portugal, no século XV*, por Pedro Sebastião; *De armas vestidos: as guarnições portuguesas no Magrebe nos finais da Idade Média*, por António Martins Costa; *Mouriscos e Mouros de Pazes na organização militar portuguesa no Norte de África, c. 1459-1518*, por Paulo Dias; *Arcabuceros en la conquista de México, 1519-1521*, por Dario Testi.

A conferência de encerramento ficou a cargo do presidente da direção da AIHM, João Gouveia Monteiro. Sob o título *O Recrutamento para a Guerra no Portugal medieval. Certezas e Interrogações*, expôs o ponto de situação da investigação nesta temática e delineou caminhos a percorrer, especificando as áreas para as quais, na sua perspectiva, será importante direccionar a pesquisa.

O evento integrou ainda a apresentação do estudo vencedor da III edição do *Prémio Jovens Investigadores* (prémio instituído pela AIHM e patrocinado pelo Banco Santander) – “Estrategia y Táctica Militar en la Castilla del siglo XV, 1407-1492”, da autoria de Ekaitz Etxeberría Gallastegi, doutorado em História pela Universidad del

País Vasco. Compreendeu ainda a apresentação de três livros: duas obras colectivas, publicadas pela editora La Ergástula: “Fechos de Armas. 15 hitos bélicos del Medievo Ibérico (siglos XI-XVI)” e “De Fusta e de Fierro. Armamento Medieval Cristiano en la Península Ibérica (SS. XI-XVI)”, o primeiro coordenado por Martín Alvira Cabrer e o segundo por este mesmo investigador e por Miguel Gomes Martins; a obra *Recrutamento no exército português. Do Condado Portucalense ao Século XXI*, coordenada por Luís Barroso e Carlos Filipe Afonso, uma edição Fronteira do Caos e Comando do Pessoal do Exército.

O colóquio terminou, na tarde do segundo dia, com uma visita de estudo ao Castelo de S. Jorge, orientada pela directora do monumento, Maria Antónia Amaral.



Fig. 2 – Sessão de trabalhos do colóquio *Recrutamento e Organização Militares na Península Ibérica (séculos IV-XVI)*. Foto Paulo Alexandre – CMP.

Um mês depois, a 9 e 10 de outubro, no âmbito do Dia Nacional dos Castelos, o GESOS levou a efeito o curso *Castelos e Muralhas Urbanas no Portugal Medieval*, dirigido por Luísa Trindade, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A atratividade do tema “castelos medievais” levou a Palmela cerca de oito dezenas de participantes. No primeiro dia de sessões aprenderam mais sobre a defesa das cidades nesse período, a evolução das suas muralhas e castelos, as suas múltiplas funcionalidades, a relação intra e extra-muros, os casos de Porto, Lisboa e Évora e ainda o restauro destas estruturas no séc. XX e a forma como as conhecemos e

usamos hoje. O segundo dia compreendeu uma visita de estudo, também orientada por Luísa Trindade, aos castelos de Pombal, da Lousã e de Montemor-o-Velho.



**Fig. 3 – Sessão do curso *Castelos e Muralhas Urbanas no Portugal Medieval*.
Foto Paulo Alexandre – CMP.**

A 30 de outubro, em colaboração com a Mostra Espanha 2021 (Ministério da Cultura de Espanha), o GESOS co-organizou em Palmela três eventos centrados no tema do *Caminho de Santiago*. O primeiro foi o Colóquio *Espanha, Portugal e o Caminho de Santiago. Caminhos do Caminho*, coordenado por Feliciano Novoa Portela e pela subscritora desta notícia.

O Mito de Santiago, por Feliciano Novoa e *O Norte Peninsular ao Tempo da Descoberta do Túmulo de Santiago*, por Paulo Almeida Fernandes, proporcionaram o enquadramento histórico e lendário das origens do culto a São Tiago e da peregrinação compostelana. José António Falcão, com uma comunicação intitulada *Peregrinatio ad limina: Dinâmicas, Motivações, Tipologias*, dirigiu a atenção para a dimensão do sagrado, dos rituais e da imagem nas peregrinações de diversas religiões, para deter-se depois na análise das práticas cristãs neste domínio. A aproximação pela via da história da arte foi protagonizada por Carla Varela Fernandes, que através da intervenção *Com Bordão ou com Espada. Representar Santiago em Portugal na Idade Média* forneceu a sua leitura da imaginária relacionada com o santo.

O Caminho para a Música, por Manuel Pedro Ferreira, conduziu os assistentes numa viagem pela música que se tocava e escutava nos contextos medievos do Caminho e Viriato Soromenho Marques, em *Um Caminho para a Natureza*, dissertou sobre a relação entre o peregrino e a natureza, a remeter para uma mensagem ecológica.

O formato do colóquio foi definido com dois momentos de debate: um primeiro, de cariz filosófico, entre um pensador de pendor racionalista, João Zilhão e uma mística, amante do sufismo, Mardía Herrero; um segundo, pensado para a troca de opiniões no âmbito da trilogia *Turismo, Religião e Cultura*, em ano Jacobeu, e que teve como intervenientes Teresa Ferreira, do Turismo de Portugal e Cecília Pereira, comissária do Xacobeo 2021/22. O colóquio foi seguido por dois eventos no Castelo de Palmela - Igreja de Santiago: a inauguração da exposição de pintura de Alicia Aradilla “O Caminho Ilustrado”, patrocinada pela AFundación (ABanca) e o concerto de guitarra “Lorca Peregrino”, por Samuel Diz, com a participação do tenor Jonatan Alvarado.

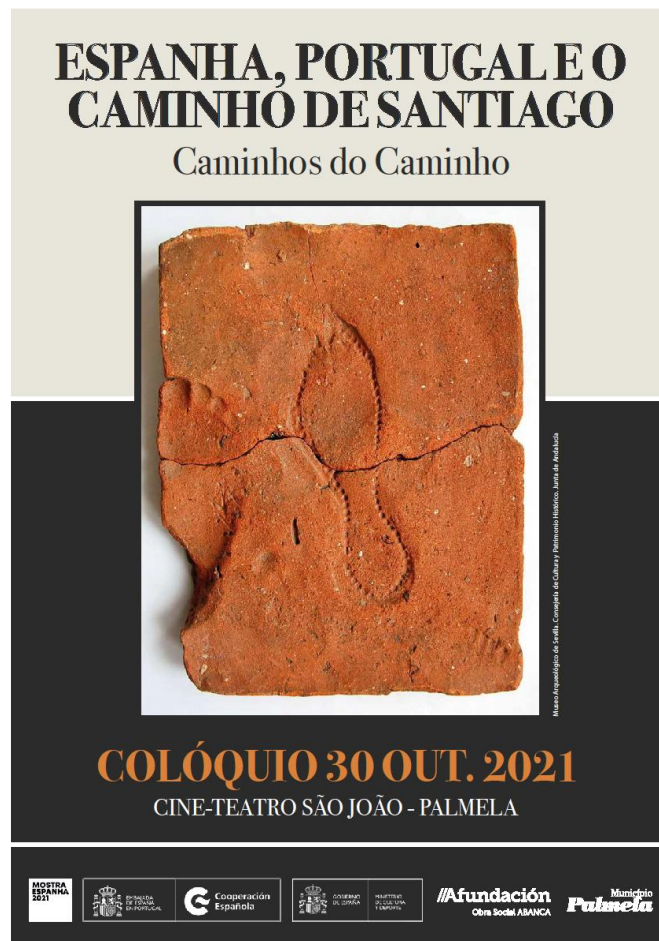


Fig. 4 – Cartaz do Colóquio *Espanha, Portugal e o Caminho de Santiago. Caminhos do Caminho*.



Fig. 5 – Sessão do Colóquio *Espanha, Portugal e o Caminho de Santiago. Caminhos do Caminho.*
Foto Paulo Alexandre – CMP.

A edição dos textos apresentados no VIII Encontro sobre Ordens Militares – Ordens Militares, Identidade e Mudança –, realizado em junho de 2019, completa o conjunto de realizações do GESOS em 2021.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – “Actividade Científica do GESOS em 2021”.
Medievalista 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 435-443. Disponível em
<https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

Em ano de peste, muito ficou por renovar

In a year of plague, much remained to renew

Luís Urbano Afonso

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História
1600-214 Lisboa, Portugal

luis.afonso@campus.ul.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9394-8954>

Data recepção do artigo / Received for publication: 12 de Dezembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5225>



Correndo a peste entre nós pelo segundo ano consecutivo, forçando confinamentos e restrições de vária ordem, fenómenos inimagináveis no século presente, tão moderno e avançado, a crua realidade dos surtos pestíferos do Antigo Regime entrou-nos portas adentro, de supetão, estilhaçando vidas, empregos e hábitos que julgávamos garantidos. Foi desta forma estranha, por aproximação de realidades, que os astros decidiram contribuir para tornar presente os 500 anos da morte de D. Manuel, um monarca nato, criado e finado no seio da pestilência. Foi por ela que nasceu na pitoresca vila ribatejana de Alcochete, em 1469, refúgio habitual da corte sempre que surgiam surtos pestíferos. E foi a peste que o levou, a 13 de dezembro de 1521, não lhe dando tempo para fugir para a outra banda, rio acima.

“Vi o reino renovar”, disse Garcia de Resende

Organizar uma exposição e um catálogo neste contexto de pandemia não foi tarefa fácil. À exiguidade crónica de recursos financeiros dos museus nacionais, amplamente compensada pela prodigalidade dos escolhos burocráticos, somou-se o estrangulamento dos fluxos de informação. A conjugação destes fatores terá ditado muito da natureza da exposição e do catálogo que aqui examinamos, nas suas qualidades e limitações. Intitulada *Vi o reino renovar: arte no tempo de D. Manuel I*, a mostra em causa esteve patente no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) no verão passado, entre 24 de junho e 26 de setembro, tendo o volumoso catálogo, com quase 300 páginas, e de igual título, sido lançado na mesma ocasião. A empreitada resultou da união de esforços de três entidades públicas conhecidas pela riqueza do património cultural e artístico que preservam e pela penúria dos recursos humanos e financeiros necessários ao seu regular funcionamento: o MNAA, a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). Do primeiro veio o grosso das obras de arte, fazendo descer pinturas, esculturas e peças de ourivesaria das salas de exposição permanente para o piso das exposições temporárias (ou subindo para lá, vindas das reservas); da segunda vieram os incunábulos e outros impressos antigos; enquanto os manuscritos da Leitura Nova e alguns documentos de arquivo vieram da Torre do Tombo. A esta tríade de organismos do depauperado Ministério da Cultura somou-se a providencial

colaboração da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), sociedade anónima de capitais públicos. Cedendo vários numismas do reinado de D. Manuel e financiando o catálogo, a INCM deu mostras, mais uma vez, da sua centralidade na promoção da cultura em Portugal, particularmente no domínio editorial.

Procurando fazer das fraquezas forças, e garantir que se assinalava o 5º centenário da morte de D. Manuel com um mínimo de dignidade, a colaboração entre a BNP, a INCM e duas direcções-gerais, a do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e a do Património Cultural, não só determinou o enfoque da exposição como criou um inusitado efeito de *mise en abyme* institucional. Meio milénio depois, estes quatro organismos do Estado recordam, e celebram, a sua própria existência, deixando ainda lastro para a sua memória futura. De facto, de forma mais direta, ou mais ínvia, cada uma destas entidades é herdeira da coroa manuelina e das suas reformas administrativas, e isso nota-se na origem de muitas das obras expostas. Da guarda-roupa de D. Manuel vieram a Bíblia dos Jerónimos e a Custódia de Belém, e daí poderiam ter vindo alguns dos impressos que o rei financiou. Das suas casas da moeda, e eventualmente do tesouro real, vieram os portugueses de ouro, os tostões, os cruzados, os ceitis ou os vinténs. Do arquivo régio vieram os livros da Leitura Nova, resultantes da cópia e indexação de documentos mais antigos preservados na torre albarrã do castelo de S. Jorge, dita “dos pergaminhos” ou “do tombo”. Recorrendo aos seus próprios serviços e recursos, estas “três grandes instituições de memória” (MNAA, BNP, ANTT), aliadas à INCM, deram-nos uma mostra, e um catálogo, sobre a cultura intelectual da era manuelina e sobre a mecânica do controlo administrativo da encomenda régia, onde a emblemática, a heráldica, a escrita e o livro de registo ganharam uma nova relevância.

A opção do comissário da exposição, Joaquim Oliveira Caetano, diretor do MNAA, determinou que a cultura material do período manuelino ficasse num plano secundário, apesar de haver tantas novidades para explorar, a começar pelos dados revelados pela arqueologia urbana, sobretudo no domínio das cerâmicas e dos

objetos ultramarinos¹. O impacto da integração forçada dos judeus na comunidade cristã, em 1497, foi praticamente ignorado, apesar do renovado interesse pelas justaposições tipológicas e pelas figuras veterotestamentárias, tão presentes na arte e na literatura da época. Remetidas para breves apontamentos nas fichas de catálogo são as referências aos *inputs* africanos e asiáticos na cultura material manuelina, especialmente por via dos tecidos e dos marfins, o mesmo sucedendo com o contributo mudéjar². Numa exposição tão atenta ao papel dos incunábulo e do livro antigo, lamenta-se a brevidade das menções ao livro judaico tardo-medieval, responsável por metade de todas as edições de incunábulo portugueses e pelo desenvolvimento de uma relevante escola de iluminura em Lisboa nas décadas de 1480 e 1490³.

Sendo certo que estes silêncios se compreendem pelo enfoque da exposição, dedicada a mostrar como as mais diferentes artes foram utilizadas na afirmação do poder régio (numismática, pintura, iluminura, caligrafia, tipografia, encadernação, escultura, arquitetura, etc.), não se procurando “fornecer uma panorâmica geral das artes manuelinas”, conforme salientou o comissário, julgamos que teria sido possível ir mais longe sem se perder essa linha de rumo.

A exposição

A exposição apresentou-se dividida em três núcleos, o primeiro dos quais destacava o modo como um conjunto limitado de artistas, convertidos em funcionários régios,

¹ TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António (eds.) – *Velhos e Novos Mundos. Estudos de arqueologia moderna*. Lisboa: CHAM, 2012; ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andreia (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013; TEIXEIRA, André; VILLADA PAREDES, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha (eds.) – *Lisboa 1415 Ceuta. Historia de dos ciudades. História de duas cidades*. Lisboa: CHAM, 2015; CASIMIRO, Tânia Manuel – “Globalization, trade, and material culture: Portugal’s role in the making of a multicultural Europe (1415–1806)”. *Post-Medieval Archaeology* 20 (2020), pp. 1-17; GOMES, Mário Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; MANSO, Cláudia – “Afro-Portuguese ivories from Sierra Leone and Nigeria (Yoruba and Benin Kingdoms) in archaeological contexts from Southern Portugal”. *African Arts* 53 (2020), pp. 24-37; ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andreia (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 2020 – estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2020.

² SILVA, José Custódio Vieira da – “El mudéjarismo en Portugal. Estado de la cuestión”. In *El legado de Al-Andalus. El arte andalus en los reinos de León y Castilla durante la Edad Media*. Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2007, pp. 283-306.

³ MOITA, Tiago – *O livro hebraico português na Idade Média. Do Sefer he-Aruk de Seia (1284-85) aos manuscritos iluminados tardo-medievais da "Escola de Lisboa" e aos primeiros incunábulo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento; AFONSO, Luís Urbano; MOITA, Tiago (eds.) – *Sephardic book art of the 15th century*. Turnhout: Brepols/Harvey Miller, 2019.

exercia o controlo das maiores empreitadas artísticas públicas da coroa. Através de vedorias específicas e da integração de pintores e iluminadores no funcionalismo régio, livres das limitações corporativas, garantia-se a fiscalização da qualidade técnica e material das obras encomendadas pela coroa, bem como o controlo possível dos custos de produção, fiscalização que acabou por uniformizar muitas dessas criações, da arquitetura às artes visuais. Ao mesmo tempo, este primeiro núcleo sublinhava o modo como a heráldica e a emblemática patentes em muitas obras de arte manuelinas eram utilizadas nas estratégias de representação e afirmação do poder real, salientando-se ainda o papel nuclear da coroa na compilação, centralização e controlo da heráldica portuguesa, seja através de armoriais monumentais preservados no arquivo régio, destacando-se o *Livro de António Godinho* (c.50x33cm), seja através do monumental projeto por D. Manuel na Sala dos Brasões do Paço de Sintra, onde as diferentes linhagens do reino surgiam hierarquizadas numa ordem ideal. O segundo núcleo da exposição incidiu nas reformas administrativas manuelinas ao nível da escrita, cópia e indexação dos documentos de arquivo, com particular atenção à Leitura Nova, valorizando-se o aparato, a extensão e a finalidade desses grandes empreendimentos desenvolvidos na chancelaria e arquivo régios. Por último, o terceiro núcleo foi dedicado à tipografia, introduzida em Portugal em 1487, mostrando-se como o novo monarca explorou esta tecnologia para homogeneizar uma série de procedimentos e regulamentações, sugerindo-se também, pela escolha dos livros expostos, quais as características e tendências da cultura literária da época e o modo como alguns opúsculos impressos contribuíram para a propaganda manuelina no estrangeiro, enaltecendo os feitos militares ultramarinos.

Em termos de museografia, os dois últimos núcleos tornaram muito óbvias as limitações das mostras dependentes de numismas, documentos de arquivo e livros impressos, com pouco ou nenhum uso de novas tecnologias e interatividade. Por mais interessantes e importantes que sejam os espécimes expostos, e a mostra em causa recolhia um apreciável número de livros raríssimos e de capital relevância para a história da cultura portuguesa, a sua visualização com recursos e soluções tradicionais só poderá satisfazer os especialistas, deixando os leigos alheados.

Atendendo às limitações orçamentais apontadas e ao contexto pandémico, em que ainda nos encontramos, podemos considerar-nos felizes, e gratos, por ter sido possível realizar esta exposição, tantas foram as dificuldades vividas e tão insuficientes continuam a ser os recursos colocados à disposição das principais instituições públicas que lidam com o património artístico e cultural do passado mais antigo.

O catálogo

Passada a exposição, fica-nos o catálogo. Dos preâmbulos da praxe, neste caso quatro, destacam-se o de Silvestre Lacerda (DGLAB/ANTT), pelo sublinhado crítico ao que se esquece neste tipo de celebrações, nomeadamente toda a “corrupção, violência, delinquência organizada” praticada no ultramar durante o período manuelino, e o de Joaquim Oliveira Caetano (MNAA), pela clareza do que se pretendeu alcançar em cada núcleo da exposição e pela franqueza daquilo que ela não pôde ser, porque “os tempos atuais desaconselham e, até, impossibilitam”.

O catálogo abre com dois textos de enquadramento, de valia desigual. O da autoria de Maria de Lurdes Rosa e Diogo Ramada Curto, de fronteiras autorais criteriosamente delimitadas, é um dos mais relevantes do volume, lamentando-se que não tenha ido a tempo de ser lido, e assimilado, pelos restantes autores. É um texto exemplar pela forma como se analisa a si mesmo, de forma crítica e pluridimensional. Desde logo, pela sua integração numa linha política de celebrações históricas, e de exposições comemorativas, questionando a possibilidade, e o interesse, de também se “des-comemorar”, mas sem renegar e (auto)flagelar, numa dialética onde anamnese e amnésia se confrontam e confundem⁴. Depois, pela forma como olha para a história do historiar do período manuelino e dos “Descobrimentos”, expondo as suas insuficiências estruturais. E ainda pelo modo como questiona as falhas da academia na apresentação de uma visão “mais multifatorial do passado” correspondendo à diversidade da própria sociedade portuguesa. Notável é também o modo como Lurdes Rosa procura esbater

⁴ Sobre esta relação entre memória e esquecimento em diferentes regimes de historicidade, vejam-se os contributos recolhidos no número 8 da revista *Electra* (2019-2020), nomeadamente os de José Manuel dos Santos, António Soares, António Guerreiro e François Hartog, entre outros.

antinomias construídas retroativamente (medieval/moderno, guerra/mercancia, racionalidade institucional/interesses pessoais, laico/religioso), todas perfeitamente conciliáveis no período em causa, mas tomadas como categorias estanques e perenes por historiadores indolentes, embalados por “explicações fáceis das transições entre épocas”. Veja-se também o que a autora diz acerca dos “grupos sociais compósitos”, com os cavaleiros-mercadores à cabeça, e acerca do “estado senhorial-empresarial”, onde o mercantil, o político e o religioso andam de mãos dadas, em sã convivência e absoluta complementaridade.

O segundo texto de contextualização, da autoria de Rafael Moreira, padece de alguns dos vícios apontados por Lurdes Rosa. O primeiro deles é o recurso a uma panóplia de antinomias básicas destinadas a opor D. João II a D. Manuel (renascimento/tardogótico, racionalidade/misticismo, modernidade/medievalidade, Itália/Ibéria e Flandres). A partir de supostos traços de personalidade, francamente vaporosos e conjecturais, o jovem rei é agraciado com uma enxurrada de adjetivos desqualificantes (submisso, obediente, servil, recalcado, discreto, tímido, influenciável, abstémio, inibido, etc.), salvando-se unicamente pelos frutos das suas aspirações “bíblicas, messiânicas, imperial, expansionistas”. Esmagado pela virilidade da “personalidade forte do primo-cunhado”, o fraco rei teria compensado o seu sentimento de inferioridade com uma febril atividade mecénica e construtiva. Preso a estes exercícios especulativos de psicanálise histórica, e a uma série de antinomias artificiais, compreende-se que escape ao autor toda a dimensão místico-política das duas divisas de D. João II, “Por tua lei e por tua grei” e “*Justus ut palma florebit*”, perfeitamente alinhadas com a divisa de D. Manuel, “*Spera in Deo et fac bonitatem*”. Outro traço deste ensaio é a forma reiterada como o autor toma hipóteses por certezas, teses por factos. É assim que imagina D. João II a encomendar a Bíblia dos Jerónimos, anonimamente, para ofertá-la ao sobrinho-herdeiro, D. Manuel, visando uma reconciliação selada “à *Medicis* por uma obra de arte”. É assim que recupera uma velha tese de Wilhelm Foy, apresentada no auge do imperialismo colonial europeu, considerando que os marfins afro-portugueses foram produzidos em Lisboa, contradizendo todas as fontes históricas conhecidas que descrevem a sua

produção na costa ocidental africana⁵. Longe de ser consensual a afirmação que atribui a Duarte Pacheco Pereira a “descoberta” do Brasil em 1498. De tipo diferente, mas sem sustentação, é a tese que teria sido o aristotelismo a garantir a passagem da medievalidade gótica para a modernidade renascentista em Portugal, dado “o absoluto predomínio de Aristóteles no ensino da Universidade de Lisboa”. Pelo menos neste aspeto a vetusta universidade portuguesa não era diferente das suas congéneres, onde o aristotelismo já reinava também sem grande concorrência. Aliás, a rutura epistemológica que ele possibilitou deu-se logo no século XIII, legitimando o conhecimento empírico e o interesse pelos “acidentes” do mundo material, abrindo também as portas ao desenvolvimento do naturalismo gótico e ao retrato semelhante⁶. Independentemente das suas múltiplas declinações (tomismo, escotismo, ockhamismo, etc.), o aristotelismo foi dominante no ensino escolástico europeu de 1200 a 1600. É um exagero, por isso, considerar-se que o impacto do aristotelismo coincide com o período manuelino. Não nos iludamos por ver a primeira frase da *Metafísica* de Aristóteles, “Todo o homem deseja naturalmente conhecer”, empregue também em Malaca na abertura da *Suma Oriental* de Tomé Pires, boticário real e primeiro embaixador português enviado à China, “Naturalmente os homens desejam saber”.

Bastante estimulante, no entanto, é o neologismo sugerido pelo autor para classificar a cultura do reinado de D. Manuel, como “manuelismo” (*sic*), em analogia com a transformação cultural operada na época de Pombal com o “pombalismo”, em grande medida uma aclimatização do Iluminismo ao indigenato. A classificação proposta por Moreira permite valorizar um “complexo político-ideológico de âmbito cultural na aceção mais ampla, ao mesmo tempo literária, musical e artística em sentido vasto, de base política. Momento particular da história geral, não mero estilo ou modo artístico”. Talvez tenha razão, embora “cultura manuelina” surta o mesmo efeito.

⁵ FOY, Wilhelm – “Zur Frage der Herkunft einiger alter Jagdhörner: Portugal oder Benin?”. *Abhandlungen und Berichte des K. Zoologischen und Anthropologisch-Ethnographischen Museums zu Dresden* 9 (1901), pp. 20-22.

⁶ WIRTH, Jean – *L'image à la fin du Moyen Âge*. Paris: Cerf, 2011.

Introdutório, e de contextualização, é também o texto de Helder Carita, que recupera ideias, argumentos e conclusões da sua tese de mestrado, vertida em livro em 1999. Neste ensaio o autor destaca o papel do secretário régio António Carneiro nas políticas urbanísticas e arquitetónicas que marcaram a renovação da baixa lisboeta no reinado de D. Manuel, do Paço da Ribeira ao Rossio. Uma modernização que passou pela uniformização de medidas de fachadas, paredes e nembos, pela limitação das dimensões de sacadas e balcões, pelo derrube de casas para alargar ruas, pelo encanamento de águas pluviais, pelo controlo de qualidade de materiais construtivos, e pelo traçado de novos quarteirões de ruas ortogonais, naquilo que é o Chiado e parte do Bairro Alto.

De temática afim é o ensaio de Maria João Vilhena e Miguel Soromenho, dedicado ao modo como se exercia o controlo das obras régias, recorrendo à figura concreta de Bartolomeu de Paiva, amo do Príncipe D. João, para ilustrar este tipo de intendência. Num estudo amplamente alicerçado em documentação de arquivo, os autores mostram, no concreto, da Sé da Guarda ao convento de S. Francisco de Lisboa, dos Jerónimos à Torre de Belém, como se exercia o acompanhamento dos estaleiros custeados pela coroa, onde os atos de escrever, contar, arquivar e desenhar asseguravam “formas expeditas de controlo centralizado”. Através desta figura, e da sua rede familiar e clientelar, mostra-se como era possível a um indivíduo proveniente da baixa fidalguia adquirir e exercer um enorme poder no funcionalismo régio, por vezes sobrepondo a sua intervenção à do próprio vedormor das obras do reino. Menos certa, porém, é a inferência deste controlo ser feito em prol da “necessidade de garantir que a arquitetura traduzisse a natureza providencial do seu governo e os seus desígnios imperiais”.

O ensaio de Joaquim Oliveira Caetano tem muitos pontos de contato com o texto dedicado a Bartolomeu de Paiva. Retomando tópicos explorados na sua tese de doutoramento, o autor centra a análise na figura de Jorge Afonso, pintor que exerceu o cargo de vedor e examinador de todas as obras de pintura da coroa portuguesa

⁷ CARITA, Helder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

entre 1508 e 1540⁸. Além de esclarecer como esse tipo de controlo era exercido, Caetano demonstra o papel do pintor na garantia da qualidade das grandes empreitadas pictóricas, em termos técnicos e materiais, e na validação dos custos, procurando garantir que a coroa não era prejudicada com despesas empoladas. A forma como Jorge Afonso exercia este controlo assentava numa ampla rede de influência, através da qual as principais empreitadas eram distribuídas a um grupo restrito de artistas, quase todos seus familiares (irmãos, compadres, genros, sobrinhos, etc.), dando origem a obras pautadas por “uma forte unidade estilística e uma base técnica também muito semelhante”. Jorge Afonso foi o expoente de um processo de curialização dos artistas de elite, cada vez mais distantes da classe de oficiais mecânicos que produziam pintura e escultura dentro do regime corporativo, sem acesso à corte e aos seus letrados (ex. Gil Vicente, Garcia Resende), logo sem capacidade para se adaptarem ao gosto e à cultura dos cortesãos. Esta curialização exerceu-se através da nomeação de pintores e iluminadores para cargos da burocracia régia, seja como “oficiais de armas” (reis de armas, arautos e passavantes), seja como vedores responsáveis pela fiscalização das empreitadas artísticas régias.

Estes dois textos são antecidos pelos ensaios de Miguel Metelo de Seixas e de Alice Wohl, o primeiro dedicado à heráldica e emblemática manuelinas, analisadas como forma de comunicação política, e o segundo dedicado, exclusivamente, à problemática associada à encomenda da Bíblia dos Jerónimos, produzida na oficina dos Attavanti, onde a autora retoma argumentos e ideias de um artigo recente⁹. No primeiro caso, Metelo de Seixas sintetiza o papel da heráldica e da emblemática na construção da mitografia manuelina, sublinhando a universalidade do poder régio e a sua relação intrínseca com a doutrina cristã. De facto, parte essencial da teologia política manuelina passou pela polissemia da emblemática real, sugerindo sempre mais do que afirma, seja no caso da esfera armilar, seja no caso da divisa “*Spera in Deo et fac bonitatem*”. A associação da cruz da Ordem de Cristo às armas do rei, e toda a hermenêutica em torno do carácter sacral, cristológico, das quinas do escudo

⁸ CAETANO, Joaquim Oliveira – *Jorge Afonso. Uma interrogação essencial na pintura primitiva portuguesa*. Évora: Universidade de Évora, 2013. Tese de Doutoramento.

⁹ WOHL, Alice – “The Lisbon Bible and the throne of Portugal”. *Burlington Magazine* 159 (2017), pp. 14-24.

português, foram também ampliadas com a apropriação do mito constantiniano, “In hoc signo vinces”, replicado na numária do rei.

No caso de Wohl o ensaio gira em torno da presença do brasão do Duque de Beja em certos fólhos de alguns dos sete volumes da Bíblia dos Jerónimos, parte deles repintados posteriormente e vertidos no brasão real. Além desses aspetos, que mereciam um estudo mais detalhado e mais apoiado em meios laboratoriais, a autora lê no colofão do escriba Jacobus Carmelitanus crípticos indícios que validam a sua tese, ou seja, que a dita Bíblia foi encomendada por D. Manuel ainda Duque de Beja, mas numa altura em que já tinha por certo vir a ascender ao trono. Por esta razão alguns volumes têm (ou tinham) as armas de D. Manuel como duque e outras como rei, rejeitando, assim, a tese tradicional de se tratar de uma encomenda de D. João II. Independentemente dos dados da heráldica, que exigem, repetimo-lo, análises mais substantivas, carece de solidez a hermenêutica produzida a partir de um colofão francamente formulaico. De resto, a representação de Carlos VIII e Fernando II de Aragão num dos volumes obriga a reequacionar o destinatário original da obra, pelo menos nesse caso, trazendo a jogo a natural reciclagem de encomendas artísticas, sobretudo tratando-se de obras tão dispendiosas.

Leitura Nova

Quatro dos treze ensaios deste catálogo incidem sobre as reformas da escrita e do arquivo régio implementadas por D. Manuel, com a Leitura Nova à cabeça. Começando a série com um ensaio de Maria José Azevedo Santos, sobre o papel da escrita nas reformas manuelinas, a autora começa por lembrar como a caligrafia pode ajustar-se a uma função ideológico-estética (estilo elegante) ou a uma função administrativo-validatória (estilo cursivo ou semi-cursivo). Numa abordagem diacrónica, ligando o século X ao século XVI, a autora historia a relação entre a escrita, a chancelaria e o arquivo régio português, dando conta, por exemplo, da importância daquilo que se convencionou designar como “1ª Leitura Nova”, no reinado de D. Afonso V, quando se procedeu ao traslado de escrituras de livros das chancelarias anteriores, copiadas numa letra de maior legibilidade. É a partir destes antecedentes que a autora destaca a reforma dos forais promovida por D. Manuel, mais complexa e exigente do que parece, a par da reforma da Leitura Nova,

empreendimento que se estendeu de 1504 a 1552, composto por 60 imponentes livros divididos em sete séries, emulado na *Leitura Nova* crúzia e, de forma mais episódica, na *Leitura Nova* de algumas ordens militares.

A mecânica do arquivo régio constitui o centro do ensaio de Rosa Azevedo, destacando o modo como a reforma da *Leitura Nova* melhorou e racionalizou os procedimentos internos e os atos burocráticos dos seus funcionários, mantendo a autoridade probatória dos documentos trasladados. De forma muito clara, a autora demonstra a importância deste arquivo como repositório ativo de documentos essenciais de suporte ao exercício do poder do Estado, nomeadamente no controlo de privilégios concedidos a terceiros, selecionando e preservando apenas os documentos que mantinham valor de prova.

O ensaio de Randolph Head aponta a dois objetivos: colocar numa perspetiva europeia a reforma dos registos escritos empreendida por D. Manuel, comparando-a com outros centros de poder; mostrar que o alcance político e simbólico desta reforma foi bastante mais relevante do que a indiscutível melhoria que trouxe ao funcionamento da burocracia régia. O autor mostra como o esplendor material e técnico desses livros monumentais reforçava a sua própria autoridade performativa, servindo também de indicadores da riqueza e extensão dos domínios régios. Essa grandeza via-se, desde logo, nas enormes dimensões dos livros (c.55x40cm), continuava na caligrafia cuidada e espaçada, na qualidade do pergaminho utilizado, na beleza dos títulos iluminados e das grandes maiúsculas coloridas, embora o seu maior feito seja o trabalho hercúleo de indexação de milhares de documentos, patente em detalhados índices analíticos onomásticos, topográficos e institucionais (Igreja). O facto de estes livros estarem confinados à “torre do tombo”, e de a sua consulta estar circunscrita aos secretários e escrivães régios, assegurava a centralização absoluta dos atos de privilégio e patrocínio do rei, com a sua extensa economia de mercês, reforçando a autoridade régia.

O último deste grupo de ensaios é da autoria de Sylvie Deswarte-Rosa, autora que regressa a um estudo da sua juventude inteiramente dedicado às iluminuras dos

frontispícios destes livros¹⁰. Do ponto de vista artístico, a autora mantém que a *Leitura Nova* é um *unicum*, sublinhando a influência que a Bíblia dos Jerónimos exerceu sobre estas iluminuras, a par das gravuras lombardas de Zoan Andrea da Modena. Rebatendo várias críticas que foram feitas à proposta de classificação estilística que apresentou em 1977, a autora volta a destacar a qualidade artística dos principais iluminadores envolvidos neste projeto, António de Holanda e Álvaro Pires, o primeiro fiel ao estilo flamengo ganto-brugense e o segundo mesclando o mundo flamengo com o mundo florentino.

Tipografia

Os dois últimos ensaios do catálogo abordam a cultura literária e a imprensa no período manuelino. Rui Loureiro sublinha o carácter religioso e conservador dos incunábulos e pós-incunábulos impressos em Portugal, muitos deles custeados pelo episcopado português e pela rainha viúva D. Leonor, sem esquecer o recurso à imprensa na estratégia de uniformização legislativa e de propaganda política de D. Manuel, particularmente nas epístolas latinas, cruzadísticas, impressas em Roma ou Lisboa, enaltecendo triunfos militares alcançados em Marrocos e na Ásia, uma das quais chegou a ter dezoito edições. Sobre o facto de nenhum dos manuscritos de geografia e antropologia ultramarina do seu reinado ter sido impresso, de Duarte Barbosa a Tomé Pires, de Duarte Pacheco Pereira e do “Códice de Valentim Fernandes” à carta de Pero Vaz de Caminha, o autor clarifica que tal não se deveu a qualquer espécie de política de sigilo, absurda ideia mitificada pela historiografia nacionalista, mas tão só a limitações relacionadas com a ausência de leitores no mercado nacional que sustentassem tão custosos empreendimentos editoriais.

Isabel Almeida, por sua vez, oferece-nos uma rica panorâmica do que se escrevia e lia na corte manuelina, onde o português convivía com o castelhano e o latim, e onde a cultura letrada e a cultura literária se polinizavam mutuamente, das gramáticas às leis, dos tratados espirituais às crónicas, passando pela poesia e pela dramaturgia, gerando uma sã convivência entre a tradição cavaleiresca medieval e alguns textos

¹⁰ DESWARTE, Sylvie – *Les enluminures de la Leitura Nova, 1504-1552. Étude sur la culture artistique ao Portugal au temps de l’humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1977.

de teor humanista. Neste caldo literário, a autora destaca algumas figuras e obras, nomeadamente Garcia de Resende e o seu *Cancioneiro Geral*, a par de João de Barros e a sua *Crónica do imperador Clarimundo*, adiantando sugestivas interpretações para os dois textos¹¹.

Balanço

Do que fica dito, consideramos que a exposição e o catálogo cumpriram o objetivo de comemorar o centenário da morte de D. Manuel com dignidade. De igual modo, consideramos que também se cumpriram os objetivos traçados pelo comissário, nomeadamente mostrar como D. Manuel se serviu das artes e dos artistas na estratégia de afirmação do seu poder, e como as grandes reformas manuelinas teriam sido impossíveis sem o contributo de um exército de pedreiros, escultores, pintores, calígrafos, encadernadores, iluminadores, impressores, moedeiros, ourives, ferreiros, entre muitos outros artífices.

Porém, lamenta-se a opção tomada de não apresentar uma nova síntese da cultura material e das artes do período manuelino, nomeadamente na sua articulação euro-afro-asiática. Do mesmo modo, tendo em conta o enfoque adotado, estranha-se a ausência de referências a três dos maiores historiadores da cultura quinhentista portuguesa dos últimos 50 anos: José Sebastião da Silva Dias, Jorge Borges de Macedo e Luís Filipe Barreto¹². De modos diferentes, estes autores foram pioneiros na desconstrução das polaridades artificiais tradicionalmente invocadas quando se estuda este período, explicando ainda porque é que uns textos eram impressos e outros circulavam na forma manuscrita, tendo também sublinhado o papel do aristotelismo na validação do conhecimento empírico dos descobrimentos portugueses.

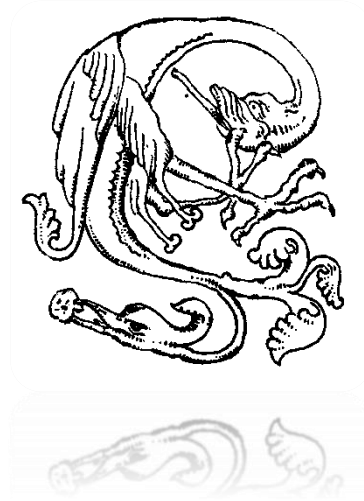
Em suma, entre o antigo e o novo, muito ficou por renovar.

¹¹ Além dos treze ensaios aqui analisados, o volume em apreço contempla diversas fichas de catálogo, de extensão e relevância variável, cobrindo uma pequena parte das 130 peças apresentadas na exposição.

¹² DIAS, José Sebastião da Silva – *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973; MACEDO, Jorge Borges de – *Os Lusíadas e a História*. Lisboa: Verbo, 1979; BARRETO, Luís Filipe – *Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: INCM, 1983; BARRETO, Luís Filipe – *Caminhos do Saber no Renascimento Português. Estudos de história e teoria da cultura*. Lisboa: INCM, 1985.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

AFONSO, Luís Urbano – “Em ano de peste, muito ficou por renovar”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 445-459. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

